

ANTROPOLÍTICA



52

2º QUADRIMESTRE

ISSN 2179-7331
REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ANTROPOLÍTICA

N° 52 - 2° quadrimestre 2021

ISSN 2179-7331

Antropolítica	Niterói	n. 52	p. 1-424	2. quadri. 2021
---------------	---------	-------	----------	-----------------

Direitos desta edição reservados à Revista Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia – Avenida Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis Campus Gragoatá, Bloco P, sala 211 – São Domingos – CEP: 24.210-201 – Niterói, RJ Brasil – Tel.: 2629-2866 - <https://periodicos.uff.br/antropolitica/index> - E-mail: antropoliticau-ff@gmail.com.

Projeto Gráfico: Fabricio Trindade Ferreira

Diagramação: Mayra Laurindo Rabello

Revisão: Janaynne Carvalho do Amaral e MC&G Design Editorial

Catálogo-na-Fonte (CIP)

Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia/Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. – n. 1 (1995) – Niterói, RJ: PPGA/UFF, 2021.

ISSN: 2179-7331

n.52 - 2021

Quadrimestral

1. Antropologia. 2. Ciências Sociais. I. Universidade Federal Fluminense. II. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

CDD 300

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor

Antonio Claudio da Nóbrega

Vice-Reitor

Fabio Barboza Passos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação

Andrea Brito Lage

Comissão Editorial da Antropolítica

Deborah Bronz (PPGA/UFF)

Fabio Reis Mota (PPGA/UFF)

Gisele Chagas Fonseca (PPGA/UFF)

Laura Graziela F. F. Gomes (PPGA/UFF)

Lucía Eilbaum (PPGA/UFF)

Nilton da Silva Santos (PPGA/UFF)

Assistente Editorial

Mayra Laurindo Rabello

Foto de Capa

Pedro Silva Freitas Valle

Conselho Editorial

Ana Maria Gorosito Kramer (UNAM)

Arno Vogel (UENF)

Charles Freitas Pessanha (UFRJ)

Clara Saraiva (ULisboa)

Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)

Edmundo Daniel Clímaco dos Santos (Ottawa University)

Jane Felipe Beltrão (UFPA)

João Baptista Borges Pereira (USP)

Lana Lage de Gama Lima (UENF)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)

Laura Nader (Berkeley University)

Marc Breviglieri (EHESS)

Mariza Gomes e Souza Peirano (UnB)

Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ)

Roberto Mauro Cortez Motta (UFPE)

Rosana Pinheiro-Machado (University of Bath)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Sofia Tiscórnica (UBA)

NOTA DOS EDITORES

7

DOSSIÊ: UM MUNDO EM RECOMPOSIÇÃO: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DAS NOVAS FORMAS DE REGULAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS OBJETOS E PESSOAS NA CONTEMPORANEIDADE

APRESENTAÇÃO: UM MUNDO EM RECOMPOSIÇÃO: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DAS NOVAS FORMAS DE REGULAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE OBJETOS E PESSOAS NA CONTEMPORANEIDADE 12

Hully Guedes Falcão, Fabio Reis Mota, Manuela Vieira Blanc, Gabriela de Lima Cuervo

GOVERNAR PELAS NORMAS 36

Laurent Thévenot, Daniela Velásquez Peláez

CATEGORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS QUEIJOS DA AUVERGNE (FRANÇA): RELAÇÕES ENTRE EXPERTISE CIENTÍFICA E OS SELOS DE DENOMINAÇÃO DE ORIGEM 70

Mayra Lafoz Bertussi

AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DECISÕES SOBRE EMBRIÕES IN VITRO: AS (RE) APROPRIAÇÕES DAS NORMAS PELOS EMBRIOLOGISTAS 94

Catarina Delaunay, Luís Gouveia

O CARTEADO CIENTÍFICO E A GOVERNANÇA PELA NORMA: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E DA ÉTICA EM PESQUISA NO BRASIL 119

Hully Guedes Falcão, Fabio Reis Mota, Gabriela de Lima Cuervo

ALERTA SANTA MARTA: DISPOSITIVOS DE (CONTRA)VIGILÂNCIA EM FAVELAS NO RIO DE JANEIRO 147

Apoena Mano, Palloma Menezes

REVITALIZAÇÃO E MORTE DA CIVILIDADE URBANA: ENTRE A CIDADE QUE NÃO SE GARANTE E OS ENGAJAMENTOS QUE FAVORECE 174

Manuela Vieira Blanc

O MELHOR ESPETÁCULO DA TERRA: CRISE E REGULAÇÃO NO CARNAVAL DE RUA DO RIO DE JANEIRO 200

Ana Paula Rocha de Oliveira, Julia Galli O'Donnell

DIREITO À CIDADE E DIREITO AO TRABALHO: UMA ANÁLISE DAS FORMAS DE CIRCULAÇÃO DOS MOTOTAXISTAS DE NITERÓI, RIO DE JANEIRO Talitha Mirian do Amaral Rocha	225
--	-----

ARTIGOS

REFÚGIO E FAMÍLIA ENTRE MULHERES DO CONFLITO SÍRIO NO BRASIL E TUNÍSIA Mirian Alves de Souza	245
---	-----

A PEC N. 55/2016 E O MEDO QUE DELA SOBREVÉM: AGENCIAMENTOS, DISPUTAS E ENQUADRAMENTOS NO ATIVISMO EM HIV/AIDS Ricardo Andrade Coitinho Filho	271
---	-----

CONCEPÇÕES DE JUSTIÇA COMPARTILHADAS: A NEGOCIAÇÃO PELOS DANOS ESPIRITUAIS AO POVO MIBÊNGÔKRE KAYAPÓ Lucas Cravo de Oliveira, Douglas Antônio Rocha Pinheiro, Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão	297
--	-----

“ESQUADRÃO DA MORTE”, “GRUPOS DE EXTERMÍNIO” E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: MUDANÇAS EM UMA CATEGORIA DA “VIOLÊNCIA URBANA” David Maciel de Mello Neto	322
---	-----

PODER JUDICIÁRIO E COMBATE À CORRUPÇÃO: ATUAÇÃO E DISCURSOS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO Marina Balestrin Kobielski, Rodrigo Ghiringhelli Azevedo	348
---	-----

TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS

UMA BRECHA CRÍTICA NA “CIDADE GARANTIDA”? ESPAÇOS INTERMEDIÁRIOS E ARQUITETURAS DE USO Marc Breviglieri, Yolanda Gaffrée Ribeiro	375
---	-----

RESENHA

CONTRAMODERNIDADE ULTRA E CONFLITO NO FUTEBOL CONTEMPORÂNEO Vinícius Teixeira Pinto	418
--	-----

EDITOR'S NOTE	7
---------------	---

DOSSIER

PRESENTATION: A WORLD IN RECOMPOSITION: AN ANTHROPOLOGICAL ANALYSIS OF NEW FORMS OF REGULATION AND CERTIFICATION OF OBJECTS AND PEOPLE IN CONTEMPORANEITY Hully Guedes Falcão, Fabio Reis Mota, Manuela Vieira Blanc, Gabriela de Lima Cuervo	12
GOVERNMENT BY NORMS Laurent Thévenot, Daniela Velásquez Peláez	36
CATEGORIZATION AND QUALIFICATION OF CHEESES FROM AUVERGNE (FRANCE): CONNECTIONS BETWEEN SCIENTIFIC EXPERTISE AND THE CERTIFICATION LABELS OF PROTECTED DESIGNATION OF ORIGIN Mayra Lafoz Bertussi	70
EVALUATION, CLASSIFICATION AND DECISION-MAKING ON IN VITRO EMBRYOS: THE (RE)APPROPRIATIONS OF NORMS BY EMBRYOLOGISTS Catarina Delaunay, Luís Gouveia	94
THE SCIENTIFIC PACK OF CARDS AND GOVERNING BY STANDARDS: AN ANTHROPOLOGICAL ANALYSIS OF THE PROCEDURES FOR EVALUATION OF SCIENTIFIC PRODUCTION AND ETHICS ON RESEARCH IN BRAZIL Hully Guedes Falcão, Fabio Reis Mota, Gabriela de Lima Cuervo	119
ALERTA SANTA MARTA: (COUNTER)SURVEILLANCE DISPOSITIFS IN FAVELAS OF RIO DE JANEIRO Apoena Mano, Palloma Menezes	147
REVITALIZATION AND DEATH OF URBAN CIVILITY: BETWEEN THE CITY THAT IS NOT GUARANTEED AND THE ENGAGEMENTS THAT IT FAVORS Manuela Vieira Blanc	174
THE BEST SPECTACLE ON EARTH: CRISIS AND REGULATION IN RIO DE JANEIRO'S STREET CARNIVAL Ana Paula Rocha de Oliveira, Julia Galli O'Donnell	200

DIREITO À CIDADE E O DIREITO AO TRABALHO: UMA ANÁLISE DAS FORMAS DE CIRCULAÇÃO DOS MOTOTAXISTAS DE NITERÓI (RJ) Talitha Mirian do Amaral Rocha	225
---	-----

ARTICLES

REFUGE AND FAMILY AMONG WOMEN FROM THE SYRIAN CONFLICT IN BRAZIL AND TUNISIA Mirian Alves de Souza	245
---	-----

PEC N. 55/2016 AND THE FEAR IT BRINGS UP: AGENCY, DISPUTE AND FRAMEWORK IN THE HIV/AIDS ACTIVISM Ricardo Andrade Coitinho Filho	271
--	-----

SHARED CONCEPTIONS OF JUSTICE: NEGOTIATING FOR SPIRITUAL DAMAGES TO THE MIBÊNGÔKRE KAYAPÓ PEOPLE Lucas Cravo de Oliveira, Douglas Antônio Rocha Pinheiro, Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão	297
--	-----

“DEATH SQUAD”, “EXTERMINATION GROUPS” AND THE SOCIAL MOVEMENTS: CHANGES IN A CATEGORY OF THE “URBAN VIOLENCE” David Maciel de Mello Neto	322
---	-----

JUDICIAL POWER AND FIGHT AGAINST CORRUPTION: OPERATION AND DISCOURSES OF TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO Marina Balestrin Kobielski, Rodrigo Ghiringhelli Azevedo	348
---	-----

TRAJECTORIES AND PERSPECTIVES

THE GUARANTEED CITY: THE RUIN OF URBAN CRITICISM? Marc Breviglieri, Yolanda Gaffrée Ribeiro	375
--	-----

REVIEW

ULTRAS CONTER-MODERNITY AND CONFLICT IN CONTEMPORARY FOOTBALL Vinicius Teixeira Pinto	418
--	-----

NOTA DOS EDITORES

É com satisfação que a *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresenta o seu número 52, neste segundo trimestre de 2021.

Em primeiro lugar, introduzimos o dossiê “Um mundo em recomposição: uma análise antropológica das novas formas de regulação e certificação dos objetos e pessoas na contemporaneidade”. O dossiê foi proposto e organizado pelos professores Hully Guedes Falcão (UFF), Fabio Reis Mota (UFF), Manuela Vieira Blanc (UFES) e Gabriela Cuervo (UFF). Ele é resultado de um trabalho em rede, nacional e internacional, de produção de pesquisas e discussões teóricas e metodológicas que propõem romper “com as tradicionais operações de divisão social científica em que a Europa produz as teorias e a periferia as consome”. O dossiê inicia com o artigo de apresentação dos seus organizadores, no qual apresentam as discussões centrais da proposta e as principais relações entre os oito artigos selecionados e publicados. Apesar dos diversos campos empíricos abordados, as discussões se entrelaçam em torno da análise das operações críticas e das provas às quais os atores são submetidos nas mais variadas situações (cívicas, morais, legais etc.) constitutivas das sociedades complexas atuais e que outorgam formas e sentidos diversos as suas demandas, modos de tratamento e de reconhecimento no espaço público.

Além desse debate, o presente número da *Antropolítica* possui cinco artigos de temática livre, oriundos do fluxo contínuo da revista, e um artigo na seção “Trajetórias e Perspectivas”. Por fim, incluímos também uma resenha de um livro da área.

Iniciamos com o artigo “Refúgio e família: entre mulheres do conflito sírio no Brasil e Tunísia”, da antropóloga Mirian Alves de Souza, da Universidade Federal Fluminense. A partir de uma etnografia com pessoas refugiadas do conflito sírio, o artigo aborda narrativas de mulheres no Brasil e na Tunísia com o objetivo de enriquecer a produção antropológica no campo da migração forçada. Com base em uma perspectiva comparada, o trabalho traz contribuições ao campo dos estudos sobre família e refúgio, em especial a partir da descrição das relações familiares anteriores e durante o deslocamento.

O artigo seguinte intitula-se “A PEC 55/2016 e o medo que dela sobrevém: Agenciamentos, disputas e enquadramentos no ativismo em HIV/Aids”, de autoria do antropólogo Ricardo Andrade Coitinho Filho, da Universidade Federal Fluminense. A partir do acompanhamento etnográfico de uma rede de jovens que vivem e/ou convivem com HIV/Aids na interseção com

outros coletivos, o autor analisa as estratégias, ações e disputas presentes nas demandas por reconhecimento no movimento social em HIV/Aids, frente ao estigma que ainda permeia as concepções sobre a doença e os sujeitos a ela associados. Nessa perspectiva, Coitinho Filho busca entender como os participantes do movimento que se identificam como ativistas têm atribuído sentido a essa forma de atuação e de que maneira ela pode se desdobrar na produção de um repertório ativista emergente.

Em seguida, o artigo “Concepções de justiça compartilhadas: a negociação pelos danos espirituais ao povo Mëbêngôkre Kayapó”, é de autoria conjunta de Lucas Cravo de Oliveira, Douglas Antônio Rocha Pinheiro, ambos da Universidade de Brasília, e Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão, da Universidade Federal Fluminense. Colocando em diálogo a antropologia e o direito, os autores buscam compreender a maneira como o constitucionalismo brasileiro cria possibilidades no sistema de justiça para se administrar um conflito no qual se entrecruzam diversas concepções de justiça. O artigo toma por base um estudo de caso sobre o processo extrajudicial decorrente da queda do Voo 1907 da empresa aérea Gol na Terra Indígena Capoto-Jarina, do qual decorreu uma indenização diferenciada para o povo indígena Mëbêngôkre Kayapó. Assim, os autores discutem a categoria de “danos culturais” e as discussões sobre os seus sentidos ao longo do processo em relação a outras denominações, como danos socioculturais ou espirituais.

O artigo seguinte, “‘Esquadrão da Morte’, ‘grupos de extermínio’ e os movimentos sociais: mudanças em uma categoria da ‘Violência Urbana’”, de David Maciel de Mello Neto, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, discute o impacto da atuação de movimentos sociais na reformulação e redefinição das categorias grifadas no título do trabalho. A partir de um conjunto de conceitos analíticos tomados da sociologia e da antropologia, de autores como Charles Tilly, Sidney Tarrow, Olivier de Sardan e Max Gluckman, o autor discute as mudanças no campo da “violência urbana” e os seus efeitos políticos e sociais oriundos delas. Especial atenção é dada para a atuação dos movimentos sociais e o seu potencial transformador.

Por fim, o artigo “Poder Judiciário e combate à corrupção: atuação e discursos do Tribunal Regional Federal da 4ª região”, de Marina Balestrin Kobielski, pesquisadora autônoma, e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, propõe analisar se, tendo em vista as grandes operações policiais mais recentes, como a Operação Lava-Jato mudou o padrão de decisões do Judiciário. Tomando como base a atuação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região nos crimes de corrupção ativa e passiva durante todo o ano de 2018, os autores tratam de questões sociológicas relevantes, tais como a judicialização da política e o combate à corrupção no Brasil contemporâneo.

A publicação seguinte corresponde à seção “Trajetórias e Perspectivas”. A seção contempla artigos e ensaios que abordem reflexões sobre o fazer antropológico, a partir das experiências e trajetórias de antropólogos brasileiros e estrangeiros, bem como do histórico de constituição e/ou consolidação de áreas ou campos de pesquisa no Brasil e no exterior. Neste número, publicamos a tradução ao português do artigo *Une brèche critique dans la ville garantie? Espaces intercalaires et architectures d’usage* – “Uma brecha crítica na “cidade garantida”? Espaços intermediários e arquiteturas de uso” –, de autoria de Marc Breviglieri e cuja tradução foi realizada pela antropóloga Yolanda Gaffrée Ribeiro. O artigo, originalmente publicado na coletânea *Le quartier des Grottes/Genève: De La différence urbaine*, organizada por Lanza, Cogato, Pattaroni, Piraud e Tirone e publicada pela Editoria Métis Presses, da Suíça, em 2013, compartilha uma proposta de abordagem das metrópoles contemporâneas, o direito à cidade, os circuitos, espaços e escalas contidos nelas.

Por fim, o número 52 da Antropolítica traz a resenha da obra *Hated and Proud: Ultras Contra Modernity*, de Mark Dyal, publicada em 2018 pela Editora Arktos, em Londres. A resenha, elaborada por Vinícius Teixeira Pinto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresenta a etnografia de Dyal realizada com grupos de torcedores Ultras da Roma, tradicional clube do futebol italiano, bem como as relações estabelecidas por eles com outros rivais, com o Estado e outros agentes do mundo do futebol. Dessa forma, Pinto busca promover a discussão dessa obra no Brasil, destacando o seu potencial no campo das pesquisas e debates sobre as torcidas organizadas de futebol no país e suas práticas do torcer.

A imagem de capa, escolhida pelos organizadores do dossiê, trata-se de uma readaptação/recriação de uma obra produzida, em 2011, pelo artista Pedro Silva Valle, a partir de colagens digitais. A readaptação foi realizada gentilmente por Pedro para adaptar a ilustração ao formato gráfico da revista e se aproximar ainda mais da proposta do dossiê.

Devido à complexidade da temática do dossiê e a diversidade de questões apresentadas nos artigos, optamos por trazer na capa uma ilustração provocativa e capaz de gerar impressões a partir da perspectiva das leitoras e leitores, sem perder a conexão com a proposta. A obra, de inspiração surrealista, apresenta uma composição de elementos que sugere um universo de normatizações e controles sendo apropriados de múltiplas formas, a partir dos valores, referências e afetos dos atores humanos em questão. Além disso, remete às múltiplas agências (humanas e não humanas) conectadas e articuladas nestes (re)arranjos: aparatos tecnológicos, instrumentos de pesquisa, meios de comunicação, plataformas digitais, humanos com suas readaptações, ressignificações, afetos e performances.

A ideia de trazer uma obra de inspiração surrealista para representar imagetivamente

este dossiê está em consonância, sobretudo, com a orientação teórica e metodológica dos trabalhos apresentados, cujas análises concentram-se na capacidade crítica dos atores em refletir sobre as contingências nas quais estão inseridos e reelaborar suas vivências e práticas a partir de seus quadros de referência morais, cognitivos e afetivos.

Para finalizar, lembramos a todos que continuamos a receber submissões para a área das Ciências Sociais, em especial no campo da Antropologia, em fluxo contínuo, no endereço <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica>, no qual podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações. Mantemos o nosso e-mail (antropoliticauff@gmail.com) para eventual contato. Sugerimos também acompanhar nossas notícias também através do perfil no *Facebook*, *Instagram* (@antropoliticauff) e no *Twitter* (@RAntropolitica).

Boa leitura!

D **OSSIÊ**

Um Mundo em Recomposição: Uma Análise Antropológica das Novas Formas de Regulação e Certificação de Objetos e Pessoas na Contemporaneidade

A World in Recomposition: An Anthropological Analysis of New Forms of Regulation and Certification of Objects and People in Contemporaneity

Hully Guedes Falcão

Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Fabio Reis Mota

Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Manuela Vieira Blanc

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Goiabeiras, Vitória, Espírito Santo, Brasil

Gabriela de Lima Cuervo

Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Neste dossiê, apresentamos pesquisas qualitativas e, especialmente, etnografias que colocam sob descrição e análise os mecanismos de controle, certificação e reconhecimento dos bens materiais e humanos nas sociedades contemporâneas por meio de novas formas de classificação existentes atualmente. Ao trazer sob exame este movimento padronizador dos mecanismos e critérios de conformação destas arenas públicas, o olhar antropológico se apresenta como uma ferramenta fundamental para avançar em direções que permitam desvelar as diferentes articulações, adequações, composições e ressignificações acerca dessas normatividades estandardizadas. Neste sentido, os artigos apresentados evidenciam controvérsias envolvendo grupos que criam críticas e justificações para aderir, denunciar e se reapropriar destas regulações, a partir de seus próprios esquemas cognitivos e culturais. O texto de apresentação se organizará da seguinte maneira: na primeira parte discutiremos sobre como nos aproximamos da temática a partir da construção de redes e intercâmbios acadêmicos, para depois desenvolvermos e explicarmos no que consiste a governança pela norma ou por *standards*. Após esse exercício de contextualização, discutimos como essas questões se apresentam no âmbito das classificações e avaliações



que envolvem a produção de conhecimento científico e a conformação de mercados e, também, no contexto urbano, através da padronização do espaço público e de controle das pessoas.

Palavras-chave: *Standards*, Padronização, Controle, Classificações, Espaço Urbano.

ABSTRACT

In this dossier, we present qualitative research and, especially, ethnographies that describe and analyze the mechanisms of control, certification and recognition of material and human goods in contemporary societies through new forms of classification. By bringing under examination this standardizing movement of the mechanisms and criteria of conformation of these public arenas, the anthropological look presents itself as a fundamental tool to advance in directions that allow the unveiling of the different articulations, adaptations, compositions, re-significations about these standardized normativities. In this sense, the articles presented show controversies involving groups that create critiques and justifications to adhere, denounce and re-appropriate these regulations, from their own cognitive and cultural schemes. The presentation text will be organized as follows: in the first part we will discuss how we approached the theme by building networks and academic exchanges, and then we will develop and explain what governing by standards consists of. After this contextualization exercise, we discuss how these issues present themselves in the scope of classifications and evaluations that involve the production of scientific knowledge and the conformation of markets, and also in the urban context, through the standardization of public space and the control of people.

Keywords: Standards, Standardization, Control, Classifications, Urban Space.

O trabalho de pesquisa no domínio das Ciências Sociais requer a cooperação contínua, a circulação e a interlocução entre cientistas sociais de vários países, abrigando não somente a heterogeneidade linguística e cultural, mas também a diversidade de instrumentos analíticos, metodológicos e epistemológicos conformados nas distintas tradições acadêmicas. Esse é o meio mais eficiente para se neutralizar os “xamanismos sociológicos”, da ordem das profecias fáceis, e potencializar o alargamento dos horizontes acerca da compreensão dos fenômenos sociais com os quais trabalhamos: olhando o global, expandido e implodindo as fronteiras a partir dos materiais empíricos e etnográficos que as pesquisas nos fornecem *in loco*, para além de respostas fáceis, perguntas constantes.

Desse modo, podemos aperfeiçoar as ferramentas analíticas e metodológicas

manuseadas nos universos empíricos nos quais mergulhamos para renovarmos as análises e as interpretações forjadas pelo nosso trabalho de tessitura das “evidências simbólicas” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2018). Evidências não nos termos do direito positivista, espaço de lugar das “verdades encapsuladas”, mas na acepção etimológica mais pura, o de *evidentia*, clareza, transparência daquilo que vem de dentro para fora. Afinal, é nesse ir e vir entre dados etnográficos, estatísticos, históricos, demográficos, narrativas, quadros de memórias, teorias diversas etc., que se entremeiam com as perspectivas e biografias, sentimentos e emoções, razão e compreensão, que o trabalho do artesanato do social concede forma: as teorias nas prateleiras e os dados nas nuvens dispersas desse complexo universo do fazer sociedade.

Desse modo, o trabalho cooperativo, internacional e pautado pela convivialidade respeitosa, humana e amigável é um dos meios mais eficientes para que possamos nos confrontar diuturnamente com outras visões, perspectivas, condições sociais e históricas que emergem aos olhos dos cientistas sociais. Isso nos ajuda, a nós cientistas sociais, conferir maior substância ao trabalho comparativo e contrastivo, caro ao domínio da Antropologia e Sociologia. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF) – e muitos dos seus núcleos de pesquisa, em especial o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP), o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC) – tem sido um lugar privilegiado de experimentação de métodos e pesquisas comparativas entrelaçando diversas correntes das Sociologias e Antropologias levadas a cabo no Brasil e no exterior.

Desde o final dos anos 90 do século XX, sociólogos, antropólogos brasileiros e franceses encamparam um projeto acadêmico e institucional que conferiu argamassa a uma cooperação muito proveitosa e frutífera entre pesquisadores e pesquisadoras dos dois lados do Atlântico. Ele se justificou pelo interesse comum dos grupos do Brasil e da França em torno de eixos temáticos que se articulavam em diferentes linhas e perspectivas de pesquisa empírica.

Indiretamente, nosso dossiê é tributário dessas primeiras estradas abertas com o nascimento de um programa de pesquisa deflagrado e desenvolvido sob os auspícios do Programa CAPES/Cofecub¹, inicialmente coordenado pelos professores Roberto Kant de Lima (Universidade Federal Fluminense) e Isaac Joseph (Université de Paris X-Nanterre) – esse último vindo, infelizmente, a falecer durante a vigência do referido convênio, sendo de comum acordo substituído, posteriormente, pelo professor Daniel Cefaï, também ele, à época,

¹ Convênio CAPES/Cofecub nº 240/98-I *Espaços Públicos: conflitos e democracia em uma perspectiva comparada* e o Convênio Capes-Cofecub nº 447/04 *Sociologia da experiência privada e pública no Brasil e na França. A república no cotidiano: conflitos sociais, ações coletivas, engajamentos associativos e provas pessoais*.

professor da Université de Paris X-Nanterre². Anos depois, já em 2010, outro Capes-Cofecub foi desenvolvido a partir da cooperação entre a École des Hautes Études em Science Sociales (EHESS), tendo como coordenador Laurent Thévenot, do lado francês, e a UFF, coordenado do lado brasileiro, por Marco Antônio da Silva Mello³. Além disso, este dossiê resulta diretamente do Programa Capes PRINT da UFF, coordenado por Fabio Reis Mota e co-coordenado por Roberto Kant de Lima, no qual reúne alguns dos pesquisadores que figuram nesse programa de pesquisa internacional.

Esses dispositivos institucionais de cooperação internacional foram fundamentais para que professores e professoras de ambos os países, assim como estudantes de doutorado dos dois lados do Atlântico, realizassem missões de trabalho, bolsas de doutorado sanduíche na França e, igualmente, permitiu que os franceses viessem ao Brasil⁴. Da mesma forma, foram conjugados os interesses etnográficos e analíticos que viabilizaram a publicação dos trabalhos em revistas brasileiras, estrangeiras e em livros organizados na França, Brasil, dentre outros

2 Uma das primeiras atividades deste convênio consistiu na vinda do professor Isaac Joseph à UFF, em Niterói, em abril de 1998. Na ocasião, além de ministrar palestras na UFF e no IUPERJ-UCAM – à época parceiro no projeto CAPES/Cofecub –, reuniu-se por diversas vezes com as equipes do PPGA (naquele então PPGACP), do NUFEP/UFF e do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/UFRJ). Um dos primeiros e mais importantes frutos dessa cooperação foi, no entanto, o Colóquio realizado no Centro Internacional de Cerisy-la-Salle no período de 12-19 de junho de 1999, sendo, pois, um dos momentos seminais do Convênio. Na ocasião, o *Colloque Cultures civiques et démocraties urbaines* reuniu mais de 40 participantes, dentre eles os brasileiros, apresentando seus trabalhos e discutindo suas pesquisas, cujos resultados foram publicados em livro organizado por Daniel Cefai e Isaac Joseph, intitulado *L'Héritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*, Editions de l'Aube, 2002. E no Brasil, um dos frutos mais substantivos dessa cooperação desembocou na publicação do livro CEFAL, D.; MELLO, M. A.; MOTA, F. R.; BEROCAN, F. (org.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Euff, 2011.

3 Projeto Capes COFECUB Regimes de Engajamento Particulares e Universais em Sociedades Plurais: processos de administração institucional de conflitos, ações coletivas e demandas de direitos e reconhecimento em perspectiva comparada (Brasil/França). CAPES-COFECUB n. 694/10. Diversos estudantes de doutorado do PPGA (e do antigo PPGACP) da UFF foram beneficiados com os recursos desse projeto, realizando seus estágios de doutorado sanduíche sob a supervisão de Daniel Cefai e seguindo sistematicamente os seminários de Laurent Thévenot na EHESS. Foram eles: Patricia de Araújo Brandão, Katia Sento Sé Mello, Soraya Simões, Fabio Reis Mota e Letícia de Luna Freire. Anos depois, outras alunas de doutorado foram beneficiadas com a bolsa sanduíche: Yolanda Gaffrée Ribeiro e Daniela Velasquez Peláez, supervisionadas por Laurent Thévenot, e a última também por Monica Schunp, da EHESS. Essa última aluna foi beneficiada com recursos do Projeto Capes Print mencionado aqui na apresentação.

4 Da mesma forma, Laura Graziela Gomes e Marco Antonio da Silva Mello realizaram seus pós-doutorados no contexto do Programa Capes Cofecub, bem como outros professores puderam realizar missões de trabalho na França, como Roberto Kant de Lima, Delma Pessanha e Felipe Berocan (esse ainda como aluno de mestrado). E diversos pesquisadores da França estiveram em missão de trabalho em Niterói, na UFF, tais como Isaac Joseph, Daniel Cefai, Martine Segalen, Marc Breviglieri, Luca Pattaroni, Laurent Thévenot, Mathieu de Castelbajac, René Levy, Antoine Garapon, Alain Battegay, Pedro Garcia Sanchez, Agnès Deboulet, Dejan Dimitrijevic, Anne Raulin, Marc Bordigoni, Luc Boltanski, Arnaud Esquerre, Jean-Samuel Bordreuil dentre outros

países⁵. Tais convênios, ainda, permitiram ampliar as interlocuções com os colegas portugueses na ocasião em que o professor José Resende, na época professor da Universidade Nova de Lisboa, e atualmente catedrático da Universidade de Évora, encontrava-se realizando o seu pós-doutorado no extinto Groupe de Sociologie Politique et Moral (GSPM) em estreito diálogo com Luc Boltanski e Laurent Thévenot. O encontro do referido professor com os, então, bolsistas de doutorado sanduíche do Convênio Capes COFECUB, Fabio Reis Mota e Letícia de Luna Freire, hoje, professores, respectivamente, da UFF e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), deu lugar a outro estágio dessa interlocução internacional. Meses depois, o professor José Resende, com a ajuda de sua equipe de pesquisa, na ocasião formada por Bruno Dionísio, Alexandre Martins, Catarina Delaunay, Pedro Caetano, dentre outros, organizou um colóquio na Universidade Nova de Lisboa, tendo como convidados do Brasil os professores Roberto Kant de Lima e Marco Antônio da Silva Mello, assim como os dois estudantes brasileiros mencionados acima do Convênio Capes Cofecub que já estavam na França.

Logo, uma cooperação bilateral foi desenvolvida entre Portugal e Brasil através de outro instrumento institucional fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a partir da aprovação do Programa Internacional financiado pelas duas referidas instituições e coordenado pelos professores José Resende, do lado português, e Roberto Kant de Lima e Fabio Reis Mota, do lado brasileiro. Assim como no caso do CAPES/Cofecub, inúmeras atividades foram desenvolvidas com a publicações de artigos em revistas brasileiras e estrangeiras, livros organizados, organização de grupos de trabalho, mesas- redondas nas Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia, nas Reuniões de Antropologia do Mercosul, no Congresso Luso-Afro Brasileiro, na *International Sociological Association*, dentre outros espaços de interlocução fornecidos pelos seminários internos organizados na UFF, na EHESS e na Universidade Nova de Lisboa e, posteriormente, na Universidade de Buenos Aires com a integração do professor Gabriel Nardacchione e de seu grupo de pesquisa, vinculado ao Centro Gino Germani da Universidade de Buenos Aires, a esta rede ampla e heterogênea.

Sendo assim, um trabalho cooperativo que havia se iniciado bilateralmente entre Brasil

⁵ Ver, por exemplo, *De la Justification*, de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, pela a Editora da UFRJ em 2020 (“De la justification: o resplandecimento de um novo gesto pragmático na sociologia francesa”). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41954>. Acesso em: 13 jul. 2021; introdução de dossiê elaborado por Marc Breviglieri, Gabriel Nardacchione e Paola Dias publicado em 2018 na revista francesa *Sociologies* (L’expérience latino-américaine de la sociologie pragmatique francophone. Élargissement d’un horizon d’analyse? Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologies/6174>. Acesso em: 13 jul. 2021); e artigo de autoria de Laurent Thévenot no *Journal du MAUSS*. Disponível em: <https://www.journaldumauss.net/?Complement-du-no56-La-grande-decentration>. Acesso em: 13 de jul. 2021.

e França foi ganhando novos contornos com a integração de pesquisadores portugueses, argentinos, assim como mexicanos, suíços, chilenos etc. Em 2018, a aprovação de um Convenio Capes PRINT, como mencionamos, forjou os meios de amalgamar essa extensa rede e ainda ampliá-la para outros países e tradições socioantropológicas⁶.

O trabalho em rede, igualmente, alimentou a elaboração do presente dossiê, pois o organizador e as organizadoras são tributários dos diálogos tecidos ao longo desses anos entre pesquisadores e pesquisadoras da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), localizada no município de Campos dos Goytacazes, através, em especial, das figuras de Arno Vogel, Lana Lage e Wania Mesquita. Duas das organizadoras desse dossiê realizaram suas graduações em Ciências Sociais na UENF (Manuela Blanc e Hully Falcão) e outro organizador trabalhou como professor substituto na mesma instituição (Fabio Reis), tendo suas trajetórias atravessadas nesse espaço acadêmico. Essas cooperações foram desenvolvidas a partir de conversações e projetos comuns realizados em parceria com colegas do *campus* da UFF localizado na mesma cidade, sobretudo com a professora Jussara Freire, que veio, aliás, ainda como estudante de mestrado para o Brasil por meio do seu então orientador Isaac Joseph, já mencionado mais acima. Uma das organizadoras do dossiê “Um mundo em recomposição: uma análise antropológica das novas formas de regulação e certificação dos objetos e pessoas na contemporaneidade”, Manuela Blanc, esteve na UFF como professora substituta e Fabio Reis como é professor adjunto na mesma instituição. De certo ponto de vista, todos e todas estavam gravitando em torno do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa, fundados em 1994, bem como do INCT-InEAC fundado mais tardiamente, em 2009⁷.

Portanto, este Dossiê é resultado de um trabalho em rede, nutrido por um espírito simétrico no qual as colaborações rompem com as tradicionais operações de divisão social científica em que a Europa produz as teorias e a periferia as consome. Pelo contrário, nossos grupos têm se empenhado em desenvolver medidas e instrumentos que viabilizem o entrecruzamento

6 Cabe mencionar que esta interlocução resultou no convite formulado, em 2007, por Luis Roberto Cardoso de Oliveira, na condição de presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), ao professor Laurent Thévenot para participar da VII Reunião de Antropologia do MERCOSUL (VII RAM), importante evento acadêmico internacional, no qual proferiu uma das mais concorridas conferências do programa e permitiu a solidificação das estradas conformadas anteriormente entre brasileiros e franceses. O título da conferência: *Reconnaissances avec Paul Ricoeur et Axel Honneth* na VII RAM-PortoAlegre tornar-se-ia um artigo e, posteriormente, traduzido para o português por Daniela Velasquez e Fabio Reis Mota e finalmente publicado em um dossiê organizado na revista *Antropolítica* em 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41954> Acesso em: 13 de julho de 2021

7 Gabriela Cuervo e Hully Falcão realizaram seus doutorados no PPGA sob a orientação de Fabio Reis Mota.

das perspectivas teóricas, metodológicas e epistemológicas caras às diferentes tradições socioantropológicas que pertencem a essa grande rede de cooperação nacional e internacional. É dessa forma que buscamos emprestar um sentido *compósito* às nossas cooperações nesse ir e vir entre múltiplos focos e enfoques.

Embora os trabalhos empíricos e os campos (*terrains*) sejam muitas vezes diferentes, as questões teórico-metodológicas estão conectadas em torno de problemáticas relacionadas à análise das operações críticas e das provas às quais os atores são submetidos nas mais variadas situações (cívicas, morais, legais etc.) constitutivas das sociedades complexas atuais. Ao evocarem os princípios e valores que organizam os mais diversos mundos (ou “*cités*”)⁸ e configuram a vida nas grandes metrópoles contemporâneas, os indivíduos manifestam quais conflitos e argumentos legitimam as diversas demandas sociais nos contextos dos países republicanos e democráticos onde temos trabalhado.

Em meio a este processo, conferimos destaque aos dispositivos institucionais envolvidos nas reivindicações de justiça, de direito, às críticas e justificações enunciadas nas controvérsias e disputas e aos modelos de administração institucional de conflitos (KANT DE LIMA, 2008). Nossas preocupações convergentes visam determinar o lugar do Direito, dos demais mecanismos formais de administração de conflitos, das formas de qualificar e classificar os bens materiais e simbólicos que regem a vida social. Um objetivo importante dessa perspectiva consistiu em considerar as tensões e articulações decorrentes das exigências de uma gramática liberal de conformação do espaço público *vis-à-vis* as gramáticas locais ou sensibilidades jurídicas (GEERTZ, 2013) das próprias comunidades, que se definem por relações complexas e por distintos princípios de coordenação da ação a partir da valoração de ligações espaciais e temporais, pessoais, de proximidade, do público ou corporativas, etc.⁹

Mais do que uma troca de literatura e informações, essas cooperações visaram favorecer o deslocamento de olhares e perspectivas, bem como a internacionalização das Ciências Sociais, através da interação de pesquisadores de distintos países e culturas. Diversos sociólogos, historiadores e antropólogos têm dedicado atenção para os efeitos positivos dessa “bricolage.” cultural e social.

8 Ver BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991/2020.

9 Por conta do estreitamento destes laços acadêmicos, reunimos num dossiê publicado na revista *Antropolítica*, n 23, 2008 – organizado por Roberto Kant de Lima e Fabio Reis Mota, intitulado *Democracia, espaço público, Estado e sociedade em uma perspectiva comparada* – artigos de Laurent Thévenot, José Manuel Resende (Lisboa), Maria Josefina Martinez (Buenos Aires) e Daniel dos Santos (Canadá).

OS CAMINHOS DA GOVERNANÇA PELA NORMA

O presente dossiê é um desdobramento das atividades acadêmicas de âmbito nacional e internacional que têm animado o desenvolvimento de perspectivas e olhares cruzados sobre problemas comuns que afetam diretamente as sociedades capitalistas e ocidentais contemporâneas. Nosso objetivo, desse modo, é analisar a conformação de mecanismos de controle, certificação e reconhecimento dos bens materiais e humanos nas sociedades contemporâneas através de formas de classificação que pretendem padronizar práticas e universalizar gramáticas e moralidades. O estabelecimento de regimes normativos, políticos e simbólicos característico do universo regido pela *governança pela norma* (THÉVENOT, 1997), apresenta-se em diferentes dimensões, seja na ciência através das dinâmicas de produção, reprodução e consagração do conhecimento ou na criação de critérios avaliativos e qualificadores; na regulação estética e de ocupação das cidades; nos modelos de qualificação de “novos mercados” (sustentáveis, étnicos, culturais etc.), entre outros. Desse modo, governar pela norma, assim como aponta Thévenot no artigo traduzido, supõe novos contornos aos modos de regulação dos Estados nacionais contemporâneos, uma vez que eles passam a conviver e concorrer com outras normatividades transnacionais constituídas alternativamente aos critérios administrativos e jurídicos circunscritos às fronteiras das Nações.

A conformação de dispositivos avaliadores, classificadores, qualificadores e legitimadores de pesquisas, pesquisadores, mercadorias, cidadãos etc. envolve processos que compreendem a construção de acordos nem sempre simétricos e estáveis. A produção de requisitos de qualificação encontra ressonância e repercute seus efeitos através de organismos internacionais, corporações transnacionais e Estados, imprimindo lógicas avessas às múltiplas formas heterogêneas de viver e experienciar o mundo. A compreensão desses processos de padronização que se pretendem universais, do ponto de vista etnográfico, revela nuances significativas quanto às práticas e percepções dos atores acerca dos contextos e contingências em que estão inseridos. A etnografia, neste sentido, se apresenta como uma ferramenta potente para avançar em direções que permitam desvelar as diferentes articulações, adequações, composições e ressignificações diante dessas normatividades standardizadas, além dos esquemas cognitivos e culturais pelas quais são compreendidas.

Os artigos contidos neste dossiê nos trazem agenciamentos múltiplos negociados interativamente (LATOURET, 2016; ORTNER, 2007), entre os quais circulam uma variedade de vocabulários morais que se configuram de forma situada. Os repertórios mobilizados

pelos atores não são encarados aqui como disposições, mas como *dispositivos situacionais* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020). A pluralidade de situações em que os atores das pesquisas aqui apresentadas se deparam exige modos distintos de adequação e ajuste, através dos quais codificam as “ações que convém” e às quais igualmente convencionam e coordenam os dispositivos de ação nos processos interativos (THÉVENOT, 2016). Essa perspectiva supõe um mundo social em constante estado de emergência, sendo os *momentos críticos* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) recursos analíticos valiosos, pois nos permitem apreender de forma localizada as demandas por justiça e sentidos de justo que esses movimentos da vida humana trazem à tona.

Os julgamentos, as ações e as formas de coordenação das ações intra e interpessoais são, no entanto, analisadas a partir do modo como os atores coordenam suas ações (THÉVENOT, 2016). Tal como salientam Boltanski e Thévenot (2020), as pessoas são confrontadas nas sociedades com um pluralismo radical de situações e testes cotidianos, exigindo delas um aparato de competências, justificações e argumentações para fazer valer suas demandas. A ação humana assim concebida transcorre em diferentes sequências nas quais as pessoas mobilizam competências diversas para se adequar a uma dada situação apresentada, cujos momentos públicos de disputa, conflito e controvérsia levam os próprios atores a manifestarem e evidenciar suas razões, críticas ou justificações (BREVIGLIERI; STAVO-DEUBAGE, 1999; MOTA, 2008).

O ator, ao se confrontar com uma situação problemática, necessita colocar em evidência os procedimentos de transação através dos quais os demais atores reduzem suas diferenças, amenizam e apaziguam seus litígios e disputas, buscando, na geometria variável das formas, viabilizar acordos, perenes ou temporários, para prosseguirem em suas ações coletivas. Tais formas de acordo ou desacordo encontradas pelos atores, na vigência de suas interações, constituem, na maior parte das vezes, um refinado conjunto de argumentos e de maneiras práticas de se engajarem numa situação, sopesando seus projetos, selecionando e decidindo finalidades e objetivos, almejando constituir na cena pública um repertório aceitável de gestos para a consecução da ação visada e a articulação com seus pares numa apropriada dinâmica de cooperação e competição. Arelada a essa dinâmica pública de justificação, de denúncia e de reivindicação, há toda uma série de modalidades de experiência e de ação que pode ser pensada, seja sob o título de *regimes de proximidade* (aqueles nos quais vigoram os laços de familiaridade com as coisas e com as pessoas) ou de *regimes de ação pública* (aqueles nos quais se enfatizam os laços públicos), como frisa Thévenot (1994). Os denominados *regimes* entram em relação processual quando observamos como as categorias mais gerais do Direito

imprimem dinâmicas e produzem efeitos nas experiências mais íntimas, como as práticas de bens de consumo de determinados produtos que são qualificados e certificados sob o prisma das boas práticas, por exemplo, ou de um modo mais amplo e geral, na gestão das cidades, da ciência ou de outras instâncias da vida social moderna que estão sob o crivo da *governança pela norma* (THEVENOT, 1997).

Todas essas complexas e compósitas redes de conformação da “realidade”, da “verdade” e das práticas humanas no mundo contemporâneo confrontam-se, como já salientamos, a esses *momentos críticos*, que consistem em movimentos retrospectivos, nos quais se toma distância de dada situação para produzir uma narrativa que faça sentido. Afinal, criticar nada mais é do que se afastar da ação para acessar uma posição externa, tentando considerá-la de outra perspectiva (BOLTANSKI, 2009; FALCÃO, 2019). Podemos tomar a denúncia como a materialização de um *momento crítico* que se refere à operação realizada pelos atores para classificarem o que consideram *justo e injusto* numa situação de disputa entre pessoas e grupos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020; FALCÃO, 2019). Nas situações de disputa aqui apresentadas, os atores se confrontam por meio de provas (*épreuve*) ancoradas em repertórios morais diversos para justificar e legitimar a sua denúncia (BOLTANSKI *et al.*, 1984). Para que o público aceite a denúncia como legítima, as justificações e críticas que a sustentam devem se basear em uma *gramática comum*, sendo ela mesma “produto do trabalho realizado a partir dos argumentos propostos pelos atores nas situações em que se desenvolveram” (BOLTANSKI, 2000, p. 57). No processo de busca de legitimidade, os argumentos precisam adquirir certo grau de generalidade (*montée en généralité*) para que os atores possam convencionar suas ações, decisões e justificativas a fim de que sejam legíveis e compreensíveis na operação dramaturgica da vida cotidiana.

As justificações e críticas são insumos para a análise de situações de *controvérsias*, pois são a partir delas que os atores expõem e articulam diferentes repertórios morais que conferem suporte e legitimidade às suas demandas. As *controvérsias* colocam em perspectiva diferentes compreensões sobre o mundo e os argumentos produzidos para defendê-las. Nas palavras de Latour (2016, p. 43):

Quando nos aproximamos dos lugares onde são criados fatos e máquinas, entramos no meio das controvérsias. Quanto mais nos aproximamos, mais as coisas se tornam controversas. Quando nos dirigimos da vida “cotidiana” para a atividade científica, do homem comum para o de ciência, dos políticos para os especialistas, não nos dirigimos do barulho para o silêncio, da paixão para a razão, do calor para o frio. Vamos de controvérsias para controvérsias.

Essa perspectiva considera o aspecto dramaturgico e teatral da vida cotidiana (CEFAÏ,

2002; FREIRE; REIS, 2003). Para analisar uma *controvérsia* é necessário situar as falas e as categorias acionadas, descrever as expressões e emoções, narrando a dramaticidade e as práticas dos atores envolvidos, para assim dar conta das múltiplas perspectivas colocadas em jogo (FALCÃO, 2019; NARDACCHIONE, 2016). Os autores dos artigos publicados neste dossiê fazem justamente esse exercício. Vale enfatizar que a experiência emocional (HONNETH, 2003) também deve ser levada em conta quando analisamos de que formas o controle é percebido e vivenciado: quando sentimentos de insegurança e injustiça motivam o agir criativo para poder (sobre)viver a um contexto de vigilância e violência; quando embriologistas se utilizam do “feeling” obtido pela acumulação de experiências para exercer seu ofício e classificar o embrião que tem maior probabilidade de fertilizar; ou quando pesquisadores operam sistemas de controle e avaliação a partir de um saber-fazer construído entre redes epistêmicas e políticas. Colocar-se à prova nas interações evidencia a ligação entre cognição e emoção, pois os movimentos da emoção contribuem para dar visibilidade à apreciação sobre o que é convencional ou não. Dessa forma,

O alargamento da perspectiva não provém apenas da diversidade dos tipos de atividade tomadas em consideração, mas igualmente de uma visão menos centrada sobre o ator humano e mais ligada às dinâmicas da relação entre esse ser e seu meio”. (THÉVENOT, 2006, p. 241).

Assim, nossos esforços – seja na tradição da Antropologia Jurídica e Política da UFF, ou na vertente da Sociologia Pragmática francesa – têm se dirigido a exercitar um trabalho que nos ofereça meios de diluirmos as oposições tradicionalmente formuladas, particularmente, entre Ciências Sociais e Direito, com relação à polarização entre regra e prática. Esse ponto é particularmente crítico para o Brasil que se caracteriza pela desarticulação entre a “esfera pública” e o “espaço público” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002), ou seja, entre o mundo das regras, das normas impessoais, uniformes e das interações face a face. Do mesmo modo, o sentido da regra emprestada ao nosso universo, sob o viés dogmático e inquisitorial presente no mundo jurídico brasileiro, concede formas peculiares a *governança pela norma à brasileira*, como salientam Falcão, Mota e Cuervo em um artigo deste dossiê. A centralidade concedida para a autoridade legítima e competente de dizer a norma, resulta na deformação dos padrões e na particularização da aplicação e apropriação singularizada da regra (KANT DE LIMA, 2011). Nossos programas de pesquisa no Brasil e no exterior, desse modo, seguem uma via original ao considerar variações de *regimes* que nos convidam a um confronto com o Direito, rompendo com a divisão de trabalho clássica, segundo a qual os juristas se ocupam da normatividade formal e os sociólogos daquilo que advém das práticas.

Dessa maneira, nossos olhares se dirigem para a compreensão das operações de julgamento e de provas, visando relacionar a política e a moral numa perspectiva weberiana, na qual as justificativas são evidenciadas a partir dos “justos motivos” ou “motivos legítimos” dos juízes e/ou dos cidadãos ordinários, na qualidade de operadores da justiça ou de manejadores das sensibilidades jurídicas locais. Para nós, o Direito e as normas são modos de investimentos que asseguram uma maior validade e perenidade às marcas de referência convencionais, diante de sua capacidade de identificar os seres e de unir-lhes qualidades informadas por gramáticas morais e políticas próprias.

Todavia, em contraposição a uma noção de bem comum habermasiano (HABERMAS, 1990), focalizada sobre a ideia do consenso, concedemos uma maior atenção à elaboração da crítica e das formas de produção do acordo e do desacordo nas situações de interação. Mais do que seguir um “eu” que se apresenta, propomos constituir um quadro, uma variedade de figurações, que não sejam reduzidas a escalas de representações, mas que possam se diferir de acordo com as animações de figurinos, nos quais os seres humanos são equipados da capacidade de ação e de interação entre os atores e os objetos que os circundam. Esse aspecto é potencialmente importante para o nosso “mundo”, no qual a atividade humana exige uma competência extra para lidar com as dimensões da imprevisibilidade marcantes em nossas dinâmicas interacionais, regidas por lógicas como o “você sabe como quem está falando?” (DAMATTA, 1979) ou o da cisma (MOTA, 2018).

Esses *regimes* não devem ser vistos sob um prisma normativo, mas compreendidos a partir da dinâmica das interações e das formas como os atores se apropriam das “normas”. Como assinala Kant de Lima (2000), as normas devem ser analisadas tanto em relação à sua substância como em relação às suas formas de apropriação – universalizadas ou particularizadas, como ocorrem no ambiente doméstico da casa e no ambiente público da rua. Neste sentido, é importante compreendermos o modo como essas operações se inscrevem em distintas lógicas ou *ordens de grandeza* aparentemente distintas. As argumentações e ações articulam-se e inscrevem-se num conjunto de significados e gramáticas que conferem plausibilidade à norma. Ações e justificações ganham, portanto, contornos específicos diante das distinções entre os significados emprestados às categorias mobilizadas em diferentes gramáticas e tradições jurídicas.

No Brasil, por exemplo, o domínio do público não é representado como o lugar da regra local e explícita, de aplicação universal, de todos conhecida e a todos acessível; logo, a todos aplicável igualmente e universalmente. O domínio do público – seja moral, intelectual ou até mesmo sua inscrição no espaço físico – é o lugar controlado pelo Estado, de acordo com “suas”

regras, frequentemente de difícil acesso e, portanto, onde tudo é virtualmente permitido, até que seja proibido ou reprimido pela “autoridade”. Essa espécie de categoria encarnada e, ao mesmo tempo, operador classificatório que detém não só o conhecimento do conteúdo, mas principalmente a competência para a interpretação correta da aplicação particularizada das prescrições gerais, é sempre realizada através das formas e fórmulas implícitas e do acesso privilegiado a elas (KANT DE LIMA, 2000).

Já na França, a *civil law tradition* construiu um *publique* regido por regras universais a serem seguidas por indivíduos participativos e engajados, mas genéricos. O mundo cívico francês requer que todas as relações, para serem legitimadas, sejam mediatizadas pela referência a entidades coletivas que garantam o interesse geral, tais como associações, instituições democráticas etc. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, MOTA, 2014).

Sendo assim, dispomos os artigos neste dossiê de forma a garantir um acesso a essas pluralidades de modos de lidar com a norma e suas repercussões nos modos como os atores coordenam suas ações no domínio das relações ordinárias ou no campo do Direito e/ou da ciência. Mais abaixo dispomos as linhas condutoras dos artigos ora apresentados.

DISPOSITIVOS AVALIATIVOS, MULTIPLICIDADE DE AGÊNCIAS E CONTROVÉRSIAS

Como vimos nesta introdução, a *governança pela norma* é um processo e um modo de operar que está presente em diferentes espaços, sendo visível, principalmente, nos sistemas de avaliação e qualificação dos objetos, da ciência dos bens de consumo, das cidades, entre outros. Esses sistemas são construídos a partir de uma moral que tenta universalizar, pautando critérios discutidos no âmbito de uma *comunidade de comunicação* (OLIVEIRA, 2000), configurando-se, então, a partir de acordos intersubjetivos. Ainda que um sistema de avaliação seja tido como objetivo, ele operacionaliza essas diversas subjetividades, e ao mesmo tempo, é operado por elas (FALCÃO, 2019; LAMONT, 2012), evidente na conformação de regras do uso do espaço público, como na classificação de pesquisas e pesquisadores, onde as normas pautadas em um tipo de acordo são universalizadas em detrimento da variedade de formas de produzir e avaliar.

A explicitação das maneiras como normas e procedimentos são estabelecidos e consensualizados se torna tão importante quanto a abordagem de como são manejados e compreendidos por aqueles sob os quais incidem. A partir do momento em que normas, sistemas

de classificação e *guidelines* se impõem, os atores inseridos em dada situação agem de maneira crítica, seja colocando à prova os conjuntos de *standards*, ou reformulando-os à medida que utilizam a experiência como suporte para coordenação de sua ação. Neste sentido, os artigos aqui publicados elucidam como os processos avaliativos e valorativos são pautados também por critérios singulares, criados a partir da experiência com determinada prática avaliatória. Para o ator agir sobre ou sob esses protocolos normativos é preciso criatividade e produção de crítica para, então, criar justificações que atribuam sentido ao que está sendo colocado em prática.

O texto de Mayra Lafoz apresenta uma rica análise sobre os processos de conformação dos chamados selos de denominação de origem, identificando disputas classificatórias acerca dos critérios considerados justos e legítimos para que um produto alimentar, como os queijos, possa receber certificação. Nesse contexto, a expertise científica é mobilizada para consolidar um consenso em torno do que constitui um objeto de consumo autêntico e especial, processo no qual se consideram elementos como os ingredientes utilizados, a forma como é produzido e a região em que é fabricado. A definição e produção de valor, por conseguinte, residiria nas ideias de “artesanalidade” e distinção da mercadoria, em oposição a um quadro de referência industrial, pautado na rapidez e na larga escala produtiva.

Já Catharina Delaunay e Luís Gouveia analisam como os *standards* são manejados e referenciados a partir do acompanhamento de embriologistas e famílias que utilizam fecundação *in vitro* para gerar um embrião, também suscetível a um sistema de classificação e qualificação. Tal operação considera os estágios embrionários, tomando como referência o desenvolvimento das células e a diversidade de formas como esses estágios são significados na relação entre médicos e pacientes. Ou seja, esses critérios são manejados situacionalmente com base em “esquemas cognitivos, saberes experienciais e padrões normativos (culturais, ético-morais, religiosos, etc.)”, de modo a produzir justificação para a utilização ou não dessas *guidelines*.

Falcão, Mota e Cuervo explicitam a construção de *standards* na avaliação da produção científica e da ética em pesquisa, lançando luz sobre como esses protocolos são operados situacionalmente. Além de trazerem elementos para compreendermos a conformação de plataformas (como a Lattes, a Sucupira e a Brasil) digitais, que assumem e colocam em movimento diferentes moralidades classificatórias, e que podem ser alvo de críticas pelos atores que delas utilizam e por elas são afetados. É evidente nesse trabalho, assim como nos demais, a importância de se dominar esses *standards* para poder se movimentar nesses sistemas avaliativos. Esses autores, assim, colocam em perspectiva manejos e (re)significações destas modalidades de controle, a fim de dar conta de como ocorre algumas dimensões da governança científica no Brasil no cotidiano, atribuindo corpo e vida ao controle, ao descrever como diferentes atores a

vivenciam e a performam.

Os artigos citados acima evidenciam situações nas quais a representação de que ciência só existe apartada da sociedade, e, por conseguinte, da política, é posta em xeque. O que vemos aqui é justamente a ciência sendo usada para validar um objeto ou uma ação, ou melhor, dizendo, a política conformando quais serão os objetos a serem analisados. Também é importante evidenciar as operações que podem ser feitas com a dupla, comumente pensada como um par antagônico – objetivo/subjetivo, objetividade/subjetividade – que pode ser tomada como uma forma de conceber o mundo a partir de um olhar disciplinado.

Ora, vemos neste dossiê que algo concebido e classificado como produto de um exercício objetivo é acionado a partir de múltiplas experiências e registros. O *feeling* classificatório de um embrião, o saber-fazer avaliativo na produção científica e ética em pesquisa ou a conformação de um selo certificador colocam à prova a pretensa objetividade das ciências e parâmetros formatados a partir dessa concepção dual da construção do conhecimento. Pares de opostos relacionados como política-ciência/técnica e subjetivo-objetivo são, assim, produtos de uma concepção homogeneizadora que se coloca como abstrata e impenetrável. Latour (2016), partindo de observação etnográfica de cientistas exercendo seus ofícios em laboratórios, concluiu que a produção do conhecimento classificado como “científico”, como toda obra humana, é dotada de valores, afetos e política. O que os artigos aqui dispostos nos trazem, neste sentido, são análises atentas dos fios conformadores das normas que se pretendem neutras, objetivas e universais, a produção de conhecimento que as legitima e como são reapropriadas de forma situada pelos agentes.

AS CIDADES: ENTRE USOS E CONTROLES

Para compreensão dos fenômenos de controle e governança em cidades brasileiras contemporâneas, dispomos de um conjunto de trabalhos etnográficos que conferem destaque às modalidades de gestão da cidade em conformação em diferentes contextos, e que lançam luz sobre como atores agem sobre ou sob esses protocolos normativos. Assim também se destacam “[...] as moralidades e gramáticas envolvidas na confecção dos repertórios e vocabulários de motivações que organizam as justificações e orientam as ações” desses atores nas suas demandas por justiça, direitos “[...] e/ou mesmo de reconhecimento de seus pleitos no contexto de interação nas arenas públicas” (MOTA, 2014, p. 39).

Esses trabalhos conferem destaque aos processos de regulação do uso dos espaços, em andamento em todas as situações analisadas, seus efeitos sobre os acessos e as práticas de diferentes conjuntos de atores, bem como as estratégias por eles acionadas em função da articulação, adequação e ressignificação das normatizações em curso.

Convidamos o leitor a observar como as etnografias urbanas que compõem o dossiê documentam a consolidação de uma compreensão muito particular dos problemas de manutenção da ordem pública, e que envolvem a intensificação da experiência de insegurança pessoal apontada por Silva (1999) como um fenômeno que incidirá sobre a gestão urbana nas últimas décadas no Brasil. Sob a narrativa da desordem e o pressuposto da presença do Estado, via policiamento, como recurso à neutralização dos conflitos (que emergirá de diferentes maneiras nesse conjunto de artigos). Esses trabalhos nos permitem visualizar as contingências das relações de força entre os diferentes segmentos e atores que se defrontam contextualmente diante das diversas formas através das quais as regras instituídas e institucionalmente garantidas são, em situação, interpretadas, aceitas, evitadas, contornadas, confrontadas etc.

Dessa maneira, a cidade nada mais é do que um contexto possível de realização da vida em conjunto, suas características intrínsecas refletindo uma ordem moral caracterizada pelo atravessamento entre diferentes ordens de grandeza e, portanto, um rico contexto de análise dos processos em curso. O contexto de um capitalismo mundializado, neste sentido, é acompanhado pela intensificação dos processos de urbanização, incidindo, sobretudo, na redefinição de um sentido de cidade.

Aos interesses de uma socioantropologia urbana da moral, se destaca nas cidades contemporâneas uma condição de copresença marcada pela coexistência de uma pluralidade de ideais de bem. Essa pluralidade é, por um lado, uma realidade sobre a qual se define a experiência cidadina em si mesma e, por outro, caracterizada, em sua conformação, pelas desigualdades de acesso à cidade produzidas no interior do próprio sistema de produção (inclusive do espaço) em dado momento histórico. Assim sendo, a grandeza e a ruína da cidade se encerram em sua conformação diversa, dinâmica e iminentemente conflitiva.

Ao mesmo tempo, no interior de um processo de consolidação de uma governança por objetivos (THÉVENOT, 1997, 2019, 2015b, 2020), podemos observar os modos como os conflitos serão objeto de intervenção através das modalidades de gestão dos espaços urbanos na atualidade. A normatização da vida urbana se dará, segundo Breviglieri (2013), através da elaboração de um espaço defensivo e que implica em uma demanda urgente de garantias sobre sua reformulação e seu bom uso. Essa gestão da ordem pública se exime do papel de dispositivo democrático de conciliação pelo diálogo com os desejos racionais dos habitantes, como

destaca o autor em artigo intitulado “**Uma brecha crítica na “cidade garantida”?** **Espaços intermediários e arquiteturas de uso**” (publicado traduzido neste número da *Antropolítica*)

Apontando para um processo de fragilização do Estado de direito, Cheyns e Thévenot (2019) atestam para os atravessamentos locais produzidos por instâncias não estatais de regulação. Um novo padrão, que desloca a regulamentação legal dos Estados-nação para as mãos de atores econômicos e sociais supraestatais (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020). Do mesmo modo, as questões locais são invisibilizadas em favor de um sentido de cidade que é exterior a uma conformação urbana particular, que a subordina, incidindo sobre uma forma de cidadania paradoxal, porque alijada de um sentido de bem comum.

Essa *cidade garantida* (BREVIGLIERI, 2013) é gerida em função da administração do caos, tendo como objetivo primordial a promoção de um ordenamento dos espaços públicos com a promessa de uma harmonia falaciosa. Os conflitos entre as moralidades em coexistência, as desigualdades de acesso a serviços, à infraestrutura ou a condições de vida e moradia satisfatórias são subordinados a uma gramática liberal que visa, exclusivamente, à produção de índices favoráveis, de acordo com os objetivos preestabelecidos e, nesse contexto, articulados a uma lógica mercantil de cidade. Deste modo, essa modalidade de gestão está alienada da compreensão dos reordenamentos sociais que refletem a configuração do espaço urbano.

A perspectiva de análise que nos inspira e atravessa as análises que compõem este dossiê entende esses confrontos como *situações de prova*, que tendem a mobilizar, em função da sua resolução, um horizonte comum de referências normativas e de expectativas, sendo propícios aos reordenamentos e rearranjos (BOLTANSKI; THÉVENOT; 2020). Essas disputas, longe de serem analisadas como fenômenos disruptivos, são percebidas como oportunidades nas quais os atores podem “[...] argumentar, ponderar, ou buscar um ‘princípio superior comum’ que goze de relativa aceitabilidade pública” (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 82, grifo nosso), vislumbrando um horizonte possível.

Por outro lado, Boltanski e Thévenot (2020) partem do pressuposto de que a cidade se caracteriza por um horizonte de acordo, o que, para Freire (2010, p. 137, grifo nosso), é colocado em questão pelos resultados das pesquisas desenvolvidas no cenário da Região Metropolitana do Rio de Janeiro:

[...] o sentimento de insegurança das camadas médias da RMRJ, por ter **maior visibilidade no espaço público**, fundamenta – ou consolida – a construção de estigmas (GOFFMAN, 1975) e de rótulos (BECKER, 2008) a respeito de segmentos pobres da RMRJ.

Em consonância com Silva, a autora destaca que “[...] o pressuposto de universalidade

de acesso ao espaço público não caracteriza o cenário das metrópoles brasileiras” (p. 135), culminando em processos de desumanização de determinados grupos sociais. Os trabalhos que aqui reunimos nos remetem, assim, à pergunta em torno de quais são os horizontes comuns possíveis vislumbrados pelos cidadãos metropolitanos brasileiros e em que medida os processos observáveis em nosso contexto se relacionam com àqueles apontados pela sociologia e antropologia pragmática da crítica.

Ao longo das últimas décadas, observamos a exacerbação dos conflitos instaurados no interior do desenvolvimento do próprio capitalismo. Fenômeno que estimulará, no Brasil, a proeminência de formas de sociabilidade urbana nas quais “[...] a força física [...] deixa de ser um meio de ação regulado por fins que se deseja atingir, para se transformar em um princípio de coordenação (um “regime de ação”) das práticas” (SILVA, 2010, p. 286). Se a violência (que denomina essa forma de sociabilidade) é expressão da ausência da capacidade de agir em comum (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020), cabe refletir de que maneira os arranjos vêm sendo estabelecidos para dar conta do (des/re)ordenamento urbano contemporâneo.

Freire (2010) aborda o *regime de desumanização* como uma forma de coordenação que sustenta a sociabilidade em seu espaço de análise. Essa gramática se articularia em torno não da dignidade dos seres, mas sim do pertencimento a uma humanidade comum, assim, “[...] os seres com ‘humanidade questionada’ têm uma voz que não é reconhecida como legítima no espaço público” (p. 131, grifo do autor). Desse modo, a autora aponta para um ordenamento da coisa pública instaurado em um arranjo excludente entre o Estado e os grupos sociais com maior competência para tornar públicos os seus problemas.

O trabalho de Apoena Mano e Palloma Menezes, bem como o de Talitha Mirian do Amaral Rocha, indicam estados de grandeza (ou pequenez, no caso) que colocam em questão o princípio de dignidade comum de dois conjuntos de atores: os moradores da favela Santa Marta, no Rio de Janeiro, e os mototaxistas que atuam no Morro do Estado, em Niterói, respectivamente. Mano e Menezes discutem os modos como os dispositivos de vigilância compõem o cenário de experiências vividas na favela de Santa Marta, sejam eles operacionalizados por agentes de segurança pública ou traficantes no contexto de ocupação do território. Além do mais, abordam os modos como os moradores mobilizam criativamente dispositivos de (contra)vigilância, dando novas roupagens às dinâmicas sociotécnicas que compõem a gestão desse espaço em favor da sua habitabilidade e da publicização dos seus problemas no contexto de “pacificação” das favelas. Rocha apresenta as práticas de repressão da atividade profissional dos mototaxistas e coloca em questão o direito deles à cidade.

Em ambos os territórios, os *arranjos*¹⁰ que permitem a constituição de um acordo contingente capaz de fundamentar um compromisso, e que está na base dos modos de regulação (pela repressão) do “problema favela”, bem como do trabalho dos mototaxistas, responde a uma conveniência recíproca localizada, em detrimento de um bem geral, mas que exclui os atores diretamente envolvidos (e cujas práticas e condição de vida são tomadas como meros objetos de intervenção). Assim, Mano, Menezes e Rocha nos remetem a “[...] uma metafísica [...] orientadora de uma gramática de justificação pública que busca extrair certos seres de uma humanidade comum” (FREIRE, 2010, p. 120).

Articulando um modelo de gestão assentado sobre um princípio superior comum que prioriza o privado em detrimento do público (BREVIGLIERI, 2013), ao processo de dessolidarização associado ao achatamento do conflito social¹¹ (SILVA, 2010) e a uma gramática de desumanização (FREIRE, 2010), vislumbramos alguns indicativos capazes de elucidar o “ambiente cognitivo e moral” (p. 121) a partir do qual esses cidadãos orientam suas ações cotidianas.

Os textos de Ana Paula Rocha de Oliveira e Julia Galli O’Donnell, assim como o de Manuela Vieira Blanc, nos permitem, por outro lado, visualizar os processos de standardização em andamento em dois outros conjuntos de situações: aquelas que envolvem o processo de reorganização do Carnaval de rua carioca e aquelas que dizem respeito à gestão de um bairro central da capital do estado do Espírito Santo, incidindo sobre o associativismo comunitário. Ambos os trabalhos lançam luz aos reordenamentos em processo de consolidação, às estratégias de articulação e às tentativas de ressignificação das normatizações em curso. Ao mesmo tempo, apontam para os atravessamentos experimentados pelos atores posicionados em estados inferiores no interior dessa ordem de grandeza em suas tentativas de se fazer ouvir, ainda mais críticos em processos que *escapam à justificação*¹², situações de disputa fundamentadas em uma gramática liberal de interesses individuais e, portanto, em nada comprometidas com uma gramática plural de bens comuns.

Observamos *in loco* os modos como os processos deliberativos participativos operam no plano da administração dos conflitos, se isentando do compromisso de contribuir abertamente para a realização do bem comum ao promover uma civilidade liberal através da qual deve se expressar um “espaço de opiniões” na escala do projeto (THÉVENOT, 2008). Ambos os

10 Ver BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020.

11 Fenômeno denunciado pelo autor quanto à gestão da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, mas que o próprio abre a possibilidade de verificação empírica em diferentes cidades brasileiras.

12 Ver BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020.

trabalhos, o de Mano e Menezes e o de Rocha, apontam para as diferentes posições ocupadas pelos atores envolvidos e para uma tendência à fragmentação em torno de interesses particularizados que incide negativamente sobre sua capacidade de agir em comum. Esses atores veem, desse modo, cerceadas as suas possibilidades de ação, tendo ainda enfraquecido o seu potencial de conformação enquanto um *público* capaz de publicizar seus problemas. Como pano de fundo, observamos a questão da insegurança urbana fundamentando a emergência de demandas pelo controle repressivo do uso dos espaços e o questionamento da humanidade comum dos atores que por eles circulam.

Para Breviglieri (2013), a causa da angústia no viver urbano não corresponde à proliferação dos maus ordinários da cidade, mas à profunda ambivalência do próprio cenário: esse espaço diverso que deveria estimular o desenvolvimento de uma maior tolerância. Os trabalhos que aqui reunimos reforçam essa premissa, ao mesmo tempo que nos permitem refletir sobre os efeitos desse processo em contextos como o das cidades brasileiras, marcadas pela [...] “inexistência de um ‘mundo comum’ e para a impossibilidade de viabilizá-lo” (FREIRE, 2010, p. 134, grifo do autor).

As traduções que compõe esta edição da revista *Antropolítica* (os artigos de Laurent Thévenot, que integram o nosso dossiê, e o artigo de Marc Breviglieri, publicado nesta mesma edição da revista) nos conferem importantes indicativos para a análise dos dados empíricos aqui reunidos, bem como inspiram reflexões quanto às especificidades do contexto urbano contemporâneo brasileiro. Pensar em gestão urbana é refletir sobre os seus efeitos sobre a condição cidadina e os modos de vida urbanos que a partir dela se desenvolvem e, portanto, a sua relação com modos de agir em comum.

Esperamos que as leitoras e os leitores desta coletânea percebam que as análises aqui empreendidas evidenciam os dispositivos, a tessitura e a recomposição das novas formas de regulação, controle e certificação dos objetos e pessoas na contemporaneidade em diferentes situações etnográficas no Capitalismo em processo de reconfiguração no século XXI.

REFERÊNCIAS

1. BOLTANSKI, L. **De la critique**: précis de la sociologie de l'émancipation. Paris: Gallimard, 2009.
2. BOLTANSKI, L.; DARRÉ, Y.; SCHILTZ, M. La dénonciation. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 51, mars, 1984. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1984_num_51_1_2212. Acesso em: 21 jun. 2021.
3. BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **A justificação**: sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.
4. BREVIGLIERI, M. Une brèche critique dans la ville garantie? Espaces intercalaires et architectures d'usage. *In*: LANZA, E. C.; PATTARONI, L.; PIRAUD, M.; TIRONE, B. **Le quartier des Grottes à Genève**: de la différence urbaine. Genève: MétisPresses, 2013.
5. BREVIGLIERI, M.; STAVO-DEBAUGE, J. Le geste pragmatique de la sociologie française. Autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 7, p. 7-22, 1999. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9HwgBRe_UoIbU9yUjkwNTQyWnM/view?resourcekey=0-pXA80HaK2gxkChveMART3Q. Acesso em: 18 jun. 2021.
6. BREVIGLIERI, M.; DIAZ, P.; NARDACCHIONE, G. L'expérience latino-américaine de la sociologie pragmatique francophone. **Revue Sociologies**, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologies/6174>. Acesso em: 21 jun 2021.
7. CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **Desvendando evidências simbólicas**: compreensão e conteúdo emancipatório da antropologia. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.
8. CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **Direito legal e insulto moral**: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
9. CEFAÏ, D. "Qu'est-ce qu'une arène publique?". *In*: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (org.). **L'héritage du pragmatisme**. Conflits d'urbanités et épreuves de civisme. Paris: Éditions de l'Aube, 2002
10. CHEYNS, E.; THÉVENOT, L. Le gouvernement par standards de certification consentement et plaintes des communautés affectées. **La Revue des droits de l'homme**, n. 16, p 1-33, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revdh/6843>. Acesso em: 21 jun. 2021.
11. CORRÊA, D. S.; DIAS, R. C. A crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 67-99, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/CRrYxGGY9G7zGsM7RGSfsdq/?lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2021.

12. DAMATTA, R. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. *In*: DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 139-193.
13. FALCÃO, H. G. “**Burocracia da ética**”: uma análise antropológica sobre a regulação da prática da pesquisa científica no Brasil. 2019. 217 f. Orientador: Fabio Reis Mota Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: http://ppgantropologia.sites.uff.br/?page_id=4243. Acesso em: 19 jun. 2021.
14. FREIRE, J. Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, p. 119-142, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7186>. Acesso em: 21 jun. 2021.
15. FREIRE, J.; REIS, G. Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 1, p. 75-102, 2003. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9200>. Acesso em: 25 maio 2019.
16. GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2013.
17. HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1990.
18. HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral das lutas sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
19. KANT DE LIMA, R. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. *In*: GOMES, L. G.; BARBOSA, L.; DRUMMOND, J. A. (org.). **O Brasil não é para Principiantes**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 105-124.
20. KANT DE LIMA, R. **Ensaio de antropologia e de direito**: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2008.
21. LAMONT, M. Toward a Comparative Sociology of Valuation and Evaluation. **Annual Review of Sociology**, v. 38, p. 201-221, 2012.
22. LATOUR, B. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.
23. MOTA, F. R. Deslocamentos, movimentos e engajamentos: as formas plurais da ação humana na perspectiva de Laurent Thévenot. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 23, p. 222-234, 2008. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12031>. Acesso em: 14 jun. 2021.
24. MOTA, F. R. **Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?** Demandas de direitos e

- reconhecimento no Brasil e na França. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014.
25. MOTA, F. R. Do indivíduo blasé aos sujeitos cismados: reflexões antropológicas sobre as políticas de reconhecimento na contemporaneidade. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 44, p. 124-148, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41959>. Acesso em: 14 jun. 2021.
 26. NARDACCHIONE, G. Laurent Thévenot, autor de una sociología heterodoxa en la Francia del siglo XX. In: THÉVENOT, L. **La acción en plural**: una introducion a la sociologia pragmática. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.
 27. OLIVEIRA, R. C. de. O lugar (e em lugar) do método. **Idéias**, Campinas, v. 1/2, p. 174-178, 1996. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie190empdf.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.
 28. ORTNER, S. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M. P. *et al.* (org.). **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007.
 29. SILVA, L. A. M. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/GKPh5kRxjqKDHpWjYdPn3pn/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2021.
 30. SILVA, L. A. M. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 13, p. 115-124, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/6W7KgY6yLBSJxtrrV7BycCs/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2021.
 31. THÉVENOT, L. A new calculable global world in the making: governing through transnational certification standards. In: MENNICKEN, A.; SALAIS, R. (ed.). **The New Politics of Numbers**: Quantification, Administrative Capacity and Democracy. London: Palgrave Macmillan, 2019.
 32. THÉVENOT, L. Autorités à l’épreuve de la critique. Jusqu’aux oppressions du ‘gouvernement par l’objectif. In: FRERE, B. **Le tournant de la théorie critique**. Paris: Desclée de Brouwer, 2015. p. 216-235.
 33. THÉVENOT, L. Sacrifices et bénéfices de l’individu dans un espace public libéral. **Cahiers d’éthique sociale et politique**, n. 5, p. 68-79, 2008. Disponível em: <https://ixtheo.de/Record/164634927X>. Acesso em: 21 jun. 2021.
 34. THÉVENOT, L. Un gouvernement par les normes: Pratiques et politiques des formats d’information. In: CONEIN, B.; THÉVENOT, L. (ed.). **Cognition et information en société**. Paris: Ed. de l’EHESS, 1997. p. 205-241. (Raisons Pratiques 8).
 35. THÉVENOT, L. **La acción en plural**: una introducion a la sociologia pragmática. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.
 36. THÉVENOT, L. Le régime de familiarité: Des choses en personnes. **Genèses**, n. 17,

p.72-101, 1994. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/genes_1155-3219_1994_num_17_1_1262. Acesso em: 19 jun. 2021.

Hully Guedes Falcão

Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1932-3104>. E-mail: hullyfalcao@gmail.com. Colaboração: pesquisa bibliográfica, seleção e sistematização de artigos; redação da apresentação.

Fabio Reis Mota

Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa, pesquisador do Instituto Nacional de Administração de Conflitos. Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7883-8258>. E-mail: reismota@gmail.com. Colaboração: pesquisa bibliográfica, seleção e sistematização de artigos; redação da apresentação.

Manuela Vieira Blanc

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Cidades, Espaços Públicos e Periferias e do Projeto Cep 29: Núcleo capixaba de estudos da experiência humana em meio urbano. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0595-7875>. E-mail: manu_uenf@yahoo.com.br. Colaboração: pesquisa bibliográfica, seleção e sistematização de artigos; redação da apresentação.

Gabriela de Lima Cuervo

Professora I de Sociologia da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0766-0805>. E-mail: bicuervo@gmail.com. Colaboração: pesquisa bibliográfica, seleção e sistematização de artigos; redação da apresentação.

Governar pelas Normas¹

Government by Norms

Laurent Thévenot

École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, França

Tradução de Daniela Velásquez Peláez

Daniela Velásquez Peláez

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Para dar conta de uma forma de governança fundamentada nos *standards* de qualidade e, mais geralmente, da política da informação formal, Laurent Thévenot reconsidera as noções de norma e de informação. A maneira na qual é regulamentada a qualidade e na qual são fixados os *standards* excede a distinção habitual entre as normas sociais, *standards* técnicos e normas de verdade. O autor diferencia os tipos de normalização em função dos “formatos de informação”, que são, eles mesmos, relacionados a diversos regimes de envolvimento e a diversas formas de coordenação. Se origina assim um fundamento novo para criticar a standarização.

Palavras-chave: Normalização, Regimes de envolvimento, Standarização.

1 [N.T.] Uma versão deste artigo foi publicada originalmente em: Un gouvernement par les normes: Pratiques et politiques des formats d’information. In: CONEIN, B.; THEVENOT, L. (ed.). **Cognition et information en société**. Paris: Les Éditions de l’EHESS, 1997. p. 205-241. (Raisons Pratiques 8). O artigo original foi editado e atualizado pelo autor especificamente para este volume, contando com recursos provenientes dos projetos: Projeto Cep 29: Núcleo capixaba de estudos da experiência humana em meio urbano (EDITAL CNPq/FAPES Nº 22/2018 – PROGRAMA PRIMEIROS PROJETOS – PPP, nº 058/2019), coordenado por Manuela Blanc; e Projeto Rede Internacional de Pesquisa sobre administração de conflitos em espaços públicos plurais: desigualdades, justiça e cidadanias em perspectiva comparada, coordenado por Fabio Reis Mota (EDITAL CAPES/PRINT - nº 41/2017, vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos – InEAC e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia- PPGA da Universidade Federal Fluminense).

Recebido em 08 de julho de 2021.

Aceito em 19 de julho de 2021.



ABSTRACT

To account for a form of government embedded on quality standards and, more generally, formal information politics, Laurent Thévenot reconsiders the notions of norm and information. The way in which quality and standards are regulated and fixated exceeds the usual distinction between social norms, standard techniques and true norms. The author distinguishes different types of normality according to “information forms”, which are, themselves, related to different engagement regimes and coordination approaches. It is originated then a new ground for criticizing standardization.

Keywords: Normalization, Engagement regimes, Standardization.

Qual é o tipo de política que compreende o amplo movimento de normalização pelo qual fomos envolvidos? Podemos falar em “política” ao seu respeito, tratá-lo para além da técnica ou da economia que emergem das normas que governam as coisas? Essas questões manterão aqui a nossa atenção em detrimento das três ordens de desafios que elas comportam.

É a amplitude do fenômeno que surpreende em primeiro lugar. O movimento de normalização, acentuado na construção do mercado europeu, transborda amplamente dos domínios técnicos e profissionais especializados. Sua extensão é visível sob o olhar de todos à medida que cresce a lista dos seres de nosso entorno que se submetem às normas europeias – ele vai das áreas de jogo onde as crianças se divertem até as cercas que alinham os campos e configuram as paisagens. Seu alcance político é ao menos perceptível nas reações de agricultores ou de pequenos empreendedores às novas limitações das suas atividades que são atribuídas ao peso de uma autoridade designada como “Europeia”. Qual é então a natureza deste “mercado das normas” (THÉVENOT, 1995a)? Para responder a esses questionamentos, esclarecer a política das normas e viabilizar a sua avaliação crítica, se faz necessário examinar de perto os dispositivos que produzem as referências normativas.

A economia política de mercado, uma rara construção política integrante das coisas, encontra a questão da normalização. No entanto, ela tende a não conhecer mais que o comércio das coisas no seu estado de mercadorias e utilidades. O estudo da normalização deve armar-se de instrumentos menos específicos no sentido do mercado e abrir-se à variedade de “normalidades” que regem os envolvimentos num entorno de seres humanizados, de natureza e de artifício.

Foi para dar conta dessas normalidades variadas que nós desenvolvemos um quadro de análise que distingue os “regimes de envolvimento” segundo as conveniências ou as convenções que os governam. Aplicado à normalização, esse desenvolvimento evidencia particular-

mente um desafio: reelaborar a noção de informação para elucidar suas ligações com a norma. A operação de “compreensão” das coisas e das pessoas que nós situamos no centro dos regimes de envolvimento, é reveladora destes vínculos. Compreender é, em efeito, envolver numa atividade, mas também é apreender pelo conhecimento dos pontos de referência informativos. A compreensão compõe a informação em diversos “formatos”: do indício perceptivo de um gesto a um marcador convencional. Ela obriga a situar a noção de informação em relação a duas outras questões: a sua transformação numa questão comum² nas coordenações e nas figuras do coletivo; e sua incorporação numa atividade que lhe coloca a prova. As duas relações da informação, com o coletivo e a prática, são particularmente visíveis na norma, em razão do seu reconhecimento coletivo e da sua força prescritiva sobre os modos do fazer. Seu estudo requer um deslocamento das noções de informação ou de cognição para sair das categorias de uma psicologia mentalista e aloca-las na coletividade e nos envoltimentos práticos que dela fazem parte. É pela sua abertura nessas questões que as Ciências Sociais podem, sem dúvida, aportar suas maiores contribuições à análise da informação e do conhecimento (THÉVENOT, 1998) e orientar os estudos sobre a cognição por diversos e peculiares caminhos.

Depois de uma apresentação do quadro de análise que nós desenvolvemos para relacionar diversos formatos de informação aos diferentes envoltimentos pragmáticos, uma primeira parte deste artigo utiliza esse quadro para examinar os diferentes lugares onde reside a normatividade das normas: lugares de promulgação que suscitam críticas e justificação sobre a escolha de marcadores formais, mas também lugares para a construção de relações das normas com o mundo real onde se exerce um policiamento das coisas³ que as submete à questão para que suas propriedades lhes sejam extraídas. O quadro proposto resulta atento às implicações morais ou

2 [N.T.] Em conjunto com o autor e com o revisor, buscamos uma tradução mais apropriada para o verbo frasal “mettre en commun” do francês que desse conta de exprimir o seu lugar no âmbito da sociologia pragmática desenvolvida a partir do trabalho do autor e de outros cientistas sociais de outros países. Sobretudo, acentuando a dimensão processual das relações sociais, com os objetos abordados e dos modos de coordenação da ação presentes na atividade de convenção e qualificação das pessoas e dos objetos. Contudo, ao longo das discussões chegamos à conclusão da necessidade de expressar de forma mais direta o seu sentido, pois ele é vital para a construção teórica proposta no artigo. Sendo assim, acordamos que a sua substituição por “transformar numa questão comum” seria mais adequada, pois “mettre en commun”, como utilizado neste contexto, faz referência ao ato da mobilização de uma questão pessoal que, quando comunicada, adquire o estado e o status de um *lugar comum*. Como, ao contar uma história, a compartilhamos com outros acionando um conjunto de sensações e referências, que, ora, remete ao seu conteúdo particular daquele que conta a história contagiando a quem a ouve, ora mobilizando sentimentos e transformando a história em algo que, mais que compartilhado, é comungado por aqueles que são tocados, mobilizados, e inscritos nos fios da história e em suas nuances.

3 [N.T.] O sentido da palavra policiamento, neste contexto remete a uma vigilância constante e não necessariamente a uma ação dos operadores da segurança pública. Remete assim ao ato ou sentido de policiar-se, conforme utilizado no português.

políticas da compreensão dos objetos, das formas de objetividade e de realismo. A segunda parte trata das políticas de informação formalizada (por meio da classificação, dos códigos e dos instrumentos de medida) e se abre a uma confrontação com outras aproximações do fenômeno, que se interessam pelas implicações políticas de uma cognição em sociedade. Na terceira parte, nós observaremos a extensão da normalização dos bens às pessoas, com o estabelecimento de novos sistemas de normalização de competências elementares: referindo-se a uma “sociedade cognitiva”, eles participam da elaboração de uma nova grandeza de informação. Um recuo saudável, necessário para a análise destas construções políticas de base cognitiva, supõe uma abertura crítica à pluralidade dos formatos de informação.

FORMATOS DE INFORMAÇÃO CONVENIENTES AOS DIFERENTES ENVOLVIMENTOS PRAGMÁTICOS

As Ciências Sociais contribuem para o preenchimento de lacunas de reflexão acerca da natureza de uma informação formal; elas chamam a atenção às diversas âncoras dos modos do conhecimento e ao trabalho necessário de desconectar a informação da situação. O programa que nós desenvolvemos encontra sua origem numa investigação sobre a fabricação e utilização da informação formal. A compreensão que compõe a informação foi inicialmente abordada pela cadeia estatística e informática, a qual posteriormente foi ampliada a partir dos investimentos de forma que sustentam as coordenações gerais. Nos interessamos pelas maneiras formatar os seres e os eventos com a finalidade de constituir modos de conhecimento propensos a serem abstratos às coisas, às pessoas e às situações, a serem generalizados e circulados. Em lugar de tomar por certa a solidez das formas coletivas de objetividade social ou, ao contrário, de colocá-la em questão para o aproveitamento de uma negociação local ou de uma indexação, relacionamos a diversidade das formatações informativas às diferentes possibilidades de coordenação.

A informação não está vinculada nem aos coletivos objetivantes, nem aos indivíduos conhecedores, mas sim a uma coordenação problemática. Esta orientação leva a uma preocupação pela concreção da informação, pelo lugar do suporte material que contribui ao seu realismo. Esta abordagem acentua a pluralidade das formas do provável que servem ao julgamento (THÉVENOT, 1992). Uma vez relacionados os investimentos de forma aos modos de coordenação, nos resta nos interrogarmos sobre sua validade desigual: a noção da informação encontra aqui a noção de legitimidade. A formatação utilizável pelas avaliações do bem comum é uma

qualificação segundo uma ordem de grandeza e responde às exigências de justificação pública (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

Uma vez reconhecido que a noção corrente de “informação” depende de julgamentos públicos que governam as coordenações de grande porte, considere outras modalidades de coordenação em ambientes mais restritos assentados numa variedade de formas de informação, das mais gerais e legítimas às referências mais localizadas e personalizadas, relacionando-as a uma pluralidade de *regimes de envolvimento* do ser humano no seu ambiente, o envolvimento sendo caracterizado por uma conveniência que governa as apreciações trazidas pela pessoa na sua conduta e na dinâmica de ajustamento mobilizadas por ela (THÉVENOT, 1990b). À medida que nos afastamos dos regimes que se aproximam da formalização dos modos de conhecimento, para ir em direção aos envoltimentos de proximidade, a informação perde a sua exterioridade formal e se ancora nas referências perceptivas depositadas no curso de uma *familiarização* com o ambiente. As referências não podem ser explícitas, transformadas em questões comuns e nem comunicadas da mesma forma.

Os envoltimentos são apreendidos do ponto de vista dos seres humanos, ainda se a “agência” humana difere de um regime para o outro: o ser convencionalmente qualificado se distingue do indivíduo *projetado (planificado)* ou da pessoa *familiarmente* envolvida com seu ambiente. É do ponto de vista do ser humano que se pode identificar uma normalidade ou uma normatividade, entendidas num sentido mais amplo que aquele coberto pela noção de norma social e das relações com as formas de apreciação dos desenganos numa prova de realidade. A diferença de noções de ação, de prática ou de rotina, o *envolvimento* é caracterizado tanto pela agência humana quanto pela maneira pela qual é compreendido o ambiente envolvente. Assim, o regime de envolvimento da *projeção*⁴ - também nomeado de regime de envolvimento *no*

4 [N.T.] Em outras traduções do autor, tal como a do artigo “Reconhecimentos: com Paul Ricoeur e Axel Honneth” publicada no número 44 da Antropolítica, se faz referência ao *regime de envolvimento no plano* como tradução padrão do “régime d’engagement en plan”. É necessário um trabalho de maior precisão para melhor dimensionarmos o sentido atribuído ao conceito no artigo e na obra do autor. Para tanto, proponho, nesta versão, utilização do termo *regime de envolvimento da projeção*, no lugar de *regime de envolvimento no plano*. “Plano” no Brasil significa traçar certas estratégias visando lograr êxito e prevenindo as condições de desenvolvimento das diferentes etapas envolvidas no plano. Contudo, se no *régime d’engagement en plan* são previstas as dimensões imprevisíveis próprias da coordenação das ações humanas, embora se suponha a possibilidade de conformar instrumentos cognitivos e pragmáticos sustentados pelo manto da previsibilidade. Tanto o plano, como a antecipação, são recursos que no Brasil não estão necessariamente disponíveis nos aparelhos da vida cotidiana ou mesmo das normas, leis, procedimentos burocráticos, administrativos e do mercado envolvidos na circulação dos dispositivos de ação apresentados aqui pelo autor. Portanto, numa adaptação terminológica que exprime o sentido trazido pelo autor, a *projeção* como uma maneira de construção dos planos para o futuro, concede um melhor revestimento do sentido atribuído ao conceito.

plano - repousa não somente na individualização de um agente a quem é atribuída uma agência intencional planificadora, mas igualmente sobre a contrapartida oferecida por um ambiente de objetos compreendidos pelas suas funcionalidades.

A partir dessa conceitualização dos modos de coordenação segundo os *regimes de envolvimento*, a construção proposta responde ao problema de compreender, num mesmo quadro, a conduta de pessoas em coletividade, a ação individualizada ou as relações ao próximo ou ao familiar. A noção de envolvimento faz ressurgir as normatividades elementares que governam as relações com o mundo e ajuda a identificar os diferentes lugares de normatividade do dispositivo de normalização, para depois elucidar os sentimentos de abuso de poder que eles suscitam e que provém de tensões críticas entre formas de envolvimento.

1. O lugar da normatividade das normas

Qual normatividade está contida nas normas e onde ela reside? Colocada tão abruptamente, a questão parece abranger a sua própria resposta. As normas não são necessariamente construídas para serem instrumentos de normatividade? Elas não fixam objetivos, procedimentos de verificação de cumprimento e de sanções? A resposta simples, que segue a definição ideal mais oficial do dispositivo de normalização, não exaure a questão. O dispositivo contém uma pluralidade de lugares de normatividade que buscamos identificar. Para fazê-lo, é necessário explorar diferentes normatividades sem reduzi-las a um modelo único de normas sociais que funcionam como alicerces dos grupos sociais. Devemos manter-nos atentos, ao contrário, às diversas normalidades implicadas nas relações com as coisas e com as diferentes figuras do coletivo nas quais o comércio com as coisas encontra lugar.

Se nós relacionamos as referências informativas aos modos de envolvimento que elas garantem, a informação se inscreve de imediato numa ideia de normatividade que não está mais isolada ou reservada a uma noção de valor, e sim inscrita no quadro de apreciação daquilo que convém. Em certos regimes, o quadro avaliativo se afasta consideravelmente da noção de valor por se aproximar a um objetivo mais limitado, fechando-se no sucesso de uma ação de *projeção* ou de um acomodamento *familiar*. Uma vez especificado um regime de convenções coletivas que servem para coordenar as condutas em relação às ordens de *justificação*, o estudo da normalização não a reduz à identificação do gênero de convenção que sustenta a norma? Em efeito, a decomposição do dispositivo mostra que a normalização está longe de se reduzir a apenas um regime de convenções coletivas justificáveis. A pesquisa sobre as normas de segurança, que será explorada mais adiante, mostra que o mecanismo de normalização funciona na conjunção de diversos regimes e formatos de informação, tal análise lança uma nova luz sobre as tensões

internas aos processos, suas transformações históricas e suas implicações políticas.

Justificação e normalização

Começamos por observar a norma nos seus momentos de crítica e justificação pública, enquanto a validade da referência normativa é questionada assim como os controles que ela supõe e nos quais ela deve relacionar-se com convenções coletivas. A referência convencional está inscrita numa argumentação e as justificações legítimas que aludem ao bem comum são convocadas quando associadas à emergência de causas críticas.

Normalização e qualificação industrial

A normalização das coisas ou dos métodos é particularmente propícia a uma qualificação de grandeza *industrial* como nós, eu e Luc Boltanski, o reconhecemos ao estudar esta ordem (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). Os seres são postos em série segundo critérios formais propícios à abstração da medida e ao seu transporte. As análises empíricas confirmaram que nas colocações a prova operadas segundo essa grandeza (a industrial), as normas são inevitavelmente convocadas em situações tão diferentes quanto na fabricação de um produto alimentício com denominação de origem (THÉVENOT, 1989), na obtenção de um crédito num banco popular (WISSLER, 1989), num conselho de classe (DEROUET, 1992), na mobília pedagógica (NORMAND, 1997), e no desenvolvimento de um ambiente natural (LAFAYE; THÉVENOT, 1993; MORAND, 1997; THÉVENOT, 1996a).

Na história da normalização, as justificações de ordem de grandeza industrial foram as primeiras, posto que tratam da standardização para assegurar o aumento da eficácia, para evitar a incompatibilidade entre equipamentos e métodos, ou diminuir a divergência no uso de produtos fabricáveis – divergência esta que injustificável aos olhos de quem os utiliza na sua funcionalidade normal. A normalização foi, num começo, problema dos fabricantes que procuravam economias de variedade e permutabilidade de produtos em virtude da uniformização de tipos. A literatura econômica recente consagrada à normalização é focada na difusão e adoção de *standards* de compatibilidade, ainda quando as modelizações propostas são estendidas à dinâmica das normas sociais (DAVID, 1994).

Quais são os instrumentos de medida para as diferentes ordens de qualificação?

A análise aprofundada dos casos mencionados anteriormente mostra que as normas técnicas são frequentemente utilizadas nos julgamentos que vão para além da justificação industrial para se orientar em direção de uma outra grandeza, seja ela *doméstica* (agroalimentar, ban-

co popular), *cívica* (estabelecimento escolar) ou mesmo *verde* (projeto de planejamento de um parque natural). Em alguns casos concretos, se busca a correspondência entre os *compromissos* e a compatibilidade local entre diversas ordens de justificação pesquisadas, como no aparelho escolar de educação nacional, o qual repousa amplamente num compromisso *cívico-industrial* (DEROUET, 1992).

Entretanto, em outras situações, os instrumentos apropriados para a prova de grandeza industrial são convocados para sustentar uma causa que se justifica de outras maneiras. Em lugar de um compromisso, trata-se de um recurso instrumental para uma forma de prova não congruente com a grandeza que se pretende principal. Assim, os ecologistas podem constituir um dossiê tomando emprestado o tipo de aparelhagem de prova *industrial* que os planejadores industriais utilizam para sustentar o projeto de desenvolvimento contra o qual estão lutando. As provas de grandeza não industrial usam normas, mas normas de outro gênero: sociais (costumeiras na ordem *domestica*), jurídicas (na ordem *cívica*). Essas últimas não permitem a medida pela aparelhagem que está no cerne do dispositivo contemporâneo da normalização. Em todos esses casos, é possível observar que as qualificações diversas recorrem, instrumentalmente, a uma prova de ordem *industrial*.

Qualidades mercantilizáveis

Entre as convenções próprias da ordem *mercantil*, a moeda vem imediatamente em mente, já que é, por excelência, a medida comum das avaliações de preço e norma. Mas não se deve esquecer das convenções requeridas para consolidar os suportes dessa avaliação monetária: os bens em si mesmos. A identificação comum dos bens constitui um pilar da pretensão de justiça nas relações mercantis, é normal que uma longa história de tratamento da qualidade das mercadorias seja acompanhada da expansão dos mercados. Longe da crença economista na naturalidade de um tratamento das coisas no estado de mercadoria, as sociedades humanas têm construído este artifício moral, esta “qualidade moral” no senso de Pufendorf, com o fim de poder segurar nela os julgamentos. Para não ser demasiado vago ou se orientar demais pelas convenções sociais, a “construção social dos mercados” deve ser compreendida ao lado das convenções mercantis, a diversidade de convenções que dão suporte à identidade dos bens. Sob acordos coletivos do regime de justificação, se verá, na próxima seção, o lugar das convenções ou conveniências mais limitadas e localizadas contribuintes ao policiamento das mercadorias.

Dos standards comerciais de marcas às próteses normalizadoras do mercado

A extensão do mercado não acontece tão espontaneamente quanto a teoria econômica

dos mercados concorrentes ou as tabelas sobre a inevitável globalização do comércio tendem a fazer acreditar. Ela é acompanhada de todo um equipamento de artefatos técnicos e convencionais que não são simplesmente implementações de dispositivos de qualificação mercantil. Esse equipamento conduz a especificar a fórmula de Polanyi de um mercado “incrustado”, e a distinguir os acontecimentos de mercados histórica e culturalmente situados apontando às tensões críticas que cada um esconde.

As empresas já contribuem a uma internacionalização e a uma standardização de fato, graças ao equipamento das marcas. A sinalização das marcas e a materialização do reconhecimento (logos, ícones normalizados, marcas registradas, rótulos e denominações controladas) não conhecem seu desenvolvimento pleno a não ser pela condição de serem sustentadas não só pelos lugares de mercado, como também por um imponente dispositivo de visibilidade e difusão da ordem do *renome*. A transposição de marcas de empresas para além dos limites da arena mercantil instaura uma qualificação pelo reconhecimento na opinião que não se encontra inscrita na ordem *mercantil*. Elencada na sua lógica própria, essa qualificação não é verdadeiramente aberta a uma prova de concorrência e tende verdadeiramente a uma uniformização que de fato prejudica a variedade no mercado de produtos. É uma tal uniformização que é procurada pelo processo de “massificação” e, atualmente, da “macdonalização”. Nas tipologias das normas, esta standardização “de fato” se opõe às standardizações “de lei”, apelando aos regulamentos. A designação da norma “de fato” é, não obstante, errônea se tomarmos como medida o aparelho industrial de uniformização e de controle disponibilizado pela empresa, a qual duplica o dispositivo de compromisso de marketing orientado ao mercado e à opinião. Quanto à normalização “de lei”, ela se aproxima da gestão contratual de marcas com a transformação progressiva de uma normalização regulamentada pelo Estado numa normalização “voluntária”.

Este tipo de normalização contratual ocupa um lugar central na internacionalização dos mercados e na construção europeia. A autoridade de Estado no policiamento das mercadorias, em parte, se reporta a um dispositivo contratual governado pelas normas de qualidade. Em resultado, um composto de liberalismo e de normalização metrológica. A fórmula mesmo deste “liberalismo normalizador” indica que ele contém fortes tensões internas. Opacado pela cobertura técnica, esse movimento tem grande abrangência. Ele modifica a maneira de conceber os objetos técnicos na sua valoração econômica, recompõe as figuras clássicas do produtor e do consumidor, alterando até mesmo as concepções políticas de cidadania, os modos de intervenção e as formas adequadas de governança.

Normas para os direitos cívicos: do consumidor ao cidadão

As justificações que modelam o dispositivo de normalização não correspondem apenas a uma ordem *industrial* ou *mercantil*, elas também podem se ancorar numa ordem *cívica* na medida em que visam a proteção dos direitos de cidadãos. A partir de uma racionalização da engenharia, da política de mercado, a normalização amplia sua vocação para responder não somente aos agenciamentos de produtores, de vendedores e compradores, mas também de consumidores ou cidadãos que fogem das qualificações *industrial* e *mercantil*. É possível observar isso em termos das normas de segurança dos produtos, ou das normas ambientais e agroambientais. Tal como no caso do direito do trabalho –desenvolvido para remediar as assimetrias de poder em que a figura contratual de um acordo de vontades é ignorada –, o direito do consumidor foi desenvolvido para corrigir a desigualdade do contrato mercantil com o produtor (KESSOUS, 1997). Ao se desvincular pouco a pouco da política do mercado e da repressão de fraudes a proteção se estende aos riscos de utilização (Lei de 1978), depois à segurança e à saúde dentro do quadro de uma “proteção do consumidor” (Lei de 1983) (*idem*). Esta orientação cívica foi inicialmente levada em consideração pelos serviços públicos, no prolongamento de uma metrologia de Estado, até o momento em que a normalização regulamentaria foi questionada em nome do imperativo mercantil da concorrência. As diretivas europeias favoreceram enormemente a substituição de regulamentos de Estado pelos procedimentos de regulamentação que participam de uma chamada cadeia de conformação voluntária e que obrigam a uma formalização da informação ao longo da corrente certificadora.

O POLICIAMENTO DAS COISAS: DA NORMA À PROVA

As diferentes justificações dos processos de normalização podem ser vistas em espaços propícios para a argumentação pública, entre eles os comitês de normalização, onde os parâmetros e métodos são inscritos no texto da norma. Nesses espaços, os julgamentos e provas são então submetidos à exigência de uma qualificação geral. Apesar disso, grande parte da maquinaria de normalização se dedica à aplicação das normas: operações de medida que colocam à prova para julgar a conformidade de uma coisa. Essas operações nos levam em direção a outros lugares e a outros tipos de normatividade que não estão mais governados por um regime de justificação. Longe das convenções coletivas, a apreciação da conformidade é sustentada pelas conveniências do *envolvimento na projeção* numa ação normal, ou ainda pelo *envolvimento*

familiar numa ação habitual, nas quais estão implicados os acomodamentos familiares dos experimentadores profissionais ou usuários.

A pesquisa mostra que as medidas de conformidade às normas não podem ser limitadas ao regime ao qual o cientista adere nas suas publicações, e nem visam compreender completamente as coisas a partir das suas propriedades físico-químicas relacionando seu comportamento às leis (THÉVENOT, 1993a). A política da segurança é uma quadratura das coisas mais desajeitada: ela deve integrar as utilizações “razoavelmente previsíveis” de uma coisa, que não necessariamente se ajustam às leis científicas. No quadro da natureza finalmente produzida pelo laboratório científico, a agência humana deve desaparecer. Na normalização dos bens, pelo contrário, é impossível ignorar os *envolvimentos* de tal agência humana no uso da coisa.

Os agenciamentos do indivíduo e do objeto

Se Marx desmontou o “fetichismo da mercadoria” ao nos ensinar a reconhecer o “valor de uso”, a pesquisa deve prolongar-se via uma investigação sobre uma outra espécie de fetichismo, aquele da utilidade, que envolve também as “relações sociais”. O valor de uso permanece infelizmente naturalizado na oposição ao valor de mercado, ainda mesmo que o termo “valor” deva indicar uma avaliação comum e incitar a pesquisar as convenções coletivas que a sustentam. O que pode ser que ilumine essa questão é seguir uma política da segurança dos objetos que não se restrinja ao valor convencional mercantil, mas que estenda o seu alcance a uma compreensão funcional do *envolvimento na projeção* e, ainda, vá além de certas variações idiossincráticas do uso do *envolvimento familiar*. A compreensão dos efeitos da normalização não deve limitar-se a uma uniformização social frequentemente denunciada porque o indivíduo não teria mais lugar ali. A normalização funcional é, em efeito, congruente com uma individualização da agência humana.

A redução dos envolvimentos funcionais e familiares com as propriedades do objeto

A normalização orientada por um imperativo de segurança comporta assim tensões internas que precisam ser evidenciadas com a finalidade de conduzir uma análise crítica. A qual supõe a compreensão do objeto nos diversos *envolvimentos* da transação de mercado e a observação das diferentes agências do comprador e do vendedor. Da mesma maneira que os estudos sobre o trabalho reivindicam o lado do intercâmbio contratual que considera um domínio tanto do envolvimento na projeção quanto a habilidade do envolvimento familiar. Do mesmo modo o problema da utilização obriga ao aprendizado dos usos nas experiências da compra, todas elas distintas. O imperativo de segurança demanda que o objeto seja colocado à prova na utilização,

e o horizonte do acidente convida a ir além do funcionamento normal para observar os usos desviantes. A consideração dos usos acomodados, familiares ou mesmo exploratórios, deve, portanto, resultar numa qualificação do produto que seja propícia à entrada no mercado. A maquinaria do teste transforma, assim, os envoltivos funcionais para a *projeção* de uma ação “normal”, ou as acomodações pessoais na *familiaridade* em propriedades dos objetos, podendo passar pelas extensões de propriedades físico-químicas.

Um meio maior de transformação consiste, para o técnico de normalização, em prolongar o trabalho de ajustamento e, inspirado pelo seu colega metrologista, construa até mesmo protótipos para o ser humano. Bem entendido, o ajustamento de protótipos é imponente para operar a redução perfeita de um regime de envolvimento a outro: não se pode compreender a agência humana relevando o regime de envolvimento na projeção com a ajuda das propriedades intrínsecas do objeto envolvido. Na melhor das hipóteses, os suplentes da ação serão aprendidos a partir de regularidades comportamentais integradas no teste. No teste de um porta-bebês, por exemplo, o suporte é submetido a agitações regulares de cima a abaixo que simulam os sobressaltos ocasionados pelo caminhar do ser humano que carrega o bebê.

A redução parece ser melhor sucedida do que o ajustamento de protótipos, pois a última se relaciona em si mesma às propriedades físico-químicas fundamentais que a fizeram objeto de uma metrologia científica. Assim, o bebê que ocupa a ação de deglutição é colocado em propriedade a partir de uma boca-padrão, reduzida a um gabarito que tem a forma mais pura de um cilindro cujo fundo é inclinado num ângulo de 45°, e sobre as dimensões acordadas pelos membros da comissão de normalização (documento CENT/TC 252/WG 3, N104 do 22/12/1993). Com a redução do bebê a essas propriedades físicas elementares, parece ser possível conter as ações humanas que levam a diferentes regimes de envolvimento que diferem na sua compreensão do mundo envolvente. Ainda reduzido a propriedades elementares, o protótipo pode ainda trazer estigmas de uma ação humana anterior. O ajustamento do protótipo da mão humana que segura o berço e que está integrada no teste de “estabilidade longitudinal” se concretiza num tubo de diâmetro de 10mm/80mm (idem N104). Um técnico denuncia que essa escolha se deveu “ao tubo que eles tinham em mãos” no laboratório onde inicialmente haviam preparado o teste ao qual ajustaram a norma posteriormente. Num outro caso é denunciado o agente humano, sob o argumento de que no teste foi tomado “o ferro angular que havia à vista e foi ele que entrou na norma ainda que hoje não seja possível encontra-lo” (técnico de laboratório de ensaio).

A agência humana no transporte das propriedades

Estranhamente, as normas têm a pretensão de evitar a aporia da regra, incluindo as regras na sua própria aplicação. Sem ter lido Wittgenstein, Kripke ou Goodman, sem se lembrar da regressão infinita dos “instrumentos judicatórios” aos quais Montagne se refere, os normalizadores de campo sabem, pela experiência, que a regra da regra não parará a “roleta” infinita, segundo os termos de Montaigne. Os técnicos encarregados da prática das normas, nos laboratórios de Estado ou nas empresas privadas, falam sem parar de “elaborar”, “assegurar”, “manter”, “uma interpretação”: “quando existe a norma, existe um texto, uma lei, mas há também uma interpretação” (técnico de segurança de uma empresa). Esse vocabulário de interpretação, todo apontando à colocação em prática da regra, arrisca de parar a reflexão sobre um tipo de fascinação frente ao abismo interpretativo que explorou intensivamente o movimento pós-moderno. É insuficiente para precisar o tipo de envolvimento sobre o qual repousam as convenções.

Um técnico de empresa encarregado das questões de padronização é então obrigado a manter as propriedades pagando por elas pessoalmente e, se assim se pode dizer, pelo seu produto, e a manter a “interpretação comum” da norma através de ações e acomodações locais. Para preparar um teste efetuado por um laboratório britânico num produto francês, ele se transporta com seu produto antes da elaboração de uma interpretação comum da aplicação da norma a um novo objeto. A “negociação” que se segue tem lugar depois de cada grande inovação mas opera na base das referências estabelecidas no momento de “interpretações” anteriores. No caso de uma reorganização administrativa que levou a uma mobilidade significativa do pessoal de um laboratório britânico, o estabelecimento da interpretação nos envoltórios familiares foi destruído e as referências de acomodamento devem ser fixadas novamente nos lugares, em pessoa e em coisa:

Conheci uma personagem nova. É isso que é interessante no âmbito das normas, o *approach* da pessoa: como ela responde a suas perguntas, como elas serão interpretadas, como elas são situadas em nível de conhecimento. Para os novos, o terreno é virgem. Eu tinha feito contatos, feito certas interpretações com a pessoa anterior. Aquilo que eu quero, é que aquilo que adquiri possa ser transportado à nova pessoa, todas as minhas anotações etc. [...]. No âmbito dos ensaios de estabilidade, o posicionamento do manequim no carrinho de bebê, nós não damos a norma de como prendê-lo. Para os carrinhos de passeio, no limite, isso pode fazer com que eles tombem. Isso coloca um problema de transferência com o novo. Para o novo carrinho, eu já havia negociado interpretações. Fazê-lo aceitar não era evidente porque não tinha toda essa anterioridade. (técnico de segurança da empresa).

2. Políticas da informação normalizada

Depois de identificar os diferentes tipos de normatividade que se ocultam no seio do dispositivo de normalização, nós estamos melhor equipados para tratar das implicações políticas da adaptação e colocação das normas. Nosso quadro de análise é propício a esse exame, pois ele trata das formas elementares de *envolvimento* das pessoas, bem como das construções políticas e morais do acordo e do desacordo. Centraremos a nossa atenção nas modalidades de composição de diferentes formatos de informação e nas consequências de uma redução dentre as quais opera uma “emergência da política”. A investigação sobre a normalização se abre enquanto uma reflexão mais ampla sobre a política da informação formalizada que prolonga um programa anterior sobre a política das estatísticas (DESROSIÈRES, 1993; THÉVENOT, 1990a, 1994a). Enquanto ela transborda dos universos profissionais, técnicos e econômicos, para imiscuir-se em todos os lugares da nossa vida cotidiana, a informação formalizada suscita as tensões com outros modos de informação e de conhecimento pertinentes nas relações com o mundo que não estão submetidas às mesmas exigências de governança pública. A análise crítica da normalização não saberá então parar na uniformização que implica a estandardização. Ela deverá se interessar pelas consequências das operações de formalização em outros formatos de informação e pelos envoltimentos que os sustentam. Ao mesmo tempo que ela estende o propósito à informação normalizada, esta segunda parte se abre a uma confrontação com outras abordagens sociológicas dos fenômenos de normalização da informação, que nos interessam porque eles chamam a atenção para suas implicações políticas.

OS REPRESENTANTES EM QUESTÃO: DELEGADOS, MINORIAS E ENVOLVIMENTOS MÚLTIPLOS NAS CONVENÇÕES

Uma modalidade importante da politização dos temas estudados aqui gira em torno da questão dos representantes e da representação. Bruno Latour e Michel Callon colocaram essa noção no centro da sua construção sociológica original. Seu mundo é povoado por representantes, delegados, tenentes. Apesar dessas personagens e das intrigas nas quais eles se envolvem em ocasiões controversas, esta sociologia não se interessa pelas condições da discussão, da crítica ou até mesmo da negociação aberta entre porta-vozes. Ela se ocupa, numa concepção diferente das relações políticas, da maneira pela qual os arranjos de fazem e se desfazem, de fato. O principal questionamento diz respeito à força do representante, em consonância com a refle-

xão política e semiológica que Hobbes consagrou àquele que autoriza e assinala a autoridade. A revelação das pretensões do representante, que se encontra em outras sociologias como a de Pierre Bourdieu, consiste então em revelar a rede de interesses em cujo extremo o porta-voz não saberia desvincular-se como um tenente de suas tropas. O encadeamento das redes transborda a delegação humana em razão do papel atribuído aos actantes não humanos que dele participam e que desempenham, também, o ofício de delegados (CALLON; LAW, 1989).

A metrologia ilustra perfeitamente estas configurações em rede, nas quais os representantes de unidade da medida científica se prolongam em múltiplas ramificações. É por isso que Latour se interessa por isso desde cedo, preocupado por trazer à luz as correntes de seres humanos e os instrumentos que contribuem para a extensão da ciência ao mundo (LATOUR, 1995). Assinalamos que o caso da metrologia difere de outros campos estudados pela sociologia do ator-rede, nos quais é a rede que detém o representante, e os nódulos de controvérsia ou tradução são revelados pelo trabalho do sociólogo ainda se a última opção opera seguindo os atores. No caso da metrologia, a rede é reconhecida e valorizada pelos mesmos atores. Procedendo de uma “traçabilidade” que permite a reconstituição, elo por elo, da identidade do objeto, ele oferece periodicamente o espetáculo de colocar a prova cada um dos seus elos. Essa diferença, entre uma rede de referência para os atores e uma rede revelada pelo pesquisador como rendimento da sua pesquisa, é significativa se cuidamos da maneira na qual os atores tratam e apreciam seus envolvimento: benefícios das redes que transportam e consolidam um valor de referência numa reputação, uma metrologia ou uma traçabilidade; delitos de um poder que transborda da capacidade normal e provoca uma dependência da qual gostaríamos de nos desprendermos.

Crítica a uma sociologia de delegados e política de minorias

A sociologia dos porta-vozes oscila entre a pintura de uma base agitada, no auge das controvérsias, e a constatação desiludida da inelutável condenação ao silêncio dos porta-vozes fora desses momentos. As críticas são levantadas contra essa segunda posição e contra a política subjacente que só dá a palavra aos grandes portadores privilegiados. Friedberg (1993, p. 207) escreve assim:

A saída de Callon e Latour vem a seguir exclusivamente o pensamento do ou dos tradutores (do ou dos inovadores) em detrimento de todos os outros atores. Ela demanda que nos coloquemos unicamente no lugar do ou dos tradutores, em lugar de se colocar sucessivamente na posição de todos os atores preocupados pela reconstituição do sistema de relações que os vincula.

Suzan Leigh Star se atentam à mesma questão em suas pesquisas sobre o assunto abor-

dado aqui: normas de informação inscritas nas classificações internacionais (Bowker e Star, 1997) e convenções (STAR, 1991). Ela demanda que a voz seja devolvida aos atores alinhados sob o representante e aos deixados por conta das convenções. Nesse debate, nós daremos atenção à transferência entre modelos sociológicos e modelos sociais e políticos.

A crítica de Star se une ao *liberalismo* político em sua relutância à delegação coletiva que uniformiza e aos *standards* que ignoram as diferenças entre os indivíduos. Nos motivos de desconfiança ao olhar das delegações e traduções, o argumento, não obstante, se afasta do liberalismo. O caso em questão é um *standard* de mercado que não é uma norma decretada *de lei* e sim uma norma *de fato*: proveniente de uma política privada de empresas, um produto se generaliza a partir da implementação multinacional e de imitações que asseguram ao *standard* sua cobertura mundial. Star (1991) não estabelece a vinculação simples entre o liberalismo político e o liberalismo econômico que apresenta rotineiramente o *laissez-faire* do segundo como o protetor da liberdade individual defendida pelo primeiro. Ela denuncia que o hambúrguer padrão não lhe convém, pois tem alergia a cebola. A diferença entre indivíduos é vista como desigualdade de acesso e, longe de uma desvantagem de natureza, a desigualdade é tematizada como a lacuna entre uma minoria e uma maioria que constitui a base do *standard*. A falta de poder de compra de um grupo de interesse particular (“special needs”) composto por pessoas alérgicas a cebola, não cria um “nicho de mercado” que tenha como objetivo um novo *standard* sem cebolas. A ilustração mostra que a prova do mercado não é adequada para regulamentar a qualificação de um produto que é aqui em parte *cívico*, pois ela deve prevenir um risco de saúde ou compensar uma deficiência. Mais do que olhar para esse componente cívico comum às normas de saúde ou segurança, Star (1991) circunscreve a questão numa política de defesa das minorias. Essa política comporta elementos cívicos na denúncia de desigualdades entre maiorias e minorias, mas igualmente toma emprestada, das figuras políticas de inspiração liberal, a valoração de uma composição multicultural da coisa pública.

A “política da identidade” à qual Star (1991) se refere não se limita a um pleito multicultural que apoia novas convenções fundamentadas nos pertencimentos minoritários. O múltiplo não é apenas configurado no nível da sociedade, uma pluralidade liberal de indivíduos ou num multiculturalismo de grupos identitários, mas figura no nível da pessoa a partir do tema da “personalidade múltipla” que retorna positivamente. Ao invés de que um espaço público seja composto a partir de uma confrontação *liberal* de escolhas identitárias, é a personalidade mesma que é apresentada como resultado de uma negociação entre as personalidades múltiplas anexadas a mundos diferentes. A passagem de uma figura à outra é favorecida pelo modelo sociológico utilizado: a dos “objetos fronteira” negociados em razão do seu pertencimento simultâneo a

vários mundos sociais (STAR; GRIESEMER, 1989). A representação, no envolvimento dos atores, se opõe ao pertencimento múltiplo a mundos diferentes que dá lugar à negociação de identidades pessoais.

O peso das convenções sobre as pessoas

A aproximação de Star (1991) aporta então à análise crítica das normas e convenções. Ela reencontra a crítica de John Law (1994) na constatação de que a coordenação assegurada pelas convenções é relativa e só se realiza no preço da exclusão e da desordem para as pessoas e as situações que não se prestam a elas: se o “McDo⁵” *standard* ordena, em quaisquer instantes cotidianos, o mundo de uma clientela imponente, inúmeros são os excluídos que padecem do desconforto e do caos (STAR, 1991). Star propõe então que nos interessemos numa “fenomenologia dos encontros com as convenções e as formas estandardizadas” com a finalidade de explorar a “distribuição do convencional”(ibid, p. 42) e de colocar em evidência as pessoas que carregam a carga dessa distribuição e da manutenção da estandardização. Essa orientação sugere levar em consideração a “natureza do pessoal” no cerne das redes, cuja ausência é deplorada na teoria ator-rede pelo contraste com sua colocação nas pesquisas feministas, as quais desvelam o trabalho doméstico que remanesce invisível nas economias. A política da identidade desenhada por Star (1991) faz da pessoa o nódulo de múltiplas ligações compostas de pertencimentos a diversos mundos sociais diferentes. Podemos então tratar melhor da fenomenologia das convenções recorrendo a uma noção de mundo social que é, ela mesma, apreendida em termos da convenção de Howard Becker (1988)?

As observações de Star (1991) têm um porte que ultrapassa os modelos de porta-voz revelando o avesso das convenções de coordenação. Para aprofundar-se nas questões suscitadas, com Luc Boltanski, nós mesmos tomamos como objeto as tensões críticas que provocam as operações de “formatação de equivalência⁶” e de ganhar generalidade. Distinguir a pertinência daquilo que é legítimo generalizar, opondo-se àquilo que retorna ao particular ou à contingência, não é apenas uma operação cognitiva, essa distinção participa de um julgamento que apela às figuras do bem comum. À medida que vai sendo alcançado, o estabelecimento das categorias, das classificações e das normas que constituem as informações de âmbito geral, resulta em reações críticas e resistências. Nós observamos essa dinâmica crítica operando no interior

5 [N.T.] Na França, o apelido para a popular rede de comidas rápidas.

6 [N.T.] No original “mise en equivalence”. Vale notar que, embora seja utilizada a tradução “formatação de equivalência”, é fundamental perceber a ênfase no processo, no movimento de dar forma à equivalência e a potencial transformação derivada deste movimento.

de uma ordem de justificação (por exemplo, entre as demandas que tem um peso no mercado e aquelas que não possuem um “nicho”), ou entre as diferentes ordens (por exemplo, entre uma estandardização justificada por um mercado e uma normalização justificada pela segurança dos cidadãos). Com os desenvolvimentos ulteriores obrando sobre uma ampla gama de regimes de envolvimento, nós analisamos outras fontes de tensão crítica, entre regimes de argumentação pública e regimes de envolvimento pessoal. A análise dessas tensões críticas entre regimes de envolvimento permite compreender os sentimentos de abuso de poder suscitados pela redução a convenções coletivas.

Redes compostas e envoltimentos múltiplos

A análise de Star encontra lugar nas figuras políticas descentralizadas que são congruentes com diferentes sociologias que acentuam os conhecimentos distribuídos. As convergências aparecem assim nos Estados Unidos, entre as abordagens da teoria “ator-rede” (desenvolvida por Latour e Callon), as pesquisas sobre a inteligência “distribuída” erguidas contra os modelos do programa e do plano (GASSER, 1991), os trabalhos sobre os artefatos informacionais (NORMAN, 1993), os modelos de conhecimentos distribuídos (HUTCHINS, 1994) e as pesquisas anteriores sobre cognição distribuída (CICOUREL, 1974, 1990). Contra as hierarquias, os planos e as capacidades individuais são valorados os vínculos locais, as relações com equipamentos de cooperação e as dinâmicas emergentes.

As dimensões da rede ou da distribuição arriscam, por um achatamento operado na figura de um gráfico, sugerir uma homogeneização dos vínculos que asseguram a circulação de um meio e de apagar, pela sua conectividade, as tensões críticas que nos preocupam. Enquanto é reconhecida a heterogeneidade dos diversos segmentos, a análise dos nódulos se torna crucial para compreender as condições de composição (conjunção ou combinação) de segmentos dispare. As noções de “tradutor” ou “mediador”, mais do que explicar, apontam em direção das limitações e possibilidades de um trabalho de composição requerido para que transite qualquer capacidade a despeito dos diversos vínculos. Assim, a transitividade de contatos pessoais tem como objetivo o transporte da confiança nos julgamentos sobre a competência dos salarizados (EYMARD-DUVERNAY; MARCHAL, 1997) requerendo, sem dúvida, regimes diferentes daqueles implícitos nos vínculos pessoais: a construção do julgamento de terceiros, auxiliada pelos dispositivos que consolidam essas redes, e a qualificação de pessoas de confiança ou de coisas penhoráveis segundo as formas de reputação que contribuem à generalização da confiança depositada no próximo.

Não são apenas os vínculos entre pessoas, mas também as relações com as coisas que

devem ser compreendidos na sua diversidade. A ideia de uma delegação de um propósito às coisas, extremamente frutífera pela maneira que ela revela seu lugar nas coordenações humanas, aporta o risco de compreendê-las apenas no seu formato funcional, negligenciando seu acomodamento no uso. Abrindo a investigação sobre as modalidades variadas do comércio com as coisas (THÉVENOT, 1994), situamos um lugar para um *envolvimento na projeção* e um tratamento disciplinante pela função, em relação aos usos que só aparecem, sob a observação deste regime da projeção, como desvios ou deslizos em relação a uma normalidade instrumental.

A COMPREENSÃO DAS COISAS: POLÍTICAS DA MEDIDA

Enquanto os objetos compreendidos são de uso cotidiano, a normalização dos mesmos suscita tensões particularmente vivas entre diferentes maneiras de compreensão. Sendo assim, a multiplicidade de modos de compreensão sobre os objetos difere, em grande medida, das suas implicações na normalização metrológica, posto que serão reduzidos às suas propriedades científicas e, portanto, abstraídos de qualquer outra compreensão humana? A metrologia encontra, em efeito, problemas semelhantes, mais notáveis à luz dos trabalhos sobre a normalização de objetos cotidianos que incitam à emergência de uma variedade de regimes de envolvimento implicados. Mallard (1996, p. 384) revela a noção oficial, na abordagem metrológica, de “valor convencionalmente verdadeiro”. Os próprios metrologistas explicitam o acordo convencional no qual reside o valor da verdade, sem a necessidade de sociólogos das ciências prontos para encontrar o papel das intervenções humanas no universo secreto dos laboratórios que produzem as leis universais. A convenção pública coletiva é erigida no *regime de envolvimento da projeção*: a convenção, conforme colocado no texto de normalização, deriva a sua tolerância de uma “diferença pouco significativa para o objetivo colocado” no seio da organização.

Paralelo com a compreensão metrológica das propriedades

Para normalizar as medidas e manter as “propriedades físicas essenciais” que são favorecidas pelo técnico de ensaios, o próprio metrologista é levado a extrair as propriedades físicas de situações e de objetos materiais cuja manipulação revela regimes de envolvimento bem diferentes. Esses objetos híbridos são, ao mesmo tempo, *envolvidos na projeção* a partir da sua funcionalidade e, na qualidade de protótipos, portadores de propriedades físicas fundamentais. Assim como os técnicos que arrancam os olhos dos ursinhos de pelúcia, aqueles que estão en-

carregados da medição da voltagem devem viajar pessoalmente, cultivar laços de proximidade com seus colegas para estabelecer *envolvimentos familiares* e proximidade com os equipamentos em uso. A pluralidade de formatos de informação e dos envolvimentos implicados desaparece em cada prestação de contas. Joseph O’Connell se alinha a outros sociólogos das ciências (Latour, Collins, Shaffer) para desmascarar, na metrologia, o trabalho invisível dos técnicos que mantém em prática a universalidade da ciência, trabalho que eventualmente é apagado da imagem na exposição científica. Essa revelação contribui à causa de representantes oferecendo bons motivos para denunciar o abuso de poder de um grupo social de sábios e a divisão social do trabalho que os acompanha. O deslocamento que propomos para seguir a nossa investigação preliminar coloca em evidência a redução de uma pluralidade de regimes de envolvimento que resulta na dominação de apenas um entre todos os outros.

Os repetidos esforços pela desvinculação de regimes incompatíveis através do tratamento das propriedades físico-químicas ecoam em toda a história da metrologia. Discutindo o ajustamento de um protótipo de uma resistência elétrica em meados do século XIX, os britânicos contestaram a unidade proposta pelo industrial alemão Siemens porque ela dependia de materiais (mercúrio) e de construções (uma coluna de 1 mm de perfil e 1 m de altura a 0°C) julgados arbitrários. O ideal é referir-se a “unidades primárias” (massa, largura, tempo) “carimbados com o selo da autoridade, não do legislador ou do homem de ciência, e sim da natureza” (Relatório de 1873 *apud* O’Connell, 1993).

3. Da normalização dos bens à normalização das pessoas: a formação de uma *cité* informacional

Uma abordagem informacional da atividade humana

As implicações políticas do movimento de normalização de bens são mais visíveis enquanto o movimento se estende à qualidade dos seres humanos, medidos em termos de “competências profissionais de base”. Há aproximadamente uma década, foi elaborada, no Reino Unido, uma nova forma de compreender as competências segundo as National Vocational Qualifications⁷, com o objetivo de servir tanto à gestão de empregos quanto à de formações. Havendo inspirado sistemas análogos em outros países do Commonwealth (Austrália, África do Sul), da ALENA (México), ou do antigo bloco do Leste liberalizado, esse movimento encontrou eco recentemente na França pelo canal de recomendações europeias retomadas no âmbito nacional. A lógica do sistema de normalização de competências, e em particular os seus desvios em re-

7 [N.T.] Qualificações vocacionais nacionais, em inglês no original.

lação às formas mais antigas de classificação e qualificação profissional, só é compreensível se partirmos do desvio tomado em direção à normalização de produtos, a qual serviu de modelo para a normalização das competências. A transferência das capacidades de trabalho de toda a maquinaria desenvolvida para gerar os bens e serviços a partir da certificação da sua qualidade é facilitada pela qualificação intermediária de serviços, que não saberiam estar completamente desvinculados da atividade dos seres humanos (DE BANDT; GADREY, 1994).

Estes novos *standards* de competência de inspiração liberal visam alinhar tanto quanto possível os mercados de trabalho ao mercado de produtos e lutar contra as “rigidezes” que provêm da articulação dos ofícios, dos aprendizados e dos diplomas. As novas formas de qualidade estabelecidas em termos de competência não integram mais, na apreciação das pessoas e nas suas colocações à prova, os vínculos duráveis às formas instituídas de coletivos: sejam sindicatos de categorias ou empresas. Enquanto as figuras do coletivo de grandeza *doméstica* ou *cívica* dotam o agente de um pertencimento segundo diferentes construções de comunidade, o seu questionamento é apresentado como a liberação dos pertencimentos denunciados, numa avaliação puramente *mercantil*, dos obstáculos de um mercado das qualidades. No novo sistema, a “liberdade” corresponde principalmente à figura de um sujeito individual contratante, nesse caso, em consonância com um mercado de trabalho e com uma empresa. O objetivo é de compreender as capacidades que são simultaneamente elementares e gerais, cujas combinações múltiplas permitem a reconstrução fiel das qualificações das vagas de emprego, bem como os contornos de formação e as aptidões das pessoas. Esta problemática da redução às qualidades elementares é semelhante àquela do economista de mercado que decompõe cada bem num compêndio de características que supostamente esgotam a sua qualidade global. Embora, como observamos com relação ao produto, a decomposição desfaz o regime de troca mercantil para se encaminhar às propriedades que devem ser compreendidas de outra forma.

A normalização das qualidades numa “sociedade cognitiva”

Das “superestradas de informação” à “sociedade de informação”, a noção de informação conhece hoje um uso bastante extenso que manifesta as capacidades de relacionar e de valorar as atividades humanas e seus equipamentos, podendo considerar-se a gestação de uma nova grandeza e uma nova *cit * da “informação”, da mesma maneira que   possível identificar uma “grandeza verde” em curso de elaboração. A noção de informação se insinua na apreciação das mais diversas situações cotidianas e na avaliação da competência das pessoas. As argumentações de grande porte se sustentam nos equipamentos próprios às técnicas de informação, da informática às m dias, se referindo a um bem comum propenso a beneficiá-los a todos. Assim,

se elabora uma nova forma de justificação que repousa numa comum dignidade a ser informada numa prova de comunicação. Diferentemente da grandeza de opinião, que é provada pelos sinais de reconhecimento, a grandeza da informação repousa numa formalização daquilo que informa. É por isso que a normalização ocupa um lugar central no equipamento dessa grandeza.

O *Livro branco sobre educação e formação* (1995) produzido pela Comissão Europeia inclui o subtítulo “em direção à sociedade cognitiva”. Ele afirma que no momento em que sejam inseridos e situados os “mapas pessoais de competências” participando de um “sistema de acreditação das competências” a nível europeu, “será tomado um grande passo em direção à sociedade cognitiva”. As recomendações propostas valoram uma nova relação com o mundo, uma “‘relação cognitiva’ [que] estruturará cada vez mais as nossas sociedades” pois “o futuro da União Europeia, a sua irradiação, serão possíveis em grande parte devido à sua capacidade de acompanhar o movimento em direção à sociedade cognitiva” (COMISSÃO EUROPEIA, 1995, p. 5). As recomendações do *Livro branco* desenham os contornos de um dispositivo que classifica a compreensão das competências individuais num duplo equipamento metrológico e jurídico: “Também se faz necessário fazer com que o nível de competência atingido por cada um seja um instrumento de performance individual, cuja definição e uso garantam a mais possível igualdade dos direitos dos trabalhadores” (*ibidem*).

CONCLUSÃO: OS INSTRUMENTOS DE UMA ABERTURA CRÍTICA SOBRE OS FORMATOS DA INFORMAÇÃO

Se afirmando cada vez mais como um quadro geral do comércio dos seres humanos, entre eles e com o ambiente onde se encontram, a certificação das qualidades normalizadas tende a substituir outros vínculos mais abertamente políticos. Uma regulação erguida sobre as propriedades objetivas instaura um modo de governança no qual se desloca o debate político em direção aos princípios de avaliação das propriedades dos objetos e na procedimentalização dos lugares de debate e julgamento da sua qualidade. A amplitude desse policiamento das qualidades confere um porte político à regulação, enquanto um modo de regulação bastante geral conjuga-se com o movimento *liberal* da construção europeia. As implicações de tal governança ultrapassam a escolha das características técnicas dos produtos: elas concernem a maneira pela qual são compreendidas as pessoas, as coisas e as suas relações, às quais são atribuídos

direitos e responsabilidades, assim como oferecem ajuda, mutualidade e solidariedade. Não se trata somente de estandardizar os objetos ou os atos, com a finalidade de compatibilizá-los para um funcionamento *industrial* eficaz. O desafio está em garantir uma informação formal enquadrando os lugares contratuais entre os sujeitos individuais e contribuindo também à defesa de direitos.

A informação envolvida numa garantia

A dimensão política da normalização não saberia se reduzir a restrições regulamentarias entre outras. Essa concepção das normas passa por alto em grande parte da atividade normalizadora nas suas relações com a informação. A pesquisa que realizamos sobre a variedade dos lugares de normatividade das normas e a confrontação com outras abordagens da normalização e da metrologia, nos conduzem, no fim do percurso, a reconhecer as implicações políticas menos visíveis imediatamente, mas que são, definitivamente, mais importantes. Elas seguram o modo de *envolvimento* que sustenta o dispositivo de normalização e as garantias que o instauram.

Pelas capacidades atribuídas aos seres agenciados, cada *regime de envolvimento* contém uma inquietação própria que o caracteriza: estabelecendo aquilo em que é possível contar, oferece um primeiro porto seguro. A interrogação sobre a pertinência dos conhecimentos que permanecem, ordinariamente, centrados demais no sentido⁸, a racionalização ou as inferências devem prolongar-se numa perspectiva pragmática sobre a garantia. O pragmatismo de Dewey contribuiu a circunscrever os conhecimentos na ação⁹. Notemos, por enquanto, que a sua figura de referência, a enquete (*inquiry*), aparenta resolver um problema que, formalizado, poderá guiar o programa de inteligência artificial e o cognitivismo. Um programa contemporâneo de política pragmática e moral requer uma abordagem da experiência menos limitada ao formato de “problema” e mais aberta aos envoltimentos diversos cujas conveniências não são redutíveis a esse formato. Dewey (1929) adianta pertinentemente a tensão que pesa na experiência ordinária, entre a pesquisa de “segurança” e a incerteza. Cada um dos termos de segurança e de incerteza demanda ainda assim ser aprofundado e especificado segundo os *regimes de envolvimento*. Sua relação não parece tão antagonica quando se percebe que a incerteza não é uma categoria principal, ela depende de um quadro de controle que governa uma inquietude. A noção de “antecipação” utilizada pela ação racional do ator econômico, ou o de “espera” que sustenta

8 Sobre esta questão, ver a releitura crítica feita por Conein da “abordagem interpretativa” e do tratamento sensato da relação entre ambiente e os seus objetos (Conein, 1997).

9 A circunscrição no sentido da ação marca a herança do pragmatismo de Dewey e Mead na sociologia, particularmente no interacionismo. Cf. a entrevista de Anselm Strauss com Isabelle Baszanger (Strauss, 1992 p. 40).

com frequência a definição das convenções, exige que elas sejam substituídas neste quadro: a incerteza depende de uma atenção seletiva aos *feedbacks* da realidade que caracterizam um regime de envolvimento.

Assim, o sistema de informação das estatísticas sociais que evocamos precedentemente participa dos modos de garantia solidária e da responsabilização coletiva assinalando um compromisso entre as grandezas *cívica* e *industrial* de justificação. A compreensão dos seres humanos segundo as qualificações coletivas de estados ou de necessidades convêm para atingir as populações, principalmente as “populações em risco”, sobre as quais devem constar medidas de Estado. A “revolução cognitiva” promove compreensões diferentes dos seres humanos a partir das suas caracterizações de uma individualidade equipada por diversos “mapas” registrando as suas propriedades (dos mapas de competências à medicina preditiva). Ela se assenta no *regime de envolvimento da projeção* que se presta à atribuição da vontade livre e à imputação de responsabilidade. Essas compreensões sustentam figuras morais e políticas de responsabilização individual e de seguros de garantia bem diferentes dos precedentes.

O pluralismo crítico sobre o qual se abre a diversidade dos formatos de informação

O desvio pela normalização e metrologia das coisas nos fez ver os limites das tentativas sucessivas de redução às propriedades físico-químicas e depois às funcionalidades compatíveis com um *envolvimento na projeção*. Foge dessa redução o modo do *envolvimento familiar* que rege as acomodações de proximidade e as inovações de uso afastadas da figura do “consumidor” (inclusive quando as teorias econômicas nos mostram um consumidor que descobre as *propriedades* de um bem enquanto o utiliza), do mesmo modo que ele governa as habilidades de experiência no trabalho que não encontram lugar do modelo da *projeção* a ser executada (THÉVENOT, 1995b). Neste regime de *envolvimento familiar*, não há imputação de responsabilidade possível a qualquer ser humano ou a qualquer peça de equipamento, pois a responsabilidade é distribuída num sentido forte, no conjunto de agentes implicados (THÉVENOT, 1993b)¹⁰. A garantia não pode repousar nesta imputação individualizada, ela passa pela dinâmica de acomodamento mútuo que caracteriza este *regime do próximo* (*régime du proche*) e o gênero de segurança que suscita. O paradoxo da governança pelas normas que vemos hoje no auge do seu

¹⁰ A atividade de comercialização pode, ela mesma, se fazer objeto de uma análise similar. A normalização e a relação com o leque de coisas que tendem a operar uma redução das formas de envolvimento fidelizados entre comprador e vendedor, via circuitos de distribuição colocando em frente o “conselho”. Para uma análise da variedade das formas de julgamento e dos riscos de redução num mercado de serviços, o mercado do trabalho, ver Eymard-Duvernay e Marchal (1997). Para uma elaboração destas diferenças numa oposição entre uma “organização planificada” do trabalho e “organização distribuída”, ver Dodier (1995).

florescimento está em que ela se desenvolve numa economia fundamentada amplamente nesse *regime familiar*, tanto para as inovações dos usos que dão lugar à criação de novos produtos mercantis, como para as inovações de trabalho e organização. A gestão da flexibilidade apela amplamente para dinâmicas que se inscrevem nesse regime, inclusive quando os sistemas de informação que servem para a certificação das qualidades das pessoas e das coisas emergem evidentemente de outros formatos de informação e regimes de garantia (THÉVENOT, 1993b). Observa-se então o risco de absorção de diversos regimes numa noção unitária de “qualidade” que a fará perder de vista as exigências de um pluralismo crítico ao proveito de uma informação uniforme dominada por um *standard* de cognição.

REFERÊNCIAS

1. AFFICHARD, J. (ed.). **Pour une histoire de la statistique**. Paris, INSEE; Economica, 1987. (t. 2).
2. AGRE, P. E. Surveillance and Capture: Two Models of Privacy. **The Information Society**, v.10, n. 2, p.101-127, 1994.
3. AURAY, N. Ironie et solidarité dans un milieu technicisé. Les défis contre les protections dans les collectifs de hackers. *In*: CONEIN, B.; THEVENOT, L. (ed.). **Cognition et information en société**, Paris: Les Éditions de l'EHESS, 1997. p.177-201. (Raisons pratiques 8).
4. BECKER, H. **Les mondes de l'art**. Paris: Flammarion, 1988.
5. BESSY, C.; CHATEAURAYNAUD, F. **Experts et faussaires: pour une sociologie de la perception**. Paris: Métailié. 1995.
6. BOLTANSKI, L. **L'amour et la justice comme compétences**. Paris: Métailié. 1990.
7. BOLTANSKI, L. **La souffrance à distance: Morale humanitaire, médias et politique**. Paris: Métailié, 1993.
8. BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. **De la justification: Les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.
9. BOWKER, G.; STAR, S. L. Knowledge and infrastructure in international information management; problems of classification and coding. *In*: BUD-FRIERMAN, L. (ed.). **Information Acumen: The Understanding and Use of Knowledge in Modern Business**. London: Routledge, 1994.
10. CALLON, M.; LAW, J. La proto-histoire d'un laboratoire ou le difficile mariage de la

- science et de l'économie. **Cahiers du CRISES**, n. 32, p. 1-34, 1989.
11. CASABIANCA, F.; VALCESCHINI, E. La qualité dans l'agro-alimentaire: émergence d'un champ de recherches. AIP «Construction sociale de la qualité», INRA - SESAMES.
 12. CICOUREL, A. **Cognitive Sociology: Language and Meaning in Social Interaction**. New York: Free Press, 1974.
 13. CICOUREL, A. The Integration of Distributed Knowledge in Collaborative Medical Diagnosis. *In: J. GALEGHER, R. E.; KRAUT, C. E.; EGIDO, C. (ed.). **Intellectual Teamwork. Social and Technological Foundations of Cooperative Work***. Hillsdale, N.J; Hove and London: Lawrence Erlbaum Associates, 1990. p. 221-242.
 14. CLAVERIE, E. La description des formes sensibles de la religion en sciences sociales. **Archives des Sciences Sociales des Religions**, Novembre de 1997.
 15. COLLINS, H.; YEARLEY, S. Epistemological Chicken. *In: PICKERING, A. **Science as Practice and Culture***. Chicago: University of Chicago Press, 1992. p. 301-326.
 16. COMMISSION EUROPEENNE . **Livre blanc sur l'éducation et la formation: enseigner et apprendre, vers la société cognitive**. 1995.
 17. CONEIN, B. L'action avec les objets. Un autre visage de l'action située? *In: CONEIN, B.; THEVENOT, L. (ed.). **Cognition et information en société***. Paris: Les Éditions de l'EHESS, 1997. p. 25-45. (Raisons pratiques 8).
 18. CONEIN, B.; JACOPIN, E. Les objets dans l'espace; la planification dans l'action. *In: CONEIN, B. DODIER, N.; THEVENOT, L. (ed.). **Les objets dans l'action***. Paris: Les Éditions de l'EHESS, 1993. p. 59-84. (Raisons pratiques 5).
 19. CONEIN, B., JACOPIN, E. Action située et cognition; le savoir en place. **Sociologie du Travail**, v.XXXVI, n. 4, p. 475-500, 1994.
 20. DAVID, P. Les standards des technologies de l'information, les normes de communication et l'Etat : un problème de biens publics. *In: ORLEAN, A. (ed.). **Analyse économique des conventions***. Paris, PUF, 1994. p. 249-278.
 21. DE BANDT, J.; GADREY, J. (ed.). **Relations de service, marchés de service**. Paris: CNRS éditions, 1994.
 22. DEROUET, J.-L. **Ecole et justice: De l'égalité des chances aux compromis locaux**. Paris: Métailié, 1992.
 23. DE SAINTE MARIE, C.; PROST, J.-A.; CASABIANCA, F.; CASALTA, E. La construction sociale de la qualité. Enjeux autour de l'Appellation «Brocciu Corse». *In: NICOLAS, F.; E. Valceschini (ed.). **Agro-alimentaire: une économie de la qualité***. Paris: INRA- Economica, 1995. p. 185-198.
 24. DESROSIERES, A. **La politique des grands nombres: Histoire de la raison statistique**.

- Paris: La Découverte, 1993.
25. DESROSIERES, A.; THEVENOT, L. **Les catégories socioprofessionnelles**. Paris: La Découverte, 1988.
 26. DODIER, N. **L'expertise médicale**: Essai de sociologie sur l'exercice du jugement. Paris: Métailié, 1993.
 27. DODIER, N. **Les hommes et les machines**: La conscience collective dans les sociétés contemporaines. Paris : Métailié, 1995.
 28. EYMARD-DUVERNAY, F.; MARCHAL, E. **Façons de recruter**: Le jugement des compétences sur le marché du travail. Paris : Centre d'Etudes de l'Emploi & Ed. Métailié, 1997.
 29. FAGUER, J.-P.; GOLLAC, M. Ordinateur universel ou personnel ? Clarté et ambiguïté dans la définition des techniques. *In*: CONEIN, B.; THEVENOT, L. (ed.). **Cognition et information en société**. Paris: Les Éditions de l'EHESS, 1997. p. 97-121. (Raisons Pratiques 8).
 30. FORAY, D. Standardisation et concurrence; des relations ambivalentes. **Revue d'Economie Industrielle**, n. 63, 1993.
 31. FRIEDBERG, E. **Le Pouvoir et la Règle**: Dynamique de l'action organisée. Paris: Seuil, 1993.
 32. GASSER, L. Social Conceptions of Knowledge and Action: DAI Foundations and Open Systems Semantics. **Artificial Intelligence**, v. 47, n. 1-3, p. 107-138, 1991.
 33. HUNOUT, P. L'évaluation et la classification des emplois. **CEREQ, Documents de travail**, n. 29, 1987.
 34. HUTCHINS, E. Comment le 'cockpit' se souvient des vitesses. **Travail et cognition**, v. XXXVI, n. 4, p. 451-4473, 1994.
 35. KESSOUS, E. **Le marché et la sécurité**: La prévention des risques et la normalisation des qualités dans le marché unique européen. 1997. 556 f. Thèse (doctorat d'Economie des Institutions sous la direction de L. Thévenot). - EHESS, Paris, 1997.
 36. LAFAYE, C.; THEVENOT, L. Une justification écologique ? Conflits dans l'aménagement de la nature. **Revue Française de Sociologie**, v. 34, n. 4, p. 495-524, 1993.
 37. LATOUR, B. Les anges ne font pas de bons instruments scientifiques. *In*: La clé de Berlin et autres leçons d'un amateur de sciences. Paris: La Découverte, 1993.
 38. LATOUR, B. **La science en action** : Introduction à la sociologie des sciences. Paris: Gallimard, 1995.
 39. LAW, J. **Organizing Modernity**. Oxford: Blackwell, 1994.

40. MALLARD, A. **Les instruments dans la coordination de l'action**: pratique technique, métrologie, instrument scientifique. 1996. 658 f. Thèse (Doctorat de Socio-économie sous la direction de Bruno Latour) – École Nationale des Mines de Paris, 1996.
41. MEYERS, P. A **Theory of Power**: Political, not Metaphysical. Ann Arbor: UMI, 1989.
42. MORAND, F. Quelles conventions pour protéger le patrimoine rural en le modernisant, contribution aux troisièmes rencontres «Économie des Institutions», organisées par Gilles Allaire et Robert Boyer, Dourdan, 4-7 décembre, 1996.
43. MORAND, F. **Regards croisés sur la Buèges**: Prendre en compte les représentations d'acteurs dans l'accompagnement de la transition vers l'agro-tourisme. Montpellier: INRA (SAD-LECSA), 1997. 93 p.
44. MOULIERAC, F. **Désaccords sur la défaillance d'objets techniques**. Interactions au Service Après-Vente entre utilisateurs et réparateurs, mémoire de DEA de sociologie de l'EHESS, sous la direction de L. Thévenot, 1993. 127 p.
45. NORMAN, D. A. Les artefacts cognitifs. *In*: CONEIN, B.; DODIER, N.; THEVENOT, L. (éd.). **Les objets dans l'action**. Paris: Les Éditions de l'EHESS, 1993. p. 15-34. (Raisons Pratiques 4).
46. NORMAND, R. **De la norme aux territoires**. L'enjeu d'une définition de la qualité autour du mobilier scolaire», contribution aux troisièmes rencontres «Économie des Institutions», organisées par Gilles Allaire et Robert Boyer, Dourdan, 4-7 décembre, 1996.
47. NORMAND, R. La délégation aux objets dans le mobilier scolaire. *In*: DEROUET, J.-L. (ed.). **L'école dans plusieurs mondes**. Paris: INRP, 1997.
48. O'CONNEL, J. Metrology: The Creation of Universality by the Circulation of Particulars. **Social Studies of Science**, v.23, p. 123-173, 1993.
49. PARADEISE, C. Acteurs et institutions: la dynamique des marchés du travail. **Sociologie du Travail**, v. XXX, n.1, p. 79-105, 1988.
50. PEZET, E. **La négociation des classifications dans la métallurgie 1968-1975**: contexte, acteurs et méthode d'une innovation sociale, mémoire de DEA d'histoire, mention science des organisations, sous la direction de P. Fridenson, EHESS, 1997. 151 p.
51. PICKERING, A. **The Mangle of Practice**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
52. STAR, S. L. Power, technology and the phenomenology of conventions: on being allergic to onions. *In*: LAW, J. (ed.). **A Sociology of Monsters? Power, Technology and the Modern World**. Oxford: Basil Blackwell, 1991. p. 27-57. (Sociological Review Monograph, n. 38).
53. STAR, S. L.; GRIESEMER, J. R. Institutional Ecology, 'Translations', and Boundary

- Objects: Amateurs and Professionals in Berkeleys's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-1939. **Social Studies of Science**, v. 19, n. 3, p. 387-420, 1989.
54. STAR, S. L.; BOWKER, G. Problèmes de classification et de codage dans la gestion internationale de l'information. *In*: CONEIN, B.; THEVENOT, L. (ed.). **Cognition et information en société**. Paris: Les Éditions de l'EHESS, 1997.
55. STRAUSS, A. **La trame de la négociation**: Sociologie qualitative et interactionnisme. Paris : L'Harmattan, 1992.
56. SYLVANDER, B. Conventions de qualité, concurrence et coopération. Le cas du 'label rouge' dans la filière volailles. *In*: ALLAIRE, G.; BOYER, R. (ed.). **La grande transformation de l'agriculture**: lectures conventionnalistes et régulationnistes. Paris : INRA-Economica, 1995. p.73-96.
57. THÉVENOT, L. Les investissements de forme. *In*: THEVENOT, L. (ed.). **Conventions économiques**. Paris: PUF, 1986. p. 21-71. (Cahiers du Centre d'Etudes de l'Emploi).
58. THÉVENOT, L. Economie et politique de l'entreprise; économies de l'efficacité et de la confiance. *In*: BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. (ed.). *Justesse et justice dans le travail*. Paris: PUF, 1989. p. 135-207. (Cahiers du Centre d'Etudes de l'Emploi).
59. THÉVENOT, L. La politique des statistiques: les origines sociales des enquêtes de mobilité sociale. **Annales E.S.C.**, n. 6, p. 1275-1300, 1990a.
60. THÉVENOT, L. L'action qui convient. *In*: PHARO, P.; QUERE, L. (ed.). **Les formes de l'action**. Paris: Les Éditions de l'EHESS, 1990b. p. 39-69. (Raisons Pratiques 1).
61. THÉVENOT, L. Jugements ordinaires et jugement de droit. **Annales ESC.**, n. 6, p. 1279-1299, 1992.
62. THÉVENOT, L. Essai sur les objets usuels : propriétés, fonctions, usages. *In*: CONEIN, B.; DODIER, N. ; THEVENOT, L. (ed.). **Les objets dans l'action**. Paris : Les Éditions de l'EHESS, 1993a. p. 85-111. (Raisons Pratiques 4).
63. THÉVENOT, L. 1993b. «Le savoir au travail. Attribution et distribution des compétences selon les régimes pragmatiques», communication au colloque «Limites de la rationalité et constitution du collectif», Cerisy, publié dans B. Reynaud (ed.), 1997, *Les limites de la rationalité*, tome 2, *Les Figures du Collectif*, Paris, La Découverte, p. 299-321.
64. THÉVENOT, L. Statistique et politique: la normalité du collectif. **Politix**, n. 25, p. 5-20, 1994a.
65. THÉVENOT, L. Le régime de familiarité; des choses en personnes. **Genèses**, n.17, p. 72-101, 1994b.
66. THÉVENOT, L. Objets en société. Suivre les choses dans tous leurs états. **Alliage**, n. 21, p. 74-87, 1994c.

67. THÉVENOT, L. Des marchés aux normes. *In*: ALLAIRE, G.; BOYER, R. (ed.). **La grande transformation de l'agriculture: lectures conventionnalistes et régulationnistes**. Paris: INRA-Economica, 1995a. p. 33-51.
68. THÉVENOT, L. L'action en plan. **Sociologie du Travail**, v. XXXVII, n. 3, p. 411-434, 1995b.
69. THÉVENOT, L. Emotions et évaluations dans les coordinations publiques. *In*: PAPERMAN, P.; R. OGIEN, R. (ed.). **La couleur des pensées: emotions, sentiments, intentions**. Paris: Les Éditions de l'EHESS, 1995c. p. 145-174. (Raisons Pratiques 4).
70. THÉVENOT, L. Mettre en valeur la nature; disputes autour d'aménagements de la nature en France et aux Etats-Unis. **Autres Temps: Cahiers d'éthique sociale et politique**, n. 49, p. 27-50, 1996a.
71. THÉVENOT, L. "Pragmatic regimes and the commerce with things; from personal familiarization to public 'qualifications'. *In*: KNORR-CETINA, K., Schatzki, T. SAVIGNY Eike v. (eds.), *The Practice Turn in Contemporary Theory*, London, Routledge, 2001. p.56-73.
72. THÉVENOT, L. (avec la collaboration de E. Kessous et R. Normand). **Coordinations économiques par des normes de qualité: approches économiques et juridiques de la normalisation**. Rapport d'activité subventionné par l'aide du Ministère de la Recherche n° 92D0546 du 12 novembre 1992. Paris: Institut International de Paris - La Défense, 1996c. 291 p. (v. 3).
73. THÉVENOT, L. La normalisation dans les relations économiques. *In*: CASABIANCA, F.; VALCESCHINI, E. **La qualité dans l'agro-alimentaire: émergence d'un champ de recherches; AIP "Construction sociale de la qualité"**. Paris: INRA – SESAMES, 1996d.
74. THÉVENOT, L. 1998. Pragmatiques de la connaissance. *In*: BORZEIX, A.; BOUVIER, A.; PHARO, P. (ed.). **Sociologie et Cognition**. CNRS EDITIONS, 1998.
75. DE VIRVILLE, M. (sous la présidence de). 1996. "Donner un nouvel élan à la formation professionnelle", relatório da missão encomendada pelo Ministro do Trabalho francês, do dialogo social e da participação, 1996.
76. WAGNER, P. **Liberté et discipline: les deux crises de la modernité**. Paris: Métailié, 1996.
77. WISSLER, A. Les jugements dans l'octroi de crédit. *In*: BOLTANSKI, L. THEVENOT, L. (ed.), **Justesse et justice dans le travail**. Paris: PUF, 1989. p. 67-119. (Cahiers du Centre d'Etudes de l'Emploi, n. 33).

Referências da edição e atualização

1. BREVIGLIERI, M. The Guarenteed City. The Ruin of Urban Criticism? *In*: RESENDE,

- J. M.; MARTINS, A. C.; BREVIGLIERI, M.; DELAUNAY, C. (ed.). **The Challenges of Communication in a Context of Crisis**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2018. p. 200-227.
2. BRUNNISON, N.; JACOBSON, B. A world of standards. Oxford: Oxford University Press, 2000.
 3. CHEYNS, E.; THÉVENOT, L. **Government by Certification Standards: The Consent and Complaints of Affected Communities**. *In: La Revue des droits de l'homme*, 16, 4. 2019b.
 5. DASTON, L. J.; GALISON, P. **Objectivity**. New York: Zone Books, 2007.
 6. DESROSIERES, L.; THEVENOT, L. Les mots et les chiffres: les nomenclatures socioprofessionnelles. **Economie et Statistique**, n. 110, p. 49-65, 1979.
 7. GARSTEN, C.; JACOBSSON, K. Post-Political Forms of Regulation: Soft Power and Post-Political Visions in Global Governance. **Critical Sociology**, v. 39, n. 3, p. 421-437, 2013.
 8. GORUR, R. Towards a Sociology of Measurement in Education Policy. **European Educational Research Journal**, v. 13, n. 1, p. 58-72, 2014.
 9. LANDRI, P. Governing by Standards: The Fabrication of Austerity in the Italian Education System. **Education Inquiry**, v. 5, n. 1, p. 25-41, 2014.
 10. LANDRI, P. Standards and Standardisation in European Politics of Education. *In: NORMAND, R.; DEROUET, J.-L. (ed.). A European Politics of Education: Perspectives from Sociology, Policy Studies and Politics*. London: Routledge, 2016. p. 13-30.
 11. LAWN, M. Standardizing the European Education Policy Space. **European Educational Research Journal**, v. 10, n. 2, p. 259-272, 2011.
 12. RESENDE, J. M.; VIERA, M. M. (ed.). **The Crisis of Schooling? Learning, Knowledge and Competencies in Modern Societies**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2009.
 13. RESENDE, J. M.; MARTINS, A. C. (ed.). **The Making of the Common in Social Relations**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2015.
 14. RESENDE, J. M.; MARTINS, A. C., BREVIGLIERI, M.; DELAUNAY, C. (ed.). **The Challenges of Communication in a Context of Crisis**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2018.
 15. RESENDE, J. M.; GOUVEIA, L.; BEIRANTE, D. Relational Challenges in the face of School Governance by Standards: Mistakes, Disagreements and Criticisms. *In: RESENDE, J. M.; MARTINS, A. C.; BREVIGLIERI, M.; DELAUNAY, C. (ed.)*.

- The Challenges of Communication in a Context of Crisis.** Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2018. p. 54-82.
16. STAVO-DEBAUGE, J. Mobilising Statistical Powers for Action against Discriminations: the Case of the United Kingdom. **International Social Science Journal**, n. 183, p. 43-55, 2005.
 17. THÉVENOT, L. Une jeunesse difficile: Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 26-27, p. 3-18, 1979.
 18. THÉVENOT, L. L'économie du codage social. **Critiques de l'Economie Politique**, n. 23-24, p.188-222, 1983.
 19. THÉVENOT, L. Rules and implements: investment in forms. **Social Science Information**, v.23, n. 1, p. 1-45, 1984.
 20. THÉVENOT, L. The Plurality of Cognitive Formats and Engagements: Moving between the Familiar and the Public. **European Journal of Social Theory**, v. 10, n. 3, p. 413-427, 2007.
 21. THÉVENOT, L. Governing Life by Standards: A View from Engagements. **Social Studies of Science**, v. 39, n. 5, p. 793-813, 2009.
 22. THÉVENOT, L. Conventions for Measuring and Questioning Policies: The Case of 50 years of Policies Evaluations through a Statistical Survey. **Historical Social Research**, Special issue edited by Rainer Diaz-Bone & Robert Salais on Conventions and Institutions from a Historical Perspective (translation by Susan Taponier), v. 36, n. 4, p. 192-217, 2011.
 23. THÉVENOT, L. Certifying the World: Power Infrastructures and Practices in Economies of Conventional Forms. *In*: ASPERS, P.; DODD, N. (ed.). **Re-Imagining Economic Sociology**. Oxford: Oxford University Press, 2015f. p. 195-223.
 24. THÉVENOT, L. From *Codage social* to *Economie des conventions*: A Thirty Years Perspective on the Analysis of Qualification and Quantification Investments. **Historical Social Research**, Special issue edited by Rainer Diaz-Bone & Emmanuel Didier on Conventions and quantification in economy, politics and statistics – historical perspectives, v. 41, n. 2, p. 96-117, 2016.
 25. THÉVENOT, L. Measure for Measure: Politics of Quantifying Individuals to Govern them. **Historical Social Research**, special issue on Governing by numbers: Key indicators and the politics of expectations, edited by Walter Bartl, Christian Papilloud, Audrey Terracher-Lipinski, v. 44, n. 2, p. X-X, 2019b.
 26. THÉVENOT, L. A New Calculable Global World in the Making: Governing through Transnational Certification Standards. *In*: MENNICKEN, A.; SALAIS, R. (ed.). **The New Politics of Numbers: Quantification, Administrative Capacity and Democracy**.

London: Palgrave Macmillan, 2019c.

Outras referências do autor

1. THÉVENOT, L. Des marchés aux normes. *In*: ALLAIRE, G.; BOYER, R. (ed.). **La grande transformation de l'agriculture: lectures conventionnalistes et régulationnistes**. Paris: INRA-Economica, 1995c. p. 33-51.
2. THÉVENOT, L. La mise en place d'un gouvernement par les normes à l'échelle européenne. *In*: DEROUET, J-L.; NORMAND, R. (ed.). **L'Europe de l'éducation: entre management et politique**. Lyon: Institut National de la Recherche Pédagogique et Ecole Supérieure de l'Education Nationale, 2007d. p. 55-62.
3. THÉVENOT, L. Governing Life by Standards: A View from Engagements. **Social Studies of Science**, v.39, n. 5, p. 793-813, 2009c.
4. THÉVENOT, L. Certifying the world. Power infrastructures and practices in economies of conventional forms. *In*: ASPERS, P.; DODD, N. (ed.). **Re-Imagining Economic Sociology**. Oxford: Oxford University Press, 2015f. p. 195-223.
5. THÉVENOT, L. From Codage social to Economie des conventions: A Thirty Years Perspective on the Analysis of Qualification and Quantification Investments. **Historical Social Research**, Special issue edited by Rainer Diaz-Bone & Emmanuel Didier on Conventions and quantification in economy, politics and statistics - historical perspectives, v. 41, n. 2, p. 96-117, 2016d.
6. THÉVENOT, L. Droits et biens pris en compte par les engagements volontaires d'entreprises dans des standards internationaux. La 'sustainable palm oil' certification au regard des plus défavorisés. *In*: JEAMMAUD, A.; Le FRIANT, M.; LOKIEC, P.; WOLMARK, C. (eds.). **A droit ouvert**. Paris Dalloz, 2018b. p. 929-945.
7. CHEYNS, E.; THÉVENOT, L. Le gouvernement par standards de certification consentement et plaintes des communautés affectées. **La Revue des droits de l'homme**, n. 16, 2019a.
8. THÉVENOT, L. Measure for Measure: Politics of Quantifying Individuals to Govern Them. **Historical Social Research**, v. 44, n. 2, p. 44-76. 2019b.
9. THÉVENOT, L. A New Calculable Global World in The Making: Governing through Transnational Certification Standards. *In*: MENNICKEN, A.; SALAIS, R. (ed.). **The New Politics of Numbers: Quantification, Administrative Capacity and Democracy**. London: Palgrave Macmillan, 2020c.

Laurent Thévenot

Professor emérito (Diretor de estudos) na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4317-0419>. E-mail: laurent.thevenot@ehess.fr. Colaboração: Redação, Pesquisa, Revisão.

Daniela Velásquez Peláez

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2016). Pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa, e do Instituto Nacional de Administração de Conflitos. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2062-7655>. E-mail: dann.velasquez@gmail.com. Colaboração: Tradução, Revisão.

Categorização e Qualificação dos Queijos da Auvergne (França): Relações entre Expertise Científica e os Selos de Denominação de Origem¹

Categorization and Qualification of Cheeses from Auvergne (France): Connections between Scientific Expertise and the Certification Labels of Protected Designation of Origin

Mayra Lafoz Bertussi

Centre Européen de Sociologie et Science Politique, Paris, França

RESUMO

O artigo reflete sobre as *appellations d'origine contrôlée*, uma das denominações de origem de maior reconhecimento na França. A inserção desse modelo para além do território francês, com o reconhecimento das *appellations d'origine protégée* junto à União Europeia e à Organização Mundial do Comércio, desencadeou uma série de controvérsias quanto à qualidade alimentar. Na Europa, concomitante à regulamentação dessa certificação para o conjunto de países membros, houve um incentivo para a solidificação da justificativa legal do estatuto privilegiado que as denominações de origem gozavam face às transações comerciais. Nesse contexto, foi estimulado um processo de legitimação dos selos via intensificação de critérios produtivos. Queijos fabricados a partir do leite cru foram qualificados como aqueles capazes de preservar a diversidade sensorial, gustativa e cognitiva do *terroir*. A partir do método etnográfico e de uma perspectiva dialógica, o presente artigo busca refletir sobre o trabalho de instituições científicas que, inseridas nesse contexto de legitimação das *appellations d'origine contrôlée*, trabalharam pela viabilidade sanitária dos queijos de leite cru. O objetivo, nesse caso, reside numa análise sobre a influência dos conhecimentos científicos na categorização e qualificação da produção alimentar. Como conclusão, o artigo observa

¹ A pesquisa contou com uma bolsa de doutorado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2017/04320-0, e com uma ajuda de custo recebida pelo LabEx-Tepsis/CESSP-EHESS.

Recebido em 26 de janeiro de 2021.
Avaliador A: 11 de março de 2021.
Avaliador B: 23 de março de 2021.
Aceito em 19 de maio de 2021.



que, diferentemente dos casos em que o conhecimento científico é acionado para assegurar a inocuidade das inovações tecnológicas no mercado alimentar, a expertise científica se volta para a legitimação do que é considerado uma produção tradicional.

Palavras-chave: Denominações de origem, Construção social da qualidade, Expertise científica.

ABSTRACT

The article addresses the *appellations d'origine contrôlée*, the most recognized certification of Protected Designation of Origin in France. The insertion of this model outside French territory, with the recognition of *appellations d'origine protégée* by the European Union and the World Trade Organization, triggered several controversies regarding food quality. In Europe, along with the regulation of this certification for all member countries, there was an incentive to strengthen the legal justification of the privileged reputation enjoyed by that the Protected Designation against trade transactions. In this context, a legitimizing process of the labels was encouraged by the intensification of production criteria. Cheeses made from raw milk were qualified as those capable of preserving the *terroir's* sensory, taste and cognitive diversity. Through the ethnographic method and a dialogical perspective, this article focuses on the work of scientific institutions inserted in this context of legitimizing *appellations d'origine contrôlée*, that have worked for health sustainability of raw milk cheeses. The goal in this case lies in an analysis of the influence of scientific knowledge on the categorization and qualification of food production. In conclusion, the article observes that, unlike the cases in which scientific knowledge is used to ensure the safety of technological innovations in the food market, scientific expertise is aimed at legitimizing what is considered traditional production.

Keywords: Protected designation of origin, Social construction of quality, Scientific expertise.

SOBRE AS APPELLATIONS D'ORIGINE CONTRÔLÉE

Os selos de denominação de origem são considerados uma das estratégias de patrimonialização da produção agroalimentar. Como uma estrutura de certificação, incidindo diretamente na categorização e classificação de produtos, as denominações de origem atuam na definição de quais artigos podem ou não fazer parte de um conjunto restrito e valorizado de mercadorias. Se comparados às *commodities* e aos produtos de consumo de massa, os bens agroalimentares

de origem protegida se diferenciam por uma imagem de *tipicidade e autenticidade*². Para tanto, as denominações de origem identificam procedência, insumos, instrumentos e métodos de fabricação como forma de operar uma reclassificação dos alimentos através de uma objetivação da distinção. Ideias como tradição, *savoir-faire* e autenticidade se associam a fim de criar a singularidade do produto protegido.

O interesse do presente artigo recai na denominação da origem mais difundida na França, as *Appellations d'origines contrôlées* (AOC). O pressuposto que guia a qualidade distintiva sustentada pelas AOC é a noção de *terroir*. Sem uma tradução exata para outras línguas, o *terroir* remete às especificidades geográficas, sociais e históricas do processo de produção de determinados bens agroalimentares. Assim, para que um produto possa gozar de um selo AOC, argumentos de cunho geográfico e social são engajados como forma de reconhecer sua autenticidade.

O modelo de certificação sustentado pelas AOC serviu de referência para disseminação das denominações de origem na construção do Mercado Comum Europeu. Enquanto a gênese das AOC data do início do século XX, com a institucionalização da proteção da origem para determinados vinhos franceses, o seu período de internacionalização remete aos anos 1990, quando tais selos já abarcavam uma diversidade de produtos agroalimentares, tais como azeites, manteiga e queijos. Inspirada pela política francesa de valorização de produtos agrícolas, a regulamentação europeia estabeleceu as *Appellations d'origine protégée* (AOP), um selo cuja concepção baseia-se, tal como as AOC, no vínculo do produto como seu *terroir*.

O objetivo deste artigo é compreender alguns dos mecanismos de categorização e qualificação da qualidade de queijos a partir das relações entre arcabouço normativo das denominações de origem, a pesquisa científica e o fomento das AOC. A relação entre a certificação dos queijos e o conhecimento científico é pertinente na medida em que a pesquisa de campo conheceu uma robusta estrutura científica, localizada na Auvergne, que atua na qualificação da produção de lácteos. A pesquisa de campo aponta que, diferentemente dos casos em que o conhecimento científico é acionado para assegurar a inocuidade das inovações tecnológicas no mercado alimentar, a expertise científica se volta para a legitimação do que é considerado uma produção *tradicional*.

Perseguindo as dinâmicas classificatórias que identificam a qualidade dos queijos sob o selo AOC, o presente artigo apresenta uma controvérsia que mobiliza parte dos interlocutores

² Em francês, *typicité e authenticité*. Os termos ressaltados em itálico nesse artigo buscam reconhecer vocábulos franceses como também categorias nativas dos interlocutores da pesquisa.

da pesquisa: o uso do leite cru para produção de queijos. Em linhas gerais, essa oposição é marcada, de um lado, pela compreensão de que existem queijos de leite cru que representam a expressão do seu *terroir*, já que a matéria-prima é capaz de singularizar o produto e representar o patrimônio gastronômico francês; de outro, os queijos de leite pasteurizado são encarados como padronizados, regulares e com menor incidência de risco sanitário. O pano de fundo dessa controvérsia tem na própria concepção de qualidade o seu ponto de referência: para alguns, a qualidade se refere ao gosto e à noção de *terroir*, enquanto para outros a qualidade tem um viés higienista e, portanto, o risco deve ser totalmente eliminado. Essa controvérsia torna-se ainda mais relevante porque mobiliza parte dos pesquisadores que dialogaram com a pesquisa. As disputas acerca do leite cru revelam, deste modo, alguns dos processos de categorização e classificação dos queijos da Auvergne.

O CONTEXTO DA PESQUISA

O trabalho apresentado é fruto de uma pesquisa iniciada em 2012, durante a realização do Mestrado em Anthropologie Sociale et Ethnologie na l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-França) e, posteriormente, aprofundada no doutorado na mesma disciplina e instituição. A partir de uma convenção de cotutela entre a EHESS e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a pesquisa pôde aproveitar de maior circulação acadêmica e intercâmbio de ideias. O método privilegiado foi a etnografia e a perspectiva dialógica permitiu conhecer os diferentes argumentos e posturas dos interlocutores quanto aos critérios que conferem qualidade a um queijo.

A pesquisa de campo se concentrou principalmente na região da Auvergne³, durante os anos de 2012 a 2019. Localizada no Maciço Central francês, a Auvergne é uma região montanhosa que reúne cinco queijos de origem protegida: Bleu d'Auvergne, Fourme d'Ambert, Saint-Nectaire, Cantal e Salers. Embora abundem representações que vinculam esse território a uma identidade queijeira própria, é possível encontrar argumentos díspares a respeito da viabilidade desse espaço como lugar de prestígio na produção de queijos. Ainda que os selos AOC se configurem como uma demarcação da distinção, o grau de reconhecimento de cada selo da

3 A última reforma territorial e administrativa de 2015 nomeou a macrorregião como Auvergne-Rhône-Alpes. Contudo, as representações relacionadas à produção de queijos se referem frequentemente somente à Auvergne. O artigo mantém as categorias mais utilizadas pelos interlocutores da pesquisa.

Auvergne é bastante desigual, o que reflete tanto em elogios quanto em críticas à região. Essa disparidade de prestígio entre os selos permitiu identificar os diferentes argumentos que sustentam a categorização dos queijos.

Para além dos organismos representativos dos produtores vinculados às AOC, a escolha pela Auvergne foi oportuna, pois os queijos da região são defendidos por uma verdadeira estrutura científica, sobretudo no que se refere à pesquisa, à formação e à análise da produção de leite e queijo. Entre as mais importantes estão : a École Nationale de l'Industrie Laitière (ENIL); dois laboratórios profissionais, um destinado a análises da qualidade físico-química e microbiológica do leite e outro para o comércio de bactérias e leveduras; uma sede regional do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA); e o Pôle Fromager AOC Massif central, uma associação cujo objetivo é realizar uma aproximação da pesquisa desenvolvida no local com as organizações representativas das AOC⁴. É pertinente ressaltar que a pesquisa de campo contou com a interlocução tanto de pesquisadores e cientistas vinculados à produção de queijos de qualidade quanto com produtores vinculados (ou não) aos selos AOC da Auvergne.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUALIDADE: O EXEMPLO DOS VINHOS E DO QUEIJO ROQUEFORT

Um olhar sociológico sobre a construção da qualidade do vinho francês baseada na instituição das *Appellations d'origine contrôlée* oferece um referencial fundamental para relativização da qualidade sustentada pelas denominações de origem. No início do século XX, sob a Terceira República Francesa, o surgimento das AOC coincide com um período de disputas em torno das normas comerciais do mercado vitícola. Em meio a uma crise de superprodução, dois atores entram em concorrência. De um lado, os comerciantes que praticavam uma produção de caráter industrial e desterritorializada, com a mistura de vários componentes como açúcar e corantes; de outro, os proprietários dos vinhedos que, na busca pela valorização, sustentavam um modelo de produção artesanal e uma concepção natural do vinho. É pela perspectiva dos proprietários dos vinhedos que emerge a noção do *terroir* como princípio que atesta o vínculo entre origem geográfica e qualidade do vinho.

⁴ Em ordem de enunciação: Escola Nacional da Indústria de Lácteos e Instituto Nacional de Pesquisas Agronômicas (INRA). O tópico destinado à expertise científica aborda as atividades de algumas dessas entidades.

Interessados pelas disputas a respeito da categorização e classificação da qualidade dos vinhos, o sociólogo Gille Laferté e o historiador Olivier Jacquet (2006) demonstram como as influências políticas dos proprietários dos vinhedos se revelaram progressivamente mais eficazes, desembocando na aprovação pelo Parlamento francês de uma lei em 1935 que institucionalizou as AOC. Como uma normatização do mercado a partir da noção de *terroir*, as AOC se configuram então como um sistema de classificação com grande intervenção do Estado, uma vez que ele institucionaliza o processo de proteção pela origem e detém o monopólio da concessão de tais selos. O reconhecimento da qualidade pela origem geográfica resultou numa hierarquia entre as áreas de produção, visto que os critérios de reconhecimento das AOC seguem preceitos da valorização do lugar e o princípio da raridade⁵.

Além do viés político e legislativo de institucionalização das AOC, evidente nesse período de regulamentação, Laferté (2006) lança mão de uma análise crítica para identificar o caráter simbólico que acompanhou esse processo de redefinição da qualidade dos vinhos. Nesse sentido, o autor evidencia as conexões político-culturais pelas quais os vinhos da Borgonha souberam reinventar a imagem do produto – de um bem aristocrático para um bem reconhecido como autêntico e *vigneron*⁶. Essa operação de renovação das estratégias comerciais do mercado de vinho é também decorrência de um processo de folclorização dos territórios vitícolas, resultado tanto do investimento no mundo turístico como do discurso universitário, quando se mobilizou acadêmicos regionais para produzir um discurso científico, legítimo e conforme as ambições comerciais das elites políticas e industriais da Borgonha (LAFERTÉ, 2006).

Para a presente análise, é relevante ressaltar como esferas inicialmente vistas como distantes, tais como o turismo e o discurso universitário, se engajaram no processo de redefinição da imagem dos vinhos da Borgonha. Nesse sentido, Laferté (2006) demonstra como o folclore e a gastronomia regional se transformaram em elementos centrais do repertório de ação turística empregado por grupos políticos e econômicos influentes na conversão da imagem da Borgonha. Se, inicialmente, a oferta de atrativos turísticos da região oferecia apenas monumentos e paisagens naturais, o período pós-guerra representa a incorporação da gastronomia como oferta turística. Tais empreendimentos institucionalizam um repertório de figuração dos territórios impulsionado inclusive pela economia vinícola (LAFERTÉ, 2006).

Se a sociogênese da qualidade dos vinhos da Borgonha e suas conexões com espaços de

5 A antropóloga Marie-France Garcia-Parpet (2009) mostra como o princípio da raridade desses produtos incide sobre a sua valorização.

6 A tradução literal de *vigneron* “é aquele que cultiva as videiras”. Utilizado aqui como adjetivo, a categoria *vigneron* qualifica o vinho feito pelos proprietários dos vinhedos e ressalta um caráter artesanal do produto.

valorização do mercado de vinho esclarecem as condições de difusão de uma imagem de excelência, a generalização das AOC para outros produtos além do vinho, assim como a multiplicação de denominações de origem com base nos princípios do modelo francês, revela sua eficácia. O exemplo dos vinhos demonstra que, como em tantos outros processos sociais, a qualidade alimentar é resultado de processos de categorização e qualificação que respondem a contextos historicamente datados, socialmente e economicamente situados.

No que concerne à produção de queijos, a primeira AOC é instituída para o Roquefort com a promulgação de uma lei em 1925. Diferentemente da maioria dos selos AOC que se sucederam, esse primeiro selo não estabeleceu uma zona geográfica de produção de leite e queijo, mas protegeu suas cavernas de maturação e determinou o leite de ovelha como matéria-prima obrigatória. Após a Primeira Guerra Mundial, o mercado do Roquefort sofreu uma queda na produção de leite de ovelha e foi afetado com sucessivas falsificações oriundas de regiões vizinhas e de outros países. A redução na quantidade de leite levou produtores a fabricarem queijos de leite de vaca sob o nome de Roquefort, além de misturarem leite de ovelha com o de vaca e cabra. Os proprietários das *caves*⁷ compravam queijos de leite de vaca fresco para maturar em cavernas chamadas de bastardas⁸ e os identificavam como Roquefort, fazendo com que parte dos produtos vendidos sob esse nome não passasse pelas *caves* naturais do Combalou.

Produtores de leite, por sua vez, se preocupavam com a possibilidade de industriais expandirem a área de coleta de queijos frescos para as colônias da África do Norte, enquanto os industriais suspeitavam da qualidade do leite fornecido pelos produtores de leite⁹. Três eram então os critérios que geravam conflito: a interdição do leite de vaca, a extensão territorial das *caves* e o raio de coleta do leite. O primeiro tornou-se mais facilmente consensual, o leite de ovelha foi tornado obrigatório. A delimitação geográfica das *caves* foi um ponto sensível, uma vez que a questão recaía sobre a inclusão daquelas consideradas bastardas para a produção do Roquefort.

7 As *caves* são um espaço onde temperatura e umidade do ar são controladas para armazenamento dos queijos durante o período de maturação. Para o momento histórico em questão, as *caves* do Roquefort eram cavernas naturais destinadas à maturação do queijo.

8 Em francês, *caves bâtarde*. Sylvie Vabre (2015) menciona uma tentativa de legalização dessas *caves* bastardas no final do século XIX. A investida não deu certo, mas sem dúvida a extensão do território das *caves* é mais um elemento de disputa na definição do produto.

9 À medida que o mercado do queijo Roquefort se expandia, proprietários das *caves* ampliavam a compra de queijos frescos para além da região Roquefort trazendo-os para maturá-los em suas cavernas. A maturação tornou-se, dessa forma, um processo localizado no Roquefort enquanto a produção do leite era realizada em regiões diversas. A extensão das áreas de coleta do queijo responde igualmente à necessidade de ampliar o tempo de fabricação, uma vez que o período de ordenha das ovelhas na região do Roquefort se limitava aos meses de fevereiro a março e junho a julho.

O tópico mais interessante tem a ver com a procedência do leite. Mesmo havendo uma proposta de limitação geográfica das áreas de produção, que buscava restringir o raio de coleta para as regiões do Aveyron, Lozère, Gard e Hérault, esse projeto não foi aceito. A mais importante empresa do Roquefort, a *Société des caves*, fazia algumas prospecções nas colônias do Norte da África, estendendo a área de busca de queijos brancos para essas localidades.

Depois de alguns embates, foi decidido que a origem do leite deveria ser proveniente da França continental e da Córsega¹⁰, uma extensão bastante ampla se comparada aos selos subsequentes. A ênfase da AOC no Roquefort parecia residir nas *caves* de maturação e não na delimitação de uma zona de produção do leite, critério que se tornou elementar nos selos que se sucederam. Essa comparação fica ainda mais evidente se levarmos em consideração que, no final dos anos de 1990, momento de internacionalização dos selos AOC, a qualidade do leite é compreendida como atrelada à sua área de produção. Portanto, o caso do primeiro queijo AOC demonstra o quanto a definição do *terroir* não é dada a priori, mas resultado de processos sociais e econômicos de categorização que refletem tanto as disputas pela qualificação do produto quanto as influências políticas daqueles que conseguem impor seus interesses nesta delimitação.

Após o reconhecimento do Roquefort, outros selos destinados à salvaguarda da produção de queijos foram instituídos pela via judicial. Somente em 1955 foi promulgada uma legislação específica para queijos, posto que as primeiras AOC foram elaboradas para a realidade dos vinhos e atribuídas somente a eles. Somente nos anos de 1990 que o selo AOC é reconhecido por todo o território europeu através da instituição do selo AOP. O próximo tópico se concentra neste processo de internacionalização do selo, sendo que o período traz uma série de controvérsias quanto à categorização da qualidade dos queijos.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS AOC PARA O TERRITÓRIO EUROPEU

Um dos recortes históricos oportunos neste artigo diz respeito à internacionalização dos

10 Estabelecidos na Córsega desde 1893, os industriais do Roquefort coletavam quase toda a produção de leite de ovelha da ilha. No final da década de 1970, ao se depararam com o excesso de leite em relação à demanda, devido à intensificação da produção na região do Aveyron, os industriais decidiram parar de fazer Roquefort na Córsega. A denominação de origem do queijo Brocciu surgiu como uma forma de reconhecer produtores que historicamente estavam vinculados à produção do Roquefort.

selos AOC. Os momentos de expansão do comércio são espaços privilegiados para acompanhar as disputas e controvérsias relativas à categorização dos bens.

Um dos marcos da normatização da produção alimentar é a rodada de negociação do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), realizada no Uruguai em 1987, que incluiu os produtos agrícolas e alimentares dentro de seus compromissos multilaterais. Convenções bilaterais entre países continuaram sendo acolhidas, mas essa inclusão representou uma ampliação da normatização internacional no setor, posto que o GATT tem papel central na diminuição de barreiras comerciais entre países.

No que tange aos produtos de origem protegida, o GATT integrou as indicações geográficas (IGs), categoria que abrange diferentes selos de procedência, enquanto direito de propriedade intelectual, fazendo que tal arcabouço legal fosse incluído no Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio de Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS). A rodada do Uruguai culminou então com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em janeiro de 1995, que sucedeu ao GATT na regulação do mercado mundial.

Tanto a criação da OMC quanto o Acordo TRIPS fizeram com que os países incorporassem um novo padrão de propriedade intelectual em suas legislações nacionais, criando mecanismos de penalização para os Estados-membros que não cumprissem tais acordos. As IGs, categoria citada no Acordo, sofreram pressões para comprovação de sua credibilidade, sobretudo por países como os Estados Unidos, onde os princípios da economia liberal baseiam-se essencialmente na propriedade individual. As IGs, por outro lado, representam uma outra concepção de propriedade, já que protegem um bem de acordo com seu território de origem. A socióloga Elizabeth Barham (2003, p. 129, tradução nossa)¹¹ descreve bem essa oposição americana:

Num nível mais profundo, as indicações geográficas como um tipo de propriedade intelectual desafiam o direito, a cultura e a lógica econômica do comércio norte-americano, orientado pela teoria econômica liberal baseada na propriedade individual. Os Estados Unidos estão familiarizados e se sentem à vontade com as marcas registradas (*trademarks*) como uma forma de proteger a propriedade intelectual associada ao nome de uma empresa.

Num certo sentido, e porque relacionada a um espaço geográfico, as IGs representam um tipo de propriedade coletiva. A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

¹¹ On a deeper level, geographical indications as a form of intellectual property challenge the law, culture and economic logic of American business, oriented as it is towards liberal economic theory based on individual ownership. The United States is familiar and comfortable with trademarks as a way of protecting the intellectual property associated with a business name.

reconheceu a posição ímpar ocupada pelas indicações geográficas no comércio mundial e criou um comitê especial dedicado ao desenvolvimento de uma melhor compreensão de como elas funcionam enquanto direito de propriedade intelectual. Os litígios a respeito de diferentes concepções de propriedade ficam mais evidentes se levarmos em conta que organismos como a OMC e acordos como o TRIPS sustentam em seu arcabouço teórico uma economia liberal, buscando como ideal um mercado sem atrito, ou seja, um modelo que nada impeça o livre fluxo de mercadorias, capital e trabalho. As IGs tornaram-se, para determinados países, um empecilho ao modelo baseado na propriedade individual. Os Estados Unidos são o exemplo paradigmático dessa postura.

Frente às negociações internacionais com a OMC, a União Europeia (UE) tomou uma postura em defesa das IGs se municiando para enfrentar a referência americana fundamentada no modelo de propriedade individual. Contudo, antes da chegada desse consenso pelas IGs, uma controvérsia quanto à qualidade dos produtos agroalimentares delimitou duas posições antagônicas. De um lado, países do sul da UE se situaram em favor do reconhecimento do sistema de proteção da origem e, de outro, países do norte se posicionaram na defesa de um modelo de uniformização da produção em que a tônica está na padronização e numa abordagem sanitária que privilegia a ausência de risco. Não por acaso, os países do sul, como França, Itália e Espanha, acumulam entre si o maior número de bens beneficiados por tais selos¹². A França tornou-se, de certa maneira, a representante desse núcleo, sendo que o país acumula duas mercadorias com interesse comercial nos selos – os vinhos e os lácteos, em especial, os queijos.

No relatório de um programa de pesquisa realizado pelo INRA (CASABIANCA; VALCESCHINI, 1996), uma seção é destinada ao quadro institucional que dá sustentação à salvaguarda das denominações de origem pela UE. É significativo notar que a controvérsia identificada acima é citada nesse relatório da seguinte forma: o bloco de países a favor dos selos é chamado de “Europa do paladar”¹³, numa alusão ao seu papel de referência na gastronomia, enquanto os países do norte são qualificados pela abordagem tecnocrática do produto.

Um lado é visto como subjetivo e cultural, o outro é industrial e objetivo. Há divergências também no que concerne à inovação, tema caro aos estudos sobre produção agroalimentar. Estados do norte a compreendem como um processo tecnológico que diminui custos, enquanto os países do sul rejeitam que ela possa limitar a valorização do patrimônio agrícola e alimentar.

12 França e Itália são os dois principais países da UE em termos de valor de vendas sob IG e em número de produtos beneficiados, alcançando 52% do total de IGs só nos dois países. Para mais informações, ver: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/geoind/en/wipo_geo_bud_15/wipo_geo_bud_15_8-annex1.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

13 “Europe des Papilles” (CASABIANCA; VALCESCHINI, 1996, p. 243).

A inovação, segundo essa última vertente, não deve ameaçar um produto tradicional (CASA-BIANCA; VALCESCHINI, 1996).

Os autores do relatório ainda trazem como exemplo os dissensos relativos aos queijos de leite cru e o papel preponderante da França neste cenário. A *harmonização*¹⁴ de regras sanitárias foi um ponto crucial para a diminuição de barreiras para o livre comércio na UE. No contexto de internacionalização dos selos de denominação geográfica e, para o caso específico dos produtos lácteos, os queijos de leite cru tornaram-se então um emblema.

Dois campos se configuraram, um que apela para o viés higienista, enquanto outro visa garantir a diversidade do gosto e de *terroirs*. Nessa situação específica, segundo os autores do relatório, houve um apelo popular e uma petição pública intitulada “Sauvons nos fromages”¹⁵ foi endereçada ao Ministério da Agricultura em 1992 para solicitar uma intervenção na Comissão Europeia em favor dos queijos de leite cru. Para certos especialistas e críticos gastronômicos franceses, os queijos de leite cru se tornaram um dos fundamentos da identidade nacional, sendo o seu carácter cultural e patrimonial argumentos para proteção. Estabeleceu-se, nesse momento, um paralelo por parte da opinião pública que vinculava queijos de leite cru às AOC, apesar de que, na prática, nem todos os queijos de origem protegida são exclusivamente de leite cru.

O leite cru acaba por ser aceito em toda UE. Uma diretiva instituída em 1992 estabelece as regras sanitárias para a produção e comercialização de lácteos de leite cru e tratados termicamente¹⁶. Uma série de outras diretivas se seguem quando, em 2006, a harmonização dos regulamentos sanitários europeus para produção e comercialização de produtos alimentares se completou com a instituição do chamado “Pacote Higiene”¹⁷. Ainda que tenha sido uma regulamentação adotada por todos os países membros, os argumentos da controvérsia se mantiveram – de um lado, higienistas sustentam uma noção de qualidade como a ausência de bactérias patogênicas; de outro, a qualidade é vista pelo viés da tipicidade, ou seja, enquanto um bem patrimonial inculcado pelo vínculo do produto com seu *terroir*.

Durante a pesquisa de campo, realizada mais de 10 anos depois do estabelecimento deste

14 O verbo harmonizar é bastante utilizado em textos oficiais que estabelecem recomendações e diretivas no âmbito do comércio agroalimentar. Como parte de meus interlocutores de pesquisa também se valem de tal categoria, sobretudo pesquisadores e experts do mercado de queijo, preferi ressaltá-la em itálico.

15 “Salvemos nossos queijos”. (CASABIANCA; VALCESCHINI, 1996, p. 245).

16 Directive 92/46/cee du conseil du 16 juin 1992.

17 Paquet Hygiène. Para mais informações, ver: <https://www.anses.fr/fr/content/le-paquet-hygiène>. Acesso em: 20 out. 2020.

marco regulatório, parte dos interlocutores, sobretudo aqueles que sustentam a singularidade dos “produtos de *terroir*”, compreende o “Pacote Higiene” como um rol de normativas sanitárias que incentivaram a homogeneização da produção de queijos. Nessa perspectiva, o “Pacote Higiene” não respeitou a diversidade dos queijos de *terroir* e causou um empobrecimento na microflora dos queijos, afetando sua qualidade sensorial.

Esse contexto institucional de internacionalização das AOC reanimou a oposição acerca da qualidade dos queijos. De um lado, os partidários de uma produção padronizada que não incida em riscos sanitários e, de outro, os defensores da preservação daquilo que é compreendido como um patrimônio cultural gastronômico. Embora antagônica em termos argumentativos, essa oposição é muito mais complexa na prática, pois um só produto pode conjugar essas concepções em determinadas situações no mercado e nas legislações correspondentes¹⁸.

OS REFLEXOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS AOC E A BUSCA PELA LEGITIMIDADE DO *TERROIR*

A internacionalização dos selos de indicação geográfica se refletiu em controvérsias relativas à qualidade alimentar. Resistências foram travadas tanto no debate mundial, a exemplo das discussões na OMC, quanto no território europeu, durante o estabelecimento do mercado comum. Na Europa, concomitante à regulamentação da certificação para o conjunto de países membros, houve um incentivo para a solidificação da justificativa legal do estatuto privilegiado que as IGs gozavam face às transações comerciais. Autoridades europeias insistiram sobre a importância em desenvolver estratégias ofensivas suscetíveis de reforçar a argumentação dos seus negociadores em prol de tais selos. Dentro dos parâmetros do livre mercado, era preciso comprovar que as denominações de origem não se tratavam de uma competição injusta. Buscou-se, dessa forma, fundamentos de consolidação e legitimação desse instrumento.

Nos anos 90, ao regulamentar as IGs para o conjunto dos seus estados membros, a UE deixou sob a responsabilidade de cada estado-nação a administração dessa certificação. Na França, esse período coincidiu com a extensão das competências do Institut national de l’origine et qualité (INAO), que originalmente se responsabilizava apenas pelas denominações vinícolas

¹⁸ Para mais informações a respeito das controvérsias sobre a qualidade alimentar e dos diferentes processos de categorização dos queijos, ver Bertussi, 2020.

e passou a assumir o controle de todos os produtos protegidos pelas indicações geográficas¹⁹.

Essa extensão das competências, conhecida também como um período de “reforma do INAO”, é relevante, pois fez com que outros produtos pudessem gozar de uma estrutura de proteção semelhante àquela usufruída para o vinho. Como reforça a geógrafa Claire Delfosse: “Foi necessário aguardar a reforma das AOC de 1990 para que o queijo fosse realmente considerado igual ao vinho no que se refere à sua proteção de sua origem” (DELFOSSSE, 1995, p. 206, tradução nossa)²⁰.

A experiência de campo com o responsável pela delegação da região Auvergne-Limousin do INAO é eloquente do posicionamento do instituto em favor das AOC durante esse momento político. Ele reconhece que o INAO, representando todos os selos de denominação de origem frente à União Europeia, busca realizar um projeto de “tradução do *terroir*”. Os fundamentos da propriedade intelectual serviram como argumento de proteção e, como justificativa para tal defesa, foi necessário incentivar um endurecimento nos critérios de produção dos queijos AOC. Nesse sentido, para que consiga defender tais selos nas negociações europeias, bem como para o restante do mundo, o INAO encaminha determinadas exigências às AOC. Assiste-se, então, a um movimento massivo de revisão das normas de produção, incentivado principalmente pelo INAO, mas igualmente por um conjunto de pesquisadores, profissionais do setor e agricultores que partilham da ideia de que os AOC devem ser um instrumento de garantia do *terroir*. Para identificar esse período, o responsável regional do INAO utiliza a categoria de “*densificação* nos cadernos de especificações técnicas”²¹ (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

Esse movimento de *densificação* fica mais perceptível se comparado com os primeiros cadernos de especificações técnicas, o que na região da Auvergne remonta as décadas de 50 e 60. Enquanto as primeiras normas se limitavam essencialmente à proteção do nome e delimitação de uma zona geográfica de produção, sobretudo para reprimir as falsificações que se aproveitavam do renome dos queijos franceses para comercializar produtos oriundos de outros países, esse período de *densificação* traz novos critérios à cena: a delimitação de raças bovinas tidas como tradicionais; a valorização do capim e do feno como ração de base e a interdição da alimentação fermentada para as vacas; o uso preferencial do leite cru como argumento de pre-

19 O INAO tornou-se o responsável pelo conjunto de todos os selos oficiais de qualidade (AOC/AOP, IGP, Agricultura Orgânica, Label Rouge).

20 Il faudra attendre la réforme des AOC de 1990 pour que le fromage soit vraiment considéré comme l'égal du vin pour la protection de son origine.

21 Cahiers des charges. Os cadernos de especificações técnicas são um conjunto de normas específicas para cada produto AOC e que, ao menos idealmente, representa a garantia de um vínculo intrínseco entre o produto e seu *terroir*. Os cadernos de especificações técnicas são estabelecidos por decreto.

servação da diversidade sensorial, gustativa e cognitiva do *terroir*; e ainda, a extensão do tempo de maturação dos queijos como garantia de melhor gosto e qualidade.

Como uma espécie de taxonomia, tais critérios se tornaram balizas para classificar a produção de queijos de origem reconhecida na França. Dessa forma, adequar-se a tais normas é visto como um respeito a origem e ao *terroir*. Tais normas criaram um registro cujos termos visam refletir essencialmente a autenticidade e a singularidade dos queijos de origem reconhecida. Ainda que o conceito de *terroir* sustente, antes de tudo, uma forma de unicidade de cada produto, tais critérios tornaram-se referências nacionais.

Para melhor compreender esse movimento de *densificação* de critérios produtivos é preciso contextualizar os selos de denominação de origem dentro das estratégias de patrimonialização da produção alimentar. A mais recente obra dos sociólogos Luc Boltanski e Arnaud Esquerre, *L'enrichissement: Une critique de la marchandise* (2017), oferece pistas para pensar mecanismos sociais contemporâneos de determinação do valor a certos bens. Considerando o valor como uma justificativa ou crítica do preço das coisas, os sociólogos chamam a atenção para um processo em que determinados objetos ou coisas alcançam um grau de distinção que está menos vinculado à sua utilidade e mais relacionado a uma espécie de preciosidade intrínseca, o que faz com que tais objetos se diferenciem dos demais. Buscando caracterizar mudanças significativas do capitalismo nos últimos 30 anos, influenciadas, entre outros, pelo processo de desindustrialização, os autores identificam formas contemporâneas da mercantilização e da formação do preço em países europeus. Embora tais formas de exploração de recursos não sejam absolutamente novas, elas encontram respaldo crescente no mercado de arte, na economia do luxo, no turismo e em processos de patrimonialização.

Batizada como uma *économie de l'enrichissement*²², esse modo de produção de valor se constitui como uma maneira particular de valorização das coisas a partir da exploração de determinados detalhes específicos acumulados ao longo do tempo e exaltados numa narrativa própria. Uma das características desse modelo reside na criação de uma narrativa na qual métodos e processos provenientes do modelo industrial devam ser afastados. A economia que se baseia no enriquecimento das coisas produz uma imagem interessada em se distinguir da produção em larga escala, de produtos destinados a serem rapidamente consumidos e/ou que se caracterizem por ser de gosto popular.

Um olhar acurado para os critérios produtivos propalados durante o período de *densificação* dos cadernos de especificações técnicas percebe que as práticas exaltadas buscam,

22 Economia do enriquecimento (BOLTANSKI; ESQUERRE, 2017).

de certa maneira, se diferenciar daquelas usadas regularmente nos processos industriais. Por exemplo, as raças bovinas consideradas tradicionais produzem frequentemente menor quantidade de leite se comparada com aquelas incentivadas durante a especialização do gado leiteiro. O uso do capim e feno como ração de base, no lugar da ensilagem, também incide na quantidade de leite que cada animal é capaz de produzir. O leite cru, embora possa ser fabricado em grandes volumes, também se torna um empecilho em determinadas tecnologias queijeiras que visam a produção em larga escala.

Ainda que o afastamento de métodos industriais seja apenas uma das estratégias deste mecanismo social de determinação do valor reconhecido por Boltanski e Esquerre (2017), algumas das discussões a respeito dos queijos de leite cru na França podem ser observadas por essa perspectiva. O modelo descrito pelos autores preza pela importância dada não apenas aos objetos, mas ao universo em que esses objetos são concebidos e circulam. Assim, ganham destaque as pessoas presentes ao redor dos objetos valorizados, tais como “criadores”, estilistas, cozinheiros, produtores, colecionadores, *crémiers-fromagers* etc²³.

Como representativo do que é o bom gosto para especialistas no universo dos queijos, o leite cru é um dos ingredientes que confere singularidade aos produtos. Tal classificação está longe de ser aleatória, pois dela participa todo um conjunto de mediações, nas quais determinadas instituições e personalidades gozam de legitimidade para orientar o consumo daquilo que pode ser considerado como autêntico queijo de *terroir*. Como parte desse espaço legítimo de enunciação do “bom gosto”, a fala de Laurent Dubois, um renomado *maître-fromager*²⁴ cujas propriedades somam hoje quatro queijarias em bairros nobres de Paris, mostra o valor do leite cru enquanto matéria-prima de excelência:

O leite cru é revelador do *terroir*, pois não sofre nenhum tratamento térmico e, portanto, atesta a verdade gustativa, verdadeiro reflexo da adaptação do animal ao solo e, por outro lado, os métodos de fabricação desenvolvidos ao longo dos anos pelos homens. O processamento do leite cru é muito sensível e não suporta a mediocridade. Oferece um sabor incomparável e uma profunda riqueza aromática²⁵ (DUBOIS, 2020, *on-line*, tradução nossa).

23 Para conhecer algumas das narrativas utilizadas na venda direta de queijos que auxiliam nesse processo de enriquecimento das coisas, ver BERTUSSI (2020).

24 *Maître-fromager* é uma das denominações utilizadas para alguém com reconhecido conhecimento na transformação de leite em queijo e na sua maturação. Tais profissionais são igualmente referência no que tange à prescrição do “bom gosto” alimentar.

25 Le lait cru est révélateur du terroir car il ne subit aucun traitement thermique et témoigne ainsi d’une vérité gustative, véritable reflet de l’adaptation de l’animal au sol, d’une part, et aux méthodes de fabrication mises au point au fil des années par les hommes, d’autre part. La transformation du lait cru est très sensible et ne supporte

Na França, grande parte dos queijos AOC é de leite cru. Segundo o relatório de 2018 do Conseil National des Appellations d'Origine Laitière (CNAOL)²⁶, entidade que congrega o conjunto de organismos de representação dos selos AOC, 76,4% do total da produção de queijos AOC foram fabricados a partir do leite cru. Já os métodos oriundos do modelo produtivista que prioriza uma produção intensiva e industrializada são foco de diversas críticas.

Esse contexto de europeização dos selos AOC reflete em, pelo menos, dois processos fundamentais. No que se refere ao viés da produção, uma série de disputas relacionadas aos critérios produtivos foram desencadeadas, principalmente aquelas que remetem aos “standards nacionais”. No que tange aos projetos de pesquisa e desenvolvimento, tanto o processo de *densificação* como a harmonização das normas sanitárias fundamentaram parte relevante das pesquisas realizadas na região da Auvergne. Nesse sentido, o lugar de convergência desses dois processos está na disputa pela justificação da singularidade de cada queijo AOC.

O período de *densificação* estimulou uma série de pesquisas voltadas para o fomento e apoio da implementação dos critérios produtivos surgidos nesse contexto. Ainda que a participação da expertise científica não seja inédita, nem tampouco exclusiva para as justificar tais critérios, ela aponta para contornos especialmente interessantes no contexto de europeização das AOC: incorpora-se nesse período de *densificação* uma preocupação com a produção no que diz respeito à qualidade do leite, como será descrito adiante.

A EXPERTISE CIENTÍFICA E A SINGULARIDADE DOS QUEIJOS AOC

“*Silicon Valley* dos queijos” é o título dado pelo jornal local La Montagne às organizações de pesquisa e desenvolvimento que estão na Rue de Salers, na pequena cidade de Aurillac, região da Auvergne²⁷. Reunindo cinco instituições dedicadas à qualificação da produção de leite e queijos na região, entre laboratórios de pesquisa, análise e formação, essa rua não se

pas la médiocrité. Elle offre un rendu gustatif incomparable et une profonde richesse aromatique.

26 Conselho Nacional de Denominações de Origem Leiteiras.

27 O jornal regional La Montagne é quem faz essa relação entre Silicon Valley e Rue de Salers. Disponível em: https://www.lamontagne.fr/auvergne/actualite/departement/cantal/aurillac/2013/11/11/%20la-route-desaler-sabrite-un-reseau-dentreprises-et-de-laboratoires-de-pointe-dansleur%20domaine_1760494.html. Acesso em: 15 maio 2014.

encontra num vale, mas no topo de uma ladeira e, por esse motivo, também é conhecida como a “colina queijeira de Aurillac”. Ultrapassando as competências dos organismos representativos dos agricultores e produtores vinculados às AOC, os queijos da região são defendidos por uma verdadeira estrutura científica voltada para o desenvolvimento da produção do leite e queijo. Uma das questões suscitadas frente a todas essas organizações é qual o papel das pesquisas científicas para a produção de queijos considerados tradicionais. Levando em consideração que o conhecimento científico é evocado geralmente para atestar a eficiência e a inocuidade das inovações na produção agroalimentar, é oportuno compreender qual a relação entre a ciência e a produção de queijos que reivindicam seus métodos como artesanais e tradicionais.

Tendo em vista a amplitude do trabalho desenvolvido pelas instituições presentes na Rue de Salers, o artigo delimitará apenas algumas iniciativas presentes nas instituições dessa rua: a Unité des recherches fromagères do INRA²⁸. Inaugurado em 1973, a unidade de pesquisa concentra atualmente seus trabalhos na área da microbiologia, sendo que a produção de queijos AOC feitos a partir do leite cru é tema central das pesquisas. Marie-Christine Montel, enquanto diretora da unidade de pesquisa, foi uma das principais interlocutoras durante a pesquisa de campo.

Reconhecida pelos seus trabalhos ligados à ecologia microbiana dos queijos, Montel é também uma militante dos queijos de leite cru. Junto ao movimento Slow Food²⁹, Montel mantém uma importante interlocução. Em 2008, a pesquisadora conferiu uma palestra na universidade de verão do movimento, cujo foco foi dedicado ao tema³⁰. Ao seu lado, personalidades importantes do campo produtivo dos queijos: André Valandier, fundador da cooperativa Jeune Montagne, a única que produz o AOC Laguiole; Patrice Chassard, na época presidente da AOC Saint-Nectaire.

Como conferencista, Marie-Christine Montel também acumula participações em eventos do mundo profissional, a exemplo das suas palestras por dois anos consecutivos na Journée

28 Unidade de pesquisas sobre queijos do Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica.

29 O movimento Slow Food nasceu nos anos 1980 como uma associação pela defesa do prazer à mesa e atualmente se identifica como um movimento internacional que critica o modelo agroalimentar e a luta pela preservação da biodiversidade, sendo os queijos de leite cru uma de suas principais pautas. Diferentes grupos se organizam em torno desse movimento, ressaltando personalidades ligadas à gastronomia, acadêmicos etc. Para maior aprofundamento sobre o Slow Food na França, ver Garcia-Parpet (2016).

30 O evento foi organizado por um convívio, ou seja, um grupo regional do movimento. O tema foi inteiramente dedicado aos queijos de leite cru. Para mais informações, ver: <http://www.agrisalon.com/fr/actualites/agroalimentaire/article/3873590/Slow-Food-France-consacre-son-Universite-d-ete-au-lait-cru.html> Acesso em: 14 outubro de 2014.

Tecnhique da revista *Profession Fromager*³¹. No seu currículo, a pesquisadora ainda aparece como jurada em alguns concursos de premiação de queijos, como o Farm Cheese Awards realizado pela associação francesa Fromages de Terroirs. Para além da França, Montel também foi convidada para os eventos da renomada queijaria inglesa Neal's Yard Dairy – sendo que a sua pesquisa sobre a microflora do leite cru foi traduzida para o inglês por conta da iniciativa da coordenadora de compras e gerente técnica dessa queijaria.

A formação de Marie-Christine Montel se deu principalmente na região, com a graduação na Universidade de Blaise-Pascal em Clermont-Ferrand e a tese em Ciência da Alimentação já sob a tutela institucional do INRA. Ela conta que foi contratada pela instituição antes mesmo de terminar a sua tese, pois era uma época em que o INRA recrutava muitos profissionais e se interessava em desenvolver a área de pesquisa em alimentos. Foi com os projetos sobre o papel da biodiversidade microbiológica na qualidade sanitária e organoléptica dos queijos de leite cru que Montel alcançou maior reconhecimento. Dentre seus trabalhos de maior relevância, destacam-se as pesquisas sobre microrganismos que realizam um efeito barreira contra bactérias patogênicas nos queijos de massa prensada e de leite cru. O argumento que fundamenta tais pesquisas parte do pressuposto que leite cru pode, através da interação microbiana, desempenhar um papel de obstáculo para o crescimento de patógenos. Nessa perspectiva, a pasteurização do leite não é recomendada, pois uma vez contaminado depois da pasteurização, o leite não apresentaria nenhum bloqueio bacteriano. Esse estudo se desenvolveu em grande medida com a inibição da *Listeria* nos queijos AOC Saint-Nectaire.

Marie-Christine Montel chega na direção do INRA em 2000, época que coincide com a revisão dos cadernos de especificações técnicas dos queijos AOC da região. É nesse período de europeização do selo AOC que surge o interesse em desenvolver pesquisas focalizadas na produção de leite. Para tanto, o INRA, sob a direção de Marie-Christine Montel, disponibiliza uma vaga de estágio para um funcionário da Câmara de Agricultura³² da região do Cantal. A abertura dessa vaga parte da consideração que nenhum funcionário da Câmara de Agricultura, mais próxima da extensão rural, tinha formação na área da microbiologia. Segundo Montel:

31 As jornadas técnicas da revista *Profession Fromager* são eventos anuais voltado para um público de profissionais da área, principalmente para queijeiros que buscam o nicho do mercado de qualidade. Nos dois anos em que pude acompanhar a apresentação de Montel o tema foi sobre queijos de leite cru.

32 Em francês, *chambre d'agriculture*. Sem um paralelo com instituições brasileiras, as Câmaras de Agricultura na França são instituições públicas cuja direção é eleita pelo voto de organizações de representação de agricultores. O trabalho das Câmaras de Agricultura se baseia na gestão de alguns subsídios públicos voltados a agricultura, como também na extensão e no desenvolvimento rural.

É justamente com a colaboração da Câmara de Agricultura que tentamos trabalhar com esses aspectos de onde vem a microflora do leite para poder agir mais a montante e tentar preservar a diversidade que colocamos em evidência no ubre da vaca, é um reservatório [microbiológico] e se temos práticas que são muito higienistas, no sentido de não se preocupar com a diversidade, bah, se ela não se preocupar não teremos mais diversidade. Então, de acordo com as práticas muito higienistas, como lavagem da ordenhadeira mecânica, ou práticas mais ou menos higienistas, iremos ter perfis microbianos que vão ser diferentes sobre a ordenha e depois sobre o leite³³

Essa parceira Câmara de Agricultura e INRA demonstra uma conversão importante ocorrida nesta regional do instituto. Segundo Montel, antes da sua chegada à diretoria, as pesquisas tinham como foco a otimização tecnológica e a busca por bactérias que pudessem remediar os efeitos causados por práticas que ela considera higienistas. Eram as chamadas pesquisas com os fermentos. A microbiologista propõe então valorizar outras formas de manipular o leite para não afetar o que ela diz ser a diversidade microbiológica dos queijos. O leite ganha outro status, o de detentor da diversidade, o que lhe garante uma maior pertinência no argumento que sustenta a patrimonialização da produção de queijos.

Da parceria com a Câmara de Agricultura surgiu, em 2011, o “FlorAcq – projeto de apoio aos produtores de leite para orientar equilíbrio microbiano do leite para a qualidade dos queijos de leite cru”³⁴. Reunindo entidades de caráter técnico e científico, o projeto FlorAcq criou uma metodologia de acompanhamento dos produtores para orientar e valorizar o equilíbrio microbiano dos queijos de leite cru. O objetivo era, a partir dessa metodologia, modificar as práticas dos produtores para uma melhor gestão da flora presente no leite cru.

O pressuposto é que regulamentações sanitárias incentivaram práticas higienistas que, associadas ao processo de transformação industrial, resultaram num empobrecimento da flora microbiana presente no leite. Tais práticas incorreram numa padronização do sabor nos queijos. O leite cru, ao contrário, é visto pela sua capacidade de preservação das especificidades do produto, pelo seu estimado valor sensorial e, sobretudo, por representar o vínculo ao *terroir*. Por

33 Justement avec la collaboration de la chambre de l’agriculture on a essayé de travailler sur ces aspects, d’où vient la microflore de lait pour pouvoir agir plus en amont et essayer de préserver cette diversité et on a mis en évidence le trayon de vache c’est un réservoir et si on a des pratiques qui sont beaucoup trop hygiéniste dans le sens qui ne soucient pas de la diversité, bah si elles ne soucient pas, on n’aura pas de la diversité. Donc, selon des pratiques très hygiénistes, lavage de trayon, moyennement hygiéniste ou plus hygiéniste on va avoir des profils microbienne qui vont être différents sur le trayon et puis dans le lait. (DIARIO DE CAMPO, 2015).

34 FlorAcQ – démarche d’accompagnement des producteurs de laits pour orienter les équilibres microbiens des laits en faveur de la qualité des fromages au lait cru”. Montel participou de diversos projetos cujo tema foram os queijos de leite cru, a apresentação somente desse projeto deve-se ao limite de espaço para discussão.

esse viés, a originalidade dos queijos de leite cru depende muito das comunidades microbianas presentes no leite. Os microrganismos tornam-se, dessa maneira, a singularidade de cada produto.

O projeto de elaboração de uma metodologia de valorização de boas práticas na produção do queijo de leite cru possui a perspectiva de produção de conhecimento concomitante à proposta de intervenção em práticas, tal como na extensão rural. Outros tantos projetos realizados nas instituições da Rue de Salers, na cidade de Aurillac, possuem essa dupla perspectiva. Tal descrição tem como objetivo identificar a forma pela qual a expertise científica oriunda desses organismos desenvolveu conhecimentos científicos e instrumentos técnicos capazes de atender aos critérios que surgiram no período de internacionalização dos selos.

No momento em que foi necessário legitimar o estatuto privilegiado dos selos AOC frente às negociações europeias, houve uma participação efetiva de pesquisas, além da elaboração de técnicas que pudessem legitimar o caráter tradicional da produção de queijo. Se a pesquisa na área agroalimentar é, frequentemente, vinculada à inovação, nesse caso específico ela remete ao intuito de identificar e valorizar aquilo que se reconhece como tradicional.

Nessa perspectiva, o foco principal desloca-se para a produção do leite e ele se torna a matéria-prima capaz de auferir singularidade aos queijos AOC. No esforço de “tradução do *terroir*” foi necessário criar parâmetros que pudessem demonstrar a autenticidade dos produtos. O leite ganha em importância e os microrganismos a originalidade dos queijos. Elementos dessa natureza criam uma narrativa em torno dos queijos capaz de reposicioná-los dentro do circuito da produção e do consumo alimentar.

O leite cru encarna a biodiversidade que deve ser preservada e consegue “traduzir” o vínculo com o *terroir*. Como prescrições no processo produtivo, o projeto sobre a biodiversidade do leite cru reflete uma classificação de determinadas práticas produtivas em detrimento de outras – algumas são valorizadas, outras são depreciadas. De certa forma, a expertise científica participa da elaboração de critérios que pretendem conferir maior singularidade aos queijos.

Para o presente artigo é eloquente mencionar a incorporação do projeto FlorAcQ na grade do currículo formal dos estudantes do colégio agrícola e da Escola Nacional de Industrias de Lácteos (ENIL). Assim, a metodologia de acompanhamento da produção visando encontrar um equilíbrio microbiano dos queijos de leite cru tornou-se o tema de um módulo da educação formal dentro do ensino agrícola na França.

Um breve histórico de instalação das instituições de educação na Rue de Salers identifica que a primeira que se estabeleceu nessa rua foi a Escola Nacional de Agricultura e Laticínios, cujas portas foram abertas em 1909, na cidade de Aurillac. Em 1930 essa escola tornou-se

Escola Nacional da Indústria de Lácteos (ENIL), reforçando o processo de industrialização vivenciado na região durante esse período. No fim da década de 1960, num esforço do Estado francês em criar as bases do ensino agrícola e acompanhar a modernização da agricultura, o Colégio Agrícola Georges Pompidou³⁵ se juntou ao ENIL de Aurillac.

A incorporação do projeto sobre a microbiologia do leite cru revela o incentivo à integração de determinados conhecimentos no currículo da educação formal. Considerando que a preocupação relativa à ecologia microbiana do leite do cru na qualidade do organoléptica do queijo são objeto de projetos científicos fomentados a partir do período de internacionalização dos selos AOC, tal exemplo demonstra um interesse na disseminação de tais conhecimentos e na transferência de seus instrumentos técnicos. Dessa forma, o período de internacionalização dos selos repercutiu como uma requalificação dos queijos a partir da enunciação de determinados critérios. Tais parâmetros, visando legitimar a qualidade superior dos produtos de origem protegida, se tornaram objetos de pesquisa e, mais recentemente, buscam adentrar nas vias de ensino formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como recorte o período de internacionalização das denominações de origem para território europeu, o presente artigo buscou retratar as estratégias de legitimação de tais certificações através da incorporação de “novos” critérios produtivos para fabricação de queijos. A expansão das AOC para além das fronteiras francesas resultou numa configuração particular para a produção dos queijos. Enquanto os primeiros selos eram vagos, esforçando-se na proteção do nome do produto e na delimitação de uma zona geográfica de produção, o período de internacionalização fomentou uma série de “novos” critérios produtivos. Num momento em que as denominações de origem foram acusadas de ocuparem um espaço privilegiado nas negociações comerciais para o estabelecimento do livre comércio, foi necessário legitimar o cerne que fundamenta os selos AOC, a saber, a qualidade diferenciada de um produto por conta de sua origem de produção. Em outras palavras, foi preciso justificar a qualidade baseada no *terroir*.

Conhecido como um período de *densificação* nos cadernos de especificações técnicas,

35 Na França, o Lycée corresponde ao ensino secundário que se situa entre o fim da escola primária e o começo do ensino superior. O ensino secundário pode ser técnico ou profissional e, no caso do Lycée Georges Pompidou, trata-se do ensino profissional agrícola.

esse momento incentivou a produção de queijos de leite cru através do argumento de preservação da diversidade sensorial, gustativa e cognitiva do *terroir*. Como uma espécie de prescrição para o conjunto de queijos franceses sob a tutela de uma AOC, tais critérios foram enunciados como balizas capazes de oferecer legitimidade à posição favorável que ocupam as denominações de origem frente a outros produtos no mercado. Esse processo resultou na categorização dos queijos e sua consequente qualificação – aqueles que acatavam as prescrições eram considerados mais “fiéis” ao seu *terroir*, enquanto aqueles que destoavam se distanciavam do que é considerado *autêntico*.

A adoção a esses “novos critérios” não foi automaticamente colocada em prática. A pesquisa de campo revelou uma estrutura científica bem estabelecida capaz de requalificar o risco sanitário³⁶: enquanto alguns consideram queijos não pasteurizados como uma ameaça, as pesquisas realizadas na Auvergne certificam métodos que garantem a inocuidade do leite cru, permitindo assim a sustentação do que é considerado uma fidelidade do produto ao seu *terroir*.

A implicação dos conhecimentos científicos não é recente e tampouco foi agenciada somente a partir da internacionalização dos selos. A obra de Gilles Laferté (2006), ao tratar da institucionalização da qualidade dos vinhos da Borgonha, bem como de sua redefinição simbólica, demonstra o quanto os conhecimentos oriundos da geografia foram incorporados no discurso oficial visando fornecer argumentos legítimos para a requalificação do território enquanto produtor de vinhos de qualidade. A pesquisa de campo na Auvergne identifica outras disciplinas científicas, não necessariamente vinculada às ciências humanas, que também se engajam nesse processo de categorização e qualificação das mercadorias. O trabalho de Marie-Christine Montel e sua equipe revela o quanto a microbiologia e, em particular, a ecologia microbiana é um conhecimento atuante na disseminação de critérios qualificadores dos produtos que podem ser identificados a partir da referência ao *terroir*.

Das pesquisas incentivadas a partir da europeização dos selos, determinados conhecimentos passaram, posteriormente, a ser transferidos enquanto instrumentos técnicos. Tipologias e métodos para o acompanhamento de produtores e formações foram incentivados e promovidos. Mais recentemente, há um esforço que visa transferir tais conhecimentos às estruturas da educação formal. Dessa forma, a pesquisa de campo pode identificar como uma parte da expertise científica da região engajou-se na disseminação de certos insumos, métodos e instrumentos legitimados como *artesanais e tradicionais*.

36 Embora o presente artigo não tenha aprofundado nesse tema, é relevante que uma série de outros atores ligados às instituições públicas, à gastronomia e aos movimentos da sociedade civil participaram desse processo.

Embora o conhecimento científico e a produção alimentar estejam historicamente muito próximos, a pesquisa de campo revelou um caso em que a expertise científica foi chamada para atestar insumos e métodos considerados tradicionais. A relação entre microbiologia e indústria do leite não é novidade, embora o conhecimento científico seja mais frequentemente convidado a atestar a inovação no lugar da tradição. Desde o nascimento da disciplina científica da microbiologia se observa um movimento transversal do laboratório à indústria, da pesquisa fundamental para a pesquisa aplicada (VATIN, 1990). A presente pesquisa quis ressaltar que, embora as demandas sejam diversificadas e os critérios propostos diferenciados, a produção alimentar apela reiteradamente às disciplinas e práticas científicas, seja qual for o viés de qualidade sustentado. Ademais, independentemente do modelo a ser apoiado, o conhecimento científico parece jamais ser totalmente desinteressado.

REFERÊNCIAS

1. BERTUSSI, M. L. **A qualidade dos queijos da região da Auvergne: um estudo sobre as relações entre a expertise científica e o fomento das appellations d’origine contrôlée (aoc)**. 2020. 257 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas em Cotutela Com École Des Hautes Études En Sciences Sociales, Campinas, 2020. Cap. 4.
2. BARHAM, E. Translating Terroir: The Global Challenge of French AOC Labeling. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 127-138, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016702000529?via%3Dihub> Acesso em: 05 de julho de 2021.
3. BOLTANSKI, L.; ESQUERRE, A. **Enrichissement: une critique de la marchandise**. Paris: Gallimard, 2017.
4. BOURDIEU, P. Le marché des biens symboliques. **L’Année Sociologique**, Paris, v. 22, n. 3, p. 49-126, 1971. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/27887912?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 14 mar. 2016.
5. BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de La Recherche En Sciences Sociales**, v. 2, n. 2, p. 88-104, 1976. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/arss_0335-5322_1976_num_2_2_3454.pdf. Acesso em: 15 out. 2015.
6. CASABIANCA, F.; VALCESCHINI, E. (éd.). **La qualité dans l’agroalimentaire: émergence d’un champs de recherche**. Rapport final. Paris: INRA-SAD, 1996. 344 p. (AIP Construction social de la qualité).

7. CNAOL (França). Institut National de L'Origine Et de La Qualité. **Chiffres clés 2019:** des produits sous signes de la qualité et de l'origine produits laitiers aop et igp. Paris, 2020. 12 p. Disponível em: <https://www.fromages-aop.com/wpcontent/uploads/Cnaol-Chiffres-Cles-2019.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.
8. DELFOSSE, C. L'intégration à l'INAO d'un autre secteur AOC développé: les produits laitiers. *In:* WOLIKOW, S.; HUMBERT, F. **Une histoire des vins et des produits AOC:** l'Inao de 1935 à nos jours. Dijon: Presses Universitaires de Dijon, 2015. p. 161-180.
9. GARCIA-PARTET, M-F. **Le marché d'excellence.** Les grands crus à l'épreuve de la mondialisation. Paris: Seuil, 2009.
10. GARCIA-PARTET, M-F. Valorização dos produtos locais e mundialização dos mercados. *In:* MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar:** desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 159-181.
11. LAFERTÉ, G. **La Bourgogne et ses vins:** image d'origine contrôlée. Paris: Belin, 2006.
12. DUBOIS, L. La vie d'un fromage. 2020. Disponível em: <http://www.fromageslaurentdubois.fr/fr/savoir-faire.html>. Acesso em: 10 out. 2020
13. MONSALLIER, F. **FlorAcq:** Démarche d'accompagnement des producteurs de laits pour orienter les équilibres microbiens des laits en faveur de la qualité des fromages au lait cru. Aurillac: Chambre D'agriculture Du Cantal, 2014. (Projet CASDAR FlorAcq 2011-2014).
14. OLIVIER, J.; LAFERTÉ, G. Le contrôle républicain du marché. Vignerons et négociants sous la Troisième République. *In:* HISTOIRE, SCIENCES SOCIALES, 61., 2006, Paris. **Annales...** Paris: Éditions de l'EHESS, 2006. p. 1147-1170.
15. VABRE, S. **Le sacre du Roquefort:** l'émergence d'une industrie agroalimentaire. Tours: Presses Universitaires François-Rabelais de Tours, 2015.
16. VATIN, F. **L'industrie du lait:** Essai d'histoire économique. Paris: L'harmattan, 1990.

Mayra Lafoz Bertussi

Doutora em Ethnologie et Anthropologie Sociale pela École des Hautes Études en Sciences Sociale em cotutela com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas. Mestrado em Ethnologie et Anthropologie Sociale pela École des Hautes Études en Sciences Sociale (2014), Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010) e Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2005). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2366-1376>. E-mail: mayralafoz@gmail.com.

Avaliação, Classificação e Decisões sobre Embriões *In Vitro*: As (Re)Apropriações das Normas pelos Embriologistas¹

Evaluation, Classification and Decision-Making on In Vitro Embryos: The (Re)Appropriations of Norms by Embryologists

Catarina Delaunay

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal

Luís Gouveia

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal

RESUMO

Este artigo descreve, analisa e discute as formas de relação dos embriologistas com as normas padronizadas que orientam a sua prática profissional no âmbito das técnicas de Procriação Medicamente Assistida em termos de avaliação, classificação e tomada de decisão sobre o embrião humano criado *in vitro*. Com base em entrevistas realizadas com embriologistas de centros públicos e privados de Procriação Medicamente Assistida, problematizamos as formas de adesão e conformação à *governança pela norma*, ou, como contraposto, às modalidades de composição, adaptação, negociação, resignificação e crítica das normatividades estandardizadas por parte desses profissionais de saúde de acordo com os seus próprios esquemas cognitivos, saberes experienciais e padrões normativos. Sistematizamos os critérios usados na decisão sobre os embriões a transferir, congelar ou descartar e propomos uma gramática de lógicas em termos de atitudes e

¹ Esta pesquisa foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto ETHICHO — Coreografias ético-ontológicas: Formas de objectivação e avaliação do embrião humano *in vitro* no contexto da Procriação Medicamente Assistida e da Investigação Científica (Ref. PTDC/SOC-SOC/29764/2017).

Recebido em 05 de fevereiro de 2021.
Avaliador A: 13 de abril de 2021.
Avaliador B: 17 de abril de 2021.
Aceito em 19 de maio de 2021.



posicionamentos, mais ou menos rígidos, dos embriologistas diante dos *standards* e *guidelines* de avaliação e da classificação dos embriões.

Palavras-chave: Embrião humano *in vitro*, Normas padronizadas, Sistemas de avaliação e classificação embrionária, Áreas de jurisdição e pericialidade, Controvérsias sociotécnicas.

ABSTRACT

This article describes, analyzes and discusses the forms of relationship between embryologists and the standardized norms that guide their professional practice in the context of assisted reproductive technologies, namely in terms of evaluation, classification and decision making on the human embryo created *in vitro*. Starting from interviews with embryologists exercising their professional activity in public and private centers of assisted reproductive technology, we problematize the ways of adhering to and conforming to the *governance by norm*, or, as a counterpoint, the modalities of composition, adaptation, negotiation, resignification and criticism of the standardized norms by these health professionals according to their cognitive schemes, experiential knowledge and normative standards. We systematize the criteria used to decide on embryos to be transferred, frozen or discarded. and propose a grammar of logics in terms of attitudes and positions, more or less rigid, of embryologists concerning *standards* and *guidelines* for embryo assessment and classification.

Keywords: Human embryo *in vitro*, Standardized norms, Embryo assessment and classification systems, Jurisdiction and expertise areas, Sociotechnical controversies

INTRODUÇÃO

A transição histórica da medicalização para a biomedicalização, através da integração social de inovações e das intervenções altamente tecnocientíficas, ampliou e reconstituiu tanto a organização como as práticas da medicina contemporânea, passando do controle sobre os fenômenos biomédicos para a sua transformação (CLARKE *et al.*, 2003). Os corpos são assim transformados para incluir novas propriedades, enquanto novas identidades tecnocientíficas individuais e coletivas estão a ser produzidas (CLARKE *et al.*, 2003). Desse modo, a biomedicalização, no âmbito da reprodução medicamente assistida, produz um novo ator e identidade

tecnocientífica: o embrião *in vitro*².

No início do século XX, a sistematização dos estágios do embrião (estágios Carnegie) contribuiu para a mecanização das fases de desenvolvimento embrionário em estreita articulação com a dimensão tempo; a posterior mudança para a escala genética introduziu um sentido de vida biológica perfeitamente planeada, em termos da presumível trajetória do embrião (DICAGLIO, 2017). Conforme a autora, a biomedicina e as novas tecnologias induzem à tomada de decisão com base nessa antecipação.

A embriologia clínica surge no contexto da assistência médica à reprodução. Ela está associada à construção de formas padronizadas de governança (i.e, de *governança pela norma*) e à atividade laboratorial, envolvendo um conjunto de parâmetros, instrumentos e protocolos de controle, regulação e avaliação das condutas. Em Portugal, essas práticas e dinâmicas regulatórias do exercício da própria profissão de embriologista remetem para determinados regimes normativos e simbólicos que, por um lado, emanam das instâncias superiores de regulamentação, como o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA) e a European Society of Human Reproduction and Embryology (ESHRE); e, por outro, são diferentemente interpretados e incorporados na sua prática concreta pelos próprios profissionais. A criação e consolidação de critérios avaliativos e qualificadores do embrião nos seus diferentes estágios remete para uma adesão e conformação *cega* ao *standard* ou, pelo contrário, envolve o reconhecimento da legitimidade de outras formas de conhecimento (“o saber de experiência feito”) ou critérios complementares (mais gerais e de contexto) como fundamento para a tomada de decisão.

Neste artigo, respondemos às seguintes questões:

- 1) Quais são as normas internacionais adotadas pelos embriologistas quanto às definições

2 A criação do embrião *in vitro* potencia e complexifica o problema da fragilidade das fronteiras relativas à condição do ser humano, constituindo um objeto científico suscetível de gerar dilemas e controvérsias decorrentes de diferentes representações de caráter categorial, moral e legal de que é objeto (BOLTANSKI, 2013). De acordo com o autor, estes novos seres, que se enquadram na categoria de tecno-fetos, extravasam a taxinomia de qualificação assente numa dualidade feto autêntico (associado a um projeto parental) e feto tumoral (exterior a esse mesmo projeto). É identificável uma ampliação e fluidez de significados produzidos e de estatutos conferidos ao embrião humano *in vitro*, não o constituindo como uma entidade biológica estática e universal. No quadro desta complexificação das fronteiras da condição humana, os discursos no espaço público em torno da definição e estatuto do embrião humano – voltados para a sua proteção e uso – evidenciam justamente a pluralidade, incerteza e ambiguidade que caracterizam essas operações de qualificação do embrião segundo diferentes gramáticas publicamente disponíveis (BOLTANSKI, 2013; THÉVENOT, 2019). Essa discussão no espaço público transpõe-se também, por seu turno, para o espaço da clínica de procriação medicamente assistida, onde perspectivas técnico-científicas são suscetíveis de entrar em tensão com perspectivas humanizadoras do embrião na relação e comunicação entre profissionais (médicos e embriologistas) e progenitores dos embriões gerados em laboratório.

dos diferentes estágios dos embriões, dos critérios de definição da sua qualidade e também das fases em que devem ser transferidos e em que número? Essa é uma questão complexa, pois existem vários sistemas de classificação (fato evidenciado inclusive nos discursos dos nossos entrevistados) e cada um deles se aplica a fases específicas do embrião e não à totalidade dos estágios de desenvolvimento embrionário. Isso significa que existem sistemas de classificação especializados em *zigotos*, em *blastocistos*³ etc.

- 2) Quais são os mecanismos de controle das práticas dos profissionais e de certificação dos procedimentos científicos e laboratoriais em termos de manipulação e transferência dos embriões criados em laboratório, no âmbito das técnicas de Procriação Medicamente Assistida (PMA) de 2ª linha, nomeadamente Fertilização In Vitro (FIV) ou Injeção Intracitoplasmática de Espermatozoide (ICSI)?

- 3) De que modo os profissionais de saúde mais diretamente implicados nas técnicas laboratoriais – os embriologistas – (re)definem, integram e (re)apropriam os critérios e sistemas avaliativos e classificatórios do embrião humano nas suas práticas quotidianas?

Com base nos testemunhos de vários embriologistas entrevistados no quadro de um projeto de investigação em curso, apesar de haver o reconhecimento da existência e da importância dos procedimentos de standardização, dos critérios de padronização e dos processos de normatização pretensamente universais e característicos das formas de regulação do conhecimento e da prática científicos, são também descritas diferentes modalidades de composição, adaptação, negociação, resignificação e crítica dessas normatividades standardizadas por parte dos profissionais de acordo com os seus próprios esquemas cognitivos, saberes experienciais e padrões normativos (culturais, ético-morais, religiosos etc.). A estas nuances na adesão e conformação à *governança pela norma* estão subjacentes determinadas justificações, que procuramos de igual modo investigar.

Uma forma de subjugação resulta da *redução substancialista* (THÉVENOT, 2010) das duas faces do envolvimento ante a garantia, correspondente ao momento de quietude, que é confundida com uma declaração fatual baseada num estado objetivo. A padronização atribui propriedades mensuráveis a objetos e entidades independentes, que se confundem com a an-

3 Do ponto de vista científico, o embrião enquanto estrutura celular pode ser dividido em três grandes fases: zigoto (célula que resulta da fecundação dos gametas), mórula (fase intermédia em que o embrião tem entre 16 e 32 células) e blastocisto (nível de organização celular mais complexo).

siedade de realizar o bem que se procura, tornando-o real, e ameaçando dominar a dinâmica de familiarização com um conjunto fixo de rotinas às quais são atribuídas propriedades objetivas.

No entanto, as competências práticas de avaliação que os profissionais de saúde, em particular os embriologistas, souberam desenvolver e aplicar, a partir de um inventário de normas e convenções internacionalmente estabelecidas para lhes permitir avaliar os embriões nos seus diversos estágios, são por vezes suspensas, numa reformulação/revisão em termos deontológicos.

A forma como um embrião é classificado (que remete para a uma dimensão de standardização como condição necessária à avaliação e comparabilidade) constitui o que Latour e Woolgar (1986) designam de *inscrição literária*, i.e., uma narrativa construída no âmbito de um ambiente ou quadro sociocultural segundo a própria mitologia do laboratório, incluindo os hábitos, as crenças, o conhecimento e a experiência, entre outros aspectos.

Por outro lado, nestes exercícios avaliativos, é importante considerar que o trabalho laboratorial dos embriologistas não se circunscreve à prossecução de procedimentos padronizados de formato cognitivo e moral exclusivo. Esses profissionais estão suscetíveis a questionar as normas padronizadas como dispositivos de suporte aos procedimentos em laboratório que, no trabalho de *investimento em formas* que subjaz à construção das *guidelines* em comissões científicas de padronização constituídas para o efeito (THÉVENOT, 2009), visam assumir uma condição *neutra e objetiva*. Isto é, as asserções inscritas na norma são elevadas a um estado de *factualidade e indisputabilidade* (não carecendo de explicação ou fundamentação) relativamente à realidade de que procuram dar conta e de dissociação do processo de criação e (potenciais) controvérsias científicas anteriormente existentes (LATOURE; WOOLGAR, 1986). Ora, o trabalho laboratorial na avaliação dos embriões não deixa, no entanto, de suscitar *inquietações* no embriologista, no quadro de uma *abertura do olhar* (THÉVENOT, 2019) para as condições em que esse *standard* foi produzido, podendo conduzir a operações de rejeição do estado de *factualidade e objetividade* que a constituição da norma pressupõe. É o caso de operações de cotejamento com outras fontes de suporte da ação para lá das *guidelines* (e.g. artigos científicos, mas também juízos mais localizados a partir da experiência laboratorial acumulada ou elementos da trajetória clínica do casal ou beneficiária) que sustentam proposições divergentes/complementares àquelas inscritas na norma e que, dessa forma, reduzem a *factualidade e objetividade* da norma-padrão (LATOURE; WOOLGAR, 1986).

MÉTODOS

Este artigo baseia-se numa análise realizada a partir de dados recolhidos no âmbito de um projeto de investigação em curso que pretende: por um lado, analisar e descrever as formas de objetivação, avaliação e circulação de significados acerca do embrião humano *in vitro* entre especialistas e leigos, tanto na PMA quanto na investigação científica; e, por outro, esclarecer as dificuldades e dilemas enfrentados tanto por profissionais de saúde no desempenho das suas atividades quotidianas em medicina reprodutiva e em investigação com embriões humanos, como pelas mulheres ou casais que recorrem a determinadas técnicas de reprodução assistida de 2ª linha (FIV e ICSI) e que, por exemplo, têm de lidar com o ônus da decisão sobre o destino a dar aos embriões excedentes criopreservados.

O projeto baseia-se numa abordagem *mix-methods*, que combina métodos quantitativos e qualitativos, nomeadamente entrevistas aprofundadas a beneficiários e a profissionais, um questionário *on-line* dirigido unicamente a beneficiários e ainda etnografia em centros de PMA. Infelizmente, devido às restrições impostas pela epidemia do SARS-CoV-2, ainda não nos foi possível realizar um trabalho etnográfico em contexto laboratorial no âmbito da procriação medicamente assistida para observar e descrever os processos que permitem a implementação de rotinas, a manipulação dos embriões, o recurso ao uso de tecnologia avançada com o objetivo de registrar a classificação dos embriões nas suas diversas fases.

Apesar de outros atores terem igualmente uma palavra a dizer acerca das decisões sobre os embriões, especificamente os médicos e os próprios beneficiários das técnicas (através do consentimento informado), para o presente artigo focamo-nos apenas nos discursos dos embriologistas em virtude de estarem encarregados da manipulação técnico-científica do embrião *in vitro*. Tomamos como base as entrevistas concedidas por 18 embriologistas de centros de PMA dos sectores público e privado, entre 25 de setembro de 2020 e 25 de janeiro de 2021, para o mesmo investigador. A confidencialidade dos dados e o anonimato dos participantes mediante codificação foram garantidos, tendo o consentimento informado sido obtido previamente à recolha das informações. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas *ipsis verbis*. A análise de conteúdo das entrevistas foi realizada com o apoio do software MaxQDA (versão 2018).

ENQUADRAMENTO E ESCOPO DE UMA PROFISSÃO: OS EMBRIOLOGISTAS CLÍNICOS

Para enquadrar a análise que se segue, descrevemos as técnicas de PMA de 2^a linha, como a FIV ou a ICSI, bem como as atribuições e tarefas desempenhadas pelos embriologistas no exercício da sua atividade profissional.

Após a estimulação do ovário, em que se procura obter vários folículos (em teoria, num folículo há um óvulo), procede-se à extração/aspiração dos óvulos/ovócitos (através de punção ovárica ou folicular) ou dos espermatozoides e à subsequente fecundação (junção dos gâmetas masculino e feminino) via FIV ou ICSI. Posteriormente, já em fase de laboratório, são realizadas as placas de cultura em que os óvulos fecundados darão origem a embriões que, sendo viáveis, serão transferidos com cinco ou seis dias de desenvolvimento para a cavidade uterina ou serão congelados, por contraposição aos embriões que não se desenvolvem ou que apresentam uma qualidade inferior (em termos de possibilidade de implantação e de prosseguir com uma gravidez), e que são depois descartados (ou seja, destruídos). A fecundação *in vitro* pode ser descrita como uma *somatotécnica* que evidencia o saber-fazer da reprodução na intersecção entre o biológico, o pessoal e a substância (MERLEAU-PONTY, 2017).

Aos embriologistas cabe toda a componente laboratorial que envolve a manipulação dos gâmetas e, posteriormente, dos embriões nos seus diferentes estágios: as suas incumbências profissionais vão desde a realização dos procedimentos inaugurais em termos de tratamento como a punção folicular e a preparação de esperma para inseminações intrauterinas, posteriormente as técnicas de fecundação como a FIV ou a ICSI, passando pelo acompanhamento do desenvolvimento embrionário até à seleção dos embriões a serem transferidos para a cavidade uterina, para serem criopreservados (em todos os estágios mas sobretudo no de blastocisto, i.e., o embrião de dia 5, fase em que nem todos chegam num ciclo completo devido à probabilidade ser baixa) ou, pelo contrário, eliminados/descartados, e ainda as decisões sobre os congelamentos e descongelamentos (o que fazer quando não se consegue contactar o casal para confirmar a sua decisão quanto ao destino a dar aos embriões supranumerários).

TAXINOMIAS, GUIDELINES E A PREDOMINÂNCIA DO STANDARD

No contexto da medicina reprodutiva, o processo de standardização através da criação de vários sistemas de classificação equivalentes e da produção de um conjunto de *guidelines* normativas contribuiu para a *governança pela norma*, orientando a prática profissional dos embriologistas, bem como condicionando a existência e qualificação das próprias entidades vivas manipuláveis (os embriões).

Quando confrontados com a questão relacionada com a classificação da qualidade e avaliação da viabilidade dos embriões, assim como dos critérios determinantes para o sucesso da transferência para a cavidade uterina, alguns embriologistas entrevistados expressam, na sua resposta, um conteúdo técnico-científico, fazendo menção às taxinomias, às *guidelines* e aos *standards* internacionais que regulam e são usados na sua prática profissional, evidenciando uma relativa padronização dos procedimentos.

As taxinomias ou classificações embrionárias, enquanto indicadores de maior probabilidade de implantação (e conseqüente obtenção de gravidez), são diversas (as mais utilizadas são as classificações padronizadas pelo Consenso de Istambul e a da ASEBIR-Asociación para el Estudio de la Biología de la Reproducción⁴), e há correspondência entre elas em termos de graus (1, 2, 3, 4,... ou A, B, C, D,...). Apesar da tentativa de unificação dos critérios, o fato de existirem vários sistemas de classificação embrionária e de nem todos os centros de PMA se regerem pelas mesmas *guidelines*, obriga a uma comparabilidade constante por parte dos embriologistas, especialmente quando questionados por beneficiários que fizeram tratamentos em outras unidades e que, como tal, trazem consigo essas taxinomias.

A descrição de alguns profissionais sobre a decisão acerca do destino a dar aos embriões (transferir, criopreservar ou descartar) circunscreve-se àquilo que é a avaliação técnica segundo critérios morfológicos (grau de fragmentação, estrutura celular etc.) e cinéticos (tempos de

4 Entre os diferentes sistemas de avaliação do embrião atualmente existentes – critérios e terminologia padronizada de classificação de oócitos, zigotos e embriões em contexto de laboratório de PMA –, identificam-se os que são elaborados por organizações profissionais internacionais e por associações de países individuais (MACHTINGER; RACOWSKY, 2013). Do lado dos sistemas de organizações profissionais internacionais identificam-se as *guidelines* de avaliação morfológica do Alpha Executive and ESHRE special Interest Group of Embryology, emanadas da reunião/workshop de um painel internacional de peritos científicos que teve lugar entre 26 e 27 de fevereiro de 2010, em Istambul (sendo o acordo alcançado denominado Consenso de Istambul). No grupo dos sistemas de países individuais encontra-se o da sociedade espanhola de profissionais que desenvolvem atividade no âmbito da biologia da reprodução humana, designada ASEBIR (MACHTINGER; RACOWSKY, 2013).

divisão), evidenciando uma estrita vinculação às *guidelines* enquanto dispositivo de suporte ao procedimento. A avaliação do número e aspecto das células, bem como do desenvolvimento do embrião nos seus diversos estágios, é feita através da observação ao microscópio ou com recurso a equipamento mais sofisticado, como seja a incubadora com sistema *time-lapse*, que permite acompanhar o desenvolvimento embrionário em tempo real e facilita o trabalho de avaliação do embrião (possibilitando analisar a nível de *timings* de divisão através de um algoritmo e acompanhar diariamente o desenvolvimento do embrião através de imagens e vídeos). Outras questões relativas à ficha clínica ou à trajetória terapêutica dos beneficiários, ou outras fontes, são reservadas para a esfera da competência do médico, sendo o foco do embriologista a análise da estrutura celular em si.

Informação e conformidade, enquanto *investimentos em formas* (THÉVENOT, 1984, 1986) que geram *formas do provável* (THÉVENOT, 2002) associadas à *grandeza industrial* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006) em termos de eficácia técnica (avaliação da qualidade e potencial de evolução do embrião) remetem para formas convencionais de coordenação da ação (entre embriologistas, médicos e beneficiários).

Alguns desses profissionais definem-se como “pragmáticos” (Entrevista B7.1), vinculando-se mais aos *standards* de avaliação técnico-científica dos embriões e procedimentos padronizados de seleção e rejeição, sem que essa decisão suscite em si qualquer tipo de inquietação. Como analisamos mais à frente, outros embriologistas introduzem uma maior complexidade de variáveis na descrição que fazem da tomada de decisão sobre os embriões gerados em laboratório (descarte, criopreservação, transferência etc.). Se a estandardização, ao produzir garantias públicas, em termos de *regulação* e *objetividade*, pode engendrar a pressão e opressão de um regime de envolvimento sobre outro (THÉVENOT, 2009), alguns embriologistas entrevistados contrariam essa sobreposição da norma padronizada mediante formas de envolvimento compósitas.

Todavia, entre esses profissionais mais vinculados à *governança pela norma*, não deixa de ser frequentemente relevado um único fator passível de intervir na sua ponderação enquanto embriologistas, em conciliação com aquilo que são os *standards* usados na avaliação morfológica do embrião. Concretamente, é quando o casal está no último ciclo de tratamento autorizado pela lei nas unidades de PMA públicas que pode ocorrer uma maior flexibilização na observação das normas padronizadas de avaliação, podendo o embriologista “forçar um bocadinho” a interpretação dessas diretrizes e permitir uma última oportunidade ao casal – na condição de que o embrião ou embriões em questão tenham uma “qualidade mínima” que ofereça ainda alguma possibilidade em termos de tratamento (Entrevista B8.2). No entanto, a “regra geral”,

enquanto formato cognitivo e avaliativo dominante, é seguir as normas, regras e protocolos usados na avaliação da qualidade morfológica do embrião.

Nestas aberturas à flexibilização, sempre refreadas, na observação da norma, na avaliação dos embriões e decisão laboratorial sobre o seu destino, alguns elementos relativos ao quadro clínico do casal/beneficiária podem excepcionalmente ser levados em conta, como, por exemplo, o cenário limite de uma paciente ter zero embriões que cumprem rigorosamente os *standards* de avaliação de qualidade, podendo nesse caso a equipe de embriologistas reconsiderar a avaliação de alguns dos embriões. Nessas situações, as evidências científicas, de cariz *industrial* (mas não plasmadas nas normas padronizadas), de que embriões de menor qualidade podem resultar numa gravidez (mesmo com uma probabilidade muito baixa) sustentam o formato avaliativo parcialmente exterior às *guidelines*. Todavia, como convenção normativa preponderante, o quadro cognitivo e moral que idealmente deve orientar o olhar do embriologista na avaliação de cada embrião consubstancia-se numa pergunta fundamental: “Achas que esse embrião pode ou não dar uma gravidez? Sim ou não” (Entrevista B11). Elementos informativos relativos à trajetória clínica, como o paciente ter poucos embriões, devem ser preteridos – num esforço de depuração da situação, de forma a assegurar que a avaliação do embrião é feita o mais vinculadamente possível aos *standards*, evitando a intrusão de elementos externos, tidos como *enviesantes*, na medida em que oriundos de outros formatos de envolvimento, dessa avaliação do potencial e qualidade embrionária.

Esses discursos, no que diz respeito a esta dimensão particular de análise (influência do historial clínico do casal), apontam para formatos atuantes que parecem distanciar-se significativamente do caso de outros embriologistas que, como desenvolveremos mais à frente, referem mais vincadamente atender ao quadro psico-emocional do casal e de como um embrião, mesmo que de qualidade não elevada à luz da taxinomia de classificação mobilizada, pode ser selecionado mediante uma reapropriação segundo outros critérios avaliativos – nomeadamente, como *esperança* para os casais/beneficiários.

O FEELING NO QUADRO DA DECISÃO OU A CRÍTICA À NORMA

Ao longo do processo de realização das entrevistas, uma questão que inicialmente convidaria apenas a respostas padronizadas, de citação de normas-padrão internacionais usadas na avaliação da qualidade e classificação dos embriões, revela-se, todavia, um tema potenciador

de controvérsias e um elemento de prova da pluralidade de posições no seio dos embriologistas.

Entre os embriologistas inquiridos, identificamos inicialmente quem estabelece uma dualidade entre o que é designado de *fator humano* e o *algoritmo* na tomada de decisão relativamente aos embriões a serem transferidos. Para além do conjunto de *standards* internacionais usados (em algumas clínicas são usados dois ou três modelos internacionais de avaliação morfo-cinética do embrião) é também evocado aquilo que é denominado o *feeling do embriologista* na decisão relativamente aos embriões a transferir. Por outro lado, a par dessa decisão co-suportada por uma rotina composta de um saber-fazer adquirido pela aprendizagem e acumulação de experiências (BREVIGLIERI, 2006), através de uma familiaridade com o contexto laboratorial que extravasa uma mediação da ação (exclusivamente) por normas institucionalizadas (THÉVENOT, 2006), há igualmente o recurso a estudos realizados que evidenciam alguma não linearidade entre classificações e critérios convencionados de avaliação dos embriões e o efetivo desenvolvimento embrionário, ou seja, evidências científicas que sugerem maior prudência numa confiança absoluta nas normas padronizadas relativamente ao desenvolvimento embrionário.

Para além das *guidelines*, a seleção dos embriões a transferir ou a descartar depende também assim do elemento humano, i.e., do juízo feito pelo embriologista e do seu *feeling*, adquirido através da experiência na observação e avaliação do desenvolvimento em laboratório dos embriões. Sobretudo no caso dos embriões passíveis de serem classificados de *borderline*, ou seja, cuja qualidade está naquilo que se designa de “área cinzenta” (Entrevista B13), sem uma orientação taxativa das *guidelines*, essa dimensão subjetiva quanto à viabilidade do embrião, que radica na *experiência* e se manifesta na forma de *feelings* do embriologista, adquire maior peso nas decisões sobre os embriões a rejeitar ou a incluir no conjunto dos transferíveis.

No quadro destas possíveis composições entre formatos de envolvimento do embriologista em laboratório, consoante se deposita confiança nas convenções públicas (garantia), nas propriedades funcionais (planificação) ou nos usos familiares (hábito ou rotina), assim essas três situações diferem na possibilidade de serem generalizáveis, comunicáveis ou comunalizadas (THÉVENOT, 2009). É o caso do cotejamento entre a avaliação do embrião suportada pela *rotina* e pelo *standard* enquanto referenciais distintos de suporte à coordenação da ação: “olhamos para o desenvolvimento embrionário de outro que tem uma classificação menor e ficamos na dúvida: ‘[...] Este parece-me mais bonito, mas aquele tem uma classificação melhor” (Entrevista B10).

Reforçando esta pluralidade compósita no uso dos *standards* como suporte da ação, a relação destes embriologistas com as *guidelines* de avaliação dos embriões pode igualmente sofrer evoluções ao longo dos anos. Se, numa fase inicial da carreira, o embriologista cinge-se

estritamente a essas normas padronizadas, com o tempo, e à medida que vai expandindo o olhar para outras variáveis de aferição do embrião – como a avaliação morfocinética (sobretudo com o recurso à incubadora *time-lapse*) –, acaba por constatar que o tempo de desenvolvimento do embrião não corresponde inteiramente ao que está descrito nas *guidelines*. Esse desfasamento – a constatação, através do conhecimento empírico e da experiência, de que as instruções nas *guidelines* e as suas classificações estáticas não se ajustam totalmente, por exemplo, à evolução morfocinética do embrião que se observa em laboratório – pode conduzir a um *abrir os olhos* (THÉVENOT, 2019) relativamente à validade da norma-padrão como dispositivo (exclusivo) de suporte à ação. As lógicas atuantes do embriologista abrem-se assim ao uso de *feelings* enquanto referencial, mais localizado, de coordenação da ação alicerçado na própria experiência profissional, e que servem de suporte a um discernimento mais customizado na tomada de decisão sobre os embriões. Essa operação avaliativa é sustentada igualmente por um trabalho de consulta de outras fontes científicas (como artigos publicados) com orientações que estão para lá do que está já oficialmente incorporado nas *guidelines*, isto é, conhecimento científico que não foi ainda objeto de um trabalho de *investimento em formas*, de construção de procedimentos, indicadores e *benchmarks* definidores da norma padronizada por grupos/comitês científicos constituídos para o efeito (THÉVENOT, 2009).

Ainda no que se refere à relação dos embriologistas com os *standards* de avaliação do embrião, alguns entrevistados manifestam uma perspectiva crítica relativamente àquilo que é considerado ser a posição maioritária dos embriologistas na classificação do embrião: a de uma vinculação excessiva às classificações/taxinomias e ao uso que delas fazem nas decisões sobre os embriões (transferir, criopreservar, descartar etc.). Nestas visões críticas, esta posição distinta daquela que é observada noutros embriologistas é atribuída, em primeiro lugar, aos anos de experiência profissional (associando em parte uma maior vinculação aos *standards* de avaliação por parte dos embriologistas com menos anos de experiência). Por outro lado, essas diferenças na adesão vincada às *guidelines* são imputadas também a um uso dos *standards* como instrumento de afirmação dos embriologistas enquanto grupo ocupacional perante o saber médico, numa lógica de salvaguarda e legitimação da sua área de jurisdição profissional (ABBOTT, 1988).

Estes entendimentos críticos evidenciam, pois, uma tensão estrutural entre as duas faces da convenção, entre a adesão e confiança cega nas formas convencionais de qualificação/avaliação e, por outra, a dúvida e inquietude perante a conformidade à norma e à contestação da validade dos *standards* (por causa da sua uniformidade disciplinadora), abrindo-se espaço para outros regimes de envolvimento (THÉVENOT, 2009).

A VISÃO HOLÍSTICA DO PROCESSO E O ENVOLVIMENTO EM PROXIMIDADE

No quadro de outros envolvimento compósitos, para além daquilo que são os *standards*, *guidelines* e normas padronizadas de avaliação da qualidade, potencial e viabilidade de cada embrião, a seleção daqueles que são para transferir, congelar e descartar não é, para alguns embriologistas, totalmente alheada daquilo que são as particularidades da trajetória clínica do casal. É o caso, por exemplo, de um casal com uma longa trajetória de ciclos falhados. Mesmo que a avaliação de acordo com os *standards* seja a de que um dos embriões produzidos não se desenvolverá (logo, recomendando que seja descartado), a decisão do profissional, enquanto embriologista, pode ser a sua criopreservação, para posterior transferência. Essa decisão assenta não (exclusivamente) numa avaliação probabilística daquilo que é o seu potencial de desenvolvimento (ou seja, segundo critérios de eficácia), mas tendo em conta o que aquele embrião de reserva, congelado, pode significar para o casal. Os embriologistas desenvolvem assim um *trabalho emocional* em que, para além de terem de gerir os seus próprios estados emocionais, consideram como objetos de cuidado tanto os materiais reprodutivos (pelos quais são responsáveis e depositários) como os beneficiários dos tratamentos, por quem sentem empatia (FITZGERALD; LEGGE; FRANK, 2013). Deste modo, um embrião, mesmo que de qualidade não elevada à luz da taxinomia de classificação mobilizada, pode ser selecionado mediante outros critérios avaliativos. Pode ser nomeadamente reapropriado por significar uma *esperança*, no quadro de uma abertura *hospitaleira*, nesse trabalho de classificação, à gestão do impacto de um hipotético insucesso (como é a não implantação de um embrião após transferência) e à gestão da inquietude associada ao incerto na concretização do objetivo da gravidez que acompanha o envolvimento do casal no plano terapêutico (THÉVENOT, 2006).

Da mesma forma que em relação aos juízos co-suportados por envolvimento familiares, alguns entrevistados descrevem mesmo como a sua prática foi evoluindo desde o início da sua atividade profissional no sentido de abertura à inclusão da trajetória clínica do casal na ponderação feita. Se, inicialmente, e de acordo com aquilo que é preconizado por várias *guidelines*, qualquer embrião catalogado como *não viável* (e.g., abaixo da classificação B ou C) seria por *default* descartado, com o tempo vai-se flexibilizando aquilo que é a avaliação e respetiva decisão sobre o embrião (transferir, criopreservar e descartar). De resto, esta colagem paulatinamente menos vinculada à norma padronizada enquanto suporte convencional de envolvimento é sustentada por uma justificação *industrial*, sobretudo em artigos científicos que fornecem

evidências sobre as possibilidades (ainda que menores) de desenvolvimento dos embriões com classificação mais baixa, reforçando o carácter compósito de uma avaliação que não perde o seu vínculo a critérios de legitimidade *industrial* (*eficácia* de procedimentos).

No que concerne a outros elementos que são mobilizáveis na decisão em torno do embrião humano, a avaliação envolve igualmente outras informações plasmadas na ficha clínica do casal/beneficiário, logo no quadro de lógicas atuantes na relação com os beneficiários mais distantes de formatos de envolvimento *de proximidade*. A decisão de transferir, congelar e descartar pode ser condicionada também por aquilo que é a trajetória e o historial clínico do casal, como a idade da mulher ou o número de tratamentos/ciclos de transferência já realizados. É o caso hipotético de um casal em final da idade legalmente prevista para um tratamento no setor público⁵, em que um embrião com qualidade média é passível de ser avaliado de forma distinta de um casal/beneficiária com idade favorável e/ou perspectiva de vários ciclos de tratamento ainda realizáveis.

É o caso também do cenário de um ciclo de tratamento no setor público que constitui a última oportunidade de um casal concretizar a gravidez, na qual pode ganhar mais relevo a apropriação do embrião como *derradeira tentativa* (distinto, portanto, do formato de envolvimento de maior proximidade associado à conceção do embrião como *esperança*). Como os entrevistados salvaguardam, esta inflexão no juízo avaliativo relativamente à norma padronizada é feita quer sem detrimento da fundamentação *industrial* da decisão clínica (i.e., não é transferível um embrião sem suporte científico relativamente às suas efetivas possibilidades de implantação) quer sem prejuízo do rigor na transmissão de informação ao casal sobre as efetivas probabilidades de obtenção de gravidez, assegurando uma decisão autónoma e informada enquanto princípio normativo orientador da relação profissional-beneficiário (THÉVENOT, 2019).

O formato de envolvimento destes embriologistas na sua atividade profissional revela-se, pois, suscetível de assumir formas compósitas, articulando, por um lado, as *guidelines* com uma ação em *proximidade*, expressa numa atenção parcial às singularidades de cada casal, em termos de trajetória terapêutica e até de dimensão psicológica e emocional (angústia, ansiedade, sofrimento etc.) ou, por outro lado, a procura da manutenção de um *distanciamento técnico-científico*, em termos de objetividade nas decisões tomadas, co-mediada por outros dispositivos de ação à distância (como a ficha clínica/registo clínico), logo mais apartados de

⁵ No quadro jurídico regulador da PMA em Portugal, o limite máximo para recurso a tratamentos com financiamento público, para a mulher (limite máximo é inexistente para o parceiro masculino), é de 40 anos para as técnicas de segunda linha – fertilização in vitro (FIV) e microinjeção intracitoplasmática de espermatozoide ICSI – ou antes dos 42 anos da mulher no caso da inseminação artificial.

envolvimentos *de proximidade* com os beneficiários (apropriados neste caso na generalidade, como *casos clínicos*).

Em ambas as lógicas atuantes compósitas na articulação dos *standards*, a ação surge sempre enquadrada como orientada pela *eficácia* na execução das diferentes técnicas e procedimentos laboratoriais, enquanto formato cognitivo e avaliativo. Sobrepõe-se, assim, o foco no sucesso na obtenção de uma gravidez e consequente concretização do projeto parental dos casais, sendo que mesmo aberturas a envolvimentos *de proximidade* continuam a exigir uma capacidade doseada, *convenientemente* calibrada, de dissociação entre a vertente emocional e a vertente técnico-científica, da qual depende, na opinião dos próprios embriologistas, a sua competência enquanto profissionais – a sua grandeza *industrial*.

AS CONVENÇÕES E A COORDENAÇÃO DA AÇÃO NO QUADRO DA INCERTEZA

No que diz respeito ao trabalho de avaliação do embrião, do ponto de vista da sua qualidade e potencial, mesmo quando os embriologistas afirmam cingir-se aos *standards* de classificação usados na respectiva instituição, pode surgir, todavia, um elemento de incerteza e até de subjetividade por parte do próprio profissional. Esta noção de incerto constitui uma construção ao nível do *regime de ação em plano* (THÉVENOT, 2006), que o restringe na sua garantia de realização. A dimensão de incerteza remete para a dúvida ou receio quanto à confiabilidade dos resultados dos procedimentos (por exemplo, se um determinado embrião irá resistir ou não à congelação/descongelação) e adequabilidade das próprias decisões tomadas individualmente (se um determinado embrião considerado não viável é mesmo para descartar).

A imprevisibilidade dos resultados das técnicas biomédicas de reprodução assistida caracteriza assim o contexto de trabalho destes profissionais, dando lugar ao medo, à ansiedade e à frustração. Nas situações marcadas pela ausência de garantia, os embriologistas socorrem-se de formas de avaliação/medição da incerteza e de modalidades de gestão da mesma, não obstante as tensões críticas que originam (THÉVENOT, 1995), como seja a confiança por referência aos casos (improváveis) de sucesso e a relativização das promessas fundamentadas na estatística (taxas de sucesso). Uma das formas de superar as eventuais dúvidas e de evitar o elevado peso da decisão individual é a consulta interpares, na tentativa de alcançar um consenso a nível da decisão.

No quadro da ideia de projeto e do indivíduo comprometido/envolvido *em plano*, associada ao cálculo, autonomia, responsabilidade, escolha e *governo por objetivos* (THÉVENOT, 2010), no caso específico da concretização de uma gravidez após transferência do embrião criado *in vitro*, surge igualmente a assunção de uma perspectiva precaucionária, devido ao risco, à incerteza e à ansiedade permanente daí gerada. Tal concepção manifesta-se quer na criopreservação de todos os embriões considerados viáveis quer no prolongamento da cultura até ao blastocisto – até ao limite permitido pelas normas – daqueles embriões que se situam no que é designado de “área cinzenta” (Entrevista B13).

Surge em alguns discursos a tentativa de reduzir o peso da classificação embrionária, associada à qualidade, i.e., baseada no desenvolvimento celular e no grau de fragmentação, na decisão sobre os embriões a transferir, congelar ou descartar. A não ser que determinados indícios/indicadores inquestionáveis à luz das *guidelines* estejam presentes (existência de anomalias, elevada fragmentação e fraco ou nulo desenvolvimento), torna-se difícil prever com acuidade a capacidade ou grau de implantação do embrião após transferência e se o mesmo irá ou não originar uma gravidez. Esta avaliação é atualmente facilitada pelo recurso a instrumentos tecnológicos de elevada precisão, como o *time-lapse*.

Na verdade, não obstante a padronização dos procedimentos laboratoriais, o cumprimento das *guidelines* e a adequação da ação em função dos *standards* internacionalmente aceites, prevalece, todavia, um elemento de incerteza ao nível da coordenação da ação, principalmente quanto ao resultado das técnicas em termos de fecundação e evolução embrionária *in vitro* e *in utero*. Fatores como o número de ovócitos extraídos, a sua fertilização ou não, as formas de evolução e o nível de qualidade (sobretudo genética) dos embriões que resultam dos gametas fecundados determinam o desenrolar da própria prática dos profissionais, em articulação – em alguns casos – com as decisões a tomar pelos próprios beneficiários.

Os momentos de decisão sobre os embriões a selecionar para descartar/destruir⁶ são inquietantes para alguns dos nossos entrevistados, especialmente quando eles os concebem como *potencial de vida*, mais do que um *conjunto/aglomerado de células*. Essa concepção reflete-se na própria forma como esses profissionais desenvolvem o seu trabalho laboratorial. Vários embriologistas referiram que, antes de tomar a decisão de descartar, muitas vezes prolongam a cultura *in vitro* dos embriões até ao 5º, 6º ou 7º dia, para que a observação do desenvolvimento celular não deixe margem para dúvidas de que o potencial de desenvolvimento do embrião é

⁶ A transferência dos embriões não suscita essa inquietação, uma vez que o sucesso já não depende de qualquer intervenção e decisão humana.

inexistente e de que ele não é efetivamente viável. Esses profissionais não descartam nenhum embrião até todas as possibilidades científicas sobre a qualidade de desenvolvimento e implantação estarem afastadas, mobilizando a sua faceta mais sentimental, humanista e de empatia com os beneficiários. Há quem, inclusive, se qualifique como “otimista” (em termos de confiança) na aferição que faz de cada embrião, procurando descartar sempre o menor número possível, estendendo a cultura *in vitro* enquanto for cientificamente sustentável, embora o propósito seja sempre encontrar o “vencedor” ou “special one” (Entrevista B12). Os embriões, enquanto entidades tecnocientíficas manipuláveis, suscitam não só um *motivo de preocupação* em termos éticos e políticos (LATOUR, 2003), mas são sobretudo *objeto de cuidados* (BELLACASA, 2010) por parte desses embriologistas.

No entanto, o *otimismo*, traduzido numa maior latitude na interpretação da norma padronizada, é contrabalançado pelo que é descrito como “honestidade intelectual” (Entrevista B12), no sentido de um não desvinculamento do critério *industrial* no trabalho de avaliação da potencialidade de cada embrião (por exemplo, não aproveitando embriões de qualidade duvidosa para futura transferência). Nesta composição de regimes de envolvimento, além da *eficácia* como bem visado, são igualmente considerados os custos adicionais a nível físico e emocional (além de financeiro) nos beneficiários associados aos insucessos na obtenção de gravidez.

No que concerne à concepção do embrião como conjunto de células, mas com elevado potencial de gerar uma vida, este formato cognitivo e avaliativo na relação do embriologista com o embrião também é suscetível de evoluir, reconfigurar-se, ao longo da trajetória profissional, sendo que inicialmente a perda de embriões pode suscitar um maior impacto a nível emocional. À luz desta concepção do embrião enquanto células com elevado potencial, dissociada de uma perspectiva mais estritamente funcional do embrião, a destruição pode suscitar particular inquietação no profissional. Essa inquietude surge, não pelos embriões em si mesmos, no quadro de uma singularização humanizadora, mas pela sua concepção, na generalidade, à luz de diferentes gramáticas do bem comum (BOLTANSKI, 2013): enquanto bem precioso e passível de doação, seja pelo seu potencial de concretização do projeto parental de outros casais ou mesmo pela sua utilidade/utilização ao serviço de projetos científicos com interesse coletivo⁷. De resto,

⁷ Ao nível da bioética, existe todo um debate acerca do estatuto do embrião humano, a partir do qual se pode refletir sobre questões como a humanidade e o início da vida, cujas fronteiras não são consensuais, mas alvo de disputa e de tensão, sobretudo entre dois posicionamentos contraditórios, embora não sem ambiguidades e cambiantes. Por falta de espaço neste artigo, não poderemos aprofundar este tópico, mas não queremos deixar de apresentar de seguida os dados de dois estudos relativos ao contexto português no sentido de enquadrar os contornos desta discussão. A análise dos argumentos expostos em documentos regulamentares produzidos por comissões de ética a nível nacional sobre a (i)licitude da investigação em embriões humanos revela diferentes estatutos e classificações atribuídas ao embrião criopreservado: por um lado, é uma “neoeestrutura biológica” ou um “artefacto laboratorial”,

no domínio daquilo que são as inquietações na atividade em laboratório, há situações em que o “apego” em alguns casais pode refletir-se no próprio trabalho laboratorial, por exemplo patente num maior “nervosismo” (Entrevista B16) na execução de determinada técnica.

No caso dos embriologistas que concebem o embrião como “conjunto de células” e um “instrumento de trabalho” (Entrevista B13), esse entendimento reflete-se no envolvimento do embriologista com o embrião. Nesses casos, nenhuma componente do trabalho laboratorial que envolva a manipulação do embrião, mesmo a sua destruição, é passível de suscitar no profissional algum tipo de inquietação, na medida em que é considerada uma inevitabilidade. No entanto, no decurso da atividade, surgem “dúvidas” sobre as decisões que são tomadas relativamente ao destino dado a cada embrião, no sentido de uma incerteza no quadro do *regime de ação em plano* relativamente à possibilidade de terem sido descartados embriões potencialmente viáveis, passíveis de gerar uma gravidez, na sequência do trabalho avaliativo mediado pelos *standards*: “Nós provavelmente já deitámos muitos bebês fora” (Entrevista B13). Entre os entrevistados, há quem inclusive faça explicitamente a distinção entre *dúvida* e *inquietação* na descrição que elabora da sua experiência na execução dos vários procedimentos envolvendo o embrião – distinção que reforça a avaliação do embrião enquanto material laboratorial, objeto de procedimentos padronizados, sem abertura a outros formatos de envolvimento e consequentes dilemas morais (THÉVENOT, 2019).

Outro aspecto a reter prende-se com a diversidade de posicionamentos relativamente à definição do estágio de desenvolvimento do embrião em que deve ser feita a transferência para a cavidade uterina, que decorre quer da diferença de escolas de pensamento, quer de condicionalismos a nível técnico. Há centros que transferem ao 3º dia, outros ao 5º dia (fase de blastocisto) e casos ainda em que se prolonga a cultura *in vitro* até ao 6º ou 7º dia de desenvolvimento embrionário.

Apesar da tendencial padronização, não existe unanimidade entre os embriologistas quanto à definição de boas práticas, sendo de salientar que, ao nível do debate bioético, determinadas técnicas de PMA são objeto de controvérsia e discussão na comunidade científica. É o caso de práticas/técnicas de PMA que podem conduzir ao desperdício de embriões (como

o que remete para uma categorização de cariz biológico ou técnico; por outro, é um “ser humano” ou uma “pessoa” com dignidade e direito a proteção e respeito (ALVES; MACHADO; SILVA, 2013). No âmbito do nosso estudo, foi possível identificar, quanto aos beneficiários, quatro grandes metáforas acerca do estatuto do embrião criado *in vitro*: os embriões são considerados como possibilidades de sucesso nos tratamentos; ou são perçecionados enquanto utilidades que podem ser objeto de controle de propriedade e disposição; ou são encarados como descendência em potencial com a qual os futuros progenitores estabelecem antecipadamente laços familiares e emocionais; ou incorporam uma contra-dádiva para a ciência ou outros beneficiários, em resposta à generosidade de profissionais ou dadores de gâmetas (DELAUNAY; SANTOS; GOUVEIA, 2021).

as culturas embrionárias que duram até ao 5º dia, em vez do 3º dia, podendo levar à perda de embriões que, caso fossem transferidos mais cedo para o útero, poderiam ter mais hipótese de sobreviver e resultar numa gravidez) ou o recurso a técnicas que representam maiores riscos para o embrião – como é o caso da banalização da ICSI, em preterição da FIV, motivada por interesses financeiros (sendo uma técnica mais cara) e, pelo seu carácter invasivo, que representa mais riscos para a saúde do embrião.

A decisão sobre o número de embriões a transferir para a cavidade uterina também constitui um momento de incerteza para alguns dos embriologistas entrevistados, em que são tidos em consideração vários fatores. O CNPMA recomenda a transferência de apenas um embrião, sobretudo em mulheres com menos de 35 anos, num primeiro ciclo de tratamento, no sentido de evitar gravidezes múltiplas e os consequentes inconvenientes e riscos associados, como sejam a prematuridade e a mortalidade perinatal. “O *gold standard* clínico de transferir um embrião” (Entrevista B9). No entanto, em casos em que o prognóstico seja mau (em virtude de ciclos anteriores falhados) e a idade da mulher seja mais avançada (por volta dos 40 anos), a opção pode ser a de transferir dois embriões para aumentar as probabilidades de gravidez, em termos de taxas de sucesso. Apesar do número máximo de embriões a transferir seja decidido na fase *ex ante* ao início dos tratamentos, durante a assinatura do consentimento informado pelos beneficiários, pode ser, todavia, renegociado entre o casal, o clínico e o embriologista, em fase posterior, previamente à transferência, de acordo com a avaliação da qualidade embrionária. Na avaliação, feita pelo médico, das razões clínicas que impedem ou desaconselham a transferência de mais de um embrião, no sentido de evitar uma gravidez gemelar, para além da idade, acrescem outros fatores igualmente associados à mulher, como a baixa estatura ou a sua cavidade uterina. O corpo biológico da mulher é, pois, um critério também a ser levado em conta no processo de decisão sobre a transferência embrionária, no que diz respeito à sua condição etária e fisiológica.

GRAMÁTICA DAS LÓGICAS PROFISSIONAIS POR REFERÊNCIA À NORMA

Como temos vindo a descrever e a analisar, observam-se flutuações ou oscilações nas formas dos embriologistas se relacionarem com as normas padronizadas na avaliação e classificação dos embriões em função do contexto e da sua postura individual.

Em articulação com a avaliação da qualidade, potencial e viabilidade dos embriões segundo taxinômias convencionadas, *guidelines* internacionais e normas padronizadas (em termos de eficácia das práticas), surge igualmente a referência a critérios práticos subjacentes à escolha dos embriões para transferir, criopreservar ou descartar e que, por vezes, decorrem da própria interação com os casais. Os embriologistas diferenciam vários critérios: 1) clínico-científico (profissionais); 2) psicoemocional (utentes); 3) socioeconômico (utentes), 4) financeiro (institucional, sobretudo no setor público); e 5) estatístico (taxas de sucesso, sobretudo no setor privado). No que se refere à avaliação da qualidade dos embriões – e à decisão sobre quais transferir, congelar ou eliminar – ocorrem assim situações em que existe uma ponderação entre o critério clínico-científico (a norma padronizada nas *guidelines* internacionais) e o critério humano (o *feeling* pessoal do profissional decorrente da sua própria experiência ou a consideração pelo estado emocional do casal).

Com o intuito de sistematizar os vários matizes em termos de atitudes, posicionamentos e formas de relação, mais ou menos rígidos, dos embriologistas perante a norma, i.e., relativamente aos *standards* de avaliação e à classificação dos embriões, propomos uma gramática de lógicas profissionais: a *lógica* “by the book”, a *lógica empírico-intuitiva*, a *lógica crítica*, a *lógica contemporizadora*, a *lógica precaucionária e/ou otimista*. Embora qualquer categorização acabe por ter um efeito redutor da pluralidade encontrada, permite, porém, estruturar melhor a informação produzida.

No quadro da *lógica* “by the book”, os embriologistas escudam-se no enquadramento legal e em normas padronizadas e critérios técnico-científicos emanados das instâncias de regulação no domínio da PMA enquanto dispositivos de suporte à ação. Para tal, é fundamental o fato de encarar o embrião como mero material biológico, i.e., como um conjunto ou aglomerado de células, cuja principal função é a concretização de uma gravidez bem-sucedida e consequente realização do projeto parental. Para alguns embriologistas, este registro de obediência à norma vai inclusive no sentido de evitar dilemas éticos ou morais no exercício da sua atividade profissional, no que diz respeito ao conjunto de técnicas e procedimentos médicos e laboratoriais de manipulação dos embriões.

O que designamos de *lógica empírico-intuitiva* remete-nos para a ideia de um conhecimento adquirido pela prática, de um saber de experiência feito, que se exprime na sensibilidade do profissional (“palpites” sobre os embriões), logo não traduzível em *guidelines*, i.e., padronizável. Apesar dos entrevistados falarem na componente *feeling/intuição*, o que à partida parece reportar-se ao mundo *inspirado*, a descrição que fazem do que entendem por esse *feeling* remete para uma capacidade de ajuizar a partir da experiência prática acumulada ao longo dos anos. Esse conhecimento, que não é sistematizável na forma de *guidelines*, articula-se com o próprio método científico e até mesmo se lhe opõe enquanto ideia de *método*.

Encontramos igualmente aquilo a que chamamos de *lógica crítica* associada a uma postura

mais vincadamente distanciada dessas normas de avaliação naquilo que é a minúcia na classificação do embrião, apresentando inclusive uma perspectiva abertamente de reprovação dos embriologistas que trabalham numa lógica mais “by the book”. Há quem pois manifeste um certo posicionamento crítico ao que consideram uma dependência excessiva da maioria dos embriologistas relativamente aos *standards* de avaliação (classificações e taxinomias) na tomada de decisão sobre os embriões. No entanto, é de salientar o impacto da dimensão temporal, visto que vários embriologistas afirmam que a sua relação com os *standards* foi evoluindo ao longo do tempo, à medida que foram ganhando experiência (por exemplo, com o tal *feeling* ou a intuição a ganharem mais peso na avaliação dos embriões).

Paralelamente, surge a relativização das taxinomias em termos de classificação morfológica dos embriões e a referência à intervenção de outras variáveis não captáveis pelos métodos convencionalmente institucionalizados, sobretudo pelas tecnologias de visualização biomédica (que não indica a qualidade genética do embrião). Acresce a questão da influência, na tomada de decisão acerca dos embriões a transferir, congelar ou descartar, da própria trajetória terapêutica e historial clínico do casal (por exemplo a idade da mulher e o número de ciclos de tratamento passíveis de realizar dentro dos preceitos legais e regulamentares que enquadram a PMA). Tal remete-nos para uma *lógica contemporizadora*.

Por fim, a *lógica precaucionária e/ou otimista* prende-se com a questão da inquietação decorrente do elemento humano na tomada de decisão sobre o embrião *in vitro* e as modalidades de minorar essa inquietude. Alguns embriologistas, no quadro da realização das técnicas e procedimentos laboratoriais, decidem prolongar o tempo de cultura até ao 5º dia para comprovar efetivamente a inviabilidade e fraca qualidade do embrião de acordo com as taxinomias e classificações orientadoras da prática. A essa postura de precaução na condução da ação está subjacente ao receio de descartar embriões ainda com potencial de desenvolvimento. Salientamos ainda a referência ao modo como esses desassossegos poderão um dia vir a ser suprimidos com a evolução tecnológica e a crescente automatização dos procedimentos, com base em algoritmos.

Mesmo entre membros que compõem uma mesma equipe de embriologistas, é possível identificar três perspectivas e posturas distintas relativamente àquilo que é a relação com os dispositivos científico-normativos de avaliação de desenvolvimento embrionário. No trabalho de avaliação do potencial de cada embrião, há quem se situe a si próprio na posição intermédia entre colegas mais transigentes na interpretação científica da viabilidade dos embriões e outros que, nos seus juízos, tendem a cingir-se mais estritamente àquilo que são os *standards* de avaliação e a literatura científica para fundamentar as decisões. É visível como, não obstante todo o conjunto de dispositivos de suporte à decisão em torno do embrião – como *standards* e algoritmos –, existe margem para diferentes perspectivas sobre as decisões a tomar nos vários estágios de desenvolvimento embrionário. Assiste-se à criação de arranjos compósitos de compromisso que combinam elementos contrastantes envolvendo diferentes formatos de

informação e avaliação para apaziguar as tensões críticas no exercício da profissão.

A construção social do conhecimento ou dos fatos científicos acerca do desenvolvimento embrionário e do modo como o trabalho laboratorial é realizado sobre os embriões envolve processos de inscrição e tradução, bem como o desenvolvimento de associações e redes de relações complexas e heterogêneas entre actantes, i.e., entre entidades humanas e não humanas (LATOURE; WOOLGAR, 1986]; LATOUR, 2005), como seja, embriologistas, beneficiários de PMA, gâmetas, embriões, corpos, taxinomias, leis, artigos científicos, tecnologias de alta precisão, entre outros.

A título conclusivo, gostaríamos apenas de destacar alguns pontos; por um lado, a dimensão processual (localização num *continuum* em termos de desenvolvimento) associada aos diferentes estatutos morais e ontológicos do embrião; por outro, a diferenciação a nível conceptual entre viabilidade (potencial de desenvolvimento) do embrião e a sua qualidade (grau avaliado em termos objetivos segundo critérios morfológicos, cinéticos e genéticos), o que de certa forma estabelece uma oposição entre uma concepção dinâmica e uma concepção estática do embrião (em formação). Acresce outra dimensão relevante ao nível do exercício da atividade profissional, que é a distinção entre *dúvida* – que remete para uma componente técnico-científica nas decisões a tomar segundo uma *gramática industrial* assente na eficácia – e *inquietação* – de cariz ético e moral relacionada com a percepção da decisão considerada moralmente aceitável e em prol do bem comum, portanto inserida no quadro de uma *gramática cívica*.

Por fim, quanto às dinâmicas profissionais, é de salientar a diferenciação entre instituições ao nível do estabelecimento e negociação de fronteiras e áreas de jurisdição (ABBOTT, 1988), em termos de distribuição de tarefas e papéis entre embriologistas e médicos no contexto da medicina reprodutiva. Tal diferenciação reflete-se no tipo (informação quantitativa, abstrata e genérica *versus* qualitativa, detalhada e individualizante) e frequência (diária ou pontual) da comunicação dos embriologistas com os pacientes em relação ao processo envolvendo gâmetas e embriões, no quadro de novas – e cada vez mais complexas e especializadas – intervenções tecnológicas e médico-científicas. “Enquanto houver vida no laboratório daquele casal, nós contactamos o casal diariamente” (Entrevista B4). Esta variabilidade nas modalidades de comunicação dos embriologistas com os beneficiários pode estar na base das diferenças na forma desses profissionais se (re)apropriarem das *guidelines* e de abertura ou não a dinâmicas de vinculação, no quadro de um *regime de proximidade*, aos casais/beneficiários, embora tal variável organizacional não constitua o único elemento explicativo. Outro aspecto determinante poderá ser a propensão maior para um trabalho técnico, de investigação, em contexto laboratorial ou, pelo contrário, um gosto particular por um trabalho mais prático e em *regime de proximidade* com os casais beneficiários em termos de interação. Os contextos locais – i.e., a forma como os embriologistas de diferentes laboratórios concebem e seleccionam os embriões e interagem com os beneficiários – condicionam o sentido e a evolução do naturalismo científico da biologia da reprodução, naquilo que pode ser designado de *relação*

operatória, enquanto encadeamento de ações orientadas para um fim (a concepção e o nascimento de um bebê) (MERLEAU-PONTY, 2018).

REFERÊNCIAS

1. ABBOTT, A. **The System of Professions: An Essay on the Division of Expert Labor**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
2. ALVES, B. R.; MACHADO, H.; SILVA, S. Reflexões sobre investigação em embriões de origem humana: o debate nas organizações de ética portuguesas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 20, suppl.1, p. 1137-1151, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/d9xjwrr36S7bjFrcs37ZqvM>. Acesso em: 18 mar. 2017.
3. BELLACASA, M. P. Matters of Care in Technoscience: Assembling Neglected Things. **Social Studies of Science**, v. 4, n. 1, p. 85-106, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0306312710380301>. Acesso em: 07 mai. 2020.
4. BOLTANSKI, L. **The Foetal Condition: A Sociology of Engendering and Abortion**. Cambridge: Polity Press, 2013.
5. BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On Justification: Economies of Worth**. Princeton: Princeton University Press, 2006.
6. BREVIGLIERI, M. Le fond ténébreux de la routine: à propos des morales du geste technique au travail. In: LAUGIER, S.; GAUTIER, C. **L'ordinaire et le politique**. Paris: PUF, 2006. p. 189-217.
7. CLARKE, A. E.; SHIM, J. K.; MAMO, L.; FOSKET, J. R.; FISHMAN, J. R. Biomedicalization: Technoscientific Transformations of Health, Illness, and U.S. Biomedicine. **American Sociological Review**, v. 68, n. 2, p. 161-194, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1519765>. Acesso em: 14 abr. 2020.
8. DELAUNAY, C.; SANTOS, M; GOUVEIA, L. *In Vitro* Metaphors: ART Beneficiaries' Meaning-Making on Human Embryos in the Context of IFV in Portugal. **Reproductive Biomedicine & Society Online**, 2021. Disponível em: [https://www.rbmsociety.com/article/S2405-6618\(21\)00017-4/fulltext?dgcid=raven_jbs_aip_email](https://www.rbmsociety.com/article/S2405-6618(21)00017-4/fulltext?dgcid=raven_jbs_aip_email). Acesso em: 29 jun. 2021.
9. DICAGLIO, S. Staging Embryos: Pregnancy, Temporality and the History of the Carnegie Stages of Embryo Development. **Body & Society**, v. 23, n. 2, p. 3-24, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1357034X17697801?journalCode=boda>. Acesso em: 21 jan. 2020.

10. ESHRE TASK FORCE ON ETHICS AND LAW. I. The Moral Status of the Pre-Implantation Embryo. **Human Reproduction**, v. 16, n. 5, p. 1046-1048, 2001. Disponível em: <https://academic.oup.com/humrep/article/16/5/1046/2913514>. Acesso em: 21 jul. 2020.
11. FITZGERALD, R. P.; LEGGE, M.; FRANK, N. When Biological Scientists become Health-Care Workers: Emotional Labour in Embryology. **Human Reproduction**, v. 28, n. 5, p. 1289-1296, 2013. Disponível em: <https://academic.oup.com/humrep/article/28/5/1289/943482>. Acesso em: 21 abr. 2020.
12. LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts**. Princeton: Princeton University Press, 1986.
13. LATOUR, B. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
14. LATOUR, B. Why Has Critique Run Out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern. **Critical Inquiry**, v. 30, n. 2, p. 25-248, 2003. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/89-CRITICAL-INQUIRY-GB.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.
15. MACHTINGER, R.; RACOWSKY, C. Morphological Systems of Human Embryo Assessment and Clinical Evidence. **Reproductive BioMedicine Online**, v. 26, n. 3, p. 210-221, 2013. Disponível em: [https://www.rbmojournal.com/article/S1472-6483\(12\)00700-6/fulltext](https://www.rbmojournal.com/article/S1472-6483(12)00700-6/fulltext). Acesso em: 05 dec, 2020.
16. MERLEAU-PONTY, N. Sélectionner des embryons humains: Une relation opératoire au sein de laboratoires de biologie de la reproduction en Inde et en France. **L'Homme**, v. 225, p. 101-124, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lhomme/30724>. Acesso em: 14 out. 2020.
17. MERLEAU-PONTY, N. Féconder *in vitro* dans des laboratoires en Inde et en France: Une Somatotechnique ? **Ethnologie française**, v. 47, n. 3, p. 511-520, 2017. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-ethnologie-francaise-2017-3-page-509.htm>. Acesso em: 14 out. 2020.
18. THÉVENOT, L. Rules and Implements: Investment in Forms. **Social Science Information**, v. 23, n.1, p. 1-45, 1984. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/053901884023001001>. Acesso em: 12 fev. 2016.
19. THÉVENOT, L. Les investissements de formes. In: THÉVENOT, L. (ed.). **Conventions économiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1986. p. 21-71.
20. THÉVENOT, L. Émotions et évaluations dans les coordinations publiques. In: PAPERMAN, P.; OGIEN, R. (org.). **La couleur des pensées: émotions, sentiments, intentions**. Paris: l'EHESS, 1995. p. 145-174.
21. THÉVENOT, L. Which Road to Follow? The Moral Complexity of an “Equipped”

- Humanity. *In*: LAW, J.; MOL, A. (org.). **Complexities: Social Studies of Knowledge Practices**. Durham: Duke University Press, 2002. p. 53-87.
22. THÉVENOT, L. **L'Action au pluriel**. Sociologie des régimes d'engagement. Paris: Éditions La Découverte, 2006.
23. THÉVENOT, L. Governing Life by Standards. **Social Studies of Science**, v. 39, n. 5, p. 793-813, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240707725_Governing_Life_by_Standards_A_View_from_Engagements. Acesso em: 22 fev. 2018.
24. THÉVENOT, L. Individualités entre émancipation, pouvoir et oppression. *In*: CORCUFF, P.; LE BART, C.; SINGLY, F. (org.). **L'individu aujourd'hui**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010. p. 289-300.
25. THÉVENOT, L. What Engages? The Sociology of Justifications, Conventions, and Engagements, Meeting Norms. **La Revue des droits de l'homme**, n. 16, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revdh/7114>. Acesso em: 14 nov. 2020.

Catarina Delaunay

Investigadora integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Formação Acadêmica. Doutora em Sociologia, especialidade de Sociologia da Cultura, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9679-0681>. E-mail: catarinadelaunay@fsh.unl.pt. Colaboração: Conceção e delineação do projeto de investigação, Análise e interpretação de dados, Pesquisa bibliográfica, Conceção da estrutura do artigo, Redação.

Luís Gouveia

Investigador integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Doutor em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6518-2330>. E-mail: lgouveia@fsh.unl.pt. Colaboração: Pesquisa empírica, Análise e interpretação de dados, Redação.

O Carteado Científico e a Governança pela Norma: Uma Análise Antropológica sobre os Procedimentos de Avaliação da Produção Científica e da Ética em Pesquisa no Brasil¹

The Scientific Pack of Cards and Governing by Standards: An Anthropological Analysis of the Procedures for Evaluation of Scientific Production and Ethics on Research in Brazil

Hully Guedes Falcão

Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Fabio Reis Mota

Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Gabriela de Lima Cuervo

Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O objetivo deste trabalho é trazer uma reflexão sobre as reconfigurações do modelo de *governança pela norma científica* no Brasil e como elas repercutiram em novas modalidades de controle engendradas nas últimas décadas. Nossas análises resultam de pesquisa etnográfica realizada no âmbito de duas esferas avaliativas: na avaliação da produção científica e na avaliação da ética em pesquisa, espaços que são produtos de

¹ Este artigo é resultado de pesquisas provenientes de recursos do Projeto Capes PRINT *International Research Network on Conflict Management in Plural Public Spaces: Inequalities, Justice and Citizenship in a Comparative Perspective* e do Programme Directeurs d'Études Associés (DEA) de la Fondation Maison des sciences de l'homme, Paris-França coordenados por Fabio Reis Mota, Bolsa Faperj Nota 10 concedida à Hully Falcão, e da Capes através de bolsa de doutorado destinada à Gabriela Cuervo.

Recebido em 03 de março de 2021.
Avaliador A: 04 de maio de 2021.
Avaliador B: 05 de maio de 2021.
Aceito em 19 de maio de 2021.



regulações que seguem um movimento internacional de standardização, cuja tônica é a universalização de determinados protocolos e práticas. Desse modo, nossa intenção é tornar evidente sob quais *standards* essas diferentes regulações se baseiam, quais críticas e justificações são produzidas por seus integrantes, e como o controle, a partir do Estado, reverbera na prática científica. A premissa destes modelos padronizadores é de tornar o processo avaliativo objetivo, no entanto, à medida que os atores performam e acionam competentemente esses dispositivos, constroem representações e estratégias assentadas, muitas vezes, em suas trajetórias acadêmicas e científicas. Por fim, problematizamos o modo como esses modelos de certificação, qualificação e classificação ganham novos contornos em um mundo no qual as regras e normas são operacionalizadas de forma particularizada e por meio de critérios regidos por uma *racionalidade cismática*.

Palavras-chave: Governança pela norma, Avaliação, Padronização, Prática científica.

ABSTRACT

The aim of this paper is to reflect on the reconfigurations of the governing by standards in Brazil's scientific field and how they have had repercussions in new modalities of control engendered in recent decades. Our analyses result from ethnographic research carried out in two evaluative spheres: scientific production evaluation and the evaluation of ethics in research, spaces that are products of regulations that follow an international movement of standardization, whose keynote is the universalization of certain protocols and practices. Thus, our intention is to make evident under which standards these different regulations are based, which criticisms and justifications are produced by their members, and how the control, from the State, reverberates in scientific practice. The premise of these standardizing models is to make the evaluative process objective, however, as the actors perform and activate these devices competently, they build representations and strategies based, many times, on their academic and scientific trajectories. Finally, we problematize how these models of certification, qualification and classification gain new contours in a world in which rules and norms are operationalized in a particularized way and through criteria governed by a schismatic rationality.

Keywords: Governing by standards, Evaluation, Standardization, Scientific practice.

INTRODUÇÃO

Reluziu na contemporaneidade dos países “ocidentais” uma linguagem política e moral fortemente associada às práticas de normalização e standardização das coisas, pessoas e dos

mundos nos quais esses diferentes agentes habitam. Foucault (1972, 1987) observou que os mecanismos de controle das sociedades capitalistas modernas se delineavam pelas feições dos regimes de normalização e internalização das condutas e docilização dos corpos. Essa “nova alma do capitalismo” conferiu vida ao individualismo tal como o conhecemos e concedeu corpo à conformação de um sentido de ética universal fundamentada em princípios e valores próprios do liberalismo econômico e político proveniente dos países da Europa e do norte da América. Em grande medida, os EUA figuraram como a fonte irradiadora dos modelos de gestão da pesquisa, da ética na pesquisa e dos modos de governar a produção e consagração do conhecimento científico.

Uma das principais repercussões deste modelo liberal de matriz normalizadora no domínio da regulação da pesquisa – que seguia as formas do que Foucault descreveu sobre espaços disciplinares e normalizadores (tais como a prisão, os manicômios, os hospitais etc.) – foi a elaboração de critérios, princípios éticos e normativos assentados na conformação de mundos pasteurizados e que se pretendem comuns e universais. Esse processo veio se somar ao advento, nos dias atuais, do modelo de *governança pela norma*² ou por *standards* (THÉVENOT, 1997; 2019), cujos alicerces são comuns ao da normalização ainda que mobilizado e efetuado sob o escrutínio de novas gramáticas políticas. Por caminhos distintos ao de Foucault, Thévenot (1997, p. 6) elabora algumas considerações sobre esse “liberalismo normalizador”, que

[...] para além dos limites da arena mercantil, instaura uma qualificação pelo reconhecimento na opinião que não se encontra inscrita na ordem *mercantil*. Elencada na sua lógica própria, esta qualificação não é verdadeiramente aberta a uma prova de concorrência e tende verdadeiramente a uma uniformização que de fato prejudica a variedade no mercado de produtos. É uma tal uniformização que é procurada pelo processo de “massificação” e, atualmente, da “macdonalização”. Nas tipologias das normas, esta estandardização de fato se opõe às estandardizações de lei, apelando aos regulamentos [...]. Este tipo de normalização contratual ocupa um lugar central na internacionalização dos mercados e na construção europeia. A autoridade de Estado no policiamento das mercadorias, em parte, se reporta a um dispositivo contratual governado pelas normas de qualidade. Em resultado, um composto de liberalismo e de normalização metrológica. A fórmula mesmo deste “liberalismo normalizador” indica que ele contém fortes tensões internas. Opacado pela cobertura técnica, este movimento tem grande abrangência. Ele modifica a maneira de conceber os objetos técnicos na sua valoração econômica, recompõe as figuras clássicas do produtor e do consumidor, alterando até mesmo as concepções políticas de cidadania, os modos de intervenção e as formas adequadas de governança (THÉVENOT, 1997, p. 6, tradução nossa).

² No decorrer do texto, as categorias analíticas estarão em itálico e as categorias nativas entre aspas.

A *governança pela norma* está fortemente associada aos mecanismos de certificação dos recursos renováveis, das cidades, dos bens de consumo, da política ordinária e da vida científica, bem como outros domínios da vida social. Esses movimentos normalizadores podem, por exemplo, ser observados nas plataformas digitais que submetem seus usuários a critérios e regras comuns a todos, independentemente de sua origem nacional ou cultural. A utilização de aplicativos como *Uber* ou *iFood* implica na padronização, previsibilidade e protocolos que visam uniformizar o modo como usuários e prestadores utilizam desses serviços, que independe das condições socioculturais, e transcendem as fronteiras administrativas e formais dos Estados nacionais. Fomenta-se, com isso, uma *microfísica da norma*, na qual as diversas dimensões da vida social são invadidas por esses princípios normativos que tendem a padronizar, estabelecer garantias, universalizar as regras e práticas representadas como comuns a qualquer cidadão do mundo. Padronizam-se as condutas e pasteuriza-se a ética.

Tal como em outros campos da vida humana, a produção científica tem sido igualmente atingida por esses processos, o da *governança pela norma*, pela *standardização* (THÉVENOT, 1997 e 2019) e pela *microfísica da norma*. Nesse sentido, a Ciência hoje tem sido regida por critérios de avaliação, valoração e eticidade de natureza transnacional. A *governança pela norma científica*, desse ponto de vista, supõe promover o “espírito das normas” através da propulsão de princípios universalizantes. As boas práticas científicas, veiculadas pelos manuais das agências internacionais de fomento à pesquisa, são bons exemplos da introdução às novas gramáticas políticas e morais. Esses processos repercutem de maneira variada no mundo científico e na prática científica: no controle da ética da prática da pesquisa, nos modelos de avaliação e impacto do conhecimento científico, na emergência de plataformas digitais (como a Plataforma Lattes, Plataforma Sucupira etc.), nas métricas que definem os Qualis das revistas, dentre outros. Nesses termos, a governança da ciência passa pelos laboratórios, revistas científicas, congressos, dentre outros espaços de produção e reprodução do conhecimento, mas igualmente é informada por formas de controle das práticas científicas que as qualificam (ou as desqualificam) a partir de critérios de julgamentos que não se desenvolvem num vazio de sentidos, significados, moralidades e da política. Pelo contrário, revela a complexa economia política desenvolvida nos sistemas de prestação e contraprestação presentes nas dinâmicas de produção da Ciência.

Todavia, as particularidades de cada campo do conhecimento, e os modos como as Ciências se desenvolvem nos contextos nacionais e culturais, são apagadas diante dessa política de universalização e pasteurização das normas científicas. As diferenças expressas no interior das normas locais, ou das suas sensibilidades jurídicas (GEERTZ, 2013), assim como as existentes nas práticas e epistemologias, são dirimidas face à primazia dos grandes esquemas normativos

da governança científica.

Neste artigo, buscamos dar conta de uma rede heterogênea de elementos humanos e não humanos conectados e agenciados (FREIRE, 2006; LATOUR, 2001), que regulam a *arena científica* informados pelo regime de *governança pelas normas*, a partir de nossas etnografias sobre os critérios de avaliação do conhecimento científico e dos princípios reguladores da ética em pesquisa. Nosso material etnográfico apresenta uma gama de leituras e modos de operacionalização, convencionais ou criativos quanto ao uso das normas, associadas ao conjunto de moralidades observáveis em diferentes práticas de pesquisa e em distintas maneiras de avaliá-la no interior das agências de fomento e/ou das instituições devotadas à regulação da ética em pesquisa. É a partir destes diferentes *quadros morais* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) que críticas e justificações são produzidas e mobilizadas por pessoas que integram estes espaços avaliativos, sendo possível apreender criativamente os exercícios de classificação e (des)qualificação daquilo que seria percebido como justo e científico.

Compreendemos que a *governança pela norma* está intimamente relacionada às transformações do capitalismo e suas formas de gerenciamento do trabalho diante do *novo espírito do capitalismo* que se anuncia (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Desse modo, este artigo está organizado em duas seções. Na primeira, descrevemos o modelo brasileiro de avaliação das pós-graduações no Brasil e o movimento unificador desse sistema através da reformulação institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para, então, lançar luz sobre como os atores manejam bases de dados para produzir qualificações de outros e de si mesmos. Na segunda, narramos e descrevemos os protocolos e normas que deram origem ao que hoje é chamado de sistema CEP/CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), principalmente a partir da análise das resoluções em uso, entrevistas e etnografia de dois Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) da área de Ciências Humanas e Sociais. Após essa contextualização, exploramos de que modo a Plataforma Brasil³ é compreendida e performada por pesquisadores e membros desses comitês, com o objetivo de analisar as múltiplas gramáticas morais sobre as quais a governança da ética em pesquisa se baseia. Portanto, este trabalho coloca em perspectiva as práticas e os movimentos de pesquisadores no contexto de avaliação científica, visando lançar luz sobre esses processos de emergência da *governança pela norma* e pela *microfísica da norma*.

3 A Plataforma Brasil é uma plataforma digital na qual os projetos de pesquisa que tem como objeto de estudo os seres humanos são submetidos para serem avaliados pelo Sistema CEP/CONEP. O pressuposto dessa plataforma é a transparência, a partir da inclusão de documentos em meio digital a sociedade teria o acesso aos dados públicos das pesquisas aprovadas. A Plataforma Brasil é gerida pelo DataSUS – Departamento de informática e programação do Sistema Único de Saúde (SUS).

A REFORMULAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL, A INTRODUÇÃO DE NOVOS INDICADORES DE PRODUTIVIDADE E O MOVIMENTO PADRONIZADOR DA CARREIRA CIENTÍFICA⁴

O estabelecimento de uma atividade de pesquisa permanente no Brasil e a conformação de uma rede de cientistas são produtos do esforço de alguns agentes pela institucionalização da atividade científica, que envolveu dois movimentos principais: 1) uma associação deliberada e crescente do ensino universitário com a atividade científica; 2) a estruturação de um sistema nacional de pós-graduações e, com ela, a formulação de mecanismos cada vez mais refinados de qualificação e classificação da produção científica dos docentes e discentes desses cursos. O esforço centralizador do Estado na conformação de uma atividade regular de pesquisa no país passa, necessariamente, pela atuação de duas principais agências: a CAPES e o CNPq, ambas criadas em 1951. A centralidade dessas instituições na consolidação de um sistema que estreitou cada vez mais a relação entre avaliação e fomento torna-se, assim, um elemento normalizador do trabalho e da carreira científica, legitimando determinadas moralidades, práticas e éticas (ARRUDA, 1999).

Na segunda metade da década de 1990, diante da expressiva expansão dos programas de pós-graduação, houve um movimento por parte do corpo técnico e de pesquisadores atuantes na Capes para aumentar a exigência da avaliação das pós-graduações. A principal justificativa exposta em documentos da agência de fomento foi a de que a sistemática de avaliação até então adotada apresentava “sinais de esgotamento” (MARTINS, 2003, p. 13), e isso se refletia na incapacidade do modelo de discriminar a qualidade acadêmica entre os programas, a qual, de acordo com o autor, podia ser exemplificada na avaliação de 1996, quando “[...] 79% dos cursos de mestrado e 90% dos de doutorado obtiveram conceito ‘A’ ou ‘B’”. De 1976 a 1997, a avaliação era expressa através de conceitos: A (muito bom), B (bom), C (regular), D (fraco) e E

⁴ Esta etnografia foi realizada entre 2016 e 2018, tendo como foco de análise um estrato específico de pesquisadores inseridos no circuito das bolsas premiadoras de produtividade, a saber, uma rede de pesquisadores fluminenses atuantes em coordenações de área de agências de fomento como o FAPERJ, a CAPES e o CNPq. O material de pesquisa é constituído pela articulação da análise de discursos proferidos em situação de entrevista, com um exame cuidadoso de critérios e recomendações avaliativas documentadas e publicadas na internet pelas agências de fomento, como os critérios por área de avaliação da Bolsa Produtividade do CNPq, os documentos de área da Capes e o edital Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ.

(insuficiente). A partir de 1997, passou a vigorar a classificação numérica (1 a 7), determinando-se que fossem adotados pelos comitês “padrões internacionais” na avaliação dos programas considerados “de excelência”. Sendo assim, os cursos classificados com as escalas 6 e 7 seriam aqueles que demonstrassem “inserção internacional” (CUERVO, 2019).

Outro aspecto que caracterizou esse movimento de transformação no modelo de avaliação da Capes foi a parametrização ainda maior da mensuração da qualidade dos cursos de pós-graduação, que se refletiu na padronização da ficha de avaliação. Todas as áreas deveriam avaliar exatamente os mesmos quesitos, ainda que através de indicadores diferentes, adaptados a cada comitê de avaliação. Tal esforço de padronização foi ainda mais reforçado quando, nesse mesmo período, os resultados da avaliação dos cursos pelos respectivos comitês de área⁵ passaram a ser coordenados, acompanhados e referendados pelo Conselho Técnico-Científico de Educação Superior (CTC-ES)⁶ da Capes (até 1996, os conceitos finais eram de competência exclusiva dos comitês), em um movimento de centralização burocrática cada vez maior das decisões finais com relação ao credenciamento/descredenciamento de cursos, assim como das notas atribuídas pelos comitês de área (ARRUDA, 1999).

Na esteira da introdução deste modelo de avaliação dos cursos de pós-graduação, no fim da década de 1990, se discutia a necessidade de um mecanismo de qualificação da produção bibliográfica dos docentes e discentes desses programas, que neste período já era expressiva e numerosa. Até então, a avaliação do quesito produção bibliográfica era quantificadora e, diante do objetivo da agência em estimular a inserção internacional da pós-graduação brasileira e reformular a sua avaliação tomando como parâmetro o padrão europeu e norte-americano de produção científica (BARATA, 2016), a opção adotada foi criar um sistema de classificação dos periódicos, tendo como um de seus principais critérios de qualificação a circulação internacional e o seu impacto entre os cientistas. Nascia, então, o Qualis Periódicos, criado para auxiliar os comitês de área na qualificação da produção bibliográfica dos programas de pós-graduação.

Atualmente, a classificação dos periódicos é revista anualmente e, desde 2007, após uma reformulação do sistema, é estratificada em sete níveis: A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, ha-

5 A Capes dispõe de 49 comitês de área que são integrados por pesquisadores que cumprem mandatos periódicos, sendo nomeados pela presidência da instituição a partir de indicações de cientistas com reconhecimento entre seus pares. Esses integrantes são responsáveis pela avaliação e classificação dos cursos de pós-graduação, além de propor e deliberar políticas específicas para suas áreas de conhecimento.

6 O CTC-ES é um órgão colegiado da Capes que tem como atribuições propor, debater e deliberar acerca de políticas e diretrizes avaliativas da agência, sendo sua responsabilidade a deliberação final acerca do credenciamento e descredenciamento de cursos de pós-graduação e os conceitos atribuídos aos programas de pós-graduação pelos comitês de área. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/conselho-tecnico-cientifico-da-educacao-superior-1/competencias>. Acesso em: 14 jul. 2021.

vendo ainda o nível C, destinado aos periódicos que não atendem aos “[...] critérios mínimos estabelecidos em cada área para ser classificado” (BARATA, 2016, p. 4). Cada comitê de área tem relativa autonomia para classificar os periódicos nos quais docentes e discentes dos programas avaliados publicam, sendo possível (e comum) que o mesmo periódico possa receber diferentes avaliações por áreas distintas.

Ao entrevistar pesquisadores que atuam ou atuaram em comitês de área da Capes, foi possível compreender algumas formas de como esses atores concebem e manejam criativamente a classificação do Qualis para fins diversos. É uma prática recorrente, por exemplo, algumas áreas rebaixarem a classificação de um periódico de área diferente – por mais que ele cumpra os critérios para uma boa classificação, de acordo com os parâmetros gerais da Capes e da própria área – para aumentar o destaque dos periódicos do próprio campo de conhecimento. Esse processo pode ser observado na fala de uma pesquisadora da área da Física:

Na Física, a gente, pra considerar um professor pro programa de pós-graduação pra ser avaliado como pesquisador, a gente tem que publicar de B1 pra cima. Nossas revistas são rotuladas nos As, nos estratos da Capes, basicamente em função do fator de impacto da revista. Então, é uma coisa assim, muito mais fácil pra gente rotular isso. [...] A gente tem nossas revistas da Física. Aí tem as revistas médicas. Aí tem um cara da Física que publicou nessa revista. Como ela não é da nossa área, a gente nunca põe essa revista como A1 da nossa área. Ela é rebaixada pra um A2. Se ela tem um impacto muito alto, mas não é da Física, ela ganha um A2.

A maneira como você calcula esse parâmetro de impacto tem muito a ver com a leitura da área, se é uma área pequena que lê aquela revista. O que a gente faz? Pra incentivar as pessoas a fazer instrumentação, porque é importante pra Física, a gente põe essas revistas um pouco pra cima. Um parâmetro de impacto que seria um B5, a gente bota pra um B3. Então, a gente tem um **jogo**, não é um trabalho tão mecânico assim não, a gente incentiva determinadas áreas. Tem áreas que publicam menos do que outras. (Bárbara, 2017, grifo nosso).

Em sua fala, a pesquisadora apresenta as estratégias do comitê da Física para “contornar” um parâmetro avaliativo considerado central para a Capes e, especialmente, para as ditas “ciências duras”, que é o fator de impacto (FI). O fator de impacto é a principal métrica utilizada para avaliar as revistas científicas, cujo critério é a contabilização do número de citações que essas publicações recebem. Dentro da lógica de avaliação adotada pela Capes desde 1998 – de adequar os cursos de pós-graduação a “modelos internacionais” através de um movimento padronizador –, o fator de impacto seria representativo, dentre outros aspectos, da inserção e prestígio internacional daquele periódico. Ao mesmo tempo que nossa interlocutora considera

“simples” rotular as revistas de sua área, pois ela se adéqua, no geral, ao cálculo do fator de impacto, ela apresenta outras práticas empregadas pelo comitê para atingir os objetivos considerados importantes para o campo de conhecimento e demonstra o aspecto flexível e complexo que este trabalho de estratificação de periódicos pode tomar.

É importante destacar que a classificação do Qualis Periódicos é também largamente utilizada pelos comitês assessores do CNPq e das fundações de amparo à pesquisa estaduais nas avaliações individuais de pesquisadores para concessão de bolsas e auxílios à pesquisa. Um dos critérios de julgamento centrais para quase todas as áreas na avaliação da Bolsa Produtividade do CNPq, incluindo as Ciências Humanas e Sociais, é a quantidade de artigos dos candidatos combinada com a classificação do Qualis Capes dos periódicos em que foram publicados. Essa “combinação” ou “empréstimo” de critérios avaliativos entre a Capes e o CNPq atesta a centralidade dessas instituições na regulação e normalização de lógicas de carreira a serem adotadas pelos pesquisadores, através de cobranças que moldam suas práticas científicas e seus *ethos* profissionais. Enquanto a Capes se firmou enquanto agência reguladora da avaliação da pós-graduação através da estruturação de um processo de avaliação centralizado na produção coletiva desses programas, o CNPq se firmou como agência parametrizadora das competências individuais dos pesquisadores, regulando através da distribuição de auxílios à pesquisa e bolsas que premiam a produtividade suas práticas e suas projeções de si enquanto profissionais.

BASES DE DADOS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO ENQUANTO AGENTES PRESCRITIVOS: COMO “NAVEGAR” NO SISTEMA?

Um importante evento que também marca esta reconfiguração do modelo de regulação estatal da ciência é a criação da Plataforma Lattes pelo CNPq, em 1999. “Batizada” com esse nome em homenagem ao físico brasileiro César Lattes (1924-2005), a Plataforma Lattes é o mais importante banco de currículos de pesquisadores do país e hoje conta com mais de seis milhões de currículos cadastrados, reunindo informações de todos os núcleos e instituições de pesquisa em atividade no país.⁷ O banco de dados é utilizado por agências de fomento, universidades e instituições de pesquisa nos seus processos avaliativos, já que representa uma importan-

⁷ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/02/27/Quem-foi-C%C3%A9sar-Lattes.-E-a-plataforma-que-leva-seu-nome>. Acesso em: 14 jul. 2021.

te ferramenta de acesso rápido à produção científica dos candidatos a editais de financiamento.

A partir da criação da Plataforma Lattes, que sofreu algumas reformulações ao longo dos últimos anos, a inserção na pesquisa científica através da concessão de bolsas e fomentos pelas agências financiadoras passou a ser condicionada ao registro periódico da formação acadêmica e das atividades científicas desempenhadas pelos pesquisadores no banco de dados acessado pelo site do CNPq através de *login* e senha. A nova ferramenta possibilitou, assim, uma prescrição de modelo curricular acadêmico, tornando mais ágeis as avaliações das agências de fomento e funcionando como um aparato padronizador e classificador dos pesquisadores.

Em 2014, a Capes passou a dispor de uma base de dados para coletar, armazenar e publicar informações dos programas de pós-graduação, a Plataforma Sucupira⁸, cujo preenchimento dos dados é realizado pelos coordenadores desses programas. Com essa nova ferramenta, é possível acessar as páginas de cada área do conhecimento, que contém os documentos de área – nos quais estão descritos o estado atual e as características da área, assim como os critérios considerados prioritários para a classificação do Qualis e para a avaliação dos programas – e os relatórios das avaliações periódicas.⁹

Com base na análise de alguns documentos de área da Capes, traçamos um pequeno esboço das semelhanças e diferenças entre os parâmetros avaliativos de algumas áreas para refletir sobre o modo como pesquisadores que atuam ou atuaram nestes comitês de avaliação foram se conformando e se adaptando a critérios considerados centrais pela agência, como a inserção internacional e a produção intelectual. Um dos parâmetros cobrados pela agência para todas as áreas é que os programas elegíveis aos níveis 6 e 7 desenvolvam produção científica com inserção internacional através de convênios e intercâmbios, colaborações, promoção de eventos científicos internacionais, além da participação docente em comitês editoriais ou como pareceristas em periódicos internacionais.

O aspecto geral que marca a avaliação das áreas de Ciências da Vida e de Ciências Exatas é a centralidade da publicação sob forma de artigo científico e o cálculo de seu fator de impacto, apenas considerando como qualificados nos estratos do Qualis Periódicos as revistas indexadas nas plataformas *Web of Science* e *Scopus*, além das disponíveis na base *Scielo*. Segundo o relatório da avaliação quadrienal de 2017 da área de Física e Astronomia cerca de 20% dos periódicos estão classificados nos estratos mais altos do Qualis (A1 e A2), sendo que essa

⁸ A escolha do nome da Plataforma é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977, de 1965. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35995>. Acesso em: 14 jul. 2021.

⁹ Desde 2013, a avaliação deixou de ser trienal e passou a ser realizada por quadriênio.

minoria concentra mais de 50% das publicações dos docentes dos programas¹⁰, confirmando a cobrança por publicações com altos fatores de impacto como condição para o credenciamento e permanência em programas de pós-graduação. O relatório classifica a área de Física e Astronomia como “altamente internacional” desde “sua origem”, destacando o fato de seus primeiros doutores terem sido formados no exterior e os veículos de publicação da área serem quase todos internacionais e escritos em língua inglesa.

Em contrapartida, a produção em livro e sua avaliação qualitativa são consideradas de absoluta relevância para as áreas de Humanidades, havendo esforço no refinamento dos critérios de avaliação e classificação das obras através do Qualis Livros¹¹. Também é importante destacar que há uma grande quantidade de periódicos considerados importantes no domínio das Ciências Humanas e Sociais que não contam com indicadores de impacto, sendo necessárias formas alternativas de classificá-los e avaliar a produção bibliográfica dos programas. Na área de Sociologia, por exemplo, a estratificação dos periódicos tem como critérios a proporção de autores externos à instituição responsável pela edição (de modo a evitar o que alguns interlocutores classificam pejorativamente como “endogenia acadêmica”) e a inserção em mais de um indexador bibliográfico que afira sua qualidade, para além das bases indexadoras que são referência nas áreas de Ciências da Vida e de Ciências Exatas, como *Web of Science* e *Scopus*.

A cobrança da Capes por inserção internacional sob forma de produção bibliográfica é vista como problemática por quase todos os interlocutores entrevistados das áreas de Ciências Sociais e Humanidades. Um dos problemas apontados para essa “adequação” da área às exigências da Capes por “internacionalização” é a dificuldade de tradução para a língua inglesa das teorias, conceitos e abordagens trabalhadas nos textos em língua portuguesa da área. Associado a isso, haveria “desinteresse” das revistas internacionais com altos fatores de impacto, escritas em língua inglesa, pelos problemas e linhas abordadas pelos pesquisadores brasileiros, que estariam em grande parte concentradas em temáticas nacionais ou “locais”. Tais questões explicariam o baixo número de publicações nacionais indexadas das áreas de Humanidades, se comparado à quantidade de títulos existentes no país – sendo boa parte deles oriundos dos próprios programas de pós-graduação. Sendo justamente nesses títulos nacionais que está concentrada a maior parte dos artigos de pesquisadores brasileiros, os comitês destas áreas baseiam

10 Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-ciencias-exatas-tecnologicas-e-multidisciplinar/ciencias-exatas-e-da-terra/astrofisica>. Acesso em: 14 jul. 2021.

11 A inclusão de uma avaliação mais sistemática de livros e da produção artística dos programas ocorreu na avaliação trienal de 2010.

suas avaliações em parâmetros alternativos aos indicadores de produtividade das bases de dados internacionais.

Um aspecto que aqui nos interessa é entender como os pesquisadores, especialmente os que atuam ou atuaram nos comitês de área da Capes, enxergam essas mudanças nos processos avaliativos dos programas de pós-graduação e de que modo eles conformaram, adaptaram e se apropriaram criativamente desses espaços decisórios. O material de pesquisa aponta para um maior desconforto a este modelo de avaliação da agência por parte dos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais, que afirmam serem induzidos a produzir e avaliar de acordo com parâmetros “estranhos” às suas áreas. Neste sentido, uma estratégia de “fortalecimento” dessas áreas na Capes para enfrentar a “hegemonia avaliativa” das Ciências Biológicas e Exatas, é a mobilização e organização desses pesquisadores através de fóruns de coordenadores de programas de pós-graduação para a realização de consultas entre os pares e a deliberação acerca da representação dessas áreas na Capes. Sobre isso, é representativa a fala de uma pesquisadora da área de Educação que compôs o comitê de área da Capes por alguns anos:

Essa coisa dos fóruns é comum na área de Humanas ou que tenha menos representatividade pra definir critérios que sejam específicos da área. O que se objetiva fazer não é aprovar o que é ruim, mas manter uma especificidade da área. [...] Porque a hegemonia é das áreas médicas, biomédicas. Criou-se uma hegemonização da ideia de que você tem que ter uma medida razoavelmente comum. Foi importado o Qualis, indexador que está agindo na vida de todo mundo, pra mim um absurdo absolutamente completo. O que fazem as áreas de Exatas? Eles têm fatores de impacto calculados por indexadores internacionais. Eles pegam os fatores de impacto e avaliam pelos fatores de impacto. Pega um ponto de corte... “daqui pra cima é A1, daqui pra cima é A2, daqui pra cima é B1” e está resolvido. Nas áreas Humanas, se a gente fizer isso, a gente morre, porque não tem índice de impacto. (Fátima, 2017).

Outra questão digna de nota abordada na fala da pesquisadora são as disputas *político-epistemológicas* (BOURDIEU, 1976) ocorridas no âmbito dos comitês de área das agências de fomento, que tem como ponto central os critérios considerados adequados de avaliação de determinadas áreas e, sobretudo, o que pode ser definido como uma “área” ou campo de pesquisa com legitimidade entre os pares e o corpo técnico da agência para dispor de um comitê próprio, com uma avaliação independente.

Assim como Fátima, outros pesquisadores questionam a autonomia dos comitês de área por considerarem assimétrico o diálogo entre o órgão colegiado e o corpo técnico-burocrático da agência. Essa assimetria, segundo esses atores, é ampliada pela “imposição” de outra lógica de avaliação que “constrange” o trabalho de seus pares nesses comitês, por não corresponder,

conforme mencionado, às especificidades de pesquisa de suas áreas. No depoimento abaixo, Cícero, pesquisador que atuou no comitê de área de Antropologia/Arqueologia na primeira década de 2000, relativiza criticamente a autonomia do comitê, apontando que o poder decisório dos pares foi diminuindo à medida que foram sendo introduzidos e consolidados os novos parâmetros avaliativos da Capes no fim da década de 1990:

A Capes não tinha o poder que tem hoje sobre a coordenação de área naquele momento. A ideia de representação de área era, de fato, esse mantra ‘a Capes somos nós’, e era muito mais presente. Nós fazíamos uma leitura qualitativa, né? Porque naquele período, para a nossa área, era possível fazer uma leitura qualitativa. O documento de área supostamente expressa os valores da área. Hoje isso é muito pouco verdade. A margem que a gente pode ter de leitura do material está balizada por alguma coisa que é estabelecida e chancelada, não é apenas estabelecida pela área hoje em dia. Nossa autonomia é uma autonomia relativa, e muito relativa. Acho que tem uma mudança ao longo do tempo e você tem uma tendência à cristalização. Às vezes as pessoas acreditam demais naquele negócio ali, e levam tempo pra ter senso crítico. Vou lhe contar uma história também, eu acho que os caras das “hard” e biomédicas estão mais confortáveis porque o mar está para eles. A coisa foi formatada de modo propício a eles, esse que é o lance. É por isso que eles se sentem dentro de casa, porque a casa é deles, não é nossa. (Cícero, 2018).

Depois de nos debruçarmos sobre os critérios de avaliação, classificação e qualificação do conhecimento científico, tomando de empréstimo os dispositivos presentes no interior das agências de fomento e como são operados pelos cientistas, avançaremos em outras direções para problematizarmos esses processos de difusão da *governança pela norma científica* e da *microfísica da norma*. Nesse sentido, um outro universo empírico nos parece pertinente de ser analisado, pois ele amplia nossas lentes de alcance sobre tais fenômenos e suas repercussões sobre o fazer científico. Para tanto, abordaremos o mundo da ética em pesquisa.

A CONFORMAÇÃO DA REGULAÇÃO DA ÉTICA EM PESQUISA: PARA UMA COMPREENSÃO DA PLATAFORMA BRASIL¹²

¹² A etnografia apresentada é fruto de pesquisa realizada entre 2016 e 2018 por meio da participação de reuniões mensais realizadas em um Comitê de Ética em Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais de uma universidade do Rio de Janeiro e do processo de abertura de um CEP da mesma área em outra universidade fluminense. Nela também analisamos documentos confeccionados pelo Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA), Grupo de Trabalho – CHS – responsável pela elaboração da Resolução CNS n° 510/2016 – e CONEP.

Para esclarecermos como ocorreu o processo de padronização do controle ético das pesquisas científicas por meio do uso da Plataforma Brasil, antes, é preciso descrever como ele se constitui e quais gramáticas morais estão presentes no sistema de regulação brasileiro da ética em pesquisa, denominado de Sistema CEP/CONEP. Ao explicitarmos esse processo, lançaremos luz sobre como se configura localmente essa *governança pelas normas*, aliando-se, dessa maneira, às características locais segundo as moralidades presentes em dada instituição.

A regulação da ética em pesquisa no Brasil é realizada pela CONEP no âmbito do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que integra o Ministério da Saúde como um conselho de “controle social”¹³. O CNS é composto por 18 comissões, entre elas, a CONEP, e elas visam a “formulação de estratégia e controle da execução de políticas públicas de saúde”¹⁴. A CONEP é composta por médicos, bioeticistas, especialistas em saúde coletiva, “representantes de usuários”¹⁵ e das Ciências Humanas e Sociais. Seu colegiado conta com, além de 22 membros titulares e cinco suplentes eleitos dentre os candidatos indicados pelos comitês, oito membros do CNS/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE).

A institucionalização de órgãos e regras da prática da pesquisa que envolvem seres humanos no Brasil e em outros países esteve, em primeiro lugar, ligada à área da biomedicina (FASSIN, 2006; FONSECA, 2010; JACOB; RILES, 2006). Preocupações decorrentes das experiências médicas realizadas pelos alemães nazistas e japoneses na Segunda Guerra Mundial motivaram a criação do Código de Nuremberg em 1947 e a declaração dos Direitos dos Homens em 1948, que tinham como intuito regular e normatizar a prática científica, e com isso, definir os princípios éticos da pesquisa médica. Essas ações constituem as primeiras tentativas de regulamentação realizadas pela comunidade científica no que tange à pesquisa em seres humanos, e é daí que advém a locução “ética em pesquisa”.

Também foram realizadas entrevistas com membros do CEP e pesquisadores da área de Medicina, e, do mesmo modo, participamos de eventos promovidos pela Academia Nacional de Medicina e pela CONEP.

13 Um dos objetivos do CNS é “fiscalizar, acompanhar e monitorar as políticas públicas de saúde nas suas mais diferentes áreas, levando as demandas da população ao poder público, por isso é chamado de controle social na saúde” (CNS, S/A). O “controle social”, nos termos do CNS, diz respeito ao controle do Estado pela sociedade, e não o contrário, como geralmente é utilizado. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/apresentacao/estrutura_organizacional.htm. Acesso em: 02 maio 2021.

14 Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/apresentacao/apresentacao.htm>. Acesso em: 02 maio 2021.

15 O “representante de usuário” integra o colegiado da CONEP e dos Comitês de Ética em Pesquisa, pode ser participante de sociedades e associações de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), devendo ser capaz de “[...] expressar pontos de vista e interesses de indivíduos e/ou grupos sujeitos de pesquisas de determinada instituição e que sejam representativos de interesses coletivos e públicos diversos” (RESOLUÇÃO CNS nº 240/1997). Ele materializa o controle social, pois é através dele que a sociedade não científica, chamada de “leiga”, observa os cuidados éticos nos processos avaliativos dessas entidades.

A primeira versão da Declaração de Helsinque (1964) também constitui um evento importante no processo desse tipo de regulação, influenciando diretamente a criação dos comitês, uma vez que preconizava comissões especiais para o debate da ética em pesquisa. Essa declaração teve um reconhecimento mais amplo que o Código de Nuremberg, pois aparentemente foi formulado para julgar os crimes médicos nazistas, ao passo que a Declaração de Helsinque “[...] projetou-se para o futuro como um guia ético obrigatório para todos os pesquisadores” (DINIZ; CORRÊA, 2001, p. 681), estabelecendo, assim, uma perspectiva universal e universalizante.

Desse modo, baseando-se no Código de Nuremberg, na Declaração dos Direitos do Homem, na Declaração de Helsinque e em diversos outros tratados internacionais, e mobilizações de movimentos organizados da sociedade civil, o CNS, vinculado ao Ministério da Saúde, cria em 1996 a primeira resolução formal que regulamenta as pesquisas em seres humanos no Brasil para controlar danos e riscos individuais causados pela prática da pesquisa médica. A Resolução CNS nº196/1996 dá origem ao sistema CEP/CONEP, caracterizada entre membros de CEP, principalmente na área da saúde, como um marco histórico no tocante a esse tipo de regulação envolvendo seres humanos no Brasil¹⁶.

Os valores presentes nos tratados acima referidos que serviram como base para o debate sobre ética no Brasil são fortemente marcados pela bioética principialista (DUARTE, 2015; RIBEIRO, 2004). Esta pode ser definida como um campo de saber de informação e controle destinado à discussão das consequências éticas da pesquisa biomédica e se localiza na fronteira da filosofia e da biomedicina e se institucionalizou com a Declaração de Helsinque. As experiências médicas ocorridas em outros países e, notadamente nos Estados Unidos, também foram fundamentais para a consolidação da bioética principialista e desse tipo de regulação, especialmente com a publicização do caso de Tuskegee¹⁷.

A bioética principialista tem seu surgimento referenciado à publicação de *Princípios de Ética Biomédica* de Beauchamp e Childress, de fins da década de 70, que incorporou os valores presentes no Relatório Belmont¹⁸ – autonomia, não maleficência, beneficência, justiça

16 Antes deste documento, houve ainda a Resolução CNS nº 01/88, que teve como um dos objetivos criar o grupo de trabalho responsável pela formulação do sistema CEP/CONEP.

17 Entre os anos de 1932 e 1970 foi conduzido um estudo médico sobre o desenvolvimento da sífilis. As pessoas que participaram não foram informadas sobre o objetivo ou o andamento da experiência e eram, em sua grande maioria, constituídas por negros. Eventos que participamos sobre esse tema, quando palestrantes narravam o nascimento dessa ética, mencionavam pesquisas de má conduta científica de repercussão, tais como esse caso de Tuskegee, Willowbrook, células HeLa e entre outros.

18 Em resposta a pesquisas clínicas realizadas nos Estados Unidos, tal como o caso de Tuskegee, o governo e o congresso norte-americano constituíram, em 1974, a National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research, que teve como objetivo principal identificar os princípios éticos que

e equidade –, aprofundando-os e aplicando-os à pesquisa clínica e assistencial. Nesse sentido, esses princípios são baseados em valores morais de referência estadunidense, marcados por um individualismo liberal anglo-saxão (DINIZ; GUILHEM, 2005)¹⁹, o que possibilitou sua universalização. O indivíduo representado nessa perspectiva não se encontra no mundo real, pois “[...] é um sujeito livre das hierarquias e de todas as formas de opressão social” (p. 52). A bioética principialista também forneceu um sistema classificatório comum para reflexões mais abrangentes, um modelo para o exercício de uma ética.

A Resolução CNS nº 196/1996 começou a delinear prescrições quanto à obrigatoriedade da avaliação de projetos de pesquisa da área de Ciências Humanas e Sociais pelo Sistema CEP/CONEP, devido à formulação que inicia o documento, que inclui todas as áreas científicas. O enunciado afirma que a resolução tem a finalidade de “[...] aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de *pesquisas envolvendo seres humanos*” (BRASIL, 1996, *on-line*, grifo nosso), e um pouco mais abaixo, define o que podem ser os tipos de pesquisa, “[...] pesquisa envolvendo seres humanos – pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais” (*on-line*). Já no item II.2, está escrito: “todo procedimento de qualquer natureza envolvendo o ser humano [...] será considerado como pesquisa e, portanto, deverá obedecer às diretrizes da presente Resolução (*on-line*)²⁰.”

Órgãos de fomento, instituições que serviriam como lócus para o trabalho de campo e algumas revistas científicas passaram a exigir²¹ a avaliação das pesquisas pelos CEP, principalmente para as áreas de educação, psicologia e serviço social²². Nesse primeiro momento, na antropologia, a resolução teve repercussão nas pesquisas direcionadas às instituições de saúde e às sociedades indígenas.

deveriam conduzir a experimentação em seres humanos, ainda hoje considerado um marco histórico e normativo para a bioética principialista.

19 Esta bioética tem recebido diversas críticas, principalmente da chamada bioética latino-americana, formulada de acordo com os contextos locais.

20 Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 19 jan. 2021.

21 O item XII.2 prescreve que “as agências de fomento à pesquisa e o corpo editorial das revistas científicas deverão exigir documentação comprobatória de aprovação do projeto pelo Sistema CEP/CONEP”, esse foi um dos principais problemas percebidos pelos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 19 jan. 2021

22 Estas são as áreas das chamadas Ciências Humanas e Sociais que mais submetem projetos à Plataforma Brasil, observado no relatório do CEP-CFCH e em minha participação no CEP-Humanas, bem como em entrevistas com membros de diferentes comitês.

Diante disso, em resposta a essa normatização, pesquisadores e associações dessa área começaram a se mobilizar e, entre 2004 e 2015, acionaram diferentes meios na comunidade acadêmica para se manifestar a favor de uma avaliação tida como “justa”, confeccionando abaixo-assinados, moções, cartas repúdio, dossiês científicos, livros e entre outros. Destacamos que os argumentos utilizados para elaborar a crítica ao sistema de avaliação da ética em pesquisa e denunciá-lo como “injusto” precisam adquirir legitimidade perante o público envolvido na situação de disputa. Nesse caso, essa legitimidade é construída quando o argumento se baseia numa gramática aceitável e generalizável, tal qual a cívica (BOLTANSKI; THÈVENOT, 1991). Produto dessas ações e de um amplo debate, a Resolução CNS nº 510/2016 é aprovada, cuja criação havia sido prevista na Resolução CNS nº 466/2012 – que substitui a Res. nº 196/1996 com poucas alterações e mantém em seu escopo a denominação genérica de pesquisa- e o Grupo de Trabalho responsável para sua construção é instituído em 2013. A “510”, como assim é chamada, é específica para pesquisas na área de Ciências Humanas e Sociais²³.

A PLATAFORMA BRASIL: OS INSCRITORES DA ÉTICA EM PESQUISA E O SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

Junto à criação do Sistema CEP/CONEP em 1996, também foi implementado o Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa (SISNEP), cuja função era registrar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos submetidos para avaliação. Outro objetivo era integrar os comitês e a CONEP, atribuindo sentido ao que é chamado de sistema. Em 2012, devido às diferentes críticas levadas ao III Encontro Nacional dos Comitês de Ética em Pesquisa (ENCEP) e à reformulação da Resolução CNS nº 196/1996, é construída a Plataforma Brasil em uma base diferente do SISNEP, que passa a realizar todo o processo apenas virtualmente e dando maior atenção ao cuidado com os “representantes de usuários”, já que antes, mesmo depois do projeto ser submetido, ainda era preciso levar os documentos produzidos ao CEP para avaliação. As críticas ao SISNEP estavam relacionadas à lentidão de todo processo e à falta de clareza nas informações demandadas. Contudo, é reconhecido como um dos primeiros sistemas que conseguiu concretizar as prerrogativas éticas dos códigos internacionais, gerenciando

²³ Para melhor compreensão sobre as controvérsias em torno do processo de construção da Resolução CNS nº 510/2016, ver Falcão (2020).

e padronizando as informações concedidas. O SISNEP fortaleceu esse controle da produção científica e entre pares, e a Plataforma Brasil continua dando vida a esse sistema, desse modo, é ela que vincula pesquisadores, membros, comitês e CONEP. Hoje, o Sistema CEP/CONEP conta com mais de 850 CEP, majoritariamente vinculados às instituições da saúde, como hospitais universitários e secretarias da saúde. Nesse conjunto, há quatro CEP vinculados à área de Ciências Humanas e Sociais, na Universidade de Brasília (UnB), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Como salientado por alguns autores (LAMONT, 2012; LATOUR; WOOLGAR, 1997), é de suma importância para a análise de uma instituição ater-nos aos rituais que a conformam e das performances empreendidas pelos atores. Dessa forma, observaremos como os padrões e normas são acionados *in situ*. Nesse jogo, eles performam a ética, a ciência e a burocracia. A partir de uma situação de campo em um CEP, descrevemos como ocorre a avaliação: quais os critérios utilizados, os acordos e desacordos, as críticas, o papel dos não humanos e os instrumentos de avaliação.

O “protocolo de pesquisa” é formado por diferentes documentos submetidos à avaliação, sendo assim chamado quando todos os arquivos adentram à Plataforma Brasil, que são: a carta de anuência; o projeto do pesquisador, que pode assumir outra formatação que não a da Plataforma; o cronograma; o orçamento; e a folha de rosto, composta pelos dados do pesquisador, sua universidade de origem e a assinatura do responsável da sua unidade de atuação. Outro documento gerado pela submissão ao preencher os campos da Plataforma é o de “informações básicas”, que consiste na tradução do projeto submetido para o vocabulário do Sistema²⁴. Há também o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, o TALE, para “participantes de pesquisa” menores de idade ou em situação de vulnerabilidade; e o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, o RCLE, antes chamado de Termo pela Resolução CNS nº466/2012. Com a promulgação e aprovação da Resolução CNS Nº510/2016, foi modificada a concepção do acordo entre o pesquisador e o “participante de pesquisa”, aceitando outras formas de registros de consentimento. Para consolidar uma identidade em consonância com a chamada “510” e contrastivamente com comitês que têm como referência a “466” em sua cultura avaliativa, os membros desse CEP demarcavam a diferença com os outros comitês pela adoção verbal desse novo vocabulário construído com a “510”, fato sempre evidenciado por parte dos membros.

²⁴ Os campos preenchidos são os seguintes: introdução, resumo, hipótese, objetivo primário ou principal, objetivo secundário, metodologia proposta, critério de exclusão, critério de inclusão, riscos, benefícios, metodologia da análise de dados, desfecho primário, desfecho secundário, tamanho da amostra e a data de recrutamento.

Como a *controvérsia* em torno da Resolução CNS nº 510/2016 e a resolução de tipificação da pesquisa e acreditação de risco ainda estava em aberto, e continua, devido à não participação do Grupo de Trabalho original que atuou na construção da 510, um interlocutor enfatizou a necessidade do uso de “registro” e não de “termo” para a obtenção de consentimento informado, já que isso foi uma das “difíceis lutas das CHS²⁵ junto à CONEP”. Para ele, então, essa adoção seria uma forma de reconhecer esse processo e demarcar uma identidade diferenciando-os dos comitês da área da saúde.

A Plataforma Brasil é vista pelos pesquisadores de Ciências Humanas e Sociais como um ambiente estranho em que é utilizado um sistema classificatório pouco conhecido, assim como discutimos anteriormente em relação ao caso dos sistemas de avaliação dos pesquisadores. Essa linguagem proveniente da pesquisa clínica faz com que cientistas das Ciências Humanas não encontrem uma forma adequada ao vocabulário de seu campo de conhecimento. Numa entrevista com uma socióloga que trabalha com metodologia quantitativa, ela salientou a desconexão da exigência de preenchimento de campos para um pesquisador das Ciências Humanas e Sociais que realiza pesquisa qualitativa, como o “desfecho”. Perguntou-nos se saberíamos elaborar algo que coubesse nesse espaço, afirmamos que não fazíamos ideia inicialmente. Como professora de métodos, tentou elaborar uma explicação e chegou à conclusão que seria impossível preenchê-lo a partir de um projeto de antropologia.

Ainda sobre o vocabulário utilizado é interessante descrever um caso da “área temática especial”. Uma pesquisadora preencheu erroneamente um campo na plataforma destinado às “áreas temáticas especiais” da CONEP, que regula projetos cujos temas versam sobre genética e reprodução humana e entre outros²⁶. Nesses casos, a avaliação é realizada pelo CEP e pela CONEP. Como o projeto tinha o objetivo de entender o impacto da reprodução assistida no laço familiar, a pesquisadora da área de psicologia preencheu o campo de “genética e reprodução humana”, classificando-o sob a nomenclatura de área temática especial, devido a esse equívoco, o projeto permaneceu tramitando por mais de cinco meses. Constituindo um equívoco recorrente, a CONEP, em Carta Circular nº 172/2017/CONEP/CNS/MS publicada em 20 de abril de 2017, o reconhece e elabora esclarecimentos referentes ao preenchimento da área temática. A CONEP atribui a solução do problema à demora de atualização da Plataforma, que está tentando junto ao DataSUS – entidade que a gere – modificá-la e torná-la mais ágil.

25 Como são chamadas as Ciências Humanas e Sociais pelos interlocutores da pesquisa, em que se pronuncia apenas as iniciais.

26 Entram também nessa classificação pesquisas com novos fármacos, medicamentos e vacinas; novos equipamentos, insumos e dispositivos para a saúde; população indígena, e projetos que envolvam aspectos de biossegurança.

Manipular a Plataforma Brasil demanda esforço e tempo para aprender, tanto pela necessidade de apropriação da linguagem específica da “ética em pesquisa” e “bioética principalista”, como pela organização virtual e visual dela, que dificulta seus usuários a encontrar as informações e os documentos necessários. Sendo a Plataforma Brasil uma *inscritora*, ela pode ser tomada como um *actante* (LATOURE, 2001). Muitas vezes, os membros do comitê e o secretário falavam dela como se estivessem falando de uma pessoa, atribuindo-lhe ação, transformando-a em um sujeito: “a plataforma hoje está querendo atrasar a reunião”, “a plataforma não coopera”. Certa vez, um membro perguntou ao secretário o que significava alguns “protocolos” estarem em vermelho, o que ele respondeu: “os projetos em vermelho são os que estão sem movimentação há mais tempo, na prática não faz diferença nenhuma, na prática é um jeito da *plataforma falar*: ‘oh, vamos movimentar esse projeto’”. A movimentação à qual ele se refere é tanto do pesquisador quanto do Comitê, muitas vezes os pesquisadores demoram para responder às pendências. Esse secretário conhece tão bem o seu instrumento de trabalho, que, em uma reunião quando a plataforma estava inconstante, ele falou brincando que “sente” quando a plataforma vai cair ou travar.

Em um dia de instabilidade da plataforma, uma integrante do comitê perguntou qual o grau de ingerência, de influência política do CEP para propor alteração, torná-la mais “acessível e menos burra”. O secretário então responde que “a plataforma é padrão, que é mais voltada para a área de saúde”. Falamos que isso fazia parte da demanda em adequá-la às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais feita pelo GT de criação da “510” e do Fórum Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA)²⁷. Nessa conversa, outro membro pergunta por que ela acha que o sistema é burro, e em sua resposta, elucida a instabilidade, o tempo de duração da permanência no sistema, que é curto e, se ultrapassado, retorna ao *login*, e emenda: “mas pior que a burrice é a falta de adequação mesmo”.

A partir dessa percepção de que a plataforma “fala outra língua”, existe uma preocupação de que o comitê fique apenas exercendo o seu papel burocrático. Essa integrante, que atua na área da educação, menciona a vontade de se mobilizar para “encampar essa luta”, e o outro membro afirma que eles são os “operadores do sistema” e que por isso devem estar presentes

27 O FCHSSA foi criado com a finalidade de demandar reconhecimento das áreas envolvidas em relação a diferentes políticas científicas e acadêmicas. O que motivou a sua criação foi a “luta” por um sistema de avaliação da ética em pesquisa adequado às especificidades epistemológicas das áreas que dele participam, nascendo junto ao GT de construção da Resolução CNS nº 510/2016. Essa associação recebeu uma nova nomenclatura, as recentes notícias adicionaram às siglas Línguas, Letras e Arte, ficando, então, Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Línguas, Letras e Artes (FCHSSALLA). Disponível em: <https://blogfchssa.wordpress.com/> Acesso em: 05 mar. 2021.

nessa “luta”, pois senão “a gente só fica ‘burrocrático’, próximo, próximo” “e discutir ética que é bom...”. Enfatiza o neologismo “burrocrático”, ressaltando que ao exercerem apenas esse papel, a discussão da ética não acontece, crítica elaborada também por outros membros. Essa mesma integrante resumiu sua crítica e não reconhecimento em relação à plataforma, caracterizando-a como uma “uma realidade paralela”.

Nesse sentido, membros, secretários de CEP e pesquisador precisam dominar esse sistema de classificação (DURKHEIM; MAUSS, 1999 KANT DE LIMA, 1995). O pesquisador, ao submeter o “protocolo de pesquisa”, precisa dominar o vocabulário da Plataforma, que, apesar de estar presente nas resoluções, muitas vezes é desconhecido. Alguns membros afirmam que esse dispositivo serve para ensinar os pesquisadores a submeter projetos, mas não a serem éticos. As resoluções são publicizadas, mas não compreensíveis, constituindo um conhecimento particularizado na prática, pois os membros, o pesquisador e o secretário “aprendem fazendo”, constituindo-se um conhecimento prático.

Além da importância do entendimento desse sistema de classificação, compreendendo “a lógica da plataforma”, é preciso criar estratégias para utilizá-la. Em uma entrevista, uma professora narrou uma apresentação que assistiu quando fazia parte de um comitê: “[...] um dos conselhos que ela [a palestrante] dava, era que: ‘primeiro faça tudo no Word, para depois você copiar e colar, porque a plataforma cai no meio e você perde tudo [...]’”. E continua,

Compreender a lógica da plataforma e depois distribuir os temas. Sendo que você pode fazer um texto que não cabe naquele campo. Ou o contrário, ela tem, por exemplo, desfecho primário e secundário. *Isso é linguagem da epidemiologia*. Em uma pesquisa qualitativa, como é a minha, eu sei *traduzir* isso para fazer o desfecho primário e secundário, porque a minha pesquisa é na área da saúde. (Leticia, 2018, grifo nosso).

Essa fala revela elementos para a compreensão da lógica própria da prática das Ciências da Saúde. Nesse sentido, os pesquisadores de Ciências Humanas e Sociais, além de não se reconhecerem na Plataforma, também fazem parte de uma *comunidade de comunicação* (OLIVEIRA, 1996) diferente das Ciências da Saúde, por isso não conhecem a linguagem utilizada por ela. Quando já possuem uma experiência anterior, conseguem adquirir competência para “traduzir” seus projetos de acordo com os termos utilizados nela. Nesse sentido, de acordo com Geertz (2013), no interior de uma *comunidade de comunicação e entendimento* se constrói um saber comum. O senso comum, para o autor, é “um sistema cultural; um corpo de crenças e juízos, com conexões vagas, porém mais fortes que uma simples relação de pensamento inevitavelmente iguais para todos os membros de um grupo que vive em comunidade” (GEERTZ,

2013, p.16). Os pesquisadores que compartilham o mesmo senso comum calcado na construção de uma pesquisa a partir da metodologia qualitativa partilham também um vocabulário, uma linguagem similar, mesmo que seguindo tradições epistêmicas distintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse processo de modelização de dispositivos de avaliação científica tem o objetivo de ensejar condutas e torná-las menos particulares, além de lançar mão de critérios mais isonômicos, que sejam possíveis de analisar as práticas empreendidas por atores e instâncias diversas. Assim, tenta-se estabelecer *standards* e normas que sejam validadas em diferentes mundos científicos e em distintas condições de sua realização que transbordam as fronteiras nacionais e disciplinares. Esse processo de padronização, por outro lado, cria caminhos estratégicos conduzidos pela atividade crítica e criativa dos atores implicados na política científica. Neste sentido, há uma *demand*a por reconhecimento por parte dos interlocutores, principalmente aqueles vinculados às Ciências Humanas e Sociais, pois a transposição de modelos de uma área a outra gera um *sentimento de desconsideração* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011; FALCÃO, 2020) e uma enorme dissonância entre os critérios estabelecidos pelas agências de controle da ciência e as práticas heterogêneas empreendidas pelos cientistas em seus respectivos campos do conhecimento.

As situações descritas, seja no que se refere à Plataforma Brasil ou aos critérios de validação do trabalho científico, evidenciam o modo como a governança pela norma científica *a la brasileira* seguem os princípios de julgamento baseados em um entendimento particularizado sobre as regras (KANT DE LIMA, 1995) e os sentidos de justiça em jogo no processo avaliativo. Desse modo, a particularização das regras e a desconsideração das diferenças epistêmicas caminham juntas nessa política do desconhecimento e da desconsideração.

A tentativa de uniformizar os dispositivos de governança científica culmina, nesse contexto, na deformação dos referenciais que guiam as éticas e as epistemologias científicas essencialmente plurais e heterogêneas. A gramática cívica (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) mobilizada pelos nossos interlocutores, que tem como referência um modelo ocidental de democracia, dá lugar a outras gramáticas: o da numerologia desenfreada que resulta na elaboração de índices, tabelas, impactos etc. que em muitas circunstâncias empobrecem o exercício científico com a introdução de um regime industrial no mundo da inspiração

(BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991); e, igualmente, o imperialismo bioético (DUARTE, 2015) e epistêmico presente na regulação da ética dissemina uma única e restrita via da eticidade, desconsiderando outras formas presentes no fazer científico.

As Plataformas Lattes e Brasil, bem como as normatizações evidenciam a padronização da atividade científica e da avaliação da ética, dando vida a uma “ética burocrática e um espírito do cartorialismo”. A rápida proliferação de agentes ou *actantes* (LATOURE, 2001; 2012) se configura numa rede múltipla e produz efeitos mútuos: criam normas, estimulam comportamentos, engendram moralidades e produzem subjetividades. No lugar de redes, nesse contexto por nós analisado, conformam-se malhas (EILBAUM, 2006; KANT DE LIMA, 1995) que dão vida às dinâmicas de particularização e interpretação própria sobre a norma e o justo. As malhas são tecidas pelos laços de proximidade, pelas alianças, pela personalização e por critérios que enrijecem e encapsulam o julgamento sobre a prática científica.

As plataformas colocam em ação todo esse sistema avaliativo, tal como o *fato científico* (LATOURE; WOOLGAR, 1997), o qual, para ser construído, precisa de diversas técnicas e instrumentos. Esse processo é chamado de *fenômeno-técnica*, pois concede ao *fato científico* uma aparência de ter sido produzido através de uma técnica pura: sem os *inscritores*, o fato científico, produto da avaliação, não existiria. Para essa produção são necessários diferentes *inscritores*, entre não humanos e humanos, deixando seus rastros e causando seus efeitos que, através do agir competente e crítico, criam culturas avaliativas pautadas em fazeres científicos diversos.

A passagem por esses diferentes *inscritores* e sistemas classificatórios produz um sentimento que realça a crença na *norma* e nesses critérios universalizantes, padronizadores e uniformizantes. No mundo da “ética burocrática e do espírito do cartorialismo”, as avaliações, diante de um universo de malhas normativas, incidem sob o *ato de consagração* que, segundo Bourdieu (2011, p.113), é “[...] um ato misterioso, que obedece a uma lógica semelhante à da magia, tal como descreve Marcel Mauss”. No caso da avaliação da ética, bem como da avaliação da produção científica, por meio de seus *rankings* classificatórios como o Qualis e Bolsa de Produtividade, esses “atos de consagração” realizados pelo Estado possibilitam o sentimento de inscrição às “boas práticas científicas” e de excelência.

Na contemporaneidade, o desenvolvimento científico pressupõe o exercício da coexistência e da simetria entre os campos científicos, bem como do pluralismo epistemológico que tanto enriquece o conhecimento reflexivo e crítico cada vez mais posto em xeque diante das forças conservadoras e reacionárias que emergem em diferentes cantos do planeta. A construção de dispositivos de controle da produção científica fundamentado nas concepções hierarquizantes e homogeneizantes sobre o fazer científico, como problematizamos, somente reforçam a

lógica do colonialismo epistemológico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004) e da *cisma*, cuja base central é o exercício arbitrário utilizado pelos agentes responsáveis de definir o científico e ético através de recursos próprios de uma racionalidade cismática (MOTA, 2018; 2021). Diferentemente da desconfiança, fundada sob critérios mutáveis e passíveis de serem validados pela empiria e fatos, a *cisma* pressupõe o trabalho de julgamento que segue as orientações próprias e particulares ao julgador. É este que detém, neste jogo de *carteado avaliativo*, os recursos simbólicos e materiais para fundar seus julgamentos e estabelecer os parâmetros válidos na mesa de avaliação. Sendo assim, no percurso do jogo, as cartas podem ser mobilizadas, de forma circunstancial, de acordo com a *pessoa* que figura como participante da jogada.

REFERÊNCIAS

1. ARRUDA, M. A. N. A nova política de pós-graduação no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 219-229, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/RrNH64YPRYqmTbtK55hCKTv/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2021.
2. BARATA, R. C. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13-40, 2016. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/947>. Acesso em: 14 jul. 2021.
3. BEAUCHAMP, T.; CHILDRESS, J. **Princípios de ética biomédica**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
4. BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.
5. BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
6. BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de La Recherche em Sciences Sociales**, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1976_num_2_2_3454. Acesso em: 14 jul. 2021.
7. BOURDIEU, P. **A Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2011.
8. BRASIL. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], 16 out. 1996. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 10 jan. 2021.
9. BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e

- normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.
10. BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.
 11. CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, **São Paulo, 2011**.
 12. CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Pesquisa em versus pesquisas com seres humanos. *In: VÍCTORA, C.; OLIVEN, R.G.; MACIEL, M. E.; ORO, A. P. (org.). Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004.
 13. CUERVO, G. L. **Sociedade das competências: um estudo sobre circuitos de consagração acadêmicos e construção de reputação científica**. 2019. 175. f. Orientador: Fabio Reis Mota. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: http://ppgantropologia.sites.uff.br/?page_id=4247. Acesso em: 19 jun. 2021.
 14. DINIZ, D.; CORRÊA, M. Declaração de Helsinki: relativismo e vulnerabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 3, p. 679-688, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rt67g9TP5KrDZSqHS6MDC6Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2021.
 15. DINIZ, D.; GUILHEM, D. **O que é bioética?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.
 16. DURKHEIM, É.; MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. *In: MAUSS, M. Ensaios de sociologia*. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 1999.
 17. DUARTE, L. F. D. A ética em pesquisa nas ciências humanas e o imperialismo bioético no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 3, n. 5, p. 31-52, 2015. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/149/0> Acesso em: 14 jul. 2021.
 18. EILBAUM, L. **Quando o peixe morre pela boca: os casos de Polícia na Justiça Federal Argentina na Cidade de Buenos Aires**. 2006. 183f. Orientador: Roberto Kant de Lima. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <https://br.antropotesis.alterum.info/?p=2990>. Acesso em: 19 jun. 2021.
 19. FALCÃO, H. G. **“Burocracia da ética”**: uma análise antropológica sobre a regulação da prática da pesquisa científica no Brasil. 2019. 217 f. Orientador: Fabio Reis Mota. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: http://ppgantropologia.sites.uff.br/?page_id=4243. Acesso em: 19 jun. 2021.

20. FALCÃO, H. G. Controvérsia ética e científica: uma análise sobre reconhecimento e desconsideração no processo de construção da Resolução CNS N° 510/2016. *In*: LIMA, M. L. T.; KANT DE LIMA, R. (org.). **Entre normas e práticas: os campos do direito e da segurança pública em perspectiva empírica**. 1.ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.
21. FASSIN, D. The End of Ethnography as Collateral Damage of Ethical Regulation? **American Ethnologist**, v. 33, n. 4, p. 522-524, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4098882>. Acesso em: 19 jun. 2021.
22. FONSECA, C. Que ética? Que ciência? Que sociedade? *In*: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (ed.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres; Editora UnB, 2010. p. 39-70.
23. FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.
24. FOUCAULT, M. **Histoire de la Folie à l'Age Classique**. Paris: Gallimard, 1972.
25. FREIRE, L. L. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p.46-65, 2006. Disponível em: <http://lemetro.ifcs.ufrj.br/pesquisadores/Leticia%20de%20Luna%20Freire/latour.pdf> Acesso em: 14/07/2021.
26. GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2013.
27. JACOB, M. A.; RILES, A. The New Bureaucracies of Virtue: Introduction. **Political and Legal Anthropology Review**, v. 30, n. 2, p. 181-191, 2006. Disponível em: <https://scholarship.law.cornell.edu/facpub/1304/>. Acesso em: 19 jun. 2021.
28. KANT DE LIMA, R. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
29. LAMONT, M. Toward a Comparative Sociology of Valuation and Evaluation. **Annual Review of Sociology**, v. 38, p. 201-221, 2012.
30. LATOUR, B. **Jamais foram modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
31. LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
32. MARTINS, C. B. Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação. *In*: FERREIRA, M. de M.; MOREIRA, R. da L. (org.). **CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília: CAPES, 2003. p. 294-309.
33. MOTA, F. R. Kategoriia skhizmy v Brazílii iv mire: vzgliad na sovremennoe konstruirovaniie politicheskogo v pragmaticheskoi perspektive. **Ètnograficeskoe Obozrenie (MOSKVA, 1992)**, v. 2, p. 05-73, 2021. The Category of “Schism” in Brazil and Elsewhere: A View of Today’s Construction of the Political in the Pragmatic

- Perspective. Disponível em: <https://ras.jes.su/ethnorev/s086954150014807-7-1-en>. Acesso em: 19 jun. 2021.
34. MOTA, F. R. Do indivíduo blasé aos sujeitos cismados: reflexões antropológicas sobre as políticas de reconhecimento na contemporaneidade. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 44, p. 124-148, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41959>. Acesso em: 14 jul. 2021.
35. OLIVEIRA, R. C. de. O lugar (e em lugar) do método. **Idéias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp**, Campinas, São Paulo, v. 1/2, p. 174-178, 1996. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie190empdf.pdf> Acesso em: 14 jul. 2021.
36. OLIVEIRA, L. R. C. de. Pesquisa em versus pesquisas com seres humanos. In: VÍCTORA, C.; OLIVEN, R.G.; MACIEL, M. E.; ORO, A. P. (org.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004.
37. RIBEIRO, G. L. Prefácio. In: VÍCTORA, C.; OLIVEN, R.G.; MACIEL, M. E.; ORO, A. P. (org.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004.
38. SAAVEDRA, G. A.; SOBOTTKA, E. A. Discursos filosóficos do reconhecimento. **Civitas**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 386-401, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6898>. Acesso em: 14 jul. 2021.
39. TAYLOR, C. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
40. THÉVENOT, L. Ce qui engage: la sociologie des justifications, conventions et engagements, à la rencontre de la norme. **La Revue des Droits de l'Homme**, n. 16, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revdh/6452>. Acesso em: 19 jan. 2021.
41. THÉVENOT, L. **La acción en plural: una introducción a la sociología pragmática**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.
42. THÉVENOT, L. Un gouvernement par les normes, Pratiques et politiques des formats d'information. In: CONEIN, B. THÉVENOT, L. (eds.). **Cognition et information en société**, Paris: Ed. de l'EHESS (Raisons Pratiques 8), 1997, p. 205-241.

Hully Guedes Falcão

Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1932-3104>. E-mail: hullyfalcao@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados, redação e revisão.

Fabio Reis Mota

Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa, pesquisador do Instituto Nacional de Administração de Conflitos. Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7883-8258>. E-mail: reismota@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados, redação e revisão.

Gabriela de Lima Cuervo

Professora I de Sociologia da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0766-0805>. E-mail: bicuervo@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados, redação e revisão.

Alerta Santa Marta: Dispositivos de (Contra) Vigilância em Favelas no Rio de Janeiro¹

Alerta Santa Marta: (Counter)Surveillance Dispositifs in Favelas of Rio de Janeiro

Apoena Mano

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Palloma Menezes

Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é mapear usos, críticas e controvérsias em torno do que abordamos como *dispositivos de (contra)vigilância* em favelas no Rio de Janeiro. O termo *(contra)vigilância* sintetiza dinâmicas sociotécnicas articuladas a partir de dois eixos: *dispositivos de vigilância* institucionais, como câmeras e drones policiais, que implicam em reações sob formas comunitárias de *contra-vigilância*, como o intercâmbio de informações por meio de celulares. Sustentamos o seguinte argumento: para compreender as lógicas de ordenamento e controle percebidas em favelas no Rio de Janeiro após a “pacificação”, é necessário acompanhar as estratégias de investigação compulsórias que atravessam o cotidiano dos moradores. Concentramos as nossas atenções à iniciativa Alerta Santa Marta, um sistema integrado de três grupos de *WhatsApp* que reúne cerca de 700 moradores através de mensagens instantâneas em celulares. Descrições etnográficas sobre situações indeterminadas na favela Santa Marta ilustram como dispositivos de (contra)vigilância tornam possível perceber

¹ O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa (Processo no 2020/00670-0). Em conjunto, agradecemos por contribuições a versões anteriores deste artigo apresentadas na IV ISA Forum of Sociology e na 32a Reunião Brasileira de Antropologia – nesta, em especial às organizadoras Lucia Eilbaum e Flavia Medeiros. Por outras leituras e comentários, agradecemos a Alexandre Magalhães, Bianca Freire-Medeiros, Carly Machado, Denise Rodrigues, Fernanda Duarte, Lia de Mattos Rocha e Marcia Pereira Leite.

Recebido em 18 de janeiro de 2021.
Avaliador A: 05 de abril de 2021.
Avaliador B: 20 de abril de 2021.
Aceito em 19 de maio de 2021.



criticamente e produzir denúncias a partir de processos de investigação coletiva em torno de (i)mobilidades de corpos, objetos e informações nas “margens” urbanas.

Palavras-chave: Etnografia digital, Métodos móveis, Processos de investigação, Violência urbana, WhatsApp.

ABSTRACT

The purpose of this article is to map uses, critiques and controversies about (counter) surveillance *dispositifs* in favelas in Rio de Janeiro. (Counter)surveillance is a socio-technical dynamics based on two axis: institutional *surveillance dispositifs*, such as police câmeras and drones, which implicate on community-based reactions through forms of counter-surveillance, such as the exchange of information through cell phones. We argue that in order to understand the logic of ordering and control in favelas in Rio de Janeiro after the “pacification”, it is necessary to pursue research methods that integrate with the daily routines of local residents. We examined the Alerta Santa Marta initiative - an integrated system of three WhatsApp groups that gathers around 700 residents through instant messaging. We provide an ethnographic analysis of indeterminate situations in the Santa Marta favela to illustrate how (counter)surveillance *dispositifs* denounce and produce a critique of processes around (i)mobility of bodies, objects and information on urban “margins”.

Keywords: Digital ethnography, Mobile methods, Investigation processes, Urban violence, WhatsApp.

INTRODUÇÃO

“E aí meu povo? Já acabamos de tirar foto ali das escadas coloridas. Foi a gente da comunidade aqui mesmo que fotografou, ok? Foram 5 minutos. Fotografamos ali com o drone no pé da escada. O drone já desceu e já está até guardado. Beleza? Só para a galera não ficar assustada aí. Estamos juntos!” (Moderador do Alerta Santa Marta – Mensagem de voz/2019).

Antes de deslocar um drone ao céu para registrar fotografias aéreas da favela, o moderador da iniciativa Alerta Santa Marta decidiu enviar um áudio via *WhatsApp* avisando a cerca de 700 moradores sobre o que ocorreria nos próximos instantes. Assim que as fotos foram registradas, ele enviou a mensagem de texto que reproduzimos na epígrafe acima, informando que o drone já não estava mais no céu e que considerou importante ter avisado sobre o voo para “ninguém ficar assustado”.

Como interpretar a necessidade de um comunicado enviado via celular alertando sobre drones sobrevoando a favela? A situação está incorporada em um contexto urbano mais amplo em que discursos e representações relacionados ao campo da segurança pública são requalificados à medida que ocorre um desmonte do programa de governo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e a consequente (re)intensificação de conflitos territoriais armados na cidade do Rio de Janeiro (G1, 2018)². Desde a inauguração das primeiras UPPs, notamos um acúmulo de novas estratégias como consequência a formas de governo estabelecidas pela “linguagem da violência urbana”: a intensificação do uso de equipamentos militarizados, como munições e armamentos pesados, veículos e helicópteros blindados e tanques do Exército; e também de tecnologias de vigilância, tais como câmeras, celulares ou drones (MACHADO DA SILVA; MENEZES, 2019).

O monitoramento em favelas por agentes estatais e criminais não é algo novo. Contudo, nas últimas décadas, formas de vigilância se diversificaram. Atualmente, também envolvem moradores que, diante da percepção de que a favela está sendo permanentemente monitorada, também precisam aumentar a vigilância de si e do outro ao se moverem pelo território, conduzidos pela sensação de estarem constantemente vivendo em um “campo minado” (MENEZES, 2015). Essa expressão faz referência a um contexto em que todos precisam desenvolver estratégias, criar raciocínios lógicos e antecipatórios com o objetivo de antever e evitar a explosão das bombas que, no caso dos territórios “pacificados”, são os “momentos críticos” que podem terminar em “situações traumáticas”, envolvendo ações violentas tanto de policiais como de traficantes que colocam a vida dos moradores em risco (MENEZES, 2015).

O objetivo deste artigo é mapear usos, críticas e controvérsias em torno do que abordamos como *dispositivos de (contra)vigilância* em favelas no Rio de Janeiro³. O termo sintetiza dinâmicas sociotécnicas articuladas a partir de dois eixos. De um lado, *dispositivos de vigilância* como o uso de câmeras e drones que podem ser acionados tanto por agentes estatais como criminais para monitorar o território; de outro, formas comunitárias de *contra-vigilância*, como o intercâmbio de informações através de celulares, que envolvem principalmente moradores

2 G1. Entre as 9 comunidades com mais tiroteios no Rio, 4 têm UPPs; Cidade de Deus lidera. **G1**, Rio de Janeiro, 01 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/entre-as-9-comunidades-com-mais-tiroteios-no-rio-4-tem-upps-cidade-de-deus-lidera.ghtml> Acesso em: 01 mar. 2021.

3 Inspirados pelas reflexões de Foucault (1983), definimos dispositivos de vigilância como um arranjo produzido pelo cruzamento heterogêneo de relações de poder e saber entre elementos ditos e não ditos. Percebendo a multiplicidade de interpretações possíveis a partir do termo “dispositivo”, acompanhamos a possibilidade de pensá-los “[...] simultaneamente sob o ângulo das coerções que eles exercem e dos suportes que podem oferecer aos indivíduos para agir” (DODIER; BARBOT, 2017, p. 496).

que buscam evitar problemas com traficantes e policiais que atuam em seus territórios de moradia. Sustentamos o seguinte argumento: para compreender as lógicas de ordenamento e controle percebidas em favelas no Rio de Janeiro após a “pacificação”, é necessário acompanhar as estratégias de investigação compulsórias que atravessam o cotidiano dos moradores.

Nos concentramos em um dispositivo de contra-vigilância: o Alerta Santa Marta. Trata-se de um sistema integrado de três grupos de *WhatsApp* criado em novembro de 2018. Essa iniciativa de comunicação comunitária foi concebida por um empreendedor e líder comunitário da favela Santa Marta, localizada na Zona Sul da capital carioca. A criação do Alerta Santa Marta foi uma maneira de compartilhar informações e agir de maneira coletiva em relação a problemas e indeterminações no cotidiano da favela.

A iniciativa funciona da seguinte maneira: geralmente, o espaço de interações no *WhatsApp* fica interditado pelo moderador, para evitar que informações dispersas sejam postadas ou que pessoas escrevam assuntos que fogem dos objetivos centrais. No entanto, quando alguma situação indeterminada surge na favela, esse moderador é acionado por algum morador. De forma rápida, ele avisa o que está ocorrendo e abre o espaço de mensagens para discussão e debate. Os participantes passam a poder escrever livremente, enviar áudios, fotos e vídeos. Assim, inicia-se um “processo de investigação”⁴ coletiva com a problematização do que está ocorrendo, a apresentação de hipóteses e a realização de testes, até que a situação se estabilize e o moderador possa encerrar o espaço para discussão.

Após esta introdução, apresentamos a proposta metodológica utilizada para uma etnografia sobre a violência urbana envolvendo continuidades entre face a face e digital. Em seguida, caracterizamos como as lógicas de ordenamento territorial determinadas pela violência urbana implicam na produção do Alerta Santa Marta pela necessidade cotidiana de ampliar processos de investigação (DEWEY, 1938). Depois, debatemos a influência dos dispositivos de (contra)vigilância sobre experiências conformadas por (i) mobilidades em favelas “pacificadas” (CRESSWELL, 2010; FREIRE-MEDEIROS; LAGES, 2020). Na quinta seção, apresentamos a reconstrução etnográfica de uma situação na qual informações que circulam entre os celulares dos moradores da favela Santa Marta são determinantes para tomadas de decisão durante uma operação policial. Por fim, mostramos como analisar a iniciativa Alerta Santa Marta como um dispositivo de contra-vigilância abre portas para compreender as dinâmicas de controle estatal

4 Por “processo de investigação” compreendemos uma atividade que visa “[...] a transformação controlada ou dirigida de uma situação indeterminada em uma situação que é de tal modo determinada em suas distinções e relações constitutivas que ela converte os elementos da situação original em um todo unificado” (DEWEY, 1939, p. 104-5).

e criminal em “margens” urbanas (DAS; POOLE, 2004) e seus impactos em (i)mobilidades de corpos, objetos e informações.

INVESTIGAÇÕES ENTRE FACE A FACE E DIGITAL

Este artigo resulta de um trabalho etnográfico realizado tanto presencialmente na favela Santa Marta quanto de forma remota através do acompanhamento cotidiano da iniciativa Alerta Santa Marta. Assim como diversos pesquisadores que vêm refletindo sobre as continuidades entre relações face a face e interações imbricadas em mídias digitais, não trabalhamos com uma dicotomia entre *on-line/off-line* e partimos do pressuposto de que é impossível tratar um cenário digital como “autocontido e autônomo” (HORST; MILLER, 2012; MILLER; SLATER, 2000).

Quando usamos o termo “digital” estamos nos referindo a “[...] um conjunto heterogêneo e bastante amplo de objetos, ações e relações sociotécnicas” constitutivo da experiência cotidiana e, sobretudo, condicionado por marcadores sociais de classe, gênero, idade, “raça”, sexualidade, dentre outros (PARREIRAS; LINS; FREITAS, 2020, p. 2). Entendemos que não existe apenas “uma internet” para todas e todos. Por isso, é preciso pesquisar “[...] como diferentes grupos sociais se apropriam, vivenciam e conferem sentido aos dispositivos tecnológicos” (p. 2.). Mas como fazer isso?

Estudos da etnografia digital apontam para a necessidade de ampliar compreensões sobre o “estar lá” que caracteriza o fazer etnográfico (GEERTZ, 1998). Essa ampliação permite a formulação de abordagens metodológicas “multimodais” que explorem as sobreposições entre as interações face a face e as mediadas por aparelhos conectados à internet (ROBINSON; SCHULZ, 2009). Nesse sentido, nossa proposta metodológica foi formulada a partir de uma “dupla-inserção” atenta às necessidades compulsórias e sobrepostas entre face a face e digital para a investigação cotidiana em torno de uma gestão de riscos provocada pela violência urbana em favelas com UPPs.

De modo simultâneo, acompanhamos os nossos interlocutores em presença física e também registramos as interações e trocas de informações acontecendo no Alerta Santa Marta. Assim, nos aproximamos de uma condição vivenciada pelos demais participantes da iniciativa: experimentamos as continuidades entre o intercâmbio de informações via *WhatsApp* e as estratégias do dia a dia para deslocamentos em um ambiente tensionado pela violência. Este arranjo pode ser considerado uma adaptação criativa desde a “etnografia digital” em direção a técnicas

de pesquisa que compreendem o movimento em si como elemento fundador da vida social.

A “dupla-inserção metodológica” conduzida para a realização da presente pesquisa é inspirada por “métodos móveis” pela atenção ao modo como nexos entre mobilidades moldam ordens de relações sociais, econômicas e políticas (BÜSCHER; URRY, 2009). Com enfoque aos processos de investigação sobre a violência urbana para deslocamentos cotidianos, constatamos que apropriações de tecnologias de comunicação e internet móvel (DE SOUZA E SILVA; SHELLER, 2014) produzem formas de “[...] subjetividades específicas por meio das práticas cotidianas de movimento” (BÜSCHER; VELOSO, 2018, p. 138). Seja por interpretações de ameaça ao observar drones policiais no céu, ou restrições pelo manuseio de celulares na favela, composições entre o movimento de corpos, informações e objetos em territórios com UPPs constituem desigualdades qualificáveis entre práticas, experiências e significados de uma “política das mobilidades” (CRESSWELL, 2010).

Enquanto pesquisadores, nossa participação no Alerta Santa Marta foi eticamente acordada com o moderador da iniciativa e condicionada à assistência técnica a necessidades de organização e produção de dados para uso de lideranças locais. Esse comprometimento se formou a partir de interlocuções de pesquisa estabelecidas com variados atores sociais a respeito de experiências na favela Santa Marta após a inauguração das UPPs (ver MANO, 2020 e MENEZES, 2015)⁵. Em contrapartida, orientados por princípios da observação-participante (VALLADARES, 2007), temos a possibilidade de produzir análises sócio-etnográficas sob o compromisso de manter o anonimato das informações compartilhadas pelos participantes.

Desdobramos este trabalho seguindo a estratégia teórico-metodológica proposta por Christine Hine (2015): analisamos o Alerta Santa Marta a partir de triangulações entre as nossas percepções de pesquisa, as interlocuções dos participantes no ambiente observado e as entrevistas em profundidade com informantes. Evidenciamos que: a) a iniciativa é *incorporada* em várias molduras contextuais, instituições e dispositivos; b) a experiência de usá-la é *corporificada* e, conseqüentemente, altamente pessoal; c) o seu uso é *cotidiano* e frequentemente tratado como uma infraestrutura normal e mundana, a menos que algo significativo dê errado (HINE, 2015, p. 32)⁶. Examinamos também o conteúdo de informações trocadas através da iniciativa:

5 Iniciadas em 2009 e 2015, nossas pesquisas envolveram a observação-participante da vida cotidiana da favela com base no acompanhamento de situações como reuniões comunitárias, passeios turísticos e eventos locais. Em diferentes momentos, realizamos entrevistas em profundidade com moradores, lideranças comunitárias, policiais e turistas.

6 No original: *embedded, embodied e everyday*. Nesse caso, e em outras citações distribuídas ao longo do texto, adotamos as traduções publicadas recentemente na revista *Cadernos de Campo* (ver HINE; PARREIRAS; LINS, 2020).

fotografias; vídeos; áudios e pequenos textos (avisos, rumores, ameaças, trechos de conversas e narrativas curtas).

Refletir sobre o Alerta Santa Marta significa necessariamente interpretar o contexto de violência urbana no qual ele está inserido. A interação estabelecida por *WhatsApp* a partir de um drone no céu da favela nos convida a “colocar as coisas no contexto” para interpretar os usos sociais dessa iniciativa via celulares (MILLER; SLATER, 2004). Isso significa assumir que, para interpretar os significados do Alerta Santa Marta para os seus participantes, devemos considerar as lógicas de ordenamento e controle urbano que envolvem a vida cotidiana na favela. Envolvendo tanto atores estatais como criminais, damos ênfase a um contexto marcado por dinâmicas de múltiplos monitoramentos, consequentes da política de “pacificação”, que suscitam o uso de celulares para investigações de uma gestão de riscos para deslocamentos cotidianos. Essas investigações ocorrem cotidianamente, mas se intensificam em momentos, como em operações policiais, nos quais se mover pela favela pode significar o risco de perder a vida.

“FOCO NA INFORMAÇÃO PARA AJUDAR TODO MUNDO”

A inauguração do novo programa de segurança pública na favela Santa Marta, no fim de 2008, foi acompanhada pela instalação de câmeras de vigilância policial em diversos locais de circulação. Em setembro de 2009, o então relações-públicas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro explicou que os equipamentos seriam parte de “um projeto pioneiro, de caráter experimental” que acabou sendo implementado em outras favelas com UPPs (EXTRA, 2010)⁷.

As novas formas de monitoramento do território suscitaram preocupações para os habitantes desses territórios: as câmeras poderiam filmar dentro das residências? Como manter a privacidade dos lares em meio às novas tecnologias de vigilância na favela? Como confiar nos policiais responsáveis pelo manejo dos equipamentos? Suspeitas repercutidas em torno de capacidades de giros de 360 graus e um forte poder de aproximação em *zoom* das câmeras estimularam moradores a organizar reuniões para debater sobre o tema. Em uma dessas rodas de conversa, uma moradora definiu que as câmeras instaladas na favela não eram “de segurança”,

⁷ EXTRA. Polícia Militar vai instalar câmeras de monitoramento no Santa Marta. *Extra*, 10 dez. 2010. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/policia-militar-vai-instalar-cameras-de-monitoramento-no-santa-marta-321063.html> Acesso em: 12 abr. 2021.

mas “de vigilância”⁸. Ela se mostrou incomodada com o fato de pessoas de outras partes da cidade considerarem que a presença de câmeras nesses territórios significava o mesmo que a presença de equipamentos de vigilância em prédios e condomínios no “asfalto”. Nas palavras dela:

Para mim só mudou o comando [...] Outro dia um amigo falou que agora eu estou morando num condomínio fechado. Ele falou que gostaria que colocassem câmera no prédio dele. Daí não me aguentei e falei para ele: “a diferença é que as imagens da câmera do seu prédio iriam para a central do condomínio, e qualquer condômino poderia ter acesso se quisesse; já as imagens de nossas câmeras vão para a central de segurança pública”. Eu não sou a favor de bandido, só porque sou contra câmera. Não venha me dizer que é câmera de segurança, porque o que colocaram aqui foi câmera de vigilância! (Moradora da favela Santa Marta – Roda de Conversa/2009).

Alguns anos após a inauguração das UPPs, notícias de jornal passaram a apontar que jovens ligados ao comércio varejista de drogas também instalaram câmeras de vigilância dentro de territórios “pacificados”, como a Rocinha, para monitorar a circulação dos policiais pelo território⁹. Além de usarem câmeras de vigilância, traficantes passaram a usar com mais frequência não só “radinhos”, mas também aparelhos de celular para monitorar os fluxos de circulação pelas favelas. Nesse mesmo contexto, policiais das UPPs passaram a considerar que ter um celular em mãos durante o trabalho é tão importante quanto ter uma arma, uma vez que em muitas dessas regiões o rádio transmissor não funciona. O celular passou a ser, então, a “arma” usada quando precisam comunicar ocorrências aos colegas de trabalho ou mesmo tirar fotos de situações suspeitas.

Circunscritos neste ambiente tensionado, moradores também passaram a usar seus celulares para mapear coletivamente os riscos e as possibilidades de circulação cotidiana pela favela (MENEZES, 2015). Esse mapeamento, em um primeiro momento, era feito de forma individual através de ligações para parentes e amigos ou mesmo através de trocas de mensagens pagas via celular. A popularização do uso da internet móvel, contudo, facilitou e barateou essa troca de informações e possibilitou que ela passasse a ser feita de forma mais coletiva e rápida.

Iniciativas digitais voltadas especialmente para troca de informações sobre a violência

8 Roda de conversa organizada pelo Grupo ECO que comparava o território da favela com um *reality show* televisivo em que os participantes são submetidos a um período de confinamento e vigilância 24 horas por dia. “Reflexões descritivas sobre a relação entre o “Big Brother Santa Marta”. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Big_Brother_Santa_Marta. Acesso em: 12 abr. 2021.

9 EXTRA. Traficantes têm central de monitoramento via internet para acompanhar movimentação de PMs na Rocinha. *Extra*, 20 set. 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/traficantes-tem-central-de-monitoramento-via-internet-para-acompanhar-movimentacao-de-pms-na-rocinha-21845036.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

urbana e o cotidiano das favelas já existiam na plataforma *Facebook*, mas ganharam força e passaram a proliferar no aplicativo *WhatsApp* durante os últimos anos. Principalmente após operadoras de telefonia móvel oferecerem planos com envio de mensagens pelo aplicativo sem custo. Em uma escala ampliada, ocorre uma multiplicação de plataformas colaborativas que funcionam para registrar, consolidar informações e divulgar a ocorrência de eventos de violência urbana em cidades brasileiras, tais como os projetos “Fogo Cruzado” e “Onde Tem Tiroteio” (BUGS; BORTOLLI, 2018, p. 6-9).

A iniciativa Alerta Santa Marta surge incorporada nesse contexto, e suas apropriações devem ser interpretadas como uma necessidade relacionada às lógicas de ordenamento sob a qual os participantes estão inseridos. O Alerta Santa Marta pode ser compreendido como um dispositivo que facilita e amplia as possibilidades de realização de “processos de investigação” coletiva sobre a favela (DEWEY, 1938).

A lógica de funcionamento é simples: quando alguma mudança no cotidiano é percebida, os participantes recorrem aos celulares para investigar coletivamente o que pode estar ocorrendo. O nível médio de interações no Alerta Santa Marta é de 150 mensagens diárias. Contudo, quando surge alguma situação extraordinária, esse volume pode triplicar – sinalizando a ocorrência de investigações coletivas pelo *WhatsApp*. Esses processos envolvem situações muito diversas, e é comum que discussões sejam abertas em torno de temáticas ordinárias: “Alguém mais está sem água na torneira de casa?”, “Pessoal, sabem me dizer se o plano inclinado está funcionando hoje?”, “Ouvi um barulho alto no morro. Será que foi a caixa de energia elétrica?” são provocações recorrentes pela possibilidade de alcançar cerca de 700 pessoas que vivem provavelmente acompanhadas por outras pessoas em suas residências na favela (MANO, 2020).

Em entrevista concedida a nós, em 2020, o moderador da iniciativa indica que o Alerta Santa Marta possibilita novas formas de comunicação comunitária e processos coletivos de investigação que fortalecem conexões externas à favela, como o envio de informações a jornalistas a partir de mídias digitais:

A criação do projeto sanou uma grande problemática comunitária da gente, que era a questão da comunicação. O contexto do Alerta Santa Marta é os moradores poderem se ajudar de forma geral e coletiva. Já achamos cachorro perdido; já achamos criança que se perdeu, já reunimos gente que não se via há mais de 50 anos. Encontramos gente perdida do norte do país que achou a família aqui. Além disso, a gente consegue gravar as matérias para a mídia com moradores mandando vídeo pelo *WhatsApp* mesmo. O vídeo já chegar, você já enviar para os jornalistas e a matéria já entrar no ar sem ninguém precisar sair de casa. Uma coisa revolucionária, sabe? (Moderador do Alerta

Santa Marta – Entrevista/2020).

Conforme os participantes do Alerta Santa Marta explicitam coletivamente em interações mediadas por celular um cuidado adicional pela necessidade de (re)atualizar informações via celular como uma forma de mapear problemas, ameaças e riscos cotidianos na favela, um “estar alerta” se manifesta como um estado subjetivo de permanente atenção às reconfigurações e cálculos sobre deslocamentos cotidianos. Quando estão saindo para o trabalho, para levar e buscar crianças na escola, para práticas de lazer ou quaisquer outros tipos de atividade, há um consenso coletivo em torno de uma expressão muitas vezes repetida pelos participantes da iniciativa: “foco na informação para ajudar todo mundo”.

Interações coletivas pelo aplicativo *WhatsApp* se tornaram importantes mecanismos de formação política em escalas transnacionais ao longo da última década (CESARINO, 2020; EVANGELISTA; BRUNO, 2019). Entre as múltiplas interações estabelecidas através do Alerta Santa Marta envolvendo variadas dimensões da vida na favela, damos enfoque analítico aos desdobramentos relacionados à violência urbana. Neste sentido, o moderador da iniciativa indica que ações coordenadas por meio de contra-vigilâncias possibilitadas pelos celulares convertem críticas coletivas em causas e denúncias públicas a partir de compreensões em torno de uma “luta por direitos” (EILBAUM; CHAGAS; MEDEIROS, 2019):

Hoje o morro está mais tranquilo por conta da problemática da violência por causa do Alerta Santa Marta. Não é um trabalho só meu, é do grupo que a gente conseguiu mobilizar. Tá invadindo casa de morador? Filma. Mandaram vídeo de que um policial estava na laje de morador e a gente cobrou. Eu falei “grava escondido”. Moradores pegaram celular, gravaram escondidos e a gente divulgou na televisão também. (Moderador do Alerta Santa Marta – Entrevista/2020).

A integração em torno do Alerta Santa Marta como novo canal de comunicação comunitária resultou na composição de registros e argumentos em um momento em que violentas operações policiais vinham ocorrendo de maneira incessante. Críticas ao comando das UPPs foram estabelecidas a partir do “foco na informação” pela consolidação de uma coordenação de ações entre indivíduos e objetos a partir do Alerta Santa Marta: 1) os moradores filmam condutas policiais irregulares e compartilham via *WhatsApp*; 2) o moderador do Alerta Santa Marta acessa esses registros de moradores e envia para outros contatos; 3) os repórteres e jornalistas recebem esse material e divulgam em noticiários de grande circulação.

Para além de auxiliar um monitoramento coletivo, apropriações sobre o Alerta Santa Marta também potencializam interações que ultrapassam a dimensão física da favela. Por sua

natureza digital, é desenvolvida a possibilidade de fortalecer conexões e influências que estão para além das fronteiras socioespaciais do território – ocasionando em reconfigurações em performances políticas a partir de seus usos e consequências (ver MANO; MENEZES, [2021?]). Nos últimos meses de 2018, o engajamento de participantes do Alerta Santa Marta em organizar protestos e acionar a cobertura de veículos de imprensa culminou em uma reunião com quase 200 moradores em contato com representantes da Polícia Militar.

Em resumo, a iniciativa Alerta Santa Marta funciona como um dispositivo de contra-vigilância acionado por moradores de favela em um contexto de (re)intensificação da violência urbana. Assim como policiais e traficantes envolvidos em disputas territoriais, moradores também entenderam que, para “navegar” (VIGH, 2009) pelos territórios “pacificados”, seria necessário (re)atualizar de modo constante um mapeamento das condições possíveis ou prejudicadas de circulação cotidiana. A partir desse mapeamento, moradores tentam se deslocar pelo território da forma menos arriscada possível e, além disso, organizam denúncias quando arbitrariedades policiais ocorrem.

Contudo, embora o intercâmbio de informações mediado por celulares ofereça suporte a novas modalidades de ação, crítica e denúncia coletiva a partir de processos de investigação, é fundamental dar ênfase às variadas formas de uso e às coerções sobre experiências pessoais e cotidianas de acionamento desses dispositivos de (contra)vigilância.

“EU NÃO ME ESCONDO PORQUE NÃO DEVO NADA. MAS O POVO SE ESCONDE QUANDO VÊ O DRONE”

Para compreender a necessidade de uma mensagem enviada ao grupo de moradores via celular para alertar sobre um drone sobrevoando a favela, devemos analisar de que formas os dispositivos de (contra)vigilância influenciam experiências de deslocamento pelo território da favela. Falamos em “formas” no plural porque o modo como cada pessoa aciona e usa o Alerta Santa Marta pode variar bastante.

Informações compartilhadas por *WhatsApp* têm implicações pessoais e bastante variadas por serem elementos determinantes para a movimentação cotidiana em favelas. Interações que ocorrem a partir do Alerta Santa Marta estão integradas a experiências corporificadas à medida que, durante uma situação de risco efetivo ou potencial, recorrer ao celular oferece subsídios para decisões vitais de locomoção, como correr até um lugar seguro, esperar por novas

informações ou decidir ficar em casa.

Formas de “leitura do clima” (CAVALCANTI, 2008, p. 45) ocorrem em torno de códigos tácitos, ou elementos visuais e sonoros, em temporalidades antecipatórias sobre riscos à integridade física. Ameaças constantes de “momentos críticos” inesperados levam moradores de favelas a desenvolver capacidades interpretativas e sensoriais baseadas em investigações face a face para averiguar os riscos de eclodir um tiroteio durante seus deslocamentos cotidianos. Essa interpretação é desempenhada a partir de percepções sobre jogos de presenças ou ausências, expressões ou comportamentos que comuniquem tensão, e mesmo ruídos ou silêncios que podem indicar riscos situacionais.

Mediada por dispositivos de (contra)vigilância, a mensagem de *WhatsApp* que abre o presente artigo – enviada por celular para informar que não seria necessário “ninguém ficar assustado” com a presença de um drone no céu da favela – pode ser explicada por uma ampliação sensorial desta legibilidade compulsória sobre tiroteios. Táticas de múltiplas vigilâncias configuram o céu da favela como uma condicionante adicional aos processos de “leitura do clima”: ao sobrevoarem o território da favela conduzidos por objetivos estratégicos como o mapeamento de movimentos e o compartilhamento de imagens, os sons do patrulhamento aéreo de hélices motorizadas ou zumbidos de drones são elementos adicionais a serem percebidos e compartilhados em antecipações de situações perigosas. Qualificações dessas capacidades de “leitura do clima” a partir do céu da favela foram relatadas a uma de nós por um morador da Cidade de Deus:

Agora eles (policiais) usam vários tipos de coisa. A polícia bota o drone muitas das vezes quando é dia de baile. Muitas vezes no final de baile de manhã tem drone. À noite dá para ver melhor que o drone está voando porque ele pisca. [...] Eu não me escondo porque não devo nada. Mas o povo se esconde quando vê o drone. [...] Tem também o helicóptero azulzinho, que a gente chama de X9, que também fica voando, filmando lá os moleques. [...] O águia passa lá só quando tem trocas de tiros. Passa lá dando uns rasantes sinistros. Dá até medo. O águia é da PM [Polícia Militar]. Do Bope é o caveirão voador. Até o barulho dele é diferente. Geral tem medo dele. Aquele aqui quando passa tem *sniper* ficam ali só apontando. Quando tem operação, o Bope que vem. E eles entram metendo bala [...]. Os caras (do tráfico) revidam no baixo, no alto não. Revida e vai embora. (Morador da Cidade de Deus – Entrevista/2019).

Perspectivas que compreendem os fenômenos urbanos como sistemas combinados de mobilidades – em dimensões físicas, virtuais, comunicativas e imaginativas, e dependentes de infraestruturas (URRY, 2007; FREIRE-MEDEIROS; LAGES, 2020) – são favoráveis para observarmos a influência de dispositivos de (contra)vigilância sobre experiências de vida em territórios com UPPs. Interdependências entre (i)mobilidades são perceptíveis na situação apre-

sentada: a circulação de uma mensagem informa que o drone é conduzido por um morador da favela, e as pessoas não precisam permanecer abrigadas e imóveis. Relações entre informações e corpos estabelecidas ao redor de objetos indicam uma motivação central dos processos de investigação via celular durante operações policiais: a possibilidade de se movimentar em segurança pela favela.

Determinantes em processos de investigação cotidianos para deslocamentos em favelas, a influência de dispositivos de (contra)vigilância pode ser caracterizada a partir de ambivalências entre práticas, experiências e significados dos movimentos cotidianos (CRESSWELL, 2010). Em dinâmicas em que a internet móvel é apropriada como um instrumento para enriquecer compreensões sobre formas de agir no cotidiano, a circulação de informações passa a estar intimamente relacionada à (i)mobilidade de determinados corpos. Contudo, embora indicações sobre drones a partir de mensagens compartilhadas por celular possam informar a necessidade (ou não) de proteção, outras experiências mediadas por tecnologias representam novas preocupações para os usuários.

Manusear celulares em territórios com UPP pode representar riscos devido a um histórico de governo dos pobres urbanos, justificado por uma falsa ideia de favelas cariocas estarem alinhadas em lados opostos à sociedade formal numa “guerra” urbana (LEITE, 2014; MAGALHÃES, 2021). Iniciativas de intercâmbio de informações via *WhatsApp* são criminalizadas e passam a representar transtornos para seus usuários à medida que sua existência é apontada como evidência de uma configuração em que favelas e seus habitantes são considerados os responsáveis pela violência urbana que acomete a cidade. A política de “pacificação” representa novas modalidades de controle a partir destes ideias de “guerra”, principalmente por uma territorialização que requalifica formas de suspeição e letalidade sobre determinados corpos (BARROS; FARIAS, 2017).

Experiências de deslocamento são um ponto central nesta análise porque não é incomum que moradores sejam abordados enquanto caminham pelas ruas de territórios “pacificados” para que o conteúdo de informações em seus celulares seja revistado – seja por policiais ou por traficantes¹⁰. Por exemplo, Patrícia Lânes Souza (2017) relata experiências acumuladas em torno de um coletivo local a partir de uma etnografia realizada no Complexo do Alemão. Os participantes responsáveis pela condução de atividades de monitoramento coletivo e denúncia

10 Segundo uma reportagem do *G1*, traficantes da Rocinha estariam revistando moradores em busca de mensagens de celular que possam revelar quem delata o tráfico. Relatos semelhantes foram ouvidos por uma de nós na Cidade de Deus. *G1*. Traficantes revistam moradores da Rocinha em busca de delatores. *G1*, 20 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/traficantes-revistam-moradores-da-rocinha-em-busca-de-delatores.ghtml> Acesso em: 12 abr. 2021.

de violações policiais via celular eram continuamente ameaçados por acusações de conivência com o tráfico de drogas – presencialmente, por redes sociais ou mesmo em comentários de matérias jornalísticas sobre o grupo (SOUZA, 2017, p. 248).

Em outro caso, usos de celular relacionados à circulação de informações para garantir deslocamentos em segurança levaram um morador de favela a uma imposição de absoluta imobilidade: mensagens enviadas por *WhatsApp* foram coletadas como evidências para o encarceramento de DJ Rennan, organizador do popular baile *funk* “Baile da Gaiola” no Complexo da Penha, na Zona Norte da cidade¹¹. Notícias sobre essa prisão se acumularam a múltiplos rumores sobre moradores de favelas do Rio de Janeiro que teriam sofrido agressões de policiais por se recusarem a fornecer a senha de acesso ao conteúdo de seus celulares.

Em sincronia a esta preocupação relacionada à ordem institucional, pudemos notar pelo Alerta Santa Marta que há significativa hesitação dos participantes em compartilhar informações que façam referências ao posicionamento de agentes criminais na favela. Embora não falem abertamente sobre isso, os moradores parecem fazer um cálculo do que devem ou não publicar no *WhatsApp* levando em consideração possíveis represálias que possam sofrer.

Outro cálculo que os participantes precisam fazer é em relação ao que pode ou não ficar armazenado no celular. Em um exercício reflexivo, moradores precisam antecipar o que geraria problemas para eles em uma possível “dura” para, assim, decidir o que precisa ser deletado. O próprio moderador do Alerta Santa Marta com frequência orienta que os participantes mantenham o hábito periódico de deletar o histórico de mensagens nos celulares. Ele alerta que a atenção em relação ao histórico de mensagens gravado no celular deve ser redobrada principalmente quando moradores precisam se deslocar pela favela em períodos de maior tensão e recorrência de conflitos armados.

Achille Mbembe (2016) define que formas de necropolítica são baseadas em racionalidades que normatizam a distribuição não igualitária de direitos de sobrevivência e incidem sobre corpos, territórios e formas de vida racializados. Através de técnicas de repressão em múltiplas dimensões – ora pelo uso de veículos blindados, helicópteros ou drones, ora por invasões de privacidade, revistas vexatórias ou prisões pelo uso de celulares – se torna explícita a instauração em favelas de uma lógica formal de confinamento, controle e regulação de

¹¹ Conforme reportagem do jornal *O Dia*, uma testemunha afirmou que o teor das informações compartilhadas por *WhatsApp* eram mensagens como “o Caveirão está subindo pela Rua X” ou “a equipe [policial] está perto do ponto tal”. O DIA. Confira os motivos que levaram desembargadores a determinar prisão de Rennan da Penha. *O Dia*, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/03/5629950-confira-os-motivos-que-levaram-desembargadores-a-determinar-prisao-de-rennan-da-penha.html> Acesso em: 12 abr. 2021.

determinados corpos, sem que seja indispensável a existência de muros. São convertidos em inimigos institucionais os sujeitos mais interessados em buscar instrumentos informais para efetuar mapeamentos de riscos, evitar a proximidade com confrontos e, no limite, garantir a própria sobrevivência.

Incorporados à experiência cotidiana a partir de um contexto de vigilâncias em favelas, objetos como drones e celulares mediam regulações em experiências corporificadas de moradores desses territórios. Perceber que o sobrevoo de drones policiais em favelas é normativo enquanto o intercâmbio de informações via celular de moradores é criminalizado nos esclarece uma controvérsia: dispositivos sociotécnicos que possibilitam exercícios de vigilância são considerados ameaças à ordem urbana apenas quando usados em determinados territórios. Principalmente porque expressam desigualdades a partir de interdependências entre (i) mobilidades de corpos e informações: determinados indivíduos não podem ter o direito de acessar ou compartilhar informações de segurança a respeito de suas práticas de deslocamento (BÜSCHER; VELOSO, 2018).

Entretanto, preocupações pessoais relacionadas aos usos do Alerta Santa Marta não impedem que a iniciativa seja um suporte fundamental para a orientação de ações cotidianas na favela. Dispositivos de (contra)vigilância são determinantes para processos de investigação e experiências de (i) mobilidade uma década após a inauguração das UPPs. Pretendemos demonstrar esse argumento a partir da etnografia de uma operação policial pela perspectiva do Alerta Santa Marta.

“ACORDEI COM UM DRONE NA MINHA JANELA”

Durante as primeiras horas de uma manhã qualquer na favela Santa Marta, é possível notar uma rotina de intensa circulação de pessoas pelas esquinas, becos e vielas. Em caminhadas apressadas, iniciando suas jornadas diárias em torno das 6h00, um grande grupo de moradores circula pelas duas principais vias de acesso da favela. Mulheres e homens movimentam-se preocupados com o deslocamento e o trânsito: precisam chegar a tempo nos pontos de ônibus, metrô ou vans e cumprir horários estipulados por compromissos em diferentes partes da cidade. Aproveitando a compatibilidade de horários, muitos saem junto com crianças que acompanham esse mesmo ritmo devidamente disciplinado rumo a suas creches ou escolas.

Em uma manhã de janeiro de 2019, essas rotinas apressadas foram intensificadas por

uma acelerada troca de informações em um dos grupos de *WhatsApp* que constitui o Alerta Santa Marta. Às 7h10, um moderador abriu o canal para discussões postando a seguinte mensagem: “Bom dia! Moradores relatando que ouviram tiros e estão apreensivos para descer pro trabalho. Tá acontecendo algo?”. Esse questionamento dá início a um encadeamento instantâneo de interações que, conjugadas entre relatos de pessoas em diferentes localizações, produz uma investigação coletiva das movimentações em curso na favela. A continuidade de relatos informava sobre um momento crítico: estava prestes a acontecer uma incursão da Polícia Militar. Naquele momento, havia nas entradas da favela diversas viaturas policiais e agentes da segurança pública enfileirados e com suas armas em punho, aguardando ordens para começar a incursão. Ao mesmo tempo, participantes supunham que olheiros de organizações do tráfico local já acompanhavam a movimentação e, a partir de mensagens em seus celulares, informavam seus pares sobre a urgência de “ficar na atividade”.

Percebendo os perigos pela movimentação policial comunicada através do Alerta Santa Marta, moradores interrompem suas rotinas e deslocamentos devido à súbita necessidade de confinamentos forçados para proteção e gestão dos riscos tanto de si quanto de seus familiares, vizinhos e conhecidos. Em tentativas de prever a duração e os perigos da operação policial que estava prestes a ocorrer, mensagens trocadas pelo *WhatsApp* tratavam de descrever o aparato militarizado e de vigilância mobilizado pelos policiais:

[JAN/19 – 7:13]: “acordei com um drone na minha janela”

[JAN/19 – 7:13]: “tem PMs aqui na UPP que não funciona mais... Estão com drone filmando. Um drone preto”

[JAN/19 – 7:14]: “o caveirão já está aqui no ponto de ônibus da [rua] voluntários”.

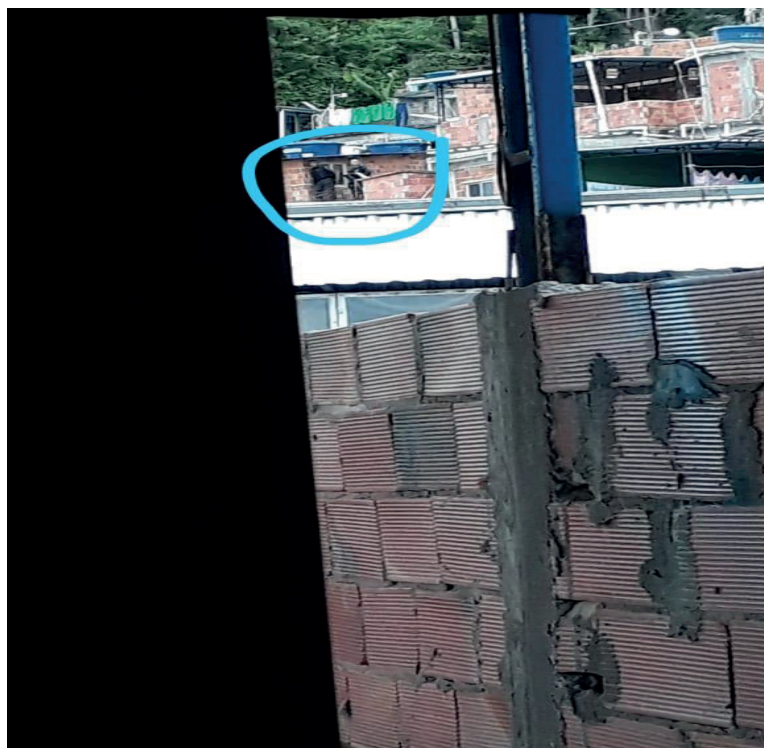
Desde 2018, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da Polícia Militar do Rio de Janeiro vem utilizando drones securitários – dispositivos aéreos equipados com câmeras, cujo controle remoto oferece a capacidade de monitoramento, vigilância e uma nova forma de presença policial sobre o território de favelas¹². Assim como outros aparatos policiais, tais como veículos e helicópteros blindados conhecidos como “caveirões”, os drones militarizados são percebidos como prenúncio de uma violenta interrupção de rotinas cotidianas pela ameaça

12 Em algumas favelas, a Polícia Militar do Rio de Janeiro passou a usar drones para mapear a atuação do tráfico. Traficantes, por sua vez, também passaram a usar drones para mapear ação da polícia e de facções rivais. Há notícias, ainda, que organizações de milícia também estariam usando a mesma tecnologia para monitorar tanto a atuação de policiais quanto a de traficantes. EXTRA. Drone da milícia, consórcio do tráfico: os bastidores da guerra pela Praça Seca. *Extra*, 23 ago. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/drone-da-milicia-consorcio-do-trafico-os-bastidores-da-guerra-pela-praca-seca-24601004.html>. Acesso em: 01 mar. 2021

de um confronto armado. Como mencionou um participante do Alerta Santa Marta, a utilização desses dispositivos de vigilância é um componente adicional de insatisfação com as modalidades de presença da polícia na favela: “já bastam os helicópteros, mas agora o mosquitinho voador agora vai ficar olhando para nossa casa? Tenho vontade de destruir um bicho desses”.

Por outro lado, interações de contra-vigilância a partir do Alerta Santa Marta ampliam possibilidades de investigação coletiva em situações indeterminadas a partir de mapeamentos, críticas e denúncias por meio de informações compartilhadas via aplicativos em celulares. Em um momento da manhã, os participantes ficaram impressionados após alguém compartilhar um registro fotográfico destacando que policiais invadiram uma residência e subiram para se posicionar estrategicamente e efetuar disparos da laje:

Figura 1. Registro de policiais posicionados em uma laje na favela para efetuar disparos.



Fonte: Alerta Santa Marta (2019).

Em outro momento, um drone da Polícia Militar estava percorrendo o céu em movimentos ágeis quando, possivelmente por uma falha em sua condução remota, foi ao encontro de algumas árvores e caiu. Enquanto agentes policiais estariam recebendo informações em seus rádios sobre a desativação do drone, um participante do Alerta Santa Marta enviou uma mensagem dizendo que havia localizado o equipamento: “o drone da polícia caiu entre as árvores aqui

bem perto da minha casa”. Enquanto algumas pessoas não acreditavam no que era relatado, outros participantes confirmavam a mesma informação. Entre (contra)vigilâncias mediadas por celulares e drones, o dispositivo de vigilância institucional utilizado para monitorar a movimentação das pessoas na favela estava sendo contra-vigiado pelos moradores a partir da iniciativa de comunicação comunitária.

Acompanhando o frenético ritmo de mensagens com relatos oriundos de várias localizações, os participantes do Alerta Santa Marta iniciam uma sequência de ações possíveis: recalcular a rotina de deslocamentos com base no mapeamento disponível; ajustar suas estratégias para proteção durante eventuais tiroteios; registrar situações de abuso para produzir denúncias; e discutir sobre outras possibilidades de agência. Poucos instantes após o início da operação policial, os relatos passam a informar sobre ações ilegais praticadas pelos policiais em incursão:

[JAN/19 – 7:20]: “eu acabei de passar por algo horrível, eu estava indo na padaria comprar pão e quando cheguei eles botaram o fuzil na minha cara”,
 [JAN/19 – 7:20]: “estão na frente da associação [de moradores] parando quem desce ou sobe... descí pra trabalhar, eles não me deixaram continuar”
 [JAN/19 – 7:20]: “estão aqui no cantão quebrando garrafas de cerveja no chão”.

Múltiplas temáticas vão atravessando o *WhatsApp* em meio aos relatos e às informações. Moradores compartilham insatisfações relacionadas aos prejuízos pela interrupção de suas rotinas. São mencionados problemas como atrasos para o trabalho, entrevistas de emprego canceladas e agendamentos médicos perdidos, entre outros compromissos que não poderiam mais ser cumpridos. Crianças são impossibilitadas de frequentar suas aulas e têm seus processos de aprendizagem prejudicados. Há diversos relatos de mães nervosas pela exposição de crianças ao risco, ao medo e às experiências traumáticas da violência. Efeitos de terror que se acentuam pelo acompanhamento de registros que comprovam comportamentos criminosos por parte dos agentes do Estado:

[JAN/19 – 7:33]: “acabaram de vir aqui na minha casa. Gritaram comigo. Eu estava com minhas duas filhas no banheiro.
 [JAN/19 – 7:33]: “absurdo! eu acabei de acordar com a polícia dentro da minha casa, entrou aqui falando que tinha alguém pulando a laje”
 [JAN/19 – 7:34]: “Tem um menino sendo espancado ali perto da casa da minha avó. Tem uns cinco policiais ao redor dele e batendo bastante”.

Engajados pela necessidade de conscientização dos participantes sobre o reconhecimento de seus direitos sociais, diversas lideranças locais passam a interagir pelo *WhatsApp* compar-

tilhando informações úteis. Por exemplo, o moderador da iniciativa aconselha aos participantes que tiveram casas invadidas ou celulares violados que registrem “o que for possível”, porque um repórter da Rede Globo já estaria em deslocamento até a favela. Ainda no noticiário da manhã, seria veiculada uma reportagem denunciando as infrações cometidas por agentes policiais. Também são compartilhados contatos de representantes da Ouvidoria da Defensoria Pública/RJ e imagens informativas produzidas pela iniciativa DefeZap¹³:

Figura 2. Imagens informativas da campanha Traduzindo Direitos, promovida pela iniciativa DefeZap.



Fonte: Página do DefeZap no *Facebook* (2016). Disponível em: <https://www.defezap.org.br/> Acesso em: 12 abr. 2021.

Após a distribuição de materiais informativos da campanha Traduzindo Direitos, os participantes têm a possibilidade de acessar, em seus próprios celulares, descrições simplificadas de trechos da Constituição Federal que asseguram direitos habitualmente infringidos por policiais. Entre eles, a invasão de casas, constrangimentos ilegais e apreensões de documentos. Com destaque sobre o uso de celulares, há informativos sobre a violação de privacidade nos aparelhos e a detenção de pessoas por estarem filmando as operações policiais.

Por fim, as pessoas tentam permanecer seguras enquanto aguardam o fim da operação

¹³ Desenvolvido pelo laboratório de ativismo “Nossas” e financiado pela Open Society Foundation, DefeZap é um serviço de denúncias de violência de Estado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Através de um número de *WhatsApp*, qualquer pessoa pode enviar denúncias de violações cometidas por agentes públicos. Desde 2019, o atendimento ao público foi suspenso.

em curso. A depender do dia, a situação poderia continuar por mais 10 minutos ou por mais algumas horas. Finalizando essa sequência de interações, que contempla breves instantes do início de uma manhã, destacamos uma afirmação exaltada pelos diversos participantes da iniciativa:

[JAN/19 – 7:45]: “meu Deus que situação constrangedora a gente acaba passando. Parece que voltamos no tempo uns 20 anos e estamos revivendo momentos que não tínhamos força para lidar pelo abuso de poder desses maus elementos”.

A mensagem revela percepções coletivas alusivas ao aparente esgotamento do programa das UPPs, inaugurado uma década antes. Analisando o Alerta Santa Marta a partir de uma etnografia digital, é essencial incorporar a iniciativa de comunicação comunitária em um contexto mais amplo, relacionado à violência urbana e suas implicações corporificadas no cotidiano. O acompanhamento de operações policiais através de mensagens compartilhadas por moradores de favela entre grupos interconectados de *WhatsApp* evidencia reações situadas a regimes normativos e desigualdades produzidas entre formas de monitoramento, regulação e (contra) vigilância. Moradores da favela Santa Marta, território onde não houve relatos de tiroteios entre 2008 e 2015 (MARTINS, 2018)¹⁴, passam a investigar drones no céu por meio de informações compartilhadas entre seus celulares – avanços tecnológicos associados a tiroteios que remetem a um passado indesejado.

(CONTRA)VIGILÂNCIAS EM “MARGENS” URBANAS

Figura 3. Manifestante segura cartaz com a frase “How many weren’t filmed?” – em português: Quantos não foram filmados?

14 MARTINS, M. A. Antes pacificado, Morro Dona Marta, no Rio, registra dois tiroteios por semana. *G1*, 27 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/27/antes-pacificado-morro-dona-marta-no-rio-registra-dois-tiroteios-por-semana.ghtml> Acesso em: 01 mar. 2021



Fonte: WNYC (2021). Disponível em: <https://www.wnyc.org/story/another-police-killing-near-minneapolis-chauvin-trial-continues/> Acesso em: 01 mar. 2021.

A ideia do presente artigo foi refletir sobre como dispositivos de (contra)vigilância podem ser uma porta de entrada para entender (i)mobilidades em favelas do Rio de Janeiro. Nosso intuito foi mapear como esses dispositivos são acionados por diferentes atores a partir de regulações sobre o deslocamento de corpos, objetos e informações, além de examinar como condicionam processos de investigação sobre (i)mobilidades. Apostamos na ideia de que relações sociotécnicas sob gramáticas da violência urbana têm um impacto socialmente transformador em favelas. Assim, a iniciativa Alerta Santa Marta deve ser enquadrada como reação constitutiva de um processo mais amplo de intensificação da vigilância, controle e regulação em cidades e periferias globais.

A partir de um mapeamento das formas de apropriação do Alerta Santa Marta, destacamos a pertinência heurística deste dispositivo de contra-vigilância ao redor de três dimensões: a) o acompanhamento da rotina ordinária na favela, através da partilha de informações para a “navegação” da vida cotidiana; b) o desenvolvimento de “processos de investigação” mais detalhados e aprofundados em “momentos críticos”, marcados principalmente por confrontos armados; c) o estatuto político que tem relação com as interações via celular para a organização de manifestações e denúncias públicas para a cobrança de direitos.

Nestas considerações finais, além de sintetizar as principais contribuições do artigo, também ampliamos a escala de análises possíveis a partir do enquadramento teórico-metodológico apresentado. Afinal, o fenômeno urbano em que câmeras de celulares são apropriadas

como dispositivos de proteção, crítica e denúncia não é uma exclusividade de favelas do Rio de Janeiro.

Observamos com interesse um fenômeno global em que iniciativas de vigilância comunitária se multiplicam nas cidades através de celulares com câmeras cada vez mais eficientes e aplicativos cada vez mais diversificados. Baseado nos Estados Unidos, mas reproduzido em abrangência global, o movimento *Black Lives Matter* (em português: Vidas Negras Importam) foi fundado após a repercussão de uma série de vídeos de celular revelando crimes policiais. Como analisa Sheller (2018, p. 126), “protestos em torno de disparos realizados por policiais chamam a atenção para a interseção entre mobilidades e raça, e conectam isso a antecedentes históricos mais profundos na escravidão”. Nesse sentido, “quantos não foram filmados?” é um questionamento que pode se referir a múltiplas localidades onde crimes cometidos por policiais, cujas vítimas geralmente são sujeitos racializados, não foram registrados e visibilizados por alguém com uma câmera de celular.

Consideramos que, se formas de (contra)vigilância em cidades contemporâneas possuem uma importância analítica geral, elas adquirem central particularidade quando olhamos para as “margens” urbanas (DAS; POOLE, 2004)¹⁵. Exatamente por serem territórios marcados pela indeterminação permanente e pelo imperativo de investigação constante, dispositivos de (contra)vigilância assumem um protagonismo particular em localidades urbanas determinadas por formas de controle e regulação. Entre drones e celulares, os dispositivos de (contra)vigilância nos revelam interdependências entre (i) mobilidades de informações e de corpos, possíveis ou prejudicadas. Embora novas possibilidades de contra-vigilância ocorram através de celulares com internet móvel, como no caso do Alerta Santa Marta, isso não significa que as incertezas que historicamente afetam territórios como a favela Santa Marta são suspensas.

Novos dispositivos de monitoramento e vigilância comunitária são essenciais para medir o grau de tensionamento do ambiente das favelas, de modo a ajudar as “navegações” dos moradores, policiais e traficantes no espaço onde vivem ou trabalham. Objetos como câmeras de vigilância, celulares e drones possuem um poder de transformação do ambiente, da modalidade pelas quais os indivíduos apreendem esse ambiente, das capacidades individuais de inter-

¹⁵ Localizadas nos limites do que é aceito como território de controle estatal inquestionável (e legítimo), “margens do Estado” são definidas pelas antropólogas Veena Das e Deborah Poole (2004) como espaços onde o Estado está constantemente refundando seus modos de ordenamento e legislação. Estas “margens” não seriam demarcadas somente a partir de aspectos geográficos, mas a partir de fronteiras situacionais. Embora muitos considerem que nas margens a normatividade governamental é “ausente”, “falha” ou “parcial”, formas de controle e regulação são percebidas por habitantes locais a partir de dinâmicas distintas de interação das pessoas com documentos, práticas e palavras do Estado.

venção sobre ele e, em certa medida, sobre os próprios indivíduos. Por isso, esses dispositivos devem ser pensados simultaneamente do ponto de vista das coerções que eles exercem e dos suportes que eles podem oferecer aos indivíduos para agir, ou seja, como elemento que reprime e constrange, mas também como elemento que potencializa e impele à ação.

Defendemos, portanto, que os dispositivos não são artefatos meramente reativos ao novo contexto, no sentido daquilo que é usado apenas para reagir às indeterminações situacionais. Eles exercem um papel transformador e contribuem para performar esse mundo das “margens” urbanas fazendo surgir uma nova fenomenologia do habitar (MENEZES, 2018), um novo modo de ser e estar no ambiente de favelas, ou seja, um ambiente cujo modo de existência não seria o mesmo sem a existência desses dispositivos de (contra)vigilância.

Por fim, destacamos que o Alerta Santa Marta é um importante caso para refletir sobre interações regidas a partir de múltiplas formas de controle nos territórios urbanos. Acompanhar o cotidiano em territórios regidos pela violência urbana a partir do contínuo entre face a face e digital é uma aproximação metodológica que concerne à própria condição vivenciada nas favelas “pacificadas” no período analisado. Como demonstramos, tanto os processos de investigação quanto os deslocamentos possíveis ou prejudicados são conformados a partir de um imbricamento entre o intercâmbio de informações via *WhatsApp* e as variadas estratégias do dia a dia. Embora saibamos que soluções metodológicas são únicas e adaptadas a contextos situados, compreendemos que existem estratégias que continuam úteis em vários lugares diferentes e podem ser inspiradoras para diferentes situações (HINE, 2015).

Entre os intervalos de sentido e as decisões possíveis de ser assumidas pelos indivíduos em determinadas situações, afirmamos que formas de vigilância comunitária relacionadas ao monitoramento da violência urbanas representam novas possibilidades de agência entre os moradores de favelas e periferias urbanas. Isso pode ser observado de forma explícita em situações cotidianas nas quais moradores presenciam arbitrariedades, como cenas de violência policial, por exemplo. Se, nesses casos, até pouco tempo atrás, as formas mais prováveis de ação seriam “ignorar e fingir que não viu” ou “assumir os riscos de tentar interferir”, a partir de iniciativas como o Alerta Santa Marta é inaugurada e estimulada a alternativa de “filmar e denunciar”, costurando continuidades em renovados cursos de ação, crítica e denúncia.

Embora não ignorem que a opção “filmar e denunciar” possa ser perigosa, vivendo entre (contra)vigilâncias – em ambientes cada vez mais sufocantes e letais – os sujeitos em “margens” urbanas cada vez mais têm assumido os riscos de filmar e denunciar casos de violência policial, já que se manter calado parece cada vez menos ser uma opção.

REFERÊNCIAS

1. BARROS, R.; FARIAS, J. Political Displacements between the Periphery and the Center through Territories and Bodies. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 3, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/3mgzD63stQcMqpxQY4GBfXq>. Acesso em: 12 abr. 2021.
2. BUGS, G.; BORTOLLI, F. Participação ativista-colaborativa utilizando cartografias digitais. **V!RUS**, São Carlos, n. 17, 2018. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/>. Acesso em: 12 abr. 2021.
3. BÜSCHER, M.; URRY, J. Mobile Methods and the Empirical. **European Journal of Social Theory**, v. 12, n. 1, p. 99-116, 2009.
4. BÜSCHER, M.; VELOSO, L. Métodos móveis. **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 133-151, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/142258>. Acesso em: 22 nov. 2020.
5. CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7134>. Acesso em: 22 nov. 2020.
6. CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>. Acesso em: 12 abr. 2021.
7. CRESSWELL, T. Towards a Politics of Mobility. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 28, n. 1, p. 17-31, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/d11407>. Acesso em: 22 nov. 2020.
8. DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the Margins of the State**. Oxford: James Currey, 2004.
9. DE SOUZA E SILVA, A.; SELLER, M. **Mobility and Locative Media: Mobile Communication in Hybrid Spaces**. London: Routledge, 2014.
10. DEWEY, J. **Logic: the Theory of Inquiry**. New York: Henry Holt, 1938.
11. DODIER, N.; BARBOT, J. A força dos dispositivos. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 487-518, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3202010>. Acesso em: 22 nov. 2020.
12. EILBAUM, L.; CHAGAS, G. F.; MEDEIROS, F. Apresentação: por uma abordagem etnográfica dos “direitos humanos”: conflitos, moralidades e direitos. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 47, p. 8-31, 2019. Disponível em: <https://>

- periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42114. Acesso em: 01 mar. 2021.
13. EVANGELISTA, R.; BRUNO, F. WhatsApp and Political Instability in Brazil: Targeted Messages and Political Radicalisation. **Internet Policy Review**, v. 8, n. 4, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/214094>. Acesso em: 22 nov. 2020.
 14. FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 1983 [1977].
 15. FREIRE-MEDEIROS, B.; LAGES, M. P. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 123, p. 121-142, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/11193>. Acesso em: 01 mar. 2021.
 16. GEERTZ, C. O dilema do antropólogo entre “estar lá” e “estar aqui”. **Cadernos de Campo** (São Paulo 1991), v. 7, n. 7, p. 205-235, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52621>. Acesso em: 12 abr. 2021.
 17. HINE, C. **Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday**. London; New York: Bloomsbury Academic, 2015.
 18. HINE, C.; PARREIRAS, C.; LINS, B. A. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo** (São Paulo-1991), v. 29, n. 2, p. 1-42, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370>. Acesso em: 01 mar. 2021.
 19. HORST, H. A.; MILLER, D. **Digital Anthropology**. London; New York: Berg, 2012.
 20. LEITE, M. P. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 4, p. 625-642, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7270>. Acesso em: 22 nov. 2020.
 21. MACHADO DA SILVA, L. A.; MENEZES, P. V. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 3, p. 529-551, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900030005>. Acesso em: 22 nov. 2020.
 22. MANO, A. D. **Dispositivos de Mobilidade: Estética, precariedade e legibilidade no marco de dez anos da “favela modelo” das Unidades de Polícia Pacificadora**. 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/CONCURSOS/2021/Teses_dissertacoes/87SM.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.
 23. MANO, A.; MENEZES, P. “Pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta”: reconfigurações entre performances políticas em favelas “pacificadas”. **O Público e o Privado**, v. 19 n. 39 mai/ago, [2021?]. No prelo.

24. MAGALHÃES, A. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610600/2021>. Acesso em: 01 mar. 2021.
25. MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 22 nov. 2020.
26. MENEZES, P. V. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas. 2015. 379 f. Orientador: Luiz Antônio Machado da Silva. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro & Vrije Universiteit, 2015. Disponível em: <https://research.vu.nl/en/publications/entre-o-fogo-cruzado-e-o-campo-minado-uma-etnografia-do-processo->. Acesso em: 30 nov. 2020.
27. MENEZES, P. V. “Vivendo entre dois deuses”: a fenomenologia do habitar em favelas “pacificadas”. In: FARIAS, J.; ROCHA, L.; LEITE, M.; CARVALHO, M. (org.) **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2018. p. 70-91.
28. MILLER, D.; SLATER, D. **The Internet: an Ethnographic Approach**. Oxford: Berg, 2000.
29. MILLER, D.; SLATER, D. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes antropológicos**, v. 10, n. 21, p. 41-65, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100003>. Acesso em: 01 mar. 2021.
30. PARREIRAS, C.; LINS, B. A.; FREITAS, E. T. M. Estratégias para pensar o digital. **Cadernos de Campo** (São Paulo-1991), v. 29, n. 2, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181821>. Acesso em: 01. mar. 2021.
31. ROBINSON, L.; SCHULZ, J. New Avenues for Sociological Inquiry: Evolving Forms of Ethnographic Practice. **Sociology**, v. 43, n. 4, p. 685-698, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038038509105415>. Acesso em: 12 abr. 2021.
32. SHELLER, M. **Mobility Justice: The Politics of Movement in an Age of Extremes**. London: Verso, 2018.
33. SOUZA, P. L. **Entre becos e ONGs**: etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude. 2017. 334 f. Orientador: Marcos Otávio Bezerra. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: <http://nuap.etc.br/teses/entre-becos-e-ongs-etnografia-sobre-engajamento-militante-favela-e-juventude/>. Acesso em: 30 nov. 2021.
34. URRY, J. **Mobilities**. London: Polity Press, 2007.
35. VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007. Disponível em: <https://>

doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012. Acesso em: 30 nov. 2020.

36. VIGH, H. Motion Squared: A Second Look at the Concept of Social Navigation. *Anthropological Theory*, v. 9, n. 4, p. 419-438, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1463499609356044>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Apoena Mano

Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Fluminense com Pós-Graduação em Sociologia Urbana e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integrante do UrbanData-Brasil/CEM e dos grupos de pesquisa Mobilidades: Teorias, Temas e Métodos e Núcleo de Pesquisa Urbana. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9114-0209>. E-mail: apoenamano@usp.br. Colaboração: Pesquisa empírica, Levantamento bibliográfico, Análise de dados, Redação.

Palloma Menezes

Professora adjunta do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora de pesquisa do Dicionário de Favelas Marielle Franco da Fundação Getulio Vargas. Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pelo Department of Social and Cultural Anthropology da Vrije Universiteit Amsterdam. Pós-doutora pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8462-2549>. E-mail: pallomamenezes@gmail.com. Colaboração: Pesquisa empírica, Levantamento bibliográfico, Análise de dados, Redação.

Revitalização e Morte da Civilidade Urbana: Entre a Cidade que não se Garante e os Engajamentos que Favorece¹

Revitalization and Death of Urban Civility: Between the City that is not Guaranteed and the Engagements that it Favors

Manuela Vieira Blanc

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Goiabeiras, Vitória, Espírito Santo, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa os dados coletados ao longo de sete anos de observação de inspiração etnográfica de práticas comunitárias de intervenção no espaço público do Centro da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Remontando a história recente do bairro, observamos a emergência de novos parâmetros de normatização do lugar que incidem sobre as intervenções estatais e o engajamento comunitário em iniciativas de requalificação da região. Conferindo destaque para as controvérsias acerca da definição dos problemas públicos do bairro, buscamos compreender os limites para uma participação popular em um contexto político e econômico liberal, o acirramento das disputas internas entre os moradores ao longo do tempo, bem como a inefetividade de uma gestão do espaço voltada exclusivamente para o objetivo de efetivá-lo enquanto simulacro da história e cultura locais, em detrimento de um bairro vivo, onde coexistem uma pluralidade de ideais de bens comuns.

Palavras-chave: Governança por Objetivo, Cidade Garantida, Gramática Liberal dos Interesses Individuais, Problemas Públicos, Associativismo Comunitário.

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto *Cep 29: Núcleo capixaba de estudos da experiência humana em meio urbano*, financiado pelo EDITAL FAPES/CNPq N° 022/2018 PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA PARA JOVENS PESQUISADORES (PROGRAMA PRIMEIROS PROJETOS – PPP), sob o registro 058/2019.

Recebido em 10 de dezembro de 2020.
Avaliador A: 30 de março de 2021.
Avaliador B: 04 de maio de 2021.
Aceito em 26 de maio de 2021.



ABSTRACT

This article analyzes the data collected over seven years of observation of ethnographic inspiration of community intervention practices in the public space of the center of Vitória, capital of the State of Espírito Santo. Going back to the recent history of the neighborhood, there is an emergence of new parameters for the normalization of the place that affect state interventions and community engagement in rehabilitation initiatives of the region. Focusing on the controversies about the definition of public problems in the neighborhood, we will seek to understand the limits to popular participation in a liberal political and economic context, the intensification of internal disputes among residents, over time, as well as the ineffectiveness of a management of space focused exclusively on the objective of making it a reality as a simulacrum of local history and culture, to the detriment of a lived neighborhood, where a plurality of common good ideals coexist.

Keywords: Government by Objectives, Guaranteed City, Liberal Grammar of Individual Interests, Public Problems, Community Associations.

APRESENTAÇÃO

Ao longo de sete anos de observação de inspiração etnográfica das práticas de intervenção no espaço público transcorridas na *mancha*² de sociabilidade e lazer do *Centro Histórico*³ da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, identificamos uma profusão de vozes que disputam um imaginário de cidade e um modo de vida urbana territorializado. Assim vêm sendo mapeadas modalidades de se pensar e agir sobre a cidade, a partir desse bairro, mobilizadas por diferentes *públicos* em diferentes situações, através do Grupo de Pesquisa Diretório do CNPq Cidades, Espaços Públicos e Periferias⁴.

Nos deparamos em nosso espaço de observação com uma gestão que vê a cidade en-

2 Áreas contíguas do espaço urbano que se constituem como pontos de referência para a prática de determinadas atividades (MAGNANI, 1996). São dotadas de equipamentos e podem se conformar como regiões morais (PARK, 1979) simbolicamente delimitadas segundo modos de vida e comportamento. A mancha de sociabilidade do Centro Histórico de Vitória é melhor delimitada em Néspoli (2016).

3 Delimitação simbólica da região central do bairro, onde estão localizados os seus principais equipamentos culturais, incluindo os imóveis que compõem o patrimônio histórico da cidade e que serão objeto de projetos direcionados à sua valorização no circuito turístico nacional, vide Projeto Visitar, realizado em parceria entre a Prefeitura Municipal e o Instituto Goia de 2015 (INSTITUTO GOIA, 2015).

4 Pesquisa financiada pelo EDITAL CNPq/FAPES Nº 22/2018 – PROGRAMA PRIMEIROS PROJETOS – PPP, número 058/2019.

quanto um espaço referencial e informacional, administrado não em função da conciliação pelo diálogo com os desejos racionais dos seus habitantes (BREVIGLIERI, 2013), mas de acordo com processos de normalização que configuram “[...] o mundo em propriedades mensuráveis, implicando, por exemplo, no fato de que as propriedades dos humanos, das coisas e daquilo que lhes concernem sejam contempladas por um estado de regularidades previsíveis⁵” (BREVIGLIERI, 2013, p. 218 a partir dos estudos de THÉVENOT, 1997).

Neste artigo, analisamos as controvérsias acerca da definição dos problemas públicos do bairro e os “[...] contornos nos quais as ações públicas oferecem uma pluralidade de envolvimento possíveis e em que os atores buscam exprimir suas demandas e constituir justificativas legítimas” (MOTA, 2014, p. 41).

Assim, remontamos a modalidade de gestão do Centro de Vitória em sua história recente, refletindo sobre os efeitos do processo de expansão urbana da capital sobre a posição que o bairro ocupa na cidade atualmente. Partiremos, portanto, de uma contextualização do nosso espaço de observação para analisar a trajetória do bairro enquanto objeto de intervenção do poder público local e a sua relação com o modelo de gestão do espaço com o qual nos deparamos no início de 2014.

Identificamos a transformação do Centro, de região centralizadora de recursos infraestruturais de caráter macroeconômico a “bairro histórico”, para onde são direcionados investimentos basicamente relacionados à restauração e à manutenção do patrimônio material, assim como destaca Waldetário (2009). As mesmas políticas urbanas que irão promover a efetivação da região enquanto *área central* (REIS, 2007) da cidade incidirão sobre a descentralização dos investimentos, dos órgãos públicos e de parte da população (incluindo as elites locais) para outras áreas da cidade. Após duas décadas de *abandono*⁶, observa-se, desde o final do século XX, a emergência de novas formas de regulação do bairro que refletem nos processos globais que incidirão sobre centros históricos urbanos das cidades ocidentais de modo mais amplo. De núcleo urbano, o Centro passa a ser reconhecido como *Centro Histórico*, simulacro da autenticidade capixaba, berço cultural, representação simbólica de uma imagem da cidade que se pretende competitiva no mercado mundial.

Breviglieri (2013, p. 224, tradução nossa) chama a atenção para o fato de que a concepção comercial da cidade incide na escala do indivíduo e na economia afetiva de natureza parti-

5 “le monde en propriétés mesurables, impliquant, par exemple, que les propriétés des humains, des choses et de leurs rapports, soit envisagées à l’état de régularités prédictibles”.

6 Categoria nativa que estará presente também nas narrativas sobre o bairro que atravessam diferentes trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre o local (TRINDADE, 2015).

cular, dado que “[...] as relações em público tendem a permanecer na superfície, a induzir uma ‘neutralização’ do sensível que limita o poder de estimulação da cidade”⁷. Essa *ville garantie* se erige e se sustenta através de uma proliferação de garantias a serviço do capitalismo contemporâneo e da ruína das promessas implícitas da metrópole cosmopolita:

A cidade garantida, assim como demonstrado anteriormente, não está comprometida com o incomensurável, que exigiria a reformulação da arquitetura de um mundo comum, em vez disso, ela se lança em um trabalho implacável de produção de indicadores de medidas e de sistemas de avaliação que se inscrevem em um movimento geral de normalização da metrópole cosmopolita⁸ (BREVIGLIERI, 2013, p. 230, tradução nossa).

A emergência desse modelo de cidade está intrinsecamente relacionada, para Breviglieri (2013), com um modelo de governança característico ao capitalismo mundializado, um tipo de gestão da cidade que Thévenot (2015) chama de *governança por objetivo*.

Por um lado, o ambiente urbano é avaliado segundo parâmetros de atratividade, o que introduz critérios de julgamento que respondem a uma lógica consumista segundo a qual a atratividade do lugar não estará pautada pela afinidade ou dependência, ou por uma apropriação sensível (BREVIGLIERI, 2013). As modalidades de disputa que emergem nesse contexto serão atravessadas por uma gramática liberal dos interesses individuais, em oposição a uma gramática das grandezas plurais de bem comum (THÉVENOT, 2019). Caracteristicamente, os engajamentos individuais se assentam em uma disputa legítima, mas sem se referir diretamente a uma concepção substancial do bem comum e sim expressando uma escolha individual na forma de uma opção acessível à escolha de todos os outros indivíduos. Breviglieri (2013) caracteriza ainda o teor das garantias que tenderão a ser demandadas: elas se deslocam das questões próprias a uma arquitetura dos usos em favor da elaboração de um plano defensivo, visando a neutralização dos conflitos inerentes à vida em comum.

Em um segundo momento, avaliamos neste artigo como essa concepção mercantil de cidade será ressignificada, no plano micro, pelos atores engajados em projetos de requalificação da região. Os mesmos critérios de atratividade efetivados ao longo do tempo, e que caracteriza-

7 “Les relations en public tendent à rester en surface, à induire une «neutralisation» du sensible qui limite le pouvoir de stimulation de la ville”.

8 “La ville garantie, nous l’avons dit, n’affronte pas l’incommensurable qui appellerait à refonder l’architecture d’un monde commun, et se jette plutôt dans un travail acharné de production d’indicateurs de mesures et de systèmes d’évaluation pour garantir la qualité de ses projets d’édification qui s’inscrivent dans un mouvement général de normalisation de la métropole cosmopolite”.

rão os processos governamentais de standardização do território, fundamentarão os objetivos por trás das ações comunitárias em movimento. Deste modo, o bem comum que atravessa as diferentes propostas de atuação sobre o espaço (tanto aquelas empreendidas pelo poder público quanto pelas iniciativas dos moradores) é a *requalificação urbana* do bairro. Destacaram-se, nos primeiros anos de trabalho de campo, os embates entre a Associação de Moradores do Centro de Vitória (Amacentro) e o poder público, que giram em torno das ações necessárias para a realização satisfatória desse projeto amplo de requalificação, tendo a cultura como recurso político de inserção do bairro em uma agenda política local.

Apesar de atuante, a Associação apresenta dificuldades em traduzir suas reivindicações em princípios gerais capazes de transcender os limites do bairro e atrair o investimento necessário à sua satisfatória requalificação. Entendemos que essas iniciativas serão limitadas por uma forma de civilidade liberal (THÉVENOT, 2008) que se legitima através da promoção de espaços de participação (os Conselhos Deliberativos, no caso) que, na prática, são meros “espaços de opiniões” na escala do projeto, não pretendendo nem especificar nem mesmo contribuir abertamente para a realização do bem comum. Ao longo do tempo, essas insatisfações fomentaram disputas locais que culminaram na conformação de dois públicos oponentes e que demandam por um conjunto de bens fundamentais inconciliáveis entre si.

Finalmente, demonstramos os efeitos do princípio de uma cidade garantida nos termos de Breviglieri (2013) sobre a configuração de uma gramática liberal de engajamento (CHEYNS; THÉVENOT, 2019; THÉVENOT, 2019). Localmente, há lacunas nesse modelo de gestão denunciadas pelos próprios atores sociais e coletivos interventores nesse espaço, que impõem limites à sua atuação e produzem distorções, tornando os recursos mobilizados a favor da requalificação do bairro também uma fonte de transtornos. As ações situadas espacialmente, carentes de um suporte estatal efetivo em caráter mais abrangente, se tornarão fonte de descontentamento por parte dos moradores do bairro, sendo percebidas, por um público emergente, como causadoras de problemas (em certa medida, os mesmos problemas que visam combater).

DE BAIRRO A SIMULACRO DA IDENTIDADE LOCAL

A região central da capital foi o núcleo primário de ocupação do solo da cidade de Vitória. Ao longo de toda a trajetória de desenvolvimento e expansão da cidade, atraiu o maior fluxo de investimentos públicos e privados no local, situação que se reformula apenas a partir do

século XX, quando é implementado o projeto de expansão urbana da cidade (MENDONÇA *et al.*, 2009). A região, até os dias de hoje compreendida de forma muito mais ampla no imaginário social local do que na delimitação administrativa do bairro que leva o seu nome, constituiu, ao longo de boa parte da história da cidade, a única zona de ocupação urbanizada da capital, já o bairro Centro irá centralizar a oferta de serviços e o endereço da parcela mais abastada da sua população até esse período.

As mesmas obras, concluídas na década de 1970, que contribuíram para a consolidação do bairro como *Área Central*⁹ da capital, estimularão a formação de novas áreas ou subáreas centrais na cidade, bem como o seu processo de metropolização. O aterro da Esplanada da Capixaba e a finalização das obras do Porto de Vitória, situados no bairro, simbolizam a consolidação de um projeto de maximização do uso do solo do Centro, com obras que abriram quarteirões inteiramente voltados para uma ocupação vertical do território, bem como a construção e ampliação de avenidas que são, ainda na atualidade, algumas das principais artérias rodoviárias da cidade (CAMPOS JÚNIOR, 2002; GOMES, 2008).

O mesmo projeto consolida a descentralização dos investimentos infraestruturais, por parte do poder público municipal e estadual, em favor das áreas de expansão da capital ou de sua região metropolitana (CAMPOS JÚNIOR, 2002). São inauguradas, em 1979 e 1989 duas novas pontes conectando a capital e a cidade de Vila Velha, bem como é reformada a Ponte da Passagem, que conecta a ilha a sua região continental (CAMPOS, 2016), compondo o que hoje conforma o eixo economicamente mais dinâmico da cidade.

Se intensifica assim um processo de migração intramunicipal¹⁰ das elites que incide sobre a composição populacional do Centro. Órgãos públicos são realocados, atraindo para o seu novo entorno as sedes das principais empresas privadas atuantes no Estado, assim como os escritórios de profissionais autônomos e prestadores de serviços, provocando o progressivo esvaziamento de imóveis públicos e comerciais localizados no bairro (TRINDADE, 2015).

A chamada ‘degradação’ ou crise da Área Central, enquanto fenômeno que se generalizou em cidades de várias partes do mundo está intrinsecamente

9 Conceito aplicado por Reis (2007) para caracterizar a região que concentra o comércio e os serviços mais especializados para a população de toda a aglomeração urbana da Grande Vitória, bem como a população de mais alta renda da cidade, aglutinando praticamente todas as atividades comerciais, serviços, sede das repartições e instituições públicas municipais, estaduais e federais, além das opções de lazer e diversão da cidade.

10 As migrações intermunicipais e interestaduais são igualmente intensificadas nesse período, com a atração de um grande contingente populacional para o território que hoje compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória, processos relevantes para a reconfiguração urbana da cidade e que incidirão sobre o processo de “favelização” da capital.

associada com a tendência à descentralização das atividades terciárias na metrópole capitalista, manifestando-se mais notadamente a partir da segunda metade do século XX (REIS, 2007, p. 103).

Apenas na década de 90 o Centro volta a tornar-se interesse específico do poder público. O que se destaca nesse período é a mudança do teor dos investimentos e a forma como o bairro passa a ser regulado a partir deles. As intervenções urbanísticas no Centro de Vitória que, até a década de 1970, buscaram a higienização, o embelezamento e a modernização da cidade a partir do bairro, serão, nas duas décadas seguintes, substituídas por ações preservacionistas que, segundo Waldetário (2009, p. 57), “[...] coincidem com o período de estagnação do desenvolvimento local e com a impregnação dos aspectos de abandono e degradação”. O Centro passa a ser valorizado pelo valor simbólico que é capaz de atribuir à própria cidade (NÉSPOLI; BLANC, 2016).

O bairro será então o espaço simbólico de implementação de um novo modelo de cidade em consonância com as tendências internacionais de planejamento urbano: se tornará objeto de intervenções que tem como estratégia o melhoramento na qualidade de vida e a valorização do patrimônio histórico. A participação popular, através da criação de instâncias de deliberação participativas, é outra característica que marcará esse novo modelo de gestão do espaço, como demonstra Botelho (2005).

Uma série de projetos são implementados na região a partir desse período, todos eles voltados para uma requalificação do lugar a partir do seu patrimônio material e o valor imaterial que lhe é correlato, servindo à efetivação de uma imagem de cidade: o seu berço histórico e cultural, critérios de valor agregados ao coeficiente de autenticidade das cidades contemporâneas do qual nos fala Breviglieri (2013).

A reforma, restauração e manutenção dos monumentos históricos ali localizados, bem como a promoção de um projeto de incentivo ao turismo no local são implementados com o intuito de promover a retomada de funções e significados do bairro para a população capixaba (WALDETÁRIO, 2009). Assim como o processo que levou à instalação de placas de trânsito sinalizando o “Centro Histórico” em pontos próximos ao núcleo originário do bairro, se consolida, a partir desse período, uma nova “vocação” e será esse o referencial a partir do qual o bairro será tratado, sobretudo, mas não exclusivamente, pelo poder público nos anos seguintes.

O Centro, mais do que um bairro, passa a ser governado enquanto patrimônio histórico e cultural que deve agregar valor de mercado à capital como um todo. Esse objetivo irá inspirar iniciativas de intervenção sobre equipamentos culturais, vias de circulação e mesmo iniciativas de controle dos usos dos seus espaços, se efetivando através da formalização de instâncias de

deliberação participativas.

Para Breviglieri (2013), a gestão participativa é demonstrativa da operação do liberalismo econômico no plano da pacificação das violências humanas (ou o seu equivalente no liberalismo político), garantindo a efetivação das ações governamentais sob um suposto compartilhamento das decisões, quando, na prática, o seu funcionamento é meramente formal. Essa concepção comercial da cidade irá incidir, na escala do indivíduo, sobre uma economia afetiva de natureza particular, introduzindo critérios de julgamento que respondem à uma lógica consumista: “A atratividade da cidade se define, portanto, sobre o caminho da sua legitimação mercantil, em uma exacerbação de uma competição que as opõe”¹¹ (BREVIGLIERI, 2013, p. 219, tradução nossa), referenciais que correspondem ao modelo de *city marketing* apontado por Botelho (2005) como inspiração para os projetos designados para a região nesse período.

Por outro lado, a conformação da arena pública de disputa pela definição dos problemas do Centro aponta para a complexidade do contexto, até mesmo no que se refere à definição de qual é o patrimônio (histórico/cultural) do bairro e como deve ser tratado.

Observa-se, em consonância com os estudos de Cheyns e Thévenot (2019), que a gestão governamental do bairro está fundada sobre a operacionalidade do objetivo de consagrar ao bairro o papel de simulacro da história local, se isentando da especificação do bem comum dos seus moradores ou sequer contribuindo abertamente para a sua realização. Em nível municipal, as ações limitam-se a estabelecer critérios de regulação, como aqueles que dizem respeito especificamente à ocupação do território e à proteção da paisagem.

A revisão do Plano Diretor da Cidade de Vitória, em 2018, persiste em conferir destaque ao bairro com iniciativas que visam a promoção da sua *revitalização* basicamente através da flexibilização dos parâmetros de regulação do uso do solo com medidas que visam a atração de investimentos privados para a região (VITÓRIA, 2020). Localmente, a elaboração desses documentos terá como desafio a promoção da participação da sociedade civil, condicionante estabelecido nacionalmente pelo estatuto das cidades. Fernanda¹² destaca a baixa efetividade desses espaços: “pouco participativo, pouco democrático o ambiente, sabe?”. A arquiteta, que ocupou cargo na Coordenação de Revitalização Urbana da Prefeitura Municipal de Vitória, exemplifica assim como o caráter deliberativo dos processos de regulação e normatização da política urbana servirão exclusivamente como via de efetivação dos próprios parâmetros de regulação do território, não como espaço de publicização de problemas ou proposição de possíveis resoluções.

11 “L’attractivité des villes se définit donc sur le chemin de leur légitimation marchande, dans une situation d’exacerbation d’une compétition qui les oppose”.

12 Os nomes de todos os nossos interlocutores de pesquisa foram aqui alterados para garantir o seu anonimato.

No plano micro, as estratégias articuladas por novos e antigos investidores da região se apropriarão da lógica discursiva, dos modos de fazer e até mesmo da estética que emerge nesse processo de standardização da cidade através do bairro. Dessa maneira, observamos processos de constituição e dissolução de diferentes públicos engajados em ações interventivas em torno de um objetivo comum: a “requalificação do Centro”.

Observamos durante a pesquisa que a expressão revitalização urbana/cultural presente até os dias atuais nos documentos e nos discursos estatais sobre o bairro vem sendo progressivamente problematizada pelos nossos interlocutores, sendo substituída em suas falas por diferentes expressões, todas atravessadas pela ideia de requalificação do espaço. *Reavivamento* foi a categoria acionada por Carolina¹³ em uma das nossas conversas informais, bem como em sua entrevista. A categoria *Revitalização* ainda está presente no discurso de Stella¹⁴, mas acompanhada da seguinte reflexão: “revitalizar o que? O centro nunca morreu”.

A coexistência de categorias nativas nesse espaço de observação não é neutra, pois sinaliza para diferentes definições dos sentidos atribuídos aos processos de transformação desejados e que dizem respeito aos problemas definidos pelos públicos engajados em iniciativas de intervenção no espaço e às soluções apontadas. A noção de requalificação é aqui utilizada sempre em referência aos engajamentos dos atores como uma categoria analítica que emerge dos dados, um esforço para sintetizar o que seria um objetivo comum que atravessa uma pluralidade de discursos. Por revitalização são compreendidas as ações estatais que seguem a regulamentação da região nos documentos oficiais.

O AGIR EM COMUM EM UM CONTEXTO POLÍTICO LIBERAL

No início de 2014, um conjunto relativamente fragmentado de atores individuais ou coletivos buscava coordenar as suas ações em função da realização de diferentes iniciativas de intervenção sobre o bairro, iniciativas essas claramente identificadas com aquelas colocadas em movimento pelo poder público nos anos anteriores: a defesa e a valorização de um Centro Histórico e cultural atravessavam as suas estratégias de atuação.

Intervindo diretamente sobre o bairro, esses atores individuais ou coletivos promovem

¹³ Presidente de uma associação cultural atuante no território.

¹⁴ Empreendedora cultural local e ativista, atualmente membro da Amacentro.

os usos dos seus espaços públicos (expressando a sua “vitalidade cultural”) e a sua manutenção (com vias a “requalificar” o espaço vivido). Identificamos campanhas de conscientização quanto aos problemas do bairro, de promoção da leitura, de criação de hortas comunitárias em *pontos viciados de lixo*¹⁵, como projetos coletivos dos moradores; além da promoção de eventos culturais de menor ou maior expressão, iniciativa de grupos de empreendedores culturais da região. Entre o surgimento do Samba da Xepa (em 2010) e a realização do Alto de Natal (a partir de 2018), diversos eventos culturais e de lazer passaram a compor o calendário do bairro, alguns inicialmente motivados pela integração da comunidade, e se tornaram referência entre os festejos da capital, como o Carnaval de rua.

Essas iniciativas, conformadas através de *associações de proximidade* (CEFAÏ, 2011), contribuirão para a constituição de públicos em torno de problemas do bairro, os próprios eventos por eles organizados servindo como espaços de definição e, posteriormente, publicização dos seus problemas. Se conformarão igualmente *comunidades em rede* (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) entre empreendedores culturais locais, bem como serão ampliadas as redes de inter-relação em escala local, potencializando o potencial de mobilização pública desses atores e a sua reação às *situações problemáticas*¹⁶ envolvendo o bairro e a sua gestão.

Distintas ações do poder público local foram denunciadas por nossos interlocutores como medidas limitadoras de um processo de dinamização cultural do Centro, tais como a aplicação de multas a estabelecimentos promotores de eventos culturais e outras formas de controle que, segundo eles, estariam levando à falência alguns estabelecimentos culturais da região.

Nos idos de 2015, correram *rumores* (GLUCKMAN, 1963) de que o Projeto de Lei Municipal 16/2015 que propunha o fechamento dos bares a partir das 2 horas da manhã em toda a cidade (GAZETA ONLINE, 2015) seria reformulado, dada a sua baixa adesão, para uma proposta de implementação da medida na região do Centro da cidade, com vias a reduzir a circulação de pessoas (o que fora entendido por seus proponentes como medida de segurança pública). Já em 2017, uma medida do Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) torna esses rumores

15 Categoria já apropriada e presente no discurso dos nossos interlocutores, em caráter de denúncia aos próprios moradores (dado o descarte inadequado do lixo) ou ao poder público (dada a inefetiva manutenção dos espaços públicos do bairro e/ou fiscalização dos seus usos): “Então a gente dá um jeito!” (Maria, uma das fundadoras da horta urbana Quintal da Cidade, projeto que se mantém com recursos próprios e participação comunitária).

16 Os momentos críticos, ou *situações problemáticas*, são aqui definidos como contextos nos quais “os múltiplos processos de organização coletiva e de organização pessoal, mediados por instituições sociais, já não estão em sintonia” e, diante do entendimento de que as tensões e conflitos experimentados não são passíveis de nova acomodação, “pessoas, grupos, organizações e instituições se mobilizam, em lugares e momentos diversos, e tentam reconhecer, cada um a partir de sua perspectiva, em que consiste esse distúrbio e, se necessário, tentam identificá-lo e defini-lo, atribuir-lhe causas e razões, determiná-lo como um problema” (CEFAÏ, 2017, p. 189).

um fato, impondo o recolhimento das mesas dos bares no Centro Histórico a partir das 23 horas, o que será objeto de grande mobilização popular: “[...] as pessoas organizaram dois eventos: um foi o ‘cadeiraço da Ubaldo’, que é aquela praça que tem o homem do martelo, e o outro foi o ‘Enterro da Rua Sete’” (Carla, ativista cultural do bairro). Carla se refere ao movimento de ocupação a Rua Viva pelos moradores do bairro, com suas próprias cadeiras (GAZETA ONLINE, 2017), e a encenação de um cortejo fúnebre pela “morte da Rua Viva”, com um dos célebres sambistas locais sendo arrastado dentro de um caixão, seguido por sua viúva (G1, 2017).

No mesmo ano é promovido o Abraço do Mercado da Capixaba, “[...] ato público em defesa da restauração do Mercado da Capixaba e dos patrimônios abandonados no Centro Histórico de Vitória” (AMACENTRO, 2020, *on-line*). Trata-se de um evento promovido pela Associação de Moradores do Centro de Vitória (Amacentro) e que coloca à prova o projeto de restauro em andamento pela prefeitura. O grupo, que se mantém atuante, denunciava àquela época a falta de participação popular ou as condições de participação garantidas pelos processos deliberativos estatais.

Por outro lado, o poder público segue sendo acusado de produzir os transtornos que provocam os conflitos no âmbito do bairro, em decorrência dos eventos promovidos no local¹⁷: a oferta insuficiente de banheiros químicos (ou públicos), a baixa efetividade do policiamento, a negligência em controlar a emissão inadequada de ruídos ou a falta de planejamento logístico para o reordenamento satisfatório das vias públicas, alguns dos principais focos de conflito entre os defensores das iniciativas culturais em movimento e os moradores que a elas se opõem. Mas a própria modalidade de gestão do bairro será colocada à prova, devido à incapacidade do poder público agir como um operador de bens públicos e de suas instâncias de participação popular servirem como catalizadores de uma pluralidade de bens fundamentais:

Então, antes de mais nada, a gente está situado em um lugar absolutamente histórico que precisa ser valorizado. Mas esse projeto então começou numa conversa a respeito da necessidade de se requalificar aquela região. A gente tinha um momento ali de lixo acumulado, uma violência gritante, o uso aberto de crack no entorno, a prostituição, tudo isso que acontece nos grandes centros urbanos em estado de degradação. (Aline, presidente do Instituto Quorum em discurso na Câmara Municipal de Vitória).

Localmente, os investimentos públicos urbanos direcionados à região até meados do sé-

¹⁷ Pelo próprio poder público estadual (como o Viradão), pela iniciativa local (como as feiras, rodas de samba e demais eventos promovidos em espaços públicos do bairro) ou pela iniciativa público-privada (como o festival de Cinema, entre outros).

culo XX promoveram modificações significativas na morfologia do bairro. A expansão do Porto de Vitória envolveu um complexo de obras infraestruturais, o aterro de parte da orla e consequente expansão do território, com a abertura da Esplanada Capixaba (CAMPOS JÚNIOR; 2002; GOMES, 2008). Ao mesmo tempo que são criados quarteirões inteiros e é estimulado o processo de verticalização da região como um todo, em função da maximização dos lucros com o uso do solo, ocorrem os processos de migração interna. Muitos edifícios que serviram como sede de órgãos públicos, hotéis, prédios comerciais e residenciais foram esvaziados a partir de então e permanecem abandonados na região, apresentando riscos para a população.

Em 2017, com o objetivo de dar visibilidade para os efeitos desse processo e cobrar ações do poder público, a própria Amacentro empreendeu um levantamento dos imóveis abandonados no Centro, em uma campanha para pressionar ações para fiscalizar a manutenção desses imóveis e restituir a sua função social: “[...] esses prédios vazios podem ter uma ocupação habitacional ou comercial, só que pelo esvaziamento de pessoas a gente tende a pedir programas habitacionais para o centro de Vitória” (Emerson, ex-presidente da Associação)¹⁸. Mais do que denunciar, esses atores irão intervir diretamente no enfrentamento dessas questões.

Pouco depois de realizado o levantamento dos imóveis em desuso, em maio de 2017, 40 famílias do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) ocupam o antigo prédio do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriais (IAPI), localizado nas imediações da Praça Costa Pereira, ao lado do Teatro Carlos Gomes, um dos principais cartões-postais da cidade e núcleo simbólico do Centro Histórico de Vitória.

A Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo (SPU-ES), que responde pelo controle do imóvel, logo se posicionou contrária a ocupação do prédio, conquistando a reintegração da posse, por vias judiciais, em julho do mesmo ano. Diante da pressão popular, a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPE) determinaram a intimação do município de Vitória, na pessoa do prefeito Luciano Rezende, para que fosse realizado o cadastramento social das pessoas que ocupavam o edifício para “[...] verifica-

¹⁸ Essas denúncias se intensificaram durante os últimos anos e contam com o apoio de diferentes iniciativas acadêmicas em projetos de extensão que tratam o problema, buscando conscientizar a população, discutir possíveis soluções e propor formas de intervenção à iniciativa pública e privada. O *cortejo* promovido ao longo da Campanha pela Função Social da Propriedade, em 2019, exemplifica os modos como esses atores articulam seus múltiplos pertencimentos nas ações políticas comunitárias, ampliando suas redes de inter-relação locais e mobilizando os diferentes recursos políticos adquiridos ao longo do tempo. Fora então realizado um percurso, entre diferentes imóveis em desuso do bairro, ao longo do qual informações técnicas davam vida para prédios históricos que compõem o conjunto patrimonial negligenciado e relatos de moradores rememoravam as antigas funcionalidades dos imóveis comerciais em deterioração, tudo em forma de intervenção artística, atraindo os passantes e traduzindo em poemas as diferentes dimensões do problema.

ção de futuros encaminhamentos em programas habitacionais ou assistenciais” (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 2020). O juiz responsável ordenou a criação de uma comissão composta por representantes da DPU, DPE, Ministério Público Federal e os réus na ACP, ou seja, União, Estado e município de Vitória, para efetivar a medida liminar que determinou prazo de seis meses para adoção de iniciativas e políticas públicas para garantir o direito à moradia às famílias que ocupavam o edifício Presidente Vargas (localmente conhecido como “antigo prédio do IAPI”). Segundo os representantes do SPU-ES, em entrevista ao jornal *A Tribuna Online*, o imóvel seria destinado a um programa de habitação popular (TRIBUNA ONLINE, 2017), o que, até o início do ano de 2021, ainda não aconteceu.

A forma como a Associação atuará nesse caso, desde a publicização das informações recolhidas sobre os imóveis em desuso até as ações de conscientização na comunidade, sinalizam para as estratégias utilizadas pelo grupo, que visam conciliar as ações realizadas e os pontos de vista divergentes entre moradores quanto à questão:

De forma direta, a gente não apareceu, porque a gente sabia que teria, dentro do bairro do Centro, as pessoas que são *mais antigas*, conservadoras, que tem um olhar diferenciado para esses processos de reivindicação que acontecem, de uma forma conservadora... preconceituosa, né? Então, para preservar as nossas condições políticas, pra continuar sendo representante... [...] a gente faz esse processo de articulação e dá condições de permanência para eles, debatendo com os moradores sobre os aspectos que tem... “oh! São imóveis vazios, esses imóveis estão trazendo insegurança, tá dando pombo... eles tão ali ocupando, e estão fazendo o trabalho de pressionar o poder público para ter habitação. Nós queremos habitação também ali. Então eles estão cumprindo o papel que a gente também quer que aconteça”... (Emerson, ex presidente da Amacentro, grifo nosso).

O potencial da Amacentro em tornar público o problema dos imóveis em desuso no bairro e o apoio informal oferecido por membros da sua diretoria em ocasião da ocupação conferirá destaque para a Associação enquanto ator político opositor à gestão pública municipal em vigor, mas também será vetor da intensificação dos conflitos internos, no âmbito do bairro, que tornarão a definição dos seus problemas e das soluções que lhes dizem respeito, objeto de questionamento entre um grupo à princípio fragmentado de moradores.

Entre os problemas tornados públicos pelo nosso conjunto de interlocutores e a pluralidade de bens fundamentais demandados pelos moradores do bairro, há ainda dissonâncias no que se refere à definição dos meios para a realização satisfatória dos fins.

No plano da gestão urbana, os objetivos se restringem ao cumprimento dos parâmetros de normatização do espaço urbano. Centrando o valor do bairro no patrimônio material locali-

zado na região, esta área deixa de ser percebida como uma área habitada, plural e complexa. “A condição urbana, que se baseia na pluralidade assumida e na complexidade das coisas humanas¹⁹” (BREVIGLIERI, 2013, p. 228, tradução nossa) é alheia ao acervo patrimonial, histórico e imagético que confere centralidade ao bairro como objeto de intervenção do poder público municipal. Assim, os males comuns a experiência de viver na cidade, apesar de conhecidos, não compõem o rol dos problemas a serem enfrentados, não são reconhecidos como bem público ou objeto de intervenção do estado.

Interessa-nos analisar os modos como esse modelo de gestão da coisa pública ou, nesse caso, do espaço público do bairro, incide ao longo do tempo sobre os engajamentos dos atores e as disputas internas ao conjunto de moradores do bairro em torno da definição dos seus problemas e sua devida resolução.

O QUE GARANTE A CIDADE?

Desde os anos iniciais de pesquisa, observamos que os relatos dos conflitos entre os próprios moradores apontam para uma dissonância entre os defensores da dinamização cultural da região como recurso político de visibilização dos seus problemas e um conjunto ainda fragmentado de críticos dos eventos decorridos no bairro, devido aos inconvenientes a eles correlatos. Até então ações individuais tornavam públicos tais descontentamentos, como na ocasião em que um morador jogou água da janela do seu apartamento ou quando outro deu tiros pro alto, sempre com vias a dispersar os frequentadores dos eventos, até denúncias ao Ministério Público Estadual solicitando a proibição da realização de atividades regulares decorridas no bairro²⁰.

O ano de 2018, período de eleições presidenciais, se inicia no Centro de Vitória com intensa mobilização em torno da disputa pela Diretoria da Associação de Moradores. Por um lado, a chapa articulada à diretoria em exercício defende a manutenção dos equipamentos urbanos em função da utilização dos espaços públicos do bairro a partir de iniciativas culturais e de lazer, muitas das quais apoiadas diretamente pela Associação ou promovidas por ela na gestão em exercício. Por outro lado, a chapa da oposição defende um tratamento ordenado desses espa-

¹⁹ “la condition urbaine, qui repose sur une pluralite assumee et sur la complexification des affaires humaines”.

²⁰ Segundo os rumores, uma dessas denúncias motivou a tentativa de implementação da medida que visava tornar obrigatório o recolhimento das cadeiras dos bares após determinado horário.

ços, através do controle dos usos e ruídos, circulação e acesso, pelo próprio poder público e via policiamento militar. Enquanto a dinamização cultural do centro segue sendo o meio proposto pelo primeiro grupo para dar visibilidade aos males do bairro e potencializar a mobilização pela sua resolução, a intervenção do poder público, sobretudo em ações de segurança e restrição das atividades que nele ocorrem, é a base da proposta do segundo. Esse pleito será aqui analisado como um *momento crítico*²¹ que marca a polarização de dois públicos e a formação de uma instância de representação alternativa para os moradores.

Esse público emergente desqualificará as ações empreendidas no bairro pelos movimentos atuantes e interventores sobre o espaço, deslocando o problema, da relação com o poder público e a ausência de investimentos infraestruturais, para a relação entre os próprios moradores e usuários do bairro ditos *imorais* e, portanto, indesejáveis.

É importante destacar que interesses comuns, já que visam a melhoria da qualidade de vida no bairro, se polarizam, acirrando uma disputa interna com potencial de desmobilização da própria comunidade, mas que remetem também aos conflitos que transcorrem em um plano mais amplo, entre a Associação e o poder público municipal, mais especificamente, e entre o associativismo comunitário e a conjuntura política nacional. Tais disputas conferem destaque, finalmente, para a insuficiência de um modelo de urbanidade.

Breviglieri (2013, p. 224, tradução nossa) destaca a necessidade de reconhecer o horizonte político e moral que envolve o esboço de uma experiência humana em meio urbano pautada em modalidades de conduta pública assentadas no princípio da *indiferença civil*, como no contexto das cidades cosmopolitas. No plano prático, a governança liberal se dá através da “[...] neutralização significativa de seus espaços por meio de sua redução programada a um estado de qualidade padronizado organizado por um circuito de informação a serviço dos atores da cidade (moradores e empresários)”²², tendo como exemplo o controle das práticas que escapam à clara bipolarização entre público e privado. Esse modelo de gestão do espaço público urbano se assenta na tentativa de desqualificação de características que lhe são inerentes.

Reconhecendo que o espaço público não vive senão na medida em que contém um

21 Os momentos críticos, ou *situações problemáticas*, são definidos aqui como contextos nos quais “[...] os múltiplos processos de organização coletiva e de organização pessoal, mediados por instituições sociais, já não estão em sintonia” e, diante do entendimento de que as tensões e conflitos experimentados não são passíveis de nova acomodação, “[...] pessoas, grupos, organizações e instituições se mobilizam, em lugares e momentos diversos, e tentam reconhecer, cada um a partir de sua perspectiva, em que consiste esse distúrbio e, se necessário, tentam identificá-lo e defini-lo, atribuir-lhe causas e razões, determiná-lo como um problema” (CEFAÏ, 2017, p. 189).

22 “neutralisation sensible de ses espaces à travers leur réduction programmée à l’état de qualité normalisée agencé pour un circuit informationnel au service des acteurs de la ville (citadins et entrepreneurs)”.

conjunto de produções sensíveis que geram uma densidade experiencial, o autor destaca que toda originalidade, toda diferença, todo conflito, toda inconveniência, todo desejo contrariado e suscetível de emergir nesse contexto, e que lhe concedem sua verdadeira corporeidade especializada, tendem a ser objeto de controle e repressão segundo uma civilidade liberal.

É necessário colocar em questão o caráter cosmopolita da cidade de Vitória. Não vimos aqui os efeitos esperados de uma modalidade de gestão que pretende a inserção da cidade em um circuito turístico internacional²³ e o aprimoramento do potencial atrativo da região para grandes investimentos. Ao contrário, ocorre um processo ambíguo em “[...] que ao discurso da globalização e da reestruturação urbana associa-se o do atendimento de demandas locais [...], em uma tentativa de inventar tradições e reafirmar a antiga centralidade” (BOTELHO, 2005, p. 69). Porém, observamos como esse modelo de gestão, claramente identificado com o liberalismo econômico, se expressa em um liberalismo político, por mais que, no plano micro, ele possa se desenvolver de forma paradoxal.

Em nosso contexto de observação, as propostas de gestão do bairro defendidas pelas chapas em disputa pela diretoria da Amacentro assumem publicamente percepções sobre os seus espaços públicos (e a composição da população que nele circula), seus usos e sentidos e o Samba da Xepa²⁴ é vetor simbólico dos conflitos que antecedem esse contexto eleitoral e a conformação dos dois grupos que irão concorrer pela representação dos moradores.

Já considerado um evento tradicional de samba local, a roda de samba acontece aos sábados e se estende por toda a tarde. Quando iniciamos o trabalho de campo no Centro, o evento era realizado em frente a um bar, a própria roda de samba ocupando uma lateral da rua, com as mesas e cadeiras dos frequentadores espalhadas por uma faixa de aproximadamente 20 metros, de um lado e de outro de uma via pública que permanecia aberta, com baixo fluxo de veículos. Essa área do bairro se configura como um dos muitos pontos da região marcados pela presença de edifícios multifuncionais, nos quais há estabelecimentos comerciais no primeiro

23 A título de exemplo, o aeroporto de Vitória oferece exclusivamente opções de voos nacionais, ainda restritas e instáveis. As ofertas durante a semana incluem São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Salvador (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2020) e, ao longo da temporada de verão 2020, foram lançadas opções semanais em direção a Governador Valadares, Ilhéus, Porto Seguro e Salvador (GAZETA ONLINE, 2020).

24 O evento é atualmente também conhecido como Samba da Rua 7 ou Samba do Nei. Segundo relatos, a roda de samba fora criada em 2010 e acontecia no calçadão da Rua Viva, bem ao lado das barracas de feira. Um grupo de puxadores dava início à roda, aberta aos possíveis demais interessados. Posteriormente, o grupo se instalou mais próximo de um dos bares localizados no início da rua. Diante do sucesso do evento, os donos dos bares passaram a disputar a fixação territorial da roda. Atualmente, a roda acontece no Bar do Nei, os músicos permanecem dentro do bar, contam com caixas de som e microfones.

pavimento e imóveis residenciais nos demais andares. Os conflitos entre alguns dos moradores dessa área e os promotores do evento exemplificam as disputas de mesma ordem fragmentadas em diferentes locais da região e que remetem a algumas das inconveniências provocadas pelos atravessamentos entre público e privado, intoleráveis no âmbito de uma civilidade liberal, como demonstra Breviglieri (2013).

Nesse caso exemplar entre os possíveis, em determinado momento, mais do que acionar o Disque Silêncio ou protocolar denúncias na prefeitura, alguns dos moradores de um prédio vizinho se organizaram para suspender a realização do samba, o tratamento da questão se tornando ponto em discussão na disputa pela gestão do próprio condomínio. Insatisfeitos com os desdobramentos do caso²⁵, esses moradores começam a articular novas estratégias e composições, dentre elas a formação de uma chapa para concorrer à diretoria da Associação de Moradores do Centro de Vitória.

Se tomarmos o Samba da Xepa²⁶ como divisor simbólico dos grupos em oposição no processo eleitoral pela diretoria da Amacentro, em 2018, notaremos que alguns dos seus fundadores e apoiadores compõem ou apoiam a Chapa 1, enquanto a Chapa 2 será formada por alguns dos seus denunciante, incluindo parte dos moradores do referido edifício. Mais do que o samba, o que é colocado em disputa entre as diretorias inscritas são duas vivências de bairro, diretamente relacionadas a percepções sobre o acesso e uso dos seus espaços públicos.

Ao mesmo tempo, assim como é reportado em jornal local (SÉCULO DIÁRIO, 2018), é o próprio instrumento político, a Associação, que é objeto de disputa, de um lado, por uma chapa vinculada ao poder público municipal (ao seu ex-presidente e então vereador) e, do outro, por um grupo independente de moradores que persiste em defender publicamente a autonomia de gestão da instância de representação (e vinculado a diretoria em exercício). Esses grupos são derivados daqueles que lhes antecederam na sucessão da diretoria da Amacentro, mas se apresentam nesse momento reconfigurados, seja no que se refere à sua composição ou à sua própria definição e, portanto, a definição dos seus problemas.

É através dos múltiplos momentos de disputa entre atores individuais ou coletivos que a arena pública em torno dos problemas do Centro de Vitória vai assumindo sua conformação atual. De acordo com Cefaï (2011, p. 5): “Essas situações tomam a forma de provas de alerta,

²⁵ Que se encaixa perfeitamente na situação mencionada por Emerson quanto à demanda de “segurança pública” recebida pela associação ao longo da sua gestão.

²⁶ É importante destacar que o samba é veículo de mobilização popular recorrentemente acionado nesse contexto, servindo também como ferramenta política de protesto acionada por esses atores coletivos locais. Ainda em 2016, foi realizada uma roda de samba na Rua Sete em protesto às represálias e políticas que tentavam “[...] inibir as tradicionais manifestações populares no bairro” (G1, 2016, *on-line*).

de experimentação, de medida, de testemunho de negociação, de estratégia, de conversação, de deliberação...”. As motivações e objetivos, a unidade e a identidade que se consolidam em chapas concorrentes à diretoria da Amacentro, em 2018, são produto do processo prático de enfrentamento entre próprios grupos: públicos em processo de conformação e os problemas a partir deles definidos.

Assim também, o processo de qualificação dos bens desejados, inicialmente por atores individuais e como bens privados (o incômodo com o barulho, o cheiro de urina na calçada após as festas, a insegurança com relação à presença de pedintes ou “moradores de rua”), são enfim expressos em bens públicos (*a questão da ordem urbana, a questão da segurança pública, a questão dos moradores ou usuários indesejados*, dentre outras).

As assembleias de moradores foram, desde o início do nosso trabalho de campo, espaços de exposição dos descontentamentos dos moradores, mas o diálogo entre a diretoria em exercício e um dos participantes elucida os limites da participação popular nas decisões políticas locais. Para enfrentar o “problema da segurança” no bairro, a Diretoria propõe a criação de uma comissão interna composta por residentes em pontos estratégicos do bairro para mediar as denúncias perante aos órgãos competentes, através da representante da Associação que compõe o Conselho de Segurança Pública:

- A diretoria está dialogando frequentemente com a polícia militar, com a guarda, frequentemente (Nilo, então presidente da Amacentro).
- E por que, invés de ficar aí, digamos assim, postergando com criação de comissão, por que a própria diretoria não mantém esse diálogo aí com esses [órgãos] de segurança? (Seu Ricardo, morador)
- Nós já temos essa interface. Mas nós queremos abrir para mais participação (Nilo).

A ineficiência dos processos de catalização das demandas locais pelo poder público local incidirá sobre o acirramento desses conflitos. Há espaços deliberativos participativos, o problema é que a participação da sociedade civil nesses contextos serve exclusivamente a efetivação dos procedimentos de normatização do espaço, não enquanto operadores de processos de conformação de um ideal de bem comum que deverá nortear as ações. Os descontentamentos, que irão persistir ao longo do tempo, acabarão se voltando para a própria Associação: “Então, qual é a força política que a Associação tem?” (Seu Ricardo).

Depois da derrota da *Chapa 2 – Renova Centro* nas eleições para a diretoria da Amacentro, esse público cria uma *instância alternativa de representação de moradores*, apresentada publicamente como Associação Pró-Centro. Declarando explícita identificação com “valores

familiares, da moral judaico-cristã, da liberdade do cidadão em escolher o melhor para a sua família”, o movimento se propõe a representar os ideais “do patriotismo, do civismo, dos preceitos da moral, da honra, da dignidade e dos bons costumes” (VIX PRÓ-CENTRO, 2020, *on-line*).

Destacamos que não apenas os valores defendidos, pautados em uma delimitação restritiva dos interesses a serem representados, como também o posicionamento assumido localmente pelo grupo derrotado expressa estreita identificação com o discurso político que saiu vitorioso das eleições presidenciais ocorridas no mesmo ano no Brasil.

O mesmo público que reconhece a efetividade da Amacentro enquanto instância de representação dos moradores do bairro, ao se inscrever para disputar a diretoria da Associação, uma vez derrotado, deslegitima o processo eleitoral democrático, instituindo uma nova Associação. Ao invés de atuar nas assembleias de moradores já constituídas, participando ativamente de um processo de codefinição e de condomínio dos problemas comunitários, o grupo se dispõe a “[...] monitorar os agentes públicos a fim de impedir aprovações de atos nocivos aos interesses *desta Associação*” (VIX PRÓ-CENTRO, 2020, *on-line*, grifo nosso). A Pró-Centro se apresenta, portanto, como uma instância autônoma e independente até mesmo com relação aos interesses e às deliberações dos próprios moradores do bairro, representados pela diretoria eleita da Associação e, portanto, comprometida com a defesa de um *bem de poucos*, porém percebidos como um direito inalienável: o direito a uma cidade garantida.

Se o que cabe à Sociologia é analisar “[...] como os bens são percebidos nas suas ações, por meio de como esses direcionamentos do bem são avaliados pelas outras pessoas” (WERNECK, 2012, p. 245), nos deparamos com um referencial de bem que se identifica claramente com uma gramática liberal de interesses individualistas (CHEYNS; THÉVENOT, 2019). Essa pluralidade de interesses é subordinada, desse modo, a um ideal de urbanidade segundo o qual o papel do estado é administrar essa tensão, consolidando um conjunto de mecanismos que

[...] dissipem essas linhas de tensão em favor do crescente poder conferido a uma “lógica econômica e de segurança” levando ao fortalecimento de uma “abordagem do cliente” preconizada pelos órgãos de gerenciamento de projetos. (LEBOIS, 2010, p. 137 *apud* BREVIGLIERI, 2013, p. 220, tradução nossa)²⁷.

27 “affadissent cette ligne de tension au profit du pouvoir croissant accordé à une ‘logique économique et sécuritaire’ conduisant au renforcement d’une ‘démarche client’ prônée très en amont par la maîtrise d’ouvrage”.

REFLEXÕES FINAIS

O atual estado de conservação do Centro de Vitória é um problema público amplamente reconhecido localmente, a sua *revitalização*, ou requalificação, é mencionada nas últimas décadas em campanhas políticas, projetos de diferentes instâncias governamentais e, sobretudo, nos Planos Diretores Urbanos da cidade. O seu passado é rememorado com saudosismo pelos nativos da cidade e esse imaginário norteia os projetos direcionados para a região. Território primário de ocupação urbana e, por muitos anos, núcleo residencial, administrativo e de oferta de serviços da capital capixaba, o Centro será também o patrimônio imaterial a partir do qual serão projetados os planos de inserção da cidade, e do estado, no rol das cidades globais. As estratégias utilizadas na gestão do espaço se mostraram inefetivas ao alcance desses objetivos, sendo pautadas ainda em um modelo de gestão que se isenta do compromisso de agir como *operadora de produção de bens públicos*²⁸, a partir da *pluralidade de bens fundamentais*²⁹.

O potencial de mobilização coletiva observado entre os moradores do Centro de Vitória se concretiza em iniciativas de diferentes ordens que visam a solução de problemas do bairro e a melhoria da qualidade de vida da sua população. Ao mesmo tempo, a efetivação da imagem de um “Centro Histórico” no imaginário social local estimula expectativas dos moradores de que essa região seja objeto de intervenções que promovam o restabelecimento da sua posição de centralidade na cidade, para alguns, independentemente dos meios ou das suas consequências: a *remoção da população de rua* para outras localidades, a *repressão* de práticas de expressão cultural frequentadas por um público indesejado, a *especulação imobiliária* e a consequente evasão da população pobre do bairro para a periferia da cidade, entre outras propostas verbalizadas em assembleias de moradores ou conversas informais com os defensores de uma modalidade de gestão do bairro mais estreitamente identificada com uma gramática liberal.

Em mutirão, os próprios moradores levantam dados, organizam festejos, promovem campanhas de conscientização, dão visibilidade às suas demandas e tornam públicos os seus problemas. Essas forças instituíram, em 20 de março de 2017, um Pacto de Convivência e Harmonia do Centro Histórico de Vitória, com o objetivo de “[...] estabelecer o diálogo sobre a utilização dos espaços públicos, privados e eventos culturais (institucionais, comunitários e comerciais), promovendo o entendimento para o bem comum” (AMACENTRO, 2017, *on-*

²⁸ Nos termos de Cefai, (2011).

²⁹ Assim como vimos em Thévenot (2019).

-line). O documento foi elaborado por uma comissão formada por representantes de diversos segmentos interessados, e votado pelos moradores em assembleia.

Os moradores se esforçaram para promover a neutralização das tensões prejudiciais “[...] à tranquilidade do bairro, garantindo o respeito à separação liberal do espaço entre público e privado”³⁰ (BREVIGLIERI, 2013, p. 233, tradução nossa). Buscam, em suas ações, a elaboração de um espaço defensivo a partir da formulação, pela própria comunidade, de garantias de convivência e “bom uso” dos espaços públicos do bairro, remontando em suas narrativas os vínculos afetivos estabelecidos com o lugar, em um esforço que reconhece a pluralidade de moralidades em coexistência e busca administrar os conflitos que dela emergem.

Ao mesmo tempo, emerge uma discursividade que tem como um dos principais eixos a diferença, traçando uma visão antagonista e que marca o contexto político brasileiro atual (CESARINO, 2019).

Observamos o agravamento dessas dissonâncias se converter em um processo de enfraquecimento do potencial de mobilização coletiva, dado que a definição de bens comuns é “[...] indissociável das situações de debate, de controvérsia, da polêmica ou do processo no qual elementos contrários de informação, de prova e de argumentação vão ser confrontados, no qual também decisões serão consumadas” (CEFAÏ, 2011, p. 6) e carecem, assim, de um ambiente dialógico e agregador.

Sobre o princípio de uma cidade garantida se erige um modo de gestão do espaço urbano comprometido com o aprimoramento dos índices de qualidade de vida e de seus imóveis e que reivindica o compartilhamento desse valor. Ela dará a garantia daquilo que geralmente classificamos como circulação fluida: uma qualidade patrimonial, uma boa oferta de comércios, de serviços eficazes, dado nível de rentabilidade, satisfatória, aos investimentos, entre outros. Mas a constituição de um espaço referencial e informacional que sustenta a edificação da cidade garantida tende à perda de certas qualidades sensíveis. Se dissemina assim a metáfora do inferno urbano, suscitada por um tipo de angústia que incide sobre o agir humano, “[...] cativo de suas inquietudes e sua autoridade, tributária do crédito acordado a um conjunto de dispositivos normativos suscetíveis de suscitar a confiança³¹” (BREVIGLIERI, 2013, p. 215, tradução nossa). Esses valores não são satisfeitos pelo pacto coletivo, não confiam nem se satisfazem com um acordo entre comuns, pois demandam intervenção externa e garantias estandardizadas: efeito político de uma ordem econômica liberal.

30 “à la tranquillité du voisinage en assurant le respect de la séparation libérale de l’espace entre public et privé”.

31 “captif de ses inquiétudes, et son autorité, tributaire du crédit accordé à un ensemble de dispositifs tiers susceptibles de susciter de la confiance”.

Eficiente ou não em termos do alcance dos seus objetivos, a modalidade de gestão urbana vigente na cidade de Vitória também contribui para a conformação de uma atmosfera na qual a pluralidade de bens fundamentais é subordinada a uma governabilidade pela norma, visando a promoção de um bairro histórico (não um bairro vivido, mas mero produto).

REFERÊNCIAS

1. AMACENTRO. **Pacto de Convivência e Harmonia do Centro Histórico de Vitória**. 20 mar. 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B05i6MFyaz0XcU5zeWtYYSVJuakU/view?fbclid=IwAR3LVxNdq8MkEDfBMqACwlQyY6Yr4hCIO-JSiUOsyTplNs24VhlO-aGshQE>. Acesso em: 22 set. 2017.
2. BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
3. BOTELHO, T. R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista Eure**, Santiago de Chile, v. 31, n. 93, p. 53-71, 2005. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v31n93/art04.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2015.
4. BREVIGLIERI, M. Une brèche critique dans la ville garantie? Espaces intercalaires et architectures d'usage. In: LANZA COGATO, E.; PATTARONI, L.; PIRAUD, M.; TIRONE, B. **De la différence urbaine: le quartier des Grottes**, Genève. Genève: Mettis Presses, 2013.
5. CAMPOS, D. S. **Ponte da passagem: por significações**. 2016. 160 f. Orientadora: Moema Lúcia Martins Rebouças. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/7081/1/tese_9954_Disserta%3%a7%3%a3o%20final%20para%20impress%3%a3o%20-%20REVISADA%20PDF.pdf. Acesso em: 04 maio 2019.
6. CAMPOS JÚNIOR, C. T. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Florecultura, 2002.
7. CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017a. Disponível em: <https://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Cefai2017-PARTE-1-obrigatoria.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.
8. CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo

- (Parte 2). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 129-142, 2017b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/cGMgGqgT94BFhsXst8Shp4L/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.
9. CEFAÏ, D. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse em Paris. In: CEFAÏ, D. *et al.* (org.). **Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: EdUFF, 2011.
 10. CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Revista Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7163/5742>. Acesso em: 10 out. 2015.
 11. CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, n. 1, p. 530-557, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232/158421>. Acesso em: 10 out. 2020.
 12. CHEYNS, E.; THÉVENOT, L. Le gouvernement par standards de certification consentement et plaintes des communautés affectées. **La Revue des droits de l'homme**, n. 16, p 1-33, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revdh/6843>. Acesso em: 04 dez. 2020.
 13. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Prefeito de Vitória é intimado a cadastrar ocupantes de antigo prédio do IAPI**. 2017. Disponível em: <https://dpu.jusbrasil.com.br/noticias/473857456/prefeito-de-vitoria-e-intimado-a-cadastrar-ocupantes-de-antigo-predio-do-iapi?ref=serp>. Acesso em: 14 jun. 2020.
 14. GAZETA ONLINE. Audiência pública discute proposta de fechar bares em Vitória após 2 da manhã. **Gazeta Online**, 11 maio 2015. Disponível em <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2015/05/audiencia-publica-discute-proposta-de-fechar-bares-em-vitoria-apos-2-da-manha-1013896710.html>. Acesso em: 14 jun. 2020.
 15. GAZETA ONLINE. Aeroporto de Vitória terá quatro novos voos na temporada de verão. **Gazeta Online**, 01 dez. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/aeroporto-de-vitoria-tera-quatro-novos-voos-na-temporada-de-verao-1220>. Acesso em: 14 dez. 2020.
 16. GAZETA ONLINE. Centro tem “cadeiraço” contra fechamento de bares às 23 horas. **Gazeta Online**, 17 mar. 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/03/centro-tem-cadeiraco-contra-fechamento-de-bares-as-23-horas-1014035184.html>. Acesso em: 18 maio 2020.
 17. G1. Ato no Centro de Vitória faz cortejo de sambista contra ‘morte dos bares’. **G1**, 18 mar. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/03/ato-no-centro-de-vitoria-faz-cortejo-de-sambista-contra-morte-dos-bares.html>. Acesso em: 03 jun. 2020.

18. G1. Samba é realizado como protesto na Rua Sete, no Centro de Vitória. **G1**, 17 set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/09/samba-e-realizado-como-protesto-na-rua-sete-no-centro-de-vitoria.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.
19. GLUCKMAN, M. Gossip and Scandal. **Current Anthropology**, Chicago, v. 4, n. 3, p. 307-316, 1963. Disponível em: <https://www.romolocapuano.com/wp-content/uploads/2017/12/Gossip-and-Scandal-Max-Gluckman.pdf>. Acesso em: 02 maio 2021.
20. GOMES, E. A modernização urbana do Centro de Vitória (ES): considerações preliminares sobre a geografia do passado de uma cidade. **Geografares**, v. 6, p. 73-87, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1017>. Acesso em: 07 jul. 2016.
21. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Aeroporto de Vitória amplia opções de voos a partir desta semana**. Vitória, 2020. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/aeroporto-de-vitoria-amplia-opcoes-de-voos-a-partir-desta-semana>. Acesso em: 15 dez. 2020.
22. INSTITUTO GOIA. **Visitar**. Vitória, 2015. Disponível em: <http://www.institutogoia.org/pg/2996/projeto-visitar/>. Acesso em: 03 jul. 2015.
23. MAGNANI, J. G. MAGNANI, J. C. Quando o campo é a cidade. *In*: Magnani, J. C.; TORRES, L. L. (org.). **Na metrópole – Textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996.
24. MAGNANI, J. G. MAGNANI, J. C. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. **Cadernos de História de São Paulo**, n. 2, p. 1-14, 1993. Disponível em: https://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.
25. MENDONÇA, E. M. S.; FREITAS, J. F. B.; CAMPOS, M. M.; PRADO, M. M.; ALMEIDA, R. H. *et al.* **Cidade prospectiva: o projeto de Saturnino Brito para Vitória**. Vitória: EDUFES; Annablume, 2009.
26. MOTA, F. R. O meio ambiente contra a sociedade? Controvérsias públicas, reconhecimento e cidadania no Brasil. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 7, n. 1, p. 39-57, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7251/5831>. Acesso em: 14 dez. 2020.
27. NÉSPOLI, A. A.; BLANC, M. Políticas de desenvolvimento urbano na cidade de Vitória: uma história recente. *In*: VASCONCELLOS, F.; BLANC, M. (org.). **Reflexões sobre o urbano no Espírito Santo: desenvolvimento, expansão e experiências urbanas**. Florianópolis: Insular, 2016.
28. NÉSPOLI, A. A. **Qual é o rock hoje?: empreendedorismo cultural no centro de Vitória-ES**. 2016. 138. Orientadora: Manuela Vieira Blanc. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uvv.br/bitstream/123456789/167/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20FINAL%20>

- DE%20AMANDA%20ALVARENGA%20NESPOLI.pdf. Acesso em: 28 jun. 2018.
29. PARK, R. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
 30. REIS, L. C. T. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista**: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na Grande Vitória-ES. 2007. 286 f. Orientador: Roberto Lobato Corrêa. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: objdig.ufrj.br/16/teses/680831.pdf. Acesso em: 21 maio 2018.
 31. SÉCULO DIÁRIO. Eleição da Amacento consolida derrota do grupo do prefeito. **Século Diário**, 14 ago. 2018. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cidades/eleicao-da-Amacento-consolida-derrota-do-grupo-do-prefeito>. Acesso em: 15 maio 2020.
 32. THÉVENOT, L. A New Calculable Global World in the Making: Governing through Transnational Certification Standards. *In*: MENNICKEN, A.; SALAIS, R. (ed.). **The New Politics of Numbers: Quantification, Administrative Capacity and Democracy**. London: Palgrave Macmillan, 2019.
 33. THÉVENOT, L. Autorités à l'épreuve de la critique. Jusqu'aux oppressions du 'gouvernement par l'objectif'. *In*: BRUNO, F. **Le tournant de la théorie critique**. Paris: Desclée de Brouwer, 2015. p. 216-235.
 34. THÉVENOT, L. Autorités à l'épreuve de la critique. Des évaluations autorisées et de leurs critiques jusqu'aux oppressions du "gouvernement par l'objectif". *In*: BRUNO, F. (ed.). **Quel présent pour la critique sociale?** Paris: Desclée de Brouwer, 2013.
 35. THÉVENOT, L. Sacrifices et bénéfices de l'individu dans un espace public libéral. **Cahiers d'éthique sociale et politique**, n. 5, p. 68-79, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305389574_Sacrifices_et_benefices_de_l%27individu_dans_un_espace_public_liberal Acesso em: 14 dez. 2020.
 36. THÉVENOT, L. Un gouvernement par les normes: pratiques et politiques des formats d'information. *In*: CONEIN, B.; THÉVENOT, L. (Ed.) **Cognition et information en société**. Paris : Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1997. p. 205-241.
 37. VITÓRIA. **Plano de Desenvolvimento Urbano da cidade de Vitória - ES**. Disponível em: https://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20180627_seminario_pdu_final.pdf. Acesso em: 03 jun. 2020.
 38. TRIBUNA ONLINE. Depois de deixar IAPI, quarenta famílias ocupam outro prédio no Centro de Vitória. **Tribuna Online**, 25 jul. 2017. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/depois-de-deixar-iapi-quarenta-familias-ocupam-outro-predio-no-centro-de-vitoria>. Acesso em: 07 maio 2020.
 39. TRINDADE, F. C. **Multiplicidade**: o lugar da habitação nas intervenções em áreas

- centrais. 2015. 152 f. Martha Machado Campos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/jspui/handle/10/4436>. Acesso em: 23 maio 2016.
40. VIX PRÓ CENTRO. **Centro de Vitória: seu guia do Centro**. 2020. Disponível em: <http://www.centrodevitoria.com.br/pgn/2590954/associacoes-vix-pro-centro/>. Acesso em: 20 fev. 2020.
41. WALDETÁRIO, K. Z. **Diretrizes para aplicação dos conceitos de sustentabilidade na reabilitação de edifícios em centros urbanos para fins de habitação popular: análise do programa morar no Centro – Vitória (ES)**. 2009. 178 f. Orientador: Cristina Engel de Alvarez. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em: <https://lpp.ufes.br/sites/lpp.ufes.br/files/field/anexo/dissert3478423.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.
42. WERNECK, A. **A desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
43. VISITAR. Comunicado. **Facebook**, Vitória, 29 dez. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/visitarvitoria/photos/a.450831524930748/1289745901039302/?type=3&theater>. Acesso em: 16 maio 2020.

Manuela Vieira Blanc

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Cidades, Espaços Públicos e Periferias e do Projeto Cep 29: Núcleo capixaba de estudos da experiência humana em meio urbano. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0595-7875>. E-mail: manu_uenf@yahoo.com.br.

O Melhor Espetáculo da Terra: Crise e Regulação no Carnaval de Rua do Rio de Janeiro

The Best Spectacle on Earth: Crisis and Regulation in Rio de Janeiro's Street Carnival

Ana Paula Rocha de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Julia Galli O'Donnell

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O artigo discute de que forma o carnaval de rua pode ser pensado como resultado de disputas e negociações entre diferentes agentes do Estado e, ao mesmo tempo, como produtor de práticas e territorialidades urbanas. Para isso, parte-se da identificação de uma crise no âmbito da economia e da segurança pública, com o intuito de desenvolver uma discussão sobre o processo de regulação do carnaval de rua no Rio de Janeiro. Baseado em trabalho etnográfico realizado junto ao Ministério Público do Rio de Janeiro, o artigo tem como foco analítico os desdobramentos da construção da narrativa de crise, pensados em relação com os quadros de valores morais acionados no processo de ocupação dos espaços da cidade e no fornecimento de serviços públicos. Nesse sentido, são analisadas formas de classificação utilizadas por diferentes atores no processo de organização da festa, numa reflexão que coloca o uso do espaço urbano no centro da discussão sobre a ordem e a segurança pública.

Palavras-chave: Carnaval de Rua, Rio de Janeiro, Bloco de Carnaval, Regulação, Crise.

Recebido em 10 de janeiro de 2021.
Avaliador A: 12 de março de 2021.
Avaliador B: 28 de março de 2021.
Aceito em 19 de maio de 2021.



ABSTRACT

The article aims to discuss how the street carnival can be thought of as a result of disputes and negotiations between different state agents and as a producer of urban practices and territorialities. It starts from the analysis of a specific event - the identification of a crisis in the economy and public safety - to develop a discussion about the process of regulation of the street carnival in Rio de Janeiro. Based on ethnographic work carried out with the Public Prosecutor's Office of Rio de Janeiro, the article focus on the unfoldings of the construction of the crisis narrative in relation to the moral frameworks triggered in the uses of streets and in the provision of public services. In this sense, we analyze the forms of classification used by different actors in the process of organizing the party, situating the uses of urban space at the center of the discussion about public order and safety.

Keywords: Street Carnival, Rio de Janeiro, Carnival Bloco, Regulation, Crisis.

INTRODUÇÃO

O carnaval de rua do Rio de Janeiro é uma das maiores festividades populares do Brasil. Anualmente, milhões de foliões se aglomeram pelas ruas da cidade, dando corpo a uma festa que vem crescendo a cada ano. Estima-se que em 2018 mais de 7 milhões de pessoas participaram do carnaval de rua na capital fluminense, dentre as quais cerca de 1,6 milhões de turistas. No mesmo ano, 608 blocos desfilaram pela cidade, somando um “custo total estimado em 72,4 milhões de reais” (CORRÊA, 2019).

Apesar do sucesso revelado por números como esses, nem tudo foi festa no carnaval daquele ano. Cenas de assaltos, arrastões, saques e problemas no esquema de segurança foram intensamente midiáticos durante os dias da festa, levando o então presidente Michel Temer a afirmar que o cenário revelava uma “agressividade muito grande e uma desorganização social e até moral muito acentuada” (BANDNEWS TV, 2018). Esse contexto pôs a folia no centro de uma série de discussões e controvérsias, agravadas pelo fato de que o então governador do estado, Luiz Fernando Pezão, não apresentara um plano de segurança para os dias de carnaval (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). Também chamou a atenção da imprensa e de partidos de oposição a viagem do então prefeito e bispo evangélico, Marcelo Crivella, para o exterior nos dias da maior festividade da cidade (NUNES, 2018), em atitude oposta àquela tradicionalmente adotada por gestores do município. A opinião pública frente ao cenário de violência e a aparente ausência de medidas por parte dos governantes deram forma a uma sensação difusa de abandono e desordem, tanto no âmbito estadual quanto na esfera da municipalidade, o que veio a

reforçar as narrativas de uma crise na segurança pública local.

Como ponto de partida, e acompanhando Janet Roitman (2014), é importante refletir sobre os modos pelos quais a crise se constitui como objeto de conhecimento. Reiteradamente acionada e disputada, a fim de delimitar um *momento da verdade* (p. 4), a crise é utilizada em construções narrativas como modo de pensar a própria história e como produtora, ela mesma, de contextos. Na conjuntura aqui analisada, a crise se refere à situação fiscal do Estado do Rio de Janeiro, seguida da intervenção federal na segurança pública do estado. Nosso objetivo é, assim, analisar como o carnaval de rua serviu (e tem servido) como espaço de disputas em torno do repertório que dá corpo às *narrativas da crise* (p. 11), a partir de categorias centrais à gestão do espaço urbano – tais como desordem e violência. Nesse sentido, visamos discutir o que uma “crise fiscal” e de segurança mobiliza tanto nos festejos de rua quanto nos aspectos centrais das negociações que culminam, anualmente, no desfile de centenas de blocos pela cidade durante os dias de carnaval.

Veremos como o mote da crise, muitas vezes amplificado pela imprensa cujas posições são aderidas pelo senso comum (DEWEY, 1938), é capaz de moldar tentativas específicas de regulação pela norma, mesmo que essa exceção se dê, paradoxalmente, de forma prolongada no tempo e na história. É importante destacar que o nosso foco não é indagar sobre os motivos que levaram às referidas crises, mas sim pensá-las como produtoras de sentido (ROITMAN, 2014), esboçando modos de governo que a elas se articulam, e refletir sobre como tais governos acabam modulando as negociações em torno do carnaval de rua.

Parte integrante da narrativa sobre a crise, os números que inauguram este artigo e o repertório da escassez de recursos públicos a ela relacionados (FREIRE, 2019) são também elementos centrais a serem avaliados. No âmbito da festa, essas condições se expressam, por exemplo, na reiteração da insuficiência operacional de polícias e da capacidade de atendimento dos órgãos de saúde pública, além da falta de verba pública de modo geral. A noção de escassez de recursos está no cerne de uma série de intervenções estatais (FREIRE, 2019) e serve como mobilizadora de processos de apropriação da festa pelo mercado privado, de responsabilizações da sociedade civil organizadora de blocos de rua e de procedimentos burocráticos para a realização da festa, impondo novas prerrogativas à ocupação da rua nos dias de carnaval.

Assim, partimos daquilo que na pesquisa de campo se mostrou significativo aos interlocutores no espaço de disputas dentro do qual se organiza não apenas a festa, mas também a política, os documentos e as diferentes vertentes do Estado que atuam na preparação do carnaval de rua carioca. A esse respeito, vale mencionar que a pesquisa que deu origem a este artigo valeu-se da observação participante em blocos, associações e ligas carnavalescas, além de

trabalho de campo realizado junto ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) – onde, entre 2018 e 2020, uma de nós pôde acompanhar audiências públicas e demais reuniões de um grupo de trabalho destinado aos processos de negociação da festa, com especial atenção às questões relacionadas à segurança e à manutenção da ordem pública. Foram feitas ainda entrevistas com representantes de associações de blocos de rua, de associações de moradores e do MPRJ e pesquisa em material de imprensa, em especial o jornal *O Globo*, devido à sua densa cobertura anual dos festejos de carnaval. Deste modo, a análise aqui desenvolvida se valeu de dados produzidos a partir de diferentes estratégias metodológicas que permitiram, em seu conjunto, alcançar distintas instâncias e camadas da produção de narrativas e de disputas em torno da organização do carnaval de rua no Rio de Janeiro.

A partir dos dados coletados foi possível pensar o carnaval de rua como resultado de disputas e negociações entre diferentes agentes do Estado e, ao mesmo tempo, como produtor de práticas e territorialidades urbanas. Nesse sentido, tomamos como ponto de partida a proposta de pensar “[...] o Estado por meio de seus agentes, os diferentes interesses que os movimentam, suas práticas e estratégias de luta, os dispositivos de poder que operam em diferentes situações [...]” (TEIXEIRA; LOBO; ABREU, 2019, p. 10). Acreditamos ser possível, com isso, refletir de modo mais amplo sobre os modos como a relação entre norma, espaço e práticas culturais é permanentemente tensionada por diferentes atores.

O artigo pretende, assim, oferecer uma contribuição ao vasto campo de estudos sobre o carnaval,¹ discutindo os festejos de rua a partir do entrelaçamento dos campos da antropologia urbana e da antropologia da política. Cabe frisar, ainda, o modo como algumas das questões que emergiram dos atores acompanhados durante a pesquisa apresentaram condições e interpretações continuadas no que tange à política brasileira em sua complexidade, dentre elas a ideia de

¹ A partir de diferentes perspectivas, fontes e material empírico, pesquisadores como Queiroz (1992), Soihet (1998), Pereira (2004), Cunha (2001), Gonçalves (2007, 2006), Ferreira (2005), Coutinho (2006) abordaram transformações históricas do carnaval e do país nos séculos XIX e XX, com atenção às disputas envolvendo expressões festivas, dos entrudos às origens das escolas de samba, apresentaram debates transversais aos conflitos entre grupos raciais e sociais diversos. Já as intersecções entre festa e cotidiano têm no trabalho de DaMatta (1997) uma das mais reconhecidas formulações. Cavalcanti (2002) discutiu as materialidades, afetos e estéticas das festas demonstrando o modo como elas transbordam discursos patrimoniais. Já sobre o carnaval de rua a partir da década de 1980, Frydberg (2016, 2017) e Frydberg e Eiras (2015) investigaram os atores e configurações da folia dando atenção à tradição, ao direito à cidade e à economia. Ao apresentar preocupações sobre aspectos patrimoniais e raciais, Guimarães (2016) se debruçou sobre os conflitos entre ocupação do espaço público durante a festa e implementação de projetos urbanos. Com enfoque a partir dos anos 2000, Machado (2017) discutiu os modelos neoliberais de gestão da festa. É válido enfatizar que parte do referencial sobre o estado da arte do tema é composto por acadêmicos “nativos”, ou seja, participantes do circuito de produção da folia e que se debruçaram sobre ela em seus projetos pessoais, profissionais e acadêmicos, como é o caso de autores como Fernandes (2019) e Couri (2012).

insuficiência da atuação do Estado. Isso demonstra como o processo de regulação da folia de rua pode ser articulada com essas dinâmicas mais gerais, dialeticamente.

A CRIAÇÃO DO CONTEXTO *DE CRISE*

A intervenção federal na segurança pública do estado foi instaurada por Michel Temer em 16 de fevereiro de 2018, por meio do Decreto nº 9.288 (BRASIL, 2018), dois dias depois da Quarta-Feira de Cinzas – momento que marca, no calendário cristão, o início da quaresma e fim dos dias de excessos. A intervenção, que teve duração de 11 meses, consistiu na retirada do comando das polícias do âmbito do governo do estado, transferindo-o para um general do exército. A medida foi implementada a pedido do então governador Luiz Fernando Pezão, sob o argumento de que, diante da gravidade do quadro de violência enfrentado no Rio de Janeiro, “só com as Forças Armadas e a integração que conseguiremos vencer essa quantidade de armamento de guerra que tem no Rio hoje” (COELHO, 2018).

Cabe frisar que, somadas a essa conjuntura, havia pelo menos duas condições anteriores que dialogavam com os desdobramentos que se dariam a partir de então. A primeira delas foi a situação de calamidade pública nas finanças do estado, instaurada por meio do Decreto nº 45.692 de 17 de junho de 2016. De acordo com o texto do decreto, a medida se deu em razão da “grave crise financeira” que teria, dentre outras coisas, “impedido” o estado de “honrar com seus compromissos para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”, acarretando “severas dificuldades na prestação dos serviços públicos essenciais” (RIO DE JANEIRO, 2016). O decreto (que obteve vigência prorrogada por lei até 2021²) previa, inclusive, a possibilidade de que tal crise financeira culminasse no “total colapso na segurança pública, na saúde, na educação, na mobilidade e na gestão ambiental”.

A segunda condição dizia respeito ao regime de recuperação fiscal, uma iniciativa do governo federal para auxiliar os estados “em crise” através da suspensão do pagamento das dívidas à União, tendo como contrapartida a privatização de empresas públicas e o corte de despesas. A entrada do Rio de Janeiro no regime foi formalizada em junho de 2017 e estava vinculada às tentativas de privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) e à aprovação de uma lei estabelecendo “teto de gastos” (FREIRE, 2019).

² Rio de Janeiro, Lei nº 9.163 de 28 de dezembro de 2020.

A esse respeito, retomamos Roitman (2014) acerca da necessidade de problematizar os fundamentos do conceito de crise. A autora alerta para a importância da reflexão sobre as bases epistemológicas que sustentam diagnósticos de crise, de modo a compreender como seus usos podem se tornar um elemento central na construção de determinadas narrativas. Isto é, a enunciação da crise acabaria por estabelecer um “momento da verdade” no qual “[...] certas perguntas podem ser feitas enquanto outras são excluídas.” (ROITMAN, 2014, p. 93, tradução nossa). Com o intuito de não reificar essa premissa e assumir as assertivas dos interlocutores como sendo aquelas do pesquisador, mais que compreendê-la como um diagnóstico ou um dado de realidade, é necessário considerar as maneiras pelas quais a crise regula tais narrativas.

O investimento narrativo na ideia de crise promove, assim, um prognóstico de tempo capaz de operar continuamente como produtora de contextos, bem como permite acessar demandas de natureza moral dos atores avaliados. Interessa analisar, portanto, quais práticas podem ser mobilizadas por esse tipo de definição da realidade ou, nos termos da autora, na prática do conceito de crise (ROITMAN, 2014). No caso aqui discutido, isso se expressa em desdobramentos nos modos de lidar com serviços públicos, espaços da cidade e manifestações artístico-culturais que foram alicerçados, por exemplo, nas já mencionadas narrativas de gestores que se valem de diferentes repertórios para corroborar a crise fiscal ou na segurança.

Ao assumir o protagonismo das ações de combate à crise, a intervenção federal, sob o mote da gestão da segurança pública, determinou novos parâmetros de circulação e usos da cidade. Uma vez que agiu como um (re)produtor de desigualdades historicamente constituídas, o comando da intervenção federal teve como foco de atuação áreas de favelas, causando forte impacto no cotidiano de seus moradores. A intervenção emergia, portanto, como um fato decisivo no processo de regulação e ordenamento do uso do espaço, num contexto em que o controle do território pelo Estado passou a ser apresentado pelas autoridades e pelos principais órgãos de imprensa como uma peça-chave na resolução da crise.

Ainda que com sentido diverso daquele acionado no caso do controle territorial em áreas identificadas como violentas, o carnaval de rua sofreu impacto direto deste modelo de gestão da crise em função de sua crescente associação à desordem e à violência. Não por acaso, em meio ao carnaval de 2018, passaram a circular manchetes como essas nos principais jornais do país: “Arrastões, roubos e tiroteios: Rio vive carnaval da violência”, “Leblon e Ipanema vivem noite de assaltos e tiroteio após blocos de carnaval” (G1, 2018), “Violência e desordem marcam o carnaval do Rio: três PMs são mortos” (NASCIMENTO, 2018; PAMPLONA, 2018), dentre muitas outras com teor similar. O carnaval passava, assim, a integrar o conjunto de narrativas que deram corpo à consolidação da ideia de crise que ganhou rápida aderência na opinião pú-

blica nos âmbitos local e nacional. Essa noção foi articulada com os números da festa, característica expressa em falas de Pezão que culpava o “gigantismo do carnaval” no ano de 2018: “São 6,5 milhões para tomar conta, 500 blocos e mais um Sambódromo. Não é fácil”.³ Portanto, a crise pôde ser apresentada através dos *números do carnaval*, ao mesmo tempo que eles eram utilizados por representantes de órgãos públicos para realizar o *balanço* dos festejos, integrar seus processos de regulação e tentativas de ordenamento.

O caso específico do carnaval de rua revela que, embora as ações motivadas pela intervenção federal tenham incidido sobre territórios predeterminados, reforçando dinâmicas historicamente constituídas de segregação socioespacial, elas não se limitaram a isso. Mais do que atuar sobre territórios fixos, sob o comando da intervenção federal as forças de segurança pública passaram a atuar sobre dinâmicas de uso do espaço urbano através do entrelaçamento de discursos de ordem técnica e moral. Não apenas os locais destinados ao desfile de blocos passaram a ser questionados, como também a quantidade de foliões e determinados comportamentos atribuídos ao contexto da folia.

Assim sendo, cabe recordar que a cidade, como materialidade e objeto de análise, deve ser pensada como “[...] uma representação a partir do lugar que os próprios sujeitos ocupam” (AGIER, 1999, p. 16). Isso significa que, mais que um conjunto fixo de espaços previamente identificados, a cidade se constitui de uma constelação de espaços, permanentemente (re)definidos pelo modo como os cidadãos – seja como usuários, moradores, transeuntes ou consumidores – praticam seus cotidianos (AGIER, 2011). Nesse sentido, o caso do carnaval de rua nos permite perceber que a intervenção federal incidiu fortemente sobre práticas de circulação e uso do espaço urbano, afetando diretamente o processo de produção da cidade durante o período em que esteve vigente.

É importante dizer que a entrada de novos atores – os militares, há muito tempo presentes no cenário político (LEIRNER, 2020) – na administração pública do estado suscita alguns alertas sobre condições presentes no debate político brasileiro que, em alguma medida, atravessam opiniões historicamente sedimentadas – como as narrativas que reverberam a suposta insuficiência de recursos públicos (FREIRE, 2019). Embora em outros termos, e a partir de outros atores, essa condição também apresentou desdobramentos no caso do carnaval de rua no período de realização da pesquisa.

Esse aspecto será desenvolvido a seguir, a partir de uma reflexão sobre a entrada do MPRJ no debate por intermédio de um de seus braços: o Grupo de Atuação Especializada em

³ Capa *O Globo*, 14 fev. 2018.

Segurança Pública (GAESP). Por meio de procedimento administrativo, o MPRJ partia dos “problemas diversos constatados no carnaval de 2018” para propor uma atuação com o objetivo de “acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento do planejamento de segurança”⁴ da festa. A atuação se daria, assim, a partir de um duplo movimento: primeiro, a identificação de problemas no processo de organização da festa; segundo, o acolhimento de reivindicações de lideranças de ligas e associações de blocos de rua.

Dentre as medidas formuladas pelo MPRJ estava a criação de um protocolo de intenções (MPRJ, 2019) que estipulava a cada um dos órgãos responsáveis suas obrigações no andamento logístico da festa, dentre elas a entrega do planejamento de segurança por parte do governo de estado, além da ampliação no diálogo entre os órgãos responsáveis pela organização do carnaval e sociedade civil. A crise se tornava, enfim, um importante ponto de partida para a construção de uma narrativa sobre os rumos do carnaval de rua.

“EU ORGANIZO O MOVIMENTO, EU ORIENTO O CARNAVAL”

Em 2018, o MPRJ deu início a uma série de encontros com representantes de órgãos públicos, com o intuito de tratar da organização do carnaval de rua do ano seguinte. Como desdobramento da iniciativa e conforme previsto no protocolo de intenções, em 2019 o MPRJ criou um Grupo de Trabalho (GT) formado por representantes de associações e ligas de blocos de rua,⁵ de associações de moradores e de órgãos e entidades públicas – como a Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (Riotur), a Polícia Militar, a Polícia Civil, os Bombeiros, a Guarda Municipal, a Secretaria de Ordem Pública, a Secretaria Municipal de Fazenda, a Coordenadoria de Controle Urbano, a Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização, o Conselho de Segurança Pública e a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio).

A presença de atores tão diversos na composição do GT anunciou um campo de negociação entre interesses, práticas e valores potencialmente divergentes no que diz respeito à organização do carnaval de rua. Conforme nos alertam Teixeira, Lobo e Abreu (2019, p. 10): “Em cada esfera ou campo social (arte, economia, ciência, religião, política, direito etc.) observamos

4 Conforme consta na Portaria de Instauração de Procedimento Administrativo Nº 2018.00092841 instaurado pela 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital em 16 de fevereiro de 2018.

5 Optamos por não identificar os membros dos blocos e ligas, mas elucidar algumas reivindicações em comum, bem como suas proporções em quantitativo de público e localização geográfica.

a disputa entre seus atores para estabelecer a hierarquia de práticas, valores, regras e, o mais importante, a própria definição do que seja a realidade e a verdade do mundo”. Considerar as lacunas também é de suma importância: a ausência das empresas financiadoras e produtoras do carnaval de rua (respectivamente, a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e a Dream Factory Comunicações e Eventos Ltda.), dos trabalhadores ambulantes e dos representantes dos chamados megabloco foram sentidas especialmente porque esses atores foram enunciados diversas vezes durante os encontros, apesar de não integrarem nenhuma das reuniões.

A proposta inicial do GT era a formação de uma Comissão Permanente de Carnaval de Rua, que se materializaria por meio de encontros realizados entre maio de 2019, data da primeira audiência pública de balanço do carnaval de rua no MPRJ, e fevereiro de 2020. Uma de nós acompanhou esses encontros na sua totalidade. Durante esse período, foi possível fazer a etnografia das reuniões, observando as muitas camadas de dissensos e negociações que davam forma à interação entre parte dos envolvidos na organização da festa de rua. Assim, a investigação se voltou para esse grupo de atores nesse espaço que se criava e consolidava.

Os encontros ocorreram no prédio do MPRJ, localizado na região central da cidade. Ao chegar ao edifício, que contava em sua área externa com um sistema de vigilância aparentemente complexo, era necessário indicar o destino na bancada de recepção. Foram recorrentes as vezes em que, ao informar que era pesquisadora e gostaria de ser direcionada ao encontro agendado pelo GAESP, os funcionários demonstraram sinais de dúvida e trocaram informações entre si até chegarem à conclusão de que se referia à “reunião do carnaval”, nomenclatura que conferia certo caráter de novidade ao tema. Era ainda necessário apresentar algum documento de identificação que seria cadastrado nos computadores da instituição e colar, em lugar visível, a etiqueta adesiva entregue pelos atendentes.

Com o registro finalizado e com a orientação dos funcionários, os convidados eram direcionados a uma sala repleta de cadeiras acolchoadas dispostas em fileiras voltadas de frente a uma mesa e, frequentemente, um equipamento de projeção. Ali se posicionavam os anfitriões do encontro: representantes do MPRJ responsáveis por conduzir e mediar as discussões, incentivar a identificação dos convidados por meio de uma lista de presença e transcrever os debates em atas. Na lateral das fileiras, uma segunda mesa tinha dispostas bandejas com jarras de água e copos de vidro, além de garrafas de café e pequenas xícaras. As reuniões eram compostas por um quórum de cerca de 15 pessoas, dentre elas representantes dos órgãos públicos e entidades civis.

No lugar de brilhos, cores, danças e estandartes, os encontros eram marcados por mesas, assentos, paredes brancas e pelo tradicional aroma de café. Com o desenvolvimento da pesquisa

foi possível perceber que, embora por vezes tida como espontânea, a folia está situada também num espaço de disputa mais amplo, no qual reuniões, documentos e certo caráter *burocrático* se fazem presentes.

É importante destacar que participantes do GT reiteradamente destacavam o pioneirismo da iniciativa, que permitia que, pela primeira vez, a realização do carnaval de rua da cidade acontecesse a partir de um diálogo entre atores tão diversos. As reuniões proporcionaram a possibilidade do estabelecimento de debates (e também de atritos) entre membros de órgãos públicos e representantes da sociedade civil, sempre com a intermediação (e também com a interferência) de membros do MPRJ.

Uma percepção que se fez presente logo no início da pesquisa foi a de que os próprios membros do MPRJ que integravam o GT não corroboravam com a leitura de que o carnaval tinha relação direta com a referida crise que culminou na intervenção. Ainda assim, ao considerar – com o respaldo de membros da sociedade civil e de representantes que participavam do GT – um vácuo na organização pública da festa, o MPRJ, que também foi acionado por ligas de blocos de rua, adotou medidas em reação aos fatos transcorridos no carnaval de 2018. Vale destacar, nesse sentido, o depoimento de um representante do MPRJ, segundo o qual a mídia teve participação fundamental no processo de caracterização do carnaval de 2018 como um período de violência exacerbada, culminando na implementação da intervenção federal. Ele ressalta que, apesar de ter havido um recrudescimento dos problemas de segurança,

[...] a gente sabe que isso é uma parcela da questão, que obviamente tem outras questões políticas também envolvidas. Mas de fato houve um momento de influxo de vários fatores que se conjugaram e que mostraram que realmente ali havia um gargalo, a partir dos órgãos públicos, na organização, na tratativa e na logística do carnaval⁶.

Um aspecto fundamental à análise da atuação do GT, bem como das muitas disputas nele travadas, é o fato de que nele havia representantes de blocos localizados principalmente no Centro, Zona Sul e Barra da Tijuca. São blocos de grande, médio ou pequeno porte que se reivindicavam como *tradicionais* em contraposição àqueles blocos alinhados ao *show business*, que se organizam em torno da apresentação de artistas conhecidos do grande público. Esses últimos receberam dos integrantes do GT e da imprensa os nomes de *blocos show*, *blocos de artistas* ou *megablocos*, sendo essa última a denominação mais frequente, sendo, inclusive,

⁶ Entrevista concedida por representante do GAESP/MPRJ em dezembro de 2020.

adotada pelo site oficial do carnaval do Rio de Janeiro.⁷

A tipificação dos eventos carnavalescos não era um dado trivial e reivindicações de associações de blocos e de moradores, bem como medidas de regramento, perpassaram a discussão dessa categoria. Embora houvesse consenso entre os participantes do GT, a imprensa e os posicionamentos da Riotur em considerar como megablocos os desfiles (com palco ou cortejo de trio elétrico) que reuniam grande quantidade de foliões – valendo-se, portanto, de um critério quantitativo – havia também pontos de dispersão no debate. Lideranças de associações de moradores, por exemplo, procuravam o MPRJ com o argumento de que certos blocos de rua deveriam ser remanejados devido ao aumento expressivo no quantitativo de público, alegando que determinados bairros, como o Leblon, não comportavam mais seus desfiles. Para tanto, defendiam que certas manifestações haviam *se tornado* megablocos. Os representantes de associações e ligas de blocos, por sua vez, reivindicavam a permanência dos desfiles e uma revisão do conceito de megabloco. Segundo eles, haveria uma diferença entre esses blocos de cunho comercial, que geralmente contam com artistas da cultura de massa ou midiática⁸, e aqueles que se apresentam a partir de uma relação de identidade e territorialidade com determinados espaços da cidade, ainda que ambos apresentassem montante de público equivalente⁹. Esses representantes recorriam, portanto, às narrativas de cunho patrimonial ao enfatizar aspectos territoriais, temporais, de construção coletiva com membros da sociedade, ao mesmo tempo que procuravam se afastar do modelo de eventos promovidos por grandes marcas, por eles relacionados ao risco de descaracterização da festa.¹⁰

Os representantes de blocos argumentavam também que, diferentemente das agremiações tradicionais, os megablocos seriam focos permanentes de desordem e confusão, considera-

7 Os “megablocos” possuem ao menos uma das seguintes características: ter público de 200 mil participantes ou mais; ter atrações e/ou convidados que se apresentem em formato de shows sobre um palco, caminhão de som ou trio elétrico; ser capitaneado por artistas, cantores, grupos, celebridades ou outros, que se tornem a grande atração”. Disponível em: <https://www.carnaval.rio/> Acesso em: 10 jan. 2021.

8 Alguns exemplos de megablocos são: o Bloco Giro do Arar & Fervo da Lud, que tem como apresentação principal a funkeira Ludmilla, além de outros artistas convidados como Rennan da Penha, Belo e Lexa, com quantitativo de público estimado em 1 milhão de pessoas. O Bloco da Favorita, relativo à festa de mesmo nome da *promoter* Carol Sampaio, que contou com cerca de 300 mil foliões e o Bloco Carnaval Square, da cantora de axé Claudia Leite, com público de 120 mil. Dados relativos ao ano de 2020 e disponibilizados pela Riotur (RIO PREFEITURA, 2020b).

9 Casos ilustrativos dessa segunda situação são o Cordão da Bola Preta, Simpatia é Quase Amor, Banda de Ipanema, dentre outros, que no ano de 2020 contaram com quantitativo de público estimado em, respectivamente, 630 mil; 320 mil; 130 mil, segundo dados da Riotur (RIO PREFEITURA, 2020b).

10 Para uma discussão sobre o problema da perda, aproximações e distanciamentos entre mercado e patrimônio cultural e a expansão da noção de patrimônio intangível, ver GONÇALVES (1996, 2007).

ção expressa em uma série de passagens. Um deles chegou a afirmar, em um dos encontros, que “o motivo dessas reuniões foi por conta dos megablocos”.¹¹ Tal perspectiva era compartilhada por outros integrantes do GT, como um representante de bairro da Zona Sul da cidade, que comparou a folia nos megablocos a “um campo de batalha”.¹² No mesmo sentido, um representante da polícia militar alertou que, devido ao limite operacional da instituição, haveria a possibilidade de “acontecer uma tragédia” em um megabloco.¹³

Com isso, vemos que, longe de configurar uma disputa de cunho meramente semântico, os conflitos em torno dos critérios de classificação dos blocos mobilizavam aspectos centrais das negociações em torno da ordenação do carnaval de rua. No contexto da crise que deu origem ao GT, os megablocos, fortemente associados a episódios de violência¹⁴, passavam a figurar como categoria acusatória, numa discussão que acionava aspectos que iam muito além dos problemas de segurança pública.

Com forte ancoragem territorial, os blocos que se reivindicam como tradicionais têm, na sua relação com o espaço, um dos eixos do discurso sobre a sua identidade – e, não menos importante, sobre a sua legitimidade para ocupar as ruas durante o carnaval. Essa característica contrasta com os megablocos, cujo local do desfile costuma variar de ano a ano, a depender do espaço necessário para abrigar a multidão estimada. Esse fato é corroborado na página oficial do carnaval da Riotur com a seguinte afirmação: “desfiles de Mega Blocos exigem logística diferenciada durante suas apresentações, especialmente quanto à segurança do público e mobilidade urbana, demandando mais investimentos em recursos pelos Órgãos Públicos”. Como resultado, a criação e o desfile de megablocos “[...] precisam ser melhor avaliados e devem ocorrer em locais adequados ao atendimento da demanda de segurança, mobilidade, limpeza e controle urbano [...], minimizando assim o impacto desses desfiles na dinâmica urbana da Cidade”.¹⁵

O acionamento do vínculo territorial como elemento de tradição e legitimidade é um elemento central no processo de classificação dos blocos de rua e das negociações que dela

11 Caderno de campo, 29 de novembro de 2019.

12 Caderno de campo, 26 de julho de 2019.

13 Caderno de campo, 11 de setembro de 2019.

14 Episódios representativos desse fato foram confusões de causas desconhecidas seguidas de atuação da polícia militar com o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo durante o desfile com trio elétrico do Fervo da Lud & Giro do Arar, realizado no centro histórico da cidade em 2019. Fato semelhante ocorreu no fim da apresentação de palco do Bloco da Favorita, realizado no bairro de Copacabana e, em sua edição de 2020. Ambos os acontecimentos tiveram feridos e foram amplamente noticiados.

15 Disponível em: www.carnaval.rio. Acesso em: 10 jan. 2021.

derivam. Conforme defende Haesbaert (1997), a análise do território deve considerar, por um lado, sua dimensão simbólica e cultural – através de uma identidade territorial atribuída por grupos sociais como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem – e, por outro, uma dimensão concreta, de caráter político-disciplinar, que considera a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. Isso significa que o processo de organização material do carnaval e as dinâmicas de tipificação dos blocos devem ser pensados considerando a regulação do uso do território a partir do entrelaçamento de duas instâncias inextricáveis: as ações da sociedade sobre a base material de sua existência e os sistemas de representação que guiam as intervenções sobre o espaço (RAFFESTIN, 1980). Nesse sentido, podemos pensar na associação entre território e tradição – e na reivindicação de legitimidade que dela deriva – como um processo de produção de territorialidade por parte dos blocos autodenominados tradicionais.

Definida por Sack (1986) como a capacidade de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações em uma área delimitada, a territorialidade designa o modo como atores sociais se organizam no espaço, dele se apropriam e lhe conferem significado. É importante lembrar, porém, que as territorialidades não são unívocas. Pelo contrário, são necessariamente múltiplas e sujeitas a sobreposições e mudanças no decorrer do tempo – sendo, portanto, objeto permanente de negociações e conflitos. Isso pôde ser claramente observado nas reuniões do GT, em que, evocando a identidade territorial como um critério de legitimidade para ocupação das ruas, representantes dos blocos autodenominados tradicionais se colocavam em franca oposição aos megablocos, cujo caráter comercial era frequentemente apontado como prova de sua falta de identidade territorial.

A tipificação dos blocos de rua, portanto, não reflete uma unanimidade ou critérios objetivos de classificação, uma vez que é também matéria de conflito.¹⁶ Nesse sentido, as discussões em torno da definição entre blocos tradicionais e megablocos que tomaram corpo nas reuniões do GT expressam camadas de disputas históricas e culturais em torno da legitimidade de ocupar a rua – e dos modos de ocupá-la – durante o carnaval. Isso revela que a gestão do carnaval de rua passa também, necessariamente, pela gestão de categorias e classificações, por meio das

16 O Projeto de Lei nº556/17, de autoria do vereador Reimont Luiz Otoni do Partido dos Trabalhadores (PT) com o apoio de ligas e associações de blocos na redação, institui o Marco Civil do Histórico Carnaval e tipifica da seguinte forma: “Art. 3º Serão consideradas como principais manifestações culturais do Carnaval de Rua da cidade do Rio de Janeiro, sem prejuízo do reconhecimento de outras: I- bloco de rua; II- bloco de embalo; III- bloco de frevo; IV- bloco de sujo; V- bloco parado; VI- bloco afro; VII- bloco de enredo; VIII- bloco de rancho; IX- bloco acústico; X- banda carnavalesca; XI- afoxés; XII- jongo; XIII- maracatu; XIV- grupos de Bate-bola ou Clóvis; XV- cordões; XVI- sociedades carnavalescas.”

quais espaços e corpos são regulados, dando diferentes sentidos para a prática de ocupação das ruas.

A seguir, apresentamos algumas modulações entre o carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro e mecanismos de controle burocráticos. Para isso, o enfoque recairá sobre materialidades, produção de narrativas e documentos, principais temas de discussão durante os encontros do GT no MPRJ, e que tangenciam boa parte das disputas entre os diferentes atores engajados na realização da festa.

CONFETES, SERPENTINAS E OUTROS PAPÉIS

Na região central da cidade, um homem sem camisa, repleto de brilhos de suor, *glitter* ou purpurina, com orelhas de elfo, fios de cabelo cuidadosamente tingidos de ruivo com spray temporário e empunhando um trombone de vara, carrega, em sua pequena doleira antifurto, uma série de papéis. Entre uma cerveja e outra durante a concentração¹⁷ do bloco, com público estimado em cerca de vinte mil pessoas, não seria exatamente uma surpresa caso um agente de trânsito, guarda municipal ou policial militar solicitasse algumas vezes a papelada que comprova que o bloco está autorizado a cortejar por aquele logradouro público.

Quando o bloco chegava próximo à metade de seu desfile, um funcionário da CET-Rio se despediu do homem dentro da corda¹⁸ que envolvia as cerca de cem pessoas, dentre as quais percussionistas, dançarinos e pernas-de-pau: “Estamos indo embora, tivemos algumas observações, mas nada demais, estou levando o relatório”. Cada bloco, decerto, tem sua própria expe-

17 A concentração é o momento que antecede o desfile. Nela, tanto o público quanto os integrantes do bloco se reúnem em local previamente agendado para o início do evento. O momento é reservado para algumas atividades operacionais como a afinação dos instrumentos e passagem de som, instalação dos painéis de marcas patrocinadoras (quando é o caso) no trio elétrico ou carro de som, compra de gelo para o isopor ou caixa térmica destinados ao consumo de água e bebidas alcoólicas, ajustes nas fantasias, contato com fotógrafos e imprensa etc., além de marcar uma situação importante de sociabilidade entre os membros do bloco e foliões mutuamente.

18 Embora não encerre o trânsito do público, uma vez que muitos foliões adentram e saem do isolamento – com maior ou menor repressão de integrantes dos blocos de rua –, a corda ajuda a delimitar o espaço da produção, ritmistas e outros envolvidos na dinâmica do bloco e colabora com o andamento do desfile. No caso desse episódio em particular, a corda separava cerca de 100 músicos e artistas de um público de cerca de 20.000 pessoas. Ambas as pontas da corda foram amarradas em um caminhão do tipo trio elétrico posicionado na parte posterior do desfile do bloco e foi carregada por integrantes do grupo, todos não remunerados, responsáveis pela produção, bem como pelos próprios foliões que se voluntariavam e em geral ficavam posicionados na área externa dessa tentativa de isolamento.

riência¹⁹ com a possibilidade de, por exemplo, contratação de um produtor especialmente para cuidar dos documentos de autorização. No entanto, na prática, muitas vezes a mesma pessoa que brinca o carnaval é a que maneja os trâmites burocráticos relativos ao bloco.

Os documentos de autorização de um bloco de rua e, com isso, um desfile tido por “autorizado” está condicionado à concessão da Riotur e se relaciona com a dinâmica do Carnaval de Rua Oficial do Rio de Janeiro. Iniciado no ano de 2010, na gestão do prefeito Eduardo Paes, esse modelo propunha ordenar a festa que, até então, não possuía um plano estabelecido para sua realização. A partir de então, o carnaval de rua passou a ser condicionado, por meio do estabelecimento de um Caderno de Encargos e Contrapartidas, aos interesses de grupos privados através de novas propostas de gestão, especificamente a parceria público-privada (PPP) que envolveu, por diversos carnavais, a financiadora Ambev (e suas marcas cervejeiras) e a produtora Dream Factory Comunicações e Eventos Ltda. (empresa responsável por eventos turísticos de grande porte, como o Rock in Rio, a Jornada Mundial da Juventude e a Maratona do Rio). Esse processo, que se relacionou a um “projeto olímpico” de cidade, levava em conta a necessidade de interferência e financiamento da iniciativa privada no carnaval de rua, uma vez que o Estado não poderia “pagar toda a conta” da festa. Nesse sentido, Machado (2017, p. 119, grifo nosso) afirma que “[...] os discursos em torno de uma suposta ‘*crise financeira*’ e da ‘*inexistência de recursos disponíveis*’ por parte do Poder Público para a realização da festa são ativados para justificar a realização desse arranjo que supostamente geraria uma economia de milhões aos cofres da cidade [...]” (MACHADO, 2017, p. 119, grifo nosso).

Dentre os papéis necessários ao desfile de um bloco de rua autorizado estão a certidão de anotação de responsabilidade técnica e a ficha de avaliação de risco de eventos especiais (CART/FARE), emitido pelos bombeiros, e o termo de deferimento para realizar evento (ou “nada opor”), emitido pela polícia militar e civil e por hospital de referência da região do desfile. É importante destacar a importância do estatuto burocrático que constitui o carnaval de rua, com a necessidade de conhecimento de engrenagens durante todo o processo de autorização de desfiles de blocos. Nesse sentido, evidenciam-se algumas condições, bem como assimetrias, nos modos de ocupação da rua, em que os grupos com maior força de reivindicação e que sabem manejar esses documentos têm mais facilidade para realizar o desfile. O modo de organização associativa dos blocos demonstra, ele mesmo, como dispositivos de poder podem agir sobre as coletividades assim como o que os corpos devem individualmente levar consigo, e que

19 Conforme enfatizado por Frydberg (2016) numa interlocução com uma representante de ligas e associações de blocos.

tipos de abordagens devem aguardar durante o desenvolvimento das festividades.

Embora esse modelo de festa tenha sido iniciado na prefeitura de Eduardo Paes, as campanhas contra o uso de dinheiro público no carnaval de rua ganharam força na gestão do prefeito Marcelo Crivella. Os argumentos giraram em torno da oposição entre o carnaval e pautas como a saúde e a educação, colocando em xeque, através de um repertório moral, a legitimidade do investimento público na promoção da folia. Cabe destacar a contraposição entre educação e carnaval, pois ela apareceu reiteradamente em publicidades e na campanha política da prefeitura de Marcelo Crivella.²⁰

As polêmicas em torno do financiamento do carnaval revelam intersecções entre a gestão pela escassez de recursos públicos (FREIRE, 2019) e um quadro de valores morais (e certamente religiosos) fazendo do uso do dinheiro público um espaço de disputas morais encampadas pela administração municipal. Por esse princípio, passou a vigorar o argumento de que, diante do quadro de crise e da impossibilidade de transferir o dinheiro da educação para a festa, a operacionalidade do carnaval precisaria ser revista. Mas como isso foi operado? A contraposição discursiva entre *maior versus melhor* carnaval, medidas de vigilância e a responsabilização da sociedade civil organizadora de blocos foram algumas saídas desenhadas para lidar com esse tipo de enunciado defendido pela prefeitura e discutido no GT do MPRJ.

O MAIOR ESPETÁCULO VERSUS O MELHOR ESPETÁCULO DA TERRA

Em 2019, Marcelo Alves, então presidente da Riotur²¹, afirmou que “[...] a gente não quer mais ser, e é uma questão de responsabilidade, nós não queremos mais o título de *maior* carnaval do Brasil, mas de *melhor* carnaval do Brasil. O maior chega a um ponto de irresponsabilidade”.²² Seu argumento era de que o efetivo dos órgãos públicos tem um limite que

20 Para as publicidades críticas ao modelo de financiamento do carnaval, ver: <https://bit.ly/3yqg6IR>. Acesso em: 28 jun. 2021. Para uma crítica e réplica a esse enunciado, ver os seguintes pronunciamentos do vereador Tarcísio Motta do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) disponível em: <https://bit.ly/3u3V3s4> e <https://bityli.com/phE1R>. Acesso em: 20 jan. 2020.

21 Alves foi afastado em março de 2020 devido aos escândalos de corrupção na própria instituição envolvendo o seu irmão Rafael Alves e a prefeitura de Marcelo Crivella.

22 Informações concedidas por Marcelo Alves durante Audiência Pública realizada no MPRJ em 23 de maio de 2019. As passagens a seguir se referem ao mesmo evento.

precisaria ser considerado na organização do carnaval de rua para que não ocorressem cenários de violência. Além de resgatar o que chamou de *caos* em anos anteriores, provavelmente em referência ao carnaval de 2018, a declaração fez ainda menção aos habituais pronunciamentos de seu antecessor na presidência da Riotur, Antonio Pedro Figueira de Mello, que dizia estar provado, “[...] de uma vez por todas, que o maior carnaval do Brasil é aqui, no Rio de Janeiro, e [que] a gente faz a maior operação urbana do mundo” (SERODIO, 2012).

A posição de Marcelo Alves foi corroborada por dados apresentados acerca da diminuição no número de desfiles de blocos de rua. De acordo com ele, entre 2018 e 2019 houve uma diminuição de 15% no número de desfiles, diminuindo de 608 para 498, em contraposição aos cerca de 700 desfiles inscritos para pedidos de autorização. É importante ressaltar que os números se referem especificamente ao carnaval de rua *oficial* e aos desfiles de blocos *autorizados*, o que não necessariamente indica que blocos não contabilizados, ou desautorizados, deixaram de sair às ruas nos dias de folia.

Marcelo Alves informou que tal redução foi feita em respeito aos moradores, “que foram extremamente ouvidos”. Com efeito, a demanda pela diminuição no tamanho e no número de blocos de rua foi marcante entre as associações de moradores da Zona Sul da cidade. Dentre as principais queixas apresentadas por representantes dessa categoria estavam o consumo de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas, problemas no esquema de organização dos trabalhadores ambulantes, “vandalismos” e urina nas ruas. As reclamações culminavam, via de regra, no pedido de remanejamento de blocos para outras regiões da cidade, fato que corroborou com a idealização do que convencionou-se chamar de *blocódromo*, elemento que ganhou espaço nos debates sobre o carnaval em 2018, quando prefeitura apresentou a proposta de um circuito fechado de apresentações carnavalescas chamado Arena Carnaval, no Parque dos Atletas, na Zona Oeste da cidade. O projeto, que não chegou a ser implementado, foi amplamente criticado por representantes de ligas e associações de blocos, que viam na medida uma afronta à relação indissociável entre os desfiles carnavalescos e o espaço urbano.

A oposição *maior versus melhor* foi o mote da gestão da prefeitura de Marcelo Crivella, tornando-se um bordão reiteradamente repetido por agentes da municipalidade (RIO PREFEITURA, 2019). Ela passou a reverberar (e, dialeticamente, a alimentar) as questões mais discutidas durante as reuniões do GT do MPRJ: a quantidade de blocos cadastrados na Riotur; a quantidade de desfiles autorizados e quantidade de foliões, sempre pensados em relação à quantidade de banheiros químicos disponíveis, à capacidade dos meios de transporte público (sobretudo o metrô) e aos limites operacionais das polícias e dos órgãos de saúde pública.

Em resposta a isso, algumas medidas foram tomadas pela prefeitura, ganhando espaço

nas reuniões do MPRJ, nas quais receberam algum tipo de respaldo e tentativas de intermediação do conflito entre agentes da prefeitura, associações de moradores e representantes de blocos. Uma delas se deu em 2019, dois meses antes do início do carnaval, quando a Riotur lançou uma portaria que exigia dos blocos com estimativa de público de mais de cinco mil foliões a necessidade de instalação de postos médicos, contratação ambulâncias UTIs móveis, médicos e enfermeiros para cobrir o período de seus desfiles (G1, 2019). A contratação era pré-requisito para a autorização dos bombeiros, uma das condições para a saída dos blocos, e, portanto, fundamental à aquisição da autorização para o desfile junto à Riotur. Durante as reuniões, diversos representantes de ligas de blocos se mostraram contrários à exigência, alegando a discrepância entre a realidade financeira dos blocos e os valores cobrados pelos serviços exigidos.²³ Os representantes alegavam, ainda, que o fornecimento de serviços de atendimento à saúde seria atribuição do poder público. A partir da intermediação do MPRJ, a decisão foi revista e se manteve a operação de anos anteriores: as estruturas de saúde montadas pela empresa produtora e operada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Outra medida da prefeitura que causou desconforto entre os representantes de blocos foi a determinação de aplicação de multas aos blocos que saíssem sem autorização da Riotur em 2020.²⁴ A medida contaria com o auxílio de redes de monitoramento como as *mochilink*, ou “mochilas espiãs”, modo como foi apelidado o equipamento²⁵ com duas câmeras integradas e visão 360° com capacidade de realizar envio de imagens ao Centro de Operações da Prefeitura (COR). O projeto de controle tecnológico, com o uso de recursos informáticos, faz parte de um processo mais amplo de produção da ordem urbana (CARDOSO; HIRATA, 2017) a partir da vigilância dos corpos como dispositivo de poder.

A ideia de um carnaval *melhor*, apresentado pelo presidente da Riotur, convergia não só com a diminuição no número de desfiles de blocos carnavalescos cadastrados pela instituição, ou seja, *autorizados* a cortejar pelas ruas da cidade, como também com as medidas de regulação e ordenamento que vinham sendo viabilizadas pela prefeitura por meio de tecnologias de vigilância e dos documentos de autorização. Assim, além do aspecto quantitativo e da capacidade

23 Na época, blocos que desfilavam com equipamento de som e público estimado em quinze mil foliões tiveram em torno de R\$10.000,00 como total dos gastos com as medidas de saúde.

24 As multas, com valor inicial de R\$1.300,00, levariam em conta a quantidade de lixo coletado pela Comlurb (Companhia de Limpeza Urbana) a partir da Lei municipal 3.273/01, que normatiza o sistema de limpeza urbana e teve no Programa Lixo Zero uma das mais importantes tentativas de aplicabilidade através da abordagem e aplicação de multas a pessoas que descartassem lixo irregularmente.

25 Operado por agentes da Secretaria Municipal de Envelhecimento Saudável, Qualidade de Vida e Eventos. (MOURA, 2020. RIO PREFEITURA, 2020a)

de operação dos órgãos públicos, a definição de um carnaval de rua *melhor* estaria vinculada também a uma série de regulações e ordenamentos que delimitam o que vem a ser o carnaval tido por *oficial*.

As situações descritas revelam que o GT se constituiu como um espaço de negociação, no qual o MPRJ atuava como mediador entre as determinações da prefeitura e os diferentes atores envolvidos na organização do carnaval. Em meio aos desconfortos e conflitos gerados pelas medidas que visavam a normatização da festa, cabia ao MPRJ mediar não apenas as questões de ordem prática, mas também aquelas relacionadas à gestão de classificações e às moralidades.

Por meio do GT, o MPRJ punha em diálogo o universo das normas, apresentadas sob a forma de decretos e resoluções, e o mundo das práticas, que se materializavam nas demandas dos órgãos e entidades ali representados. A esse respeito, cabe lembrar, acompanhando Velho (2001), que os mediadores atuam no estabelecimento de relações entre grupos e categorias sociais distintos, constituindo-se como importantes agentes de transformação. Segundo o autor, ao transitar por diferentes fontes de informações e repertórios de valores, os mediadores têm o potencial de alterar fronteiras do mundo social, colocando em contato diferentes visões e definições da realidade (SCHÜTZ, 1983). Nesse sentido, ao atuar na organização do carnaval de rua, o MPRJ acabava também se colocando como agente na produção de classificações e territorialidades e, portanto, da própria cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As situações analisadas no decorrer deste artigo se desdobram em modos de (des)autorizações na ocupação do espaço público a partir da nomeação da *crise*: a crise fiscal, a crise na segurança pública e a crise na saúde pública, acionadas por diferentes atores na promoção de modos de controle e criação de novas responsabilidades na realização do carnaval de rua. A governança pela norma e controle burocrático são mesclados a outras condições materiais e infraestruturais, com a presença de dispositivos de vigilância e uma ampla rede de monitoramento, tentativas de intimidação de blocos de rua e de seus organizadores. Isso aparece, por exemplo, no caso das tentativas de aplicação de multas e da responsabilização dos blocos pela saúde dos foliões, com a necessidade de contratação de ambulâncias e UTIs móveis.

Cabe frisar como a tentativa de produção de uma ordem pública no âmbito do carnaval foi sendo associada a sistemas burocráticos explicitados pelo processo de pedido de autorização

para desfiles de blocos. Isso demonstra como é necessário que representantes de blocos saibam manejar determinados códigos para ocupar a rua de modo “legítimo” e juridicamente “seguro”. Assim, *segurança* e *ordem públicas* são condições reiteradamente presentes no contexto do estado do Rio de Janeiro e fundamentais também nas discussões sobre a folia. Sua dimensão gigantesca fez ainda com que se alterasse o mote da instituição organizadora da festa, a Riotur, da busca pelo *melhor* em detrimento do *maior* carnaval do mundo. Esse fato levou em conta o modo de alocação de recursos tidos por escassos, e fez emergir um quadro de valores morais que punham a folia como antagonista de outros serviços públicos essenciais, como a saúde e a educação.

Nesse espaço conflitivo foram se configurando as narrativas de necessidade de gestão compartilhada da folia, seja com iniciativas privadas, através da militarização da segurança pública ou da intermediação do MPRJ. Chama a atenção, assim, a aparente excepcionalidade de um evento anual como o carnaval de rua no Rio de Janeiro, que fez com que, sem marcos regulatórios ou gestão em continuidade, o MPRJ se apresentasse como um ator apto a desempenhar esforços de mediação dos efeitos da *crise* sobre o carnaval, diante de um quadro de insuficiência ou inoperância do *Estado*.

Deste modo, vimos como as negociações sobre o carnaval de rua partiram de um cruzamento entre norma, espaço e cultura, no qual a burocracia e os documentos de autorização de desfiles de blocos foram justapostos às condições espaciais e de serviços públicos da própria cidade. Tais negociações se deram, sobretudo, no espaço do GT especialmente criado para esse fim, no qual foram postos em contato alguns dos principais agentes responsáveis pela realização da festa. De modo pioneiro, esses encontros permitiram o diálogo entre visões de mundo divergentes sobre os sentidos do carnaval, explicitando a complexidade dos arranjos e classificações que dão forma a uma festa que tem como tônica dominante a espontaneidade. Por fim, é importante destacar que o estudo de caso da organização do carnaval de rua em meio ao contexto tido como *de crise* permitiu entrever dinâmicas nem sempre explícitas do processo de construção da cidade, permanentemente marcado pelas relações entre práticas, representações e normas, bem como pela atuação de órgãos e atores em diferentes escalas.

REFERÊNCIAS

1. AGIER, M. **L'invention de la ville: Banlieues, townships, invasions et favelas**. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 1999.

2. AGIER, M. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
3. BANDNEWS TV. Presidente Michel Temer concede entrevista. **BandNews TV**, São Paulo, 16 fev. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/502267346597124/videos/1027250174098836/>. Acesso em 13 jun. 2021.
4. BRASIL. **Decreto nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018**. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9288-16-fevereiro-2018-786175-publicacaooriginal-154875-pe.html>. Acesso em: 24 jun. 2021.
5. CARDOSO, B.; HIRATA, D. Dispositivos de inscrição e redes de ordenamento público: uma aproximação entre a teoria do ator-rede (ANT) e Foucault. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 7, n. 1, p. 77-103, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/HDvS3bFYRWR3Fm5Y4mmF5Ld/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2021.
6. CAVALCANTI, M. L. V. C. Os sentidos no espetáculo. **Revista de Antropologia**, v. 45, n. 1, p. 37-78, 2002. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/s0034-77012002000100002>. Acesso em: 24 abr. 2021.
7. COELHO, H. Pezão diz que só com intervenção federal é possível ‘vencer armas de guerra’ no RJ. **G1**, Rio de Janeiro, 16 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/peza-diz-que-so-com-intervencao-federal-e-possivel-vencer-armas-de-guerra-que-o-rj-tem-hoje.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2021.
8. CORRÊA, D. Carnaval do Rio deve reunir 7 milhões de foliões. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 15 fev. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-02/carnaval-do-rio-deve-reunir-7-milhoes-de-folhoes>. Acesso em: 13 jan. 2021.
9. COURI, C. **The Growth of Percussion Workshop in Carnival in Rio: From Countermovement to Commodification of Culture?** 2012. 44 f. Dissertação (Mestrado em Cultural and Creative Industries) – Kings College London, Londres, 2012.
10. COUTINHO, E. G. **Os cronistas de Momo: imprensa e Carnaval na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
11. CUNHA, M. C. Pereira. **Ecos da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
12. DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
13. DEWEY, J. **Logic: The Theory of Inquiry**. New York: Henry Hold and Company, 1938.
14. FERNANDES, R. **Meu bloco na rua: a retomada do carnaval de rua do Rio de Janeiro**.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

15. FERREIRA, F. **Inventando carnavais**: o surgimento do carnaval carioca no século XX e outras questões carnavalescas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
16. FOLHA DE SÃO PAULO. Em meio à violência, RJ ainda não tem plano de segurança para o Carnaval. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1954464-em-meio-a-violencia-rj-ainda-nao-tem-plano-de-seguranca-para-o-carnaval.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2021.
17. FREIRE, L. **A gestão da escassez**: uma etnografia da administração de litígios de saúde em tempos de “crise”. 2019. 388 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/902376.pdf>. Acesso em 28 jun. 2021.
18. FRYDBERG, M. B. “A maioria dos blocos lá trabalham bloco como produto sim”: Uma análise do carnaval de rua do Rio de Janeiro através das suas práticas empreendedora e seus múltiplos significados. **Pol. Cult. Rev.**, v. 9, n. 2, p. 605-625, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/17798>. Acesso em: 28 jun. 2021.
19. FRYDBERG, M. B. Os processos de (re)tradicionalização e patrimonialização no carnaval dos blocos de rua no Rio de Janeiro. **pragMATIZES: Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, Ano 8, n. 14, out. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10474>. Acesso em: 28 jun. 2021.
20. FRYDBERG, M. B.; EIRAS, R. E. C. Abre-alas, que eu quero passar: Contribuições para pensar a economia da festa através dos blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro. *In*: CASTRO, F. L.; TELLES, M. F. P. **Dimensões econômicas da cultura**: experiência no campo da economia criativa no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 195-224, 2015.
21. G1. Leblon e Ipanema vivem noite de assaltos e tiroteio após blocos de carnaval. **G1**, Rio de Janeiro, 12 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/serie-de-assaltos-e-tiroteio-apavoram-moradores-na-zona-sul-do-rio-durante-o-carnaval.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2021.
22. G1. Riotur cria regras que obrigam blocos com mais de 5 mil pessoas a contar com estrutura de saúde. **G1**, Rio de Janeiro, 04 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2019/noticia/2019/01/04/riotur-cria-regras-que-obrigam-blocos-com-mais-de-5-mil-pessoas-a-contar-com-estrutura-de-saude.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2021.
23. GONÇALVES, R. S. Os ranchos carnavalescos e o prestígio das ruas: territorialidades e sociabilidades no carnaval carioca da primeira metade do século XX. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, v. 3, n. 1, p. 71-80, 2006.

24. GONÇALVES, R. S. **Os Ranchos pedem passagem**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2007.
25. GONÇALVES, J. R. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.
26. GONÇALVES, J. R. Os limites do patrimônio. *In*: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. F. (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: ABA; Nova Letra. p. 239-248, 2007.
27. GUIMARÃES, R. S. Patrimônios e conflitos de um afoxé na reurbanização da região portuária carioca. **Mana**, v. 22, n. 2, p. 311-340, 2016. <https://www.scielo.br/j/mana/a/3B9gK5XwYqg5d55GHNVlyyd/abstract/?lang=pt>. Acesso em 28/06/2021.
28. HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Rio de Janeiro: EdUFF, 1997.
29. MACHADO, F. A. S. **Ei você aí, me dá um dinheiro aí?: conflitos, disputas e resistências na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
30. MOURA, C. Blocos de carnaval não oficiais serão multados pela Prefeitura do Rio: querem ‘baderna’, diz secretário. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/blocos-de-carnaval-nao-oficiais-serao-multados-pela-prefeitura-do-rio-querem-baderna-diz-secretario-24244464>. Acesso em: 09 dez. 2020.
31. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. MPRJ divulga Protocolo de Intenções para o Carnaval de Rua 2019 na cidade do Rio. **MPRJ**, Rio de Janeiro, 21 fev. 2019. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/69835> . Acesso em: 18 jan. 2021.
32. NASCIMENTO, R. Arrastões, roubos e tiroteios: Rio vive carnaval de violência. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 12 fev. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/2018/arrastoes-roubos-tiroteios-rio-vive-carnaval-de-violencia-22391879> . Acesso em: 13 jan. 2021.
33. NUNES, M. Carnaval no Rio é marcado por um arrastão de violência. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 13 fev. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/carnaval-no-rio-marcado-por-um-arrastao-de-violencia-22392812> . Acesso em: 09 dez. 2020.
34. PEREIRA, L. A. M. **O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
35. QUEIROZ, M. I. P. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
36. LEIRNER, P. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

37. PAMPLONA, N. Violência e desordem marcam o carnaval do Rio: três PMs são mortos. **Folha de S. Paulo**, Rio de Janeiro, 14 fev. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/violencia-e-desordem-marcam-carnaval-do-rio-tres-pm-sao-mortos.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2021.
38. RAFFESTIN, C. **Pour une Géographie du pouvoir**. Paris, Libraires techniques, 1980.
39. RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 45.692 de 17 de junho de 2016**. **Decreta** estado de calamidade pública, no âmbito da administração financeira do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/legislacao/tributaria/decretos/2016/DECRETO%20N.%C2%BA%2045692%20DE%2017%20DE%20JUNHO%20DE%202016.htm#:~:text=DECRETO%20N.%C2%BA%2045.692%20DE,JANEIRO%2C%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS. Acesso em: 24 jun. 2021.
40. RIO DE JANEIRO. **Lei nº 3.273 de 06 de setembro de 2001**. Dispõe sobre a Gestão do Sistema de Limpeza Urbana no Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2001/328/3273/lei-ordinaria-n-3273-2001-dispoe-sobre-a-gestao-do-sistema-de-limpeza-urbana-no-municipio-do-rio-de-janeiro?q=3273%20>. Acesso em: 24 jun. 2021.
41. RIO DE JANEIRO. **Lei 9.163 de 28 de dezembro de 2020**. Altera a lei Nº 7.483, de 08 novembro de 2016, alterada pela lei Nº 7.627, de 09 de junho de 2017, pela lei Nº 8.272, de 27 de dezembro de 2018, e pela lei Nº 8.647, de 09 de dezembro de 2019, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira declarado pelo decreto Nº 45.692, de 17 de junho de 2016. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/wwwalerj.nsf/pages/principal>. Acesso em: 24 jun. 2021.
42. RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei 556/2017**. Institui o Marco Civil do Histórico carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/0cfaa89fb497093603257735005eb2bc/e8dcdc21cbdb41c5832581ca004bed74?OpenDocument>. Acesso em: 24 jun. 2021.
43. RIO PREFEITURA. Carnaval 2019 terá megaoperação da Prefeitura do Rio. **Rio Prefeitura**, Rio de Janeiro, 27 fev. 2019. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=9279042>. Acesso em: 09 dez. 2020.
44. RIO PREFEITURA. Carnaval 2020: Prefeitura anuncia megaoperação. **Rio Prefeitura**, Rio de Janeiro, 07 fev. 2020a. Disponível em: <https://prefeitura.rio/rio-faz-destaque/carnaval-2020-prefeitura-anuncia-megaoperacao/>. Acesso em: 27 dez. 2020.
45. RIO PREFEITURA. Melhor carnaval de todos os tempos no Rio: mais de 10 milhões de foliões e alto índice de aprovação por turistas. **Rio Prefeitura**, Rio de Janeiro, 02 mar. 2020b. Disponível em: <https://prefeitura.rio/rio-acontece/melhor-carnaval-de-todos-os-tempos-no-rio-mais-de-10-milhoes-de-folioes-e-alto-indice-de-aprovacao-por-turistas/#:~:text=O%20Carnaval%20Rio%202020%20foi,bilh%C3%B5es%20>

em%20movimenta%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B4mica%20e. Acesso em: 26 fev. 2021

46. ROITMAN, J. **Anti-crisis**. Durham/London: Duke University Press, 2014.
47. SACK, R. D. **Human Territoriality: its Theory and History**. London: Cambridge University Press, 1986.
48. SCHÜTZ, A. Dom Quixote e o problema da realidade. *In*: LIMA, L. C. **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: F. Alves, p. 191-213, 1983.
49. SERODIO, G. Carnaval gera US\$ 850 milhões para o Rio de Janeiro. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 27 fev. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/02/27/carnaval-gera-us-850-milhoes-para-o-rio-de-janeiro.ghtml> . Acesso em: 14 jan. 2021.
50. SOIHET, R. **A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
51. TEIXEIRA, C. C.; LOBO, A.; ABREU, L. E. Nada precisa ser como é: etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. *In*: TEIXEIRA, C. C.; LOBO, A.; ABREU, L. E. (org.). **Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. Brasília: ABA Publicações, 2019.
52. VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. *In*: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (ed.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.p. 13-28.

Ana Paula Rocha de Oliveira

Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Integrante do Urbano - Laboratório de Estudos da Cidade do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6084-6142>. E-mail: anapaula.rocha.oli@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação.

Julia Galli O'Donnell

Professora do Departamento de Antropologia Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Coordenadora do Urbano - Laboratório de Estudos da Cidade do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2174-8440>. E-mail: juliagodonnell@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Redação, Revisão.

Direito à Cidade e Direito ao Trabalho: Uma Análise das Formas de Circulação dos Mototaxistas de Niterói, Rio de Janeiro

Right to the City and Right to Work: An Analysis of the Mototaxi Drivers' Circulation Habits in Niterói, Rio de Janeiro

Talitha Mirian do Amaral Rocha

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos Comparativos em Administração de Conflitos, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este artigo discute o direito à cidade a partir da análise das formas de circulação dos mototaxistas da comunidade do Morro do Estado, localizada no Centro de Niterói, Rio de Janeiro. Os dados empíricos foram coletados durante o trabalho de campo realizado por mais de um ano, acompanhando o ofício desses mototaxistas. Em 2015, foi aprovada uma lei regularizando o moto táxi em Niterói, mas não era regulamentado formalmente pela gestão pública municipal até o final da pesquisa. A falta dessa regulamentação foi utilizada algumas vezes enquanto argumento pelos agentes de segurança pública para não permitir que esses sujeitos exerçam o seu ofício na principal Praça do Centro da Cidade. Por outro lado, para os mototaxistas, exigir que a lei fosse implementada pela gestão municipal era uma maneira de ter sua identidade de trabalhador reconhecida pela sociedade. Nesse sentido, percebe-se que a intenção desses sujeitos era, sobretudo, ter direito ao trabalho, mas, para conseguirem ter esses direitos contemplados, eles precisavam também ter o direito de estar e ocupar a cidade. A partir do caso empírico em questão, almeja-se refletir que para a incorporação do conceito de direito à cidade no Brasil, além de se levar em conta as desigualdades materiais, é preciso considerar a desigualdade de acesso a direitos de acordo com a nossa sensibilidade jurídica.

Palavras-chave: Direito à cidade, Trabalho, Espaço Urbano, Moto Táxi.

Recebido em 03 de fevereiro de 2021.
Avaliador A: 27 de março de 2021.
Avaliador B: 07 de abril de 2021.
Aceito em 19 de maio de 2021.



ABSTRACT

This article discusses the right to the city based on the analysis of the forms of circulation of mototaxi drivers in the community of Morro do Estado, located in downtown Niterói, Rio de Janeiro. The empirical data were collected during fieldwork conducted for over a year, following the trade of these mototaxi drivers. In 2015, a law was passed regulating the moto cab in Niterói, but it was not formally regulated by the municipal public management until the end of the research. The lack of this regulation was sometimes used as an argument by public security agents to not allow these subjects to exercise their trade in the main square of the City Center. On the other hand, for the mototaxi drivers, demanding that the law be implemented by the municipal administration was a way to have their identity as workers recognized by society. In this sense, we can see that the intention of these subjects was, above all, to have the right to work, but in order to have these rights contemplated, they also needed to have the right to be in and occupy the city. Based on the empirical case in question, we aim to reflect that for the incorporation of the concept of right to the city in Brazil, besides taking into account material inequalities, it is necessary to consider the inequality of access to rights according to our legal sensibility.

Keywords: Right to the city, Work, Urban Space, Motorcycle taxi.

INTRODUÇÃO

Este artigo discute o direito à cidade a partir da análise empírica das formas de circulação dos mototaxistas¹ da comunidade do Morro do Estado, localizada no centro de Niterói, Rio de Janeiro. Esses mototaxistas não conheciam nem utilizavam o conceito de direito à cidade em seu cotidiano (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2008). Entretanto, isso não significava que suas necessidades em torno de ocupar e estar no espaço urbano eram garantidas a eles. Durante a pesquisa, observei que a intenção desses sujeitos era de ter direito ao trabalho, tendo, com isso, sua identidade de trabalhador reconhecida pela sociedade. Como destacarei adiante, para os mototaxistas conquistarem esses direitos, eles também precisavam ter direito de estar e ocupar a cidade.

Cabe ressaltar que este trabalho é parte da etnografia realizada para minha tese de doutorado, defendida em 2020², cujo objetivo foi discutir alguns dilemas que envolvem a questão

¹ As palavras “moto táxi” e “mototaxista” não estão inseridas no léxico formal da língua portuguesa. Por isso, adotei a forma como elas eram usadas em campo.

² Ver ROCHA, 2020.

da mobilidade urbana em Niterói. Acompanhei o trabalho dos mototaxistas por mais de um ano, entre junho de 2017 e agosto de 2018. Ficava no ponto de mototáxi durante a manhã e a tarde, o que me proporcionou o contato com 20 trabalhadores. Ao longo deste artigo, utilizarei nomes fictícios para esses interlocutores.

Durante a realização da pesquisa, os mototaxistas enfatizavam a necessidade da regulamentação de seu trabalho. Desde 19 de agosto de 2015 foi aprovado um projeto de lei em Niterói, elaborado pela então vereadora Priscila Noceti, que regulamenta o serviço de moto táxi (Lei nº 3163/15). Até o momento em que terminei o trabalho de campo, o processo de cadastramento dos mototaxistas não havia sido finalizado pela Prefeitura de Niterói nem tinha sido publicado os decretos acerca do sistema tarifário e dos pontos de mototáxi em que os serviços seriam fornecidos. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio (TJRJ) chegou a acatar uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Rio (MPRJ) propondo que a prefeitura seja obrigada a publicar as devidas normas para o funcionamento regular da atividade dos mototaxistas. Entretanto, a prefeitura contestou alegando que esse processo havia começado, conforme mostra uma reportagem do jornal *O Globo*, atualizada em fevereiro de 2019³.

Isso significa dizer que, no momento em que fazia minha pesquisa empírica para minha tese de doutorado, o serviço de moto táxi era informal. Para os mototaxistas, exigir que a lei fosse implementada pela gestão municipal era uma maneira de ter direito ao trabalho, tendo sua identidade de trabalhador reconhecida pela sociedade. No entanto, os agentes de segurança pública e outros usuários de trânsito costumavam associar a falta de um reconhecimento formal desse ofício por parte do poder executivo com representações de que eles trabalham e/ou são coniventes com tráfico de drogas das comunidades que prestam serviço. Essa visão foi compartilhada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, quando ele regulamentou a profissão de mototaxista após reconhecer a Lei Complementar nº 181/2017 pela Câmara Municipal. Na cerimônia de assinatura da lei, Marcelo Crivella falou para a imprensa:

Nós estamos assinando a regulamentação da profissão do mototaxista, que antes era conhecido como mototraficante, mototralha, essa era a maneira pejorativa pela qual se tratava esses trabalhadores que lutam de segunda a segunda, sob chuva, sol, poeira, levando o nosso povo para a sua residência e para o trabalho.⁴

3 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/ministerio-publico-cobra-aplicacao-de-lei-sobre-mototaxis-emniteroi-23070320>. Acesso em: 17 dez. 2019.

4 Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/03/05/crivella-regulamenta-mototaxistas.html> Acesso em: 04 jun. 2019.

Apesar de se tratar da cidade do Rio de Janeiro, a fala do prefeito destaca algumas representações relacionadas aos mototaxistas. “Mototraficante” e “Mototralha” são formas de associá-los a visões de que esses sujeitos trabalham e/ou são coniventes com tráfico de drogas das comunidades que prestam serviço. Muitos mototaxistas achavam que ter seu trabalho formalmente regulamentado era uma forma de desconstruir essa imagem exógena. Além das formalidades garantidas pela legislação, eles desejavam o reconhecimento de que o trabalho era um valor moral central na identidade deles (GUEDES, 1997). Como veremos adiante, para conseguirem ter esses direitos contemplados, esses sujeitos também precisam estar e ocupar o espaço urbano sem que sua presença não seja impedida de qualquer forma.

A CIDADE SORRISO E A CONSTRUÇÃO DE UMA GRAMÁTICA MORAL SOBRE O DIREITO À CIDADE

Niterói tem uma população estimada pelo IBGE de 515.317 pessoas⁵, em 2020, e ocupa uma área de 131.80 quilômetros quadrados⁶. Em 2010, o município era o primeiro do Estado (0,837) e ocupava a sétima posição nacional do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁷. Devido ao seu IDHM, Niterói é a única cidade do estado a ocupar o rol de 44 municípios brasileiros com um nível muito alto de desenvolvimento. Mas o apelido Cidade Sorriso não é algo recente. Se recorrermos às representações construídas sobre a cidade ao longo de vários contextos sócio-históricos, veremos que a imagem de Cidade Sorriso foi associada a características importantes de Niterói em diferentes épocas.

Por exemplo, quando Niterói era a capital do Estado do Rio de Janeiro, o acesso a várias formas de entretenimento lúdico e a presença do porto⁸ lhe deram características únicas que simbolizavam o “sorriso da cidade”. Na década de 1990, a representação que predominava da cidade era a do alto índice do IDHM. A partir de então, as ações públicas tomadas pelos gestores começaram a promover e vender o espaço urbano para novos investimentos do capital privado, associando a Cidade Sorriso como um reduto turístico de Niemeyer e tendo o Museu de Arte

5 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/panorama>. Acesso em: 08 mar. 2019.

6 Disponível em: <https://www.culturaniteroi.com.br/blog/?id=430>. Acesso em: 10 ma. 2019

7 O IDHM é um índice medido pela ONU com base nos dados de longevidade, educação e renda de cada município

8 O porto de Niterói fica localizado no centro da Cidade e foi construído na década de 1920.

Contemporânea (MAC) como promotor desse *city marketing*⁹.

Um dos problemas decorrentes do processo de crescimento da cidade foi a mobilidade urbana. O aumento da construção de prédios não foi acompanhado por uma melhoria nas infraestruturas das ruas, o que levou a última gestão municipal a construir um discurso que faria uma gestão urbana para privilegiar a mobilidade por bicicleta. A intenção era construir uma imagem de que Niterói poderia ser uma cidade global, que promovesse a mobilidade sustentável. No início da gestão de Rodrigo Neves, por exemplo, o então prefeito disseminou um projeto de uma “Niterói feita por você”, ou seja, uma cidade de gestão fundamentada na participação da população. Em suas promessas estava a ideia de construir uma cidade conforme um modelo de gestão urbana moderna, seguindo o exemplo de metrópoles internacionais que abrigam a diversidade populacional.

Dessa forma, percebe-se que a última gestão municipal ressaltou simbologias comumente utilizadas por cidades globais¹⁰ quando se trata da forma de gerir o espaço urbano. Isto é, os discursos que eram propagados pelo prefeito e demais gestores refletiam mais os projetos da última gestão do que as suas obras e ações. Por exemplo, em 2017, Rodrigo Neves participou do congresso Smart City Expo World Congress, realizado em Barcelona, destinado a reunir pessoas do setor público e privado para discutir o “desenvolvimento sustentável de cidades globais”¹¹. Na ocasião do evento, ele fez o seguinte pronunciamento: “Acreditamos em um planejamento urbano e mobilidade mais sustentáveis e a experiência de participação cidadã e inovação de Barcelona é um bom exemplo”¹².

Além do discurso referente a uma mobilidade ativa e sustentável, a gramática moral que estava sendo construída em torno da representação de Cidade Sorriso que a gestão de Rodrigo Neves queria transparecer também procurava mobilizar discursos com base no conceito de direito à cidade (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2008). Pude observar isso no projeto “Niterói feita por você” em que ele referenciava à participação popular no planejamento estratégico

9 Esta estratégia de *city marketing* consiste em construir um laço sentimental dos habitantes com a própria cidade e, com isso, vender o espaço urbano para novos investimentos do capital privado (SÁNCHEZ GARCIA, 1999).

10 Sassen (2001, p. 87, tradução nossa) define o termo cidade global como: “cidades para serviços e financiamento do comércio internacional, investimentos e operações da sede - onde quer que elas estejam localizadas. Ou seja, a multiplicidade de atividades especializadas nas cidades globais é crucial para a valorização, de fato supervalorização, dos principais setores do capital atualmente. E, neste sentido, são locais de produção estratégicos para os principais setores econômicos de hoje” Língua original: Inglês.

11 Disponível em: <https://www.smartcityexpo.com/>. Acesso em: 14 abr. 2021

12 Disponível em: <https://www.atribunarj.com.br/mobilidade-urbana-em-discussao/>. Acesso 19 jul. 2021.

elaborado durante o primeiro ano de governo¹³. Com esse projeto, a ideia dessa última gestão municipal foi mostrar uma imagem que Niterói proporciona “direito à cidade” para sua população e, por isso, tornou-se uma cidade moderna, sustentável e “construída para todos”.

O conceito de direito à cidade foi definido pela primeira vez por Lefebvre em um trabalho de 1968 que analisa as manifestações francesas que aconteciam naquele momento. Esse autor mostrou como a “tragédia dos banlieusards” forçou as pessoas com baixo poder aquisitivo a viver em guetos residenciais e longe dos grandes centros das cidades. A partir desse contexto, ele delineou o conceito de direito à cidade, propondo que o espaço urbano deveria ser ocupado e construído por todos, inclusive, os grupos marginalizados e com menor poder aquisitivo.

Outro autor importante para a difusão do conceito de direito à cidade entre os movimentos sociais e gestores urbanos é Harvey (2014), um americano que adotou a teoria de Lefebvre em seus trabalhos na década de 1980. O autor esteve no Brasil em 2009, no Fórum Nacional de Reforma Urbana, e ministrou a palestra inaugural intitulada *Lutas pela reforma urbana: o direito à cidade como alternativa ao neoliberalismo*. No ano seguinte, Harvey participou de uma mesa do Fórum Social Mundial, na qual discutiu as condições financeiras pós-crise econômica de 2008. A partir de então, o geógrafo marxista, com fortes ligações com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), começou a influenciar os movimentos sociais brasileiros. Tanto que no seu livro *Cidades Rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana* (2014), São Paulo é um dos seus focos de análise. Na obra, ele enfatiza os movimentos de resistência que clamavam por mudanças na ordem política e social de organização das cidades. Não muito distante do que pensava Lefebvre (2008), Harvey (2014) entende o direito à cidade não como algo individual, mas sim como um direito comum de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Por conta disso, caberia à população participar ativamente do processo de moldagem e construção do espaço urbano.

Como mostra Plyushteva (2009), a interpretação de Harvey (2014) do conceito desenvolvido por Lefebvre (2008) é muito mais uma plataforma política do que uma prática que pode ser traduzida juridicamente. Entretanto, é preciso analisar o quanto a incorporação desse conceito enquanto uma base de luta para os movimentos sociais acabou transformando as gramáticas morais mobilizadas em torno das políticas públicas. A própria Plyushteva (2009) destaca que o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001) foi o primeiro a materializar em termos jurídicos a ideia de direito à cidade.

13 Disponível em: www.niteroifeitaporvoce.com.br. Acesso em: 02 mar. 2019.

Queiróz Ribeiro (2003) destaca que o arcabouço institucional do Estatuto da Cidade está relacionado a consolidação de processos deliberativos sobre a construção do espaço urbano e a questão distributiva sobre o uso do solo, ambas vertentes essenciais para entender o conceito de direito à cidade (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2008). Segundo Fernandes (2007), o Estatuto da Cidade regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que tratam, especificamente, do princípio da função social da cidade e da propriedade urbana. Conforme apresentado por esse autor, essa lei instituída em 2001 representa um marco legal que reconhece o direito à cidade como um direito coletivo. Além disso, essa legislação também foi base para a Carta Mundial do Direito à Cidade, implementada em 2005, após o Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2005).

Ainda de acordo com Fernandes (2007), mesmo que a função social da propriedade e a supremacia do interesse coletivo sobre o interesse privado estejam presentes nas Constituições brasileiras escritas desde 1934, ainda é preciso uma mobilização sociopolítica para implementar o direito à cidade em termos práticos. Segundo ele, isso se deve porque as cidades brasileiras estão se construindo seguindo a lógica do interesse privado e das políticas neoliberais de mercado. Porém, conforme mostrarei posteriormente, para entender como o conceito de direito à cidade pode ser aplicado no contexto brasileiro é preciso, sobretudo, levar em conta como se dá o acesso à direitos de acordo com a nossa sensibilidade jurídica.

Portanto, apesar do conceito de direito à cidade ser incorporado na gramática moral que a última gestão pública municipal construiu sobre a Cidade Sorriso, não é possível utilizá-lo sem, de fato, entendermos como ele se configura nas práticas. Isto é, é preciso entender como essas categorias que se pretendem universais são apropriadas e lidas pelos sujeitos no espaço público. Para isso, utilizarei o contexto empírico dos mototaxistas para refletir como a concepção de direito à cidade está relacionada com a forma como se estabelecem as noções de igualdade e diferença no espaço público brasileiro. Apesar dos mototaxistas não utilizarem a expressão “direito à cidade” no seu vocabulário, veremos que a presença desses sujeitos não acompanha a imagem que se construiu sobre a Cidade Sorriso e, por isso, para conseguirem serem visto enquanto trabalhadores, eles também precisarão ter o direito de estar e ocupar as ruas do município.

MOTOTAXISTAS E O DIREITO AO TRABALHO

Em agosto de 2015 foi aprovado um projeto de lei que regulamentava o serviço de moto táxi em Niterói, mas que, até o momento de finalização da minha tese, o processo de cadastramento dos mototaxistas não havia sido finalizado pela prefeitura. A falta dessa regulamentação foi utilizada algumas vezes enquanto argumento pelos agentes de segurança pública para não permitir que esses sujeitos exerçam seu ofício na principal praça do Centro da cidade. A primeira vez que vi algum agente de segurança pública utilizando esse argumento foi ainda em 2016, quando tinha acabado de começar o trabalho de campo. Naquela ocasião, a agente de postura ficou surpresa em saber que o Delegado de Polícia havia permitido a presença dos mototaxistas na praça e somente os advertiu, alegando que procuraria o delegado para saber mais. Essa também foi a primeira vez que vi os mototaxistas apreensivos com a possibilidade de terem seu trabalho impedido. Como veremos adiante, quase dois anos depois, os mototaxistas continuavam com o mesmo receio de não poderem trabalhar nessa praça.

A praça do qual estou tratando é a Praça General Gomes Carneiro, popularmente conhecida como Praça do Rink. Ela fica localizada nas proximidades do Morro do Estado, uma das maiores comunidades de Niterói. Uma das vias que circundam essa praça é a 15 de novembro, local onde os mototaxistas instalaram o ponto de moto táxi. Essa via do Centro da cidade é uma das principais do município, já que nela estão presentes o maior shopping de Niterói e o prédio da Receita Federal, por exemplo. O final dessa rua dá acesso a comunidade do Morro do Estado.

Na época da pesquisa de campo, o ponto de moto táxi localizado na rua 15 de novembro era um espaço marcado por um cone, no início da Praça do Rink. As motos ficavam paradas em ângulo de 90 graus, enquanto os mototaxistas ficavam sentados em algumas pedras na calçada que formavam um banco improvisado. Quando havia muitos mototaxistas, não havia espaço para todos, por isso, alguns ficavam em pé. A ordem de quem pegaria o próximo passageiro era demarcada por uma prancheta que ficava pendurada em um poste. Assim que cada mototaxista chegava, ele colocava a sigla do seu nome ou apelido na tabela que estava na prancheta e esperava um passageiro chegar. Quando algum passageiro se aproximava, os mototaxistas que estavam esperando falavam “olha o da vez”. Essa fala era um alerta para aquele mototaxista que possui a sigla do seu nome ou apelido em primeiro lugar na tabela ir até o passageiro para começar a corrida.

Os mototaxistas que ficavam nesse ponto são homens, em sua maioria negros, que nasceram ou moravam no Morro do Estado há tempos (10, 20 ou até 30 anos). No momento

do trabalho de campo eram 20 homens que se revezavam entre manhã, tarde e noite no ponto. Além de tênis ou qualquer outro sapato fechado, eles trajavam um colete laranja que os caracteriza como mototaxistas daquele ponto. Todos possuíam mais de 19 anos de idade e somente três ainda não tinham filhos. Cada um ia trabalhar no horário que mais lhe convinha. No fim da tarde e início da noite, por exemplo, era o momento em que era possível encontrar mais mototaxistas trabalhando, já que, segundo eles, nesse horário tinha um maior número de pessoas voltando para casa que precisavam desse meio de transporte como condução.

O ponto de moto táxi do Morro do Estado foi criado por um grupo de jovens em torno dos seus 20 anos. O primeiro lugar em que eles se fixaram foi num bar chamado “Gorongosa”. Esse bar fica localizado logo depois da Praça do Rink, na Rua 15 de novembro. O ano de criação eles não sabiam ao certo, mas enfatizavam que fazia mais de 10 anos que o ponto já existia.

Dos jovens que criaram o ponto, seis deles ainda trabalhavam na época de realização da pesquisa. Alison, Revu, Thomaz, Cabeção, Carlos e Rottweiler quase não comentavam sobre a época de criação do ponto de moto táxi. Entre eles, somente Alison não nasceu na mesma geração que os demais. Entretanto, todos ali se conheciam desde meninos, foram criados em diferentes partes da comunidade, mas “desceram o Morro” na mesma época, por volta dos 14 anos, quando decidiram trabalhar. A primeira ocupação de muitos ali foi a de guardador de carros. Eles ganhavam trocados ajudando a estacionar os carros daqueles que iam ao shopping ou ao Centro da cidade. Quando perguntei a Cabeção porque eles decidiram criar o ponto de moto táxi, ele me respondeu de forma curta: “A gente precisava trabalhar”. Ele era um dos poucos que contava para mim as histórias de quando ainda estavam no “Gorongosa”. Como os outros quatro de sua faixa geracional, ele era sério, de poucas piadas. Sempre estava no ponto. De manhã, à tarde ou à noite, fazendo chuva ou sol, Cabeção e sua moto amarela estavam lá, preparados para alguma corrida.

A história de Cabeção e dos seus colegas mototaxistas tinham como ponto de inflexão o momento em que eles, por não serem mais crianças, precisavam fazer uma escolha: ficar no Morro e começar a vida dentro do tráfico ou “descer o Morro” e iniciar a construção de suas identidades como trabalhadores. Como aponta Guedes (1997), apesar de ainda não serem homens, nessa idade, o rapaz precisa selecionar de que maneira ele quer ser reconhecido pelos demais. Para essa escolha, há uma forte influência do conjunto de ideias-valores obtidas no mundo familiar. Assim como apontado pela autora, começar a construir uma identidade de homem/trabalhador é não ser rotulado negativamente pelos seus pares. No caso empírico apontado por Guedes (1997), o

ritual de iniciação acontece no momento do alistamento militar. Entretanto, como Cabeção ressaltava, o rito de passagem importante para esses rapazes era “descer do Morro”, momento em que eles começavam a aprender a ideia de que trabalhar significava “se sacrificar” pela família.

Em um determinado dia, quando passou um carro da Polícia Militar perto do ponto, comentei com Cabeção que os policiais pareciam vigiando os mototaxistas. Ele me disse que aquilo não era nada perto do que eles sofriam no início. No momento em que acompanhava o trabalho dos mototaxistas, a motocicleta dele tinha 150 cilindradas mas, de acordo com ele, na época da criação do ponto eles só tinham “bizinha” (em referência ao modelo *Honda Biz*) ou outra moto “fraca”. Naquela época, se chegassem perto do shopping ou outro lugar do centro da cidade eles eram perseguidos pela polícia. Suas motos eram constantemente apreendidas. Por outro lado, como ressalta Cabeção: “antes era mais tranquilo, era só pagar uma pizza para os policiais do depósito que conseguíamos nossa moto de novo”. Essa tranquilidade ficou ameaçada não somente porque eles mudaram o ponto de lugar, passando para uma localidade mais visível para a população, mas por que agora eles precisavam lidar com diversas instituições de segurança pública que, muitas vezes, lhes davam ordens diferentes sobre o que era preciso fazer para se manterem naquele espaço.

Algumas vezes pude presenciar agentes do Estado tentando obstaculizar o trabalho dos mototaxistas. O dia 21 de agosto de 2018 foi, certamente, um dos dias mais importantes. Parecia um dia como outro qualquer. Eu estava conversando com Hugão no ponto. Também estavam lá Edson e Miguel. Os policiais civis apareceram, revistaram os mototaxistas, pegaram seus celulares e começaram vasculhar seus aparelhos, sem apresentar nenhum mandado policial. Quando eram perguntados do porquê estavam atuando daquela forma, os policiais civis apenas respondiam que estavam “fazendo uma investigação”. Além disso, os agentes de segurança pública encaminharam os mototaxistas para a delegacia da Polícia Civil, numa van com mais de 22 pessoas dentro. A minha primeira reação foi começar a filmar aquela cena. Descontentes com minha atitude, os policiais me coagiram a apagar a filmagem, ameaçando, inclusive, me levar junto com os rapazes. Por conta da pressão, acabei apagando, mas consegui acompanhar os comentários realizados pelo entorno, feitos por ambulantes e demais moradores do Morro do Estado. Escutar essas conversas foi essencial para começar a problematizar o quanto o trabalho, enquanto valor moral, era importante para a construção da identidade dos mototaxistas.

Naquele dia, depois de ir até a delegacia acompanhar o que aconteceria com os mototaxistas, voltei para a Praça do Rink a fim de conversar com os outros interlocutores que poderiam estar por lá. Achei que não teria mais nenhum movimento de apreensão na Praça do Rink. Mas,

chegando lá, percebi que os guardas e policiais do programa Niterói Presente¹⁴ apreendiam motos estacionadas irregularmente e paravam alguns motociclistas. Havia dois carros do “Niterói Presente” e dois da Guarda Municipal. Eles estavam aguardando o guincho voltar. Além disso, dois policiais civis à paisana olhavam os carros que estavam estacionados por ali. Durante os 10 minutos em que estava observando, passaram cinco motociclistas e somente dois rapazes foram parados, ambos negros. Alison, um dos mototaxistas mais velhos, com 45 anos, estava conversando com um guarda. Depois disso, sentou-se ao meu lado, nos bancos improvisados com pedras. Conteí que estava lá no início da batida policial, que tinha tentado filmar, mas acabei apagando a filmagem, por conta da pressão dos policiais que diziam que tomariam meu celular e me prenderiam.

Alison estava visivelmente preocupado, não estava rindo, nem fazendo piadas como de costume. Essa foi uma das poucas vezes que o vi sério. Ele contou que Luan e Cabeção foram “pegos” no campo da comunidade e levados para a delegacia. Disse, também, que, para não causar problemas, seu filho, Luan, jogou o celular no mato quando viu os policiais perto. Um senhor se aproximou de nós enquanto conversávamos. Parecia amigo de Alison. Ele disse que os policiais ainda estavam apreendendo. Comentei que os vi apreendendo dois rapazes negros, enquanto liberaram três outros rapazes, todos brancos. O senhor, que por conta dos cabelos brancos aparentava ser idoso, disse: “Branco correndo é atleta, preto correndo é bandido”. Nesse momento chegou uma senhora e perguntou se estava tendo mototáxi. Respondi que não, por conta das apreensões policiais. Ela, então, falou: “Poxa, estou atrasada para buscar meu filho na creche”. Agradeceu-nos pela informação e seguiu em passos apressados em direção ao Morro.

Pedi licença a Alison e fui até uma das barraquinhas de camelôs, localizadas ao redor da praça. Havia duas mulheres com sacolas perguntando o que estava acontecendo para o senhor que vende carregador de celular. Ele respondeu que era uma operação do programa Niterói Presente. Uma delas, meio sem acreditar, perguntou: “Por isso que não está tendo mototáxi?!”. O rapaz confirmou que sim com a cabeça. As senhoras com as sacolas se aproximaram dos guardas e policiais que estavam com o colete do referido programa e reclamaram para que todos escutassem: “Niterói Presente? Niterói presente atrapalhando minha vida! Prendendo trabalhador e atrapalhando trabalhador”.

A fala indignada dessa senhora mostra a representação que fazia de si mesma e dos

14 O programa Niterói Presente é custeado pela Prefeitura para contribuir com o aumento do policiamento na cidade. Os policiais militares são credenciados para atuar nos bairros de Icaraí, Santa Rosa, Centro, Fonseca, São Francisco, Charitas e Jururuba. Disponível em: http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5636:2019-01-07-19-57-34. Acesso em: 20 jan. 2020.

mototaxistas enquanto trabalhadores. Essa identificação, porém, não era compartilhada pelos agentes de segurança pública. Como dito, constantemente, a falta de regulamentação por parte da prefeitura era usada como argumento por policiais e guardas municipais como razão pela qual os mototaxistas não poderiam permanecer na praça do Rink. Essa representação compartilhada pelos agentes de segurança pública se aproxima da definição de Guilherme dos Santos de cidadania regulada (1979). Esse autor mostrou que aconteceu na Era Vargas uma expansão dos direitos trabalhistas, mediante a centralização do poder executivo. Por conta disso, a garantia da cidadania e dos direitos sociais só era dada segundo o reconhecimento formal da profissão pelo poder executivo federal. Como podemos observar, essa representação ainda se faz presente no pensamento dos agentes de segurança pública, uma vez que eles não acreditavam que os mototaxistas poderiam estar nas ruas de Niterói para exercer seu trabalho, principalmente, pelo fato dessa atividade não estar regularizada.

Por outro lado, a partir da fala dessa senhora observamos também que o trabalho enquanto valor moral ainda era importante para a identidade social dos mototaxistas (GUEDES, 1997). Segundo a autora, a construção do homem/trabalhador leva em conta a ideia do “sacrifício” realizado por meio do trabalho e, também, considera o trabalho como valor moral central na identidade social do indivíduo. Entretanto, esse reconhecimento não deve ser realizado somente pelo próprio sujeito, mas, principalmente, pelos seus pares. Dessa maneira, as reclamações das senhoras foi uma maneira de reconhecer que os mototaxistas são vistos pelos demais moradores da “comunidade” como trabalhadores e não como “vagabundos” ou “bandidos” (forma que os policiais e outros usuários do trânsito reconhecem os mototaxistas). Por isso, a discriminação que elas sofriam por serem moradoras do Morro do Estado (não tendo acesso a serviço de transporte, por exemplo), também recaía sobre os mototaxistas, que não só faziam parte desse mundo, mas prestavam serviços a essa comunidade.

Além disso, a fala dos moradores do Morro do Estado que acompanhavam a atuação dos agentes do Estado não veiculava somente uma reclamação diante aquilo que viam, mas também contestava o não reconhecimento dos moradores do Morro do Estado enquanto sujeitos de direitos. Como mostra Luis Roberto Cardoso de Oliveira (2002), o respeito a direitos no Brasil está relacionado a manifestações de consideração e deferência. Desse modo, aquelas pessoas que não são identificadas em nossa sociedade como possuidoras de uma “substância moral digna” não têm garantidas para si o reconhecimento dos direitos de cidadania. Isso significa dizer que os moradores do Morro do Estado (mototaxistas, inclusive) não eram reconhecidos pelos agentes do Estado como pessoas possuidoras de uma substância moral característica de pessoas que mereciam o reconhecimento dos direitos e, por isso, não lhes eram garantidos o transporte,

o trabalho formal e nem a necessidade de mandato policial para receber qualquer tipo de revista.

No final desse dia, peguei carona com Felipe, também mototaxista nos horários de intervalo do trabalho, e contei o que ocorreu no dia. Depois de escutar o que eu disse, ele comentou:

Aí, agora você pode sentir na pele um pouco o que a gente vive. Você podia ter causado uma cena lá por causa do que eles te fizeram. Mas, não fez, tudo bem. Nada do que você fez ia afetar os caras [se referindo aos seus colegas mototaxistas]. A gente tá acostumado. Sempre tem isso na nossa vida. [ele ficou um tempo em silêncio]. Pow, eu sei que eles estão fazendo o trabalho deles, mas é mó humilhação, mó esculacho”

Fiquei sem saber o que comentar depois. Falei somente que estava indignada com tudo que tinha visto. Ele parou numa oficina de moto que tinha próximo a minha casa, disse que precisava ir ali conversar sobre sua moto. Desci e agradei pela carona. Fui embora para casa para anotar o que ainda estava fresco em minha memória. A todo o momento a fala de Felipe me passava na cabeça. Ficava imaginando tudo o que eles passam. Se eu (branca, de classe média e moradora da área universitária de Niterói), me senti coagida a apagar o vídeo, imagina o que esses mototaxistas não passam em seu cotidiano.

No momento em que escrevia meu diário de campo já associava os acontecimentos do dia com as análises realizadas por Pires (2011) na etnografia junto aos camelôs. Felipe utilizou a mesma categoria analisada pelo antropólogo para descrever o que tais trabalhadores vivem em seu cotidiano. O fato de estar acostumado com tal atitude demonstra que, para ele, tal infortúnio tornou-se uma “imprevisibilidade previsível”, suscetível de acontecer diante a maneira como se dá o acesso aos direitos no Brasil (PIRES, 2011). O não reconhecimento desses mototaxistas enquanto sujeito de direitos estava relacionado a esse insulto moral e físico, quase insuportável, realizado pelos agentes de estado em prol de retirá-los do espaço urbano.

Nesse sentido, acredito que os mototaxistas, a exemplo dos camelôs estudados por Pires (2019), podem ser classificados como sujeitos precários. Mesmo que a legalização do trabalho do moto táxi não passe pelos mesmos termos do direito administrativo que a camelotagem, o que me leva a aproximar esses grupos sociais são as privações de acesso igualitário ao uso do espaço público. Como é enfatizado pelo autor, essa precariedade está associada aos valores materiais e simbólicos representados por meio das desigualdades jurídicas a qual eles são expostos em sua existência cotidiana (PIRES, 2019).

Portanto, o estereótipo que acompanhava o fazer do mototaxista como alguém que trabalhava a favor do tráfico ou, pelo menos, que estava conivente com o que acontece em relação ao tráfico de drogas nas “comunidades”, marcava a relação dos meus interlocutores com alguns

agentes do Estado responsáveis pela regulação do espaço público. As agências do Estado não concediam aos mototaxistas nem o tratamento impessoal e anônimo, conferido àqueles que são reconhecidos enquanto indivíduos (e sujeitos de direitos), nem o tratamento “personalista” e hierárquico dedicado àqueles que são vistos enquanto pessoas (DAMATTA, 1997). Quando se tratava das documentações de seus veículos, eles podiam até ser considerados indivíduos ou, de outra maneira, sujeitos da lei, “... foco abstrato para quem as regras e a repressão foram feitas” (DAMATTA, 1997, p. 218). Como mostra Kant de Lima (2009), isso acontece devido à sensibilidade jurídica de nossa sociedade, já que a igualdade, por se identificar com a semelhança e não com a diferença, faz com que a sociedade seja composta de segmentos desiguais (em direitos e interesses) e complementares ajustados harmonicamente. Por conta disso, as regras gerais para toda pirâmide são aplicadas particularizadamente a diferentes sujeitos por distintas autoridades. No caso em questão, aos mototaxistas cabe a punição e repressão e não o acesso aos direitos (KANT DE LIMA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um período marcado pelo aumento da desigualdade social em Niterói, a gestão municipal de Rodrigo Neves procurou utilizar um discurso com base na gramática moral comumente utilizada por cidades globais quando se trata de formas de gerir o espaço urbano. A ideia foi mostrar uma imagem que Niterói proporcionava o direito à cidade para sua população e, por isso, tornou-se uma cidade moderna, sustentável e “construída para todos”. Entretanto, quando observamos as formas de circulação e regulação dos mototaxistas do Morro do Estado, percebemos que suas necessidades de ocupar o espaço urbano para exercer seu trabalho não eram garantidas e, por isso, eles não possuíam um pleno acesso ao direito à cidade. Frequentemente, eles eram impedidos de estar na principal praça do Centro da cidade para realizar seu trabalho. A falta de um regulamento formal desse ofício, inclusive, era argumento das agências de Segurança Pública para impedir que os mototaxistas permanecessem nessa praça.

Um dos fatores que pode ser explicativo dessa dificuldade que os mototaxistas tinham em circular e permanecer no Centro da Cidade é que, em diferentes momentos sócio-históricos, a construção do espaço urbano niteroiense foi destinada a um público de consumo vindo de uma aristocracia e que ocupa as classes média e média alta. Nesse sentido, as diferentes representações que foram desenvolvidas sobre a Cidade Sorriso sempre enfatizavam que essa cidade

não era para todos, ao menos não igualmente. Por isso, a concepção de ordem que a sociedade niteroiense procurou ser reconhecida não comporta a presença de um ponto de moto táxi numa das principais ruas de Niterói.

Como relatei, os mototaxistas não conheciam nem utilizavam o conceito de direito à cidade (HARVEY, 2010; LEFEBVRE, 2008). A intenção deles era, sobretudo, ter direito ao trabalho, tendo, com isso, sua identidade de trabalhador reconhecida pela sociedade. Os demais moradores do Morro do Estado os reconheciam enquanto trabalhadores, mas essa identificação não era compartilhada pelos agentes de segurança pública. Ao contrário, as agências de segurança pública reprimiam esses sujeitos, assim como aconteceu no dia 21 de agosto de 2018.

A representação compartilhada pelos agentes de segurança pública utilizava o argumento de que o ofício dos mototaxistas não estava regulamentado pela prefeitura e, por isso, eles não podiam trabalhar nas ruas do Centro de Niterói. Essa visão não está relacionada somente com o caso empírico em questão, mas também recai sobre outros trabalhadores informais. De acordo com essa representação, aqueles que não possuem esse reconhecimento formal por parte do poder executivo estatal acabam por ser vistos como “vagabundo” ou “bandido” (GUEDES, 1997). Além disso, assim como aconteceu na etnografia de Pires (2011), os mototaxistas também classificaram a ação que os policiais tiveram no dia 21 de agosto de 2018 como um “esculacho” (PIRES, 2011). Nesse sentido, podemos entender que o direito ao trabalho do qual os mototaxistas necessitavam era muito mais do que a garantia formal dada pela legislação e, sim, o reconhecimento de que eles eram sujeitos de direito.

Cabe, ainda, destacar que a implementação da legislação formalizando o trabalho dos mototaxistas em Niterói também não garante que as barreiras simbólicas e morais deixem de existir, já que são elas que limitam a presença dos mototaxistas as proximidades de sua comunidade. Enquanto a presença dos motoristas for encarada como um incômodo a imagem que a sociedade niteroiense construiu sobre a Cidade Sorriso, eles terão dificuldade de exercer o seu trabalho. Isto é, para conseguirem ter os direitos ao trabalho contemplados, os mototaxistas precisam também ter direito de estar e ocupar o espaço público niteroiense.

Com isso, pode-se dizer que procurei pôr em evidência uma representação local sobre o direito à cidade. Nesse caso, a necessidade do direito à cidade está relacionada à possibilidade de estar no espaço público livremente para exercer o seu trabalho. Para essa reflexão, os trabalhos de Lefebvre (2008) e de Harvey (2014) sobre o direito à cidade são essenciais, já que nos auxiliam a entender que todos os grupos (inclusive os que estão à margem da sociedade) devem fazer parte da construção e da ocupação do espaço urbano. Sobre a incorporação do direito à cidade para o contexto empírico brasileiro, enfatizei que alguns teóricos (FERNANDES, 2007;

PLYUSHTEVA, 2009; QUEIRÓZ RIBERIRO, 2003) reconhecem a importância desse conceito em alguns avanços sobre as políticas de gestão do espaço urbano no Brasil, mas ainda acreditam que é preciso uma mobilização sociopolítica para que o direito à cidade seja implementado em termos práticos no Brasil. Ou seja, de acordo com essa visão, o direito à cidade ainda não é efetivado porque as cidades brasileiras ainda se constroem seguindo a lógica do interesse privado e das políticas neoliberais de mercado.

Entretanto, para entender como o conceito de direito à cidade pode ser utilizado no Brasil, devemos ir além das desigualdades impostas pelas diferenças entre classes sociais. Isso porque a teoria de direito à cidade foi apresentada pela primeira vez por Lefebvre, em 1968, num contexto marcado por manifestações e protestos franceses, o que nos leva a imaginar se essa categoria diz respeito a maneira como se estabelecem as ideias de igualdade e diferença no espaço público francês (MOTA, 2014).

Quando se pensa em direito à cidade no Brasil é preciso também levar em conta as práticas e representações presentes a respeito do nosso espaço público. Nesse sentido, a definição de direito à cidade passa, também, pelo desafio de se contrapor a concepção de espaço público como projetado e controlado pelo Estado (ou apropriado por indivíduos ou grupos), tomando-o, ao invés disso, como espaço produzido e negociado por todos (KANT DE LIMA, 2000). No caso em questão, observou-se que as regras que determinavam a presença e circulação dos mototaxistas nas ruas de Niterói eram apropriadas por diferentes agentes do Estado e aplicadas segundo as malhas policiais vigentes no momento (Kant de Lima, 2019).

Somado a isso, além de sermos desiguais em interesses, somos também no plano do direito. Por isso, quando se pensa em direito à cidade no Brasil, além de se levar em conta como as desigualdades materiais das classes sociais se refletem na constituição do espaço urbano, é preciso considerar também a desigualdade de acesso a direitos de acordo com a nossa sensibilidade jurídica. Ao contrário do caso francês, o modelo jurídico de nossa sociedade é composto por segmentos desiguais (em direitos e interesses) e complementares ajustados harmonicamente. Por conta disso, as regras gerais para toda pirâmide são aplicadas a diferentes sujeitos por distintas autoridades (KANT DE LIMA, 2019).

No caso dos mototaxistas, apesar de haver uma lei regularizando o trabalho dos mototaxistas, isso não significa que os agentes do Estado responsáveis pelo controle do espaço urbano vão tratá-los como indivíduos que possuem direitos. Os agentes do Estado não reconhecem os mototaxistas enquanto semelhantes, por isso, não lhes é garantido o acesso aos direitos. Ou seja, o direito à cidade e o direito ao trabalho aos mototaxistas estão obstaculizados, sobretudo, pela naturalização da desigualdade (de direitos e interesses) própria da sensibilidade jurídica.

ca brasileira (KANT DE LIMA, 2019). Portanto, é importante problematizar as categorias se pretendem universais, como é o caso do direito à cidade, haja vista que na prática, estas “...se manifestam de acordo com as cosmologias locais e são apropriadas, lidas e incorporadas pelos atores no espaço público de modo diverso” (SILVA, 2017, p. 181).

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. Departamento Nacional de Trânsito. **Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar em vigor**. Brasília: DENATRAN, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm. Acesso em: 19 jul. 2021
2. BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em 19 de julho de 2021.
3. CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Québec e EUA**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
4. CEFAÏ, D.; MELLO, M. A. S.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B. Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. In: CEFAÏ, D.; MELLO, M. A. S.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B. (org.). **Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: EDUFF, 2011. p. 9-63.
5. DAMATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.
6. FERNANDES, E. Constructing the “Right to the City” in Brazil. **Social & Legal Studies**, Londres, v. 16, n. 2, p. 201-219, 2007. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0964663907076529>. Acesso em: 19 jul. 2021.
7. HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
8. GUEDES, S. L. **Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores**. Niterói: EDUFF, 1997.
9. KANT DE LIMA, R. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, L.G.; BARBOSA, L.; DRUMMOND, J. A. (org.). **O Brasil não é para principiantes**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 105-124.
10. KANT DE LIMA, R. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 25-51, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/>

- anuarioantropologico/article/view/7026. Acesso em: 19 jul. 2021.
11. KANT DE LIMA, R. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2019.
 12. LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.
 13. MARICATO, E. O automóvel e a cidade. Santa Maria: **Ciência & Ambiente**, n. 37, p. 5-12, jul./dez. 2008.
 14. MOTA, F. R. **Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?** Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
 15. NITERÓI. Lei nº3163, de 19 de agosto de 2015. **Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais de transporte de passageiros**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2015/316/3163/lei-ordinaria-n-3163-2015-regulamenta-o-exercicio-das-atividades-dos-profissionais-em-transporte-de-passageiros-conhecido-como-mototaxista-no-municipio-de-niteroi-e-da-outras-providencias>. Acesso em 19 jul. 2021.
 16. PIRES, L. S. **Esculhamba, mas não esculacha!** Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil. Niterói: EDUFF, 2011.
 17. PIRES, L. S. Transportes públicos, cidadania e política: grandes eventos e ‘globalização’ no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 13-29, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/23109>. Acesso em: 19 jul. 2021.
 18. PLYUSHTEVA, A. The Right to the City and the Struggles Over Public Citizenship: Exploring the Links. **The Urban Reinventors Online Journal**, n. 3, p. 1-5, 2009.
 19. QUEIROZ RIBEIRO, L. C. O Estatuto da Cidade e a questão urbana brasileira. In: RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. (org.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 11-26.
 20. ROCHA, T. M. A. **“Niterói para pessoas?”** Práticas e representações sobre mobilidade urbana de mototaxistas. 2020. 272 f. Orientador: Edilson Márcio da Silva Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
 21. SÁNCHEZ GARCIA, F. Buscando um lugar ao sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana. **Revista Paranaense de Geografia**, n. 4, 1999.
 22. SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campos, 1979.
 23. SASSEN, S. **The Global City: New York, London and Tokyo**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

24. SILVA, E. M. A. Entre o particularismo e o universalismo: dilemas da cidadania no Brasil e na França. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 180-188, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7754/7590>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Talitha Mirian do Amaral Rocha

Doutora e Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos Comparativos em Administração de Conflitos. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5912-3425>. E-mail: tmirian@hotmail.com.

ARTIGOS

Refúgio e Família entre Mulheres do Conflito Sírio no Brasil e Tunísia¹

Refuge and Family among Women from the Syrian Conflict in Brazil and Tunisia

Mirian Alves de Souza

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de oferecer alguns dados que possam enriquecer a produção antropológica no campo da migração forçada. A partir de uma etnografia com pessoas refugiadas do conflito sírio, o texto focaliza narrativas de mulheres no Brasil e Tunísia. A pesquisa adotou o método etnográfico, baseado em observação participante, no Rio de Janeiro, e entrevistas em Tunis e São Paulo. Existem poucos trabalhos nestes contextos com foco nas mulheres refugiadas do conflito sírio. Outra contribuição da pesquisa, no campo dos estudos sobre família e refúgio, é a apresentação de uma descrição das relações familiares anteriores e durante o deslocamento. Os dados da pesquisa, em consonância com a bibliografia, confrontam a afirmação de um colapso nas relações familiares no exílio.

Palavras-chave: Refúgio, Família, Conflito sírio, Mulheres.

¹ A pesquisa foi financiada por meio de bolsa de doutor júnior da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), de setembro de 2015 a setembro de 2017, e com recursos de projetos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Agradeço aos pareceristas pela leitura atenciosa e considerações.

Recebido em 08 de abril de 2020.
Avaliador A: 05 de maio de 2020.
Avaliador B: 25 de junho de 2020.
Aceito em 22 de setembro de 2020.



ABSTRACT

The aim of this article is to offer some data that can enrich anthropological production about forced migration. Based on an ethnography of refugees from the Syrian conflict, the article focuses on women's narratives in Brazil and Tunisia. This research adopted the ethnographic method, based on participant observation, in Rio de Janeiro, and interviews conducted in Tunis and São Paulo. There are few academic works developed in these contexts that focus on women refugees from the Syrian conflict. Another contribution of the research, in the field of studies on family and refuge, is the presentation of a description regarding family relationship prior to and during displacement. The research data, in line with the bibliography, confront the affirmation of a collapse in family relationships in exile.

Keywords: Refuge, Family, Syrian conflict, Women.

INTRODUÇÃO

O refúgio como objeto antropológico tem sido problematizado, porque sob esta categorização se omite uma enorme variedade de situações do ponto de vista histórico, geográfico e cultural. A universalização de grupos deslocados na categoria “refugiado” tem produzido desistoricização e despolitização (MALKKI, 1995). Barbara Harrell-Bond (2002), em sua pesquisa com pessoas refugiadas de Uganda no Sul do Sudão, critica a incapacidade de trabalhadores humanitários, no cotidiano de suas ações, em reconhecer diferenças. Harrell-Bond (2002, p. 56) argumenta que “as populações de refugiados são heterogêneas de muitas maneiras (idade, educação, gênero, classe social e assim por diante), mas o método per capita de distribuição da ajuda é o ‘nivelador’, ele enfatiza sua ‘igualdade’ ou ‘homogeneidade’”. Liisa Malkki (1995), a partir de sua pesquisa com refugiados hutus na Tanzânia, mostra que as organizações humanitárias reproduzem imagens e discursos padronizados sobre os refugiados, caracterizando-os como “meras vítimas” ou como “um tipo generalizado e idealizado”.

Porém, não apenas no contexto de organizações humanitárias, como também no campo acadêmico (STEIN, 1981; KELLER, 1975), quase como uma “tribo” antropológica essencializada, os refugiados tornaram-se não apenas uma categoria mista de pessoas que compartilham um certo status legal; eles se tornaram “uma cultura”, “uma identidade”, “um mundo social” ou “uma comunidade”. Há uma tendência, então, a proceder como se todos os refugiados compartilhassem uma mesma condição ou natureza comum (MALKKI, 1995, 1996).

As pesquisas desenvolvidas por Barbara Harrell-Bond (1982, 2002) e Liisa Malkki (1995, 1996) representam uma produção crítica no campo da antropologia (por exemplo: FASSIN, 2010; AGIER, 2011; SCHIOCCHET, 2011; HAMID, 2012; NAVIA, 2014; URIARTE, 2018; LOKOT, 2018). Essa produção busca pensar o refúgio e a experiência do deslocamento considerando o conflito que produz a migração forçada, a dimensão política normativa do estado-nacional e os contextos históricos e sociais de origem, trânsito e destino das pessoas, assim como os seus diferentes pertencimentos culturais. Busca-se romper com uma narrativa homogênea sobre os refugiados, analisando a pluralidade de experiências no contexto do refúgio, as quais estão relacionadas a marcadores identitários diversos. Este artigo tem por objetivo oferecer alguns dados que possam enriquecer esta discussão, a partir da etnografia com refugiados do conflito sírio.

A literatura da antropologia sobre refugiados do conflito sírio tem dado atenção: aos laços familiares, culturais e linguísticos compartilhados com jordanianos (ACHILI, 2016); ao papel da classe social para a experiência do exílio entre mulheres sírias no Cairo, Egito (AYOUB, 2017); ao apoio prestado pelos palestinos aos refugiados sírios no campo de Chatila, no Líbano (SHARIF, 2018); às relações anteriores e durante o deslocamento dentro e fora das famílias sírias a partir da Jordânia (LOKOT, 2018); ao papel de organizações confessionais para o acesso à ajuda humanitária em São Paulo (MEIHY, 2019); e à questão da moradia para refugiados sírios e palestinos no Brasil (SOUZA; MANFRINATO, 2020).

Este artigo busca contribuir para essa produção, olhando em particular para as narrativas de três mulheres em dois contextos de Sul global, Brasil e Tunísia. Existem poucos trabalhos com foco em narrativas de mulheres, de maneira geral, e especialmente nestes contextos (ARAISSIA, 2019; ABDELLATIF, 2018). As histórias de Sila, Randa e Muna são articuladas, porque rompem com uma narrativa cristalizada sobre a família e mostram que nem sempre o deslocamento produz rupturas e perdas de vínculos familiares.

Os dados da pesquisa, em consonância com a bibliografia (LOKOT, 2018), confrontam a conclusão de um colapso nas relações familiares no exílio. Ao examinar como as redes sociais e o capital social contribuem para o bem-estar dos sírios em Irbid, Jordânia, Stevens considera que as redes sociais, que tradicionalmente forneciam apoio em tempos de dificuldades, entraram em colapso sob a penosa tensão financeira e social dos anos de deslocamento.

As redes sociais tradicionais não estão contribuindo para o suporte financeiro e emocional das famílias sírias em Irbid, na Jordânia, apesar da existência de familiares ou outras relações às quais se poderia pedir ajuda. Em vez disso, as redes sociais que tradicionalmente forneciam suporte em tempos de dificuldades ruíram sob a pressão financeira e social de anos de deslocamento

(STEVENS, 2016, p. 52).

A conclusão do trabalho de Stevens expressa uma visão um tanto funcionalista, questionada por Liisa Malkki. Para Malkki, trabalhos desenvolvidos no campo dos “estudos sobre refugiados” (STEIN, 1981; KELLER, 1975) supõem que se desenraizar e se deslocar de uma comunidade nacional é necessariamente perder sua identidade, tradição e cultura (MALKKI, 1995, p. 508). No âmbito das organizações humanitárias essa visão é igualmente compartilhada. Relatórios de agências humanitárias (EL-MASRI; GARWOOD; HARVEY, 2013; UNHCR, 2014; BUECHER; ANIYAMUAALA, 2016) enfatizam o impacto do exílio na estrutura das comunidades sírias, apresentando as relações sociais como perpetuamente quebradas devido à guerra. Segundo o relatório “Woman Alone: Fight for survival by Syria’s Refugee Women”, “as famílias sírias são tradicionalmente muito unidas. A guerra mudou tudo isso, separando famílias e comunidades. Homens foram mortos, presos ou gravemente feridos. O medo, como uma constante, entrou em suas vidas”. (UNHCR, 2014, p. 9)

O poder predominante da família no contexto do Oriente Médio tem sido reconhecido por diversos autores (JOSPEH, 1999; DAHLGREN, 2008; RABO, 2008). Nesta região, a identificação com a família e o grupo de parentes é a base da identidade de um indivíduo. E isso é verdade para ambos os sexos (EL GUINDI, 1999, p. 164). A família é vista como um “espaço sagrado” (JOSPEH, 1999, p. 9), mas os pesquisadores enfatizam que ela não é uma entidade estática.

Beshara Doumani, por exemplo, argumenta que é preciso contextualizar e historicizar a família. Esvaziada de substância histórica, ela é discutida em termos monolíticos e enquadrada monocromaticamente como tradicional ou moderna (DOUMANI, 2003, p. 3; 2017, p. 17). Este enquadramento se vincula a construções nacionais e culturais que modelam os imaginários sociais do Estado, “o qual privilegia determinadas concepções idealizadas na noção de ‘família muçulmana’². Os discursos nacionalistas colocaram a família no centro das visões políticas, que renegociam as relações sociais tradicionais em benefício do Estado” (DAHLGREN, 2008, p. 7).

No contexto da Síria, Lisa Wedeen argumenta (1999, p. 51) que o papel da família é tão difundido que metáforas de família operam na narrativa oficial para representar as relações

2 A produção antropológica contemporânea oferece visões e interpretações bastante nuançadas das disputas pela definição dos símbolos públicos e discursos morais e religiosos sobre a família e a mulher muçulmana (ABU-LUGHOD, 2013; MAHMOOD, 2005; RABO, 1996, 2008; CHAGAS, 2011).

idealizadas de filiação e dominação do regime³ e para especificar a forma de obediência pública. A construção de uma família nacional pelo culto a Hafez Al Asad, o “pai nacional”, deriva sua coerência e inteligibilidade das relações reais entre os sexos e a compreensão prática, vivida de gênero e poder dentro das famílias sírias. Desde a “revolução” Ba’ath de 8 de março de 1963⁴, “a família” havia perdido cada vez mais as funções disciplinares e de cuidado para as instituições estatais emergentes, como o exército, fábricas, hospitais, escolas e prisões. A Guerra de 1967 teve o efeito de transferir funções adicionais anteriormente desempenhadas por famílias sírias para o estado (WEDEEN, 1999, p. 52).

Annika Rabo (1996) aborda o projeto modernizante do partido Ba’ath, o único a governar a Síria desde a década de 1960. Neste projeto, concepções de gênero consideradas “tradicionais” são condenadas como resquícios de uma ordem patriarcal que o partido se esforça para eliminar. Nessa retórica, os laços de parentesco são vistos como fomentadores de uma espécie de solidariedade que ameaça o progresso da sociedade. A organização de pessoas em clãs, tribos ou famílias numerosas é considerada “feudal” e uma ameaça para a nação. As iniciativas do “feminismo de estado sírio”, como os grupos de estudos para mulheres adultas, organizados pelo Sindicato das Mulheres, controlado pelo Ba’ath, são instrumentos importantes para ensinar as mulheres a “se livrarem das atitudes tradicionais da família⁵” (RABO, 1996, p. 160).

Uma referência final que serve de suporte para o meu campo etnográfico é a pesquisa de Michele Lokot (2016), que questiona conclusões sobre a experiência do refúgio e visões simplistas sobre a família, como as que estão presentes em discursos acadêmicos (STEVENS, 2016) e humanitários (EL-MASRI; GARWOOD; HARVEY, 2013; UNCHR, 2014; BUECHER; ANIYAMUAALA, 2016). Lokot explora como mulheres e homens sírios na Jordânia

3 A categoria regime designa o governo do atual presidente da Síria, Bashar al-Asad e se refere ao governo de seu pai, Hafez. Bashar al-Asad se tornou presidente da Síria depois da morte de seu pai, que presidiu o país de 1970 a 2000. Bashar al-Asad consolidou uma dinastia política no poder, chamada por seus oponentes de república de reis (jumlukiya) (PINTO, 2013, p. 211).

4 A efetiva construção do Estado-nação na Síria não começou até 1963, com o golpe que levou o Partido Ba’ath ao poder. O partido socialista panárabe (Hizb Al-Ba’ath Al-’Arabi Al-Ishtiraki) tem como objetivo abolir as instituições tradicionais, definidas como “feudal, tribal e patriarcal” (RABO, 1996, p. 153).

5 A construção do estado-nação na Síria é marcada por um discurso secular de combate a práticas consideradas tradicionais, como o uso do hijab (véu islâmico) no espaço público. A discussão sobre agência feminina tem sido explorada na literatura sobre mulheres muçulmanas. A etnografia de Saba Mahmood (2005) nas mesquitas do Cairo, em um movimento conservador de mulheres, deu lugar a uma nova concepção de agência. Mahmood desenvolveu um conceito de agência devota, que amplia a capacidade de compreensão das mulheres cujo sentido de self, aspirações, projetos e desejos, incluindo o de submissão a uma autoridade reconhecida, foram configurados no seio de tradições não liberais. Mahmood defende uma separação entre a noção de agência e a de resistência como um passo fundamental para se pensar as formas de vontade e política que não se adequam às normas seculares e liberais feministas (incluindo o “feminismo de estado”).

desafiam e mantêm os laços familiares. Ela sugere que o poder da família em moldar as relações sociais e a diversidade de experiências entre os sírios precisam ser mais bem compreendidas por acadêmicos e por agências humanitárias e governos.

Os refugiados não podem ser descritos como se compartilhassem de uma mesma história de deslocamento e suas relações familiares não podem ser consideradas, inexoravelmente, rompidas por causa do deslocamento forçado. Lokot argumenta que as experiências de mulheres e homens no exílio variam em relação à geração, ideologia, classe social, lugar de origem e pertencimento étnico e religioso, entre outros fatores e circunstâncias.

Este artigo apresenta, primeiro, informações sobre o trabalho de campo antropológico realizado e números do conflito sírio; depois, as narrativas de três mulheres que mostram as complexidades da experiência do exílio e, por último, uma análise que confronta representações idealizadas da família e que desafia discursos simplistas em torno do refúgio. Propõe-se apresentar uma descrição mais complexa das relações no exílio, considerando a dinâmica familiar antes e durante a migração e os diferentes pertencimentos das mulheres.

METODOLOGIA

O trabalho de campo que informa este artigo foi conduzido em dois períodos. Primeiro, de outubro de 2015 a setembro de 2018, no Rio de Janeiro e em São Paulo, Brasil. Depois, ele foi desenvolvido, de março a julho de 2019, em Tunis, Tunísia. No Rio de Janeiro, a pesquisa adotou uma metodologia baseada na observação participante. O trabalho de campo foi desenvolvido com imersão, por meio do consumo regular de “comida síria”, produzida e comercializada por alguns interlocutores, e por meio das aulas de árabe com professores refugiados.

A noção de reciprocidade, “dar alguma coisa em troca” (LIAMPUTTONG, 2007, p. 60) orientou a pesquisa, de modo que o trabalho de campo também foi marcado por minha colaboração para a abertura de conta bancária, acesso ao serviço público de saúde, educação, e assistência a organizações humanitárias e a informações e esclarecimentos sobre o processo de refúgio. Em contraste, para o trabalho de campo em São Paulo e Tunis me concentrei na realização de entrevistas mais estruturadas e observação direta. Contudo, mesmo nesses contextos, nos quais tive pouco convívio com os interlocutores, a presença de crianças pequenas, como minha filha, criava um ambiente mais informal e empático.

A etnografia que realizei privilegiou a descrição do processo de acolhimento de pessoas

afetadas pelo conflito sírio em contextos nacionais nos quais meus interlocutores eram responsáveis por sua vida social e econômica. Isso significa dizer que não houve auxílio do estado brasileiro ou tunisiano para o deslocamento e eles não foram acolhidos por programas especiais para refugiados. A pesquisa envolveu cidadãos sírios e de outras nacionalidades, como palestinos e libaneses. Esses refugiados viviam em áreas urbanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Tunis e tinham grande diversidade socioeconômica.

As pessoas que participaram da pesquisa tinham entre 18-65 anos e eram em sua maioria de Damasco, Aleppo, Dayr al-Zor, Daraa, Raqqah e Homs na Síria. Participaram refugiados de outras nacionalidades, sem necessariamente relação com o conflito sírio, como marroquinos, egípcios, um sudanês e um líbio. Foram realizadas 20 entrevistas mais estruturadas, sendo atividades do dia a dia, como as aulas de língua árabe, momentos importantes para a construção de um conhecimento sobre a história de vida dos interlocutores no contexto de refúgio. As entrevistas e aulas particulares foram conduzidas em minha casa, na residência de algumas interlocutoras, em cafés, restaurantes e na Fundação Casa de Rui Barbosa. Feiras de comida, organizações humanitárias e confessionais, eventos culturais e acadêmicos, como palestras e peças teatrais também foram espaços para o desenvolvimento do trabalho de campo.

As entrevistas foram realizadas em inglês, mas o uso do árabe e do português era frequentemente acionado. Estudar a língua árabe durante o trabalho de campo contribuiu para gerar empatia, mostrar meu engajamento diante do tema, fazer anotações mais adequadas e problematizar conceitos. Em três entrevistas, contei com duas tradutoras durante todo o tempo e, em outras ocasiões, com a tradução de outros interlocutores presentes ou de aplicativos de celular.

CONFLITO SÍRIO

Desde o começo do conflito sírio, em 2011, estima-se que 6,7 milhões de pessoas foram deslocadas internamente na Síria, 5,6 milhões deixaram o país, e 13,5 milhões precisam de ajuda humanitária. A maioria dos refugiados está em países vizinhos, que fazem fronteira com a Síria, os quais abrigam 90% do total de deslocados. Os países que mais receberam refugiados sírios são Turquia, Líbano e Jordânia (ACNUR, 2018).

Na Tunísia, o Institut National de la Statistique divulgou que, em 2014, havia 1.024 refugiados sírios no país (BOUBAKRI, 2015, p. 26). Os números, contudo, deveriam ser bem

superiores. Segundo Boubakri, o secretário de Estado para “Migração e Integração Social” da Tunísia estimava o número 4.000 sírios presentes no país, enquanto o escritório do ACNUR registrava 629 refugiados (BOUBAKRI, 2015, p. 32). Em 2019, Vincent Cochetel, representante do ACNUR na Tunísia, informou que 1.031 sírios pediram refúgio ou eram refugiados no país (GRASSO, 2019).

No Brasil, entre 2011 e 2018, 3.326 cidadãos sírios foram reconhecidos como refugiados, segundo dados oficiais do Comitê Nacional para refugiados (CONARE, 2019), que administra o refúgio no Brasil. A entrada de pessoas afetadas pelo conflito sírio foi facilitada, por razões humanitárias, por meio da flexibilização das exigências para a concessão de visto em embaixadas e consulados brasileiros.

Por intermédio da Resolução normativa 17 de 2013, com validade de dois anos, e renovada nos anos de 2015 e 2017, o CONARE orientou a emissão de vistos para pessoas afetadas pelo conflito sírio, considerando palestinos e cidadãos de outras nacionalidades que residiam na Síria⁶. A inclusão de nacionais de outros países na política de refúgio brasileira viabilizou o acesso à proteção a indivíduos que, embora afetados pela guerra, costumam ser excluídos de programas de proteção.

A Tunísia, por sua vez, ao cortar relações com o governo sírio em 2012, como um sinal de “solidariedade ao povo sírio em suas reivindicações por liberdade e dignidade” (TURESS, 2012), criou obstáculos para a entrada de sírios no país. Entre meus interlocutores, alguns foram forçados a transitar por via aérea através da Argélia e, depois entrar na Tunísia, irregularmente, através da fronteira terrestre⁷.

SILA, SAMIA E MUNA

As narrativas de três interlocutoras permitem mostrar as complexidades da experiência do exílio. Sila, Samia e Muna enfrentaram grandes desafios em seus processos migratórios, as suas relações familiares e sociais foram marcadas por conflitos e desentendimentos, mas também por reconciliações e surpreendentes manifestações de afeto e solidariedade.

⁶ A Síria abrigava aproximadamente 500,000 refugiados palestinos, dos quais 149,822 viviam em um de seus nove campos oficiais (CASTELLINO; CAVANAUGH, 2013, p. 157).

⁷ A pesquisa de Hajer Araissia (2019) discute o impacto dessa decisão para a precarização das condições de deslocamento ao focar sua análise nas mulheres sírias refugiadas na Tunísia.

Sila

Sila vivia em Damasco com sua mãe, onde nasceu na década de 1990. Seus pais se divorciaram quando ela era criança e, embora tenha morado com seu pai durante alguns anos, passou a maior parte de sua vida com sua mãe. Ela estudou em uma escola bilíngue em Damasco, motivo pelo qual fala inglês fluentemente, fazia aulas de pintura no Russian Cultural Center, e frequentava outros espaços sociais de classe média alta na Síria. A família de Sila era muçulmana sunita⁸, mas como seus pais não eram praticantes, ela nunca frequentou uma mesquita.

Antes do conflito, Sila já tinha planos de deixar a Síria. Ela me contou que passava bastante tempo pesquisando na internet em busca de um destino, que deveria ser internacional, com falantes de língua inglesa, e sobretudo com praias paradisíacas. As ilhas Cook, um país autônomo associado à Nova Zelândia, que tem o inglês como uma língua oficial, era um exemplo de destino idealizado.

Sila pensava em viver em outro país. Contudo, o fator decisivo para que deixasse a Síria, em 2015, foi o medo do barulho dos bombardeios que ela ouvia vindos do subúrbio de Damasco:

Eu já queria sair da Síria, mas pensava em estudar na Europa ou ir para as Ilhas Cook. Decidi deixar o país quando começamos a ouvir os bombardeios. As bombas não atingiam o meu bairro, mas o barulho vindo do subúrbio era muito alto e assustador (Entrevista em junho de 2016).

Diante dos bombardeios e a perspectiva de que o conflito se ampliasse, Sila começou a pesquisar destinos possíveis. Ela já sabia, nesse momento, que vários países começavam a fechar suas fronteiras para cidadãos sírios, incluindo o Líbano, onde passou três meses trabalhando em um bar de Beirute. Malásia e Equador estavam abertos e não exigiam sequer visto de entrada. Sila foi então para a Malásia, onde passou um mês. No país, no entanto, ela percebeu que não teria muitas perspectivas de trabalho e voltou para a Síria. A volta para Damasco foi motivada, ainda, pelo estado de saúde de sua mãe, que tinha descoberto um tumor. Sila passou nove meses em sua cidade acompanhando a mãe nas sessões de quimioterapia, radioterapia e consultas médicas. Durante esse período de volta à Síria, ela soube que o Brasil estava flexibilizando as exigências para a entrada de sírios no país. Embora tenha gostado dos meses que

⁸ As três interlocutoras cujas histórias são abordadas neste artigo eram muçulmanas sunitas e se identificavam etnicamente como árabes. A Síria, contudo, era marcada por uma enorme diversidade étnica e religiosa. Segundo dados de Edith Szanto, a população Síria consiste em 70% de árabes sunitas, 15% de alauítas, 5% de cristãos, 3% de druzos, 1% de xiitas ismaelitas e 1% de xiitas duodecimanos. Curdos sunitas correspondem a 10% (SZANTO, 2013, p. 3).

passou em Beirute com amigos que, como ela, haviam deixado a Síria, Sila considerava que o Líbano, assim como a Malásia, não eram destinos viáveis.

O Brasil aceitava sírios, concederia refúgio, e o Rio de Janeiro tinha características muito atrativas, especialmente por suas praias e paisagem natural. Antes de vir para o Brasil, Sila passou cinco meses trabalhando na Turquia com o objetivo de reunir recursos para a sua viagem. Em Istambul, ela providenciou seu visto no consulado brasileiro e organizou sua partida. Ela desembarcou em São Paulo, onde foi acolhida por um amigo brasileiro que conheceu pela internet, no website Meet up, em um grupo chamado “brasileiros que falam árabe”.

Sila passou apenas cinco dias em São Paulo e, quando chegou ao Rio de Janeiro, ficou hospedada na casa de um amigo sírio, que também conheceu pela internet, na rede social Couch surfing, que oferece hospedagem gratuita. Sila passou duas semanas em sua casa, alugada por meio do website Airbnb. Depois disso, ela foi morar em um quarto compartilhado com outras mulheres em um hostel.

Alguns meses depois, Sila foi responsável pela vinda de sua mãe, que passou algumas semanas na casa de seus amigos na Turquia a fim de providenciar o seu visto para o Brasil. Sila acompanhava todos os passos de sua mãe por intermédio de seus amigos. O telefone celular comprado em Istambul garantia a comunicação. Com a chegada de sua mãe ao Brasil, Sila decidiu alugar um quarto exclusivo para mãe e filha, porque o quarto que dividia com outras pessoas não parecia mais adequado.

Na Síria, mãe e filha viviam da renda de um apartamento alugado que possuíam. O bairro desse imóvel, no entanto, foi fortemente atingido por um bombardeio e a renda desse aluguel se perdeu. Elas ainda não sabem se o imóvel foi completamente ou parcialmente destruído, uma vez que a área está interdita. Além disso, elas contavam com o benefício de pensão de morte do pai de Sila. A pensão que recebiam na Síria não podia ser enviada ao Brasil e, se pudesse, não faria diferença, uma vez que a libra síria praticamente não tem valor fora do país.

Apesar dos desafios em viver em um país que não conta com um programa de assistência a refugiados, Sila gostava de viver no Brasil, onde conseguiu se fixar com o apoio da rede de relações de trabalho e amizade que construiu. Ela estudava em uma universidade pública no curso que sempre desejou e trabalhava como professora de inglês, sendo esta sua principal fonte de renda. Ela era muito próxima das coordenadoras do curso no qual trabalhava e com as quais mantinha uma forte relação de amizade: “Esse trabalho mudou a minha vida”.

Um dos principais desafios da vida de Sila era sustentar sua mãe, uma mulher da elite damascena, que nunca trabalhou. Em sua juventude ela não precisava trabalhar, nasceu e cresceu no seio de uma família abastada, mas, mesmo com o divórcio e o declínio econômico familiar,

ela não aceitou a ideia de fazê-lo quando se tornou necessário: “Minha mãe tem mentalidade de elite, mesmo precisando, ela se recusou a trabalhar” (Entrevista em maio de 2017).

A mãe de Sila se sentia muito frustrada diante das condições de sua decadência social, agravada pelo exílio. Sila poderia viver com jovens amigos, mas, sua mãe, uma senhora de quase setenta anos, saúde fragilizada, e com essa “mentalidade”, demandava uma estrutura que exigia recursos que ela não conseguia adequadamente prover. O deslocamento derivado da migração forçada subverteu a relação entre gerações, transformando Sila, a filha, em provedora. Essa nova configuração familiar aumentou as tensões que marcavam a relação entre mãe e filha, mas o exílio não era visto por Sila como a razão dos problemas enfrentados: “A minha mãe sempre foi difícil de lidar, desde antes do conflito. Ela era assim na Síria. Ela reclama, nunca teve amigos. Mas agora eu me sinto muito mais responsável por ela. Ela é minha família. Sempre fomos eu e ela” (Entrevista em maio de 2017).

Samia

Samia nasceu em Damasco na década de 1980, em um campo não oficial de refugiados palestinos. Seus avós deixaram a Palestina em 1948 e se tornaram refugiados na Síria, em Golan. Com a ocupação israelense do território em 1982, eles foram para Homs e, depois, Damasco. Samia cresceu no subúrbio da cidade e estudou na Universidade de Damasco, onde conheceu seu marido.

Depois de três anos de casamento e com um filho pequeno, eles deixaram a Síria. Samia e Khaled chegaram ao Brasil em 2015. Dois anos depois, Samia decidiu fazer terapia. Ela conheceu sua psicóloga por intermédio de uma outra psicóloga, que trabalhava voluntariamente em uma mesquita em São Paulo. Para Samia, a relação com seus pais foi decisiva para que começasse a fazer terapia. Mesmo distante geograficamente, ela me disse que eles eram muito presentes: “Eu falo com eles quase todo o dia. Falar com eles é difícil, mas também é bom porque eu estou sempre preocupada, eles já se mudaram três vezes fugindo” (Entrevista em janeiro de 2017).

Para Samia, a distância de sua família suscitou uma reflexão sobre as relações familiares, que ela admitiu ter começado na Síria, mas abandonou porque estava sempre muito ocupada. No exílio ela encontrou um “tempo”, que nunca dispusera na Síria, para fazer terapia, refletir sobre seu nafs (self):

Quando Nuri [seu filho] foi para a escola eu comecei a fazer terapia. Eu precisava falar sobre meus pais. Eu tenho uma baixa autoestima [...]. Mas olha a minha história. Eu quis fazer faculdade e tive que juntar dinheiro sozinha, ninguém quis me ajudar. Eu estudava de manhã, trabalhava à tarde e de noite.

Os meus pais me davam muito mais trabalho quando comecei a estudar. Só tinha tempo para estudar de madrugada. E ainda consegui um jeito de estudar inglês. Escutava as fitas enquanto trabalhava e eles não gostavam (Entrevista em janeiro de 2017).

Samia disse que a partir da terapia começou a pensar sua trajetória de forma mais positiva, realçando suas conquistas em condições bastante adversas. Ela passou a refletir e compreender o impacto de sua decisão em não aceitar se casar com quem seus pais queriam: “Eu já fazia universidade e meus pais queriam que eu me casasse com um ajudante de mecânico, que era da família. Minha mãe o apoiava e achava que ele estava muito bom”. (Entrevista em janeiro de 2017). Samia quase se casou com o primo de seu pai e reconheceu que a decisão de os questionar, não aceitando o casamento, marcou a sua relação com seus pais definitivamente. Essa decisão ainda criou problemas com sua irmã mais nova, que apenas poderia se casar depois dela. Quando conheceu seu marido na Universidade de Damasco, ela decidiu rapidamente pelo casamento:

Na Síria a gente não namora, a gente casa. Mas na universidade tem gente que namora escondido. Mas assim que eu conheci o Khaled, falei para ele que teríamos que nos casar, que não aceitaria namorar e não podia esperar. E ele aceitou se casar. Eu não esperava, até porque na Síria, quem escolhe a esposa é a mãe do marido (Entrevista em janeiro de 2017).

Samia disse que não fez nenhuma exigência para o casamento, realizado poucos meses depois do pedido formal para sua família, de modo a não atrapalhar os planos de matrimônio da irmã. Samia realçou que as pessoas pensam muito em termos de religião ao abordarem as relações sociais na Síria, mas, no país, a classe social é muito importante. Ela nunca pensou em se casar com alguém como seu marido, ainda que tivesse rejeitado o ajudante de mecânico, que contava com a aprovação de seus pais.

A sua formação universitária, sucesso profissional, e casamento com um homem de família muçulmana sunita, como a dela, não impediam que os pais de Samia a criticasse. Em um de nossos encontros, quando cheguei à casa dela, ela me contou que tinha acabado de passar duas horas ouvindo sua mãe reclamar que ela só tinha um filho, enquanto seus irmãos, mesmo vivendo no contexto de uma guerra, tinham três filhos. A forma como ela criava seu filho e cuidava da casa também era objeto de críticas, ainda que à distância.

Os pais igualmente criticavam sua opção pelo Brasil: “Eles criticam porque sabem que fui eu que escolhi vir para o Brasil e não por ser um país não muçulmano (Dar al-Kufr)”. Samia atribuiu sua escolha pelo Brasil à segurança em relação ao visto e ao pedido de refúgio. Ela

tinha informações de que embaixadas e consulados brasileiros davam visto e que o pedido de refúgio no país encontraria aceitação. A primeira opção para a sua família era emigrar para um país do Norte global. Eles tentaram, mas não conseguiram.

No dia em que seu marido chegou em casa com a notícia de mais um visto negado, ela sugeriu a viagem para o Brasil e se tornou a principal responsável pela organização da viagem. Por intermédio de seus pais, Samia soube que membros de sua família e amigos, que estavam no Líbano, tinham conseguido visto para o Brasil. Ela ligou para uma prima, que embora tenha conseguido o visto brasileiro, optou em tentar, mais uma vez, viajar para a Europa. Essa prima, no entanto, colocou-a em contato com outro familiar, que já estava no Brasil. O primo, que vivia em São Paulo, contou sobre a comunidade árabe brasileira, as mesquitas em São Paulo, as oportunidades de trabalho que a cidade oferecia e sua complexa rede de metrô.

Diante da alta qualificação do casal, decidiram viver no Rio de Janeiro onde, em face da visibilidade da Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016), teriam maiores chances de emprego. Ficaram, no entanto, apenas oito meses na cidade. Por meio de contatos de sua família, Khaled conseguiu uma posição de trabalho em São Paulo, para onde se mudaram. Quando chegaram à cidade, eles estavam muito abatidos. Durante sua estadia no Rio de Janeiro, eles tiveram despesas inesperadas e, além disso, não conseguiram acessar o dinheiro enviado pelo pai de Khaled, precarizando sua situação na nova cidade.

Nesse contexto, um grande incômodo para Samia foi a proximidade com seu primo e conhecidos de sua família: “Tem pessoas que estão com medo dos espiões de Assad, eu tenho medo da fofoca da família, que adora falar sobre as misérias da vida alheia” (Entrevista em março de 2017). Samia procurou se manter afastada de seu primo e conhecidos de sua família para evitar que eles divulgassem informações sobre as condições em que se encontravam.

A rede de apoio que Samia construiu no exílio, embora inicialmente contatada por meio de seu primo, caracterizava-se por pessoas sem laços com sua família. Essa rede de apoio foi descrita como muito melhor do que a que ela contava na Síria, formada por famílias de brasileiros e estrangeiros que ela e seu marido conheceram, sobretudo, na Mesquita em São Paulo. De acordo com Samia, na Síria, ela não contava com o apoio da família:

Eu fiz um bom casamento, mas eu quis casar o mais rápido que podia por causa da minha irmã. Quando eu precisei dela, quando estava com oito meses de gravidez, ela não me ajudou e minha mãe estava sempre ocupada [...]. Eu não podia esperar nada delas. Minha irmã só pensa nela. Se eu me recuso a ajudá-la, minha mãe me chama de egoísta e fala que toda família (aqarib) tem escorpiões (aaqarab) (Entrevista em janeiro de 2017).

Samia não contava com o apoio da família de seu marido e sofria forte rejeição dela por sua origem social. “Eles nunca me aceitaram. Nosso casamento foi praticamente sem celebração. [...] A minha sogra, cunhadas e co-cunhadas pareciam estar sempre conspirando. Aaqarab [risos]” (Entrevista em março de 2017). Depois do conflito, Samia considerava que a família do marido passou a se relacionar com ela de forma muito diferente, conectando-se a ela, que disse conversar com eles com muito mais densidade e amorosidade.

Quando viviam na Síria, a relação com a família do marido era marcada, sobretudo, pelo controle social exercido por seus membros, que estavam frequentemente preocupados em impedir o seu contato com homens, restringindo sua circulação a espaços sociais exclusivamente femininos.

A situação de exílio contribuiu para uma inesperada aproximação entre Samia e a família de seu marido. Samia considera que, com o conflito, as relações de certa forma se horizontalizaram. Eles começaram a se conectar uns com os outros. A migração forçada por causa do conflito sírio criou denominadores comuns, pois estão quase todos fora do país, sendo ajudados pelos pais de Khaled, e compartilhando os mesmos desafios, como lidar com os papéis da migração ou refúgio, conhecer novas pessoas e adaptar as crianças a uma nova escola e cultura.

Muna

Para Muna, o deslocamento também a conectou com a família do marido, Aziz. Ela vivia em Daraa, onde nasceu na década de 1970, e nunca tinha pensado em deixar sua cidade. Ela se casou com seu marido, que morava no mesmo bairro e cuja família, como a dela, frequentava a mesquita local, e com ele teve três filhos. Em 2012, eles foram viver em Amã, na Jordânia, com a família do irmão de Muna, para onde depois foram igualmente outros membros da família.

Segundo Muna, sobretudo a família de seu marido foi muito afetada pelo conflito. Eles trabalhavam quase todos juntos e suas posições profissionais “se perderam”. Os mais importantes foram para Damasco e os demais deixaram a cidade e empobreceram rapidamente. Apesar disso, eles se tornaram muito mais atenciosos, solícitos e disponíveis. Muna conta que se surpreendeu com o apoio financeiro recebido de membros da família do marido, ainda que estivessem passando por uma difícil situação econômica. Antes do conflito, Muna teve péssimas experiências com a família de Aziz: “a família pode ser perigosa”. Mas, no exílio, ela dizia que eles tinham se transformado:

Tudo mudou, o conflito mudou tudo. Eles eram muito difíceis, mas se abriram. Eles viviam entre eles, bem fechados, trabalhavam juntos e se você não trabalhasse com eles, não se relacionavam. Eu não me envolvia e o Aziz acabou ficando mais próximo da minha família. Ele sente muita falta da minha

família, até mesmo mais dos meus irmãos (Entrevista em maio de 2019).

Na Jordânia, ela passou a conviver cotidianamente com a família de Aziz. Eles estavam muito mais presentes em suas vidas em Amã do que em Daraa. As cunhadas iam à sua casa regularmente para saber se ela queria receber roupas usadas, “mas de qualidade”, brinquedos para seu filho mais novo e sobrinhos, filhos de seus irmãos. Eles também os visitavam para informá-los sobre os lugares de assistência social e humanitária e oportunidades de trabalho e estudo. Ela disse que a família do marido passou a se preocupar com eles de uma forma sem precedentes.

Depois de alguns meses em Amã, Muna passou a viver na casa de sua irmã cujo aluguel era pago por um de seus irmãos, empregado em um país do Golfo. Em Amã, na casa dessa irmã, da qual era muito próxima e com quem tinha uma boa relação, ela não encontrou a mesma solidariedade de outros familiares. Muna achava que a relação com sua irmã se modificou por causa do rebaixamento social de seu marido, que não conseguiu se empregar durante todo o tempo em que viveram na Jordânia.

A relação se tornava cada dia mais insuportável, com os comentários da irmã sobre a falta de dinheiro do cunhado e sua presença constante dentro de casa, até que Muna decidiu deixar a Jordânia em direção à Tunísia. A mãe de Muna, já falecida, era tunisiana. Seus avôs emigraram para Irbid, Jordânia, e, depois, sua mãe se casou com seu pai, cuja família era de origem síria. Entretanto, Muna não migrou para a cidade de sua família materna, que fica há quase 400 km de Tunis, onde a conheci.

A família escolheu Tunis em razão de um vizinho de Daraa, um trabalhador técnico especializado, que ofereceu trabalho ao marido de Muna, enquanto estavam na Jordânia. Aziz hesitou em aceitar a proposta de emprego, mas Muna encorajou seu marido, porque estava decidida a deixar Amã. Esse vizinho tinha um forte vínculo de amizade com ela e sua família materna e foi por intermédio dele que conheceram a pequena comunidade síria em Tunis. Essa comunidade reunia jordanianos, sendo famílias dessa nacionalidade, e mais especificamente de Irbid, com as quais Muna passou a se relacionar.

Culturalmente próximos e politicamente distantes do conflito sírio, as famílias jordanianas se tornaram amigos estratégicos para que Muna se relacionasse com a comunidade síria, mas sem muita intimidade, limitando os laços de amizade aos jordanianos de Irbid: “Com outros sírios, a gente tem que ter atenção [...]. Os jordanianos de Irdib são muito próximos, é a mesma comida, a mesma cultura de Daraa” (Entrevista em maio de 2019).

Muna contou que, por ser filha de comerciantes, ela sempre se relacionou com pessoas de fora do seu círculo familiar, como o vizinho e sua família, responsáveis por terem decidido

viver em Tunis. Por outro lado, Aziz tinha uma vida social bem mais restrita, relacionando-se exclusivamente com sua família e, depois de casado, com a família de sua mulher. Muna realçou como o seu marido era amigo de seus irmãos, primos e cunhados, com os quais sempre jogava cartas e frequentava os cafés tanto na Síria quanto na Jordânia. Ela contou que, em Tunis, foi a primeira vez que o marido fez amizades fora do círculo familiar. Diferentemente dela, a relação de seu marido com vizinhos, por exemplo, era muito formal. Ela visitava e era visitada por suas vizinhas regularmente, mas ele nunca fazia o mesmo. Amigos apenas parentes.

Quando Aziz perdeu o emprego em Tunis, a opção encontrada pelo casal para se sustentar na cidade foi abrir um pequeno comércio. Para a abertura do negócio, eles contaram, mais uma vez, com uma importante contribuição financeira da família de seu marido. Muna contou que a comunidade religiosa da mesquita que passaram a frequentar teve um papel importante para que decidissem permanecer no país, apesar dos problemas financeiros.

Pessoas da comunidade auxiliaram para seu entendimento em relação ao processo burocrático de migração e, sobretudo, tornaram-se os principais consumidores do estabelecimento aberto pelo casal. Com o comércio, a vida social de Muna se tornou muito mais restrita. Ela não tinha tempo para as visitas que costumava fazer e se relacionava quase que exclusivamente com as mulheres da mesquita apenas nas sextas-feiras, dia de oração. No negócio, ela estava sempre nos bastidores. Embora Muna descrevesse sua vida em Tunis como muito mais restrita socialmente, ela não pensava em deixar o país sem um plano viável de retorno para Daraa.

Além da proposta de trabalho recebida pelo marido, Muna disse que sua decisão em viver em Tunis tinha também a ver com um sonho que se repetiu por duas vezes enquanto estavam em Amã: “Toda a família estava reunida e entrávamos na mesquita de Zaituna. Só que os meus filhos eram crianças. No sonho, todos eram crianças” (Entrevista em maio de 2019).

Ela contou que, quando visitou a mesquita de Zaituna, em Tunis, teve certeza de que se tratava da mesquita de seu sonho. Para ela, o sonho foi uma mensagem de Deus para que se mantivesse em um país muçulmano (Dar al-Islam), lugar adequado para criar seus filhos, sobrinhos e sua descendência. Muna me falou sobre esse sonho, motivo pelo qual ela estava empenhada em trazer para Tunis uma de suas cunhadas cujo marido vivia na Europa.

Muna contou que não tinha uma boa relação com a cunhada. Considerava-a esnobe porque, anteriormente ao conflito, seu marido tinha uma posição de trabalho relevante em Daraa. Contudo, o empobrecimento da família também a teria transformado. Além disso, Muna se preocupava com os três sobrinhos, crianças iletradas e que deveriam receber sua ajuda: “Eu não gostava dela, mas agora vejo que ela sempre foi uma boa mãe, uma boa muçulmana, muito religiosa. Ela vai ficar feliz aqui, onde pode criar seus filhos.” (Entrevista em junho de 2019).

Para Muna, o exílio pode ser pensado como forma divina para que as relações familiares se transformassem e harmonizassem.

REFÚGIO E RELAÇÕES FAMILIARES

A experiência do exílio era muito diferente para Sila e sua mãe. Sila era jovem, estudava no curso universitário que sempre sonhou e tinha um trabalho do qual gostava e no qual fazia muitos amigos. Najma, sua mãe, tinha quase setenta anos, uma saúde fragilizada, e era descrita pela filha como uma pessoa amargurada diante de sua decadência social, mesmo antes do conflito na Síria. As diferenças entre as gerações devem ser consideradas, assim como os planos e perspectivas para a vida e interesse em permanecer e estabelecer relações no país de refúgio.

Enquanto viviam na Jordânia, Muna e Aziz achavam que iam voltar em breve para a Síria. Isso tinha implicações para que Aziz não se esforçasse em construir relações fora de sua família, ficando a maior parte do tempo em casa. Em Tunis, Aziz mudou o seu comportamento, não apenas por não ter família na cidade, mas porque os planos de permanência prolongada começaram a se desenhar. Muna pretendia inclusive levar os sobrinhos e parte da família para o país.

Ager e Strang argumentam que se os refugiados não tiverem a intenção de permanecer, eles não se esforçam para se “integrarem” (2008 p. 600). Um plano de permanência não é uma condição para a construção de relações sociais no exílio. Samia não pretendia viver no Brasil por muito tempo. Ela e seu marido estavam empenhados em viver em um país do Norte global, porém isso não os impediu de construir e ampliarem sua rede de relações em São Paulo. Deve-se contextualizar que Samia sempre precisou do apoio de pessoas de fora da família. Ela contava com o suporte financeiro do pai de Khaled, mas aqui me refiro a afeto e apoio emocional, um sentimento mais profundo de cuidado e “conectividade” (JOSEPH, 1994, p. 55).

Samia interpretava a ausência de apoio como o preço a pagar por sua decisão de não respeitar os seus pais, recusando-se a casar com quem eles queriam e por se casar com alguém de uma outra classe social. Diante disso, Samia sempre investiu nas relações de amizade fora do círculo familiar.

A Síria é um país com uma enorme complexidade e variação em sua composição familiar, de modo que as pessoas não fazem nem falam da família da mesma maneira (RABO 2008, p. 131). Para Sila, sua família (aila) era constituída por ela e sua mãe. Seus irmãos, tios e

tias e demais parentes eram classificados como a família (aqareb) da mãe ou do pai. O marido de Muna, Aziz, considerava os irmãos de sua mulher como parte de sua família, embora concordasse que, idealmente, eles não deveriam ser definidos como tal. Ele se sentia como parte da ‘ashiire dos cunhados, categoria que expressa um sentido de família estendida, tipicamente associada à Síria rural e tribal (RABO, 2008, p. 132). A família de Khaled era definida com uma extensão bem diferente da família de Samia, ambos sunitas, mas de classes sociais e origens nacionais distintas. Muna e Aziz eram independentes economicamente de suas famílias, da província rural de Daraa, e a ajuda financeira recebida era justificada pela situação extraordinária produzida pelo conflito. Para Khaled, por sua vez, o dinheiro enviado por sua família, urbana e elitizada, no contexto do exílio não se configurava como uma “ajuda”. Antes do conflito, Khaled já recebia regularmente dinheiro de seu pai, além do salário pago por ser empregado na empresa familiar.

Apesar de diferenças tão profundas na abordagem do que é uma família na Síria, há uma compreensão e aceitação geral de certos ideais. Os pais devem fazer todo o possível por seus filhos e, por sua vez, os filhos devem respeitar e venerar seus pais. Os membros da família e parentes devem ajudar e apoiar um ao outro, e quanto mais próximo o vínculo maiores expectativas de ajuda e apoio (RABO, 2008, p. 131).

Idealmente os familiares devem se apoiar. Contudo, isso não é o que se observa em todas as famílias, antes ou depois do deslocamento. Samia reclamou que não contava com o apoio de sua mãe e irmã, mesmo antes do conflito. Muna sofreu com as brigas com sua irmã durante o período em que viveram juntas em Amã e não se sentia conectada à família de seu marido, antes do deslocamento. Sila afirmava que se sua mãe voltasse para a Síria, não encontraria acolhimento por parte de suas irmãs, irmãos ou demais parentes em Damasco.

Amalia Sa’ar enfatiza uma distinção entre a ideologia da família como solidária, empática e afetuosa e a experiência da família, que para as mulheres muitas vezes é solitária, isolante e às vezes ameaçadora. Para elas, “a família como ideologia é significativamente separada da família como experiência” (SA’AR, 2001, p. 723). Em sua pesquisa com mulheres palestinas, Sa’ar apresenta exemplos impressionantes de mães e irmãs que não apenas deixam de apoiar suas filhas e irmãs em tempos de angústia, mas que se tornam hostis em face dos seus momentos mais solitários (SA’AR, 2001).

Interlocutores mencionaram o distanciamento de suas famílias em razão de suas posições ideológicas diante do conflito na Síria. Uma interlocutora mantinha-se distante de determinados membros da família do marido por eles apoiarem o regime de Bashar al-Asad e cooperarem ativamente para as forças de segurança do estado sírio. Paulo Hilu Pinto analisa como a própria

família e comunidade religiosa silenciam seus membros quando têm posições dissonantes:

O regime usou seu aparato de segurança para mobilizar mecanismos repressivos internos sob a ameaça de que toda a comunidade sofreria sanções caso certos indivíduos não fossem suprimidos. Os manifestantes alauítas, cristãos e drusos enfrentaram repressão e violência dentro de suas próprias famílias (PINTO, 2017, p. 136).

Nesse sentido, a distância em relação a membros da família não pode ser explicada considerando exclusivamente o argumento de que o empobrecimento perturba as relações familiares, levando ao isolamento social e ao colapso das relações sociais (STEVENS, 2016, p. 56).

A etnografia Alfadhli e Drury também permite questionar a ideia de colapso das relações sociais entre refugiados, seja dentro ou fora de suas famílias. Eles argumentam que encontraram muitos exemplos de apoio entre os refugiados, tanto no nível pessoal quanto no coletivo. Parte desse apoio foi baseado no compartilhamento da identidade de “refugiado” que surgiu de um senso de destino comum, além de redes interpessoais pré-existentes (ALFADHLI; DRURY, 2018). A pesquisa de Meihy com famílias sírias na cidade de São Paulo mostrou a construção de uma rede de apoio entre os sírios, definida pelo pertencimento a determinadas confissões religiosas, que garantiram o acesso à ajuda humanitária (MEIHY, 2019).

A dinâmica das relações de gênero permite desafiar esse tipo de explicação, que se concentra no empobrecimento das famílias. Antes do exílio, Muna e sua irmã eram muito próximas. Contudo, ao viverem juntas na mesma casa em Amã, elas começaram a enfrentar uma série de desentendimentos que fortaleceram a decisão de Muna em deixar a Jordânia rumo à Tunísia. Os conflitos eram interpretados por Muna como em razão do desemprego do marido. Aziz era um homem que estava sempre em casa (beituti) e isso limitava a circulação de Sana no espaço doméstico. A irmã de Muna, uma jovem solteira, incomodava-se com a presença do cunhado em casa e das visitas de seus irmãos, que intensificavam a sua segregação.

Shampa Mazumdar e Sanjoy Mazumdar mostram como mulheres muçulmanas devem deixar certas partes de sua casa quando um homem com quem o casamento é possível a está visitando, explorando a complexidade de visões sobre “público e privado” em contextos islâmicos. Diante da presença de um não mahram⁹, o espaço privado se torna público, exigindo da mulher o uso do véu islâmico (hijab) e/ou distância social (MAZUMDAR; MAZUMDAR, 2001, p. 304). A literatura sobre a dinâmica de gênero das relações no contexto do Oriente Mé-

⁹ Mahram é uma categoria que designa pessoas com as quais o casamento é proibido. É importante dizer que nem todas as interlocutoras muçulmanas consideravam essa regra de distância social e usavam hijab.

dio fornece análises interessantes, que mostram como as mulheres experimentam mais liberdade quando os homens não estão presentes (ABU-LUGHOD, 1985, p. 644).

A pesquisa indica que é um erro considerar que o deslocamento necessariamente intensifica a segregação das mulheres, assim como a ideia de que as mulheres de áreas rurais ou de classes sociais mais populares são mais segregadas do que as mulheres urbanas e elitizadas. Muna reclamou de como o seu círculo de relações se limitou no exílio, especialmente em Tunis. A experiência do refúgio limitou o seu contato com homens de uma forma que ela não vivenciava em Daraa.

Para Samia, o exílio ampliou a sua rede de relações, bastante restringida e controlada depois do casamento. Samia realçou a diferença entre o controle de sua família, que vivia no subúrbio de Damasco, e da família de seu marido, membro da elite damascena. Para Samia, as mulheres solteiras eram muito controladas em sua família, mas, depois do casamento, e especialmente com o nascimento dos filhos, esse controle era quase inexistente. A família elitizada de seu marido tinha uma concepção muito mais restrita dos espaços sociais em relação aos quais as mulheres poderiam circular.

Annika Rabo argumenta que regras sobre interação entre homens e mulheres podem ser menos rigorosas nas áreas rurais (RABO, 2008, p. 134). As mulheres de elite em Damasco encontram oportunidades, ainda que mais limitadas de interação, como os espaços semipúblicos das academias de ginástica. O contato físico era possível desde que ocorresse discretamente (SALAMANDRA, 2006, p. 154-5).

A classe social, assim como o valor atribuído ao trabalho (SALAMANDRA, 2004), tem um papel importante no que se refere ao exercício de uma atividade remunerada. No exílio, Samia trabalhava com a tradução de textos e atuava como secretária de seu marido, gerando uma renda complementar importante para a economia da família. Se não fosse o conflito, ela disse que estaria, certamente, dedicando-se a algum curso de pós-graduação, dividindo seu tempo entre sua formação e cuidados com a família. Para Samia, em Damasco não havia perspectiva de trabalho, mas em um país do Norte global, como o Canadá, ela poderia construir uma carreira. Ela se dizia diferente das mulheres da família de seu marido, que quando faziam universidade ou trabalhavam, era apenas como uma forma de atrair maridos.

Christa Salamandra (2004, p. 52) argumenta que a maioria dos empregos abertos às mulheres em Damasco, por mais prestigiado que seja, não paga o suficiente para permitir que as mulheres se tornem economicamente autossuficientes. Os empregos são vistos como medidas temporárias no caminho para o casamento ou posteriormente como renda suplementar. Para as jovens solteiras, os empregos são principalmente um local de exibição, cujo objetivo final é

garantir um futuro de sucesso na esfera privada, e não na pública.

Muna não era uma mulher da elite. Ela trabalhava e não era por causa da migração forçada. Em Daraa, ela trabalhava, antes e depois do casamento, em uma rede de pequeno comércio administrado por seus pais e irmãos. Enquanto viveram na Jordânia, os serviços prestados por ela foram decisivos para a reprodução econômica da família, o que se manteve na Tunísia.

Sila trabalhou como operadora de telemarketing, atendente de bar e professora de inglês e árabe. Com o dinheiro de seu trabalho, ela sustentava sua família no Brasil. Embora tenha recebido episodicamente ajuda financeira de uma tia que vivia nos Emirados Árabes, o sustento familiar dependia exclusivamente de seu trabalho. A mãe de Sila nunca trabalhou, mas isso é interpretado por ela por causa de sua “mentalidade de elite”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados mostram o poder da família. Na Síria contemporânea, a família é uma instituição central na organização da vida social. Em termos materiais, as conexões de parentesco funcionam para mobilizar pessoas e recursos; no nível simbólico, o parentesco evoca conexões íntimas (WEDEEN, 1999, p. 51).

Este artigo desafia a ideia de um colapso das relações familiares no refúgio, ao considerar as relações antes e durante o deslocamento. A descrição das relações familiares mostra que elas são complexas e imprevisíveis, exigem-se análises mais cuidadosas sobre o impacto do refúgio na estrutura das famílias.

Ao confrontar modelos idealizados de família e contextualizar diversos pertencimentos, este texto pretende contribuir para uma visão mais plural das relações familiares no contexto da migração forçada. Os refugiados não podem ser descritos como se compartilhassem de uma mesma história de deslocamento. As experiências de mulheres e homens no exílio variam em relação à geração, ideologia, classe social, lugar de origem e pertencimento étnico e religioso, entre outros fatores e circunstâncias.

O foco na diversidade e complexidade da experiência humana e a análise de múltiplas hierarquias de poder, que se cruzam e que moldam a vida das pessoas, desafiam explicações simplistas.

REFERÊNCIAS

1. ABDELLATIF, S. Syrian Women Migrants in Tunisia: The Experience of Forced Migration and the Difficulty of Settling Down. **Omran**, vol 6, p. 51-69, 2018.
2. ABU-LUGHOD, L. A Community of Secrets: the Separate World of Bedouin Women. **Signs**, v. 10, n. 4, p. 637-57, 1985.
3. ABU-LUGHOD, L. **Do Muslim Women Need Saving?** Cambridge and London: Harvard University Press, 2013.
4. ACHILLI, L. Back to Syria? Conflicting Patterns of Mobility among Syrian Refugees in Jordan. **Orient**, v. 57, n. 1, p. 7-13, 2016.
5. ACNUR. **Global Trends, Forced Displacement in 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5d08d7ee.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.
6. AGER, A.; STRANG, A. Understanding Integration: a Conceptual Framework. **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 2, p. 166-91, 2008.
7. AGIER, M. **Managing the Undesirables: Refugee Camps and Humanitarian Government**. David Fernbach, Cambridge, UK: Polity, 2011.
8. ALFADHLI, K.; DRURY, J. The Role of Shared Social Identity in Mutual Support among Refugees of Conflict: an Ethnographic Study of Syrian Refugees in Jordan. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, v. 28, n. 3, p. 142-55, 2018.
9. AYOUB, M. Gender, Social Class and Exile: the Case of Syrian Women in Cairo. In: FREEMAN, J.; KIVILCIM, Z.; BAKLACIOĞLU, N. O. (org.). **A Gendered Approach to the Syrian Refugee Crisis**. Abingdon/New York: Routledge, 2017. p. 77-104.
10. ARAISSIA, H. Syrian Women Refugee in Tunisia: Difficulties Accessing Economic and Social Rights. **Collectivus, Revista de Ciencias Sociales**, v. 6, n. 2, p. 91-103, 2019.
11. BOUBAKRI, H. Migration et Asile en Tunisie Depuis 2011: Vers de Nouvelles Figures Migratoires? **Revue Européenne des Migrations Internationales**, v. 31, n. 3/4, p. 17-39, 2015.
12. BUECHER, B.; ANIYAMUZAALA, J. **Women, Work and War: Syrian Women and the Struggle to Survive Five Years of Conflict**. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: https://insights.careinternational.org.uk/media/k2/attachments/CARE_Syria-women-work-and-war-report_2016.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.
13. CASTELLINO, J.; CAVANAUGH, K. **Minority Rights in the Middle East**. [S.l.]: Oxford Press, 2013.

14. CHARRAD, M. M. **States and Women's Rights**. The Making of Postcolonial Tunisia, Algeria, and Morocco. Berkeley: University of California Press, 2001.
15. CONARE. **Refúgio em números**. 4. ed. [Brasília, DF]: [s.n.], 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.
16. DAHLGREN, S. Introduction: the Middle Eastern Family Revisited. **Hawwa**, v. 6, n. 1, p. 1-11, 2008.
17. DOUMANI, B. **Family Life in the Ottoman Mediterranean: a Social History**. Cambridge: University Press, 2017.
18. DOUMANI, B. Introduction. In: DOUMANI, Beshara (org.). **Family History in the Middle East**. Household, property, and gender. Albany: State University of New York Press, 2003. p. 1-19.
19. CHAGAS, G. F. **Sufismo, carisma e moralidade: uma etnografia do ramo feminino da tariqa Naqshbandiyya-Kuftariyya em Damasco, Síria**. 268 f. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.
20. GRABSKA, K. **Gender, Home & Identity: Nuer Repatriation to Southern Sudan**. Woodbridge, Suffolk: James Currey, 2014.
21. GRASSO, A. La situation des “réfugiés” em tunisie, une réponse bien trop imparfaite. **Observatoire Pharos**, 20 jun. 2019. Disponível em: <https://www.observatoirepharos.com/pays/tunisie/la-situation-des-refugies-en-tunisie-une-reponse-bien-trop-imparfaite-fr/> Acesso em: 10 jan. 2020.
22. EL GUINDI, F. **Veil: Modesty, Privacy and Resistance**. Oxford/New York: Berg., 1999.
23. EL-MASRI, R.; GARWOOD, R.; HARVEY, C. Shifting Sands: Changing Gender Roles among Refugees in Lebanon. **Joint Research Report**, Sept. 2013. Disponível em: <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/shifting-sands-changing-gender-roles-among-refugees-in-lebanon-300408>. Acesso em: 10 jan. 2020.
24. FASSIN, D. **La raison humanitaire: une histoire morale du temps présent**. Hautes études, Paris, Éditions de l'EHESS (avec Le Seuil/Gallimard), 2010.
25. HAMID, S. C. **(Des)integrando refugiados: os processos do reassentamento de palestinos no Brasil**. 2012. 326 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.
26. HARRELL-BOND, B. ““Can Humanitarian Work With Refugees be Humane?””, **Human Rights Quarterly** 24(1), p. 51–85, 2002.
27. JOSEPH, S. **Intimate Selving in Arab Families. Gender, Self, and Identity**. Syracuse: Syracuse University Press, 1999.

28. JOSEPH, S. Brother/Sister Relationships: Connectivity, Love, and Power in the Reproduction of Patriarchy in Lebanon. **American Ethnologist**, v. 21, n. 1, p. 50-73, 1994.
29. KANDIYOTI, D. **Women, Islam and the State**. Basingstoke: Macmillan, 1991.
30. KELLER, L. S. **Uprooting and Social Change: The Role of Refugees in Development**. Manohar Book Service, New Delhi, 1975.
31. LIAMPUTTONG, P. **Researching the Vulnerable: a Guide to Sensitive Research Methods**. London: SAGE Publications, 2007.
32. LOKOT, M. “Blood doesn’t become Water?” Syrian Social Relations during Displacement. **Journal of Refugee Studies**, p. 1-22, Dec. 2018.
33. MALKKI, L. Refugees and Exile: from “Refugee Studies” to the National Order of Things. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 495-523, 1995.
34. MALKKI, L. Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization. **Cultural Anthropology**, v. 11, n. 3, p. 377-404, 1996.
35. MAHMOOD, S. **Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.
36. MAZUMDAR, S.; MAZUMDAR, S. Rethinking Public and Private Space: Religion and Women in Muslim Society. **Journal of Architectural and Planning Research**, v. 18, n. 4, p. 302-24, 2001.
37. MEIHY, R. A. **Refúgios e diásporas**. Identidade religiosa e memória coletiva entre refugiados do conflito sírio assentados em São Paulo. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
38. NAVIA, A. F. **Êxodos e refúgios: colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil**. 2014. 405 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
39. PINTO, P. G. H. Syria. In: AMAR, P.; PRASHAD, V. (org.). **Dispatches from the Arab Spring: Understanding the New Middle East**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.
40. PINTO, P. G. H. The Shattered Nation: The Sectarianization of the Syrian Conflict. In: HASHEMI, N.; POSTEL, D. (org.) **Sectarianization: Mapping the New Politics of the Middle East**. London: Hurst & Company, 2017. p. 123-42.
41. RABO, A. Gender, State and Civil Society in Jordan and Syria. In: HANN, C.; DUN, E. (org.). **Civil Society: Challenging Western Models**. London: Routledge Ltd, 1996. p. 155-77.
42. RABO, A. Doing Family: Two Cases in Contemporary Syria. **Hawwa**, v. 6, n. 2, p. 129-

- 153, 2008.
43. SA'AR, A. Lonely in Your Firm Grip: Women in Israeli-Palestinian Families. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 7, n. 4, p. 723-39, 2001.
 44. SALAMANDRA, C. **A new old Damascus: Authenticity and Distinction in Urban Syria**. Bloomington: Indiana University Press, 2004.
 45. SALAMANDRA, C. Chastity Capital: Hierarchy and Distinction in Damascus. *In*: KHALAF, S.; GAGNON, J. (org.). **Sexuality in the Arab World**. London: Saqi Books, 2006. p. 152-62.
 46. SCHIOCCCHET, Leonardo. **Refugee Lives: Ritual and Belonging in Two Palestinian Refugee Camps in Lebanon**. Boston/Massachusetts, USA: Boston University (BU), 2011.
 47. SHARIF, H. Refugee-led Humanitarianism in Lebanon's Shatila Camp. **Forced Migration Review**, v. 57, p. 10-2, 2018.
 48. SOUZA, M. A.; MANFRINATO, H. M. Refugees of the Syrian Conflict and the Struggle for Housing in Brazil. *In*: SCHIOCCCHET, L.; MOKRE, M.; NÖLLE-KARIMINI, C. (org.). **Agency and Tutelage in Forced Migration**. Viena: ROR-n e OAW, 2020. p. 119-25.
 49. STEIN, B. N. The Refugee Experience: Defining the Parameters of a Field of Study. **The International Migration Review**, vol. 15, no. 1/2, pp. 320-330, 1981.
 50. STEVENS, M. R. The Collapse of Social Net Workings among Syrian Refugees in Urban Jordan. **Contemporary Levant**, v. 1, n. 1, p. 51-63, 2016.
 51. SZANTO, E. Sectarianism and the Syrian Uprising. **Sulaimani Forum Journal**, v. 3, n. p, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/2946944/Sectarianism_and_the_Syrian_Uprising Acesso em: 01 jul. 2021
 52. TURESS. L'organisation de la conference sur la Syrie exprime la solidarité avec le peuple syrien (R. Abdessalen). **TURESS**, 17 fev. 2012. Disponível em: <http://www.turess.com/fr/tapfr/119234>. Acesso em: 12 jan. 2020.
 53. UNHCR. **Woman Alone: Fight for Survival by Syria's Refugee Women**. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.unhcr.org/ar/53bb8d006.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.
 54. URIARTE, P.; MONTEALEGRE, N. Al menos un puñado de gurises. Uma experiência de reassentamiento de niños sírios en Uruguay. **Athenea Digital**, v. 18, n. 1, p. 91-112, 2018.
 55. WOMEN'S REFUGEE COMMISSION. **Unpacking Gender: The Humanitarian Response to the Syrian Refugee Crisis in Jordan**. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <https://womensrefugeecommission.org/resources/gender-issues/985-unpacking-gender->

the-humanitarian-response-to-the-syrian-refugee-crisis-in-jordan. Acesso em: 01 mar. 2020.

56. WEDEEN, L. **Ambiguities of Domination: Politics, Rhetoric, and Symbols in Contemporary Syria**. Chicago/London: University of Chicago Press, 1999.

Mirian Alves de Souza

Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Núcleo de Estudos do Oriente Médio, do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos e do Refugee Outreach & Research Network. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7153-9335>. E-mail: mirianalves@id.uff.br.

A PEC N. 55/2016 e o Medo que dela Sobrevém: Agenciamentos, Disputas e Enquadramentos no Ativismo em HIV/Aids¹

PEC N. 55/2016 and the Fear it Brings Up: Agency, Dispute and Framework in the HIV/Aids Activism

Ricardo Andrade Coitinho Filho

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Armação dos Búzios, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Que estratégias têm sido elaboradas no movimento social em HIV/Aids, frente ao estigma que ainda permeia as concepções sobre a doença e aos sujeitos a esta associados? Tomando como centralidade a questão anterior, este artigo propõe refletir sobre disputas internas relativas a redefinições de ações e demandas políticas no cenário brasileiro, pós-golpe de 2016, e seus desdobramentos na produção de um repertório ativista emergente. Parte-se da etnografia realizada com uma *rede de jovens* que vivem e/ou convivem com HIV/Aids na interseção com outros coletivos, em que se problematiza o alcance das ações realizadas em relação aos enquadramentos produzidos como demanda de reconhecimento. Num aspecto geral, as questões são discutidas a partir de noções geracionais e gramáticas morais, na tentativa de criar um escopo político que se pretende “de todos”.

Palavras-chave: HIV/Aids, Estigma, Ativismo, Conflitos geracionais, Moralidades.

¹ A pesquisa que originou este artigo teve financiamento da Capes, por meio de bolsa de doutorado.

Recebido em 20 de março de 2020.
Avaliador A: 05 de maio de 2020.
Avaliador B: 21 de maio de 2020.
Aceito em 18 de junho de 2020.



ABSTRACT

What strategies have been elaborated in the HIV/Aids social movement, considering the stigma and conceptions linked to the disease and individuals who are associated to it? Considering the question above, this article aims at reflecting about internal dispute related to redefinitions of the actions and political demand in the Brazilian scenario, after 2016 political coup, and its development on the emergent activist repertoire production. It has been used an ethnographic data conducted with young people who live with HIV/Aids in the intersection close to other groups, in which the outreach of accomplished actions in relation to produced framework as recognition demand are often discussed. In a general aspect, the discussion is supported by generational notions and moral compass in the attempt of creating a political scope that reaches “all individuals”.

Keywords: HIV/Aids. Stigma. Activism. Generational Conflicts. Morality.

INTRODUÇÃO

Ativismo (ou seria um “Desabafo”?)

Estava pensando [...]. Ser ativista não significa, necessariamente, sair por aí levantando bandeiras ou declarando publicamente sua sorologia nem suas ideias. Muitas vezes o grande exemplo pode ser dado num momento de silêncio representado por determinada atitude, que pode repercutir muito mais, ter maior impacto e transformar para sempre a reação do outro. Estou falando de atitudes sim, ativismo ao longo dos anos, amadurecimento pessoal e ajuda para um amadurecimento coletivo. Lutar pelos direitos, caso estes sejam desrespeitados, significa mostrar as regras a quem desrespeitou, citar as leis e os motivos pelos quais se luta. Para que isso aconteça, o conhecimento sobre o assunto é fundamental, assim como saber os caminhos, locais e instituições preparados para dar suporte técnico e até mesmo legal.

Conquistar respeito depende do posicionamento diante da vida, do mundo e do próprio respeito a si mesmo e ao outro. Integridade, honestidade, honra, profissionalismo conquistam pessoas, conquistam respeito. Indépende de sexo, sexualidade, raça, cor da pele, nível socioeconômico.

Observem algumas pessoas públicas. Alguns artistas se tornam verdadeiros ídolos independentemente de raça ou sexualidade. São pessoas que representam um papel importante na sociedade e são assim “ativistas” sem que isso seja oficial. Um paciente portador do HIV que toma diariamente seus medicamentos, que sabe o que precisa conhecer sobre a infecção, que conhece as medidas preventivas e explica aos amigos quando necessário, que conversa com um amigo que precisa de ajuda ao acabar de receber seu diagnóstico, que discute sobre novos avanços do tratamento, que não aceita receber um “não” se faltar seus medicamentos nos postos, faz muito bem seu papel como

ativista sem saber e segue seu caminho. Amadurece a cada dia. Transforma o mundo ao se tornar melhor para si mesmo. Não precisa ir a nenhum lugar “lutar por direitos”. Pode seguir seu caminho em busca de crescimento pessoal e profissional. Já está fazendo por ele e por muitos.

Complicado é saber que alguns “ativistas” são os primeiros a parar de tomar os remédios e adoecem por Aids, correndo real risco de morte. Como diz a letra daquela música do Nando Reis (Relicário): “o mundo está ao contrário e ninguém reparou”.

O texto anterior reflete tensionamentos e disputas sobre a visibilização de demandas públicas e construção de agendas políticas. Foi publicado em uma rede social num contexto de fomento de discussões sobre ativismo em HIV/Aids² e, devido à possibilidade de interlocução, tomado como mote de uma série de questionamentos. A reflexão girou em torno do alcance entre atuação individual e coletiva.

Tomo como eixo de reflexão os desdobramentos que partiram desta discussão e outros acionados em razão desta, dentro do contexto da pesquisa realizada no doutoramento. Isto é, na forma como os jovens que vivem com HIV/Aids têm mobilizado importantes temas a partir de suas experiências interseccionadas (CRENSHAW, 1991, 2002; BRAH, 2006; MCCLINTOCK, 2010). Isso tem provocado importantes “deslocamentos” na produção do ativismo em HIV/Aids e rearticulado pautas e “negociações” a partir de diferentes regimes de visibilidade. Suas articulações são instituídas a partir da identificação como participantes da *Rede de Jovens + RJ*.

Tal como propõe Peirano (2014), tomo como problematização “estranhamentos” que não cabem na fixidez de um campo que “tem momento certo para começar e acabar” (PEIRANO, 2014, p. 379), mas antes pelo que é constituído reflexivamente na interação teoria/empíria.

O texto “Ativismo (ou seria um ‘Desabafo?’)”, denota em si as controvérsias inerentes à proposição da atuação em movimentos sociais e às tensões que são produzidas em meio à produção de um repertório político que pretende representar todos. Tais controvérsias e as disputas que giram em torno delas — com reflexos na dimensão política das identidades — serão tomadas como centrais para o desenvolvimento da discussão que ora se propõe.

Enveredar a discussão pela problemática em torno do que move pessoas ao ativismo poderia levar a pressupor que esta é uma condição final daqueles que estão inseridos na *Rede de Jovens + RJ*. Em vez disso, proponho as seguintes questões: “De que modo os participantes que se identificam como ativistas têm atribuído sentido a esta forma de atuação? Ao experienciá-la, em que medida, refletem o processo de constituição das identidades sorológicas? Há relação

² Os grupos de interação virtual têm sido utilizados como forma de “aproximar” pessoas, dúvidas e experiências, por meio de um contato que se propõe “de mais fácil acesso”.

entre a definição de estratégias de agenciamentos políticos e táticas de vivência cotidiana, num contexto marcado pela permanência do estigma associado ao HIV/Aids?”, E por fim: “Qual é o lugar que as experiências sorológicas interseccionadas a outros marcadores de diferenciação ocupam neste cenário?”.

O MOVIMENTO HIV/AIDS E SUAS DIMENSÕES DE AÇÃO SOCIAL

A atuação da *rede* — como é conhecida a Rede de Jovens + RJ — configura-se entre ações de ajuda mútua e ativismo, e tem sido operacionalizada a partir do princípio da solidariedade. Isso se dá em virtude do que autores como Parker (1994a, 1994b e 1997) e Galvão (2000) retratam acerca das dimensões da “resposta coletiva à Aids”, historicamente insurgida com a aparição dos grupos sociais que dialogavam com agentes e instâncias do Estado.

Estes grupos surgiram como decorrência do processo de institucionalização de pessoas em torno de ações de ativismo e ajuda mútua, e valeram-se da acusação de uma morosidade de atuação do poder público para a construção de uma política de enfrentamento à Aids. Na primeira década, surgiram importantes instituições cuja atuação se deu no eixo Rio-São Paulo, como o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA) em 1985, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) em 1986, e o Grupo Pela VIDDA (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids) em 1989.

Essas entidades tiveram um papel fundamental para a construção de uma “resposta brasileira”, cada vez mais marcada por contradições socioeconômicas de implicação na saúde. Elas atuaram também na promoção de ações de informação e prevenção e produziram novos significados sobre práticas sexuais a partir da noção sobre “sexo seguro”. A produção do cartaz “Transe numa boa” (GAPA/1985) e a introdução do preservativo peniano (camisinha) — cujas investidas se deram a partir de espaços de sociabilidade gay como estratégia preventiva, a exemplo das ações de grupos gays norte-americanos — refletem os esforços destes atores (cf. PINHEIRO, 2015).

Também foram redefinidas demandas que se propõem coletivas na esteira das transformações epidemiológicas e sociais, que foram ocasionadas pelos adventos científicos no campo do HIV/aids. Destaca-se a introdução da Terapia Antirretroviral como política de saúde do Sistema Único de Saúde, em 1996. Dentre outros fatores, ressignificou-se a concepção sobre vida e morte de crianças nascidas com HIV, pela transmissão vertical (de mãe para filho).

Conforme delineado por Cunha (2018), a emergência da categoria “Jovem Vivendo com HIV/Aids” e a consequente construção de políticas públicas para este segmento se dá neste contexto. A autora reconstrói o processo de criação e fortalecimento ao gradual desmembramento da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids, a partir da etnografia realizada entre 2006 e 2015. A regionalização das *redes* foi um desdobramento do IV Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids, em 2009, que impulsionou a criação de *redes* estaduais e regionais, como a do Rio de Janeiro.

Esse processo partiu do ideal de fortalecimento de uma nova geração de ativistas que dariam continuidade às ações do movimento de Aids à percepção e temor de *tutela* e *assunção* das agendas institucionais de agentes do governo e da UNAIDS³. A articulação destes atores institucionais às diferenças que se produziam no interior deste segmento foi fundamental para os contornos políticos que passaram a ser redefinidos na *rede*. Além da criação de um formato de ações voltadas para os jovens, outro importante fato ocorrido em decorrência do fomento à formação política dos *jovens vivendo* e da atuação das *redes* foi a introdução em espaços (cafeiras) de decisão voltados para as esferas políticas de saúde e de juventude (CUNHA, 2018).

Disputas internas foram travadas em torno da centralização e descentralização como modelo de representação e da participação de pessoas soronegativas e adultos. Esses critérios assumiram diferentes significados ao longo da atuação da *rede nacional*. No Rio de Janeiro, a *rede* apoiou e participou da integração às demais *redes* num modelo centralizado até o momento da cisão. Pessoas adultas e soronegativas poderiam participar, mas seriam limitados a alguns espaços (inclusive virtuais) e à participação política.

Neste aspecto, a *rede de jovens* do Rio de Janeiro era constituída pela participação de três grupos: *jovens vivendo* (que tinham *diagnóstico* positivo), *jovens convivendo* (*diagnóstico* negativo, com relação de proximidade com o primeiro grupo) e *facilitadores* (pessoas adultas, com ou sem *diagnóstico positivo*, cuja atuação implique diretamente ações promovidas pela *rede*). A principal diferença entre estas categorias era a forma de participação política, na qual apenas os primeiros tinham direito a voto, ocupação de liderança⁴ e participação em determinados espaços dedicados a *jovens vivendo*. A fala é entendida como destinada a todos.

Inicialmente a atuação estava fixada em ações coerentes aos diferentes espaços que se produziam: o “acolhimento”, realizado mensalmente em locais públicos previamente definidos;

3 Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids.

4 Essa questão assumirá diferentes interpretações, conforme o “entendimento” dos jovens que ocuparam a liderança. Em dado momento, um jovem soronegativo, participante da *rede* pela convivência afetivo/sexual com outro jovem soropositivo, chegou a ser eleito como coordenador.

e a “incidência política”, cuja periodicidade era definida segundo as reformulações do Estatuto. No entanto, questões que não tratam especificamente sobre HIV/Aids, mas compreendidas como “atravessamentos”, borraram a rigidez dessas definições estabelecidas previamente. A circulação e ocupação dos jovens em espaços de outros coletivos do movimento social em HIV/Aids, outros coletivos identitários, grupos de pesquisa e coletivos universitários e articulações políticas partidárias oportunizaram redefinições e reordenamentos internos⁵. As ações também foram movidas rumo a maior diversificação em termos de estratégias⁶, que discutiremos mais à frente, e em relação ao alargamento da noção sobre “viver com HIV/Aids”.

Assim como identificado por Aguião (2014) e Carvalho e Carrara (2015), compreendo a emergência e/ou novas formas de participação social nestes espaços de interação socio-estatal como características das políticas de governo Lula/Dilma (PT). A abertura propiciada por esta nova forma de governo foi fundamental na articulação de convenções, reconfigurações e nexos relativos à expansão do escopo, em conteúdo e forma, do ativismo em HIV/Aids. Inclusive, será o rompimento a este modo de governo, a partir do golpe⁷ de 2016, que engendrará instabilidades nos segmentos do movimento de Aids e, conseqüentemente, a busca pelo consenso de uma nova agenda e formato de atuação ativista.

Uma das principais provocações trazidas para o interior do grupo foi a vocalização das experiências próprias, conforme a dinâmica já preexistente, mas a partir de articulações em relação à classe, raça, geração, gênero e sexualidade. Tal fato provocou importantes mudanças na construção dos repertórios políticos e exigiu o esforço de estratégias concomitantes às mais visibilizadas, na busca por evidenciar a relevância da introdução destas questões.

Em virtude dessa hibridez sobre a qual a *rede* se articula, os membros pertencentes a ela produzem formas de ação social coadunada às lógicas de dinamização da identidade sorológica, que relacionalmente se constroem. Na tessitura das ações, a solidariedade — que opera como um princípio desde a criação dos movimentos HIV/Aids — tem sido ressignificada por ações de reciprocidade.

Conforme destaca Cunha (2011, 2014), o surgimento do *Jovem Vivendo com HIV/Aids*

5 Tal configuração do movimento HIV/Aids em torno de iniciativas de mobilização se relaciona a de outros movimentos sociais, como o movimento negro, feminista e LGBTQI+ articulando afirmações identitárias e reconhecimento de direitos.

6 O uso da internet como forma de mobilização tem sido utilizado, inclusive, com “grupos secretos” de discussão. No entanto, não nos ateremos na problematização dessa esfera de atuação neste momento.

7 Utilizo esta noção ao longo do texto como forma de demarcar uma nova disposição que será instituída a partir deste advento no sistema de governo brasileiro. Seu uso analítico permite compreender a circunstância nevrálgica de rupturas e desinstitucionalização de políticas sociais, como a propositura e promulgação da PEC nº 55/2016.

reflete um processo no qual este sujeito, que passa a ser lido dentro de estruturas epidemiológicas, políticas e morais, também é compreendido como importante ator na redefinição das políticas de Aids (BASTOS, 2002). A intencionalidade na introdução deste sujeito, já apresentada por Cunha (2011, 2014) e que faz referência aos dados da pesquisa que venho desenvolvendo, é o de favorecer a reprodução de sensibilidades “entre pares”, por meio da atuação em “papéis sociais” (GOFFMAN, 1975) historicamente situados.

As ações empregadas variam desde uma visita a alguém adoecido por Aids ou que esteja apresentando sentimentos de sofrimento relacionadas ao convívio com o *diagnóstico*, empréstimos de comprimido da terapia antirretroviral para alguém que eventualmente tenha ficado sem, uma conversa “para levantar o astral”, até a publicização da própria trajetória como “modelo positivado de um HIV possível”. São oportunidades como estas que, paradoxalmente, põem em suspeição e, ao mesmo tempo, legitimam um discurso preventivo biomédico oficial. Na experientiação prática, favorece na produção modelar dos jovens como sujeitos político-morais (CUNHA, 2014).

Como compartilhamento de um dom (MAUSS, 2003)⁸, essas ações visam a atender a uma dimensão moral daquele que outrora fora “ajudado” a “ajudar” alguém, transmitindo, assim, o dom recebido⁹. Coadunadas, tais ações operam na constituição da própria *rede* em suas distintas esferas, conforme Godbout (1999) pode compreender, ao se atentar às formas como a dádiva tem sido dimensionada no contexto da “modernidade”¹⁰. Em sua discussão, indica-se que, embora os sujeitos se constituam socialmente de modo desigual, há sempre um valor simbólico vinculado às relações sociais. O autor contribui para pensar a atuação política dos atuais grupos de ajuda mútua, no que se refere à constituição de dádivas, em que a solidariedade circula reciprocamente como um valor.

Também contribui para a discussão a revisitação dos estudos sobre movimentos sociais, feita por Daniel Cefai (2005, 2009), a partir de uma perspectiva pragmática da ação coletiva.

8 A concepção de trocas-dádiva em Marcel Mauss (2003) envolve múltiplas dimensões e não se dá entre indivíduos, mas entre coletividades que se obrigam reciprocamente. As trocas representam um caráter obrigatório de *dar, receber e retribuir* entre os respectivos membros de uma transação.

9 Essa dimensão moral se prevalece, mesmo considerando situações adversas em relação ao ativismo e às vicissitudes referentes ao processo de juvenilização da Aids, como também questões sobre namoros e trocas de parceiros sexuais dentro do próprio grupo.

10 Para o autor, a ideia de que a dádiva não existe entre as pessoas nas sociedades modernas é um mito construído a partir de noções de utilitarismo e individualismo. Para isso, o autor repensa a ideia de “obrigação de dar e retribuir” não como uma imposição, mas sim como inerente ao fenômeno da construção de relações humanas. Nesse processo, o Estado, em relação com o mercado, liberaria o indivíduo das obrigações ligadas às relações sociais, substituindo-as por certos tipos de serviços ou de bens. Para uma análise mais detalhada, ver Godbout (1999).

Vale destacar, dentre estas, as que se articulam com o contexto etnográfico e que serão tomadas como base para o desenvolvimento analítico proposto.

Destaca-se, nesta perspectiva, o modo como identidades são operadas a partir da noção de cidadania, na forma como “a questão social tornou-se o lugar central das contradições do novo mundo que emerge” (CEFAI, 2005, p. 150). Em relação à *rede de jovens*, o uso de identidades clínicas e políticas, como ser “soropositivo” e “pessoa vivendo”, respectivamente, evidenciam o modo como esses sujeitos operam segundo uma gramática do “direito à saúde”, por exemplo. Entremeadas de contradições, essas identidades são produzidas em meio a conflitos e disputas. Ao evidenciarem suas experiências interseccionadas, avançam em pôr em suspenso uma noção única destas identidades — a do “jovem vivendo com HIV/Aids” —, complexificando as próprias políticas de saúde.

Por isso, é necessário problematizar a dinamização das atividades que geram conformações identitárias. Essa questão é de extrema relevância, pois evidencia que os atores coletivos são reflexos de construção e agenciamentos, e não sujeitos previamente constituídos.

[...] quando “indivíduos” se fazem “consumidores”, “habitantes” ou “cidadãos”, “mulheres”, “desempregados” ou “imigrantes ilegais”, por meio de suas denúncias e reivindicações, devem prestar contas do que fazem, de por que o fazem e em vista do que o fazem. Certo número de ativistas trabalhou na constituição de uma linguagem comum, na enunciação de repertórios de identidades coletivas e na confecção de modos de engajamento público (CEFAI, 2009, p. 27).

O autor toma, como referência à sua argumentação, o modo como feministas buscaram, a partir das denúncias reclamadas pelas mulheres numa primeira fase do movimento, reordenar novos universos. Isto é, as arenas públicas são organizadas a partir da construção de sujeitos que tornam suas experiências relacionadas a uma ação coletiva em comum. Conforme já destacado, os encontros de “acolhimento”, oportunistamente mensalmente, são utilizados como espaços privilegiados para a produção de narrativas e emoções coletivizadas (cf. COITINHO FILHO, 2018) e passaram a trazer, por meio das reordenações, um valor político da “perspectiva jovem”. A idiosincrasia proposta evidenciava a substancial diferença entre os contextos de inserção dos ativistas na política de Aids, como veremos a seguir.

O “ouvir” e o “falar”, ainda que vinculado à manutenção do projeto moral de posituação da sorologia, característico de um primeiro momento de atuação dos coletivos que se organizavam em torno da pauta da Aids, também evidenciou a correlação a dimensões políticas. Alguns dos fatores que favoreceram estas mudanças foram: os tensionamentos e as controvérsias dos

jovens com outros segmentos do movimento de Aids; o rompimento da *rede* do Rio de Janeiro com a de outros estados e a nacional; e as disputas pelo “protagonismo jovem” no interior da própria *rede*. Ou seja, houve cooperação para forjar uma “cara própria” da *rede* do Rio de Janeiro, agora Rede Jovem Rio+.

A inserção de alguns membros em espaços dedicados à garantia dos direitos das Pessoas Vivendo com HIV/Aids¹¹ também contribuiu para rearticular ações e redefinir pautas que impactam diretamente no modo como experienciam cotidianamente a sorologia e passaram a tomá-la como fator político. A circulação por setores e instâncias estatais materializam a busca por reconhecimento de suas demandas e participação em (re)formulação de políticas públicas. Entre essas instâncias estatais, citam-se: postos de saúde, conselho gestor municipal e estadual, centros de testagens e acolhimento, como também a programas internacionais ligados a OMS e a UNAIDS, programas federais, comissões legislativas.

Num outro momento da minha pesquisa, ao acompanhar um interlocutor na sua consulta de rotina, ouvi a assistente social da unidade convocá-lo para ir à reunião do conselho municipal. Ela atua em parceria com a *rede* e enfatizou a relevância da participação de *peessoas vivendo* naquele espaço, pois segundo ela “assim como tá acontecendo com os conselhos tutelares, pessoas com mentalidade conservadora podem vir a assumir espaços de decisão. Eles estão participando ativamente das reuniões e a eleição pode ser muito ruim para nossa política de Aids”.

Esses modos de participação produzem uma plataforma de reivindicações, a partir de alianças e disputas pela ocupação de espaços de decisão. Semelhante aos dados analisados por Aguião (2014), a estratégia empregada relaciona a visibilização de demandas de certos sujeitos à busca pelo reconhecimento do Estado e seu poder em conferir legitimidade sobre o que se pleiteia.

Abers e Von Bulon (2011) atentam, nesse processo, como ações sociais são enveredadas na busca por políticas públicas, no modo em que “se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos” (*ibid*, p. 65).

¹¹ Esta categoria foi criada pelos sujeitos participantes de um encontro de ONGS-Aids, no Rio de Janeiro, em 1994, como substituição das categorias “aidético” e “soropositivo”. Para além da modificação dos significados de cunho moral e clínico, respectivamente, a categoria Pessoa Vivendo com HIV/Aids atendia a uma perspectiva de compreensão do sujeito que vive com HIV/Aids como uma pessoa na sua integralidade, ao invés de reduzida a um vírus e/ou a uma condição de vetor epidemiológico. Identificar-se como Pessoa Vivendo remete a uma dimensão política e social. Neste mesmo contexto mencionado, criou-se a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids, entendida como movimento social que corroboraria para o fortalecimento das “pessoas vivendo”, por meio de duas frentes principais: ações de enfrentamento ao estigma e discriminação e na instrumentalização dos seus membros para ocupar espaços dedicados a decisões sobre saúde e políticas de governo, além do ativismo.

A discussão e aprovação em torno da PEC n. 55 (241)¹², em 2016, representou um primeiro momento de rompimento deste modelo participativo da sociedade civil na esfera burocrática, pós-governo petista (2003 — agosto de 2016), e de regulação dos direitos à saúde aos que fazem uso de políticas de Estado. No cenário do ativismo em HIV/Aids, esta política foi recebida com *angústia, preocupação e medo* em virtude dos “retrocessos ligados aos direitos e políticas da pessoa vivendo com HIV/Aids”.

A matéria de que tratou esta Emenda Constitucional delineou medidas para o congelamento de gastos públicos, com relevante impacto nas pastas da educação e da saúde, entre outros setores, sob a alegação de superação da crise econômica. A previsão foi a de duração de vinte anos e pode haver alteração após avaliação dos dez anos iniciais de execução.

Num dado contexto de discussão entre diferentes segmentos do movimento de Aids, realizado na região central do Rio de Janeiro, em outubro de 2016, uma mulher que se identificou como ativista e vinculada ao movimento nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (PVHA) levantou a seguinte questão:

“Pense nos desafios que temos hoje em relação a medicamentos com maior eficácia e menos efeitos colaterais patenteados. Agora imaginem congelarem essa nossa luta por 20 anos. Pior, pensem há vinte anos atrás, nós não tínhamos nem direito à medicação pelo SUS. Nossa demanda daqui há vinte anos vai estar congelada pelo que estamos vivendo hoje?” Ao interrogar uma interlocutora da pesquisa sobre se fariam uma carta de repúdio, como haviam feito semanas anteriores, ela informou que “agora não dá pra ficar escrevendo cartas e esperar. Temos que ir pra rua!”.

A emergência de novas demandas e da formalização de ações reflete agenciamentos de atores que são confrontados a mundos [...] e, “sobretudo, dispõem de uma capacidade de julgamento estético, moral e político” (CEFAI, 2009, p. 15).

À medida que estas ações sociais são enveredadas na busca por políticas públicas, as demandas acionadas tornam-se objeto de ampla tensão, articulação e negociação conforme os modos de produção de “enquadramentos”. A demanda por direitos adquire força pela capacidade de articulação que os atores produzem nas relações e disputas dentro dos movimentos sociais e, posteriormente, para com as instâncias do Estado (PISCITELLI, 2016).

Ao ser mencionado na citação inicial que o ativismo (e suas pautas) “independe de sexo, sexualidade, raça, cor da pele, nível social” etc., o que se intentava era dirimir pautas consi-

¹² Para acesso ao processo de tramitação deste Projeto de Emenda Constitucional, acessar: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em: 12 jun. 2020.

deradas fora do escopo restrito do que se entende como “luta em HIV/Aids”. Atenuavam-se questões em torno de demandas interseccionadas em HIV/aids como algo de menor valor ou significado político. Em uma das interações entre os presentes no contexto desta citação, e em concordância com essa, foi feita a fala de que “a aids afeta a todos nós”. E, por isso, “nossa pauta precisa continuar sendo a que deu certo nos anos 80 e 90”.

Os conflitos geracionais, que também implicam reconhecer (ou não) a intersecção de questões sobre classe, raça, gênero e sexualidade e outros marcadores sociais, incidem na forma como passam a ser rascunhados novos enquadramentos políticos e a percepção da legitimação destes na função de demanda coletiva.

O atual cenário social brasileiro, pós-golpe de 2016, vem se mostrando, cada vez mais, cerceado para movimentos sociais e direitos coletivos já adquiridos. A moralidade que se perpetua sobre modos de *infecção* pelo HIV, o estigma sobre a Aids e pessoas a esta relacionadas têm sido alvo de mobilização contraofensiva pela ascensão de um discurso de extrema-direita.

Esta percepção permeia as discussões que definem pautas e ações sociais no interior do movimento social. Contribui para tornar ainda mais tensionadas as relações que se estabelecem ao complexificar novas emergências públicas de quem vive com HIV/Aids, a partir de uma nova concepção geracional.

Não considero, mediante a isto, que o sentimento vanguarda de um grupo que vivenciou aquele contexto político e obteve êxito ao que politizavam configura-se como aceitação apassivada mediante ao novo cenário. Ao contrário, resalto os modos de engajamento que produzem diferentes estratégias de agenciamento nas ações coletivas, como resultado das posicionalidades interseccionais e temporalmente vivenciadas por estes sujeitos.

É certo que são distintas as subjetividades que compreendem a perspectiva sobre o ativismo. Há que se destacar, na política de Aids, um contexto inicial marcado pela escassez de políticas e outro, mais recente, de ampliação e fortalecimento da resposta brasileira à epidemia do HIV/Aids. A “iniciação” no ativismo de Aids, cujas formas de participação social diferenciaram-se substancialmente nestes cenários, despontou na controvérsia sobre qual passaria a ser a relação do movimento social com os agentes do Estado, neste novo contexto. Tal como a polarização identificada por Carvalho e Carrara (2015), no movimento trans, a partir da produção de uma nova geração militante, foram sustentadas concepções que defendiam a “necessária busca para sensibilização e amparo do Estado” e, em oposição, uma “ruptura no diálogo, com atos de protesto e denúncia”.

Fatores biomédicos e tecnológicos e as recentes modificações nas políticas identitárias também impactaram no que foi definido como apropriado para a “continuidade” do que já foi

feito, com forte crítica ao uso da internet como espaço de ativismo. Sobretudo em relação à intersecção entre Aids e outros marcadores sociais, construir e legitimar esta nova agenda requer o esforço de produzir novos enquadramentos interpretativos que perpassam as diferenciações interseccionais.

A filósofa feminista Judith Butler (2011, 2015), ao retratar analiticamente sobre a noção de “enquadramento”, acentua que são as perspectivas interpretativas sobre os fenômenos sociais que vão implicar a expressão de sentimentos morais, como o *horror*, a *indignação* e a *comoção*, por exemplo. No cenário de guerra, por ela analisado, propõe-se pensar “quais são as condições sociais e os enquadramentos interpretativos duradouros que tornam o *horror* possível diante de certos tipos de violência, e quando e onde ele é ‘descartado’ como resposta afetiva disponível diante de outros tipos de violência?” (BUTLER, 2015, p. 227).

Ao propor a consideração acerca da noção de enquadramento, Butler (*idem*) procura evidenciar o modo em que a vida só é apreendida dentro de certas molduras, que se configuram como operações de poder. A isso, somam-se os processos normativos que são estabelecidos, produzindo-se ou tornando-se aceitáveis. Mas, nessa mesma lógica, operada sob formas de disputas e reprodutibilidade, ao mesmo tempo em que aceita novas formas normativas, colocam-se tantas outras em xeque. É este caráter conflitivo que põe em debate as discussões sobre as demandas políticas das ações sociais dos grupos segmentados que compõe o movimento em HIV/Aids.

Relacionando tal discussão à de Butler (2015), interessa aqui pensar nos enquadramentos operados pelas lógicas de poder do Estado, sem tomar como perspectiva uma consideração essencialista. De acordo com a crítica de Butler (*idem*), a questão não é preconizar a alocação do poder do Estado no cerne do debate, tampouco desconsiderar que os usos feitos por este se dão a partir tanto da produção quanto da pressuposição de suas próprias operações de poder. Cabe considerar que processos são erigidos a fim de que certos enquadramentos passem a ser aceitos nos padrões normativos do Estado.

Como, na tensão entre processos de alocação x exclusão de enquadramento, sujeitos “negociam” direitos? Dado ao fator social estigmatizante vinculado às Pessoas Vivendo com HIV/Aids, como são elaborados e definidos os regimes de visibilidade ativista?

A PEC n. 55/2016 passou a ser percebida e tomada como objeto de “intervenção” pelos participantes da *rede de jovens* e como algo que impacta diretamente nos direitos à saúde desta geração e na interlocução com outros coletivos do movimento HIV/Aids do estado do Rio de Janeiro. O modo de percepção dessa PEC colabora em problematizar as questões anteriores.

Todas as propostas apostavam na sensibilização de atores públicos ou da sociedade para

que compreendessem os efeitos desta medida para o país e, sobretudo, para usuários das políticas de saúde que seriam afetadas pelo que nomearam como “desmonte do SUS”. Há diferentes possibilidades de alcance e de estratégias contidas nestas, conforme destaco a seguir.

A proposta inicial de intervenção por meio da elaboração de carta de repúdio foi percebida como pouco ou nada produtiva. Chegou-se a rascunhar-se um roteiro e sugeri-lo como documento-base para um possível diálogo com “representantes ‘da causa’” e líderes partidários na Câmara e no Senado.

A possibilidade de utilização da internet como instrumento de visibilização foi desincentivada por não apresentar resultados “concretos” sobre os quais se poderia dimensionar. Passou-se a considerá-la como um espaço não-legítimo de ativismo, que punha em xeque o resguardo pessoal da identidade, um cenário que iniciava incertezas sobre o tratamento a sujeitos moralizados como “vítimas culpáveis” (LACERDA, 2006).

Esse debate levou à decisão por “métodos de ativismo efetivo”, com dois momentos diferentes. O encontro foi marcado para o dia 1º de dezembro de 2016, Dia Mundial de Luta contra a Aids, e teve como espaço destinado para a “intervenção” a Praça Mauá, na zona portuária do Rio de Janeiro. A escolha almejava alertar os diferentes sujeitos sociais que passam ou utilizam daquele espaço para momentos de sociabilidade e provocar à sensibilização para a não aprovação da PEC n. 55/241 que, naquele momento, já estava para votação na etapa final, pelo Senado.

O primeiro momento ocupou a maior parte do tempo e foi dedicado à confecção de cartazes, intervenções com transeuntes, palavras de ordem no microfone e um abraço simbólico entre os ativistas que estavam identificados por uma camisa preta com letras vermelhas que estampava a palavra “Vivendo”. No segundo momento, circulou-se em torno da Praça Mauá, com os cartazes, palavras de ordem, apitos e bolas brancas. A passagem foi performada pelo conjunto do que se apresentava: pessoas andando de blusa preta com letras vermelhas, cartazes com palavras “SUS”, “Aids”, “Viver”/“Vida”, “Prevenção”, “Estigma”, “Saúde”, “Governo” etc. e pelo uso da frase “O SUSpira, mas não morre!”, cuja sentença era iniciada pelo grupo que estava à frente e era seguida pelos que vinham “na linha de trás”.

Ao uso do microfone, denunciavam a ausência da escuta da sociedade civil para avaliar os impactos da PEC n. 55/2016 e como ela afetaria diferencialmente as pessoas que estavam presentes ali. A proposição de negociação entre atores do movimento social e dos agentes do Estado produz efeitos sobre a própria política destes sujeitos. Ao se tornarem “objeto de ação governamental, acabam por se redefinir” (SOUZA LIMA, 2002, p. 18), incide-se em um processo permanente de questionamentos dos serviços públicos, que os imiscui e induz à transfor-

mação.

A não politização de questões tidas como externas ao repertório da intervenção proposta, na intenção de “visibilizar uma causa que é de todos nós”, atenta ao fato de que o reconhecimento e a legitimação de pautas fazem parte de um processo complexo e permeado por disputas de agenciamento social. O “apagamento” desta questão, contudo, provocou novos incômodos, na medida em que os jovens presentes — seguidos pelos que vêm se dedicando à introdução da pauta raciais, de classe e feminista — manifestaram sentir-se silenciados pelos demais segmentos ali presentes pelo direcionamento dado ao que “seria indicado” para os cartazes e palavras de ordem.

Em reunião subsequente, decidiram que precisavam ocupar outros espaços, principalmente no “subúrbio da cidade”. Além da busca para que suas demandas se tornem passíveis de serem reconhecíveis como “questão do Estado” (cf. VIANNA; FARIAS, 2011; LACERDA, 2015; FERREIRA, 2016), visavam a diversificar o público que acessava estas informações. A medida se ancorava na concepção de que a emergência das experiências sociais “apagadas”, que representa só “números frios”, não produziria os efeitos necessários para a reconstrução de políticas públicas (MALUF, 2010).

TENSÕES EM TORNO DA ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA

Conforme apresentado, a articulação interna de demandas se dá por meio de negociações sobre certos modelos de um enquadramento coletivo que, como tal, represente a “todos”. Como resultado, torna-se objeto de disputas a forma como a visibilização de uma pauta tornada legítima produz, necessariamente, o apagamento de outras e suas possíveis consequências. É notória a preocupação com as ações que têm sido operacionalizadas “para fora”, como instrumentos de intervenção política.

A noção de visibilidade, trazida para compreender este fenômeno, tem sido recorrente em movimentos sociais, como o movimento LGBT, feminista e negro. Essa noção tem sido empregada como forma de enfrentamento ao alijamento social ao qual sujeitos são imputados, por exemplo, em virtude da heteronormatividade (cf. BUTLER, 2003). A referida noção também foi utilizada, no contexto apresentado, como categoria êmica para evidenciar o processo de disputas pela legitimação de pautas e estratégias que ocorreram internamente e na relação com o Estado.

Em termos analíticos, um dos textos mais expressivos, nesta discussão, é o de Michael Pollak (1985). O autor debruça sua análise sobre o processo de *coming out* como um reconhecimento público da sexualidade divergente, não heterossexual. Como tal, o *coming out* é construído no indivíduo ao longo do tempo e a partir de um conjunto de ações, que variam desde a participação em espaços de sociabilidade homossexual ao enfrentamento da homofobia¹³. A noção de visibilidade tende a refletir sobre a dimensão de tornar visível uma “causa” de dimensão coletiva, burlando as fronteiras ante à norma.

Miskolci (2014, p. 62), em sua pesquisa sobre a negociação da visibilidade na esfera da sexualidade de forma comparada entre Brasil e EUA, definiu que

Um regime de visibilidade traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é visível e aceitável na vida cotidiana. Assim, um regime de visibilidade é também um regime de conhecimento, pois o que é visível e reconhecido tende a estabelecer as fronteiras do pensável.

É importante assinalar que tornar visível a “causa” em torno do HIV/Aids conformaria uma espécie de enunciação (GOFFMAN, 2008). Apesar de expor o sujeito ao estigma ao qual está relacionado, paradoxalmente lhe proporcionaria a retirada de uma posição inferiorizada, a partir da ação protagonista. Essa controvérsia sugere a construção de diferentes regimes de visibilidade mais ou menos reconhecível.

A reprodução do “desabafo” e sua relação com medidas iniciais em torno da PEC n. 55/2016 revelam as contradições de gerenciar uma “identidade indizível” (POLLAK, 1990). As consequentes disputas sobre diferentes regimes de visibilidade e legitimação de novas pautas são reflexos de agenciamentos em relação à permanência e sofisticação dos efeitos moralizantes¹⁴ (SONTAG, 1989) sobre o HIV, à Aids e aos sujeitos a estes relacionados¹⁵. Apresentam-se

13 Partindo de uma perspectiva crítica feminista, pude atentar-me em outro contexto (2014, 2015) à forma como a busca pelo reconhecimento do Estado (resultado de discursos e práticas diversas operacionalizados sob a noção da visibilidade pelo atual movimento LGBT) corroborou para a adequação e normatização dos homossexuais, que refletiu na produção do sujeito “homoafetivo”.

14 Um caso exemplar se refere ao que tem ocorrido na *rede* acerca da pedagogização da maternidade de jovens *mulheres vivendo com HIV/Aids indetectáveis*. Partindo de narrativas públicas destas mulheres, que apresentam um motivo considerado aceitável e temporalidades precisas para a retirada da camisinha nas relações sexuais com seus companheiros, tem sido reiterado um valor moral no que se refere ao gerenciamento das escolhas preventivas de *peçoas vivendo*. Isso ocorre, por exemplo, quando outros jovens pertencentes à *rede* tomam a própria *indetectabilidade* como estratégia preventiva a ser associada ou não ao uso da camisinha e balizam esta escolha em relação à satisfação pelo prazer sexual (*cf.* COITINHO FILHO; RINALDI, 2021).

15 Já ouvi comentários sobre pessoas que foram expulsas de comunidades dominadas pelo tráfico do Rio de Ja-

atualmente segundo representações vigentes e novas gramáticas¹⁶.

A elaboração e utilização de regimes de visibilidade varia em termos históricos, sociais e políticos e conforme a construção de perspectivas próprias sobre viver com HIV/Aids e do que é entendido como ativismo. Os regimes de visibilidade se reposicionam em relação a noções, sentidos e moralidades em torno do seu próprio “eu”. Essa redefinição de si, conforme mostra o trecho de uma entrevista a seguir, denota a fluidez desta identidade.

_ Muitas vezes eu precisava sair de casa, encontrar com algumas pessoas lá do movimento [social] e falar qualquer coisa. Não precisava ser sobre HIV, não.

Pesquisador: Em qual ano?

_ Isso lá pros anos 2000, mais ou menos. Mas, eu sabia que ali eu era eu mesmo. Não estava tendo que me esconder sobre uma parte de mim que minha família nunca vai poder saber. É muito difícil assumir ser gay com HIV, porque é duplamente estigmatizado. Mais ainda, é como se você não pudesse fugir da opção que lhe espera, enquanto gay.

Pesquisador: E como você articulava essa identidade em diferentes espaços?

_ No trabalho, com a família e alguns relacionamentos menos importantes que tive, eu não falava neste assunto. Jamais! Quando isso ficava muito engasgado, eu encontrava com o pessoal, como eu te falei. A gente ia pro bar, na casa de alguém, qualquer coisa. Mas, a gente precisava ter um momento que a gente não precisasse ficar se preocupando em cometer algum “deslize” [faz o gesto de aspas na mão].

Pesquisador: E como esta identidade se refletia no movimento social?

_ Olha, eu nunca pude mostrar quem eu era. Tive pessoas que deram entrevistas e até perderam o emprego. A gente sabe que ainda tem gente que pensa que vai pegar aids se utilizar o mesmo talher. Isso é muito real! Mas, eu sempre apoiei e incentivei quem ia pras ruas.

Pesquisador: E como você apoiava, para além do incentivo?

_ Eu participava das reuniões, eu ficava me atualizando das informações, ouvia e conversava com a galera lá do grupo. Vou te confessar que sou fã dessas pessoas que deram as caras na rua. Graças a esses é que temos nossos direitos hoje! (Cadernos de campo: entrevista realizada em novembro de 2016).

A gestão da identidade sorológica gerou impactos no modo como, na constituição de identidades coletivas, a busca pelo reconhecimento de demandas pela legitimação do Estado

neiro devido à descoberta da sorologia. Essa questão, no entanto, é sempre evitada, falada em circunstâncias bem específicas e entre pessoas mais próximas.

16 Bastos (2002) indica que, numa busca por vítimas e culpados, homossexuais e usuários de drogas injetáveis foram diretamente associados ao contágio e transmissão da doença, por já representarem grupos estigmatizados. Nos Estados Unidos e Europa, o “estilo de vida gay” foi logo condenado, na associação entre homossexualidade e AIDS, definindo-a como “câncer gay” ou “praga gay” (DANIEL; PARKER, 1991). É digno de nota destacar a culpabilização dos homossexuais como decorrente das ideias de transgressão da sexualidade, no contexto da liberação sexual da década de 1970.

tem exigido que os movimentos sociais visibilizem a sua “causa”¹⁷. Tal proposição nos leva à seguinte questão: como diferentes regimes de visibilidade produzem sentidos e tornam-se mais ou menos legitimados entre participantes do ativismo em HIV/Aids?

As ações projetadas pelos *jovens da rede* referentes a práticas de ativismo são constituídas por uma ampla variabilidade. Tais ações são, sobretudo, reflexo do modo como os sujeitos valoram, regulam e conduzem a identidade sorológica. Isso é algo que, como demonstrado no trecho anterior, reflete uma gestão histórica referente à experiência com HIV/Aids, tanto em termos de mobilização política quanto de vivências cotidianas.

Carvalho (2015) e Carvalho e Carrara (2015) apresentam dados, a partir da reivindicação por visibilidade e reconhecimento no ativismo trans no Brasil, universo que também é marcado por estigmas e produto de distintos campos discursivos. Dentre outras questões, duas apresentam importante relação com a presente discussão.

Os autores destacam que diferentes regimes de visibilidade são produzidos conforme algo é tornado visível. A exposição de corpos de travestis mortas difere da visibilidade provocada pela exibição de corpos femininos em um programa que propõe identificar, a despeito da aparência, qual das representantes não seria uma “mulher de verdade”. Evidenciam também que os regimes de visibilidade podem assumir coexistências estratégicas, conforme objetivos e relações estabelecidos. Posições tidas como “mais defensivas” ou “mais radicais” são utilizadas nas arenas de luta política diferencialmente, definidas a partir do alcance almejado pela ação.

A visibilização projetada pelo ativismo é relacionada a outras esferas discursivas advindas de noções biomédicas, políticas sociais, jurídicas, religiosas, morais etc. Isso faz com que diferentes regimes de visibilidade fabriquem conhecimentos sobre os direitos à saúde das Pessoas Vivendo com HIV/Aids e à atribuição do Estado. A concorrência entre estas, a partir do contexto aqui apresentado, atribuem diferentes visibilidades na qual estes sujeitos se configuram como objetos de políticas públicas. Na atual conjuntura política, o estigma é acionado como valor determinante e, por isso, mediador na elaboração das estratégias de visibilidade.

17 É importante considerar também na forma como, na relação entre movimento social x Estado, algumas identidades políticas e de saúde são “negociadas”, tornadas como alvo de disputas. Podemos mencionar, por exemplo, a atual noção acerca da identidade “indetectável” e o modo como tem sido percebida com certo temor por instâncias de saúde no modo como os indivíduos vão fazer do uso de seus corpos e sexualidade, quando esta é entendida como condição ideal de vivência da sorologia na relação entre células de CD4/CD8 e carga viral. Alguns estudos recentes têm apontado que essa condição ideal tem implicado recontaminação por troca de cepas do HIV, taxas elevadas de ISTs (anteriormente denominadas DSTs) e novas infecções para HIV, relacionadas a práticas sexuais sem preservativo. A tensão em torno dessa questão gira em torno do que problematiza Maluf (2010, p. 29): “até que ponto a utilização de uma categoria médica significa a adoção dos mesmos sentidos dados a esta pelo campo biomédico e científico?”. No entanto, ainda que não recobremos tal questão agora, podemos ilustrar o modo, por exemplo, como certas identidades são construídas e “negociadas” com agências de saúde.

Numa perspectiva mais ampla, que apresenta o cenário social brasileiro, a questão da identidade associada à sorologia tem sido ainda mais tensionada, permeada por *medo* e *riscos*. Isso tem se dado devido ao retorno da discussão em torno do Projeto de Lei (PL) nº 198/2015¹⁸, que criminaliza o sujeito transmissor do vírus HIV. Tal projeto, operado por um idioma criminal, ao invés da seara da saúde pública, reforça ainda mais o estigma da *culpa* e da *precaução* ao “portador do vírus”.

Mais recentemente, a fala do presidente da república, Jair Bolsonaro — eleito em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL), mas atualmente sem partido — caracterizou que “pessoa com HIV é uma despesa para todos”¹⁹. Nesta oportunidade, além de reforçar a ideia de *culpa* e “responsabilidade” sobre a própria condição sorológica, também denotou algumas representações estigmatizantes. Mais ainda, considerando o alcance e os efeitos da fala de um chefe de Estado, muitos interlocutores da pesquisa se manifestaram indignados com a repercussão negativa. Comentários em redes sociais reforçavam a ideia de que Pessoas Vivendo com HIV/Aids eram *culpadas* pela sorologia. Esse advento reforçou a preocupação com as medidas que passariam a ser adotadas pelo governo de Jair Bolsonaro sobre o custeio do tratamento e a integridade física destes sujeitos.

Na minha pesquisa de doutoramento, além da etnografia na Rede Jovens Rio+, realizei 14 entrevistas em profundidade. Numa das questões, em que buscava identificar emoções relativas ao experienciar o HIV, na condição *indetectável*, fui surpreendido pela relação de o “medo” aparecer mais vinculado às incertezas sobre a garantia do tratamento pelo atual governo do que pela eficácia desse para a garantia de saúde.

Voltando ao contexto de discussão sobre os efeitos da PEC n. 55/2016 para o ativismo em HIV/Aids, foram-se relatados os desafios de modificar pautas e estratégias de ações. Em uma conversa informal com importante interlocutor da pesquisa, um jovem que se identifica a partir da atuação em ações interseccionadas entre HIV/Aids e racismo, desigualdades de classe e homossexualidade, foi destacada a necessidade de maior alcance do número de pessoas e da diversidade que representam. Como exemplo de sua fala, mencionou-se a necessidade de reposicionar as atividades para além da região central do Rio de Janeiro. Ele pressupõe que esta permanência reitera privilégios de homens gays, brancos, que têm trabalho formal e geralmente frequentam um perfil socioeconômico de espaços de sociabilidade em comum. “Saber as for-

18 Para visualização da tramitação do Projeto de Lei nº 198/2015, ver: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=945940>. Acesso em: 16 fev. 2020.

19 A matéria completa pode ser acessada em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/pessoa-com-hiv-uma-despesa-para-todos-diz-bolsonaro-24231125>. Acesso em: 16 fev. 2020.

mas de prevenção que não seja só a camisinha e que possa proporcionar mais prazer no sexo ainda é um privilégio do gay branco de classe média.”

Essa questão central que ele traz, para além da importância do conteúdo em si, contribui para indicar o reposicionamento das estratégias. A ocupação de espaços anteriormente invisibilizados passa a garantir o acesso a pessoas e suas respectivas pautas, anteriormente não legitimadas pelo ativismo. A sensibilização para este reordenamento interno atentava sobre a produção de novas visibilidades, do que se espera tornar visível. Algumas das questões que passaram a compor o léxico ativista foram: narrativas sobre saúde mental da Pessoa Vivendo com HIV/Aids em contexto de pobreza/desemprego e violência; vulnerabilidade e paradigmas no acesso aos serviços de saúde por jovens mulheres bissexuais; enfrentamento da homofobia e sorofobia familiar.

Os conflitos em torno desta temática convergem a partir de uma disputa que se mostra, sobremaneira, de caráter geracional. Neste aspecto, os conceitos sobre “jovem”/“juventude”, eram utilizados no contexto mais amplo do ativismo como categoria de acusação. Mais do que se referir a uma etapa da vida, traz-se como panorama a ideia de que a mudança organizacional e efetividade do ativismo foram modificadas pelo fato de os atuais sujeitos não terem vivenciado o início da epidemia de Aids.

Antigamente a gente ia pra rua, dialogava direto com o governo. Conseguimos que vocês hoje não precisem lutar pra ter remédios e não morrer. Mas hoje a galera, sobretudo a juventude, não está nem aí, mal querem tomar o remédio. Cadê eles aqui agora? Será que não estão fazendo um tour-AIDS? Por isso, que vamos ter que engolir a PEC n. 55/241 e teremos um grande retrocesso. Ninguém mais sai e dá a cara, e luta, e exige os direitos. Dar a cara é sim a luta. Ficam se escondendo com medo disso e daquilo e depois, quando não tiverem mais nem medicamento, vão valorizar o que a gente vem falando há muito tempo: o movimento HIV/Aids se perdeu, ele não luta mais. A gente vem, troca histórias, mas e aí? (Cadernos de campo: Rio de Janeiro, dezembro de 2016).

A narrativa anterior foi proferida em um momento de organização da campanha de 1º de dezembro de 2016 — Dia Mundial de Luta contra a Aids. Diferentemente do que venho observando desde 2014, quando ingressei neste campo de pesquisa, os ânimos se acirraram entre os diversos coletivos ali presentes. Embora houvesse a representação de diferentes segmentos, como o de mulheres, grupos LGBTQI+, população Trans+ etc., a discussão enveredava pela oposição dicotômica em relação aos jovens e o que se compreende como relacionado a cultura juvenil.

O conteúdo apresentado gerou uma disputa em torno dos significados que o ativismo

tem e da forma como a relação que constitui com o Estado reflete na conquista de direitos. Mas, ao canto da sala, onde eu estava, muitas pessoas criticavam a fala anterior, mencionando que “dar a cara para falar sobre Aids não é fácil, porque as pessoas ainda associam a Aids a algo ruim ou perigoso” ou que “cada um tem o seu tempo para chegar ao ativismo da forma como melhor for, temos que ter paciência e entender que uns escolhem uma forma e outros escolhem outra”.

Como forma de promover o reconhecimento das pautas do ativismo, muitos *jovens da rede* têm se utilizado e difundido a noção de que “não é preciso ter HIV para falar de HIV”. Esta forma de engajamento político está presente em outros movimentos sociais, como os dedicados a pautas raciais e relativas à diversidade sexual. No ativismo da Aids, apresenta significado particular. É uma forma potencialmente desestabilizadora dos “riscos” associados ao estigma da identidade das *pessoas vivendo*. Segundo a concepção local, a utilização desta noção atende à necessidade de visibilização da temática da Aids, borrando possíveis associações entre os enunciadores e o *diagnóstico*.

A insistência de muitos jovens nessa “estratégia” tem sido apreendida pela ideia de que “somente a informação cura”. E que este seria “o caminho” para mobilização das ações de educação em saúde sexual e reprodutiva associada à prevenção e/ou promoção de saúde. Por isso, temáticas em torno do uso correto do preservativo, identificação de ISTs²⁰/AIDS, prevenção combinada, gravidez, vulnerabilidade associada a identidades sexuais e de gênero, entre outras têm sido abordadas em ações coletivas, ampliando e aprofundando o escopo temático.

Também tem sido feitas menções a artistas que participam de campanhas nacionais sobre a temática e participantes do movimento social que não têm status soropositivo. No Rio de Janeiro, há significativa evidência sobre a atuação de uma médica infectologista e de uma ativista em Direitos Humanos na saúde como sujeitos exemplares. Relacionada à estratégia anterior, nesta é também ilustrativa a possível desvinculação entre ativismo em HIV/Aids e status soropositivo.

Outra importante interlocutora da pesquisa, ao retratar o ressurgimento da lei que prevê criminalizar o transmissor do vírus HIV, falou de modo informal que se arrependeu de ter exposto sua imagem para falar sobre o *diagnóstico*. Ela menciona que, apesar de a sua fala ter sido ovacionada entre seus pares, não acredita que tenha tido repercussão suficiente fora daquele espaço. Ela acrescentou que, para além daquele momento, não houve melhor provei-

20 ISTs é a sigla para Infecções Sexualmente Transmissíveis. É utilizada em substituição à sigla DSTs, que se referia a Doenças Sexualmente Transmissíveis.

tamento para debater e ampliar as ideias que trazia sobre prevenção entre mulheres de camadas populares. Mediante esta constatação e em razão do atual cenário, ela julga necessário manter a visibilidade sobre as pautas sem necessariamente vincular a imagem das Pessoas que Vivem com HIV/Aids, e diz:

Eu te confesso que hoje eu tenho medo. Quando decidi fazer a entrevista para divulgação na televisão eu estava vivendo um momento em que nossos direitos não eram tidos como um inimigo. Eu me sentia feliz por estar falando aquelas palavras, me imaginava uma ativista que teria o nome na história do movimento de Aids. Mas, quando eu penso em todo esse cenário, na forma como as pessoas estão olhando pra nós e mostrando que elas nunca deixaram de achar que isso é uma consequência irresponsável, com palavras que trazem muita dor, eu preferiria ter cuidado mais de mim. Me sinto um alvo fácil, sabe?

Quando abordada sobre estratégias de prevenção neste contexto atual, ela reforça:

Você já deve ter ouvido alguém falar que hoje se vive com HIV como qualquer outra doença crônica, correto? [Eu aceno que sim com a cabeça]. E você já ouviu alguém ser xingado de diabético ou de hipertenso ou de terem medo de que alguém descobrisse isso? [Eu aceno que não com a cabeça]. É disso que eu estou falando! Se ainda se utiliza do HIV/Aids como forma de ofender ou diminuir alguém, é porque não podemos deixar de compreender que as mudanças na sociedade não foram tantas assim como se pensa.

Mais do que precisar qual estratégia fomentará as ações coletivas, a narrativa anterior denota que os sentidos em torno da visibilidade são estabelecidos de forma tênue e se produz por meio de um fenômeno social dinâmico sobre o qual interagem sujeitos, demandas, contextos, moralidades e racionalidades vigentes.

Recobrando uma perspectiva geracional sobre os modos de se fazer ativismo em HIV/Aids, não estava perceptível a distinção entre visibilidade de demandas coletivas e visibilidade da identidade social do sujeito. Ambas, ao serem tratadas como sinônimos, impunham limites à definição estratégica de ações sociais do ativismo, enquanto o estigma se resignificava por meio de novos dispositivos sociais.

Considero que as controvérsias em torno das estratégias da ação social são significadas a partir de dois movimentos que se produzem. Há disputas e conflitos inerentes à produção e circulação de diferentes regimes de visibilidade no interior do movimento. Concomitantemente, operam em relação ao estigma social que permanece vinculado às estratégias de visibilização dos enquadramentos e ações coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como centralidade apresentar as reconfigurações no cenário do ativismo do movimento de HIV/Aids. A análise se deu a partir de alguns eventos relacionados ao avanço da tramitação da PEC nº 55/2016, tomando como centralidade algumas tensões decorrentes da pauta de direitos sociais no contexto pós-golpe de 2016.

No decorrer da discussão proposta, evidenciou-se que as diferenças geracionais implicavam a forma como diferencialmente percebiam e atribuíam valor a pautas e ações a serem legitimadas como demandas públicas de caráter coletivo. Neste ínterim, experiências interseccionais tomadas como eixo problematizador na relação entre juventude, sorologia e outros marcadores sociais complexificam uma noção identitária da “Pessoa Vivendo com HIV/Aids” fechada em si mesma e conseqüentemente uma pauta que, engessada, se proponha “de todos”.

No cenário social mais amplo, no qual HIV/Aids ainda é lido sob a ótica da marginalização que a caracterizou ainda nos anos 1980, e que se mantém por meio de novas tecnologias morais, o estigma ainda representa relevante desafio na construção e condução de regimes de visibilidade. Produzido contextualmente, o ativismo em HIV/Aids reflete atualmente os muitos vieses de uma moralidade que persiste em sublocar sujeitos, corpos, fluidos, identidades etc.

REFERÊNCIAS

1. ABERS, R.; VON BULOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, RS, v. 13, n. 28, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/vyJvNFtHTjZvHmJfVsN6tTQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2020.
2. AGUIÃO, S. R. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
3. BASTOS, C. **Ciência, poder e ação**: as respostas à Sida. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2002.
4. BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-76, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2020.

5. BUTLER, J. Vida precária. **Contemporânea**, n. 1, p. 13-33, 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18>. Acesso em: 13 mar. 2020.
6. BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.
7. CARVALHO, M. F. L. “**Muito prazer, eu existo!**”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
8. CARVALHO, M. F. L.; CARRARA, S. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. **Contemporânea: comunicação e cultura**, v. 13, n. 2, p. 382-400, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13865>. Acesso em: 14 mar. 2020.
9. CEFAL, D. Os novos movimentos de protesto em França: a articulação de novas arenas públicas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 72, p. 129-60, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/985>. Acesso em: 14 mar. 2020.
10. CEFAL, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009. Disponível em: [https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7163#:~:text=Este%20artigo%20analisa%20a%20pertin%C3%Aancia,hermen%C3%Aauticos%3B%20\)%20A%20reativa%C3%A7%C3%A3o%20da](https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7163#:~:text=Este%20artigo%20analisa%20a%20pertin%C3%Aancia,hermen%C3%Aauticos%3B%20)%20A%20reativa%C3%A7%C3%A3o%20da). Acesso em: 03 mar. 2020.
11. COITINHO FILHO, R. A. **Que ousadia é essa?** A adoção “homoafetiva” e seus múltiplos sentidos. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
12. COITINHO FILHO, R. A. O lugar do afeto na produção do “homoafetivo”: sobre aproximações ao familismo e à aceitabilidade moral. **Revista Ártemis**, v. 19, p. 168-78, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/26212>. Acesso em: 05 mar. 2020.
13. COITINHO FILHO, R. A. Uma “rede” de muitos significados: a posituação pedagógica da “experiência soropositiva”. **Sexualidad, salud y sociedad**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 195-214, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/6yyKjms8DqQDp6RKj5r35hH/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2020.
14. COITINHO FILHO, R. A.; RINALDI, A. A. Novos repertórios, velhas moralidades: A maternidade na produção de um “HIV saudável”. **Teoria e Cultura**, v.16, p. 79-94, 2021.
15. CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, p. 1.241-99, 1991.
16. CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da

- discriminação racial relativo ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 10, n. 1, p. 171-88, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2020.
17. CUNHA, C. C. **“Jovens vivendo” com HIV/AIDS: (con)formação de sujeitos em meio a um embaraço**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
 18. CUNHA, C. C. Configurações e reconfigurações do movimento de jovens vivendo com Hiv/Aids no Brasil: identidades e prevenções em jogo. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, n. 29, p. 249-312, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/Tpnb96KTMRpLrJZ9sD88jng/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 17 mar. 2020.
 19. CUNHA, C. C. Modos de fazer sujeito na política de Aids: a gestão de jovens vivendo com HIV/Aids. Século XXI: **Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 2, p. 91-132, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/17039>. Acesso em: 13 mar. 2020.
 20. DANIEL, H.; PARKER, R. **AIDS: a terceira epidemia**. São Paulo: Iglu, 1991.
 21. FERREIRA, L. C. M. **Pessoas desaparecidas: uma etnografia para muitas ausências**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2016.
 22. FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
 23. GALVÃO, J. **AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia**. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.
 24. GODBOUT, J. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
 25. GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.
 26. GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
 27. LACERDA, P. M. **Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
 28. LACERDA, P. M. **O drama encenado: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
 29. MALUF, S. W. Gênero, saúde e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais. In: MALUF, S. W.; TORNQUIST, C. S. (org.). **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 2010.
 30. MAUSS, M. **O ensaio sobre o dom**. Rio de Janeiro: COSACNAIFY, 2003.

31. MCCLINTOCK, A. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
32. MISKOLCI, R. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. **Bagoas: estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, p. 51-78, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6543>. Acesso em: 12 mar. 2020.
33. PARKER, R. *et al.* **A Aids no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994a.
34. PARKER, R. *et al.* **A construção da solidariedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994b.
35. PARKER, R. *et al.* **Políticas, instituições e Aids**: enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar: ABIA, 1997.
36. PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-91, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2020.
37. PISCITELLI, A. Conhecimento antropológico, arenas políticas, gênero e sexualidade. **Revista Mundaú**, n. 1, p. 73-90, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/2437>. Acesso em: 12 mar. 2020.
38. PINHEIRO, T. F. **Camisinha, homoerotismo e os discursos da prevenção de HIV/ Aids**. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Universidade de São Paulo, 2015.
39. POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou a felicidade no gueto? *In*: ARIÉS, P.; BÉJIN, A. (org.). **Sexualidades ocidentais**: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1985.
40. POLLAK, M. **Os homossexuais e a AIDS**: sociologia de uma epidemia. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.
41. SONTAG, S. **Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
42. SOUZA LIMA, A. C. **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
43. VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 76-116, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/VL8rMW8kJGpHgxBZwWt9bMt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2020.

Ricardo Andrade Coitinho Filho

Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade

Federal Fluminense, Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Especialista em Gênero e Sexualidade pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em licenciatura em História na Universidade Veiga de Almeida. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8909-7731>. E-mail: ricardoacf@id.uff.br.

Concepções de Justiça Compartilhadas: a Negociação pelos Danos Espirituais ao Povo Mëbêngôkre Kayapó¹

Shared Conceptions of Justice: Negotiating for Spiritual Damages to the Mëbêngôkre Kayapó People

Lucas Cravo de Oliveira

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

Douglas Antônio Rocha Pinheiro

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a maneira como o constitucionalismo brasileiro cria possibilidades no sistema de justiça para se administrar um conflito no qual se entrecruzam diversas concepções de justiça, tomando por base um estudo de caso sobre o processo extrajudicial decorrente da queda do Voo 1907 da empresa aérea Gol na Terra Indígena Capoto-Jarina, do qual decorreu uma indenização diferenciada para o povo indígena Mëbêngôkre Kayapó. As partes afetadas estabeleceram um acordo por danos culturais, uma categoria conceitual discutida ao longo do processo com outras denominações, tais como danos socioculturais ou danos espirituais. As estratégias de

¹ Este artigo científico é desdobrado de uma pesquisa realizada em âmbito de mestrado acadêmico. O autor, Lucas Cravo, foi orientado pelos professores Douglas Pinheiro (UnB) e Ronaldo Lobão (UFF) no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília, disso resultou-se a dissertação *Fronteiras improváveis entre tempos e direitos: constitucionalismo compartilhado entre os sistemas de justiça estatal e Mëbêngôkre Kayapó no acidente do Gol 1907* (2020). Para o seu desenvolvimento, foi concedido financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF). Os autores não atuaram nos autos do processo analisado. Suas relações com o caso se dão exclusivamente no âmbito do interesse de pesquisa.

Recebido em 27 de agosto de 2020.
Avaliador A: 23 de novembro de 2020.
Avaliador B: 23 de novembro de 2020.
Aceito em 25 de fevereiro de 2021.



pesquisa adotadas são inspiradas em metodologias características da micro-história e da antropologia jurídica, o que nos permitiu refletir sobre suas convergências, distinções e incompletudes com o fim de compreender um problema do direito. Trata-se de uma pesquisa empírica que analisa um acordo organizado fora das cortes judiciais, verificando fontes documentais e narrativas dos atores sociais envolvidos. A partir do trabalho de campo em uma investigação interdisciplinar, descrevemos algumas das contingências de se administrar tempos e direitos culturalmente diversos.

Palavras-chave: Pesquisa empírica, Micro-história, Antropologia jurídica, Danos culturais, Danos espirituais.

ABSTRACT

This research seeks to understand how the Brazilian constitutionalism creates possibilities in the justice system to manage a conflict in which several conceptions of justice intersect, based on a case study of the out-of-court process resulting from the crash of Gol airline Flight 1907 in the Capoto-Jarina Indigenous Land, which resulted in a specific compensation for the Mëbêngôkre Kayapó indigenous people. The affected parties established an agreement for cultural damages, a conceptual category discussed throughout the process with other denominations, such as sociocultural or spiritual damages. The research strategies adopted are inspired by methodologies characteristic of microhistory and legal anthropology, which allowed us to reflect on their convergences, distinctions and incompleteness in order to understand a problem of law. This is an empirical research that analyzes an agreement made outside the Judiciary, checking documentary sources and narratives of the social actors involved. Based on fieldwork in an interdisciplinary investigation, we describe some of the contingencies of managing culturally diverse times and rights.

Keywords: Empirical research, Microhistory, Legal anthropology, Cultural damage, Spiritual damage.

INTRODUÇÃO

Neste estudo de caso, optamos por utilizar instrumentos, orientações e abordagens da história e da antropologia para compreender um problema do direito. “[...] os conceitos são instrumentos frios tomados da bagagem da ciência acadêmica: eles são úteis na interpretação, mas é apenas nessa função que adquirem realidade concreta e especificidade” (LEVI, 1992, p. 143). Com aportes específicos em exercícios da micro-história e da antropologia jurídica,

esboçamos questões que emergem diante do constitucionalismo brasileiro. O mundo empírico é dinâmico, plural, diverso. O ordenamento jurídico é chamado para dar respostas aos conflitos que não necessariamente foram previstos nas normas. Ao menos não com alto grau de precisão. Compreender com profundidade casos inesperados demanda estratégias que escapem à exclusividade da miopia jurídica.

O documento principal que dá corpo ao arquivo produzido em relação ao caso Gol é o Inquérito Civil (IC) 1.20.004.000070/2016-55². É nele que estão reunidos os pareceres técnicos realizados pela perícia antropológica do MPF, o termo do acordo extrajudicial e o registro das fases pelas quais este processo extrajudicial se desdobrou. Optamos por apresentar as reflexões desdobradas do trabalho de campo realizado por Lucas Cravo ao longo do ano de 2019 e no início de 2020, o qual incluiu entrevistas e uma visita curta à Terra Indígena Capoto-Jarina. Sobre a análise do acervo documental, destacamos o Termo de Acordo extrajudicial.

O trabalho se divide em duas seções. Na primeira apresentamos as percepções que os atores sociais têm acerca desta administração de conflito e uma análise sobre o texto do acordo. Na segunda, elaboramos reflexões metodológicas acerca das potencialidades de se cruzar abordagens empíricas próprias da antropologia e da micro-história, as quais entendemos como confluentes, para se compreender um problema do direito.

Optamos por essa divisão, inspirados na abordagem seguida por Ronaldo Lobão (2010) em sua tese doutoral, a qual foi influenciada por Louis Dumont (1978), ao segmentá-la em três partes: *reunir*, *compreender* e *reconstruir*³. Nesta pesquisa, em princípio descrevemos o caso a partir do trabalho de campo e do arquivo documental selecionado, em um ato de *reunir* os dados. Na seção seguinte, mesclamos o esforço de *compreender* e *reconstruir* os dados confrontados com as nossas percepções analíticas, destacando-se a preocupação acerca da pesquisa empírica e suas possibilidades interdisciplinares ao tratar de um problema gerado no âmbito do sistema de justiça.

2 O MPF é uma instituição do sistema de justiça habilitada a promover o inquérito civil e a ação civil pública pelo próprio texto constitucional, conforme prescrição do art. 129, III, da CF. A utilização deste instrumento de atuação é regulada pela Lei n. 7.347/1985, pela Lei Complementar n. 75/1993 e pela Resolução n. 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

3 Sobre essa proposta integral, ver: LOBÃO, Ronaldo. **Cosmologias políticas do neoliberalismo**: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

AS NARRATIVAS DO PROCESSO: PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS E O ACORDO EXTRAJUDICIAL

Ministério Público Federal

No dia 13 de março de 2019, o Procurador da República Wilson Rocha Fernandes Assis foi convidado a falar, na Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT), sobre o caso da queda do avião da Gol, no qual atuou como o membro do Ministério Público Federal responsável por conduzi-lo. Antes de iniciar a apresentação, Carolina Molina (coordenadora da CT-IPCT e servidora efetiva da Secretaria de Governo da Presidência da República) explica para o Wilson Assis quais eram as funções da CT-IPCT. Ela diz que o convite para ele vem com a necessidade de que sejam pensadas as indenizações coletivas para os povos e as comunidades tradicionais no aspecto material e no imaterial.

Wilson Assis inicia sua fala explicando que trabalhou em Barra do Garças, um município do estado do Mato Grosso, até 2017. A Terra Indígena (TI) Capoto-Jarina está nas atribuições da Procuradoria da República que atua neste espaço. Ele chegou à Barra do Garças em 2013 e deparou-se com o inquérito no qual as lideranças indígenas solicitavam indenização da empresa em razão dos danos que a comunidade sofreu com a queda do avião. Então Assis se pergunta: “Mas que tipo de danos seriam esses?”.

A TI Capoto-Jarina é uma terra Kayapó, ou melhor, é uma terra de usufruto Kayapó, é o local onde vive o Cacique Raoni. O avião caiu nas imediações da aldeia do próprio Raoni. A comunidade foi a primeira a chegar ao local do acidente, veio pelo solo. Ela auxiliou nas buscas feitas pelas equipes de resgate, individualmente e coletivamente, e continuou trabalhando mais de um mês após a queda. Depois desse momento inicial, a comunidade indígena teve que abandonar a aldeia próxima à área da queda. Aquele espaço havia se tornado uma *mekaron nhyrunkwa*: uma *casa dos espíritos*.

O dano ambiental não foi uma variável significativa para se pensar numa indenização, embora tenha sido a categoria utilizada pelo povo Kayapó para mobilizar seus pleitos. Este era o conceito que os Kayapó conheciam do mundo do direito oficial como algo indenizável. O pedido feito pela comunidade era de que se retirassem os destroços. A Força Aérea Brasileira disse que seria uma operação de guerra e que os danos seriam maiores do que se deixassem os destroços intocados no local. A comunidade utilizava o discurso sobre o dano ambiental, porque sabiam que existia esta categoria dentro do direito brasileiro. Isso chamou a atenção do Ministério Público Federal e se tornou o fundamento principal dos transtornos dos Kayapó, foi

uma questão espiritual, uma questão religiosa, como destaca o Procurador Wilson Rocha Assis.

Eles não podem mais utilizar essa área que tem uma extensão muito significativa. Por causa da existência de espíritos que ainda permanecem no local, eles não podem habitá-lo, em razão do grande derramamento de sangue ocorrido no espaço. Segundo uma liderança religiosa, o *waangá* Bedjai Kayapó, se eles a acessam uma série de fenômenos extraordinários podem ocorrer: ataque de abelhas, chuvas em grande quantidade, desorientação em área de floresta, entre outros. Wilson Assis diz que esses conhecimentos nativos, nos ouvidos dos brancos, *entram como uma broca*. Percebemos esta fala como a porta de entrada para um conflito cognitivo que interpreta o mesmo fato, a partir de signos distintos.

O advogado da Gol, Maurício Queiroz, diretor jurídico do grupo que controla a companhia, foi chamado para uma reunião com o MPF, a convite do procurador Wilson Rocha Assis. Em princípio, ele ouviu aquilo com desconfiança. Assis disse que sugeriu que eles contratassem um antropólogo para que compreendessem os conhecimentos nativos. Queiroz questionou: “Como você vai valorar isto?”. Assis responde: “Esta terra não pode valer para um índio menos do que para um branco”. Desde o início, o procurador deixou evidente que se um acordo extrajudicial não fosse fechado, o MPF entraria com uma Ação Civil Pública.

A comunidade tentou se reunir com representantes da Gol desde 2007, sem nenhum sucesso. Os advogados da Gol só aceitaram, inicialmente, conversar com o MPF. Wilson Assis disse que, após a primeira conversa, seria necessário se reunir com a comunidade também. Ele já tinha se reunido com os Kayapó antes disso. Combinaram uma reunião em conjunto, na qual houvesse sensibilidade para que a interlocução entre atores tão distintos fosse possível. A primeira reunião foi em Goiânia, no estado de Goiás, com a Gol. A segunda, já com os indígenas, foi em Sinop/MT. Bedjai, liderança espiritual Kayapó, fez uma narrativa do que era o dano espiritual para o povo Kayapó. Maurício Queiroz disse, após o acordo, que o Bedjai foi quem o convenceu a fechar o acordo. Foi a fala de um pajé Kayapó. Assis disse que não havia nenhum precedente que tratasse de um *dano espiritual*.

O procurador propõe a Raoni que se marcasse uma terceira reunião e que eles dissessem neste momento quais eram os valores que a comunidade esperava receber pela queda e permanência dos destroços do avião. Wilson Assis pensou numa solução jurídica que não fosse um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), um instrumento jurídico específico do qual dispõem algumas instituições do sistema de justiça, como o MPF e a DPU. Nos TACs, as instituições mediadoras são partes no acordo.

No acordo que estava sendo construído, Assis compreendia que o MPF não deveria assiná-lo como uma parte interessada. O acordo seria firmado diretamente entre a comunidade

e a empresa. Assis explicou isso a Raoni, respeitando a autonomia dos povos indígenas, a qual é reconhecida pela Constituição Federal e pela Convenção nº 169/OIT. Acordaram que o Instituto Raoni⁴ iria gerir o recurso, mas quem pactuaria o acordo seria a própria comunidade dos Kayapó. Sendo assim, quem assinaria?

O MPF pede então um laudo pericial para definir como seria o sistema jurídico Kayapó, mapeando quem seriam as lideranças tradicionais representativas do povo Kayapó. A intenção era a de que este laudo reconhecesse e apontasse quem seriam as autoridades competentes para assinar o acordo. Um ponto de dúvida surgido a partir daí seria o que fazer em relação aos jovens: não eram lideranças ainda, mas se tornariam. Poderia gerar uma tensão intergeracional. Assis compreendia que os impactos do dano também atravessariam as gerações. Os Kayapó disseram que enquanto houver memória daquele acidente, eles não poderiam utilizar a área. Paralelamente à busca de uma solução para esta variável sobre como contemplar os Kayapó de diferentes tempos, os indígenas apresentaram o valor de R\$ 4.000.000,00 como indenização.

O procurador telefonou para o advogado da Gol e informou o valor. Wilson Assis acreditava que este seria o valor de início da negociação. O desenvolvimento destas etapas foi registrado, passo a passo, no Inquérito Civil Público aberto. Assis marcou uma reunião somente com Maurício Queiroz e a seguradora da empresa Gol, em Brasília, na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF. O procurador apresentou a proposta, seus fundamentos, falou da capacidade jurídica da comunidade e indicou o valor.

A Gol havia contratado um escritório de advocacia para periciar o local de acidente, como uma exigência da seguradora, elaborou-se parecer geral quanto ao contexto do desastre e da proposta de acordo, inclusive avaliou-se o que era uma comunidade indígena e sua capacidade jurídica. Este parecer não consta no ICP. Assis disse a Maurício Queiroz que ele não via uma solução perfeita que garantisse a composição plena do conflito, mas que acreditava que aquele era o melhor caminho, sobretudo por conta da participação do MPF como entidade mediadora. Maurício aceita o acordo, integralmente, para afirmar a postura da companhia em reparar todo o dano que os Kayapó apresentaram.

Marco Paulo Schettino foi quem fez o trabalho de campo de um mês, com os Kayapó na TI Capoto-Jarina. À época em que Wilson Assis concedeu este depoimento, Schettino estava no cargo de Secretário Executivo da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) e era servidor efetivo do quadro de analistas da instituição. A Gol viabilizou uma aeronave pequena

4 O procurador destaca que o Instituto Raoni não é uma organização indigenista. Trata-se de uma organização não-governamental coordenada pelos próprios indígenas, os quais compõem o seu conselho diretor. Os *brancos* que trabalham no instituto são funcionários contratados pelos indígenas.

para transportá-lo. Ele visitou quase todas as aldeias da TI Capoto-Jarina e selecionou uma bibliografia básica para compreender a organização política dos Kayapó. Foi ele quem apontou quem seriam as autoridades competentes para assinar o acordo. Raoni seria uma liderança cuja autoridade ultrapassa as fronteiras da comunidade.

O MPF participou como uma instituição cujo objetivo era trazer mais segurança jurídica ao acordo. Um mês foi mais ou menos o tempo para terminar a redação do texto. A assinatura foi feita dentro da terra indígena. Não foi um TAC. Foi a comunidade que assinou o acordo diretamente com a companhia. O Instituto Raoni é a entidade que o operacionaliza. Existem algumas regras para a gestão dos recursos, mas Wilson Assis não as explicitou, tampouco teve acesso a documentos que as determinem. É possível que elas tenham sido estabelecidas oralmente em encontros presenciais. Assis relata que esta foi uma preocupação dos próprios Kayapó, para não haver conflitos internos e dissidências dentro das aldeias. A garantia de que o recurso tivesse uma destinação positiva foi orquestrada no próprio acordo, mas sem detalhamentos que imobilizassem o que deveria ser feito com a indenização. A pedido das lideranças, o MPF, em Barra do Garças, fiscaliza a execução dos recursos. A PR-Barra do Garças é quem acompanha.

Wilson Assis diz que o acordo só foi possível por ter sido entre os Kayapó. A sua estrutura política interna é coesa. O Cacique Raoni tem ascendência forte perante a comunidade. As aldeias têm estabilidade e não se dividem constantemente. A coesão política interna à comunidade foi o elemento estruturante para que o acordo fosse mediado.

Como parte de uma instituição que compõe o Estado, Wilson Assis entende que se avança quando se compreende a capacidade jurídica da própria comunidade. O Estado precisa evitar suas posturas tutelares e criar valores para indenizações de outros povos. É um avanço compreender que as comunidades não precisam da tutela nem do MPF nem de nenhum outro órgão do Estado brasileiro. Elas precisam ser fortalecidas por esses órgãos. As instituições devem estar na retaguarda. Deve-se exigir que as empresas levem a sério as comunidades, senão as instituições estatais entrarão na luta pelo direito. É assim que ele compreende seu papel, como um agente do sistema de justiça.

Encerrando sua fala, Assis disse que há surpresas inimagináveis quando se entra nestas empreitadas em contextos culturais diversos. Ele relata que Maurício Queiroz foi muito acolhedor com as demandas apresentadas pelos Kayapó. Sua predisposição em buscar uma solução compartilhada foi determinante. Como exemplos da intensidade da relação estabelecida, ele recebeu um nome Kayapó, obteve permissão para fazer uma tatuagem Kayapó, e recebeu tratamento a partir da pajelança Kayapó.

O acordo fluiu com mais tranquilidade também por conta desta abertura para uma sen-

sibilidade jurídica diversa, por parte do representante da empresa, o que não era esperado, a princípio. Assis diz que tenta levar conflitos para outros patamares, sua tentativa é de equilibrar a estatura dos atores que participam de um conflito. Laura Nader (1994, p. 11) é uma crítica dos modelos extrajudiciais de resolução de conflitos, justamente por entender que não há possibilidade de uma equiparação de forças. O que se difere dos casos analisados por ela para os que são mencionados nesta pesquisa é a participação de instituições estatais, internas ao próprio sistema de justiça, para intervir na defesa dos interesses das partes em vulnerabilidade. Esta é a variável que pode vir a redistribuir os pesos na balança de força.

Mêbêngôkre Kayapó I

No dia 12 de setembro de 2019, uma quinta-feira houve uma virada nas entrevistas. Houve disponibilidade de agenda com Patxon Metuktire, neto do cacique Raoni e servidor da Funai, que acompanhou a perícia antropológica realizada em função da queda do avião da Gol. Estavam presentes: Megaron Txucarramãe e Bemoro, ambos Kayapó; Tapi Yawalapiti; e Ropni Metuktire — o cacique Raoni. Patxon pediu que fosse explicado para o Cacique Raoni o que era esta pesquisa e o que se pretendia fazer com seu povo. O caso foi contado e o que nos interessava a partir dele. A proposta de investigação era compreender como o sistema de justiça poderia ser capaz de gerar uma solução conjunta para um problema levado pelos indígenas, causado pelo mundo dos *brancos*. Isso poderia inspirar soluções para outros problemas que envolvem indígenas e outras comunidades e populações tradicionais.

Megaron parecia gostar do que era dito, pois acenava com a cabeça em concordância. Raoni se retirou pouco depois que a apresentação terminou. Então Megaron iniciou o relato sobre o que tinha acontecido, ele começou pela indenização constante que eles recebem por conta da BR-163. Depois entrou no caso. Quase tudo que ele contou conflui com os registros do processo. Megaron contou que eles foram os primeiros a chegar ao local. Essa narrativa se repete em vários depoimentos. Só havia mortos. Eles se engajaram no apoio às buscas e contataram a Funai para que enviasse seu corpo técnico. Houve derramamento de combustível no igarapé, onde a asa da aeronave caiu. Muitos destroços estavam espalhados pelo mato. A Funai não enviou ninguém para avaliar os danos e disse que partiu quando as Forças Armadas assumiram completamente as operações de busca.

O primeiro contato com a Gol foi por intermédio do advogado Maurício Queiroz. Na ocasião, o advogado disse que a prioridade era resolver as questões com os familiares das vítimas. Então, um servidor do estado do Mato Grosso, lotado em um órgão do estado responsável por assuntos indígenas em Cuiabá, mediou o contato para que mobilizassem o MPF. Megaron

não especificou qual era o órgão. Após as primeiras tratativas, Wilson Assis procurou Megaron e os convidou para uma reunião com a Gol na cidade de Goiânia, ocasião em que seus representantes não foram. No outro momento em que se encontraram, Maurício Queiroz informou que o gasto para a retirada dos destroços seria muito alto, uma vez que teriam que alugar um avião especializado vindo da Rússia para cumprir a tarefa. O valor à época seria algo em torno de 10 a 15 milhões de reais. Outras pessoas foram chamadas para participar da mesa de negociação.

Megaron explicou que os espíritos das pessoas que morreram ali não sairão mais. Por isso se tornou uma *mekaron nhyrunkwa*, ou uma casa dos espíritos. Os Kayapó não poderão fazer mais nada naquela região, apenas cuidar para que o espaço seja respeitado. Ele sugeriu em princípio que o valor inicial a ser pedido fosse de 10 milhões. Apesar disso, o cacique Raoni pediu que fossem 4 milhões. Maurício Queiroz pediu um mês para poder negociar com a empresa. A Gol fez uma contraproposta inicial de 1 milhão e quinhentos mil reais. Em seguida fez uma nova proposta de 2 milhões e meio de reais. Na reunião que ocorreu na 6ª CCR, negociaram o valor final e a permanência dos destroços.

Sobre a situação dos espíritos que passaram a habitar a *mekaron nhyrunkwa*, Megaron disse que “o Bedjai é quem entende de espírito”. Orientou que conversássemos com ele. Disse que eles devem respeito aos espíritos dos mortos e que aquela casa será para sempre. Contou brevemente que os espíritos ainda gritam, conversam e atiram pedaços de pau. Na época das buscas, eles ficaram acampados a uma distância de 7 km de distância do principal local da queda. Mesmo assim, eles sentiam a presença dos espíritos. Por entender que o dano é permanente no tempo, foi perguntado se ele entendia que o acordo deveria ser renegociado em algum momento. Ele respondeu categoricamente dizendo que não. Ao fim, disse que ele teria as anotações das reuniões que os Kayapó fizeram e que poderia compartilhar. Patxon perguntou se havia interesse em ir à aldeia. Ele foi o Kayapó que levou o cinegrafista da Globo ao local do acidente e que teve medo dos espíritos.

Fundação Nacional do Índio

No início de outubro de 2019, conseguimos entrevistar o indigenista Artur Nobre Mendes. À época da confecção do acordo, ele foi o representante da administração superior da Funai para articulá-lo. Ocupava o cargo de Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável. Ele foi chamado para participar já nos encaminhamentos finais do acordo. Havia aproximadamente dois anos de debate e estavam chegando à fase de homologação do documento. A Gol concordou com a inclusão da Funai neste circuito. A instituição não assinou como parte, apenas foi partícipe que prestaria anuência, de modo a trazer maior segurança jurídica às partes, levando

em consideração que a Funai é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Havia receio de que a Funai posteriormente se opusesse e inviabilizasse o acordo.

Artur Mendes relata que outros povos indígenas enfrentam questões semelhantes ao longo do Brasil. Ele diz que este caso poderia estruturar a jurisprudência ou, ainda que não chegue a tanto, seria referência para trabalhar com este tipo de situação. Sua leitura é a de que o *dano espiritual* já é uma categoria mais ampla, que engloba o *dano cultural*. Ambas seriam de difícil mensuração. Valorá-las é algo que entraria em um campo subjetivo. A métrica para perceber seu potencial compensatório seria a partir do sentimento satisfatório de cada povo ofendido em seus direitos. Portanto, em cada caso que envolva este tipo de violação seria necessária negociação direta entre o povo indígena e a entidade violadora.

Ainda que estejamos tratando de uma categoria de dano com suas especificidades, uma questão que imediatamente me atravessa durante nossa conversa é: a dificuldade da valoração é diferente da de um dano moral comum? Como mensurar monetariamente um sentimento que é inalcançável de forma objetiva? Artur Mendes contou outro caso, sem grandes detalhes, no qual uma comunidade que estava sendo atravessada por um cabeamento para internet pediu, como compensação, que a eles também fosse disponibilizado o acesso à rede virtual. A compensação, em sua leitura, resulta de um entendimento comum.

Sobre o caso específico da queda do avião, Artur Mendes, que também é antropólogo de formação, relata que os povos daquela região, denominados xinguanos⁵, acreditam que as pessoas que morrem e não passam por rituais fúnebres poderiam reencarnar em animais. Elas não se encaminham para onde deveriam. Suas almas poderiam reencarnar inclusive em uma planta. Este seria um entendimento comum dos povos daquela região. O avião se desfez no ar e as vítimas não puderam ter os rituais adequados. Para a indenização, o trauma dos primeiros indígenas que chegaram ao local do acidente também foi levado em consideração. Mesmo com a remoção dos corpos, os destroços do avião ficaram. Isto carrega historicidade e habita a memória da região. Assim, a interdição do território, o impacto psicológico dos que lidaram com a tragédia e a marca memorial na história coletiva dos povos afetados serviram de parâmetro para a ponderação de um valor.

Mendes acredita que o valor foi baixo, levando em consideração o impacto, mas que não havia margem de negociação, uma vez que foram os próprios indígenas que o indicaram. De todo modo, ele encara este caso como parte de um processo ampliado. O acúmulo de experiência colabora para dialogarem em outros casos em que houver afetação, sobretudo a partir de

5 A rigor, a TI Capoto-Jarina, ocupada pelos Mëbêngôkre Kayapó faz fronteira com o Parque Indígena do Xingu.

grandes empreendimentos. Ainda assim é preciso ter cuidado para não assumirem o equívoco de que o dinheiro compensaria qualquer dano sofrido.

Praticamente em todos os empreendimentos que interferiram em terras indígenas existe um impacto cultural. Qualquer empreendimento que afete uma área sagrada envolve um *dano espiritual*. A partir desta fala, chamaram atenção as percepções que os atores institucionais vão desenvolvendo acerca da categoria que estão construindo. Ainda que o *dano espiritual* não seja traduzido dessa forma, este dano pode estar nesses casos, mesmo sem ser mencionado. Por fim Mendes informou que, no caso do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a discussão sobre os impactos espirituais acompanhou todo o processo.

Instituto Raoni

Edson Araceli Santini, o coordenador administrativo e financeiro do Instituto Raoni, se disponibilizou para conversar, por videoconferência, na manhã do dia 12 de outubro de 2019. O Instituto é uma organização indígena cujo conselho diretor é integrado pelos próprios indígenas. A diretoria do Instituto é composta por cerca de 60 a 70 indígenas, que representam diferentes aldeias. Os *brancos* que colaboram com suas atividades são contratados para isso. À época, eram três funcionários.

Em razão do cargo que ocupa, Santini é um dos responsáveis pela execução dos recursos indenizatórios. Além de coordenador na organização indígena, é procurador do cacique Raoni. Em princípio, ele não entendia como poderia colaborar com a pesquisa, levando em consideração que não era um profissional do direito. Foi-lhe explicado que o objetivo era ouvir as diferentes percepções do caso, independentemente de ser algo com formação jurídica ou não. Como ele estava em Colíder/MT, não foi possível que a entrevista fosse realizada pessoalmente. Por ter se tornado funcionário do Instituto já enquanto as negociações estavam em curso, Santini disse que dispunha de poucas informações. Logo ao início do diálogo, ele compartilhou que, segundo a Gol, o que os convenceu a firmar o acordo foi a história narrada pelos indígenas. As questões jurídicas tiveram uma influência menor, a princípio.

O valor em si não foi discutido com Santini. O cacique Raoni já o tinha indicado. Com a liberação do recurso, o Instituto Raoni estabeleceu um plano de trabalho para organizar a utilização das verbas. Em seguida, o entrevistado contou como foi o início das negociações. Sua percepção conflui com o que os atores relataram e com o que consta no processo. Os indígenas acionaram o MPF. O procurador Wilson Assis mobilizou a Gol. Mesmo com as negociações em ritmo lento, as reuniões foram constantes entre as entidades e o povo Mëbêngôkre Kayapó. A legislação, segundo sua leitura, obrigava a companhia a retirar os destroços — o que seria algo

complicado. A área da queda, por sua vez, estaria contaminada por querosene, que inviabiliza o uso da área.

Os Kayapó explicaram a sacralidade advinda do espaço impactado, que agora pertence aos espíritos. Assim, as duas aldeias precisaram mudar de local: Metuktire e Bytire. Uma das aldeias — cujo nome não foi informado pelo entrevistado — precisou se mudar para uma distância de uma hora e meia de distância, que requer navegar de barco pelo rio Xingu. Isto seria algo em torno de 30 km acima. Santini explica que as lideranças costumavam dizer que era possível ouvir as pessoas gritando. “Essas coisas a gente não gosta nem de falar. O que eles falam arrepia.” Em razão disto, os indígenas perderam o direito de entrar naquele local. O coordenador disse que é uma experiência forte e que isto comoveu os representantes da companhia Gol, que passaram a considerar a viabilidade do pleito indenizatório por dano cultural.

Após o valor sugerido inicialmente, a Gol fez uma contraproposta. O inquérito civil registra que o valor era de 2 milhões e meio de reais. Os Mëbêngôkre fizeram uma assembleia, na qual deliberaram pelo aceite. Para a sua surpresa, durante a reunião que ocorreu na TI Capoto-Jarina, a Gol informou que pagaria o que foi solicitado, de todo modo. A partir daí, Marco Schettino foi destacado para realizar o trabalho pericial. Uma das questões era definir quem deveria gerir os recursos. A Funai ou o Instituto Raoni foram cogitados como alternativas. Ao fim, a própria Funai entendeu que era melhor que fosse o Instituto. Acordou-se que os “caciques maiores”, termo utilizado pelo entrevistado, deveriam assinar. Este momento aconteceu na aldeia Metuktire.

Edson Santini relatou que os indígenas criaram bastante afeto pelo advogado da Gol, Maurício Queiroz. Ele passou a ser muito respeitado pelas lideranças, em função da atenção com a qual acolheu as demandas do povo Kayapó. Segundo Santini, ele teve muito respeito pela cultura indígena. Ambos passaram a manter contato frequente. O entrevistado afirmou com veemência que é preciso conhecer a realidade indígena para respeitar, para isso é indispensável ir conhecê-los em suas comunidades. Esta questão inevitavelmente retoma a importância do trabalho empírico, seja na pesquisa seja na atuação no âmbito do sistema de justiça.

Voltando à pauta da indenização, Santini diz que a Gol pagou a indenização em parcela única. À época em que conversamos, já estavam próximos de executar toda a verba. Em princípio, não havia regras pré-definidas para a utilização. Para tanto, reuniram-se em Peixoto de Azevedo/MT. Com isso, estabeleceram um plano de quatro anos para aplicarem os valores. Sua principal função foi melhorar a estrutura das aldeias. Alguns exemplos neste sentido foram: a aquisição de geradores de energia elétrica; tratores; grades; niveladores; equipamentos para trabalhar o plantio de abacaxi, pequi e mandioca; e caminhonetes para escoar os produtos gerados

pelo povo Mëbêngôkre Kayapó.

Em maio 2020, estava previsto o término dos recursos. Parte do dinheiro também foi utilizada para realizar eventos próprios da cultura indígena. Há uma previsão de que façam uma prestação de contas pública, ainda que isto não seja uma obrigação legal, a fim de apresentar um demonstrativo de tudo. Edson Santini entende isso como um dever moral. Os recursos também serviram para iniciarem um projeto de Sistema Agroflorestais (SAFs). A avaliação de Santini é a de que a indenização foi bem utilizada.

Sobre a administração de conflito estabelecida, Santini diz que não houve embate jurídico. O que ocorreu foi respeito entre todos. Isto viabilizou o acordo. Ele relatou que ocorreram algumas críticas às indenizações em redes sociais, mas que sequer valia a pena dar atenção a elas. Geralmente estavam ligadas a questões morais e preconceituosas contra os indígenas. A Gol, na função de entidade pagadora da compensação, fez um único pedido: o de que tentassem deixar legado para mais de quatro anos. Por fim, Santini reforçou que: a área da queda não pertence mais aos indígenas; seria difícil mensurar a dimensão do dano cultural; no local, as lideranças apontariam onde havia pessoas. Ele sugeriu que conversássemos com Megaron e com Bedjai para compreender melhor as questões espirituais.

Mëbêngôkre Kayapó II

Em dezembro de 2019, Patxon Metuktire convidou um dos autores para ir à TI Capoto-Jarina, em um evento que ocorreria na aldeia Piaráçu. Seria um encontro entre lideranças indígenas do povo Mëbêngôkre Kayapó. Outros indígenas também participariam. Além de apoiadores e parceiros que trabalham com este povo. O *Encontro dos Povos Mëbêngôkrê e Lideranças Indígenas* aconteceu entre os dias 14 e 17 de janeiro de 2020 e reuniu mais de 40 povos indígenas e aproximadamente 600 lideranças.

Dois entrevistas foram realizadas com interlocutores: Bedjai Txucarramãe e Maialu Txucarramãe. Os Kayapó têm uma capacidade de mobilização que expressa a coesão política de um povo unido em suas demandas coletivas. Vê-los em sua organização política, que não parece se separar de suas compreensões sobre a vida e o mundo espiritual, proporciona um misto de estranhamentos entre a emoção e a serenidade. Ainda que tenham suas divergências, a sua capacidade de articulação externa e interna se manifesta de forma consolidada.

Durante o encontro em Piaráçu, o autor que esteve em campo conheceu Maialu Txucarramãe, filha do Megaron Txucarramãe. Geógrafa de formação, ela desenvolveu sua pesquisa em relação ao acordo extrajudicial decorrente da queda do avião da Gol. Não conseguimos ter uma conversa longa, em razão dos compromissos que ela tinha para cumprir durante o evento.

Em uma fala breve, ela contou que a questão que a mobilizou em sua pesquisa foi compreender o porquê dos preconceitos dos *brancos* sobre o acordo, algo manifestado com recorrência no Mato Grosso, sobretudo nos dias que sucederam às notícias veiculadas na imprensa. Logo em seguida, ela chamou o Bedjai para me contar sobre a sua percepção acerca do que ocorreu e precisou voltar às demandas do encontro.

Bedjai disse que estava chegando à sua casa, quando sua esposa, Wari, contou-lhe que alguma coisa caiu do céu. Algo havia explodido. Ela achava que havia sido um estouro de uma bomba. Foi possível sentir o tremor gerado pelo som. Megaron ligou pouco tempo depois dizendo que um avião havia caído nas imediações do território. “Fica pronto que amanhã nós vamos lá”, disse Megaron. No outro dia cedo, eles partiram com aproximadamente 15 pessoas. Desceram o rio de barco. A aldeia mais próxima do local da queda ficava há alguns quilômetros de distância. Foram obrigados a *fazer picada* — abrir o caminho pela mata. Chegaram no local por volta das 16h. As forças armadas já estavam presentes. O comandante da operação lhes atribuiu a função de *fazer as picadas* onde estivessem os corpos, para que o resgate pudesse alcançá-los. Os militares iriam removê-los. Trabalharam dois dias juntos. Só então alcançaram precisamente a maior parte da estrutura do avião. Bedjai relatava constantemente que o que aconteceu “foi muito feio”.

Os espíritos das pessoas ficaram repousados naquela região. Bedjai relata que, quando eles chegaram, o céu escureceu e começou a chover bastante. Segundo a cosmologia Kayapó, os espíritos não irão embora de lá, pois estão perdidos. Ficarão lá mesmo, pois não sabem para onde ir. Dez anos depois, os indígenas retornaram à área com alguns jornalistas que gostariam de fazer uma reportagem sobre a queda. Eles pernoveram no local. A delegação ficou com muito medo, pois ouviram os espíritos gritarem. Todas as pessoas ouviram. Bedjai os orientou a fazerem silêncio para que os espíritos se acalmassem. “Os espíritos continuam lá gritando. De dia, de noite gritam mais ainda. Até hoje. O lugar deles é lá mesmo. Estão perdidos porque ninguém sabe para onde vai. É triste.”

Bedjai entende que o valor da indenização foi baixo, uma vez que o avião não irá desaparecer, a despeito de pensar que o recurso recebido foi bem utilizado. Seu impacto é permanente, além de ter poluído o rio e a mata. Houve pedaços da aeronave que caíram em um córrego próximo. Os Kayapó nunca poderão voltar a morar lá. É um local sagrado, onde não se deve mais pisar. Só voltam se alguém precisa ir, mas é preciso respeitar as *mekaron nhyrunkwa*. Existem outras em seus territórios. Essa é uma dos brancos. Também existem as dos indígenas. Só quem tem conhecimentos específicos sobre os *mekaron* pode ir. Do contrário, pode ser perigoso. Ao fim de nossa conversa, disse que ele está sempre em Piraçu, e, se houver vontade,

ele pode levar à área.

O Acordo

Com a conclusão do laudo pericial elaborado pelo antropólogo do MPF, Marco Paulo Schettino, o processo iniciado com o inquérito civil se encaminha para sua conclusão. O desfecho: o acordo extrajudicial. A minuta foi escrita pelo corpo jurídico da Gol, e submetida ao MPF para avaliação, conforme despacho do procurador da República Rafael Guimarães Nogueira. Ele passou a acompanhar o caso, em razão da remoção do procurador Wilson Assis para outra sede do MPF. A minuta do acordo era esperada para o início de fevereiro de 2017. Seu despacho foi assinado com a data do dia 26 de janeiro de 2017. Os documentos solicitados pela companhia Gol para o MPF, como base para fundamentar o acordo foram:

- (I) Cópia dos documentos societários (contrato social) do Instituto Raoni;
- (II) Cópia da gravação filmográfica da reunião realizada em 28 de outubro de 2016, no prédio da Procuradoria-Geral da República, em Brasília, Distrito Federal; e
- (III) Cópia da gravação filmográfica da reunião realizada em 29 de outubro de 2016, na Terra Indígena de Capoto-Jarina (MPF, fl. 127, p. 157).

Em março de 2017, após a assinatura do acordo, outro procurador da República lotado em Barra do Garças, Guilherme Fernandes Ferreira Taveira, dá início aos procedimentos para o arquivamento do inquérito civil. Em seu despacho, ele destaca o objeto do Termo de Acordo: “reparação de todos e quaisquer danos, de natureza material e imaterial, inclusive e sobretudo os DANOS AMBIENTAIS E CULTURAIS, decorrentes do acidente do Voo Gol 1907 à comunidade indígena Kayapó” (MPF, fl. 132, p. 162).

Seguindo a Diretriz n. 2, do Provimento n. 1 da Corregedoria do Ministério Público Federal (CMPF), levando em consideração que o caso chegou a um acordo no fim, este inquérito deveria ser arquivado, uma vez que a demanda foi resolvida extrajudicialmente com a elaboração de um Termo de Acordo. Além disto, caberia o acompanhamento da CCR pertinente; neste caso, a 6ª CCR. Pede-se a instauração de um procedimento para acompanhar o caso, além da juntada do acordo e dos demais documentos que o acompanham, encaminhando-o para o setor pertinente no MPF.

Por fim, o procurador da República pede que os autos sejam enviados à 6ª CCR para homologação, pronunciar-se sobre o arquivamento do inquérito e pleitear junto ao presidente da Funai que ele assine o acordo antes que seja homologado, a fim de trazer mais legitimidade ao acordo. Somente após esta homologação, a companhia Gol estaria compelida a pagar a in-

denização.

O Termo de Acordo 1/2017 foi celebrado entre o povo Mëbêngôkre Kayapó, a companhia Gol Linhas Aéreas S.A., o Ministério Público Federal, o Instituto Raoni e a Fundação Nacional do Índio. Pelos Mëbêngôkre Kayapó, assinaram as lideranças indicadas na planilha elaborada por Patxon Metuktire e anexada no laudo antropológico. A Gol foi representada pelo advogado Maurício Queiroz Andrade. Pelo MPF, assinaram os procuradores Rafael Guimarães Nogueira, Guilherme Fernandes Ferreira Tavares e Wilson Rocha Fernandes Assis. O cacique Raoni e Édson Santini assinaram representando o Instituto Raoni. A Funai participou como interveniente-anuente.

O texto do acordo trata das atribuições do MPF, destaca-se o seu papel na defesa do meio ambiente cultural e na proteção ao ecossistema local e aos povos indígenas atingidos. Há um breve descritivo do que aconteceu. O termo destaca a necessidade de o acordo perdurar ao longo das gerações, determinando que as lideranças que assinaram seriam representantes transgeracionais, englobando as gerações futuras. Há uma preocupação com a administração deste termo no decorrer do tempo. Fala-se expressamente que as lideranças seriam representantes atuais e transgeracionais.

A reparação pelos danos ambientais é dada tanto no aspecto material quanto imaterial. Destaca-se o art. 27 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, assim como a colaboração da Gol para preservar o meio ambiente cultural. Ao mencionar o valor da indenização, diz-se que ela é pelos **danos ambientais e culturais**. A indenização também foi pensada para garantir que as gerações futuras tenham acesso ao meio ambiente natural conforme antes da queda do avião. O Anexo I do Termo de Acordo é o registro filmográfico da reunião do dia 29 de outubro. A FUNAI participa como órgão interveniente-anuente e a 6ª CCR como órgão administrativo homologatório do MPF.

O Termo de Acordo 1/2017 explica, logo no início da parte *RESOLVEM*, o caminho procedimental que levou ao inquérito. Sempre há o destaque para os danos ambientais e culturais. Trata-se de uma indenização compensatória, na qual a Gol teve 60 dias para depositar o valor na conta do Instituto Raoni a partir da data de homologação do acordo. O MPF ficou obrigado a emitir o Termo de Quitação de qualquer obrigação que a Gol pudesse ter em decorrência do acidente. Também é atribuição do MPF fiscalizar a aplicação dos recursos com a Funai. Há menção ao Anexo III, que contém diretrizes e premissas básicas para execução dos recursos, embora esse não conste na fonte processual disponibilizada.

O povo Mëbêngôkre Kayapó se compromete a respeitar e cuidar para que respeitem a área e o entorno da *mekaron nhyrunkwa* — casa dos espíritos. A Cláusula 7.7 fala sobre o idio-

ma do acordo, coloca-se a possibilidade de que também possa ser escrito em Gê, mas diz que deve prevalecer a versão em português para “todos os fins de direito”. Para eventuais dúvidas ou disputas, o juízo competente será da Seção Judiciária de Barra do Garças, estado do Mato Grosso.

O Termo de Acordo 1/2017, segundo o texto, foi assinado em 20 de março de 2017, na Aldeia Metuktire. Patxon Metuktire assina como representante da FUNAI, embora não tenham destacado seu nome nessa posição na qualificação do acordo. Muitos dos caciques não puderam estar presentes por questões de saúde e enviaram autorizações para que representantes assinassem em seus nomes. Ao ser encaminhado para a 6ª CCR, o acordo foi para a relatoria do procurador da República Antônio Carlos Alpino Bigonha, o qual votou pela sua homologação, destacando que o seu descumprimento poderia mobilizar o MPF a intervir. Seu voto foi acompanhado por unanimidade.

ABORDAGENS EMPÍRICAS EM CAMPOS DIFERENTES

O caso ao qual esta pesquisa se dedica tem uma peculiaridade noticiada: uma indenização por danos espirituais. A unanimidade desta categoria nativa (DURKHEIM; MAUSS, 2000) será colocada em debate, conforme os dados de campo demonstram⁶. Independentemente disto, há um elemento extraordinário que se destaca e faz deste um caso relevante. O caso é idiossincrático, porém está relacionado a aspectos do sistema de justiça que não se encerram em sua singularidade. A busca é por uma solução conjunta para um problema que surge na fronteira de duas percepções distintas de mundo.

Marshall Sahlins (1997, p. 190-1) interpreta que um mesmo *acontecimento* pode ganhar significados distintos, o que o desdobraria possivelmente em um ou mais *eventos*.⁷ “O evento é

6 Durante a apresentação dos resultados parciais desta pesquisa no 42º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, a Prof.^a Dr.^a Izabel Saenger Nuñez chamou a atenção para o cuidado em diferenciar as *categorias nativas* das *categorias analíticas*. As primeiras são os termos que o campo apresenta. As segundas são os conceitos que utilizaríamos para compreender as questões suscitadas pelo campo.

7 Em dezembro de 2018, durante a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, no Grupo de Trabalho Antropologia dos Povos e Populações Costeiras: práticas sociais, territórios e conflitos, o Professor Marco Antônio da Silva Mello era o debatedor e afirmou que provavelmente há um erro de tradução no livro *Ilhas da história*, uma vez que os sentidos atribuídos aos conceitos *evento* e *acontecimento* estão invertidos. Em razão de não ter tido acesso ao texto original, utilizamos a versão da fonte da qual dispus.

a interpretação do acontecimento e interpretações variam” (SAHLINS, 1997, p. 191). A queda do avião é um *acontecimento*, objetivo e inegável. As leituras a partir disto são inúmeras, a depender da lente através da qual se observa. A criação de uma *mekaron nhyrunkwa* é um *evento* produzido a partir do acidente, sob a cosmologia do povo Mëbêngôkre Kayapó. A companhia aérea Gol tem responsabilidade com os destroços da aeronave e com as consequências do acidente. O sistema de justiça, ao ser mobilizado, depara-se com um conflito que envolve percepções radicalmente distintas entre diferentes atores sociais e que, de uma forma ou de outra, estão diante de um conflito a ser administrado.

A questão decorrente deste cenário e que orienta este trabalho é a tentativa de compreender a forma como este conflito foi administrado. O principal problema de pesquisa é analisar as possibilidades que o constitucionalismo brasileiro viabiliza para a construção de soluções compartilhadas entre diferentes concepções de justiça. A escolha de se fazer um estudo de caso foi tomada com a intenção de investigar se a conjunção foi alcançada, ou não, neste conjunto de fatos. Não há nenhuma garantia fatalista de que os conflitos administrados pelas instituições do sistema de justiça, implicados em circunstâncias interculturais, criarão soluções capazes de abrigar as diversas leituras que os envolvidos na disputa eventualmente possam ter.

No caso dos povos indígenas, há um artigo no texto constitucional (art. 231) que prescreve a necessidade de se reconhecer sua organização social, seus costumes e tradições. Entre o que a norma determina e o que os atores que compõem o ordenamento jurídico fazem pode haver convergência ou um abismo de distância. O estudo de caso foi adotado por se tratar de uma abordagem qualitativa com densidade profunda, ou pelo menos se esforça para tanto.

Ao analisar este caso, procura-se entender de que forma as instituições do Estado constroem a materialização de direitos constitucionais em diálogo com a sociedade civil. Se é que isto acontece. O pleito dos Mëbêngôkre Kayapó por danos em razão da criação de uma *mekaron nhyrunkwa*, decorrente da queda do avião da Gol, foi o caso escolhido por sua especificidade. Embora seja uma demanda por direitos pouco usual no contexto brasileiro, trata-se de um evento que pode se tornar um padrão comparativo de análise em outros conflitos socioambientais que envolvam povos tradicionais. São demandas por direitos em que, por vezes, não estão sequer no horizonte de expectativa dos atingidos. Na tensão entre as deliberações democráticas, viabilizadas no seio de um conflito administrado fora das cortes, e as possibilidades do constitucionalismo brasileiro, pode-se materializar direitos fundamentais inscritos na história constitucional contemporânea.

A micro-história é concebida no círculo de historiadores italianos de meados do século XX. Carlo Ginzburg é tratado como um dos autores inaugurais, ao publicar o clássico livro *O*

queijo e os vermes (1987). Neste trabalho, o autor se debruça sobre um único processo inquisitorial contra um moleiro do séc. XVI, denominado como *Menocchio*. “Alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo [...], pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico” (GINZBURG, 1987, p. 25). A dedicação a um caso único permite que a atenção seja dedicada em outro patamar, com profundidade.

A leitura lenta (PINHEIRO, 2008) possibilita a percepção de detalhes que, a princípio desimportantes, oferecem explicações para fenômenos sociais que podem ultrapassar o caso. Buscar o extraordinário em um caso pode ser valoroso para as análises. “Anomalia, de um ponto de vista cognitivo, é mais rica do que a norma, porque está necessariamente contida naquela” (GINZBURG, 2019, p. 4). Carlo Ginzburg (1987, p. 79-80) demonstra como ele construiu a história de Menocchio como algo relevante. Um trabalho artesanal de tecer os fios entre os fatos que o levam a construir uma narrativa. É esta dedicação minuciosa que leva à procura incessante por pistas explicativas (GINZBURG, 2019, p. 3-4) e que, conseqüentemente, desdobra-se na construção de um caso.

Essa mudança na escala de análise permite que os eventos ocorridos em um determinado espaço e tempo possam ser verificados com profundidade. A partir disto é que se pode atribuir significados que extrapolem o caso. “Um dos méritos da micro-história é ter colocado, de saída, o problema da variação de escala e dos efeitos cognitivos que podem ser-lhe associados” (REVEL, 2010, p. 438).

A alternância com as escalas possibilita que situações singulares ganhem relevância explicativa em dimensões ampliadas. “[...] o que está em jogo na abordagem micro-histórica é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento” (REVEL, 2010, p. 438). A redução desse campo de análise é o que permite uma verificação minuciosa do caso como um todo, o que se aproxima das orientações metodológicas que inspiram a antropologia. Não se trata de uma observação particular que encerra sua importância no local. Ao comentar o trabalho de Ginzburg em *O queijo e os vermes* (1987), Revel (2010, p. 439) afirma que “o indivíduo Menocchio torna-se então, por assim dizer, um marcador das reorganizações profundas vividas pela sua sociedade. [...] O que a história do moleiro Menocchio ajuda a entender são as dimensões sociais dessa experiência”.

A abordagem micro-histórica “procura entender a maneira como movimentos ou transformações coletivas são possíveis, mas não a partir desses movimentos em si e da capacidade autorrealizadora que se lhes imputa, e sim da parte que cada autor toma neles [...]” (REVEL,

2010, p. 440). No caso da queda do avião da Gol, o destaque na atuação do procurador da República Wilson Assis em coerência com o estabelecido no tempo constituinte aponta indícios da virada paradigmática que o Estado brasileiro inaugura normativamente, ao promulgar a Constituição de 1988. “A questão é, portanto, como definir as margens — por mais estreitas que possam ser — da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam” (LEVI, 1992, p. 135-6).

O procurador é apenas um ator em meio a esse processo de administração de conflito. Observar todo o processo, assim como entrevistar as pessoas que tiveram disponibilidade para tanto, inscreve-se no esforço de captar distintas narrativas. Esboçam-se explicações “[...] sobre a maneira como se articulam entre si no tempo os conjuntos sociais heterogêneos” (REVEL, 2010, p. 444). Configuram-se como perspectivas individuais que ajudam a montar o caleidoscópio de cognições sob o qual se reveste um caso.

Podemos tentar entender a maneira como a fórmula estatal ganhou crédito e foi também parcialmente retrabalhada, reformulada pelo jogo das práticas sociais que ela tinha por ambição enquadrar.

Dessa constatação podemos retirar duas indicações provisórias. A primeira sugere que os atores sociais — os do passado que os historiadores estudam e os do presente — sejam recolocados no coração dos processos sociais e que tentemos compreender a maneira pela qual eles intervêm na produção desses processos. A segunda, ilustrada pelo esboço bastante sucinto que acabei de fazer sobre a construção do Estado moderno, sugere que o meio de compreender esses processos em sua maior complexidade é apreendê-los em diversos níveis (REVEL, 2010, p. 442-3).

Em torno do mesmo acontecimento, as imagens vão sendo projetadas. Os eventos são interpretados a partir de estruturas simbólicas distintas (SAHLINS, 1997, p. 190-1). Nisto reside a importância de uma avaliação holística na qual várias perspectivas são abrangidas. Tratando-se de uma análise processual, esse esforço é feito ao se analisar as diversas vozes, vontades, procedimentos e marcações temporais do processo. “O princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (LEVI, 1992, p. 139). Sem a pretensão de achar uma verdade imutável sobre o que aconteceu em um caso, buscamos percepções que, coletivamente, pudessem esboçar questões acerca de como o constitucionalismo brasileiro orchestra diversas concepções de justiça.

Cada um propõe, para o Estado, uma imagem diferente, e esta não se superpõe às imagens que podem ser constituídas em outros níveis. Nesse sentido, fazer uso de escalas de observação significa levar em consideração formas de descontinuidade presentes no mundo social efetivo. Toda realidade histórica

maior, como é o caso do Estado, assume com certeza sua forma e seu sentido numa pluralidade de mundos sociais (REVEL, 2010, p. 443).

O problema da micro-história está fundamentalmente ligado às análises de escalas dos problemas sociais e em quais dimensões elas se inserem. Levi (1992, p. 136-7) destaca como esta também é uma preocupação da antropologia: a escala como objeto de estudo. Além de ler nas entrelinhas de um documento (LEVI, 1992, p. 160). O papel da narrativa na micro-história não é questão de mera retórica ou preferências estilísticas, mas sim um compromisso comunicativo com o leitor (LEVI, 1992, p. 152-3). Ao submeter esta pesquisa em um seminário durante o encontro da ANPOCS de 2018, as professoras Izabel Saenger Nuñez e Fernanda Bestetti de Vasconcellos destacaram que era fundamental para essa proposta dissertativa descrever as narrativas dos diferentes atores que participaram do processo. As confluências entre as abordagens da história e da antropologia foram se evidenciando à medida em que esta pesquisa foi ganhando forma.

Compreendemos que etnografia não é um método, mas sim uma abordagem que envolve estranhamento, técnica e atenção rigorosa (PEIRANO, 2014). Por reconhecer que este é um debate caro à antropologia, optamos por fazer uso de diferentes instrumentos que os exercícios etnográficos poderiam propiciar para esta pesquisa, sem que isto fizesse dela uma etnografia. Tampouco foi realizada a observação-participante nos termos de uma sociologia entusiasta das abordagens empíricas do trabalho de campo (FOOTE-WHYTE, 1980; BECKER, 2008).

Inspiramo-nos sobretudo nas propostas e práticas desempenhadas por Bárbara Lupetti (2013), uma jurista, advogada, doutora em direito, mas que ao longo de sua formação acadêmica dialoga intensamente com a antropologia, transitando entre estas duas áreas científicas, formulando problemas que interessem aos dois campos. A técnica principal utilizada foi realizar entrevistas semiestruturadas com os principais atores sociais envolvidos no caso⁸.

Reconhecendo seu lugar no mundo do direito, Bárbara Lupetti (2013) compreende que os instrumentos da antropologia são capazes de desmitificar as certezas inabaláveis incentivadas entre juristas. A habilidade de estranhar o familiar é o que possibilita análises profundas acerca do funcionamento do sistema de justiça. “A etnografia permite perceber valores e ideologia diferentes daqueles que informam explicitamente os discursos oficiais do campo” (KANT DE LIMA; BAPTISTA, 2010, p. 6).

Ronaldo Lobão (2014) incentiva a prática de pesquisa empírica no campo do direito

⁸ O único ator social de relevância que não foi entrevistado, a despeito de ter sido convidado, foi o advogado da companhia Gol, Maurício Queiroz. Ele não teve disponibilidade de agenda.

como estratégia que colabore para abertura dos juristas a outros conhecimentos e a estranhar suas próprias práticas. Estas leituras acerca do trabalho de campo antropológico se inscrevem na tradição de pesquisa do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), coordenado pelo Professor Roberto Kant de Lima e pelo Professor Luís Roberto Cardoso de Oliveira.

Familiar para estabelecer diferenças e dele descobrir significados insuspeitados, que aparecem por contraste onde haviam sido confundidos pelo olhar opaco da familiaridade cotidiana [...] o estranhamento do familiar é um processo doloroso e esquizofrênico a que certamente não estão habituadas as pessoas que se movem no terreno das certezas e dos valores absolutos [...] estranhando o natural e familiarizando-nos com o exótico, eis o longo caminho democrático a percorrer (KANT DE LIMA, 2009, p. 13- 35).

No que tange à micro-história, recortar esse objeto de análise e reduzir a escala de observação é o que permite explorar dimensões distintas em um mesmo fenômeno social, compreendendo-as por comparação (REVEL, 2010, p. 438). Esta também é uma estratégia da antropologia jurídica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1992).

Marcadas as suas diferenças, Giovanni Levi (1992, p. 141) diz que “apesar de ter suas raízes no interior do círculo da pesquisa histórica, muitas das características da micro-história demonstram os laços próximos que ligam a história à antropologia”. Este argumento indica a confluência possível para realizar a análise documental e o trabalho de campo com o auxílio destas duas ciências. Curiosamente, ambas as abordagens têm uma exigência metodológica fundamental: sintetizar o objeto.

Há sempre algo a ser dito que não gostaríamos de deixar para trás, pois “ao explicitar o objeto, o método e o marco teórico, por mim escolhidos, silêncio-me sobre aquilo que deixei de escolher [...]” (PINHEIRO, 2008 p. 13). Deixamos essas inquietações para outro tempo, como fios do novelo a serem puxados que inspiram a pesquisa em constante transformação.

REFERÊNCIAS

1. BAPTISTA, B. G. L. **Paradoxos e ambiguidades da imparcialidade judicial: entre “quereres” e “poderes”**. Porto Alegre, RS: Sérgio Antônio Fabris, 2013.

2. BECKER, H. **Os outsiders**: estudos de sociologia do desvio. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
3. BRASIL. Ministério Público Federal. **Inquérito Civil 1.20.004.000070-2016-55**. Brasília, DF: Barra do Garças, 2016. v. 1.
4. CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **Comparação e interpretação na antropologia jurídica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. Anuário Antropológico/89. Disponível em: http://dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1989/anuario89_luisroberto.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.
5. DUMONT, L. La communauté anthropologique et l'ideologie. **L'Homme**, v. 18, n. 3-4, p. 83-110, 1978. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hom_0439-4216_1978_num_18_3_367881. Acesso em: 14 out. 2019.
6. DURKHEIM, É; MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, J. A. (org.). Émile Durkheim: sociologia. 9. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
7. FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: ZALUAR GUIMARÃES, A. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.
8. GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
9. GINZBURG, C. Disciplines, Serendipity, Case Studies. **European Review**, v. 28, n. 1, p. 11-7, Feb. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S106279871900022X>. Acesso em: 03 nov. 2019.
10. KANT DE LIMA, R. **Ensaio de Antropologia e de Direito**: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
11. KANT DE LIMA, R. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**, p. 25-51, 2009-2/2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/885>. Acesso em: 22 out. 2019.
12. KANT DE LIMA, R.; BAPTISTA, B. L. O desafio de realizar pesquisa empírica no direito: uma contribuição antropológica. In: ENCONTRO DA ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política), 7., 2010, Recife. **Anais...** Recife, PE: [s.n.], 4-7 ago. 2010. Mimeo. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/8005>. Acesso em: 07 nov. 2019.
13. KANT DE LIMA, R. Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico. **Anuário Antropológico [Online]**, v. 1, p. 9-37, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6840>.

Acesso em: 05 nov. 2019.

14. LEVI, G. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 133-61.
15. LOBÃO, R. **Cosmologias políticas do neoliberalismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento**. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.
16. LOBÃO, R. Notas em favor de um programa de pesquisa de antropologia no direito em contextos de jusdiversidade. **Democracia y Derechos: Red Universitária sobre Derechos Humanos y Democratización para América Latina**, n. 5, p. 43-68, maio 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12037>. Acesso em: 14 ago. 2019.
17. NADER, L. Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 18-29, 1994. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/26/rbcs26_02.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.
18. PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, n. 42, p. 377-91, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2019.
19. PINHEIRO, D. A. R. **Direito, Estado e religião: a Constituinte de 1987-1988 e a (re) construção da identidade religiosa do sujeito constitucional brasileiro**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.
20. REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 434-44, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/k5MsKMHv6ZQvPsF5vqvdkpB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2019.
21. SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

Lucas Cravo de Oliveira

Mestre em Direito pela Universidade de Brasília. Graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9722-8698>. E-mail: cravo.lucas@gmail.com. Colaboração: pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados, redação.

Douglas Antônio Rocha Pinheiro

Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) e da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0970-0842>. E-mail: darpinheiro@unb.br. Colaboração: pesquisa bibliográfica, análise de dados, redação.

Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão

Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (Mestrado e Doutorado) e da Faculdade de Direito na Universidade Federal Fluminense. Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6532-0262>. E-mail: ronaldolobao@yahoo.com.br. Colaboração: pesquisa bibliográfica, análise de dados, redação.

“Esquadrão da Morte”, “Grupos de Extermínio” e os Movimentos Sociais: Mudanças em uma Categoria da “Violência Urbana”¹

“Death Squad”, “Extermination Groups” and the Social Movements: Changes in a Category of the “Urban Violence”

David Maciel de Mello Neto

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Este trabalho tem por objeto as categorias de “Esquadrão da Morte” e “grupos de extermínio” enquanto pertencentes à representação coletiva de violência urbana no Rio de Janeiro. Questiona-se sobre como uma se transformou na outra e qual foi o papel dos movimentos sociais nesse processo. Na primeira parte, apresenta-se a categoria de “Esquadrão da Morte”. Na segunda, com referência na Teoria da Política Contenciosa, de Charles Tilly e Siney Tarrow, bem como no conceito de grupos estratégicos, de Olivier de Sardan, apresenta-se a agência em rede dos movimentos sociais na redefinição da categoria. Na terceira parte, através da análise de correlação e regressão, testamos se essa política contenciosa foi eficaz em disseminar a mudança. Conclui-se com uma breve síntese, na qual se recorre ao conceito de linhas de clivagem, de Gluckman. A tese é a de que a política contenciosa de movimentos sociais modificou a representação coletiva de “Esquadrão da Morte” em “grupos de extermínio”, denunciando-a frente à sociedade e contribuindo para redefinição da Lei de Crimes Hediondos (1994).

Palavras-chave: Representações coletivas, Conflitos urbanos, Acumulação social da violência.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Recebido em 05 de maio de 2020.
Avaliador A: 14 de maio de 2020.
Avaliador B: 17 de junho de 2020.
Aceito em 03 de setembro de 2020.



ABSTRACT

This work has as object the categories of “Death Squad” and “extermination groups” as belonging to the collective representation of urban violence in Rio de Janeiro. It is questioned about how one became the other and what was the role of social movements in this process. The first part presents the category of “Death Squad” and the second deals with the network agency of social movements in redefining it, with reference to the theory of contentious politics, by Charles Tilly and Sidney Tarrow, and the concept of strategic groups, by Olivier de Sardan. The third part uses analysis of correlation and regression to verify if this contentious politics was effective in spreading the change. It is concluded with a brief synthesis in which it is resorted to Gluckman’s concept of cleavage lines. The thesis is that the contentious politics of social movements changed the collective representation of “Death Squad” into “extermination groups”, denouncing it to the society and contributing to a new redefinition of the Heinous Crimes Law (1994).

Keywords: Colective representations, Urban conflits, Social acumulation of violence.

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do conceito de Machado da Silva (2007) de violência urbana não como conjunto de práticas, mas como a representação coletiva que se têm delas. Em outras palavras, os referenciais estéticos, cognitivos, práticos e morais de pessoas nas suas ações cotidianas. Por ser demais polissêmica, “violência” acaba se tornando operativamente nula como conceito de conhecimento.

Não há “violência”, mas “violências”. Mais profícuo é, então, tratá-la como uma categoria nativa, um indicador do que as pessoas, no cotidiano das cidades, concebem sob a alcunha de “violência urbana”. Ela aponta, portanto, para um modo de interpretar uma experiência compartilhada. No caso fluminense, geralmente são práticas como os roubos, furtos, homicídios, latrocínio, sequestro e tráfico de drogas que ocupam o lugar principal. Todos têm em comum ao menos duas características: 1) a percepção de ameaça à segurança ontológica e patrimonial dos indivíduos; e 2) a negatividade plena que apresentam aos juízos morais. Por conseguinte, nem tudo o que infringe a lei é “violência urbana”.

Misse (1999), partindo dos estudos de Machado da Silva, desenvolve sua tese sobre o que chama de acumulação social da violência: processo dialético entre práticas e representações, o qual opera por rupturas, continuidades e metamorfoses. Um de seus operadores analíticos são os chamados tipos sociais da “violência urbana”. Conceito da sociologia simmeliana

(2015), o tipo social é a representação coletiva de determinadas posições numa estrutura de relações. No caso do Rio de Janeiro, o “malandro”, o “marginal” e o “vagabundo” são tipos sociais que se sucedem e se sobrepõem historicamente. Imagens projetadas pelo ponto de vista da perspectiva normalizadora, eles são os indivíduos que amalgamam em si as características da “violência urbana” na qualidade de representação coletiva: ameaça e negatividade moral. De um para o outro, intensificam-se as doses de agressividade e força física. O “malandro” usava navalha e praticava pequenos golpes. O “marginal”, quadrilheiro, assaltava com uso de armas de fogo de baixo calibre. O “vagabundo” é o traficante atual: fortemente armado e envolvido em disputas territoriais pelo controle da venda de drogas.

O objetivo deste artigo é traçar o desenvolvimento de outro componente desta acumulação social da violência. Ela não é um tipo social propriamente dito, pois aponta mais para um grupo. Essa nova categoria surge como duplo de um desses mesmos tipos da acumulação social da violência. Segundo Misse (1999), é justamente o aparecimento deste novo ingrediente, no final da década de 1950, que marca a inflexão do tipo social do “malandro” em “marginal”: o chamado “Esquadrão da Morte”. Na época, era comumente definido, como “grupo de policiais que eliminam marginais considerados irrecuperáveis”².

Este mesmo “Esquadrão” passou também por uma inflexão, ao longo da década de 1980, quando se transformou em “grupos de extermínio”. E essa mudança, com todas suas alterações simbólicas e efeitos na acumulação social da violência, foi, em grande parte, influenciada por uma política contenciosa do tipo movimento social (TARROW, 2009; TILLY, 2010, 2012), que se desenvolveu a partir da redemocratização.

Para recontar a história desta transformação, resgatamos seus resquícios nos mais diversos documentos. Até atingirmos o ponto de saturação qualitativa (BECKER, 2007), coletamos mais de 500 notícias e nove livros, escritos por jornalistas e atores envolvidos (ALVIM, 1992; BARBOSA, 1971a, 1971b; DIMENSTEIN, 1990; IBASE; MNMMR; NEV-USP, 1991; MARKUN; RODRIGUES, 1981; MONTEIRO, 1978; MOREIRA, 2003; RIBEIRO; JÚNIOR, 1969; RIBEIRO, 1971) complementadas com duas entrevistas em profundidade com jornalistas da época. Por intermédio destas fontes, seguimos a trilha de corpos do “Esquadrão da Morte”, desde sua primeira aparição, em 1958, até sua metamorfose em “grupos de extermínio”, no final da década de 1980 e começo dos anos 1990.

A seguir, na primeira parte, consta uma breve descrição de como a categoria de “Esqua-

² Fuzilado teve os olhos arrancados: mais três mutilados por tiros e pancadas. Última Hora, Rio de Janeiro, 10 out. 1968, p. 6.

drão da Morte” operava no contexto da acumulação social da violência urbana no Rio de Janeiro antes de se transformar em “grupos de extermínio”. Em virtude das limitações de espaço, traçamos apenas as linhas gerais, com o intuito de situar inicialmente o leitor. Mais detalhes sobre os seus diversos referentes e como ela atuava em cada um deles podem ser encontrados em trabalhos anteriores (MELLO NETO, 2017, 2014).

Na segunda parte, buscamos identificar os movimentos sociais que influenciaram na metamorfose do “Esquadrão da Morte” em “grupos de extermínio”. Além de descrevermos seus repertórios de ação coletiva (TILLY, 2006) e atuação em grupos estratégicos (SARDAN, 2005), analisamos também as alterações semânticas que promoveram na categoria. No relato desde processo, vamos nos restringir ao período entre o começo da década de 1980 e o da de 1990, que é quando ocorre a metamorfose — mais notadamente entre 1987 e 1991.

Nosso protagonista será o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que nos ajudará a estruturar a narrativa. O motivo desta escolha não foi porque o grupo tenha sido o primeiro a se levantar contra os crimes de extrema violência que os referentes do “Esquadrão da Morte”/“grupos de extermínio” cometiam, tampouco porque tenha sido uma espécie de líder dos demais. A escolha se deu porque nas fontes consultadas — notadamente em Alvim (1992) e IBASE, MNMMR e NEV-USP (1991) — esse grupo aparecia com maior destaque. O MNMMR, portanto, acabou por se mostrar um ponto de observação privilegiado, através do qual foi possível alcançar um maior vislumbre do todo.

A terceira parte trata dos efeitos da política contenciosa do tipo movimento social que o MNMMR e seu grupo estratégico empreenderam contra o que se passou a denominar de “grupos de extermínio”, notadamente as reações dos poderes Executivo e Legislativo. Por meio do acervo do Jornal do Brasil (JB), digitalizado na Hemeroteca Nacional Brasileira³, contamos o número de edições com ao menos uma ocorrência de “Esquadrão da Morte” e o número de edições com ao menos uma ocorrência de “grupos de extermínio”, desde 1958 até 1999, ano final do acervo. Em seguida, calculamos o coeficiente de correlação de Pearson e realizamos uma regressão linear simples da frequência de ocorrência do “Esquadrão da Morte” pela frequência dos “grupos de extermínio” nas edições do JB. Por intermédio da correlação, mensuramos o sentido e intensidade da associação; e pela regressão, o tamanho do efeito de uma sobre a outra.

O pressuposto é que meios de comunicação em massa, como jornais e revistas, são bons indicadores dos quadros interpretativos em voga durante determinado período. Por lidarem com um vasto público leitor, têm de usar um vocabulário pelo qual se façam facilmente entendidos.

³ Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

Escrevem, portanto, com as categorias do senso comum, de maneira que essas duas variáveis - frequência do termo “Esquadrão da Morte” x frequência do termo “grupos de extermínio” - servem como aproximação para se saber quando e se houve tal metamorfose na categoria.

Na quarta e última parte, realizamos uma breve síntese do que foi exposto a partir do conceito de linhas de clivagens, de Max Gluckman (1987). Nela argumentamos que a demarcação entre “Esquadrão da Morte” e “grupos de extermínio” é apenas uma estruturação latente, que precisa ser ativada por agências como as empreendidas pelos atores analisados neste trabalho. Elas não só são capazes de mudar o quadro interpretativo em torno do fenômeno como também a própria ação e reação que se têm contra ele.

A MORTE E SEU ESQUADRÃO

A estreia do termo “Esquadrão da Morte” da imprensa fluminense —cujo contexto é a violência urbana no estado — ocorreu em 20 de janeiro de 1958, nas páginas do jornal *O Globo*⁴. No entanto, o seu principal agenciador nos seis anos seguintes foi o jornal *Última Hora*. Foi ele quem colocou a categoria em seu primeiro referente: a Turma Volante de Repressão aos Assaltos à Mão-Armada (TVRAMA), criada em 1957 pelo então chefe de polícia da antiga capital do país, General Amaury Kruel, para acabar com a “onda de assaltos” que assolava a cidade⁵. Com o passar do tempo, adquiriu outros referentes: policiais que haviam matado a pancadas um operário no extinto parque proletário da gávea; os agentes de polícia da Delegacia de Vigilância Norte, vulga “Invernada de Olaria”; o detetive Milton Le Cocq e seus asseclas; dentre outros (MELLO NETO, 2014).

Em todos esses referentes, a categoria foi utilizada para problematizar a violência policial. Mas, depois da perseguição e execução de Manoel Moreira, o “Cara de Cavalo”, em 1964, acusado de ter matado o detetive Milton Le Cocq, ela deixou de ser aplicada a novos referentes (*idem*). Permaneceu em hibernação até maio de 1968, quando voltou a ser utilizada, desta vez pelos próprios matadores que, após executarem sua vítima, abandonaram o corpo em um local

4 PONGETTI, Henrique. Júri na madrugada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1958. p. 3.

5 AUTOR de crime de morte e de assalto recente capturado ontem no morro dos macacos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 out. 1957. 1º caderno, p. 12;

KRUEL: “polícia vai enfrentar gangster à bala e acabar com assaltos em 15 dias!”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1957, p. 7.

ermo da Barra da Tijuca. Junto ao cadáver, vinha um cartaz com o desenho de uma caveira com as tíbias cruzadas, as iniciais “E.M.” e a inscrição “Eu era um ladrão de carros”. Pouco tempo depois do assassinato, os assassinos teriam ligado para os jornais, informando os repórteres do ocorrido⁶.

A partir daí, a categoria adquiriu ainda mais referentes. Migrou para outros estados, dividiu-se em facções, ganhou dois relações públicas, que ligavam para informar dos homicídios — o “Rosa Vermelha”, no Rio de Janeiro, e o “Lírio Branco”, em São Paulo —, e até um outro imaginário, inventado por jornalistas na década de 1980, mas que acabou adquirindo vida própria: o “Mão Branca” (ENNE; DINIZ, 2005; MELLO NETO, 2014).

Tamanha inflação semiótica chegou a colocar em xeque a existência do próprio objeto designado. Jornalistas, juristas e autoridades policiais discutiam, na década de 1970, acerca da existência ou não deste tal de “Esquadrão da Morte”. Uns acusavam a polícia. Outros diziam que se tratava, na verdade, de “marginais” matando entre si e jogando a culpa nos policiais. Terceiros negavam sua existência. Tudo não passaria de invenção da imprensa sensacionalista, ávida em vender jornal⁷.

Se o sujeito que a representação denotava era posto em dúvida ontológica, a ação que praticava — a “eliminação de marginais considerados irrecuperáveis” — continuou sempre como algo impassível de ser desconstruído. Com o tempo, ela adotou, inclusive, forma estereotipada. Dada a recorrência do mesmo evento com as mesmas características, fixou-se um conjunto de elementos que o classificava como “crime do Esquadrão da Morte”:

- a) abandono de cadáver em local ermo ou leito de rio, geralmente nu ou apenas de shorts, sem documentos que possibilitassem a identificação, ou então encontrado enterrado em cemitério clandestino, por vezes completamente carbonizado;
- b) mãos manietadas ou com marcas nos punhos;
- c) hematomas, queimaduras e indícios de outros tipos de torturas;
- d) estrangulamento por fio ou corda, geralmente de nylon, frequentemente encontrada junto do corpo, ainda enlaçada ao pescoço;
- e) fuzilamento com armas de diversos calibres;
- f) cartaz com o desenho de uma caveira com tíbias cruzadas, as iniciais E.M. e acusações à vítima — frases do tipo “eu era um ladrão de carros” ou “agora não roubo mais”;

⁶ LADRÃO de automóveis o homem executado na Barra da Tijuca. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 7 maio 1968. p. 10.

⁷ VÍTIMAS são mentirinha: “Esquadrão da Morte nunca existiu”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1970. 2º caderno, p. 2.

g) um “relações-públicas” que ligava para os jornais e avisava sobre os próximos mortos ou onde os encontrar.

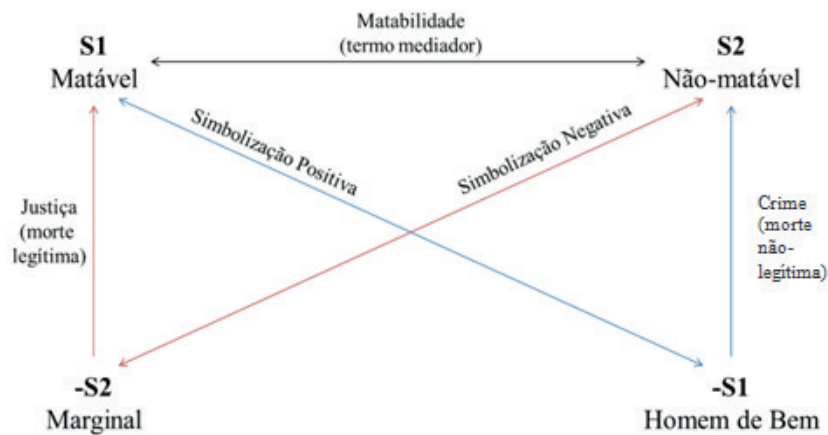
Nem todos esses itens precisavam estar presentes para que houvesse um “crime do Esquadrão da Morte”. Tampouco algum deles era essencial, apesar de alguns, como o cartaz e o “relações-públicas”, serem mais diacríticos, isto é, fazerem mais a diferença. A interpretação era difusa. Ocorria de maneira semelhante ao que Fontanille (2011) chama de rede de traços comuns: tendo por referência um modelo ideal e seus traços, os casos subsequentes são agregados ao redor dele conforme a dispersão das diferenças mais marcantes.

O quadro interpretativo que oscila em torno do “Esquadrão” não termina por aí. Ele não se limitava ao mero juízo de percepção. Com ele também se constituiu um esquema de julgamento moral, que incidia sobre como o morto era classificado. Ele merecia ou não merecia ser assassinado? A operação lógica de tal julgamento pode ser resumida num quadrado semiótico.

Elaboração do linguista lituano Algirdas Julius Greimas (1966), o quadrado semiótico funciona como representação visual da articulação semântica de uma categoria. O que ele faz é captar sua estrutura profunda de significação no interior de um discurso, no qual ela funciona como núcleo. O quadrado compõe-se de dois termos (S1 e S2) e seus respectivos opostos (S1, S2). Todos são interligados entre si, contudo o percurso de leitura segue dois caminhos obrigatórios: S1, -S1, S2, de um lado; e S2, -S2, S1, do outro. Ou seja, não se pode saltar de S1 para S2. Antes, tem de se negar S1 para se afirmar S2 e vice-versa. Um é a consequência ou implicação possível da negação do outro. Os critérios que guiam o investimento de termos em cada uma das quatro posições são o conteúdo do texto, a questão de pesquisa e seus objetivos. A validade do instrumento reside na possibilidade de replicar a mesma aplicação em outros textos do mesmo *corpus* discursivo (CARDOSO e VAINFAS, 1997).

No caso dos eventos noticiados como “crime do Esquadrão da Morte”, temos o seguinte:

Figura 1. Quadrado semiótico de um “crime do Esquadrão da Morte”.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Conforme a figura anterior, estamos diante de um corpo com as características elencadas. Para o assassinato ser julgado como justo, a vítima tem de ter sua não-matabilidade (s2) negada mediante uma simbolização moralmente negativa em “marginal” (s2), o que implica sua matabilidade. A ação é julgada como assassinato legítimo. Justiça foi feita. “Tinha mais é que morrer mesmo”, como se costuma dizer ainda hoje. Ela estabelece, assim, reciprocidade de sentido, ainda que difusa na população, com a prática de “eliminar marginais considerados irreuperáveis”. Seguindo o percurso oposto, para que a morte seja julgada como injusta, a vítima tem de ter sua matabilidade (s1) negada mediante simbolização positiva em “homem de bem” (-s1), o que implica sua não-matabilidade. A ação é julgada como crime, morte não-legítima.

Ambos os referenciais da operação, o “marginal” e o “homem de bem”, são tipos sociais. O primeiro já fora elaborado por Misse (1999). O segundo aparece também em Machado da Silva (2007) e Zaluar (1994) como instrumento de limpeza simbólica que os moradores de favela usavam — e ainda usam — para se distinguir dos traficantes que ocupam o mesmo território. O quadro a seguir resume as características de cada um:

Quadro 1. “Marginal” x “Homem de Bem”.

Marginal	Homem de bem
Dado ao jogo e outros vícios	Sem vícios
Trapaceiro	Honesto
Indolente	Trabalhador

Covarde. Resolve conflitos mediante violência.	Pacífico. Resolve conflitos pelo diálogo.
Indivíduo egoísta. Vive sozinho.	Pai altruísta de família.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Um “crime do Esquadrão da Morte”, portanto, era fenômeno dialógico entre uma prática (determinado modo de matar e se livrar do corpo), representações coletivas (o “Esquadrão da Morte” de um lado, o tipo social do “marginal” de outro) e um quadro interpretativo convencional (os quadrados semióticos anteriores). Ele pode ser encarado como uma prática ritual — aqui entendido como a afirmação de significados públicos — de constituição de pessoas matáveis num contexto em que as normas interditam o assassinato enquanto crime de homicídio.

MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONTESTAÇÃO DO “EXTERMÍNIO” COMO POLÍTICA CONTENCIOSA

Para analisar como os movimentos sociais operaram a transformação do “Esquadrão da Morte” em “grupos de extermínio”, usaremos a Teoria da Política Contenciosa (TPC), da sociologia do conflito de Charles Tilly (2006, 2010, 2012) e Sidney Tarrow (2009). Para esses autores, movimentos sociais não são grupos, mas uma forma de ação coletiva de confronto; um tipo de política contenciosa. “Política” porque os governos figuram, de uma forma ou de outra, no processo, seja como demandado, aliado, alvo da contestação ou mero monitor do conflito. “Contenciosa” porque envolve a elaboração de interesses coletivos que se chocam com os de outrem ou contrariam um estado de coisas tido como inaceitável.

O diacrítico do movimento social é que ele é uma ação coletiva de confronto mobilizada por pessoas sem acesso regular às instituições, aos recursos políticos de poder de decisão ou aos recursos econômicos do capital. Para se formar, essa ação coletiva tem como condição básica a existência de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) favoráveis. Segundo Tilly (2010), essa estrutura favorável é o regime democrático. Apesar de ele inibir as políticas contenciosas violentas, estimula os movimentos sociais porque, ao proteger as liberdades civis de expressão, reunião e associação, cria a possibilidade de as demandas populares se canalizarem por meio de uma ação coletiva de confronto pacífica, contudo mais ofensiva e sustentável por mais tempo.

Desde o começo da década de 1970, ainda no período mais autoritário da Ditadura Militar (1964-1985), existiam ações de contestação aos grupos de extermínio. Em 1970, por exemplo, a secretaria de segurança do então estado da Guanabara criou a primeira comissão especial de combate ao “Esquadrão da Morte”⁸. Há notícia de uma outra, de 1971,⁹ mas nenhuma das duas, segundo Markun e Rodrigues (1981), parece ter tido grandes resultados.

Na mesma década, a Igreja Católica, um ator importante posteriormente, começou a atuar por intermédio das Pastorais Populares e Comunidades Eclesiais de Base, em contraposição ao Regime Militar e aos “grupos de extermínio”, notadamente na Baixada Fluminense (ALVES, 2002). Aqui cabe destacar a atuação de Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, que já em 1975 denunciava a atuação de matadores na região¹⁰. Em 1976, foi sequestrado, encapuzado, acusado de traidor e comunista, espancado, despido, pichado com spray vermelho e deixado com as mãos e pés atados em uma rua de Nova Iguaçu. Três anos depois, um atentado à bomba destruiu o altar e o sacrário da igreja do Santíssimo Sacramento, em Nova Iguaçu. Pelas ruas foram encontrados panfletos de uma suposta Vanguarda de Caça aos Comunistas, que acusava o bispo e o ameaçava de morte¹¹.

Tais agências de contestação, no entanto, não conseguiram se desenvolver plenamente, ao menos durante os anos 1970. Mesmo assim, é preciso reconhecer que seu legado e memória acabou por ajudar na construção das bases da confrontação que se desenvolverá, com mais vigor, no período democrático. A ausência de liberdade de expressão e associação presentes na Ditadura, em seus anos mais duros, criavam uma EOP que inibia a perseverança de uma política contenciosa de longa duração — caso das comissões especiais de 1970-71 — ou, frente aos atores que conseguiam se sustentar, constrangia-os mediante atos que visavam a inculcar o medo, tanto neles como em possíveis apoiadores — caso das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base.

Dado esse pressuposto, o fim da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) foi o requisito primordial para que pudessem vicejar agências coletivas de contestação aos “crimes do Esquadrão da Morte” sob a forma de movimento social. Nesse processo, os eventos que (re)configuraram essa EOP foram três: a revogação dos Atos Institucionais em 1978; as eleições municipais

8 JOÃO, José e Heraldo: os homens que lutam contra muitos crimes. *Correio da Manhã*, 15 maio 1970. 1º caderno, p. 6.

9 ESQUADRÃO: 10 mortes, 8 processos e 16 acusados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 1971. Geral, p. 8.

10 BISPO: “polícia não apura até o fim homicídios”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 ago. 1975. Rio, p. 11.

11 BOMBA explode no altar da igreja de Nova Iguaçu e bispo sofre ameaças. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1979. Rio, p. 15.

e estaduais de 1982; e a Assembleia Constituinte de 1987-88.

Com o fim das restrições do AI-5 à liberdade de associação e manifestação política, agentes sociais readquiriram o direito de organizar, elaborar suas reivindicações, botá-las na rua e levá-las ao governo. Já a eleição direta de prefeitos e governadores é um primeiro passo para retomar a fundamentação popular da soberania. O poder instituído, assim, torna-se mais poroso às demandas da população. Por fim, o processo da constituinte de 1987-88 criou canais diretos às reivindicações da sociedade civil, por meio do mecanismo das emendas populares. Nessa conjuntura específica, proliferaram ações coletivas de movimentos sociais, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político (BRANDÃO, 2011).

Os efeitos da mudança da EOP propiciada pela redemocratização já começaram a aparecer no primeiro governo de Leonel de Moura Brizola (1983-1987). Em 1983, depois que o bispo Dom Adriano Hipólito e o inspetor Ayres Nascimento conseguiram gravar o depoimento de uma ex-amante de um membro de “grupo de extermínio”, que decide contar tudo o que sabia sobre a vida de crimes do ex-companheiro, o então governador do estado do Rio de Janeiro cria nova comissão especial de combate ao “Esquadrão da Morte/grupos de extermínio”¹². Ao contrário das duas últimas, esta perdura, ao menos, até 1991. Com uma breve interrupção em 1986, no final do governo Brizola, é imediatamente recriada em 1987, no primeiro ano do governo Moreira Franco (1987-1991). Em 1985, apenas dois anos depois de sua (re)criação, já teria gerado mais de 17 condenações e indiciado 212 suspeitos¹³. Até o seu fim, esta comissão será uma importante aliada na política contenciosa dos movimentos sociais que descreveremos a seguir.

É nesse contexto que emerge o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), um dos principais atores da transformação do “Esquadrão da Morte” em “grupos de extermínio”, que será nosso protagonista daqui para frente. Durante a década de 1980, o problema dos meninos e meninas de rua nas cidades do país começa a ganhar visibilidade internacional. Surgem, por todo o Brasil, pedagogos engajados em iniciativas de atendimento a essas crianças nas próprias vias públicas. São os chamados Educadores de Rua. Partidários dos métodos da Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, eles viam os jovens com quem trabalhavam como sujeitos autônomos, detentores de direitos e criticamente competentes para refletir sobre suas próprias condições de vida. O “empoderamento” e “emancipação” das crianças de rua norteava suas práticas. Tais eram os princípios constituintes do esquema interpretativo que

12 DESMANTELAMENTO começa com depoimento de coragem. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1985. Grande Rio, p. 23.

13 COMPLETA 2 anos a luta contra chacinas na Baixada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1985. Grande Rio, p. 23.

viria a fazer parte do Movimento (SOUZA, 2013).

O MNMRR surge da articulação em nível nacional desses grupos de pedagogos. Começa a se formar em 1982, constitui-se em entidade civil sem fins lucrativos em 1985. Em 1988, já tinha cinco sedes regionais em grandes capitais do país: Distrito Federal, Rio de Janeiro, Recife, Belém e Florianópolis. Sem vínculos formais com o Estado, tinha sua independência financeira assegurada mediante subsídios de três organizações internacionais: UNICEF, *Child Hope Foundation* e *Defense for Children International* (CDI). Não exigia nenhum tipo de filiação aos seus membros. A participação popular era livre (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1988). Por um lado, o financiamento garantido e a ausência da necessidade de filiação diminuía os custos para os participantes. Por outro, não garantiam o comprometimento. Para isso, uma identidade coletiva tinha de ser formada.

De acordo com Tilly (2012), um dos processos de formação de identidades coletivas numa política contenciosa do tipo movimento social ocorre por definição de fronteiras com outros grupos. No caso do MNMRR, esse “outro inimigo” não foi o “Esquadrão da Morte”, tampouco um agente coletivo facilmente identificável. A alteridade que o Movimento se contrapunha para construir sua identidade, primeiramente, foi um discurso: o do Bem-Estar do Menor.

Consequência direta de seu olhar sobre a infância, as reivindicações de programa do MNMRR almejavam, de maneira geral, superar as políticas e leis então correntes sobre a juventude. Para os ativistas, desde o Código de Menores de 1927, imperava nos meios jurídicos a chamada “doutrina menorista”. Limitava-se às crianças e adolescentes em situação de rua, delinquentes ou sem nenhum familiar, ou seja, àqueles quem as autoridades reconhecessem como numa situação de “infância em perigo” ou “infância perigosa”. Quem quer que caísse nessas categorias tornava-se alvo da ação do Estado.

Os jovens, portanto, não eram sujeitos, mas objetos do Direito. Ficavam enquadrados como mentalmente incapazes, sujeitos passivos e incompetentes para realizar suas próprias escolhas. O poder de decisão sobre seu futuro concentrava-se todo nos policiais e juízes. As políticas públicas, por sua vez, focavam-se em medidas de internação correccional-repressiva (SARAIVA, 2005; SOUZA, 2013).

Uma primeira linha de demarcação, portanto, corre entre a concepção que se tem da infância. De um lado, há a doutrina da situação irregular e do Bem-Estar do Menor, segundo o qual a criança e o adolescente são sujeitos passivos. Do outro, há o MNMRR e sua posição de que elas são sujeitos ativos, autônomos e críticos. Tal posicionamento é um dos mecanismos de solidariedade que dão ao Movimento sua identidade social e coesão.

Mas e a violência representada nas categorias de “Esquadrão da Morte” e “crimes do

Esquadrão da Morte”? O que o MNMMR tinha a dizer sobre ela?

Bem, esta violência não figurava entre as preocupações iniciais do Movimento. A violência que o preocupava referia-se mais à arbitrariedade institucional, à agressividade dos agentes de internatos estatais e dos policiais com os menores de rua. Os “crimes do Esquadrão da Morte” passam a figurar na agenda do MNMMR numa conjuntura bastante específica, segundo Alvim (1992). E quando o faz, adota uma configuração bem diferente da anterior.

Em 1987, o MNMMR, junto ao Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) e a Pastoral do Menor de Duque de Caxias, órgão da Igreja Católica, constatam que muitos dos jovens assistidos por esta última entidade desapareciam e não mais voltavam. Então eles realizam uma investigação própria e concluem que 18 dos 60 jovens ajudados pela Pastoral haviam sido assassinados. Levam o fato ao conhecimento do Secretário de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Hélio Saboya, que encaminha as denúncias para a comissão especial de combate ao “Esquadrão da Morte/grupos de extermínio”. Os resultados da investigação posterior acabaram indicando que, de 1986 até 1988, 144 menores de 18 anos foram assassinados no Rio de Janeiro, 71% deles por armas de fogo. Os corpos, geralmente abandonados em local deserto, com marcas de tortura e fuzilados, portavam os signos dos “crimes do Esquadrão da Morte”.

A partir de então, o MNMMR e outros atores coletivos passam a usar a categoria de “grupos de extermínio” e “extermínio” para se referirem ao fenômeno. Segundo eles, crianças e adolescentes não figuravam entre as principais vítimas no período anterior a 1987. Nesse período, diz o líder do MNMMR, Volmer Nascimento, em entrevista à Alvim (1992), falava-se mais em “Esquadrão da Morte”.

De “Esquadrão da Morte” e “crimes do Esquadrão da Morte” para “grupos de extermínio” e “extermínio” há, pelo menos, três alterações semânticas, presentes no discurso do Movimento, analisado por Alvim (1992). Primeiro, no que tange ao sujeito, “grupos de extermínio” apenas ratifica a tendência de pluralização de referentes do “Esquadrão da Morte”, já bastante avançada na década de 1980, além sancionar outro aspecto já antes percebido: o pertencimento dos membros do “Esquadrão da Morte” não se restringia mais às polícias militar e civil, uma vez que bombeiros e mesmo civis passaram a fazerem parte do grupo. Geralmente, eles eram pagos por comerciantes para fornecerem segurança local. Segundo, quanto à ação, “extermínio” introduz uma impressão de sistematicidade, seleção e planejamento antes ausente. Em terceiro, sobre o objeto, o “marginal” rejuvenesce para sua versão mirim: meninos de rua, vistos da perspectiva normalizadora como “pivetes”, “trombadinhas” e “pixotes”. Nos jornais e outras

mídias, passa a se falar em “extermínio de menores”¹⁴. O MNMMR e outros agentes, portanto, usam da categoria para romper com o quadro interpretativo passado, introduzindo um recorte etário na seleção das vítimas que antes não se fazia presente.

Mas a mudança não se restringe a uma mera mudança de nome, alteração inofensiva de palavras. Com a categoria mudam também as disposições morais em torno da experiência que ela representa, a forma como ela é julgada, se tolerada ou denunciada. Pois “extermínio” e “grupo de extermínio” não são meras categorias cognitivas que têm melhor homologia com o real. Não cabe aqui discutir se havia ou não o intento direcionado do “Esquadrão-da-morte-que-agora-virou-grupo-de-extermínio” em matar somente menores de 18 anos, ou se essa era uma tendência que então começava a se mostrar. O que interessa é que a mudança na categoria, por meio dos “grupos de extermínio” e “extermínio de crianças e adolescentes”, se consolida acoplada às ações coletivas de confronto, à política contenciosa do tipo movimento social. São, portanto, categorias de denúncia política.

Na oposição ao “extermínio de menores”, o MNMMR se organiza em rede com outros agentes, coletivos ou não. Os antagonistas são os chamados “grupos de extermínio”. Contudo, suas reivindicações não se dirigem a eles. O MNMMR e seus aliados têm por alvo o governo em todos os seus níveis e poderes: municipal, estadual e federal; Executivo, Legislativo e Judiciário, aos quais demanda soluções para que se acabe com o problema: políticas públicas de proteção à infância, nova legislação, investigação e prisão dos culpados. O público é a população, porém o objeto da demanda é um grupo específico: crianças e adolescentes em situação de marginalidade. Meninos e meninas de rua, em especial.

O repertório de ações coletivas (TILLY, 2006) do MNMMR contra os “grupos de extermínio” compõe-se de seis tipos principais, todos pacíficos: reunião, associação, campanhas, demonstrações, conhecimento crítico e denúncias. A política contenciosa de movimento social contra os “grupos de extermínio” ocorre na sinergia entre todas as seis. Elas se influenciam reciprocamente e muitas ocorrem simultaneamente.

1) Reuniões. Nacionais ou regionais, os encontros do MNMMR ajudavam a reforçar a solidariedade do grupo. De acordo com este, um dos principais temas de discussão era sua identidade coletiva em nível nacional (MNMMR, 1988). Tais reuniões constituíam afirmações de VUNC — Valor, Unidade, Número e Comprometimento (TILLY, 2010, 2012).

Nos Encontros Nacionais de Meninos e Meninas de Rua, por exemplo, realizados em

¹⁴ Extermínio de menores: DPF vai apurar denúncias de promotora. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1991, p. 18.

Brasília, os educadores e organizadores do MNMMR não eram os únicos a participar. Uma consequência de seu próprio programa de empoderamento e emancipação da infância, o Movimento dava voz às próprias crianças, que se comportavam como participantes ativos das reuniões. O seu II Encontro Nacional, realizado em setembro de 1989, contou com a presença de mais de 750 meninos e meninas de rua e demonstrou na presença de representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Ministério da Justiça, os valores que o MNMMR defendia.

Já nas Assembleias Nacionais, realizadas de dois em dois anos, discutiam-se metas, formas de atuação e questões prioritárias a serem tratadas. Na de 1988, o “extermínio de crianças e adolescentes” é eleito como principal problema a ser combatido. Em 1990, é reafirmado como principal alvo das ações. O planejamento das Assembleias ajudava a moldar a ação coletiva na forma de movimento social: um projeto de contestação sustentado em longo prazo, que não se resumia a manifestações episódicas e meramente reativas de descontentamento.

2) Associação. Instauração de laços com outros agentes coletivos, sejam eles nacionais ou internacionais; civis, da Igreja ou do Estado. A associação amalgama mais aliados para a causa e solidifica as ligações já existentes. Associações episódicas entre atores, para o desempenho de um acontecimento de ação coletiva em específico, acabam institucionalizadas em duas organizações permanentes. A primeira delas foi o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), criado em março de 1988, formaliza a aliança entre o MNMMR, Pastoral do Menor, Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP), Associação de Ex-Alunos da FUNABEM (ASSEAF) e Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (FNDC). A segunda, o Comitê Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente, criado em maio de 1989 por atores que, no ano anterior, elaboraram um dossiê sobre assassinatos de crianças e adolescentes na Baixada Fluminense e Duque de Caxias

Segundo Tarrow (2009), uma ação coletiva de confronto do tipo movimento social necessita de redes para se formar e fortalecer. Logo, aumentá-las e densificá-las é condição essencial para sustentar o confronto e alcançar os objetivos. As associações concedem VUNC (TILLY, 2010, 2012) pelo número de aliados trazidos para a peleja e conforme o tipo de aliados. Por exemplo, a Igreja. Num país largamente católico como o Brasil, a presença de padres e bispos como dom Adriano Hipólito, por meio das Pastorais do Menor de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, ajuda a conferir legitimidade à política contenciosa perante a população.

3) Campanhas. Programa de ações coletivas planejado com outros atores associados. Compreende protestos em via pública, shows-denúncia, anúncios em jornais, participação em programas de televisão, elaboração de filmes, organização de exposições, publicação de revistas etc. O objetivo é apresentar e disseminar as reivindicações para a população, bem como

pressionar o governo para que ele atenda as demandas.

Como na publicidade, é feita com base em *slogans*, que expressam uma ideia geral. É largamente alicerçada nos laços criados na ação coletiva de associação. Como exemplo, podemos citar a campanha “Não Matem Nossas Crianças”, desenvolvida pelo MNMMR com outras 34 entidades em 1989, a qual desencadeia respostas por parte de atores estatais (ALVIM, 1992; IBASE; MNMMR; NEV-USP, 1991).

4) Demonstrações. Afirmções de VUNC em vias públicas. Podem assumir a forma de passeatas, vigílias ou performances simbólicas. No Tribunal do Menor, organizado pelo MNMRR em Teresina (PI), Goiânia (GO) e Rio de Janeiro (RJ), por exemplo, julgavam-se simbolicamente os crimes cometidos contra a infância e adolescência. Já em maio de 1988, a Pastoral do Menor e o MNMMR realizam vigília de 33 horas na Praça do Pacificador (Duque de Caxias/RJ), na qual moravam ou frequentavam mais de 150 meninos e meninas de rua. Pedem o fim das chacinas de crianças na Baixada Fluminense. Colhem assinaturas a serem enviadas para a Polícia Civil do Rio de Janeiro e ao Governo Federal. Em Recife, Pernambuco, o Movimento organiza passeata de 300 menores. Aos gritos de “um, dois, três, agora é a nossa vez”, marcham até a Câmara Municipal, onde entregam proposta de emenda à Constituição Estadual, na qual pedem 1,5% do PIB do estado para programas de auxílio às crianças de rua. A proposta tem mais de 2.500 assinaturas. Apresentam também uma carta-denúncia em que consta o assassinato de 530 menores de rua, entre 1986 e 1989. Metade seria atribuída ao “Esquadrão da Morte”.

A demonstração mais relevante tem lugar em 12 de outubro de 1989, dia das crianças. Nesta data, o MNMMR e outras entidades realizam passeata na av. Rio Branco, no Rio de Janeiro, na qual comparecem mais de 2000 crianças de rua. Com bandeiras, cartazes e uma enorme faixa escrito “Paz”, pedem a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescência na Câmara Federal e o fim do “extermínio de crianças e adolescentes”. Segundo *O Globo*¹⁵ e *Jornal do Brasil*¹⁶, o ato emocionou os transeuntes.

Nas demonstrações, os atores do movimento social afirmam sua identidade na esfera pública e reforçam a identidade coletiva (TARROW, 2009). A principal influência deste tipo de ação está em ampliar o círculo da política contenciosa. As demonstrações públicas disseminam as reivindicações ao atrapalhar o tráfego em vias públicas, demonstrar ostensivamente o grande número de participantes ou mesmo emocionar os transeuntes e atrair a atenção dos jornais e outros grandes meios de comunicação. As reivindicações se tornam um tema premente na agenda

¹⁵ Crianças tomam as ruas para exigir seus direitos. *O Globo*, Rio de Janeiro 12 de outubro de 1989. Rio, pg. 20.

¹⁶ Passeata de Menores de Rua emociona a Rio Branco. *Jornal do Brasil*, 12 de outubro de 1989, Cidade Cidade, p. 3.

de discussões, algo que não pode mais ser ignorado seja no Legislativo, nas políticas públicas do Executivo ou nas conversas em cafés e biroscas.

5) Conhecimento Crítico. Produção de dados e análises sobre o “extermínio de crianças e adolescentes”. São feitos com outros atores coletivos do tipo movimento social (acepção do senso comum), instituições de pesquisas (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas — IBASE, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância e Juventude — NEPI/UFRJ, Núcleo de Estudos da Violência — NEV/USP) ou mesmo com agentes estatais. Por exemplo, a comissão de combate aos “grupos de extermínio” da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Os dados e análises são apresentados na forma de dossiês, livros ou revistas, nos quais os autores contabilizam homicídios de crianças e adolescentes, ensaiam explicações, pensam em soluções, acusam os assassinos e aqueles que os financiam; sustentam as reivindicações e elaboram um conhecimento voltado para descrever um estado de coisas, criticá-lo e dizer o que deve ser feito. Essa produção de conhecimento crítico é voltada para a prática da política contenciosa de movimento social pois recorta o fluxo da experiência mediante uma forma específica e “cria” um fenômeno. Desta maneira, ajuda a transformar o que antes se chamava de “crimes do Esquadrão da Morte” em “extermínio de crianças e adolescentes” e serve como prova que fundamenta a principal ação coletiva do MNMRR no combate aos “grupos de extermínio”: a denúncia.

6) Denúncia. Consiste em apresentar às autoridades do governo, à população ou mesmo no exterior a informação e conhecimento gerados na produção de conhecimento crítico. As denúncias mostram, desta maneira, a contradição entre normas sociais, segundo as quais o assassinato é interdito como crime de homicídio, e a experiência cotidiana, em que essas normas são constantemente infringidas sem que os responsáveis sejam identificados e punidos. Elas exercem, assim, o que pode ser chamado de agências de problematização social: colocar em contradição as condições da vida no dia a dia com os valores e leis que, supostamente, deveriam regulá-la.

Dentre as principais denúncias, cabe citar uma realizada pela Anistia Internacional. Para divulgar o livro “Vidas em Risco”, produzido pelo MNMMR em parceria com o IBASE e o NEV/USP (1991), a ONG o anuncia em diversos jornais ingleses com a seguinte manchete: “*Brazil has solved the problem of how to keep his children off the street: killing them*” (“O Brasil resolveu o problema de como tirar suas crianças da rua: matando-as”). A ação gera uma crise com o governo brasileiro, amplamente noticiada, na qual a Anistia acaba por se retratar, mas sem deixar de afirmar a existência do “extermínio de crianças e adolescentes” no país.

Para descrever melhor a organização dos agentes coletivos de oposição aos grupos de

extermínio, podemos recorrer ao conceito de grupos estratégicos, de Jean-Pierre de Sardan (2005), que leva mais em conta a similitude de interesses entre grupos e categorias sociais verificadas no campo. É um conceito inferido das formas de ação coletiva adotadas, de função heurística, pois não depende da existência de grupos formalmente constituídos e com consciência em si ou para si. É uma ferramenta usada para verificar a convergência ou divergência dos agentes em torno de determinadas linhas de clivagem social; se há ou não situações de cooperação que perpassam as esferas sociais; se os agentes agem consensualmente, em conjunto, ou se o efeito de suas ações é produto de uma atuação fragmentária.

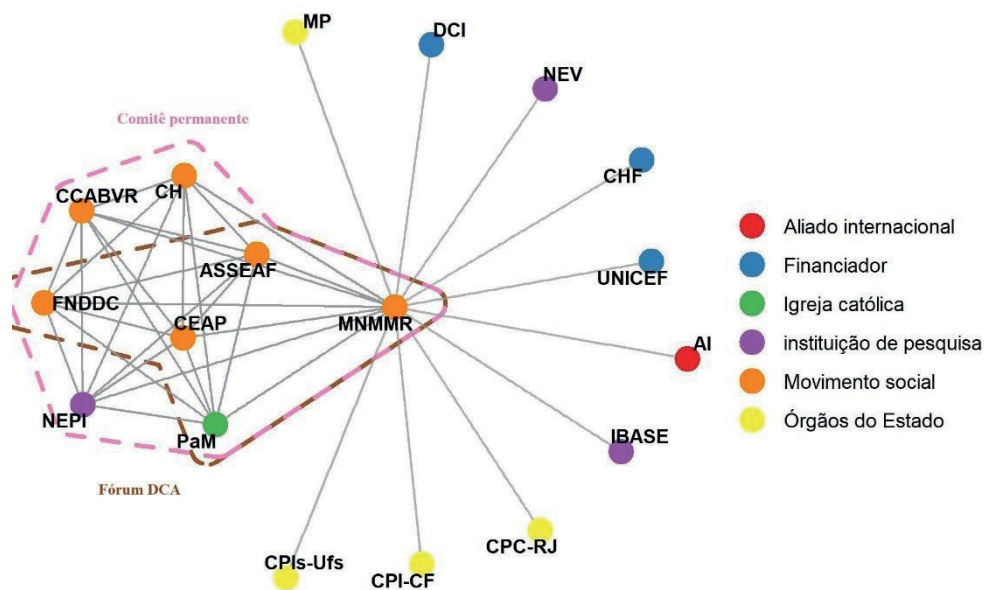
A seguir, na Figura 2, segue uma representação gráfica do grupo estratégico mobilizado pelo MNMMR. Na imagem, pode-se notar duas regiões onde as ligações são mais densas. Correspondem, respectivamente, ao Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA, em marrom) e ao Comitê Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (em rosa), duas associações institucionalizadas entre atores coletivos.

Presentes em ambas, há quatro entidades que, podemos dizer, constituem o núcleo da política contenciosa: o MNMMR, o CEAP, a ASSEAF e a Pastoral do Menor (PaM). Presentes apenas no Comitê, temos Centro de Cultura Afro-Brasileira de Volta Redonda (CCABVR), a Comissão Herzer (CH) e o NEPI. Este último, somado ao NEV e IBASE, todas instituições de pesquisa, são os principais auxiliares na produção de conhecimento crítico.

A Anistia Internacional (AI) é o aliado no exterior, capaz de expandir o círculo da política para o restante do mundo, a qual exerce a ação de denúncia. UNICEF, *Child Hope Foundation* (CHF) e *Defense For Children International* (DCI) também são parceiros internacionais, contudo cumprem mais a função de financiadores. São eles que fornecem os recursos básicos para a manutenção da política contenciosa.

As Comissões Parlamentares de Inquérito, tanto no nível federal (CPI-CF) quanto no estadual (CPIs-UFs), são desencadeadas pela política contenciosa. Muitas delas contam com a participação de membros dos movimentos como depoentes. Em relação à Comissão Especial da Polícia Civil do Rio de Janeiro (CPC-RJ), o movimento social fornece informações sobre os assassinatos e criminosos e consegue nela um espaço de representação após o lançamento da campanha “Não Matem Nossas Crianças”. A aliança direta com o Ministério Público (MP) se dá na figura da promotora Tânia Maria Salles Moreira, da comarca de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, que atuava com o MNMMR nas ações de denúncia.

Figura 2. Grupo estratégico do MNMMR.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Alvim (1992) e IBASE, MNMMR e NEV-USP (1991).

EFEITOS DA POLÍTICA CONTENCIOSA DO MNMMR CONTRA O “EXTERMÍNIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES”

A ação coletiva de confronto do tipo movimento social, empreendida pelo MNMMR, aliado a outros atores, não é inócua, pois provoca respostas positivas do governo. Dele o MNMMR desencadeia três tipos de reações: legislação, investigação e elaboração de políticas públicas. A primeira corresponde, basicamente, à aprovação unânime do Estatuto da Criança e do Adolescente, em que a criança, independentemente de estar ou não em “situação irregular”, é vista não como objeto, mas sujeito de direito. A nova lei troca a predominância de medidas de internação correcional-repressiva por medidas socioeducativas pedagógicas (SARAIVA, 2005). Deveras, esta conquista está mais associada à primeira reivindicação do MNMMR: o fim da política de Bem-Estar do menor. No entanto, ela é inseparável da demanda pelo fim do “extermínio de crianças e adolescentes”, na medida em que as duas consistem na afirmação de seu quadro de interpretação sobre a infância.

Por “investigação”, refiro-me não apenas àquelas realizadas pela Polícia Civil, principalmente em sua comissão especial. Aqui também entram as Comissões Parlamentares de

Inquérito sobre o “extermínio de crianças e adolescentes”. Dentre as mais relevantes, podemos citar a CPI da Câmara Federal, requisitada em 1990 e instalada em 1991; a CPI da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, também de 1991; a CPI da Câmara dos Vereadores de São Paulo e da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, ambas do mesmo ano.

Como resultado, os membros de “grupos de extermínio” são identificados, indiciados, denunciados, pronunciados e vão ao Tribunal de Júri. Percorrem, assim todas as fases do sistema penal para casos de homicídio. De acordo com a promotora Tânia Maria Salles Moreira (2003), aliada do MNMMR, mais de 34 membros já haviam sido condenados em Duque de Caxias, comarca onde atuava, entre 1990 e 1996, enquanto outros 14 estavam com prisão decretada, mas evadidos.

Ou seja: a política contenciosa de movimento social aqui descrita deu-se com a transformação da representação coletiva de “Esquadrão da Morte/crimes do Esquadrão da Morte” em “grupos de extermínio/extermínio de crianças e adolescentes”. Seria mesmo verdade que estas novas categorias, produzidas no desenrolar dessas ações coletivas de confronto, realmente se disseminaram? Elas não teriam permanecido restritas ao vocabulário dos ativistas, enquanto que, para o restante da população, as anteriores continuariam a imperar? A denominação de “grupo de extermínio” foi realmente adotada?

Para responder a essas questões, podemos verificar quando e se as ocorrências de “Grupos de Extermínio” superam as de “Esquadrão da Morte” nos jornais. Por meio de uma consulta ao acervo da Hemeroteca Digital Brasileira¹⁷, pudemos recuperar o número de edições com ao menos uma ocorrência dos termos “Esquadrão da Morte” e “Grupos de Extermínio” nas páginas do Jornal do Brasil, um dos principais periódicos da imprensa carioca no século XX.

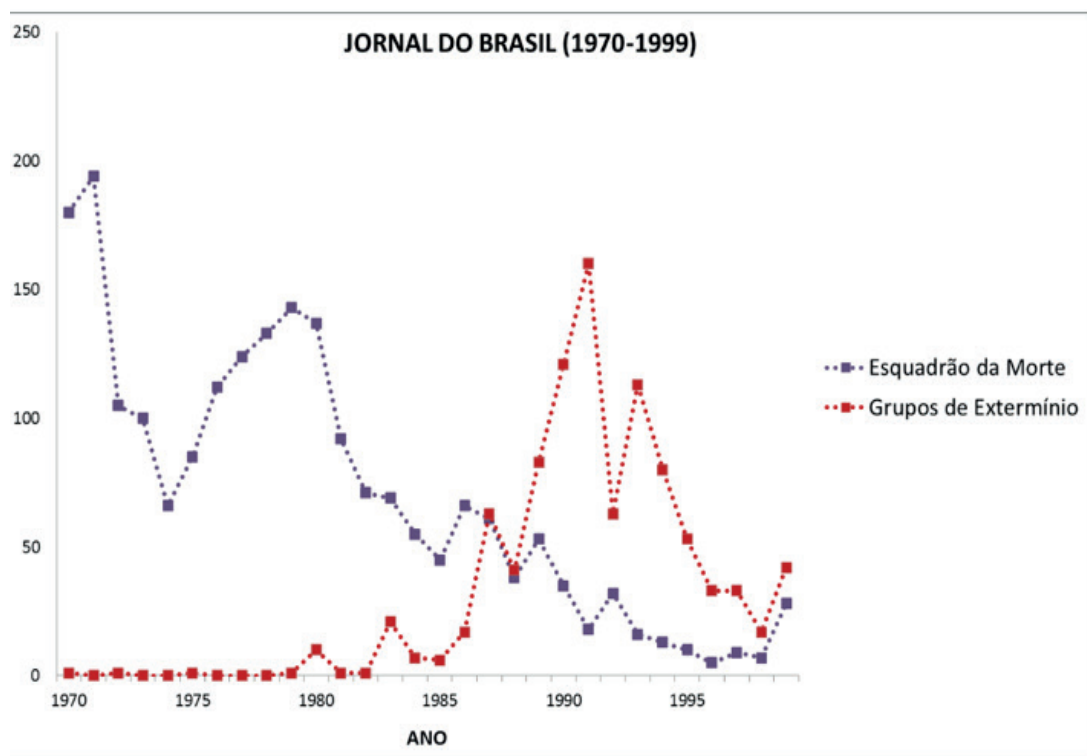
Recortamos nossos dados para o período entre 1970, quando aparece a primeira ocorrência de “grupos de extermínio” nas páginas do JB, e 1999, que é até quando vai o acervo, com frequência anual. Na Figura 3, vemos a série das duas variáveis. Podemos constatar que a superação de “Esquadrão da Morte” por “Grupos de Extermínio” ocorre apenas na segunda metade da década de 1980, quando há maior ambiguidade, justamente o período em que os movimentos sociais envolvidos com a infância e juventude buscam redefinir o fenômeno para “extermínio de menores”. O coeficiente de correlação de Pearson entre elas é de -0.6, o que indica uma associação de moderada a forte e em sentido inverso: quando a frequência de uma aumenta, a da outra diminui.

Se tomarmos a frequência do termo “Esquadrão da Morte” (em) como variável resposta

¹⁷ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

e a de “grupos de extermínio” (ge) como variável explicativa, inserindo-as em uma regressão linear simples, obtemos um coeficiente de $\beta = -0,79$, significativo ao nível de 0,1%, o que significa que, para o período considerado, o aumento de uma unidade na frequência de “grupos de extermínio” diminui a frequência de “Esquadrão da Morte” em 0,8 unidades. É como se, a cada duas ou três edições em que aparecesse o termo “grupo de extermínio”, o “Esquadrão da morte” deixasse de aparecer em uma edição. Juntadas ao que foi exposto, tais evidências, de ordem quantitativa, vêm reforçar nossa hipótese de que a política contenciosa de movimentos sociais envolvidos com a “questão do menor” ajudou a redefinir a categoria de “Esquadrão da Morte” no processo de acumulação social da violência no Rio de Janeiro.

Figura 3. “Esquadrão da Morte” x “grupos de extermínio”.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Hemeroteca Digital Brasileira (2020).

Para além da metamorfose da representação coletiva, os efeitos da política contenciosa do MNMMR e seus aliados ficam mais claros a partir de dois eventos traumáticos na história fluminense. Em 23 de julho de 1993, oito jovens moradores de rua foram assassinados por policiais militares (que depois foram acusados de participar de “grupo de extermínio”), nas imediações da igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. Cerca de um mês depois, em 29

de agosto do mesmo ano, foi a vez de 21 moradores da favela de Vigário Geral, zona norte do Rio, serem assassinados. Também por policiais militares acusados de pertencerem a um “grupo de extermínio”.

As chacinas da Candelária e de Vigário Geral chocaram o país. Dado o clima de contestação já em curso, os responsáveis são presos e julgados. Um ano depois dos eventos, o então presidente Itamar Franco sanciona a Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994, que modifica as disposições e classificações dos crimes considerados hediondos. No inciso I de seu art. 1º, passa a figurar o “...homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que praticado por um só agente” (BRASIL, 1994).

SÍNTESE: LINHA DE CLIVAGEM ENTRE “ESQUADRÃO DA MORTE” E “GRUPOS DE EXTERMÍNIO”

Para sintetizar o que foi exposto, podemos dizer que, entre esses dois modos de representar, interpretar e agir sobre um mesmo fenômeno, há o que Gluckman (1987) chama de “Linhas de Clivagem”: elementos que separam um todo em grupos e estruturam conflitos.

Atualmente, em nosso país, o critério de oposição não é facilmente identificável. Ele não está, necessariamente, atrelado a um signo único e diacrítico, tal qual a cor da pele, que inserem negros e brancos em lados opostos. No caso estudado, o que parece haver não é a oposição entre pessoas, grupos, etnias. O que a linha de clivagem demarca aqui são dois discursos, cuja aderência na população ainda resta a ser qualificada e quantificada. Para o primeiro, que pode ser representado no ditado hoje popular de que “bandido bom é bandido morto”, há vidas que merecem viver e outras que podem morrer, ou melhor, serem mortas. Para o segundo, o dos direitos humanos — do qual aqueles sobre a juventude seriam a versão tópica — toda a vida merece viver. Nenhuma pode ser morta. Não importa o critério.

Entretanto, a linha de clivagem é apenas uma estruturação latente e potencial. Como Gluckman (1987) mostrou, é possível haver cooperações que a transpassem. A divisão entre uma coisa e outra, por vezes, fica meio nebulosa. Para que realmente se possa desempenhar sua função estruturante de oposição plena, ela tem de ser ativada, posta para funcionar. Portanto, a política contenciosa de movimento social foi imprescindível.

Por meio de agências de contestação política, o MNMMR e seus aliados problematizaram uma prática, colocando-a em contradição com os valores morais e a lei. Criaram, então,

uma nova forma de enxergar o mesmo fenômeno: “grupos de extermínio” e “extermínio de crianças e adolescentes”, categorias de cunho político, que foram usadas em suas ações coletivas de denúncias, as quais ressoaram mundo afora no final dos anos 1980 e começo da década de 1990. Esse novo esquema disseminou-se pelos jornais. Suplantou o anterior.

No diálogo entre ações coletivas de confronto, problematização social e um discurso dos direitos humanos, o processo confrontou as ações de assassinato, um esquema interpretativo de construção de matáveis e o discurso do “bandido bom é bandido morto”. A matabilidade de um tipo social da violência urbana — o “menor marginal” — foi desconstruída por ações de política contenciosa do tipo movimento social.

Hoje pouco se fala em “Esquadrão da Morte”, “grupos de extermínio” ou “extermínio de crianças e adolescentes”, mas a história continua a se repetir, ainda como tragédia. Execuções, assassinatos e chacinas continuam a ocorrer. De um lado, a construção de pessoas matáveis deslocou-se do “Esquadrão” para se concentrar nos “autos de resistência”; de outro, temos as chamadas “milícias”, que atualmente estão na ordem do dia. Entre “Esquadrão da Morte”, “grupos de extermínio”, “autos de resistência”, “milícias” e políticas contenciosas, há um mesmo fio que os costura num mesmo contínuo. O que resta é desenredá-lo.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, J. C. S. Violência e religião na baixada fluminense: uma proposta teórico-metodológica. **Revista Rio de Janeiro**, v. 8, p. 59-80, 2002.
2. ALVIM, R. **Da violência contra o menor ao extermínio de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: NEPI/CBIA, 1992.
3. BARBOSA, A. **Esquadrão da morte: um mal necessário?** Rio de Janeiro: Editora Mandarino, 1971a. Disponível em: <http://catalog.hathitrust.org/api/volumes/oclc/2498487.html>. Acesso em: 31 out. 2018.
4. BARBOSA, A. **Mariel, um ringo a sangue frio**. Rio de Janeiro: Lós Editora, 1971b.
5. BECKER, H. S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 376 p.
6. BRANDÃO, L. C. **Os movimentos sociais e a Assembleia Constituinte de 1987-1988: entre política institucional e participação popular**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

7. BRASIL. **Lei nº 8.930 de 6 setembro**. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8930.htm. Acesso em: 23 abr. 2020.
8. CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. História e Análise de texto. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 536-568.
9. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Movimento nacional dos meninos e meninas de rua. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 8, n. 1, 1988. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100007. Acesso em: 23 jul. 2020.
10. DIMENSTEIN, G. **A guerra dos meninos: assassinato de menores no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
11. ENNE, A. L.; DINIZ, B. P. O caso Mão-Branca na imprensa do Rio de Janeiro: narrativa jornalística e fluxo do sensacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/37767772334884404941874398462333204319.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.
12. FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.
13. GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Editora, 1987. p. 227-344.
14. GREIMAS, A. **Sémantique structurale: recherche de méthode**. Paris: Larousse, 1966.
15. INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA; NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA-UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1991.
16. MACHADO DA SILVA, L. A. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
17. MARKUN, P.; RODRIGUES, E. **A máfia manda flores: Mariel, o fim de um mito**. São Paulo: Global Editora, 1981.
18. MELLO NETO, D. M. “Esquadrão da morte”: uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 10, n. 1, p. 132-62, 27 fev. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7752>. Acesso em 14 jul. 2020.
19. MELLO NETO, D. M. “Esquadrão da Morte”: genealogia de uma categoria da

- violência urbana no Rio de Janeiro (1957-1980). 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
20. MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
 21. MONTEIRO, J. **José Monteiro conta alguns casos de polícia**. Rio de Janeiro: Nosso Brasil, 1978.
 22. MOREIRA, T. M. S. **Chacinas & falcatruas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. ISBN: 978-85-7387-030-5. Relato da atuação no Tribunal do Júri da Baixada Fluminense com a questão do extermínio e a crueldade da opressão de poucos contra muitos excluídos.
 23. RIBEIRO, A.; JÚNIOR, P. **Esquadrão da morte**. Brasília, DF: Coordenada Editora, 1969.
 24. RIBEIRO, O. **Barra pesada**. Rio de Janeiro: Codecri, 1971.
 25. SARAIVA, J. B. C. **Adolescente em conflito com a lei da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil**. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2005.
 26. SARDAN, J. P. O. **Anthropology and Development: Understanding Contemporary Social Change**. London: Zed Books, 2005.
 27. SIMMEL, G. **Georg Simmel on Individuality and Social Forms: Selected Writings**. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.
 28. SOUZA, T. **O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a conquista dos direitos: o marco do movimento social em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil**. Belo Horizonte, MG: [s.n.], 2013. Disponível em: <http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/O%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DE%20MENINOS%20E%20MENINAS%20DE%20RUA%20E%20A%20CONQUISTA%20DOS%20DIREITOS.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.
 29. TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
 30. TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, v. 3, p. 133-60, jul. 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/94145/mod_resource/content/1/Mov.%20Sociais%20como%20pol%C3%ADtica%20-%20Tilly.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.
 31. TILLY, C. **Regimes and Repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
 32. TILLY, C. **Social Movements (1768-2012)**. Colorado, USA: Paradigm Publishers, 2012.

33. ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

David Maciel de Mello Neto

Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2021). Doutorado (2018) e Mestrado (2014) em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2391-1312>. E-mail: davidmaciel2206@gmail.com.

Poder Judiciário e Combate à Corrupção: Atuação e Discursos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região¹

Judicial Power and Fight Against Corruption: Operation and Discourses of Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Marina Balestrin Kobielski

Pesquisadora Autônoma, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO

O artigo propõe a análise de uma mudança nos processos de criminalização, com a inclusão de poderosos na pauta de combate ao crime, deixando em menor evidência os crimes comuns, da chamada criminalidade de rua, para um aprofundamento da persecução de crimes cometidos por grandes empresários e políticos. Destaca-se, inicialmente, que a clientela clássica do sistema penal, ou seja, negros, pobres, de baixa escolaridade, sem dúvida não deixará de ser criminalizada e continuará ocupando, majoritariamente, os cárceres brasileiros. Entretanto, tendo em vista que os chamados crimes de colarinho branco sempre ocorreram e raramente foram, de fato, criminalizados, essa mudança de perspectiva é um objeto de estudo socialmente relevante. O que se pretende responder, portanto, é se, tendo em vista essas grandes operações policiais mais recentes, que indicam uma mudança nos processos de criminalização que envolvem a corrupção, houve uma mudança no padrão de decisões do TRF4 em relação aos crimes de corrupção ativa e corrupção passiva. Após revisão bibliográfica, foi realizada

¹ Artigo elaborado a partir de Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com a concessão de bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 26 de agosto de 2020.
Avaliador A: 29 de outubro de 2020.
Avaliador B: 24 de novembro de 2020.
Aceito em 25 de fevereiro de 2021.



pesquisa documental em acórdãos² de recursos de apelação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região envolvendo os crimes de corrupção ativa e passiva em 2018. Os dados obtidos são analisados tanto a partir de abordagem estatística descritiva quanto da qualitativa, para demonstrar um recrudescimento nas decisões que envolvem tais delitos.

Palavras-chave: Poder Judiciário, Combate à corrupção, Judicialização da política.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze a noticeable change in the criminalization process, which included the powerful in the fight against crime agenda, and, consequently, lowered the evidence given to the so-called street crimes, and on the other hand, deepened the persecution of crimes committed by great businessmen and politicians. As a starting point, one may highlight that the traditional subjects of criminal justice, i.e., the black, the poor, people with little schooling, will not be let aside from the criminalization process. On the contrary, one should consider that they will continue to be the vast majority incarcerated in Brazilian prisons. However, considering that white-collar crimes have always existed, but their persecution has never been done, such a change of perspective becomes a socially relevant object of study. Therefore, having noticed the current large-scale police operations, which turned to processes of criminalization concerning corruption, one seeks to answer whether a change in the pattern of the Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) judgments took place, regarding cases of active and passive corruption. After the bibliographic review, documentary research will be held, based on the TRF4 court's judgments of appeals, involving crimes of active and passive corruption in 2018. The gathered data will be analyzed either from a descriptive statistics and qualitative approach, aiming at the demonstration of the intensification of the decisions on such crimes.

Keywords: Judicial power. Fight against corruption. Judicialization of politics.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é oriundo de pesquisa realizada para Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O trabalho tem como tema o esquadramento da atuação do

² Decisão final judicial formulada por órgão colegiado em instância superior (Tribunais), neste caso pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Poder Judiciário no processamento e julgamento dos crimes de corrupção ativa e passiva. O que se pretende verificar, somando revisão bibliográfica e pesquisa documental, e tendo em vista as grandes operações policiais ocorridas na última década, que indicam uma mudança nos processos de criminalização que envolvem a corrupção, é se houve uma mudança no padrão de decisões do TRF4 em relação aos crimes de corrupção ativa e corrupção passiva.

Para tanto, a pesquisa compreenderá a atuação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região nos crimes de corrupção ativa e passiva durante todo o ano de 2018. Selecionamos para análise os recursos de Apelação, haja vista que esses são capazes de demonstrar um panorama geral de todo o processo, desde o primeiro grau. Além disso, a opção pelo marco temporal se deu tanto pela atualidade quanto pelo fato da Operação Lava-Jato — uma das principais operações que marcam essa possível mudança de padrão — ter se iniciado em 2014. É provável encontrarmos diversos processos relacionados à operação em fase recursal. Para contextualizar a pesquisa, abordaremos em revisão bibliográfica a judicialização da política e o combate à corrupção no Brasil contemporâneo.

Ao final do Século XX, pela Europa e pelo Continente americano, os Tribunais, juízes, Ministério Público e a investigação criminal tornam-se protagonistas sociais e políticos. Esses estampam capas de jornais e tornam-se pauta frequente de debate entre indivíduos não inseridos no campo³ jurídico. Desse modo, tal protagonismo proporciona um novo padrão de intervencionismo judiciário, o qual atua, fundamentalmente, na criminalização da responsabilidade política e acaba por gerar confrontos entre o campo jurídico e o campo político. Esse fenômeno, portanto, é o que chamamos de judicialização da política (SANTOS *et al.*, 1996, p. 19-20).

Atrelado ao protagonismo judicial, passamos por uma crise de representação política. Se anteriormente a corrupção na política não era pautada, esse cenário é modificado e o Poder Judiciário é chamado para lidar com o controle social nesse tipo de demanda criminal. Se podemos afirmar a existência de um aumento da corrupção política a partir da intervenção estatal na criação de infraestruturas — saneamento básico, transportes públicos etc. — é uma questão a ser debatida (SANTOS *et al.*, 1996, p. 30-1). Fato é que, notadamente, foi apenas a partir da abertura democrática que esse tipo de delito passou a ganhar visibilidade no contexto brasileiro.

Logo, o Poder Judiciário é convocado a lidar tanto com as novas previsões constitucionais de direitos e garantias quanto com o combate à corrupção política simultaneamente, fato que alarga, consideravelmente, seu protagonismo. Entretanto, não necessariamente o Poder Ju-

3 Recorte analítico do espaço social, caracterizado como um sistema de relações objetivas entre agentes dotados de capitais simbólicos de diferentes tipos e origens, posicionados em hierarquia de poder definidas estruturalmente, no qual se travam lutas simbólicas por legitimidade (ALMEIDA *apud* ELGELMANN, 2017, p. 126).

diciário tem aptidão para gerir este tipo de conflito. Um sistema seletivo e estigmatizante, marcado por uma tradição cartorária e inquisitiva, passa a tratar de problemas altamente complexos como a corrupção, e as consequências desse fenômeno ainda não são plenamente visíveis.

Uma das possíveis razões para a ineficiência do Poder Judiciário brasileiro é a sua falta de tradição democrática. Ao longo dos anos foram criadas imunidades jurídicas e fáticas que levaram a impunidade desses delitos, transformando o sistema de justiça criminal brasileiro em uma “pedra angular de uma cultura jurídica autoritária nos termos da qual só se pode condenar “para baixo” (os crimes das classes populares), e nunca “para cima” (os crimes dos poderosos). A população, em geral nunca acreditou que o Poder Judiciário daria conta de resolver esses conflitos, porém esse cenário vem se modificando (SANTOS *et al.*, 1996, p. 38).

A partir dos anos 2000, esse panorama se modifica. O Poder Judiciário passa a atuar mais ativamente no combate à corrupção, provocado pela criação, pelo Parlamento, de leis penais que preveem maior criminalização desses delitos, pelo fato de a mídia passar a dar mais atenção a esses crimes e pela formação de grupos de pressão na sociedade civil, que se mobilizam pelo processamento e julgamento de políticos investigados por corrupção.⁴ Grandes operações policiais protagonizadas pela Polícia Federal e um aumento de visibilidade de todo o sistema de justiça criminal federal fazem parte desse giro. Compreender e analisar essa mudança de perspectiva e a atuação desses órgãos no combate à corrupção é fundamental.

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E COMBATE À CORRUPÇÃO

Para falarmos sobre a atual crise institucional e democrática vivida no Brasil, é necessário que pensemos sobre a judicialização da política. Algumas são as correntes que estudam esse processo⁵. Aqui, trabalharemos com a abordagem centrada nas cortes, a qual determina que os juízes devem exercer parte das prerrogativas dadas aos políticos eleitos — fato este que acaba por tensionar, ainda mais, a relação entre política e judiciário (FERES JÚNIOR, MELO; BARBABELA, 2018, p. 176).

Hirschl trabalha com o conceito de judicialização da megapolítica, ou, ainda, “uma politização do sistema de justiça, no qual juízes e procuradores passam a agir como agentes po-

⁴ Para uma abordagem aprofundada em relação ao estudo dos Crimes de Colarinho Branco, ver SUTHERLAND, 2015.

⁵ Para outras abordagens, consultar Vianna, 1997, 1999, 2002.

líticos, às vezes publicamente, identificados com posições políticas ou partidos”. Desse modo, a politização se dá porque os políticos passam a contar com as instâncias judiciais como instrumentos de ação, que, por sua vez, passam a agir em conexão com o Poder Executivo e o Legislativo.

Nessa senda, assumindo que a judicialização da política tem três fases: expansão do sistema de direitos e liberdades básicas, regulação de políticas públicas e judicialização da megapolítica; o Brasil parece ter, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, vivenciado as três etapas de uma só vez. Pretendemos, assim, analisar de que maneira esse fenômeno ocorre e se instaura no Brasil a partir da transição democrática.

A publicação da Constituição Federal de 1988 abriu espaço para a atuação mais expansiva do Poder Judiciário, adentrando, inclusive, na esfera política. A judicialização da política ocorre nesse período, portanto, devido a uma maior inserção quantitativa e qualitativa do campo judiciário no campo político. Existem dois fatores principais que caracterizam a judicialização: a expansão do poder dos juízes em relação aos administradores e políticos e o aumento dos métodos de decisão que vão além do âmbito judicial (TATE; VALLINDER, 1995, p. 13 *apud* AVRITZER *et al.*, 2013, p. 215-6). A primeira delas é mais relevante e, de igual modo, tem consequências mais perigosas, conforme demonstra o contexto brasileiro atual. A soma da expansão do poder dos juízes com o fenômeno do combate à corrupção, em relação a empresários e políticos, é uma das razões para a ocorrência do protagonismo do Poder Judiciário em determinados contextos.

Nessa senda, Santos (2003, 2011, p. 29) verifica a ocorrência da judicialização da política sempre que o campo judicial, ao desempenhar suas funções próprias, afeta as condições políticas de disputa entre os partidos. Existem, segundo ele, duas vias principais de judicialização: uma de baixa e uma de alta intensidade. A primeira delas ocorre quando alguns personagens do cenário político são investigados e condenados pela prática de atividades ilícitas — pode-se ter relação ou não com a atividade que desempenham na política. De outra banda, a judicialização de alta intensidade se verifica quando uma parte da classe política transfere seus conflitos internos para a via judicial, por meio de denúncias cruzadas e utilizando, em alguma medida, os meios de comunicação. Essas denúncias — apoiadas pela mídia — têm como objetivo enfraquecer o opositor político e o liquidar politicamente, mesmo que não ocorra uma grande divulgação destes processos, o enfraquecimento acaba se tornando regra, dando ao Poder Judiciário um grande potencial de influenciar o jogo político-democrático.

A partir dos anos 2000, a judicialização da política toma proporções ainda maiores. Marona e Barbosa (2018, p. 129) trabalham com duas hipóteses: ou “algo na essência do fenômeno

da judicialização da política se alterou”, ou “o protagonismo do sistema de justiça criminal passou a ter contornos distintos”. Com a inserção de novos atores, como a Polícia Federal, a ampliação do campo criminal e o destaque para a jurisdição federal, substituindo a estadual, um novo modelo se instala no país. As instituições federais — Ministério Público Federal, Polícia Federal, Justiça Federal e Tribunal Regional Federal — ganham visibilidade por intermédio das grandes operações de combate à corrupção e ao crime organizado — e nesses processos, o banco dos réus é ocupado por grandes empresários e políticos importantes.

Os exemplos mais relevantes de processos judiciais que envolvem essas figuras na contemporaneidade são o Mensalão e a Operação Lava-jato, os quais trouxeram a público o funcionamento rotineiro do sistema de justiça criminal, inquisitivo, seletivo e estigmatizante. A comoção do espectador se deu, nesse sentido, pela boa articulação entre instituições federais, a qual gerou efetividade nos processos e investigações, bem como pelo fato de comporem o banco dos réus indivíduos que, naturalmente, não seriam alvo de persecução penal, ou seja, políticos em exercício de suas funções, grandes empresários, banqueiros e funcionários públicos de alto escalão (KANT DE LIMA; MOUZINHO, 2016, p. 507).

Certo é que, a partir dessa nova montagem, o Poder Judiciário ocupa uma posição de destaque distinta da anterior, assumindo-se como uma instituição que pretende salvar o país da corrupção praticada, principalmente, por membros da elite política brasileira. Combinado com o apoio midiático e o clamor popular, os anos 2000 apontam o início de uma era marcada por grandes escândalos de corrupção. O Supremo Tribunal Federal se torna o *locus* de debate e julgamento dos casos mais rumorosos, tendo em vista a prerrogativa de foro de boa parte dos acusados; padrões de decisão anteriormente adotados são revistos, na direção de um maior decisionismo, tendo em conta uma perspectiva consequencialista a respeito do resultado das decisões.

É dessa maneira, portanto, que a sujeição criminal (MISSE, 1999) começa a atingir, ainda que de modo incipiente, setores da sociedade antes ignorados pelo Poder Judiciário, alterando-se o alvo do processo criminal inquisitorial. No entanto, mesmo que em menor proporção, essa reversão atinge desproporcionais repercussões (KANT DE LIMA; MOUZINHO, 2016, p. 522). Veremos, a seguir, a atuação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em relação ao combate à corrupção, abrangendo os delitos de corrupção passiva e ativa, com o objetivo de captar o padrão de funcionamento e tomada de decisão dessa instância judicial no processamento e julgamento desses crimes.

RESULTADOS DE PESQUISA

Diante dos limites tanto da análise por estatística descritiva quanto da abordagem qualitativa, bem como das relações entre sujeito-investigador e sujeito-investigado, faz-se necessário um acúmulo de ambas, adota-se um pluralismo metodológico (AZEVEDO, 2010, p. 8).

Foi realizada pesquisa documental, em documentos classificados como primários, pois foram “escritos ou coletados por aqueles que testemunharam de fato os eventos que descrevem”; e públicos, tendo em vista seu livre acesso. A pesquisa documental deve sempre levar em consideração o contexto e realidade social em que estão inseridos os documentos, não é adequado realizar uma leitura “desligada”. Portanto devemos observar os fatos que cercam a produção do documento, além da verificação do contexto social.

Os documentos, classificados aqui como meios de expressão de poder, são acórdãos⁶ de Recurso de Apelação julgados em 2018 (demarcador temporal) pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que envolvem os crimes de corrupção ativa e passiva (MAY, 2004, p. 210-214).

No sítio do Tribunal Regional Federal da 4ª Região acessamos⁷ a opção “Pesquisas Judiciais”, seguido de Acórdão/Jurisprudência. Foi feita pesquisa por palavras-chave, escolheu-se inicialmente o termo “corrupção ativa” e data entre 1º/1/2018 e 31/12/2018; após, o termo “corrupção passiva” e as datas igualmente entre 1º/1/2018 e 31/12/2018. Foram encontrados, a partir desse método de análise, 36 decisões (diversas delas envolvendo as duas modalidades de corrupção), 108 recursos e 79 réus.

O método de abordagem dos documentos se deu por estatística descritiva e qualitativamente. Em relação ao primeiro procedimento, buscou-se transformar palavras ou frases em números (MAY, 2004, p. 222), a partir de preenchimento de uma ficha padronizada. Além disso, a pesquisa nos permite calcular as decisões, tornando-as estatísticas que nos auxiliam na compreensão da realidade pesquisa como um todo. Porém, apenas a quantificação não permite uma análise crítica dos documentos e exclui o contexto político, social e econômico de sua produção (MAY, 2004, p. 223). Por essa razão, a abordagem qualitativa complementa o estudo e possibilita uma análise mais ampla dos documentos em questão.

⁶ Importante referir que, devido ao fato dos documentos se tratarem de decisões em segunda instância há, sem dúvidas, uns processos que acabaram não sendo abordados. Entretanto, tendo em vista a facilidade de acesso a essas decisões, bem como o fato destas englobarem três estados distintos e, por fim, pensando que os Tribunais se prestam a “corrigir” possíveis equívocos cometidos em primeiro grau, fez-se esta escolha metodológica.

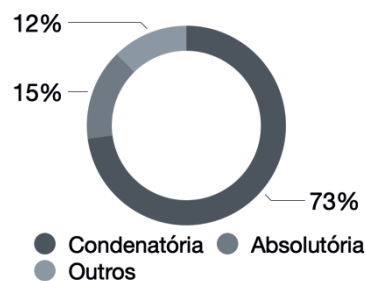
⁷ Disponível em: <https://www2.trf4.jus.br/trf4/>. Acesso em: 5 fev. 2019.

A pesquisa qualitativa utilizou técnica de análise de discurso. Segundo Pêcheux (2012, p. 44), a análise de discurso presta-se a “entender a presença de não ditos no interior do que é dito”. Buscamos, nesse sentido, compreender os discursos proferidos pelos juízes em suas decisões, observando a realidade e as particularidades inerentes à posição em que estes estão inseridos. Pretendemos, ainda, unir a descrição e a interpretação, tendo em vista que este método exige que se dê prioridade aos gestos de descrição dos discursos sem separar a descrição da interpretação, sem torná-los indiscerníveis (PÊCHEUX, 2012, p. 49).

Contando com um universo de 36 decisões, 108 recursos e 78 réus, realizamos a análise estatística descritiva de alguns dos elementos relevantes para pensarmos nos processos de criminalização destes delitos. Para os dados a seguir, o cálculo foi feito conforme o número de réus, tendo em vista que o mesmo acórdão pode conter a análise de dois tipos de recurso, acusatório e defensivo. Assim, temos um universo de 79 acusados. Destes, 37 foram acusados de corrupção ativa e 41 de corrupção passiva.

Em relação à decisão final proferida pelos Desembargadores, em 59 casos os réus foram condenados e somente em 12 foram absolvidos, conforme demonstra o Gráfico 1:

Gráfico 1. Condenações e absolvições.



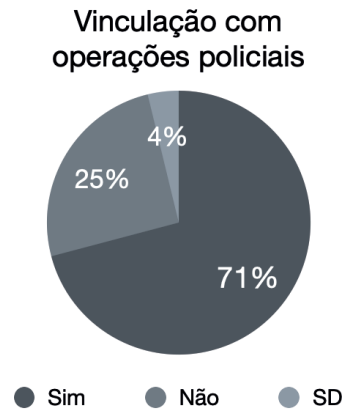
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Além disso, é possível verificar que, tratando-se dos casos de cometimento do delito de corrupção ativa, 27 réus foram condenados e 9 réus absolvidos, em relação ao crime de corrupção passiva 4 réus foram absolvidos e 33 condenados. Isso posto, temos que em 72,22% dos casos de corrupção ativa os acusados foram condenados, e em 25% dos casos foram absolvidos. Já no que toca à corrupção passiva, houve condenação em 76,74% dos casos e absolvição em 6,97% deles. Os dois tipos penais são alvos da criminalização terciária, cuja regra é a condenação. Além disso, em se tratando do cometimento de corrupção por parte de servidores públicos,

pode se perceber uma tendência um pouco mais elevada à condenação.

Nessa senda, outro dado relevante diz respeito à vinculação desses réus com grandes operações policiais. Dos 79 réus, 56 deles estavam respondendo por processo relacionado a operações policiais, já 20 deles não.

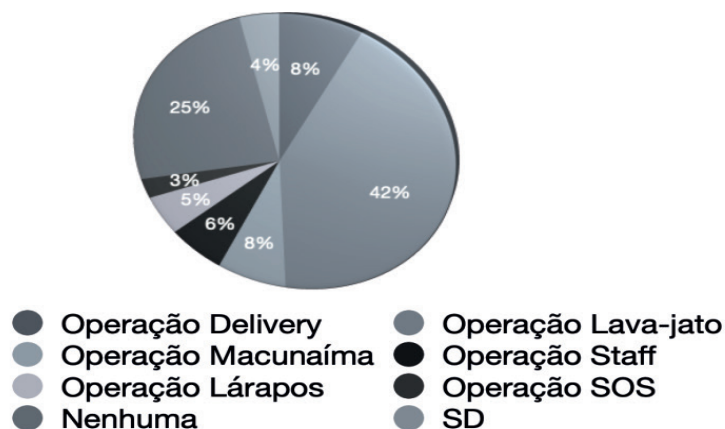
Gráfico 2. Vinculação com operações policiais.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Em relação às operações, identificamos a Operação Delivery, Operação Lava-jato, Operação Macunaíma, Operação Staff, Operação Lárapos e Operação S.O.S. Vejamos, a seguir, a distribuição de cada uma delas no total de réus pesquisados:

Gráfico 3. Operações policiais.

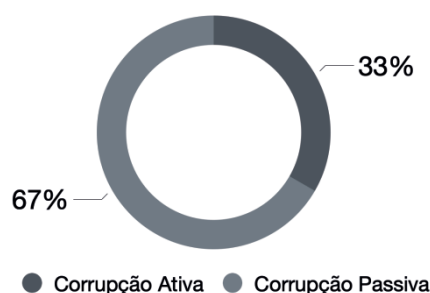


Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Desse modo, além da maioria dos casos analisados tratar-se de operações policiais anteriores, 33 delas referem-se à Operação Lava-jato. Ainda, seis dos casos referem-se à Operação Delivery, seis da Operação Macunaíma, cinco da Operação Staff, quatro da Operação Lárapos, duas da Operação S.O.S.

Tendo em vista o alto número de processos relacionados à Operação Lava-Jato, bem como a hipótese de ocorrência de discursos mais recrudescidos e penas mais altas, é cabível a análise em separado desses processos. A partir disso, observemos alguns índices específicos da operação, começando com a proporção entre o cometimento de corrupção ativa e corrupção passiva:

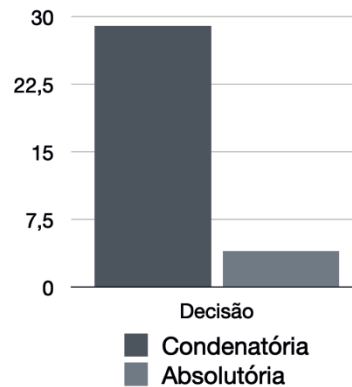
Gráfico 4. Lava Jato por tipo penal.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O gráfico demonstra uma porcentagem de julgamentos que envolvem o delito de corrupção passiva consideravelmente maior que a corrupção ativa. Dos 33 casos que envolvem a Operação Lava-jato, 22 deles julgaram funcionários públicos, apenas 11 tiveram como réus indivíduos que não ocupavam estes cargos. Dito isso, temos que 66,6% dos réus julgados pelo TRF4 no período de 2018 eram servidores da Administração Pública, 33,3% não.

Em relação ao número de condenações e absolvições, em 29 dos casos a decisão de segundo grau deu-se no sentido da condenação; em apenas 4 deles os réus foram absolvidos dos crimes de corrupção. Além disso, destaca-se que, entre as 4 absolvições, 3 delas referiam-se à corrupção ativa; apenas um réu foi absolvido da corrupção passiva (foi condenado, no mesmo acórdão, pela prática de outro crime). Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Lava Jato: condenações e absolvições.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Considerando o alto índice de delações premiadas ocorridas no decorrer da Operação, amplamente divulgadas pela mídia, vejamos a quantificação do uso desse mecanismo. Dos 33 casos analisados, em 8 deles houve delação premiada, 4 relacionados à corrupção passiva e 4 relacionados à corrupção ativa.

Com a promulgação da Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013), o conceito de crime organizado foi instituído no ordenamento jurídico brasileiro e houve a previsão de novos mecanismos de persecução, tendo em conta a complexidade dos crimes cometidos por essas organizações (BRANCO; FORTE, 2017, p. 849). A delação premiada, devida quando o colaborador traz informações desconhecidas pelas autoridades, passíveis de identificar a autoria e materialidade de delitos os quais sejam de interesse das investigações (KANT DE LIMA; MOUZINHO, 2016, p. 515) foi um desses mecanismos, previsto em leis de menor amplitude e agora disposto no art. 3º da referida lei⁸.

Sobre esse instituto, são passíveis diversas problematizações. Um deles seria o fato de o delator ser obrigado a passar por todo o processo judicial, sem nenhum direito constitucional para que este desista da negociação e se encerre o processo criminal por seu próprio interesse esse recurso cabe apenas ao Estado. Mesmo que no início tenha sido rechaçada por advogados de defesa, a delação passa a ser utilizada como mecanismo dessa, é uma possibilidade de diminuição das altas penas impostas nesses macroprocessos (KANT DE LIMA; MOUZINHO,

8 CAPÍTULO II — DA INVESTIGAÇÃO E DOS MEIOS DE OBTENÇÃO DA PROVA

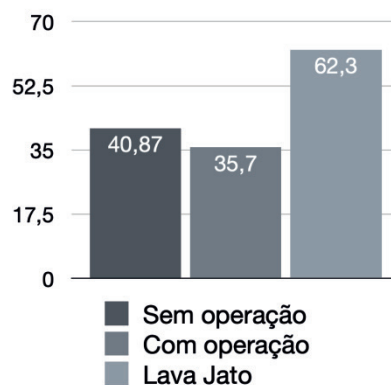
Art. 3º Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova:

I — **colaboração premiada**; [...] (BRASIL, 2013, grifo nosso).

2016, p. 515-21).

Ademais, no que concerne ao todo das decisões examinadas, outro ponto relevante para o debate diz respeito à quantidade de pena aplicada,⁹ realizando-se, igualmente, uma comparação das penas aplicadas aos casos que envolvem a Operação Lava-jato e os demais. No gráfico a seguir, está demonstrada, em meses, a média da pena aplicada em três diferentes situações. A primeira diz respeito aos casos em que não houve grandes operações; a segunda comporta as situações em que outras operações policiais foram julgadas; e, por fim, a terceira diz respeito a Operação Lava-jato. Vejamos:

Gráfico 6. Média das penas aplicadas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Temos, portanto, uma média de **3 anos e 4 meses** de pena aplicada no caso de processos que não envolvem operações policiais, **2 anos e 9 meses** nos casos que envolvem operações; e **5 anos e 2 meses** nos casos da Operação Lava-Jato. Além disso, comparando os processos da Lava-jato com os demais, sem separar os que envolvem outras operações, temos uma média de **3 anos e 2 meses** para os segundos. Ou seja, há uma desproporcionalidade entre as penas aplicadas aos acusados da Lava-Jato e os demais. Cabe à presente pesquisa captar, a partir da fundamentação dada pelos atores que aplicam tais penas, em que momento os réus da Operação têm sua pena aumentada e por que razão isso ocorre.

Ainda sobre a aplicação das penas, é importante ressaltar que, nos casos em que foi utilizada a delação premiada, houve diminuição significativa do *quantum de pena*. Dos três casos em que havia informação das penas impostas, um deles previa pena inicial de **10 anos 8 meses**

⁹ É fundamental ressaltar que a análise das penas aplicadas se dará apenas no âmbito do crime de corrupção, deixa-se de fora os demais crimes que possam ter sido cometidos pelos agentes.

e, com o benefício da colaboração, esta caiu para **1 ano, 6 meses e 20 dias**, ou seja, diminuiu-se em 7x o *quantum de pena*, aplicou-se 1/7 do que seria aplicado inicialmente. No segundo caso, por sua vez, a pena inicial era de **5 anos, 6 meses e 20 dias** e passou a ser de **1 ano, 10 meses e 7 dias**, observou-se discrepância um pouco menor, foi aplicado 1/3 da quantidade de pena anteriormente prevista. Por fim, no terceiro caso, a pena inicial era de **7 anos, 4 meses e 26 dias** e passou a ser de **3 anos, 8 meses e 13 dias**, foi diminuída pela metade.

Reconhecendo a importância dos dados quantitativos, porém tendo em vista as informações colhidas, principalmente no que toca à argumentação dos magistrados, faz-se necessária uma análise qualitativa. O objetivo do estudo qualitativo é captar e compreender os discursos dos magistrados(as), pensando em que momento da argumentação esses podem desviar do foco jurídico, passando a incorporar argumentos de senso comum reproduzidos pela mídia e por grupos sociais — que cada vez mais têm opinião sobre processos jurídicos, principalmente quando se referem a estas grandes operações.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS QUALITATIVOS

Partindo das elucidações feitas em relação à análise de discurso, temos como ponto de partida o fato de que o magistrado não realiza a interpretação da lei nas decisões como um ato solitário, “ocupado em fundamentar na razão jurídica uma decisão mais ou menos estranha, pelo menos na sua gênese, à razão e ao direito, e que agiria como hermenêuta preocupado em produzir uma aplicação fiel da regra [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 224).

Assumindo a análise de discurso como técnica de pesquisa, selecionaremos alguns pontos das decisões analisadas em que podemos verificar a “presença de não-ditos no interior do que é dito” (PÊCHEUX, 2012, p. 44) e, com isso, realizar a interpretação desses discursos. O primeiro deles diz respeito às falas presentes na aplicação da pena, especialmente no que tange às circunstâncias do art. 59 do Código Penal Brasileiro, tendo em vista que sua aplicação é passível de interpretação pelo juiz.

Em razão dessa primeira problemática encontrada no que toca à aplicação da pena, analisaremos, inicialmente, os discursos proferidos pelos julgadores ao trazerem o exame da fixação da pena base pensando, fundamentalmente, na culpabilidade e suas variantes, verificando qual a fundamentação adotada. Em praticamente todos os acórdãos, há a análise das circunstâncias que constam no art. 59 do CP, tendo em vista que, na maioria dos casos, ou o réu ou o Ministério

Público Federal tocam nesse ponto. Portanto selecionamos os trechos em que são identificadas questões que perpassam o âmbito legal, com a utilização de argumentos não jurídicos e, por vezes, estigmatizantes.

O primeiro trecho está presente em acórdão relacionado à Operação Macunaíma:

A defesa do réu requer o afastamento da valoração negativa da culpabilidade, na medida em que o delito de corrupção passiva pressupõe sua prática por servidor público, no exercício de sua função, com violação de deveres éticos e profissionais.

Sem razão.

Apesar da condição de funcionário público, a especial função pública exercida pelo réu (policial rodoviário federal) sem dúvida eleva a consciência que detinha sobre a ilicitude dos fatos que praticava, bem como incrementa a exigência do comportamento que dele a sociedade espera, já que tinha obrigação legal de combater o crime. [...] (REL. MARCO ANTÔNIO ROCHA, 2018, grifo nosso).

Nesse caso, temos um aumento da pena base em razão, pura e simplesmente, da função pública que o réu exercia: Policial Rodoviário Federal. Sabemos que o cargo público é inerente ao tipo penal de corrupção passiva, portanto a exasperação da pena base pelo tipo de função que o acusado ocupava, por ser esperada uma conduta de combate ao crime, denota o viés punitivistas e moralizante do julgador.

Assim, há uma dupla culpabilização do réu por ser funcionário público, uma tendo em vista o enquadramento da conduta no tipo penal, e outra simplesmente pelo fato de o magistrado depositar, na figura do réu, uma imagem de “combate ao crime”, tendo tido suas expectativas e — conforme mencionado por ele — as da sociedade frustradas.

Em relação à Operação Lava-Jato, vejamos o trecho a seguir:

Outrossim, correta a conclusão da sentença no sentido de que, além da questão financeira, deve-se ponderar o abalo para o processo democrático, uma vez que parte considerável das vantagens indevidas pagas nos contratos da Petrobras destinavam-se ao Partido dos Trabalhadores, que elegeu por vários anos a mais alta autoridade do país.

O Ministério Público Federal, por outro lado, requer o aumento da sanção inicial pela negatização das vetoriais culpabilidade, personalidade, conduta social e motivos do crime.

Valendo-me da fundamentação já empreendida, entendo que **a culpabilidade (juízo de censura) — que também tem como sustentação a posição profissional do réu e o desejo de manter o funcionamento dos ajustes e pagamentos de propinas — é extremamente elevada no caso concreto, pois o agente, que chegou a exercer o cargo de Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, atuou com dolo intenso, o *iter criminis* é bastante complexo,**

presente a capacidade de resistir ao ilícito, tendo desempenhado papel relevante na engrenagem criminosa.

[...]

E, neste caso, a culpabilidade deve ser considerada bastante elevada, na medida em que se trata de pessoa que exerceu papel relevante dentro do partido que elegeu os governantes de nosso país por vários anos, sendo pessoa na qual tinha (ou deveria ter) sido depositada elevada expectativa para não promover ataques contra o patrimônio público. Contudo, usou o cargo que ocupava para participar ativa e intensamente da corrupção e beneficiar indevidamente o partido a que servia.

Além disso, trata-se de pessoa com curso superior (formado em Relações Internacionais) e ganhos à época razoáveis, compreendendo perfeitamente o caráter ilícito de sua conduta, tendo ainda ampla possibilidade de comportar-se em conformidade com o direito. Não é demasiado referir - embora pareça que a moderna doutrina tenha esquecido o ponto - que o dolo do autor foi intenso, uma vez que seu agir consistiu em diversas etapas, desde a associação criminosa (embora tenha respondido por tal delito em outra ação penal) até a participação na corrupção de servidor público de alto escalão da Petrobras.

[...]

Neste caso, a culpabilidade deve ser considerada bastante elevada, na medida em que à época dos fatos ANTÔNIO PALOCCI era Ministro Chefe da Casa Civil, além de ter sido eleito deputado federal. Com efeito, além de agente político eleito pelo povo, chegou a exercer um dos cargos mais importantes do Poder Executivo Federal, o que evidencia que a sociedade depositava elevada expectativa no sentido de que sua atuação fosse em prol do interesse público. Desonrando a confiança nele depositada, este agente político utilizou sua expertise, seus contatos políticos e o cargo que ocupava para beneficiar indevidamente terceiros. Atuou, enfim, com dolo intenso.

Ademais, trata-se de pessoa com salário elevado e escolaridade suficiente para compreender perfeitamente o caráter ilícito de sua conduta, tendo ampla possibilidade de comportar-se em conformidade com o direito.

[...]

Outrossim, correta a conclusão da sentença no sentido de que, além da questão financeira, deve-se ponderar o abalo para o processo democrático, uma vez que parte considerável das vantagens indevidas pagas nos contratos da Petrobras destinavam-se ao Partido dos Trabalhadores, que elegeu por vários anos a mais alta autoridade do país.

Assim, sendo três as vevorias negativas, mantenho a pena-base em 5 (cinco) anos de reclusão (BRASIL, 2018, grifo nosso).

Nos trechos anteriores, a culpabilidade dos réus foi considerada alta por se tratar de “servidores públicos de alto escalão” ou pessoas nas quais a sociedade depositava expectativa. Além disso, a pena base foi aumentada devido à alta escolaridade dos réus e salários elevados, essa é uma razão para que devessem compreender o caráter ilícito dos fatos. Por fim, foi sustentado, em corroboração ao descrito na sentença, que além da questão financeira existiria um

“abalo ao processo democrático”, tendo em vista que o crime teria beneficiado um partido eleito por diversos anos para ocupar o cargo da Presidência da República.

É possível notar, a partir do acórdão anterior, uma valoração muito alta de uma suposta percepção social para com os delitos de corrupção e os próprios acusados julgados nesses processos, como forma de legitimar as decisões. O fato de a sociedade depositar esperanças em um político, tendo-o elegido para ocupar algum cargo público, é motivo de uma reprovação muito alta, entende-se que a frustração da sociedade pode ser reparada à medida que a pena do agente é aumentada.

Ainda em relação à Operação Lava-Jato, trechos de outros acórdãos chamam a atenção, vejamos:

Valendo-me da fundamentação já empreendida, entendo que a culpabilidade (juízo de censura) — que também tem como sustentação a posição profissional do réu e o desejo de manter o funcionamento dos ajustes com Júlio Camargo — é extremamente elevada no caso concreto, pois o réu, que chegou a exercer o cargo Diretor da Petrobras, atuou com dolo intenso, o iter criminis é bastante complexo, presente a capacidade de resistir ao ilícito, tendo o agente desempenhado papel relevante na engrenagem criminosa (devido à sua intervenção, a Apolo Tubulars logrou participar de certame e firmar contrato milionário com a Petrobras).

Como destacado acima, tenho que o principal vetor a nortear a pena é a culpabilidade, e a intensidade do dolo é um dos principais elementos para sua apuração. Ou, nas palavras de Aníbal Bruno, “E é natural que a grandeza da culpabilidade venha a ser um dos dados mais influentes da mensuração da pena” (Direito Penal, t. III, Forense, 1984, p 156), e isto não se modificou com a adoção da teoria finalista da ação.

A culpabilidade deve ser considerada bastante elevada, na medida em que se trata de pessoa que exerceu papel relevante dentro da Petrobras, sendo pessoa na qual tinha (ou deveria ter) sido depositada elevada expectativa para não promover ataques contra o patrimônio público. Contudo, usou o cargo que ocupava para beneficiar indevidamente o grupo político do réu José Dirceu.

Trata-se de pessoa com alta escolaridade e salário elevado, compreendendo perfeitamente o caráter ilícito de sua conduta, bem como tendo ampla possibilidade de pautar sua conduta conformidade com o direito. Não é demasiado referir — embora pareça que a moderna doutrina tenha esquecido do ponto — que o dolo do autor foi intenso, uma vez que seu agir consistiu em diversas etapas, desde a associação criminosa até a corrupção de servidor público de alto escalão da Petrobras. (BRASIL, 2018, grifo nosso).

Tendo em vista que muitos dos trechos são repetidos e adaptados para todos os réus

dentro de um mesmo acórdão, a análise será feita a partir do trecho anterior. Inicialmente, mais uma vez é trazida à baila pelo julgador a profissão do acusado, norteando a pena de acordo com o cargo que ocupava na Administração Pública. Além disso, o grau de escolaridade e o salário elevado novamente são circunstâncias utilizadas para aumentar a pena base. Por fim, a frustração das expectativas — da sociedade ou do próprio julgador — vem à tona por mais de uma vez, os réus são pessoas nas quais tinham sido depositadas expectativas de não promoção de “ataques ao patrimônio público”.

Mesmo que possamos afirmar, a partir da análise quantitativa e qualitativa, uma tendência ao recrudescimento quando falamos na Operação Lava-Jato, existem trechos de acórdãos não relacionados a ela que merecem nota e análise, vejamos:

8. Dosimetria da pena. Ao magistrado, valendo-se das balizas normativas estabelecidas de forma bastante detalhada pelo Código Penal, cabe a tarefa de individualizar a pena de forma proporcional à conduta praticada pelo réu. A meu ver, somente cabe a intervenção deste Tribunal quando houver nítido descompasso entre os critérios utilizados na dosimetria e os fatos em julgamento. Atento aos elementos que constam da persecução e a intensidade da lesão ao bem jurídico tutelado pelos tipos penais do art. 317 e 333 do Código Penal, considero que a operação de apenamento realizada na sentença merece reparo, no sentido de serem exacerbadas as reprimendas aplicadas.

Entre as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, **aponto de início como desfavoráveis aos réus a culpabilidade. Quanto aos servidores públicos denunciados, a conduta por eles perpetrada não se coaduna com a dignidade e probidade exigidas dos relevantes cargos públicos que ocupavam. Lembro, quanto à vetorial culpabilidade, da lição de Ruy Rosado de Aguiar Júnior:**

Considera-se, nessa fase, que o crime representa uma quebra na expectativa de que o agente atenderia ao princípio ético vigente na comunidade assim como expresso na lei; seu ato será tanto mais censurável quanto maior a frustração. A avaliação do juiz ponderará o conjunto dos elementos subjetivos que atuaram para a deflagração do delito, os motivos, os fins, as condições pessoais, analisados de acordo com o sentimento ético da comunidade em relação a tais comportamentos

(Aplicação da pena. 5. ed. Porto Alegre, RS: AJURIS, Escola Superior da Magistratura, 2013. p. 68)

Assim, para os servidores denunciados considero que o desvio ético é de maior gravidade, justificando a exasperação da pena-base em 4 meses para o réu Heron, 6 meses para o réu Vladimir e em 10 meses para o réu Cícero, sendo a graduação do acréscimo realizada de acordo com o envolvimento de cada servidor nas práticas delitivas deslevidas pela operação Worker.

A exasperação da pena, pela negativação da moduladora culpabilidade, também alcança a reprimenda a ser fixada em desfavor do réu Antônio Roberto Barata, pois os fatos narrados desvelam o desprezo do réu pela ordem legal, seu destemor e certeza de impunidade, utilizando ele da atuação irregular de servidores públicos para enriquecer de forma ilícita.

No caso em análise, novamente verificamos a análise da culpabilidade apontada como negativa devido ao fato da conduta dos réus não de coadunar com as atividades por eles exercidas como servidores públicos. Ocorre que, novamente, é importante frisar que a corrupção passiva é um delito praticado exclusivamente por indivíduos que ocupam cargos públicos, ou seja, está inerente ao tipo penal que os réus são servidores.

Assim, a exasperação da pena base por esse fato acaba por estigmatizar, por duas vezes, os agentes que praticaram a conduta. Com base nos acórdãos analisados, é possível afirmar que a criminalização e estigmatização ocorrem mais corriqueiramente no contexto de grandes operações, principalmente aquelas amplamente divulgadas e noticiadas pela mídia.

Diante de toda a análise trazida, temos que o sistema de justiça criminal federal, assim como o estadual, tem diversos pontos problemáticos. As grandes operações policiais serviram para que pudessem ser vistos de forma mais clara. A incorporação de novos institutos como a delação premiada, assim como a ampliação do foco sobre os delitos praticados por membros de elites políticas e empresariais, acabou por reforçar padrões de atuação seletiva e inquisitiva do sistema de justiça. De outro lado, a importância dessas decisões para a disputa política entre partidos acabou fazendo com que a atuação do Poder Judiciário fosse pautada por critérios de oportunidade. Levou-se em conta as consequências políticas das decisões tomadas, não apenas para o resultado eleitoral mas também para a legitimação do Poder Judiciário.

Como resultado, o que se produz é uma maior insegurança jurídica e o enfraquecimento dos direitos e garantias fundamentais, inscritos desde 1988 na Constituição, mas ainda muitas vezes não respeitados pelas instâncias judiciais na sua atuação cotidiana. Levando em conta que a democracia é o regime em que as maiorias escolhem os governantes e há garantias para o cidadão acusado de um delito, como o devido processo legal; a fragilização desse arcabouço jurídico-processual pode ser computada como um dos aspectos importantes para que se reconheçam os limites da experiência democrática no Brasil, com o reforço de padrões tradicionais de atuação judicial, em que pese com o foco em um tipo de criminalidade que até então não era tratado pelo Poder Judiciário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos 2000, a judicialização da política assume contornos distintos e o combate à corrupção — principalmente política — torna-se central no funcionamento do Poder Judiciário. Com a inserção de novos atores (como a Polícia Federal), a ampliação do campo criminal e o destaque para a jurisdição federal (substituindo a estadual), um novo modelo se instala no país. As instituições federais ganham visibilidade por meio das grandes operações de combate à corrupção e ao crime organizado — nesses processos, o banco dos réus é ocupado por grandes empresários e políticos importantes.

Com o objetivo de consolidar o aporte teórico trazido, realizamos nossa pesquisa empírica. Na análise, encontramos um número similar de ocorrências de corrupção ativa (37) e corrupção passiva (41). Desses 89 réus, 59 deles foram condenados e apenas 12 absolvidos, fato que aponta para uma elevada taxa de criminalização desses delitos. Além disso, separando os tipos penais, em aproximadamente 72% dos casos os acusados por corrupção ativa foram condenados e 25% absolvidos. Já no que toca à corrupção passiva, 76% dos réus receberam decisão condenatória e 7% absolutória. Não há, nesse sentido, uma diferenciação no tratamento dos agentes por tipo de crime praticado.

Tendo em vista o aumento das operações de combate à corrupção e o protagonismo dado a elas tanto pelo Poder Judiciário quanto pela mídia, dividimos as decisões relacionando-as com as respectivas operações anteriores. Com isso, verificamos que a imensa maioria dos casos tem vinculação com operações anteriores e, ainda, grande parte delas com a Operação Lava-Jato. Em relação aos casos da Lava-Jato, houve 29 decisões condenatórias e apenas 4 absolutórias, isso denota elevado índice de criminalização.

Sobre a aplicação das penas, a Operação Lava-Jato contou com os patamares mais elevados. A média das penas aplicadas na Operação é de 5 anos e 2 meses; nos casos que envolvem outras operações esse número é de 2 anos e 9 meses; e nos casos que não envolvem operações, 3 anos e 4 meses. Desse modo, não podemos afirmar que processos que envolvem grandes operações policiais levam à aplicação de penas mais duras; entretanto, quando se trata da Operação Lava-Jato, essa conclusão parece plausível. Ainda no que toca à aplicação da pena, nos casos em que o instituto da delação premiada — apenas em casos da Lava-Jato — foi utilizado, houve diminuição significativa na reprimenda.

Por fim, a técnica qualitativa se deu a partir da análise de discursos. Verificamos, nesse âmbito, diversas questões passíveis de problematização. A primeira delas diz respeito à culpa-

bilidade: em diversos processos é alegada a culpabilidade elevada pela função ocupada pelo acusado nos casos de corrupção passiva. No entanto, a corrupção passiva tem como pressuposto sua prática por funcionário público, logo a exasperação da pena-base com fundamento nesse argumento pode ser inadequada. Outra questão importante visualizada seria uma expectativa da sociedade no não cometimento de crimes por funcionários públicos, razão pela qual a pena também seria aumentada, igualmente com base na culpabilidade.

Desse modo, tendo em vista tanto a revisão bibliográfica realizada quanto a pesquisa documental, temos que o combate à corrupção pelo Poder Judiciário, caso se pretenda efetivo, necessita de aperfeiçoamentos, principalmente no que toca à universalização das decisões e argumentos utilizados. Além disso, percebemos um tratamento diferenciado nos casos que envolvem a Operação Lava-Jato, provavelmente relacionado ao clamor popular por punições mais severas nesses processos.

O fato é que não há nenhuma estrutura coesa e adequada para lidar com essa criminalidade, devido a problemas na origem do Poder Judiciário e na forma como esse se tornou protagonista das relações sociais e de embates políticos. Portanto é necessário pensar em outras possibilidades — possivelmente não na esfera criminal — de combate à corrupção, com foco na prevenção, assim como na necessidade de redução do caráter espetacular e midiático das operações policiais e do processamento judicial do combate a estes crimes.

REFERÊNCIAS

1. AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; FILGUEIRAS, F.; GUIMARÃES, J.; STARLING, H. (org.). **Dimensões políticas da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
2. AZEVEDO, R. G. **Sociologia e justiça penal: teoria e prática da pesquisa sociocriminológica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
3. BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
4. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 0000044-28.2005.4.04.7103** (8. Turma). Relator: João Pedro Gebran Neto. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&-txtValor=0000044-28.2005.4.04.7103%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
5. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 0000740-73.2010.4.04.7108** (7. Turma). Relator: Márcio Antônio Rocha. Disponível em: <https://www2.trf4.jus.br/>

- trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&-txtValor=0000740-73.2010.4.04.7108%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
6. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 0010752-42.2002.4.04.7104** (7. Turma). Relatora: Cláudia Cristina Cristofani. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=0010752-42.2002.4.04.7104&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
 7. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5000405-77.2016.4.04.7004** (7. Turma). Relator: Luiz Carlos Canalli. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5000405-77.2016.4.04.7004&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
 8. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5000911-53.2012.4.04.7017** (8. Turma). Relator para Acórdão: Leandro Paulsen. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5000911-53.2012.4.04.7017%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
 9. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5000964-16.2011.4.04.7002** (8. Turma). Relator para Acórdão: Leandro Paulsen. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5000964-16.2011.4.04.7002&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
 10. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5001215-64.2016.4.04.7000** (8. Turma). Relator: Victor Luiz dos Santos Laus. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5001215-64.2016.4.04.7000%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
 11. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5001346-06.2017.4.04.7032** (7. Turma). Relatora: Cláudia Cristina Cristofani. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5001346-06.2017.4.04.7032%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
 12. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5001453-48.2010.4.04.7112**

- (8. Turma). Relator: Victor Luiz dos Santos Laus. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_pesquisa&strSecao=TRF&txtValor=5001453-48.2010.4.04.7112%20&selForma=NU&txtDataFase=01/01/1970&chkMostrarBaixados=. Acesso em: 20 nov. 2019.
13. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5001694-64.2015.4.04.7203** (8. Turma). Relator: Victor Luiz dos Santos Laus. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5001694-64.2015.4.04.7203%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
14. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5001723-72.2010.4.04.7112** (8. Turma). Relator: Victor Luiz dos Santos Laus. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5001723-72.2010.4.04.7112%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
15. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5001889-07.2010.4.04.7112** (8. Turma). Relator: Victor Luiz dos Santos Laus. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5001889-07.2010.4.04.7112&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
16. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5001949-77.2010.4.04.7112** (8. Turma). Relator: Victor Luiz dos Santos Laus. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5001949-77.2010.4.04.7112%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
17. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5002084-37.2015.4.04.7202** (8. Turma). Relator: João Pedro Gebran Neto. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5002084-37.2015.4.04.7202%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
18. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5002546-98.2014.4.04.7017** (7. Turma). Relatora: Salise Monteiro Sanchotene. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5002546-98.2014.4.04.7017%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
19. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5002833-93.2016.4.04.7016**

- (8. Turma). Relator: João Pedro Gebran Neto. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5002833-93.2016.4.04.7016%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
20. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5003239-52.2013.4.04.7103** (8. Turma). Relator: Victor Luiz dos Santos Laus. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5003239-52.2013.4.04.7103%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
21. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5005827-72.2012.4.04.7004** (8. Turma). Relator: Nivaldo Brunoni. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5005827-72.2012.4.04.7004%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
22. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5006096-78.2012.4.04.7112** (8. Turma). Relator: João Pedro Gebran Neto. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5006096-78.2012.4.04.7112%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
23. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5015608-57.2017.4.04.7000** (8. Turma). Relator: João Pedro Gebran Neto. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5015608-57.2017.4.04.7000%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
24. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5017377-76.2012.4.04.7000** (7. Turma). Relator: Rony Ferreira. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5017377-76.2012.4.04.7000%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
25. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5024375-46.2015.4.04.7100** (8. Turma). Relator: Leandro Paulsen. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5024375-46.2015.4.04.7100%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 21 nov. 2019.

26. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5024879-90.2017.4.04.7000** (8. Turma). Relator: João Pedro Gebran Neto. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&-txtValor=5024879-90.2017.4.04.7000%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
27. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5027685-35.2016.4.04.7000** (8. Turma). Relator: João Pedro Gebran Neto. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&-txtValor=5027685-35.2016.4.04.7000%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
28. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5036518-76.2015.4.04.7000** (8. Turma). Relator: João Pedro Gebran Neto. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&-txtValor=5036518-76.2015.4.04.7000%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
29. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5036528-23.2015.4.04.7000** (8. Turma). Relator: João Pedro Gebran Neto. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&-txtValor=5036528-23.2015.4.04.7000%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 20 nov. 2019.
30. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5046512-94.2016.4.04.7000** (8. Turma). Relator: João Pedro Gebran Neto. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&-txtValor=5046512-94.2016.4.04.7000%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em 26 nov. 2019.
31. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5054932-88.2016.4.04.7000** (8. Turma). Relator: João Pedro Gebran Neto. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&-txtValor=5054932-88.2016.4.04.7000%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em 21 nov. 2019.
32. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5061578-51.2015.4.04.7000** (8. Turma). Relator para Acórdão: Leandro Paulsen. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=5061578-51.2015.4.04.7000%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txt=

Chave=. Acesso em: 20 nov. 2019.

33. BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR 5063271-36.2016.4.04.7000** (8. Turma). Relator: João Pedro Gebran Neto. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&-txtValor=5063271-36.2016.4.04.7000%20&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=TRF&sistema=&txtChave=. Acesso em: 26 nov. 2019.
34. ENGELMANN, F. **Sociologia política das instituições judiciais**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.
35. KANT DE LIMA, R.; MOUZINHO, G. M. P. Produção e reprodução da tradição inquisitorial no Brasil: entre delações e confissões premiadas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 3, p. 505-29, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7743/6960>. Acesso em: 24 jun. 2021.
36. LOBATO, J. D. T.; MARTINELLI J. P. O.; SANTOS, H. S. (org.). **Comentários ao Direito Penal econômico brasileiro**. Belo Horizonte, MG: Editora D'Plácido, 2017.
37. MARONA, M. C.; DEL RÍO, A. (org.). **Justiça no Brasil às margens da democracia**. Belo Horizonte, MG: Arraes, 2018.
38. MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
39. MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.
40. PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
41. SANTOS, B. S. **Os tribunais nas sociedades contemporâneas**. Porto: Edições Afrontamento, 1996.
42. SANTOS, B. S. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
43. SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
44. VERBICARO, L. P. Um estudo sobre as condições facilitadoras da judicialização da política no Brasil. **Rev. Direito GV**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 389-406, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322008000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2019.

Marina Balestrin Kobielski

Advogada. Mestra em Ciências Criminais (2020) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Ciências Penais (2018) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1885-0092>. E-mail: marinabalestrink@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica e análise dos dados.

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Doutor (2003) e Mestre (1999) em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991). Especialista em Análise Social da Violência e Segurança Pública (1996). Professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, atua nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Criminais e em Ciências Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal. Pesquisador associado e membro do Comitê Gestor do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7050-8852>. E-mail: rodrigo.azevedo@pucrs.br. Colaboração: Orientação, revisão e redação.

T RAJETÓRIAS
E PERSPECTIVAS

Uma Brecha Crítica na “Cidade Garantida”? Espaços Intermediários e Arquiteturas de Uso¹

The Guaranteed City: The Ruin of Urban Criticism?

Marc Breviglieri

Haute École Spécialisée de Suisse Occidentale, Haute École de Travail Social, Genebra, Suíça

Tradução de Yolanda Gaffrée Ribeiro²

Yolanda Gaffrée Ribeiro

Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este texto consiste na análise de uma dinâmica subterrânea de resistência. Essa dinâmica não surge como uma máxima agressiva, mas sugere a afirmação de uma alternativa àquela que o urbanismo tenta – atualmente em uma escala internacional – controlar, regular e orientar, apoiando-se sobre o princípio de uma cidade garantida, a mesma que gostaria de assegurar a qualidade de suas características, afirmando estar preocupada em compartilhar formas de avaliação. Essa cidade daria, assim, a garantia do que se considera “geralmente” uma circulação fluida, uma qualidade patrimonial, uma boa variedade de comércios, serviços eficazes, um grau de rentabilidade satisfatório aos investimentos etc. Ao oferecer ao cidadão um espaço de escolha, essas propriedades da cidade garantida contribuem para o empoderamento (*empowerment*) do indivíduo,

1 [N. T.] Traduzido do original: BREVIGLIERI, M. Une brèche critique dans la ville garantie? Espaces intercalaires et architectures d’usage. In: LANZA, E.; COGATO; PATTARONI, L.; PIRAUD, M.; TIRONE, B. (org). **De la différence urbaine**: le quartier des Grottes, Genève. Suisse: Ed: MétisPresses, 2013.

2 [N. T.] Tradução realizada no âmbito do Projeto Cep 29: Núcleo capixaba de estudos da experiência humana em meio urbano, EDITAL CNPq/FAPES nº 22/2018 – PROGRAMA PRIMEIROS PROJETOS – PPP, nº 058/2019), coordenado por Manuela Vieira Blanc, e do Projeto Rede Internacional de Pesquisa sobre administração de conflitos em espaços públicos plurais: desigualdades, justiça e cidadania em perspectiva comparada, coordenado por Fabio Reis Mota (EDITAL CAPES/PRINT – nº 41/2017, vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos – InEAC e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense). Aproveitamos para agradecer as contribuições da professora Jussara Freire para o trabalho de tradução, isentando-a, naturalmente, de possíveis incorreções cometidas.

Recebido em 07 de julho de 2021.

Aceito em 19 de julho de 2021.



destinado a encontrar os meios de reforçar suas capacidades de autodeterminação. No entanto, a formatação de um espaço referencial e informacional que sustenta a construção da cidade garantida, tende a lhe retirar algumas de suas qualidades sensíveis. A metrópole contemporânea altera, neutraliza e esteriliza os ambientes mais desqualificados, os menos traduzíveis, o gênero daqueles que poderiam dar às cidades uma profundidade perturbadora, tonalidades afetivas cambiantes e oportunidades do desvio sem referenciais.

Palavras-chave: Espaço urbano, A cidade garantida, Arquiteturas de uso, Sociologia pragmática.

ABSTRACT

This text focuses on analysing an underground resistance dynamic. This dynamic does not emerge in the form of aggressivity, but rather suggests an alternative to what urbanisation is now trying, on an international scale, to control, regulate and direct by employing the principle of the guaranteed city, that is, a city that seeks to assure us of the quality of its properties and claims to share the evaluation of them. Such a city thus supposedly guarantees what is 'generally' thought to be free-flowing traffic, heritage architecture, a good selection of shops, efficient public services, satisfactory profitability for investments and so on. Provided for citizens in a given space, these properties of the guaranteed city contribute to the empowerment of individuals, who are supposed to find there the means of reinforcing their ability to make choices. However, the creation of a referential and information space which underpins the building of the guaranteed city tends to remove from it some of its palpable qualities. Contemporary cities change, neutralise and render bland the most indefinable and most untranslatable of atmospheres, atmospheres that could give cities a disturbing deepness, changing emotional tones, opportunities for wandering without knowing where you are going.

Keywords: Urban space, The guaranteed city, Architectures of usage, Pragmatic sociology.

Prelúdio/

Primeira visita a *Grottes* (por volta das 16h30) /notas de campo retrabalhadas

[...] Parece que adentramos ao bairro de *Grottes* encontrando de imediato as marcas de uma atmosfera peculiar. Após ter penetrado no coração dele, deixamos para trás os espaços públicos relativamente anônimos. Um grande estacionamento quase vazio, uma rua congestionada, percorrendo a via férrea e cruzando, mais adiante, uma larga avenida que

contorna uma outra borda do bairro. É preciso, então, atravessar esse estacionamento para sentir que adentramos em *Grottes*. Por detrás da passagem que contorna o estacionamento, o bairro se desdobra em pracinhas e em pequenas ruas que sobem, não parecendo, à primeira vista, nem inteiramente discernível, nem inteiramente divisível e, tampouco, homogêneo em sua integralidade. No limiar da travessia, predomina uma ruptura de sensação, prelúdio para a manifestação sensível de uma atmosfera mais “interior”, mais intimamente viva. Ao penetrar no bairro, tenho a impressão de desacelerar; de estar afundando, ao sentir como um encolhimento da cidade no espaço confinado do bairro [...]. Ao olhar as marcas de corrosão sobre as fachadas ou sobre o mobiliário urbano, a estética do bairro remete, nitidamente, a diferentes padrões de historicidade entrelaçados.

A localização no espaço não é evidente; a tonalidade sensível que envolve a perambulação é impregnada por um estímulo exploratório, destacando-se sobre um suave fundo de inquietação (impressão de desorientação, ligada a sensação de perder o chão e de encolhimento). Essa inquietação de fundo é compensada pelo sentimento de ter chegado a um bairro, de estar protegido pela membrana fictícia que o reveste de certa unidade [...]. A camada de sensações é densa, o bairro dá uma impressão de densidade arquitetônica; as ruas, ruelas e galerias frequentadas pelos moradores indicam um entrelaçamento de corredores e becos que anunciam uma série de posturas atentas, intensificando as diferentes direções da travessia; os lugares e as pracinhas convidam a uma permanência temporária, como em um jogo de sombra e de luz que contextualiza, de outra forma, esta heterogeneidade do formato arquitetônico.

A orientação também é perturbada pelo estatuto ambíguo dos espaços: a cisão entre espaço público e privado não é a todo momento discernível, os limiares das habitações e as cercas que as separam não são necessariamente aparentes. Afinal, determinados lugares de passagem parecem atravessar os lotes residenciais. O andar hesita diante de zonas porosas e indecisas, intercaladas entre lugares de moradia e espaços de circulação. Do ponto de partida, situado na estação, até penetrar em *Grottes* há, nitidamente, uma variação qualitativa do contato com o outro. Encontro-me, então, menos nos lugares de intersecção e de itinerários que se cruzam, como se estivesse no espaço comum de uma vizinhança, a qual me sinto sensivelmente envolvido. Isso suscita, ao mesmo tempo, um incômodo provocado por um sentimento de intromissão, mas também potencializa o encontro, através dos olhares insistentes dos moradores, da interpelação simpática de um comerciante ou da breve discussão com uma mãe, cujo filho quase me atropelou de bicicleta.

Este texto consiste, então, na análise de uma *dinâmica subterrânea de resistência*. Essa dinâmica não surge como uma máxima agressiva, mas sugere a afirmação de uma alternativa

àquela que o urbanismo tenta – atualmente em uma escala internacional – controlar, regular e orientar, apoiando-se sobre o princípio de uma *cidade garantida*, a mesma que gostaria de assegurar a qualidade de suas características, afirmando estar preocupada em compartilhar formas de avaliação. Essa cidade daria, assim, a garantia do que se considera “geralmente” uma circulação fluida, uma qualidade patrimonial, uma boa variedade de comércios, serviços eficazes, um grau de rentabilidade satisfatório aos investimentos etc. Ao oferecer ao cidadão um espaço de escolha, essas propriedades da *cidade garantida* contribuem para o empoderamento (*empowerment*) do indivíduo, destinado a encontrar os meios de reforçar suas capacidades de autodeterminação. No entanto, a formatação de um espaço referencial e informacional que sustenta a construção da *cidade garantida*, tende a lhe retirar algumas de suas qualidades sensíveis. A metrópole contemporânea altera, neutraliza e esteriliza os ambientes mais desqualificados, os menos traduzíveis, o gênero daqueles que poderiam dar às cidades uma profundidade perturbadora, tonalidades afetivas cambiantes e oportunidades do desvio sem referenciais.

O CHAMADO ÀS GARANTIAS

O prelúdio que refaz minha primeira visita ao bairro de *Grottes* traz à tona esta qualidade sensível do espaço urbano. Mais do que isso, recorre a uma perturbadora curiosidade que é suscitada pela profundidade inesgotável do percurso. A *cidade garantida* gostaria, de certo modo, de não mais permitir estas situações: nem uma desestabilização das esperas, nem o deslocamento incontrolável dos suportes sensíveis, tampouco esta delimitação confusa de orientação e de territórios que se cruzam. No entanto, são essas situações que mantêm, em essência, uma forma de resistência ao seu advento generalizado. Principalmente, através de modalidades de habitação e de partilha dos espaços urbanos, é possível confundir os espaços referenciais e as zonas de demarcação convencional, tais como as advindas do urbanismo das metrópoles contemporâneas. Com isso, é reintroduzida a ambiguidade nos modos de apropriação e de uso e se restitui uma carga de realidade à “alteridade regeneradora do sensível” (LANNON, 2008). Não por acaso, os recentes movimentos de revolta dos indignados tem mobilizado, igualmente, a questão e investido no espaço pela dimensão do sensível ou da estética (BULLE, 2012).

Aparição de uma angústia civilizacional. Em primeiro lugar, esboçarei um esquema

geral, a partir do qual será possível circunscrever, progressivamente, o domínio de reflexão sobre a cidade garantida. Trata-se, inicialmente, de colocar a discussão no horizonte de uma angústia própria a nossa civilização que, de modo esquemático, constitui o primeiro nível de explicação para uma demanda quase ilimitada de garantias que dão lugar – especialmente no domínio da construção e do urbanismo – ao recurso da creditação e da avaliação em uma dimensão inédita (BOURDIN, 2010; THÉVENOT, 1986, 1994, 1997, 2013; VITALE, 2009)³. Essa angústia torna o “agir humano” (JONAS, 1990), a princípio, prisioneiro das suas inquietações, enquanto a sua autoridade fica subordinada ao crédito concedido a um conjunto de dispositivos terceiros, passíveis de suscitar a confiança. Esses últimos são variáveis e devem representar, ao mesmo tempo, tanto as autoridades neutras, como as que não dependem de um poder arbitrário e subordinador, o qual poderia orientar os projetos de construção ou de modificação da cidade.

Trata-se, então, de observatórios que produzem *expertises* científicas autônomas, de agências de certificação ou que atribuem um selo de qualidade, de escritórios de engenharia civil e espaços de concertação que permitiriam um controle democrático e participativo destes projetos. Ainda, pode-se falar de associações militantes e, também, sindicais, que propõem quadros de medida alternativos. Nesse sentido, a consolidação da autoridade legítima de um projeto urbano se caracteriza, por, pelo menos, três modalidades: consulta a profissionais especializados; aplicação de diretivas evolutivas que impõem prescrições técnicas (as que resultam, de modo mais frequente, de organismos de representação com interesses diferenciados em relação aos do poder estatal) ou, ainda, recorrendo a organismos de creditação ou de certificação que atestam a qualidade do projeto. Com a atuação de todos esses agentes, ganha-se um crédito que opera como um recurso, capaz de os conceder uma autoridade legítima frente aos demais atores envolvidos.

A internalização destes dispositivos que acompanha o desenvolvimento do projeto urbano, ele mesmo tornado obrigatório por lei, leva, na maioria das vezes, a uma nítida proliferação e a uma densa interconexão de indicadores de performance e de qualidade das instalações (segurança, energia limpa, equilíbrio orçamentário, representações das necessidades dos moradores etc.). Vemos em curso as práticas de monitoramento, de *benchmarking* e do direcionamento por meta (*targeting*), fazendo uso de bancos de dados credibilizados pela ferramenta estatística e econométrica. De um lado, esses indicadores de medida são colocados em circulação por meio de uma vasta rede de atores que intervêm na fabricação ou organização do lugar, convergindo

³ A obra de Laurent Thévenot e as suas colaborações com Alain Desrosières ou Robert Salais permitem apreender, particularmente, o poder crescente da avaliação na política, concomitante ao aparecimento de uma governança pelas normas, ajustada aos objetivos de liberalização da política e do mercado.

potencialmente com a ferramenta que dirige a ação pública territorializada. Por outro lado, tais indicadores são integrados a uma verdadeira mercantilização dos bens de consumo certificados, como trataremos a seguir. É, em parte, sob a influência dessa dupla dinâmica que as metrópoles se uniformizam ao mesmo tempo que se tornam comparáveis.

Primeira digressão em torno de uma gênese crítica: a arquitetura de uso contra a ideia de garantia. Esta transformação do poder legítimo posta em jogo no projeto urbano e que vê nascer uma nova economia de distribuição do crédito, coloca em dúvida a confiança básica que o arquiteto possa depositar no morador para partilhar a sua obra. Não se trata de dispositivos de concertação democrática que instituem ou levam ao diálogo em torno das necessidades racionalizadas dos moradores, antes e durante a realização do projeto. Trata-se de um crédito acordado às potencialidades criativas e inesperadas do uso, acionadas por meio do gesto singular e quase vital de apropriação pelo morador, uma vez levantada a estrutura e projetado o local. Esse gesto fundamental estrutura positivamente a experiência do habitar e, em um certo sentido, contribui, mesmo que parcialmente, para a criação da obra, levando a sua metamorfose progressiva ou a sua continuação inventiva. Traz, então, uma contribuição ativa, ao colocar diante do plano arquitetônico e da forma construída a expressão de uma corporeidade que se instala de forma permanente, além de organizar um ambiente material familiar e uma topografia afetiva elementar. Em duas palavras: arquitetura de uso.

Elaboração de um espaço defensivo. Inicialmente, insistirei neste fundo de angústia que coloca a nossa civilização urbana mundializada como horizonte de uma referência negativa, tomando o inferno urbano como metáfora frequente. Um inferno no qual caímos como nas profundezas de um abismo e que, precisamente, envolve uma demanda urgente de garantias sobre a sua refundação e seu bom uso. Não há nenhuma dúvida que esta angústia civilizacional diante do inferno – representado pela morte ou pelo declínio de certas cidades – mantém uma relação bastante específica com a arquitetura e o urbanismo, cujo poder de converter o lugar habitado em abrigo, faz prevalecer as coordenadas de segurança no espaço comum. O triunfo da cidade garantida deve encontrar sua projeção nessa relação primordial.

O que a angústia da qual tratamos aqui alimenta, e o que se atesta através dela, é a existência de um espaço delimitado e propício às elaborações defensivas, passando pela retração dos campos afetivos e das possibilidades de experiência, as quais tem, geralmente, o poder de escavar a profundidade sensível da cidade. Um espaço defensivo, cujo paradoxo aparente é o fato de não manter uma relação hermética e fechada com o mundo exterior, considerando que esse se impõe, desde o princípio, em uma dimensão mundializada e demonstra, ainda, uma grande permeabilidade ao fluxo significativo das trocas informacionais e mercantis que

alimentam a implementação do capitalismo contemporâneo. Ao final da edificação da cidade garantida, é preciso se valer da credibilidade de uma medida: o caráter exemplar apresentado pela produção arquitetônica e urbana, exportável e garantida pelos indicadores objetivos de qualidade. Esses indicadores, por sua vez, podem ser reduzidos a equivalência monetária e se encontram, assim, na zona de *interesses calculáveis* dos seus credores, eles mesmos submetidos às exigências dos capitais internacionais que alimentam os fluxos de troca globalizados.

Há, então, um lado da angústia que se esconde por trás da vontade de potência desta governança defensiva, colocando sob sua órbita a *cidade garantida*, cujo horizonte apresenta, desde o início, a iminência de uma catástrofe universal e uma desestabilização irremediável e desastrosa dos grandes equilíbrios cósmicos e biológicos, tal como tem sido corretamente apresentada por Hans Jonas (JONAS, 1990). Não podemos separar essa angústia do tema da culpa: o agir humano potencializa a ameaça e o perigo intrínsecos a ele, na medida em que desenvolve um mundo fundado sob a aceleração do progresso técnico científico e dos circuitos econômicos e informacionais, capazes de criar incômodos cujos efeitos cumulativos e irreversíveis escapam ao seu controle⁴. Com relação a esse ponto, a angústia tem, também, uma substância ética, visto que ela se caracteriza, exatamente, pela ideologia do progresso econômico, enquanto a sua matriz fundadora, o consumo, supõe a destruição e o esgotamento dos recursos e das energias, acabando por ameaçar a base vital da humanidade. O que o agir humano ameaça nada mais é, de fato, do que o solo sobre o qual ele ancora a sua própria existência, colocando em perigo “a vida que o carrega e a natureza cujo abrigo ele outrora recortava as muralhas das suas cidades”⁵ (RICOUER, 1991, p. 284).

Angústia do incomensurável e a preocupação com o calculável (a recusa da imaginação política). A primeira constatação que se impõe é o exagero ou a incomensurabilidade do fenômeno, seu alcance, validade, dimensão civilizacional (e não somente natural), sua natureza destrutiva e relacionada ao seu grau de destruição exponencial, ele mesmo alimentado pela interconexão generalizada que caracteriza a rede global planetária e sua transformação contínua⁶. Se considerarmos que a angústia corresponde a um conjunto de energias antecipadoras, compreendemos como a nossa civilização, particularmente fragilizada pelo desafio que lhe

4 Não se trata de levantar uma crítica de natureza tecnofóbica, mas de ter em vista a ambivalência da conquista humana no domínio da técnica, cuja grandiosa potência, acelerada pelos sistemas de interconexões (econômicos, técnicos, políticos, comunicacionais etc.), nos leva a revisitar suas modalidades de uso e a repensar os canais de responsabilidades entrelaçadas.

5 [N.T.] Na citação original: “*la vie qui le porte et la nature à l’abri de laquelle il découpait jadis l’enclos de ses cités*” (RICOUER, 1991, p. 284).

6 Sobre as questões de incomensurabilidade, ver CENTEMERI, 2011 e NANCY, 2012.

impõe o incomensurável, se retrai diante da eliminação de seu repertório de soluções e, portanto, frente ao enfraquecimento considerável de seus poderes de decisão e de domínio do futuro. Ora, essa retração exerce uma pressão para reconduzir a angústia do incomensurável em relação ao problema do calculável. Em outras palavras, ao reprimir a necessidade de uma reviravolta, no âmbito da ética do desenvolvimento, a qual Hans Jonas se referia como uma política do cuidado e uma filosofia da esperança responsável, fica favorecido o desafio de avaliação da ameaça. Poder-se-ia construir uma nova arquitetura de mundo, fundada sob uma outra ideia do comum, o que exigiria recorrer a dimensão excêntrica da imaginação política e levar a confecção de um novo revestimento ético. No lugar disso, o problema do calculável volta a ser objeto do saber científico e de uma pseudopolítica, ao tornar-se um fascínio para a gestão pública do risco, o que desloca a sua tarefa fundadora em nome do emprego sistemático de instrumentos de medida e de perícia, enquanto o recurso às instâncias terceiras garantem a qualidade da sua abordagem e a eficácia de seus objetivos.

Apaziguar (1). Normalizar e canalizar um dado acontecimento. O espaço cognitivo do cálculo, criado a partir do desafio inaugurado pela avaliação, coloca-se em um lugar de convivência entre os poderes políticos locais, as instâncias internacionais de regulação do mercado mundial e regulamentação jurídica internacional e os grandes investidores imobiliários (notadamente os maiores do BTP⁷). A eficácia dessa convivência não pode ser, atualmente, compreendida sem recorrer ao papel ocupado por um movimento de normalização que afeta, massivamente, as sociedades humanas em seu ambiente material e espacial. Um espaço cognitivo de cálculo está colocado em jogo: esquematicamente, a normalização configura o mundo em propriedades mensuráveis, implicando, por exemplo, que as propriedades humanas, as coisas e suas relações sejam consideradas na condição de regularidades previsíveis (THÉVENOT, 1995, 1997). O ambiente urbano contemporâneo sofre uma normalização funcional, como se estivesse, nesse momento, inteiramente coberto por um espaço de referências convencionais, capazes de facilitar a previsibilidade do uso normal que podemos fazer dele. Desta maneira, o desafio político-científico aberto à avaliação é recarregado pelos mesmos fenômenos que trazem à tona o problema do calculável (reações em cadeia, consequências em cascata, fenômenos de contaminação intencional, propagações repentinas de crises, volatilidade de indicadores de medida, colapso dos valores etc.). Tudo isso contribui para a mudança qualitativa do espaço da cidade e de seu ambiente material e natural, podendo, também, ser apreendida pela vontade de

7 [N.T.] A sigla BTP é uma abreviação da expressão em francês “Bâtiment et Travaux Publics” que diz respeito a um vasto campo em torno da concepção e da construção de edifícios públicos e privados, rodovias, obras de canalização etc

canalizar um determinado acontecimento que, a todo momento, aparece para além das possíveis antecipações.

Nesse sentido, não existe um bloqueio puro e simples do acesso às zonas instáveis das quais brotam os imprevistos, mas elas passam a ser consideradas por meio de “instrumentos de monitoramento” que encerram o acontecimento em um mecanismo de qualificação objetiva, reduzindo inexoravelmente sua complexidade imanente (THÉVENOT, 1997). O êxtase explosivo do festivo será reduzido à garantia de um divertimento urbano e de um consumo cultural, enquanto a inventividade técnica do criador será dirigida aos canais de inovação que garantem a reorganização industrial do território, valorizando o indicador de “criatividade das cidades” e, assim por diante (VIAUD; PATTARONI; BERTHOUD, 2010; ROY-VALEX, 2010). Deste modo, é mantido um quadro de garantia reforçado que parece pretender extrair ou proteger a cidade da totalidade confusa do sensível. Aqui, o levante do estranhamento poderia tocar de espanto o cidadão e, com isso, desestabilizá-lo, destituindo-o de suas capacidades de autonomia individual (PATTARONI, 2005).

Apaziguar (2). Coeficiente de atratividade, a cidade avaliada pelo mercado. É preciso considerar que tanto a propagação massiva dos sistemas de normalização como a certificação de qualidade seguem de perto o desenvolvimento de um espaço comercial em uma escala de mundialização dos fluxos das mercadorias. Nesse ponto, é notável que a Comunidade Europeia – alto escalão que programa a ampliação da esfera normativa (tanto ao nível dos direitos como das normas técnicas) – apareça para atuar no fortalecimento da regulação mercantil e na intensificação de um regime de concorrência (THÉVENOT, 2007). Em meio aos mercados que se tornaram, cada vez mais agressivos e voláteis em razão dessa concorrência exacerbada, a certificação da qualidade dos bens ou dos serviços ofertados se tornou um ponto de apoio indispensável para os atores econômicos. Trata-se de um sinal de confiança na atribuição de direitos aos consumidores e, devido ao crédito de reputação concedido, uma fonte de mais-valia do mercado para os produtores. O *coeficiente de atratividade* das cidades, ao compatibilizar rigorosamente os selos de qualidade e de performance (econômica, energética etc.), funciona como uma potente informação mercantil, ocasionando um efeito de sedução e captação dos capitais humanos e financeiros. O poder desse tipo de informação mercantil está, amplamente, fundamentado por um aparelhamento métrico sofisticado e mediatizado (indicadores de qualidade de vida e classificações em uma hierarquia urbana global), inserindo um elemento conativo que dinamiza o mercado, a partir da diferenciação e da rivalidade apresentada entre as cidades. Essas aparecem, então, ao mesmo tempo como “objetos de prestígio”, fonte de “interações miméticas” (supondo um movimento em direção a semelhança) e de estratégias de

distinção (induzindo a diferença) (ORLÉAN, 2011).

Segunda digressão em torno de uma gênese crítica: oposição entre o envolvente e o atrativo. Por trás desta concepção mercantil da cidade se estabelece, ao nível do cidadão, uma economia afetiva de natureza particular: o ambiente urbano é apreciado pela objetividade do que lhe torna atrativo (ou atraente), introduzindo elementos de julgamento que pedem para ser atualizados e atendem a uma abordagem consumista, na qual o gosto e a preferência individual são colocados à prova (*épreuve*). A atratividade afasta a realidade do vínculo que considera as afinidades e as dependências, a apropriação sensível e, por assim dizer, carnal, das convicções que se tocam forçosamente, por meio de uma relação íntima, esculpida pelo tempo. A ideia mesma de atratividade denuncia essa relação, convertendo a força de amar um lugar em uma simples preferência, reduzindo o conjunto de relações sensíveis ao julgamento objetivo.

Trata-se do retorno a uma modalidade de apreensão e, ao mesmo tempo, a uma mudança na natureza existencial que representa a cidade, tal qual como foi entendida quando a *cidade garantida* pretendeu assegurar a sua atratividade. Ou seja, ao mesmo tempo que a cidade se mostra atrativa, graças ao seu programa de sedução, ela não é capaz de prever o vínculo que lhe seria constitutivo. Isso nos leva a situar a divisão apontada acima, assim como o avanço de uma política certificadora da qualidade da cidade, à luz da extensão de um mundo preparado para acolher a intensificação dos fluxos humanos e as lógicas de mobilidade. Assim, a ênfase colocada na atratividade ilustra vir à presença (*venir à la presence*), ao mesmo tempo que incita o deslocamento e a possibilidade sempre aberta de não aderir a cidade habitada. No entanto, ao mover-se sobre o vínculo, a *cidade garantida* remete ao que é mantido como morada e às razões de um enraizamento afetivo.

A variedade arquitetônica como garantia mercantil. A atratividade das cidades se define, então, em relação ao percurso da sua legitimação mercantil, em um contexto de acirramento da competição que opõe umas às outras. As estratégias de posicionamento neste espaço concorrencial tornam as cidades, então, particularmente sensíveis aos efeitos da reputação. tais efeitos são baseados no reconhecimento das classificações mediatizadas sobre a qualidade de vida, nos grandes eventos culturais e esportivos, ou mesmo, na oferta de uma arquitetura notável. No entanto, as exigências do mercado atuam, também, no sentido de desenvolver a variedade da oferta, o que antecipa a expressão diversificada das preferências individuais e o ecletismo dos gostos. A cidade garantida torna variável e heterogênea, principalmente, a produção urbana que está integrada ao circuito de consumo global e, com isso, tende a gerar a diversificação das arquiteturas e, quem sabe, levar a uma busca pela excepcionalidade.

Jacques Lucan, ao descrever a difusão recente das quadras residenciais⁸, compostas de “várias construções, concebidas por diferentes arquitetos para diferentes empreiteiros” (macro lotes), fala de bom grado sobre a emergência de uma “cidade diversa”, anunciando a “diversidade” como palavra-chave do urbanismo contemporâneo⁹. a cidade assim concebida não se distancia, então, do núcleo da racionalidade econômica, enquanto um dispositivo que permite reagrupar – em uma imagem de conjunto – uma composição atraente aos arquitetos, cuja reputação circula graças a relativa massificação da cultura arquitetônica. Ao retomar, por conta própria, uma passagem do emblemático artigo de Christian de Portzamparc, Jacques Lucan indica: “A quadra aberta permite ‘a independência volumétrica de arquiteturas distintas’, o que garante “uma variedade infinita de possibilidades de recortes territoriais e arquitetônicos, logo, uma variedade de expressões arquitetônicas individuais” (LUCAN, 2011, p. 49). Aqui, é notável o impacto sobre a paisagem urbana: a despeito da rigidez dos cadernos de especificação – frequentemente discutidos pelos arquitetos – a morfologia de conjunto se fragmenta, dando espaço às variações de atmosferas arquitetônicas, ao uso de materiais inovadores, ao recurso a formas inéditas, às disposições aleatórias e aos alinhamentos irregulares de construções, em que são acentuadas a independência e a possibilidade de transformação ao longo do tempo.

A tensão própria aos espaços intermediários. Contudo, este movimento em direção ao atravessamento de tipologias e à encenação de diferenciações arquitetônicas lembra, mais uma vez, o lugar extraordinário ocupado pela questão da garantia. A partir das descrições de Jacques Lucan, fundadas em uma leitura minuciosa dos diferentes projetos de arquitetura em metrópoles francesas, nos últimos 15 anos, é possível observar que as variações das expressões arquitetônicas se inscrevem, essencialmente, no nível do tratamento volumétrico e do revestimento específico da construção, cuja atenção sustenta a relação com o gabarito e com a dimensão “escultural da forma arquitetônica” (LUCAN, 2011, p. 61). Ora, a complexificação das formas construídas e a distribuição aleatória dos imóveis tendem a introduzir configurações espaciais irregulares e descontínuas entre eles e os espaços de entrada e de travessia. Com isso, tem-se os estreitamentos bruscos de calçada, a permeabilidade entre as construções, os contrastes de ambiência, em suma, uma topografia surpreendente.

Trata-se, aqui, sem dúvida, do epicentro de uma renovação arquitetônica que tira

8 [N.T.] No original: “Îlots d’habitation”, expressão que pode ser designada como: “Um conjunto de casas, com espaços de uso comum, voltadas para uma espécie de pátio central. Trata-se de uma verdadeira ilha residencial, espremida em meio às vias de circulação que rodeiam as residências”. Agradecemos ao professor Marco Antônio da Silva Mello pela sugestão desta definição.

9 Herzog e Meuron vão escolher a expressão “cidade variada”, tal como é lembrado nesta publicação.

proveito, com frequência, das capacidades de modelização numérica que introduzem as morfologias híbridas e desconhecidas (SHU, 2011). Por outro lado, há um cruzamento de tensões que lembra como a realização do projeto é uma concepção polifônica, na qual as vozes estão frequentemente em discordância. Um destes elementos de tensão concerne à condição dos espaços intermediários, fazendo emergir a problemática do limiar e do limite. Ainda, a reafirmação tangível da divisão polarizada entre público e privado mostra-se adequada a defesa dos direitos individuais e, claramente, inscreve nesta proposta o horizonte do liberalismo político, tema sobre o qual voltaremos mais à frente.

Valérie Lebois, em sua tese de doutorado, defendida recentemente, tratou dos espaços intermediários na habitação coletiva parisiense contemporânea, descrevendo o equilíbrio dinâmico dos diferentes projetos arquitetônicos, sob o ângulo de um difícil encontro de múltiplas posições (arquitetos, moradores, empreiteiros e investidores) (LEBOIS, 2010). Com isso, a gestão dos espaços intermediários representa a recorrente linha de tensão na realização e manutenção das quadras residenciais. Essa tese permite considerar um conjunto de mecanismos que *desbotam* tal linha de tensão, em proveito do poder crescente acordado a uma “lógica econômica e securitária”, o que conduz ao fortalecimento de uma “iniciativa do cliente”, defendida sobremaneira pelo empreiteiro (LEBOIS, 2010, p. 137). A generalização desta “cultura do cliente” não cessa de abrigar uma polarização ideológica dos investidores em torno de um duplo objetivo: “assegurar a boa manutenção do patrimônio imobiliário e garantir a “fruição pacífica dos lugares” (LEBOIS, 2010, p. 171).

O porteiro se torna um “guarda”, cuja incumbência é “satisfazer uma clientela”, “coproduzindo a segurança” junto aos moradores e avaliando os potenciais riscos de degradação do locador, traduzindo-os em termos dos custos de manutenção. Os moradores participam deste movimento de avaliação por meio de enquetes de satisfação e dão voz à suas reclamações, ao mesmo tempo que vemos recuar suas capacidades de sociabilidade, em prol de um minimalismo moral e da simples expressão de suas preferências individuais¹⁰. Não é anedótico que essa situação expresse uma “demanda de tranquilidade diante das perturbações de vizinhança” e do “risco de invasão externa” (LEBOIS, 2010, p. 150). Tudo parece convergir em torno de uma necessária tranquilização da vizinhança que passa pelo “reforço do estatuto privado da moradia [...] e da neutralização das práticas que escapam a clara polarização entre privado e público” (LEBOIS, 2010, p. 108). Esta vigilância, colocada na relação público/privado, assim como a

10 O minimalismo moral corresponde a uma postura que busca evitar o confronto, manifestando uma relativa indiferença frente às convicções do outro, neutralizando a potência do conflito advindo das perturbações de vizinhança. Trata-se, ainda, de uma postura sobre a vida comum, profundamente ancorada no liberalismo político.

garantia acerca dos limites de tal separação, está no fundamento da “lógica da sociedade de serviços”, a mesma que lidera a gestão dos espaços intermediários nas quadras residenciais.

Terceira digressão em torno de uma gênese crítica: o poder perturbador das arquiteturas de uso. A partir da leitura desses trabalhos, é possível supor que a libertação das tipologias e o desejo de desenvolvimento de uma “cidade variada” (mistura morfológica da construção e do estatuto dos espaços intermediários, entre outros) falha, parcialmente, considerando a sua intenção de estar aberta a diversidade de usos e ao aprofundamento da relação sensível com o espaço. Isso ocorre, ao menos, sob o ângulo de uma relação de uso que se apropria do espaço de modo familiarizado, investindo e usando o lugar tornado habitável, o que potencializa a exploração e cria, ao mesmo tempo, o jogo e o espaço para jogar. É precisamente este valor de proximidade, esta arquitetura de uso emergente que ameaça perturbar uma normalidade funcional, colocando o desafio da utilização racional destes lugares. Esses são os aspectos que inquietariam o guarda e ameaçariam o morador, estando este último retraído face a ilusão de uma possível tranquilidade, o que faz emergir o problema da avaliação e uma demanda legítima de garantia, visando preservar o bom funcionamento dos espaços comuns e proteger a esfera privada de cada um. Este exemplo nos mostra como a cidade garantida induz um componente estruturante que age sobre o mundo, partindo do nível mais baixo do uso cotidiano e do contato familiar. Ora, a “cidade variada” não parece estar em condições de contrariar tal poder estruturante (PODESTÀ; VITALE, 2011).

A ESTRUTURAÇÃO DO USO E A NEUTRALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

Designação funcional dos lugares de uso (erradicação dos intervalos sem atribuição). Parece-me importante insistir sobre esta apresentação da cidade garantida, a qual compõe, estruturalmente, o uso cotidiano do ambiente urbano. Três desses aspectos estruturantes devem ser lembrados em conjunto para melhor especificar esta caracterização. Em primeiro lugar, trata-se de um procedimento sistemático de categorização dos espaços flutuantes e indefinidos; em segundo, de uma produção excessiva de indicadores normativos e referenciais convencionais no espaço público urbano e, por último, uma redução antropológica articulada à promoção do sujeito autônomo individual. Antes de tudo, a *cidade garantida* assegura a sua própria inteligibilidade (universal), a partir de uma leitura claramente superficial, na qual se revela a justaposição de lugares referenciados que remetem a uma representação de funções

normalizadas do espaço. Por exemplo, os espaços sem indicadores ou nos quais o uso produz um embaralhamento de referenciais, emergem quando um terreno abandonado é ocupado temporariamente por um movimento contestatório, revertendo a perspectiva da *cidade garantida* e desfazendo, possivelmente, seu poder estruturante.

Em algumas passagens da tese de Valerie Lebois, descobrimos o quanto esta antecipação inquietante do uso dos espaços intermediários provoca, entre os atores envolvidos no projeto, um verdadeiro esforço comum de esclarecimento categorial e designação sistemática dos fragmentos do espaço (corredor, rua paralela, passarela, pórtico etc.), ao nível dos dispositivos de comando, de conhecimento ou de consulta. Seja para impedir que qualquer intervalo não designado subsista¹¹, seja para lembrar a existência de uma função inicial do lugar, qual seja, a que promove a circulação e exclui a possibilidade de ocupação perpetuada dos espaços¹². Vemos, ainda, que a preocupação da garantia é reavivada quando as perturbações aparecem. Assim, este trabalho de categorização é completado pelo reforço ou pela incorporação de regulamentos, pela introdução de dispositivos técnicos prescritivos – destinados a proteger comportamentos “desviantes” (isto é, saindo da normalidade funcional) – ou, por fim, pela eliminação de elementos espaciais que se prestam a desvirtuar o uso.

Normalização dos lugares de uso (emergência do indivíduo normalmente previsível). Um segundo aspecto que caracteriza este componente estruturante da cidade garantida, se considerarmos o uso cotidiano do ambiente urbano, mantém uma política sistemática de normalização e de certificação das atividades e dos equipamentos do espaço público. Ele traduz, assim, certa homogeneização funcional da paisagem urbana, ou seja: mesmo que a normalização não exclua a variedade, esta passa a ser difundida em um mesmo espaço referencial funcional e, por isso, há um leque restrito de representações da ação normal. Além disso, a norma intervém diretamente nas configurações de uso, introduzindo, ao mesmo tempo, referenciais cognitivos padronizados no âmbito das atividades ordinárias e das forças físicas de orientação, as quais podem orientar a motricidade e a mobilidade corporal, no sentido de uma utilização razoável do ambiente. Assim, a cidade garantida se presta a uma utilização normalmente previsível por parte do indivíduo. O sujeito que avança no espaço urbano nunca fica desorientado e, raramente, está confuso e perturbado, o que reforça a sua autonomia e a sua plena individualidade.

¹¹ A autora observa, ainda, esta citação de um antigo diretor da OPAC: “Nós evitamos todos os espaços flutuantes e indeterminados, que não sejam nem privados nem públicos. Os espaços externos são qualificados como belos espaços comuns a serem vistos ou como jardins privados [...]”.

¹² Tais tensões entre ocupação e mobilidade no espaço público urbano são retomadas e analisadas, de forma proveitosa, especialmente nas pesquisas sobre as atividades de ordenamento (STAVO-DEBAUGE, 2003; BERGER, 2007).

Observando a cidade de sobrevoos, ele determina sozinho os seus percursos e efetua as escolhas em um nicho de possibilidades objetivas, planejadas e projetadas em um mapa. Ele tende, então, a circular em um espaço finalizado: segue direções, se orienta a partir de referenciais significativos, antecipa os obstáculos que estão, em geral, sinalizados, mede a distância e controla o seu esforço, caminhando com um passo decidido. Paradoxalmente, a atração pela novidade do mundo urbano, longe de provocar um espanto desconcertante, diante da inesgotável profundidade do real, parece, antes de tudo, responder a certas expectativas. Com isso, o campo de possibilidades está delimitado de antemão e, ao mesmo tempo, envolvido em um plano de ação realizado em escala individual. O ambiente urbano muda, progressivamente, de roupagem, de modo a acolher e favorecer esta busca de garantia. Ele organiza a sua espacialidade pré-fenomenal, ou seja, a sua contribuição efetiva e mundana, o que favorece a aparição de um modo de uso e a consagração de um público genérico, composto, idealmente, de sujeitos individuais autônomos, tornados a única figura plenamente habilitada a viver nele.

Uso do olho e regulação da distância social. É preciso, contudo, abordar o terceiro e último traço deste componente estruturante que estabiliza a relação de uso na cidade garantida. Como dissemos, se opera uma redução antropológica que tende a colocar, em primeiro plano, o cidadão, cujo poder é o de estar particularmente fechado nas competências individuais de mobilidade, orientadas pela “consciência do olho” (“*conscience de l’œil*”) (SENNET, 2000). É possível questionar, então, o que envolve privilegiar as capacidades visuais, às custas de outras formas de percepção sensorial em um espaço complexo como o da cidade. A descrição proposta por Jacques Lucan acerca das recentes operações de ordenamento que favorecem uma diversidade arquitetônica – como no caso da maior parte das metrópoles europeias – nos dá algumas possibilidades de resposta.

A complexidade morfológica, como vimos anteriormente, faria surgir a problemática do limiar e do limite, o que parece acompanhar uma polarização do discurso e da concepção arquitetônica sobre a dimensão do visível. Isso ocorre não apenas para promover uma estética perceptível sobre o plano do visual, mas, precisamente, para contribuir em ajustar, mais uma vez, a problemática correlata do limiar e do limite, fazendo com que a visão seja seu principal senso regulador. Assim, para otimizar a colaboração entre arquitetos, as prescrições urbanísticas nos dão uma definição suficientemente precisa para “predefinir o revestimento volumétrico”, mas também “os direitos de visão (*droits de vue*) ou o estatuto das passagens públicas e privadas” (LUCAN, 2011, p. 53). Além disso, trata-se de “abrir os leques da visão e de iluminação no interior das quadras residenciais” ou, ainda, de favorecer o alargamento das fachadas para “evitar os encontros face a face e a busca pelos olhares” (LUCAN, 2011, p. 65).

Os afastamentos são concebidos, geralmente, para agradar o olho do visitante e reforçar o poder da visão em público. Ao mesmo tempo, as “fugas visuais” se abrem sobre as cenas paisagísticas e as suas porosidades fazem valer os espaços privados colocados que vão, desde o espaço público, até o interior de certas moradias (LUCAN, 2011, p. 156).

No entanto, o tema da permeabilidade entre a moradia e o olhar, do qual tratamos aqui, não corresponde ao íntimo em si, mas o que da intimidade pode ser levado a público. Essa questão aparece, então, apenas na condição de garantir a manutenção de uma distância razoável do público em relação às propriedades privadas do indivíduo. Tal apelo se dirige, precisamente, ao olho, uma vez que ele representa o órgão do sentido da distância por excelência. É possível garantir esse distanciamento, então, ao se contentar em deslizar pela cidade sem tocá-la e captar, de passagem, as informações que satisfazem o horizonte público¹³. Ao reconhecer a distinção entre público e privado, característica da definição de uma concepção liberal do espaço urbano, este primeiro grau de intervenção do olho corresponde, também, a um segundo, a ele estreitamente ligado. O olhar, ao modular a sua intensidade e a sua disponibilidade ao outro, intervém como instrumento essencial de pacificação das relações civis na cidade (BREVIGLIERI; STAVO-DEBAUGE, 2007). O que chamamos de “indiferença polida” ou “desatenção civil”, enquanto formas de regulação pacificada da interação urbana, estão em consonância com uma atividade do olho, na medida em que a experiência do outro é considerada, essencialmente, sob um mundo fortuito e sob uma base de reciprocidade.

Nesse sentido, as relações em público tendem a permanecer na superfície, induzindo a uma “neutralização” do sensível que limita o poder de estímulo da cidade¹⁴. Em parte, é na base de uma tal experiência fugaz em comum que se constrói uma prioridade implícita dada à mobilidade no espaço que, ao ser auxiliada pelo olho, facilita o movimento e, ao mesmo tempo, protege da interpelação. Tal mobilidade se revela, então, como fundadora da autonomia individual do cidadão, cujos deslocamentos são apresentados como controláveis. Assim, ele comanda a orientação e a velocidade, inscrevendo seus trajetos entre os numerosos planos de ação calculados que permeiam o cotidiano. Vemos convergir, aqui, duas exigências que dão

13 Tal inquietação em assegurar esta diversidade das formas urbanas pode garantir, ao mesmo tempo, a atratividade da cidade e uma estrita separação entre público e privado, tendo, como contrapartida, uma tênue arquitetura do enclausuramento. Tanto a variação na altura, os jogos de porosidade e espessura de paredes translúcidas, a introdução de uma sinalização mais ou menos discreta, as diferenças de intensidade nas iluminações e a variação nas cores das fachadas ou das texturas do chão, levam às múltiplas representações do enclausuramento que acompanham os projetos de decoração, reforçando a linha de demarcação que dissocia o espaço público da propriedade privada.

14 “Eis a neutralização: se qualquer coisa começa a me perturbar ou a me atingir, só preciso continuar andando para pôr fim às minhas sensações” (SENNETT, 2000, p. 117).

consistência a esta figura do sujeito individual, da qual falamos mais acima. A primeira é a exigência de que ele coloque as suas escolhas preferenciais no centro da vida e, com isso, motive o seu percurso ou, melhor, a sua trajetória. A segunda requer que ele determine a si mesmo, o que confere a sua escolha o cumprimento e a manutenção de uma base de reciprocidade no âmbito das trocas humanas.

Neste momento, é seguro dizer que há, no espaço deixado pela contribuição estruturante do olho – cujo horizonte de permanência introduz a relação com o espaço e com o outro – um modelo particular de organização da cidade, associado a certa antropologia do cidadão. Nos resta compreender melhor, então, como esta *cidade garantida*, a mesma que faz prevalecer a figura do sujeito individual, ecoa, de certa maneira, este modelo de metrópole cosmopolita que traz consigo os grandes valores do liberalismo político e econômico.

Tolerância liberal e neutralização dos elementos sensíveis. A descrição dos fenômenos urbanos, do ponto de vista das habilidades do olhar, não nos levou, ainda, diretamente ao horizonte político e moral que abrange a totalidade deste ensaio descritivo. Para este esclarecimento é preciso, então, fazer um rápido percurso em direção a uma sociologia inspirada pela Chicago dos anos 1920, tida como um “laboratório social”. Nesse retorno, como foi possível observar, o projeto da cidade garantida contribui, igualmente, para uma higienização ou neutralização sensível dos espaços, por meio da redução programada em direção a normalização, agenciada por um circuito informacional a serviço dos atores da cidade (cidadãos e empresários). Examinando mais de perto o que sustenta esse modelo de sociabilidade urbana, fundada na indiferença polida, é possível esclarecer um aspecto absolutamente decisivo do liberalismo político. Um modo de entender, mais uma vez, a conexão entre liberalismo político e a emergência da metrópole americana, ela mesma colocada nas origens deste tipo de sociabilidade, nos leva a considerar a história do pluralismo religioso nos Estados Unidos e a maneira como é instituído um espaço público organizado pelo princípio de tolerância (WALZER, 1988).

Chicago figurou, adequadamente, o lugar em que se instalou uma sucessão de imigrantes, munidos de tradições particulares e onde foi possível a coexistência relativamente pacífica, e não autoritária, de um conjunto de tradições confessionais. Em um texto pioneiro, depois de ter retratado o seu percurso da cidade através da metáfora de um “mosaico do mundo”, Louis Wirth acrescenta dois elementos fundamentais que estão ligados intrinsecamente. São eles: “a justaposição de personalidades e modos de vida divergentes, o que tende a produzir uma visão relativista, e o sentido de tolerância às diferenças, considerada uma condição da razão para conduzir a secularização da vida” (WIRTH, 1990, p. 271). O espírito de tolerância, característico das relações superficiais e efêmeras na cidade, supõe que as convicções de cada

um sejam relativizadas, a ponto de prevalecer a indiferença. Essa é a operação silenciosa e ideológica capaz de tornar possível a emergência de um sujeito individual que, ao se emancipar do espaço urbano, saberia fazer valer os “segmentos de sua personalidade”, relacionados à “diversidade dos seus interesses” (WIRTH, 1990, p. 272).

A promiscuidade e o risco do desastre na metrópole multicultural contemporânea. De todo modo, por detrás desta posição, existe tanto um mecanismo simplificador que considera “o indivíduo como parte do público liberal”, como uma concepção restrita da ideia de tolerância (THÉVENOT, 2008). Retomando esta última postura de indiferença, na qual, finalmente, nenhuma importância é atribuída à diferença, temos a medida de um empobrecimento da comunicação, tal como observado por aqueles sociólogos. Nessa perspectiva, há uma exposição à solidão urbana ou o retraimento aos vínculos locais, assim como o sentimento de pertencimento a uma proximidade restrita¹⁵. Richard Sennett sublinha este custo humano do relativismo, apontando a apreensão do morador das grandes cidades para se expor ao outro, assim como a sua dificuldade para assumir o conflito entre os diferentes, favorecendo o interesse em estabelecer um contato verbal e o exercício do poder crítico do olhar.

No entanto, é possível questionar qual é o combate desta tolerância e, inicialmente, pode-se dizer que há uma luta contra a violência encoberta pela intensidade da confiança ou, de modo mais amplo, das convicções. A tolerância está, ainda, na base do tormento das guerras religiosas, o que abre caminho para uma sociedade secular (STAVO-DEBAUGE, 2012b)¹⁶. Está vinculada, então, a um gesto calculado que imprime, especialmente no funcionamento motor da visão e da troca de olhares, uma justa distância entre os indivíduos. Assim, em sua própria expressão, visa garantir um espaço de reserva inviolável que, a todo momento, escapa àquele que busca impor suas próprias convicções.

Em seguida, e não sem relação, a tolerância caminha ao encontro do problema suscitado pela alta densidade das metrópoles, qual seja: a promiscuidade. Louis Wirth observa a correlação entre os dois fenômenos: “Nunca anteriormente tão grandiosas massas de pessoas com características diversas [...] estiveram reunidas em uma tal mistura como esta das grandes cidades da América. De um modo geral e, particularmente, nos Estados Unidos, as cidades comportam uma heterogeneidade de pessoas e de culturas, de modos de vida altamente

¹⁵ Park é bastante explícito sobre este ponto, ao buscar explicar o problema da segregação, principalmente, através do fenômeno de um meio de recuo.

¹⁶ O autor volta, em detalhes, ao “caráter conativo da religião” e à dupla competência do liberalismo político, o qual busca acolher a diversidade religiosa e, ao mesmo tempo, se proteger das ameaças que esta, supostamente, encarna com as paixões da crença.

diferenciados, entre os quais há uma frequente comunicação mais tênue. A indiferença é maior e a tolerância mais ampla [...]” (WIRTH, 1990, p. 276). Nota-se que a promiscuidade impõe uma tensão à questão da proximidade, realçando sua propensão nefasta. Alguns anos antes e de modo ainda mais radical, no clássico *A Cidade (The City)*, Robert Ezra Park salientava que, em uma grande cidade, se poderia esperar “uma promiscuidade nociva e contagiosa, na qual vivem o indigente, o viciado, o delinquente”, motivo pelo qual “se reproduzem, indefinidamente, corpos e alma [...]” (PARK, 1990, p. 130).

Contudo, antes ainda, o que ameaça a perspectiva de paz, baseada no consenso implícito de uma relação fiduciária mútua e preservada pelo pacto de tolerância, é a incontrolável liberação pulsional que suscita a promiscuidade, cujo contágio pode multiplicar a potência. Estas são as “paixões selvagens”, os “apetites incontroláveis e indisciplinados” e as “relações predatórias” que a civilização urbana, em parte, reprime. Encontramos, ainda, em Louis Wirth e Robert Ezra Park uma reflexão sobre o vínculo entre a economia mercantil e o liberalismo político, em uma referência insistente a Adam Smith. Esse mesmo autor identificaria a fonte da violência e da ruína na união das cidades (*Cités*) e das economias políticas, em relação ao movimento primitivo e visceral do apetite, movimento este que ameaça violar a propriedade, a saber, as propriedades privadas que devem, mais do que tudo, serem protegidas. Se a fome esclarece, ainda que indiretamente, toda a economia política de Adam Smith, é porque uma implica na outra uma violência incontrolável, desencadeando uma ambição capaz de iniciar as maiores calamidades (roubos, mortes etc.) e resultar em uma desgraça *incomensurável* (BREVIGLIERI, 2009b). O receio quanto a promiscuidade suscitada pela ambição e pela ganância pede que se instaure, não sem custos, a distância razoável da relação contratual. Esta, então, se encarrega de domar as pulsões predatórias e contribui para fazê-las se expressar em termos de interesses individuais, neutralizando, assim, seu substrato passional. Acrescenta, ainda, a ideia de garantia de uma paz universal às vantagens de enriquecimento do comércio econômico.

O AVANÇO INDISCUTÍVEL DO “LIBERALISMO NORMALIZADOR”¹⁷

Urbanismo participativo e transfiguração do espaço afetivo habitado. A operação que o liberalismo econômico opera, no plano da pacificação das violências humanas, encontra seu

¹⁷ A expressão foi extraída de Thévenot (1997).

equivalente no liberalismo político. Para que o processo de trocas divergentes seja desprovido da violência característica das convicções pessoais, importa que sejam previamente traduzidas e comunicadas em opiniões que se tornarão, então, o “formato privilegiado de enunciação pública no regime liberal secular”; formato este que permite o intercâmbio crítico e o desacordo entre os protagonistas, garantindo que nenhum deles possa “reivindicar a superioridade [...] ou a incomensurabilidade do que se pretende” (STAVO-DEBAUGE, 2012b, p. 80-81). Um eco desta postura se deixa escutar, nitidamente, através do imperativo contemporâneo de participação e, com ele, o surgimento dos dispositivos do urbanismo participativo (debates públicos sobre os projetos de ordenamento, procedimentos de consulta aos moradores, conselhos de bairro etc.) (BACQUÉ, 2011). Esses dispositivos são, supostamente, garantidores da representação dos moradores/cidadãos, assim como de sua participação ativa como coprodutores do projeto urbano. O encorajamento pronunciado em favor das lógicas deliberativas supõe, então, a introdução de processos interativos que, orientados para a concertação, permitem a delimitação dos interesses, a definição das estratégias e, por fim, a construção e revisão das escolhas operacionais¹⁸.

Sob este aspecto, “os atores políticos agem como ‘fiadores’ destes processos de construção de escolha graduais e abertas” (PINSON, 2006, p. 635) que portam a transfiguração do sentimento de habitar. Ocorre, então, um longo processo levando o morador a formular suas aspirações e sua opinião crítica, ou seja, a oferecer elementos em um formato de comunicação que possa contribuir para a governança do projeto urbano. Ora, tal processo exige, por um lado, um árduo exercício de desapego dos sentimentos que são fortemente afetados pelas ligações íntimas e, por outro, a conversão destes em enunciados explícitos e em objetivos que indicam as necessidades, os interesses ou os gostos individuais¹⁹. Estas dimensões objetivas, se consideradas a partir da sua representatividade e integração aos processos de negociação e contratualização das questões urbanas, configuram referenciais convencionais incorporáveis ao processo de qualificação do projeto. A grande diversidade dos participantes (moradores, militantes, políticos eleitos, urbanistas, arquitetos etc.) orienta, de modo amplo, a comunicação em direção a um engajamento público. Tal engajamento se dá, então, a partir de uma “civildade

18 Partindo do quadro interacionista, há, sem dúvida, um desafio notável na análise das competências e vulnerabilidades cidadãs que se desenrolam no coração destes dispositivos de concertação (BERGER, 2009; CARREL, 2013).

19 Marion Carrel, em sua ampla pesquisa sobre os projetos de renovação urbana em Grenoble, baseia-se na dificuldade dos atores políticos para conformar um público na condição exigida pela consulta ou pelo debate público. Junto às falhas constitutivas do espaço comunicacional estabelecido (desinformação, implosão por meio do desprezo político ou pela desconfiança dos moradores etc.), junta-se a incapacidade dos participantes de se ater às competências esperadas deles (controle das emoções para regular a troca, endosso para assumir as responsabilidades cidadãs, esforço de inteligibilidade na verbalização do ponto de vista etc.) (CARREL, 2013).

liberal”, mediante a qual é preciso se expressar para conformar um “espaço de opiniões” exequíveis a escala do projeto (THÉVENOT, 2008). De fato, como indica Marion Carrel, as maiores frustrações parecem expressar a denúncia de que o processo “não permite a escolha” (CARREL, 2013). Esse é um traço fundamental da *cidade garantida*: ela potencializa a existência de um mundo de tonalidade liberal, especialmente por promover o *empoderamento* (*empowerment*) de um sujeito individual de feição liberal, capaz de se orientar em um mundo configurado como um espaço de opções certificadas.

O estrangeiro garantido. Não é possível nos deter sobre esta permanência da ideologia liberal sem, antes, retornar ao contexto da globalização que coloca a urbanização diante das dinâmicas caóticas do crescimento e frente ao aumento das possibilidades de migração, mais ou menos legais, o que suscita uma atenção midiática e política inteiramente particular. É especialmente nesta conjuntura que a governança das principais metrópoles parece tentadora, tanto por suas capacidades de acolhimento ao multiculturalismo liberal, como, supostamente, por garantir uma coexistência pacífica, a despeito da diferença entre os seus moradores ou entre os que passam por ela. No entanto, daí se depreende uma força de exclusão: aquela que toca em uma diferença perturbadora, legitimando uma vigilância inquietante dos fluxos de população e capital. Afinal, tais capacidades de acolhimento da cidade garantida são, a princípio, ajustadas a um estrangeiro esperado no estado de um sujeito individualizado, capaz de agir de maneira autônoma. Este projeto de cidade confecciona um espaço fluido e transparente, cuja função primordial é facilitar a planificação individual e a mobilidade dos que estão em condições de assumir o encargo.

Os feixes de valor que atravessam o espaço desta cidade – situada sob o auspício de um liberalismo multicultural – já foram largamente apresentados com a emergência da metrópole cosmopolita americana de início do século XX. Sem dúvida, eles não aparecem enquanto tais no argumento dos sociólogos de Chicago que, ao conduzirem um projeto científico, pretendiam analisar o crescimento da metrópole com a maior neutralidade possível, sob o ângulo das regularidades e assinalando as tendências ou os equilíbrios representativos de uma lei. Contudo, para compreender a natureza dos indicadores que são colocados, atualmente, a serviço da cidade garantida e não são, aliás, nada autoexplicativos em seu posicionamento axiológico, foi imperativo voltar a este momento inaugural de um pensamento sobre a metrópole cosmopolita. O espaço deixado à autonomia individual e à concorrência dos interesses, das opiniões e dos gostos já representava, então, uma substância comunicacional das relações humanas. Além disso, é especialmente tangível a permeabilidade do liberalismo econômico e político, o que permite responder ao desafio de exposição ao estrangeiro. Será necessário mostrar, mais adiante,

como o questionamento de tais feixes de valor alimenta a busca considerável de garantia que caracteriza o desenvolvimento urbano atual, orientando-o em direção aos dois pilares do urbanismo contemporâneo, ao mesmo tempo que incorpora os indicadores de mobilidade e de diversidade (*mixité*).

As promessas da metrópole liberal multicultural. O que designamos como “feixes de valor” se organizam, na verdade, da seguinte maneira: a polaridade entre o fenômeno da densidade e da mobilidade é fundante da dialética primordial da metrópole cosmopolita e, ao mesmo tempo, da emancipação do indivíduo. Em um mesmo sentido, vemos progredir um conjunto de eventos oriundos desta dialética: a começar pela ruptura das barreiras próprias às sociedades tradicionais, ocasionando a mistura integral e pacificada dos homens, o que poderíamos designar hoje sob a categoria diversidade (*mixité*). Esta polaridade permanece, também, como o eixo organizador da tensão dinâmica de todos os referenciais ordinários da vida urbana: a psicologia do cidadão, o pluralismo das crenças, a habitação, a moda, o tráfego, o mercado de trabalho, a economia monetária etc.

No entanto, esta dialética atua, também, sob um pano de fundo estabilizado pela confiança (ou pelas convicções). Há, por um lado, a capacidade do liberalismo assumir, inteiramente, a problemática do particular e do diferente “diminuindo os limiares da tolerância e da aceitação” (RICOEUR, 2003) e, de outro, um prometeísmo racional implícito, colocado a serviço do desenvolvimento, da organização ou do funcionamento da cidade. Tal pano de fundo, se considerado como um substituto da crença religiosa, orienta e acelera o movimento de secularização, formando uma condição cultural que torna possível o surgimento da cidade, distanciando-se das formas de vida voltadas para a vizinhança comunitária e enraizadas nas tradições antigas. Acaba por se abrir, então, a um espaço cosmopolita, voltado para o seu próprio futuro: um complexo instrumental e patrimonial inteiramente referenciado pelo projeto humano. No entanto, são muito os perigos que se vinculam a condição urbana, na medida em que esta repousa sob uma assumida pluralidade e complexificação das relações humanas. Suas mazelas ordinárias são conhecidas, ao mesmo tempo que, geralmente, são apresentadas de modo imprevisível. O embaraço circunstancial e a promiscuidade da vizinhança, volatilidade residencial, segregação, congestionamento das vias, expansão urbana, ineficiência das redes de comunicação, fragilização dos comércios, inovação tecnológica inquietante, o isolamento e a loucura, entre outros. Contudo, parece que, a cada uma dessas questões e, em contraponto a sua imprevisibilidade, o pano de fundo mencionado é capaz de dar uma resposta implícita, seja por meio da negociação regulando uma situação transitória, como um contrato que satisfaz ambas as partes, seja por conta do alongamento das passagens, em virtude do progresso técnico ou do

desenvolvimento tecnológico.

É possível observar, então, que há uma promessa de coexistência cosmopolita secularizada, associada a promessa de uma eficácia funcional e tensionada pela circulação acelerada (de saberes, de homens, de capitais). Nos termos da Escola de Chicago, trata-se de garantir que “esta desordem aparente seja o equilíbrio específico das sociedades urbanas”, onde a originalidade e a concorrência, ao reforçar a individualidade, são compensadas pelos fenômenos de nivelamento gerados pelo desenvolvimento da produção em massa e da atuação das instituições (GRAFMAYER; JOSEPH, 1990).

O colapso do pano de fundo que sustenta as promessas. O abalo radical que sofreu este pano de fundo estabilizado pelas convicções, cuja ambição fora gerir a *cidade garantida*, contribui para catalisar a angústia na qual se encontra mergulhada a nossa civilização contemporânea, urbana e mundializada. No entanto, o fundamento da angústia não é correspondente a uma possível proliferação das mazelas ordinárias da cidade. Não é a agitação sonora dos vizinhos, a delinquência latente, os aterros sanitários a céu aberto, tampouco a saturação dos estacionamentos que explicam o aumento desse sentimento de angústia. Ao invés disso, como pretendo esboçar, sua origem está muito mais ligada à insistente revelação de uma profunda ambivalência desse mesmo pano de fundo. Para começar, há uma lenta desintegração do crédito de confiança acordado a matriz liberal-secular, diante da persistência do intolerável, no coração das metrópoles.

É possível partir das considerações desenvolvidas por Joan Stavo-Debauge em sua pesquisa sobre o fundamentalismo cristão nos Estados Unidos, no qual ele afirma: “o criacionismo é um veículo apologético, um meio de conversão, o instrumento de um fundamentalismo religioso e o procedimento de uma dessecularização” (STAVO-DEBAUGE, 2012b, p. 29). O núcleo constitutivo da ideia de paz, ele mesmo autorizado pela aceitação da diversidade de convicções passa, então, a ser questionado; a capacidade de tolerância é atravessada por uma violência específica, e a sua característica de neutralizar as forças passionais da convicção, aparece como uma degradação da fé (STAVO-DEBOUGE, 2012b, p. 45). Antes de tudo, estamos diante de um *front* de guerra, cada vez mais endurecido e alimentado pelo “ímpeto proselitista e pela pretensão à absoluta certeza” de alguns, o que reduz o fenômeno a uma perspectiva de se sentir constantemente ameaçado por outrem, um pacote que avança sobre um espaço público buscando, cada vez mais, “conceder uma deferência às razões ‘religiosas’” (STAVO-DEBOUGE, 2012b, p. 45).

Em um contexto de trocas e circulações mundializadas, esta desintegração da relação fiduciária – aberta ao diferente e assentada em um pluralismo fundador – tem suas consequências

nos ambientes políticos e sociais próprios à cultura liberal. Não apenas os processos participativos são prejudicados por uma desconfiança generalizada e por táticas de vingança (obstrução, intimidação, vitimização) que minam o horizonte de uma cidadania igualitária e um direito compartilhado à diferença. Ao contrário, as civilidades liberais em público são degradadas, em proveito de uma gestão ordinária do medo (o primado da indiferença polida recua diante da indiferença transformada em desinteresse, evitação ou mesmo hostilidade latente)²⁰. Por fim, as lógicas de território e de exclusão são reforçadas, autorizando a designação de inimigos aparentes e a criminalização de comportamentos desviantes, reforçando os dispositivos autoritários de vigilância dos fluxos, as grades de proteção, a filtragem discriminatória, ou mesmo, a contabilização dos indesejáveis (GARCIA SANCHEZ, 2004; AGIER, 2008).

Ao lado desta ambivalência que toca a noção de tolerância, há uma outra que se afirma de modo potente – notadamente na escala do gigantismo metropolitano – qual seja: a ambivalência da conquista técnica humana, tanto do ponto de vista positivo como negativo. O prometeísmo implícito que contribuiu, amplamente, para o desenvolvimento do mundo metropolitano e para a sacralização de uma inventividade técnica, posta a serviço do cidadão, encontra-se atingido por uma ambiguidade angustiante, ao levantar questões de ordem política (mais do que técnica). Instala-se, de fato, o receio com relação aos possíveis efeitos negativos da técnica, na medida em que esta desenvolve um poder (energético, comunicacional etc.) que desafia as capacidades de cálculo do homem. Françoise Choay abordou essa questão, de modo amplo, notadamente com relação a uma tendência hegemônica no urbanismo que leva a demolição das construções. Segundo a autora: “essa tendência acompanha a emergência de uma nova civilização tecnicista [...] que nos oferta, ao mesmo tempo, fabulosas riquezas, e nos ameaça privar da dimensão instauradora do espaço humano, onde não haverá qualquer sobreposição de objetos técnicos” (CHOAY, 2006, p. 302-303). Teria, portanto, o prometeísmo surgido em vão, como motor de uma ilusão ou o instrumento de uma desgraça?

Uma proliferação de garantias a serviço do capitalismo contemporâneo. A ruína das promessas implícitas à metrópole cosmopolita, a ambivalência evocada, atualmente, pelo liberalismo secular e pelo prometeísmo que a representaria como um fundo estável de valores, apresenta-se um pano de fundo para a angústia. Isso indica, então, a gênese de um formidável apelo às garantias, imediatamente colocadas a proveito de um capitalismo mundializado, respaldado por um liberalismo normalizador. Como dissemos, a cidade garantida não enfrenta o incomensurável, o que poderia refundar a arquitetura de um mundo comum. Ao contrário,

20 Sobre esse ponto, ver as importantes contribuições de Garcia Sanchez (2002, 2008).

ela se lança em um trabalho incansável de produção de indicadores de medidas e sistemas de avaliação, garantindo a qualidade de seus projetos de edificação e, com isso, inserindo-se em um movimento geral de normalização da metrópole cosmopolita. É possível observar, então, a proliferação desses indicadores, a partir de dois esquemas principais: a mobilidade e a diversidade (*mixité*), as quais sustentam, de antemão, o objetivo de livre circulação e de boa densidade urbana, de acordo com este modelo de metrópole cosmopolita.

Curiosamente, a mobilidade e a diversidade (*mixité*) são alçadas ao estado de “bens naturais”, ou seja, dos quais não se exige investigar os princípios constitutivos. No entanto, esses elementos passam a integrar – graças ao uso de métodos multicritérios que auxiliam na tomada de decisão – um conjunto de índices relativos às duas famílias de incomensurabilidade, evocadas anteriormente. São elas: a catástrofe técnica prejudicando, irremediavelmente, o ecossistema, e a violência belicosa que emerge, sobretudo, do ceticismo fortalecido pela ideia de tolerância²¹. Em uma lógica de entrecruzamento de índices, a mobilidade é priorizada em relação à temática ecológica, enquanto a diversidade fica à frente do tema da insegurança, reforçando a visibilidade dos canais de correlação. Estes, cada vez mais numerosos, permitem uma abertura (ao infinito) a outras investigações, feitas de trás para frente, ou por antecipação, encurralando o agir humano em um canal restritivo de causas e consequências mensuráveis. Daí resulta esta legitimidade predominante da produção de indicadores, cujo crescimento é reforçado pela sedução operada por eles sobre o mercado.

No entanto, trata-se de um empreendimento paradoxal, se consideramos que se pretende ter em conta algo que permanece incomensurável, do ponto de vista de seus próprios princípios de equivalência. Há, realmente, um crescimento exponencial, o mesmo que desenha no vazio este “inferno urbano”, a partir do qual refletem negativamente os indicadores “em vermelho” e os últimos lugares acumulados nos rankings de qualidade. Ao escavar esse inferno, encontramos uma cidade congestionada, que bloqueia as existências e resta prisioneira da sua “miserável crisálida”, tanto inacessível quanto repugnante, aquela das confusões, dos esquemas e das “práticas deletérias”. Tal como a cidade de Marianne (CALVINO, 1974) tem seu avesso poder, sua sombra de chapas enferrujadas e paredes cegas, a cidade garantida teria como reflexo as figuras odiadas, a promiscuidade insuportável e um imobilismo mortificante. O reflexo sórdido de um híbrido urbano, cujo repertório de imagens o faria parecer, ora com os grandes conjuntos, figura encarnada da monotonia urbana, espaço fortificado, fechado sobre si mesmo, desprovido

21 Não abordaremos, aqui, o fato de que os seus respectivos poderes desmedidos de extensão, junto à interconexão das trocas, das técnicas ou das circulações as tornam interdependentes em uma dimensão cósmica (NANCY, 2012).

de todo poder de sedução; ora com os bairros degradados (aqui a favela já representa uma reemergência atrativa, sob certos aspectos), nos quais figura uma promiscuidade doentia, onde espreita a fome e a explosão das violências, representação em torno da qual refluem todas as potências negativas da transgressão.

Ainda assim, a carreira da garantia se amplia uma última vez. Estas imagens, mais ou menos metafóricas e amplamente rebatidas de um inferno urbano, ameaçam se associar à uma explosão lucrativa, relacionada a uma demanda securitária e de segurança. Como um inimigo arдил e sutil do capitalismo, assistimos, então, a expansão de uma economia fundada sob a garantia de qualidade, na qual a cidade aporta a mais sedutora das potencialidades. Trata-se, então, de permitir que o cidadão se liberte de toda a dependência para se realizar individualmente. Mas, finalmente, sobra lugar apenas ao fragmento de poderes corporais e cognitivos, implicados na ação normalizada, sob a qual se funda a garantia. Ou seja, trata-se, tão somente, de uma potencialidade indigente.

A cidade garantida seria indiscutível. A crítica contestatória é colocada em xeque diante de um “urbano generalizado” que ganha forma sob os nossos olhos. Mesmo a formação de uma resistência organizada no bairro de *Grottes* foi amplamente perdida, em termos de sua estrutura polêmica e manifestação polemológica, ao menos desde a extinção do movimento de ocupação (*squat*) que foi muito popular e tinha ganho as ruas nos anos 1980 e 1990. A crítica se apresenta, então, desfavorecida, porque este processo promotor da cidade garantida parece se desenvolver de modo indiscutível e irreversível; é como se as metrópoles, elas mesmas, e o que poderia animá-las e mobilizá-las de seu interior tivessem, agora, escapado a sua própria história.

Contudo, uma questão se coloca: como compreender este “indiscutível” e a sentença experimentada pela crítica, de modo a enfrentar esta autoridade estabelecida de forma potente? É preciso agradecer à Laurent Thévenot por ter voltado, explicitamente, a esse ponto que, geralmente, não está presente na crítica ao neoliberalismo e à globalização. Ou seja: a revelação dos seus fundamentos normativos não é suficiente e deve ser acompanhada de “uma viagem mais longa para desvendar os mecanismos inibidores do senso crítico” (THÉVENOT, 2013). Essa viagem supõe analisar, então, um “conjunto de dispositivos normalizadores e autoridades de regulação, ditas independentes e que fogem ao olhar do político e à sua crítica” e, ainda, se veem metabolizados e instrumentalizados em uma verdadeira “governança pelo objetivo” (THÉVENOT, 2013). Nas palavras desse autor, tal governança “reivindica o incontestável”, difundindo a prática de avaliação e o recurso aos indicadores que “qualquer pessoa seria obrigada a aceitar por realismo”, especialmente no caso de um formato bastante consensual: o objetivo mensurável a ser alcançado.

Diante desta relativa miopia que a crítica apreende com dificuldade e da diferença em afirmar a amplitude do fenômeno e suas formas de opressão, Laurent Thévenot acrescenta a existência de um segundo elemento. Aqui, a governança pelo objetivo se constitui, ela mesma, a partir da operacionalidade do projeto a ser avaliado. Com isso, está inteiramente voltada para a delimitação de objetivos, não tendo a pretensão de definir, tampouco, de contribuir para a realização de um bem comum. Não há, portanto, respostas políticas para esse tipo de governança, na qual se realiza uma temível operação de *redução* do bem comum, em direção ao indicador objetivo, ele mesmo convertido, em seguida, em alvo a ser alcançado.

O terceiro motivo habilitado a constranger a crítica se dá em virtude de um alibi que a governança pelo objetivo dispõe, frente a uma possível acusação de atividade autoritária e independente da crítica. Tal acusação pode ser ultrapassada, pois este modelo de governança é capaz de se apoiar em mecanismos que encorajam, de certa maneira, a iniciar um movimento de crítica. A realização do projeto avaliável passa, inevitavelmente, pelas fases de auditoria, promoção da participação dos atores ou que visam aferir a satisfação dos usuários, promovendo a autorregulação. Com isso, abrem espaço para as avaliações negativas, implicando os atores em um dispositivo crítico que é concebido, contudo, do interior do sistema e não em ruptura com ele. O gesto crítico do qual tratamos, aqui, se inscreve em uma dinâmica reconfortante de correção e confecção de garantias, durante a realização de um plano de ação realista. Este, ao ser compatibilizado com um espectro de objetivos retificáveis termina por ser, principalmente, uma ferramenta que auxilia na tomada de decisão. Assim, a crítica, em sua dimensão potencialmente efervescente, subversiva, desestabilizadora, em suma, radicalmente reformadora e incerta, permanece abafada.

A última razão que permite constatar como a cidade garantida suscita o embaraço da crítica, nos aproxima da natureza do espaço público urbano que ela mesma pretende fazer existir. Ao projetá-la em face de convenções metrológicas mundializadas, supostamente são assegurados certos objetivos – em termos de qualidade de vida – excluídas as condições de possibilidade de eclodirem uma perturbação e uma tensão sensível, as mesmas que eram as fontes dos problemas públicos e nas quais a cidade (*Cité*) veio buscar a energia do início. A vivacidade do espaço público existe no sentido e na medida em que este inclui um conjunto de produções sensíveis, geradoras de uma densidade experiencial. Ou seja, qualquer tipo de originalidade, diferença, choque, inconveniência, tudo aquilo que necessariamente chateia, é capaz de animá-lo, fornecendo sua verdadeira corporeidade espacializante. Nesse sentido, este espaço afetivo colocado sob tensão, cuja dinâmica continua intrinsecamente imprevisível, não corresponde às medidas negativas que dão forma ao espaço público, imprimindo um selo de

mau funcionamento, tal como avaliam os indicadores responsáveis por medir a segurança dos espaços públicos.

Na cidade garantida, onde se valoriza o desenho claro dos objetivos realistas, ocorre que a perturbação é abafada e objetivada, a incerteza é mensurada e a inquietude rebatida, a partir das operações de medida. Dela emerge, apenas, um filete de troca que não é mais capaz de alimentar sozinho um pensamento crítico, no sentido de que este seja capaz de arrumar o meio de campo, de modo suficiente, para encontrar o impulso e recuperar a confrontação. Nós vimos algo deste tipo, considerando a maldição reservada aos espaços intermediários nas quadras residenciais. Assim, o ordenamento da *cidade garantida* tem por objetivo neutralizar as tensões prejudiciais a tranquilidade da vizinhança, assegurando o cumprimento da separação liberal do espaço entre o público e o privado.

Epílogo/

Um encontro no bairro (17:30) /notas de campo retrabalhadas

Quadra 13, Rua Montbrillant. Eu encontro um amigo em frente a um sebo, no pátio interior que contorna o número 29 da rua de Gares.

Estou sentado em uma mesa de madeira, situada ao centro do pátio quando, rapidamente, juntou-se a mim uma mulher acompanhada de três crianças que se instalaram para desenhar. Claramente, os habitantes estão em suas casas quando saem para esse pátio. Uma parte de suas vidas parece transbordar ao exterior. Um pouco mais adiante, no anexo ao fundo do pátio, um pouco escondido pela vegetação, um grupo de jovens está sentado em um banco, enquanto conversam e fumam cigarros. Um deles se levanta e retira de um arbusto um pequeno saco, contendo algumas latas de cerveja. As bicicletas espalhadas pelo chão, uma escada que foi colocada sobre um muro e uma churrasqueira completam o panorama das coisas deixadas ali, sem a intenção de serem arrumadas. São traços de uso ou resíduos de atividades coletivas ou pessoais. Vasos de flores são colocados no chão, desenhando a frente de um imóvel e delimitando um terraço na porta de entrada de um prédio. Ainda mais distante do pátio, os grandes barris de metal estão pintados com cores vivas, contém outros vasos de flores onde as plantas crescem livremente. Anunciam um espaço de vegetação mais selvagem, por meio dos quais se perdem os caminhos de terra que circulam os edifícios. O investimento bastante familiarizado do lugar pelos moradores (jardinagem, refeições, bricolagem etc.) parece, também, dirigido a um público

mais amplo, suscetível de participar desses momentos coletivos organizados por eles. A visão de conjunto nos permite decifrar, então, um lugar que é tomado pelas mãos e mantido de acordo com a conveniência dos moradores, os quais influenciam sem determinar, pura e simplesmente, os modos de ocupação do espaço.

Configura-se, aqui, uma *arquitetura de uso* que edifica um lugar alimentado pelo uso habitual, povoado de coisas usuais, no qual cria-se uma paisagem ou se expõe algo desgastado e perecível, inserindo, assim, um espaço habitável por entre as moradias e as vias pelas quais circulamos em direção a estação. Esse espaço parece, de certa forma, potencializar uma arquitetura inventada pelos moradores, onde pululam achados ordenados “de ocasião”. Assim, os limites de separação são fluidos: as plantas e os arbustos crescem a esmo e a irregularidade do solo (e de sua textura) inscrevem no espaço gradações de enclausuramento, de possibilidades de retirada e de percursos inéditos. Esse jogo, tornado possível entre exposição e ocultação de si, parece facilitar a introdução da partilha mais ou menos amigável do lugar pelos habitantes.

Deste modo, a *arquitetura de uso* se edifica e floresce sobre fundações materiais de arquiteturas já presentes. O epílogo da quadra 13 não trata apenas de reluzir algumas relíquias residuais de um passado militante, centrado no combate por uma vida comunitária alternativa. Ele nos permite, também, considerar o que do espaço público urbano, poderá, ainda, ser deformado, escavado, usado ou degradado, fraturado ou fissurado. Com isso, permite-se iniciar outros usos em seu contexto, outros investimentos (materiais e simbólicos) de seu lugar, outras leituras da sua função. Falamos, então, de uma *arquitetura de uso*, cujo alcance imaginativo oferece um acréscimo em relação a toda representação esperada das utilizações do lugar. Esse alcance e esse acréscimo permitem, então, compor um horizonte para a crítica.

A arquitetura de uso se mantém adequada, enquanto uma postura de resistência, diante das garantias de qualidade exigidas pela edificação atual dos espaços urbanos e, a partir das quais se espalha, globalmente, um mesmo ar de família metropolitana, inspirada pelas grandes cidades ocidentais atrativas. Sua resistência se dá menos à luz do que pode ser garantido como medida objetiva e, mais, com relação ao que ela potencializa em termos vividos não premeditados e de instalações imprevistas, ligadas às histórias da moradia. Está em jogo, ainda, a matriz de aprendizagem da ligação civil e da relação fiduciária mútua, a partir da qual pode tomar lugar um vasto conjunto de relações engajadas em diferentes métricas rítmicas, entre as quais: aproximação, afastamento, distância, esquivas, ponderações, desvios, evitação, choques, atrações, repulsas etc. É diante da potencialidade aberta pelo espaço intercalado, ele mesmo transfigurado pelas arquiteturas de uso, que se joga um reinvestimento do coletivo, suscetível de perturbar a ordem estabelecida pela *cidade garantida*.

REFERÊNCIAS²²

1. AGIER, M. **Gérer les indésirables**: des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire. Paris: Flammarion, 2008.
2. ASSOCIATION ÎLOT 13. **Îlot 13**. Projet d'aménagement par l'Association des habitants. Genève, 1990.
3. ATELIER 89. L'Îlot 13 à Genève: Prix Interassar 2001. **L'Habitation**, v. 73, n. 6, p. 6-7, 2001.
4. BACQUÉ, M.-H. Participation, urbanisme et études urbaines. Quatre décennies de débats et d'expériences depuis "A ladder of citizen participation" de S. R. Arnstein. **Participations**, 1, n. 1, p. 36-66, 2011.
5. BARTHES, R. **Comment vivre ensemble**. Paris: Seuil; IMEC, 2002.
6. BASSAND, M. Métropolisation et inégalité sociale. Lausanne: PPUR, 1997.
7. BEFAG. Étude d'aménagement I. Genève: FAG, 1971.
8. BERGER, M. Habiter le flux.? Route rapide et expérience du proche. *In*: BENDIKS, S. A.; DEGROS. (éd.). **N4: Asphalte et bâtiments**. Bruxelles, 2007. A16 éditions.
9. BERGER, M. **Répondre en citoyen ordinaire**. Enquête sur les engagements profanes dans un dispositif d'urbanisme participatif à Bruxelles. 2009. Orientadores: Margarita Sanchez-Mazas e Guy Lebeer. Thèse (Doctorat) – Université Libre de Bruxelles, Bruxelles, 2009.
10. BERNET, C. Les Grottes rabetent la tour de moitié. **Tribune de Genève**, 18 sep. 2012a.
11. BERNET, C. Une tour de 7, 8 ou 10 étages? La Ville consulte les habitants. **Tribune de Genève**, 13 mars 2012b.
12. BIANCHETTI, C. Finte quinte urbane. **L'indice dei Libri del Mese**, n.12, p. 31, 2003.
13. BIANCHETTI, C. Il paradosso del patrimonio. *In*: ANDRIANI, C; (éd.). **Il patrimonio e l'abitare**. Roma: Donzelli, 2010. p. 29-36.
14. BIANCHETTI, C. Un pubblico minore. **CRIOS**, n. 1, p. 43-51, 2011.
15. BIANCHETTI, C. **Antiurbanesimo contemporâneo**. [200?]. Disponível em: www.territoridellacondivisione.wordpress.com.

22 [N.T.] As referências foram incluídas tal como aparecem na obra original. Por esta razão, algumas delas diferem do padrão ABNT de normatização de artigos acadêmicos em vigor.

16. BLUHM, D.; NITSCHKE, R. **Berlin ist das Allerletzte**. Berlin: Transit, 1993.
17. BOBBIO, N. **L'età dei diritti**. Torino: Einaudi, 1990.
18. BOLTANSKI, L. **De la critique**. Paris: Gallimard, 2009.
19. BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.
20. BOURDIN, A. La ville se dit par évaluations. **Cahiers internationaux de Sociologie**, CXXVIII-CXXIX, p. 117-134, 2010.
21. BRAILLARD, P. **Pierre Brillard: De 1932 à 1982; Un demi-siècle d'architecture à Genève**. Monaco: Editions Pierre Brillard, 2007.
22. BREVIGLIERI, M. (éd.). **Les choses dues: propriétés, hospitalités et responsabilités**. Ethnographie des parties communes des squats militants, Rapport à la Direction de l'architecture et du patrimoine, Paris, 2004.
23. BREVIGLIERI, M. Les habitations d'un genre nouveau: Le squat urbain et la possibilité du "conflit négocié" sur la qualité de vie. *In*: PATTARONI, L.; KAUFMANN, V.; RABINOVICH, A. (éd.). **Habitat en devenir: enjeux sociaux, territoriaux et politiques du logement en Suisse**. Lausanne: PPUR, 2009.
24. BREVIGLIERI, M. L'insupportable. L'excès de proximité, l'atteinte à l'autonomie et le sentiment de violation du privé. *In*: M. BREVIGLIERI, M.; C. LAFAYE, C.; TROM, D. (éd.). **Compétences critiques et sens de justice**. Paris: Economica, 2009b.
25. BREVIGLIERI, M.; LAFAYE, C.; TROM, D. **Compétences critiques et sens de justice**. Paris: Economica, 2009.
26. BREVIGLIERI, M.; PATTARONI, L. Le souci de la propriété. Vie privée et déclin du militantisme dans un squat genevois. *In*: MOREL, A. (éd.). **La société des voisins**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2005. p. 275-289.
27. BREVIGLIERI, M.; PATTARONI, L. Conflitti e compromessi. Dalla critica militante alle innovazioni istituzionali nella politica edilizia a Ginevra. *In*: PODESTÀ, N.; VITALE, T. (éd.). **Dalla proposta alla protesta e ritorno: Conflitti locali e innovazione politica**. Milano: Bruno Mondadori, 2011. p. 135-164.
28. BREVIGLIERI, M.; PATTARONI, L.; STAVO-DEBAUGE, J. Quelques effets de l'idée de proximité sur la conduite et le devenir du travail social. **Revue Suisse de Sociologie**, v. 29, n. 1, p. 141-157, 2004.
29. BREVIGLIERI, M.; STAVO-DEBAUGE, J. L'hypertrophie de l'œil: Pour une anthropologie Du passant singulier qui s'aventure à découvert. *In*: CEFAÏ, D.; C. SATURNO, C. (éd.). **Itinéraires d'un pragmatiste**. Autour d'Isaac Joseph. Paris: Economica, 2007.

30. BREVIGLIERI, M.; TROM, D. Troubles et tensions en milieu urbain: les épreuves citadines et habitantes de la ville. *In*: CEFAÏ, D. ;PASQUIER, D. (éd.). **Les sens du public**: Publics politiques, publics médiatiques. Paris: PUF, 2003. p. 399-416.
31. BULLE, S. Pourquoi la rue inspire-t-elle la révolte? Compétences émeutières et projet de transformation sociale dans le mouvement d'occupation mondial. **JSSS (Justice spatiale/Spatial Justice)**, n. 4, 2012.
32. BÜTSCHI, D.; CATTACIN, S. L'État incitateur: nouvelles pratiques de subsidiarité dans le système du bien-être suisse. **Annuaire Suisse de Science Politique**, n. 33, p. 143-162, 1993.
33. CJN. Grottes: dialogue amorcé entre l'APAG et le Conseil administratif. **Tribune de Genève**, n. 24 nov. 1978.
34. CALVINO, I. **Les villes invisibles**. Paris: Seuil, 1974.
35. CANTELLI, F.; GENARD, J. L. **Action publique et subjectivité**. Paris: LGDJ, 2007.
36. CARREL, M. **Faire participer les habitants?** Pauvreté, citoyenneté et pouvoir d'agir. Lyon: ENS Editions, 2013.
37. CASTELLS, M. **La question urbaine**. Paris: Maspero, 1972.
38. CASTELLS, M. **Luttes urbaines et pouvoir politique**. Paris: Maspero, 1975.
39. CEFAÏ, D.; TERZI, C. (éd.). **L'expérience des problèmes publics**. Paris, Éditions de L'École des hautes études em sciences sociales., 2012. (Coll:Raisons Pratiques 22).
40. CENTEMERI, L. Retour à Seveso. La complexité morale et politique du dommage à l'environnement. **Annales HSS**, p. 213-240, 2011.
41. CENTRE DE DOCUMENTATION. **Dossier**: quartier des Grottes à Genève; coupures de presse (1929-1976). Genève, École d'Architecture (Université de Genève), 1976.
42. CHAPPUIS, P. Les Îlots 5a et 7, vues par la Ville de Genève. **L'Habitation**, v. 74, n. 4, p. 5-7, 2002.
43. CHATENAY, M. Demain, les Grottes. **La Suisse**, 2 mars. 1975
44. CHOAY, F. **Pour une anthropologie de l'espace**. Paris: Seuil, 2006.
45. CIMA, D. **Vivre autrement**. Le quartier alternatif de l'Îlot 13, travail personnel de recherche sous la direction du Prof. F. Chiffelle, Neuchâtel, Institut de géographie (Université de Neuchâtel), 1994.
46. COGATO LANZA, E. **Maurice Brillard et ses urbanistes**. Puissance visionnaire et stratégies de gestion urbaine (Genève 1929-1936). Genève: Slatkine, 2003.
47. COGATO LANZA, E.; DI CAMPLI, A. Horizons domestiques: Le confort urbain d'une

- mégastructure. *In*: GRAF, F. (éd.). **La cité du Lignon**: Étude architecturale et stratégies d'intervention. Gollio: Infolio, 2012. p. 62-67.
48. COLLECTIF D'AUTEURS. **Vivent les Grottes, la lutte d'un quartier à Genève**. Genève: Editions Que faire?, 1979.
49. CONEIN, B. La collocation en Californie: vivre entre pairs. *In*: BREVIGLIERI, M.; CONEIN, B. (éd.). **Tenir ensemble et vivre avec**: Explorations sociologiques de l'inclination à cohabiter, rapport final Plan Urbain Construction Architecture. Paris: Editions de l'EHESS, 2003.
50. CONSEIL ADMINISTRATIF DE LA VILLE DE GENÈVE. Rapport sur le quartier des Grottes. Genève, 1929.
51. CONSEIL ADMINISTRATIF DE LA VILLE DE GENÈVE. **Communiqué**. Genève, 1978
52. DAL CO, F. Dove le cose cominciano. Il complesso del Wissenschaftszentrum a Berlino di Stirling e Wilford. **Lotus International**, n. 2, p. 31-35, 1988.
53. DE DARDEL, J. **Révolution sexuelle et mouvement de libération des femmes à Genève (1970 – 1977)**. Lausanne: Antipodes, 2007.
54. DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mille plateaux. Capitalisme et schizophrénie 2**. Paris: Minit, 1980.
55. DE MICHELIS, M. Il mito della fenice. Il caso dell'IBA 1984 a Berlino. **Lotus International**, n.4, p. 5-19, 1981.
56. DÉRIAZ, J.-J. **Le rapport Biermann lu pour vous, dactylographié**. Genève, 1960.
57. DÉRIAZ, J.-J. **Projet de circulations Grottes-Cornavin**: synthèse de plusieurs projets récents. Genève: Blanc Wittwer, 1968.
58. DÉRIAZ, J.-J. **Les Grottes et Cornavin**. Genève, 1972.
59. DERRIDA, J. La différance. *In*: DERRIDA, J. **Marges de la philosophie**. Paris: Minit, 1972. p. 1-29.
60. DIND, D. Une grève de locataires à Genève. **Revue Internationale d'action Lumanitaire. Logement et Luttes Urbaines**, Montreal, n. 4/44, p. 9-17, 1980.
61. D'IVERNOIS, R. **La Genève des Grottes**. Genève: Journal de Genève, 1972.
62. DONZELOT, J. **Faire société**. Paris: Seuil, 2003.
63. DONZELOT, J. La nouvelle question urbaine. *In*: DONZELOT, J. **La ville à trois vitesses**. Paris: Éditions de la Villette, 2009.
64. DU PASQUIER, J.-N.; MARCO, D. **Le rapport territorial**: essai de définition. Paris:

- 3e forum de la régulation, 2009.
65. DUBESSET, B. (éd.). **La rénovation douce Berlin-Genève**. Genève: Georg, 1988.
66. DUMONT, E.-L. **La Genève des Grottes**. Genève: Journal de Genève, 1972.
67. DUVANEL, L.; LEVY, R. **Politique en rase-mottes: Mouvements et contestation suisses; 1945-1978**. Lausanne: Réalités Sociales, 1984.
68. FABIAN, L.; PELLEGRINI, P. (éd.). **On Mobility**. Venezia: Marsilia, 2012.
69. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. **Étude d'aménagement: Premier compte rendu**. Genève, 1971.
70. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. Aménagement du quartier des Grottes. **Secteur C. Rapport final**, Genève, 16 déc., 1974.
71. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. Aménagement du quartier des Grottes. **Secteur B. Rapport final + Annexes**, Genève, Février, 1975.
72. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. Aménagement du quartier des Grottes. **Secteur D. Rapport final**, Genève, 1974.
73. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. **Rénovation du quartier des Grottes: histoire, démarche FAG, réalisations et perspectives**, Genève, 1985.
74. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. **Bulletin d'information de la FAG**, Genève, décembre, 1986.
75. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. **Les Grottes**. Bilan de la renaissance d'un quartier urbain du 19esiècle, Genève, Septembre 1991.
76. FATIO, G. **La campagne genevoise d'après nature**. Genève: Société des Arts, 1899.
77. FEDRE. **Rénovation de l'immeuble 10, rue Cité-de-la-Corderie**. Genève, 2012. Disponible em: http://www.fedre.org/documents/forum2012/Presentations/Cite_de_la_Corderie.pdf.
78. FERLENGA, A. **Aldo Rossi: Tout l'œuvre**. Cologne: Könemann, 2011.
79. FINKIELKRAUT, A. **L'ingratitude**. Paris: Gallimard, 1999.
80. FOUCAULT, M. **Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-78)**. Paris: Gallimard; Seuil, 2004.
81. GAILLARD, D.; MATTHEY, L. Voir loin. **Interface, Journal réalisé par la commission**

Promotion et communication de la FAI, n. 15, p. 20-23, 2012.

82. GAMBARO, A. Key-Note Speech. *In: XXV CONFERENZA INTERNAZIONALE DELL'OSSERVATORIO "GIORDANO DELL'AMORE"* sui rapporti tra diritto ed economia Fra individuo e collettività. La proprietà nel secolo XXI, Milano, 8-9 novembre 2012. **Anais...** Dactylographié: Università degli Studi di Milano, 2012.
83. GARCIA SANCHEZ, P. Conflits d'urbanité et gestion du domaine public. Les épreuves du civique à Caracas. *In: CEFAL, D.; JOSEPH, I. (éd.). L'Héritage du pragmatisme: Conflits d'urbanité et épreuves de civisme.* La Tour d'Aiguës: Éditions de l'Aube, 2002. p. 265-284.
84. GARCIA SANCHEZ, P. La forme privative de l'urbanité: emprise sécuritaire et homogénéisation socio-spatiale à Caracas. **L'Espace Géographique**, n. 2, p. 114-130, 2004.
85. GARCIA SANCHEZ, P.; GONZALEZ, S. Ségrégation, communauté et mitoyenneté: les épreuves de la contiguïté à Caracas. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n. 105, p. 7-15, 2008.
86. GEBERT, J.; LÉVEILLÉ, A. **La formation du tissu urbain du centre des Grottes: Le square Berger.** Genève: École d'architecture (Université de Genève), 1983.
87. GFELLER, P. **Le théâtre urbain genevois et les Grottes: Mémoire de Licence.** Genève: Université de Genève, 1980.
88. GFELLER, P. **Place des Grottes.** Lausanne: Editions d'En Bas, 2012.
89. GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **Les enquêtes sociologiques: Théories et pratique.** Paris: Armand Colin, 1978.
90. GOULD, R. V. **Insurgent Identities: Class, Community, and Protest in Paris from 1848 to the Commune.** Chicago: University of Chicago Press, 1995.
91. GRAFMEYER, Y. ET JOSEPH, I. (éd.). **L'école de Chicago: Naissance de l'écologie urbaine.** Paris: Aubier, 1990.
92. GROS, D. **Dissidents du quotidien: La scène alternative genevoise.** Lausanne: Éditions d'en bas, 1987.
93. GROUPE, Y. **La rue des Grottes.** Étude préliminaire, oct., 1983.
94. GFELLER, P. **Place des Grottes.** Lausanne: Editions d'En Bas, 2012.
95. HALBWACHS, M. **La mémoire collective.** Paris: PUF, 1950.
96. HEGEMANN, W.; PEETS, E. **The American Vitruvius An Architects' Handbook of Civic Art.** New York: Architectural Book Publishing Co, 1992.

97. HOHFELD, W. N.; W. W. Cook (éd.). **Fundamental Legal Conceptions as Applied in Legal Reasoning and Other Legal Essays**. Yale: Yale University Press, 1919.
98. INFUSSI, F. **Dal recinto al territorio**. Milano: Bruno Mondadori, 2011.
99. JONAS, H. **Le principe responsabilité**. Paris: Les Editions du Cerf, 1990.
100. JOSEPH, I. Reprendre la rue. *In*: JOSEPH, I. (éd.). **Prendre place**: espace public et culture dramatique. Paris: Éditions Recherches, 1995. p. 51-67.
101. JOYE, D.; SIMONIN, A. Démocratie et participation locale. Rapport pour la Ville de Genève, **Rapport de recherche**, n. 128, 1995.
102. K., P. Reconstruire ou entretenir. Quartier des Grottes. **Voie ouvrière**, 9 jan., 1974.
103. KCAP Architects&Planners; ERNTS Basler+Partner. Cornavin Grottes Montbrillant. Étude urbaine de l'extension de la Gare Cornavin, version provisoire, 25 août. 2011. Disponible em: <http://luttons.ch/pdf/Etude-urbaine-estention-gare.pdf>.
104. KETTERER, C. **Mes combats pour Genève**. Genève: Slatkine, 1994.
105. LA POSTE. **Le projet Genève: Cornavin profite à tous, Berne**. 2010. Disponible em: http://www.post.ch/immobilier/fr/im-startseite/im-projekte/im-geneve/genf_factsheet.pdf.
106. LEBOIS, V. **Les ressources des espaces intermédiaires**: Analyse socio-spatiale dans l'habitat collectif contemporain parisien. 2010. Thèse (Doctorat) – Université Paris 8, Paris, 2010.
107. LEES, L.; SLATER, J.; WYLY, E. **Gentrification**. Routledge: New York, 2008.
108. LEFEBVRE, H. **Le droit à la Ville**. 3e éd. Paris: Economica-Anthropos, 2009.
109. LEIGHTON CHASE, J.; CRAWFORD, M.; KALISKI, J. (éd.). **Everyday Urbanism**. New York: The Monicelli Press, 2008.
110. LÉVEILLÉ, A. **Formation et transformations du secteur des organisations internationales**. Aménagement de la Ville de Genève, CRR, 1981.
111. LÉVEILLÉ, A. **1986-2001 Projets d'urbanisme pour Genève**. Genève: CRR–DAEL–Georg, 2003.
112. LUCAN, J. **Où va la ville aujourd'hui?** Formes urbaines et mixités. Paris: Editions de la Villette, 2012.
113. MARCO, D. Quartier des Grottes et École d'Architecture. **Revue Internationale d'Action Humanitaire**, v. 44, n. 4, p. 26-29, 1980.
114. MARCO, D. Mouvements d'habitants et compromis territorial. *In*: WALTER, F. (éd.).

- La Suisse comme ville.** *Itinera*, 22, 1999. p. 223-236.
115. MARCUSE, P. Property Rights, Tenure and Ownership: Towards Clarity in Concept. *In: DONERMARK, B.; ELANDER, I. (éd.). Social Rented Housing in Europe: Policy, Tenure and Design.* Delft: Delft University Press, 1994. p. 21-39.
116. MAROT, S. **Palimpsestuous Ithaca:** Un manifeste relatif du suburbanisme. 2008. Thèse (Doctorat) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2008.
117. MARX, K. La guerre civile en France. 1871. Disponible en: http://classiques.uqac.ca/classiques/Marx_karl/guerre_civile_france/guerre_civile_france.htm.
118. MARX, K. Le Capital, livre I. *In: MARX, K. Œuvres: Economie I.* Paris: Gallimard, 1972.
119. MATILE, L. La Ville annonce un plan quadriennal: 63 millions pour les Grottes. **Tribune de Genève**, 16 nov., 1979.
120. MATILE, L. Au 34 de la rue de la Servette, parce que la législation est trop ferme... Un immeuble muré fait perdre 100.000 fr. par an à la Ville. **Tribune de Genève**, 29 et 30 mars 1980.
121. MATTEI, U. Proprietà (nuove forme di). *In: BRECCIA, U. et al. (éd.). Enciclopedia del diritto: Annales V.* Milan: Giuffrè, 2012. p. 1118-1132.
122. MAYOR, J.-C. Un quartier pittoresque va disparaître: les Grottes. **Tribune de Genève**, 1969.
123. NANCY, J.-L. **L'équivalence des catastrophes (Après Fukushima).** Paris: Galilée, 2012.
124. ORLÉAN, A. **L'empire de la valeur: Refonder l'économie.** Paris: Seuil, 2011.
125. PATTARONI, L. **Politique de la responsabilité: promesses et limites d'un monde fondé sur l'autonomie.** Genève: École des Hautes Études en Sciences Sociales; Université de Genève, 2005.
126. PATTARONI, L. La ville plurielle: quand les squatteurs ébranlent l'ordre urbain. *In: BASSAND, M.; KAUFMANN, V.; JOYE, D. (éds), Enjeux de la sociologie urbaine, 2. éd.,* Lausanne, PPUR, 2007. pp. 283-314.
127. PATTARONI, L. Le nouvel esprit de la ville. Les luttes urbaines sont-elles recyclables dans le développement urbain durable? **Mouvements**, n. 65, p. 43-56, 2011.
128. PATTARONI, L. Les friches du possible: petite plongée dans l'histoire et le quotidien des squats genevois. *In: GREGORIO, J. Squats.* Genève: Labor et Fides, 2012. p. 95-119.
129. PATTARONI, L.; TOGNI, L. Logement, autonomie et justice: du bail associatif et de

- quelques autres compromis en matière de logement social à Genève. *In*: PATTARONI, L.; KAUFMANN, V.; RABINOVICH, A. (éd.). **Habitat en devenir**: enjeux territoriaux, politiques et sociaux du logement en Suisse. Lausanne: PPUR, 2009. p. 113-137.
130. PÉCLÔT 13. **Observations relatives à la requête en autorisation de démolir n°6776**. Genève, 2012.
131. PINSON, G. Projets de ville et gouvernance urbaine. Pluralisation des espaces politiques et recomposition d'une capacité d'action collective dans les villes européennes. **Revue Française de Science Politique**, v. 56, n. 4, p. 619-651, 2006.
132. PODESTÀ N.; VITALE, T. (éd.). **Dalla proposta alla protesta, e ritorno**: Conflitti locali e innovazione politica. Milano: Bruno Mondadori, 2011.
133. RANCIÈRE, J. **Aux bords du politique**. Paris: Éditions La Fabrique, 1998.
134. RANCIÈRE, J. **Le Partage du sensible**. Paris: Éditions La Fabrique, 2000.
135. RIAT-LAVARINO, E. Faut-il implanter un musée aux Grottes? **Tribune de Genève**, 13 mars 1974.
136. RAPOPORT, A. **Culture, architecture et design**. Paris: InFolio Editions, 2003.
137. RICOUER, P. **Lectures 1**. Paris: Seuil, 1991.
138. RICOUER, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.
139. RICOUER, P. Urbanisation et sécularisation. **Autres Temps, Cahiers d'éthique sociale et politique**, n. 76-77, p. 113-126, 2003.
140. RIPOLL, D. Une architecture d'entrepreneur. *In*: Ville de Genève, 18-10-22 Rue des Grottes 1 Rue de la Faucille, Genève, 2005. p. 6-9.
141. RODOTÀ, S. **Diritti e libertà nella storia d'Italia**. Roma: Donzelli, 2011.
142. DE ROGUIN, S. Diversité morphologique dans la ville contemporaine. Atouts et limites des formes non conventionnelles. 2009. Thèse (Master en Géographie) – Lausanne, Université de Lausanne, Lausanne, 2009.
143. ROSANVALLON, P. **La société des égaux**. Paris: Seuil, 2012.
144. ROSSI, P. (éd.). **Fine del diritto**. Bologna: il Mulino, 2009.
145. ROSSIAUD, J.; SALERNO, S.; LAMBERT, C.; LEWERER, M.; SCHÖNI, D. **Outils pour l'action socio-sanitaire communautaire aux Grottes**. Genève: Université de Genève, 2004.
146. ROY-VALEX, M. **Ville attractive, ville creative**: La plus-value de la culture au regard des "créatifs" du jeu vidéo à Montréal. 2010. Tese (Doutorado) – Institut national de la recherche scientifique, Montréal, 2010.

147. Ruedi, A. Grottes: pétition pour un “jardin Robinson”. **Tribune de Genève**, 5 mars, 1973.
148. RUGGIERI, D. **Occuparsi di parole: Open City. Una riflessione a partire dal caso di Skopje**. 2012. 2010. Orientador: C. Bianchetti. Dissertação (Mestrado) – Scuola di dottorato Iuav, Venezia, 2012.
149. SAMPIERI, A. **Territori della condivisione**. Torino, papier présenté à la Xve Conferenza SIU, Società italiana degli Urbanisti, “L’urbanistica che cambia. Rischi e valori”, Pescara 10-11 maggio, 2012. Disponível em: www.territoridellacondivisione.wordpress.com.
150. SARTRE, J.-P. **Critique de la raison dialectique**. Paris: Gallimard, 1960
151. SAUGEY, M. J. Les routes nationales dans l’agglomération de Genève. **Werk**, v. 49, n. 10, p.344-355, 1961.
152. SECCHI, B. **Première leçon d’urbanisme**. Marseille: Parenthèses, 2006.
153. SECCHI, B. A New Urban Question: Understanding and Planning the Contemporary European City. **Territorio**, n. 53, p. 8-18, 2010.
154. SECCHI, B. Infrastrutture per la mobilità e la costruzione del territorio metropolitano. Le ragioni di una ricerca. In: FABIAN, L.; PELLEGRINI, P. **On Mobility**. Venezia: Marsilia, 2012.
155. SECCHI, B. **La città dei ricchi e la città dei poveri**. Bari: Laterza, 2013a.
156. SECCHI, B. Note al testo di Alessandro Pizzorno. In: PIZZORNO, A.; CROSTA, P.L.; B. SECCHI, B. **Compenza e rappresentanza**. Roma: Donzelli, 2013b. p. 35-45.
157. SECCHI, B.; VIGANÒ, P. **La ville poreuse: Un projet pour le Grand Paris et la métropole de l’après Kyoto**. Genève: MétisPresses. 2011
158. SENNETT, R. **Les Tyrannies de l’intimité**. Paris: Seuil, 1979
159. SENNETT, R. **L’uomo artigiano**. Milano: Feltrinelli, 2009/2008.
160. SENNETT, R. **Ce que sait la main. La culture de l’artisanat**. Paris: Albin Michel, 2010
161. SENNETT, R. **Insieme. Rituali, piaceri, politiche della collaborazione**. Milano: Feltrinelli, 2012
162. SHU, J.-A. Architecture et outil informatique: le débat. **Marnes: Documents d’Architecture**, n. 1, p. 357-388, 2011. Disponível em: [link Acesso em: dia mês ano](#).
163. ŠIK, M. **And Now the Ensemble!!!**. Zurich: Lars Müller et Swiss Arts Council Pro Helvetia, 2012

164. SIMMEL, G. La sociabilité. Exemple de sociologie pure et formale. *In*: SIMMEL, G. **Sociologie et épistémologie**. Paris: PUF, 1981/1917.
165. STAVO-DEBAUGE, J. **L'indifférence du passant qui se meut, les ancrages du résident qui 2003 s'émeut**. *In*: CEFAÏ, D.; D. PASQUIER (éd.). **Les sens du public**. Paris: PUF, 2003.
166. STAVO-DEBAUGE, J. Des "événements" difficiles à encaisser. Un pragmatisme pessimiste. *In*: Cefaï, D.; Terzi, C. (éd.). *L'expérience des problèmes publics*. 2012a. p. 191-224. (Raisons Pratiques 22).
167. STAVO-DEBAUGE, J. **Le loup dans la bergerie**: Le fondamentalisme chrétien à l'assaut de l'espace public. Genève: Labor et Fides, 2012b.
168. STIRLING, J. Discorso inaugurale. **Lotus International**, n. 2, p. 36-37, 1988.
169. SUPIOT, A. **L'esprit de Philadelphie**: La justice sociale face au marché total. Paris: Seuil, 2010
170. SURCHAT VIAL, N.; BESSAT, F.; ROULET, P. (éd.) **Genève Agglo 2030**: Un projet pour dépasser les frontières. Marseille: Parenthèses, 2010
171. SZAMBIEN, W. Berlin. **Une ville en suspens**. Paris: Editions Norma, 2003
172. THÉVENOT, L. Les investissements de forme. *In*: THÉVENOT, L. (éd.). **Conventions économiques**. Paris: PUF, 1986. p. 21-71.
173. THÉVENOT, L. Statistique et politique: la normalité du collectif. **Politix**, n. 25, p. 5-20, 1994.
174. THÉVENOT, L. Un gouvernement par les normes; pratiques et politiques des formats d'information. *In*: CONEIN, B.; THÉVENOT, L. (éd.). **Cognition et information en société**. Paris: Editions de l'EHESS, 1997. p. 205-241.
175. THÉVENOT, L. **L'action au pluriel**: sociologie des régimes d'engagement. Paris: La Découverte, 2006
176. THÉVENOT, L. La mise en place d'un gouvernement par les normes à l'échelle européenne. *In*: DEROUET, J.L.; NORMAND, R. (éd.). **L'Europe de l'éducation**: entre management et politique. Lyon: Institut National de la Recherche Pédagogique et École Supérieure de l'Éducation Nationale, 2007. p. 55-62.
177. THÉVENOT, L. Sacrifices et bénéfices de l'individu dans un espace public libéral. **Cahiers d'Éthique Sociale et Politique**, n. 5, p.68-79, 2008.
178. THÉVENOT, L. Le gouvernement par l'objectif à l'épreuve de la critique: métamorphose des évaluations autorisées. *In*: LARQUIER, G.; FAVEREAU, O.; GUIRARDELLO, A. (éd.). **Les Conventions dans l'économie en crise**. Paris: Éditions La Découverte, 2011.

179. THÉVENOT, L. Autorités à l'épreuve de la critique. Des évaluations autorisées et de leurs critiques jusqu'aux oppressions du "gouvernement par l'objectif". In: FRÈRE, B. (éd.). **Quel présent pour la critique sociale?** Paris: Desclée de Brouwer, 2013.
180. TODROS, A. **Forme di comunanza e scelte abitative reiterate**. 2012. Orientador: C. Bianchetti. Scuola di dottorato Iuav, Venezia, 2012.
181. DE TRAZ, R. **L'esprit de Genève**. Paris: Grasset, 1929.
182. UNGERS, O. M. et al. Le città nella città: Proposte della Sommer Akademie per Berlino. **Lotus International**, n. 19, p. 82-97, 1978. Disponível em: link Acesso em: dia mês ano.
183. V., H. La reconstruction des Grottes (gentiment) chahutée. **Journal de Genève**, 12 mars 1975.
184. VANEIGEM, R. **Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations**. Paris: Gallimard, 1967.
185. VIOT, P.; PATTARONI, L.; BERTHOUD, J. Voir et analyser le gouvernement de la foule en liesse. Eléments pour l'étude des rassemblements festifs à l'aide de matériaux sonores et visuels. **Ethnographiques.org**, n. 21, 2010.
186. VITALE, T. Regulation by Incentives, Regulation of the Incentives in Urban Policies. **Transnational Corporations Review**, v. 2, n. 2, p. 58-68, 2009.
187. WAGNER, P. **Liberté et discipline: les deux crises de la modernité**. Paris: Métailié, 1996.
188. WALTENSPUHL, P. **Concevoir, dessiner, construire: une passion**. Lausanne: Editions Livre Total, 1990.
189. WALZER, M. **La révolution des Saints**. Paris: Belin, 1988.
190. WIRTH, L. **Le phénomène urbain comme mode de vie**. In: GRAFMEYER, Y.; JOSEPH, I. (éd.). **L'école de Chicago: Naissance de l'écologie urbaine**. Paris: Aubier, 1990.
191. ZAGREBELSKY, G. **Simboli al potere**. Torino: Einaudi, 2012.
192. ZARDINI, M.; BORASI, G. **Imperfect Health: the Medicalization of Architecture**. Montréal: CCA, 2012.
193. ZASK, J. **Essai sur les formes démocratiques de la participation**. Lormont: Le bord de l'eau, 2011.
194. ZUMTHOR, B.; LÉVEILLÉ, A. **Quartier des Grottes: L'îlot 5A; Analyse historique**. Genève: Ville de Genève, Département Beaux-Arts et Culture, 1984.

Obras e artigos sem assinatura

1. — Cadre de vie: deux cas exemplaires à Genève. *Werk*, n. 5, 1974.
2. — **Concours d'idées Quartier des Grottes, Genève. Aménagement des Îlots 5a et 7.** *L'Habitation*, 70, n. 4, p. 9-11, 1998.
3. — **Grottes 8-10. Construction d'un immeuble de logements et rénovation d'un bâtiment adjacent.** Genève: Ville de Genève, Département des constructions et de l'aménagement, 2011.
4. — La nouvelle capitale du monde. *Tribune de Genève*, 30 avril 1919.
5. — **Maocosmique.** Lausanne: L'Âge d'Homme, 1975a.
6. — Pour la cité moderne. *La Suisse*, 17 août 1929.
7. — **Pour la qualité de vie dans les quartiers.** Ville de Genève, Service social. 2005b.
8. — Prix Interassar 96. Immeuble de logements à Genève. *IAS*, 19, p. 348-352, 1996.
9. — Projet d'aménagement routier de la ville et du canton de Genève: 1955, Georges Bréra, architecte FAS; Pierre Nierlé, architecte FAS; Paul Waltenspuhl, architecte-ingénieur FAS/SIA. *Werk*, n. 47, p. 37-39, 1960.
10. — **Tout va bien.** Genève: Juillet. 1975b.
11. — **Tout va bien.** Genève, 1975c.
12. — Ville de Genève 18-10-22 Rue des Grottes 1 Rue de la Faucille, Genève. 2005a.

Marc Breviglieri

Professor da Haute École Spécialisée de Suisse Occidentale (Haute École de Travail Social) e pesquisador do Centre de Recherche sur L'Espace Sonore et l'environnement urbain, École Nationale Supérieure D'Architecture de Grenoble. Doutor em Sociologia pela École des hautes études en sciences sociales. E-mail: marc.breviglieri@hesge.ch.

Yolanda Gaffrée Ribeiro

Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, com período de estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Pós-Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa e do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7205-8410>. E-mail: gr.yolanda@gmail.com.

R **ESENHA**

DYAL, Mark. *Hated and proud: ultras contra modernity*. London: Arktos. 2018. Epub.

Contramodernidade Ultra e Conflito no Futebol Contemporâneo¹

Ultras Conter-Modernity and Conflict in Contemporary Football

Vinícius Teixeira Pinto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO

Hated and Proud é resultado da etnografia de Mark Dyal com grupos de torcedores Ultras da Roma, tradicional clube do futebol italiano. O trabalho apresenta detalhadamente os elementos da presença desta modalidade de torcer nos estádios daquele país, bem como outros aspectos de sua experiência em esferas mais cotidianas da vida. Além disso, destrincha conceitos e categorias próprias desses torcedores com o propósito de pensar os valores que conformam sua moralidade. No panorama teórico, o autor propõe uma abordagem da política nesses grupos para avaliar como se relacionam com torcedores rivais, com Estado e demais agentes do mundo do futebol, o que revela sua condição contra-Moderna. O livro, publicado em 2018, até o momento passou despercebido pelo público brasileiro, no entanto insere um quadro teórico capaz de renovar o interesse a respeito das torcidas organizadas de futebol no país e suas práticas do torcer.

Palavras-chave: Ultras, Torcedores, Futebol, Política.

¹ Este trabalho contou com o apoio de uma bolsa CAPES de doutorado.

Recebido em 08 de fevereiro de 2021.
Aceito em 19 de fevereiro de 2021.



ABSTRACT

Hated and Proud is the result of Mark Dyal's ethnographic research with the Roma's Ultras supporters. This work presents in detail the performative components of this modality of cheering in the stadiums around that country, as well as other traits of their everyday life experience. In addition, the book unravels the Ultras' categories aiming to reflect about the patterns and senses that conform their morality. From the theoretical point of view, Dyal proposes to approach the political issues in these groups with the purpose of making visible their social relations with their Others: other fans, the State, and any other agents in football, unveiling their counter-Modern condition. Published in 2018, this work went unnoticed by the Brazilian public although it introduced a theoretical framework that could renew the interest on fan groups and its practices of supporting based in Brazil.

Keywords: Ultras, Supporters, Football, Politics.

No momento em que a agenda dos estudos antropológicos e sociológicos das torcidas organizadas de futebol se mostra consolidada no Brasil, seus pesquisadores se deparam com um quadro ambíguo: as questões elementares — quem são, como surgiram e o que fazem esses torcedores — foram amplamente reportadas². Para os novos investigadores, o ponto de partida, em relação aos pioneiros, é outro, mais adiantado, dispondo tanto de fontes como de teorias sobre o tema. Por consequência, justificar trabalhos vindouros depende da originalidade do objeto de estudo, da formulação de novos problemas de pesquisa, em suma, da proposição de questões que ainda não foram teorizadas. Neste sentido, a leitura de *Hated and Proud* de Mark Dyal pode não apenas transportar os pesquisadores brasileiros para outro contexto nacional das práticas do torcer, como também induzir justamente à formulação de perguntas capazes de renovar a área de estudos.

O livro é resultado da inserção do antropólogo estadunidense entre os torcedores Ultras da Roma, um dos clubes mais populares do futebol italiano, durante o ano de 2007, tendo sido publicado uma década mais tarde. O fio utilizado para conduzir o leitor advém de uma proposição ousada, lançada ainda nas primeiras páginas do texto: trata-se de uma obra sobre a guerra. Sua hipótese é a de que a violência praticada por estes torcedores é balizada por uma espécie de

² Neste sentido, *Torcidas Organizadas de Futebol*, de Toledo (1996), é um marco para o reconhecimento à relevância do tema. O livro consiste em sua dissertação de mestrado, premiada e publicada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Para um balanço recente das demais pesquisas no Brasil. Cf. Teixeira & Hollanda (2018).

consciência política influenciada por ideias contrailuministas ou contramodernas.

A aposta teórica, que nos sinaliza a necessidade de pensar por meio da política, está relacionada a dois eventos críticos vivenciados ao longo da pesquisa naquele país: os homicídios de Filippo Raciti, policial morto em meio a um tumulto entre torcidas na Sicília; e de Gabriele Sandri, torcedor da Lazio, assassinado em confronto com torcedores rivais, porém devido a um disparo da polícia.

Retomando os trabalhos anteriores, Dyal percebe o predomínio de uma interpretação da violência torcedora tributária de Bataille (1997), isto é, como teatralização, como fruto de uma interrupção da vida corriqueira capaz de achar as diferenças entre sagrado e profano. Esta proposta trata o futebol como um ritual carnalizado e, por consequência, um espaço de liberação das interdições cotidianas — incluindo a violência dos confrontos entre torcidas — e é reproduzida por Bromberger (1995), etnólogo francês que influenciou grande parte dos estudos sobre os torcedores Ultras na Europa continental.

A originalidade de *Hated and Proud* se deve em grande medida à revisão desta ideia. Dyal considera que os dois assassinatos ocorridos naquele ano sugerem que a compreensão metafórica da guerra não dá conta do fenômeno. O conflito seria — em vez de uma suspensão da ordem como defenderam outros pesquisadores do *calcio*³ — a própria condição da “existência Ultra”, esta concebida como modo de torcer que busca permanentemente as situações de antagonismo por via da produção de “outros” possível por meio do futebol. Ou, em uma releitura de Turner (1979), o autor afirmaria que estes elementos formariam a base da *communitas* desses torcedores. Em outras palavras, conflito e antagonismo proporcionariam uma antiestrutura social que, pela oposição, une os torcedores a uma estrutura social maior à qual se pertence.

Para sustentar o argumento, Dyal se move entre duas frentes ao longo dos capítulos que compõem a obra: por um lado, apresenta as práticas e os sentidos daquilo que considerará uma “forma de vida”, para tanto mobiliza a experiência etnográfica vivida em Roma, os relatos de interlocutores e o uso de fontes documentais; por outro, pensa estas práticas em seus vários âmbitos em conjunto com a crítica da Modernidade e com o pensamento contrailuminista do século XX:

Franco Ferraresi has studied the post-war Right in Italy and concluded that, although the Far Right is often in organizational disarray, Counter-Enlightenment thought is still popular there, as are the Counter-Enlightenment philosophical traditions of Friedrich Nietzsche and Julius Evola. This thought

³ Roversi (1990) e Dal Lago (1990) são dois autores contestados pela revisão de Dyal principalmente por atribuírem à guerra uma função metafórica.

carries with it, in his words, “nationalism, chauvinismo, ethnocentrism, and xenofobia [...] frequently couched in the terms of rescuing the original identities [that are] threatened by the encroachment of globalization [and] the Americanization of culture” (DYAL, 2018, s/p).

Sua proposição da “contramodernidade Ultra” é apresentada nos dois primeiros capítulos do livro, quando somos introduzidos aos grupos romanistas da *Curva Sud*⁴, que são efetivamente os protagonistas da obra. Essa forma de organização torcedora data dos anos 1960 e agrega até 2 mil membros. São reconhecidas pelas performances festivas do torcer, pela compreensão da política e pelo conjunto de valores que, para o autor, os define, a saber: a *mentalità*, uma categoria nativa que orienta a moralidade Ultra; a aproximação política ao fascismo e sua rejeição da Modernidade; a adoção de uma vida agônica voltada para a reprodução da guerra; e a oposição ao “futebol moderno”, bem como à globalização. Além disso, destacam-se em relação aos demais torcedores pelo *fare tifo*, expressão de difícil tradução, mas que indica a capacidade de torcer, cantar e demonstrar apoio nas condições mais adversas, principalmente nas derrotas e nas partidas como visitante, que dispendem tempo e dinheiro e, muitas vezes, os expõem a situações de risco.

No terceiro capítulo, Dyal consegue destrinchar componentes dessa *mentalità*, que em páginas anteriores já havia classificado como uma “ideologia”, uma “visão de mundo” que comporta a agressividade e a hostilidade, e funciona como um marcador da diferença para seus “outros” mais próximos, isto é, os demais torcedores (DYAL, 2018, s/p). Ele acrescenta a valorização da honra, do sacrifício e da glória como parte dos *antichi valori* presentes no que seria a moralidade Ultra, alimentada por uma história monumental, conforme definida por Nietzsche (1997), que celebra miticamente antigos torcedores, heróis e batalhas. Para o autor, essa historicidade opera sempre no sentido de produzir uma história no tempo presente sem ter uma necessária preocupação com a investigação do passado (DYAL, 2018, s/p).

O quarto capítulo toca na questão do Estado e da legitimidade da violência e aborda aquele que, poderíamos dizer, é o *insight* mais poderoso do livro, dado que, por meio desta comparação, visibiliza a contramodernidade presente na política Ultra. Neste ponto, Dyal retoma ao postulado weberiano que qualifica o Estado como monopolizador do emprego legítimo da violência. No futebol, combina-se a isso uma moralidade que o autor enquadra como liberal ou burguesa, reproduzida pelos meios de comunicação e pelos demais torcedores que recriminam os usos ilícitos dessa.

4 A Curva Sul é o setor do Estádio Olímpico de Roma que comporta os grupos Ultras da Roma.

A despeito dessa “moral burguesa”, os torcedores Ultras disputam com o Estado a legitimidade do monopólio sobre o emprego da violência. Conforme vimos, sua *mentalità* não desvaloriza o uso da força. Pelo contrário, as rivalidades, o antagonismo e a agressividade são constitutivas de uma forma de vida que aprecia o sacrifício, a dor e o heroísmo. Neste ponto, Dyal considera a violência como marcador da distinção com o modo de vida burguês e sua moralidade de paz, tolerância e inclusão (DYAL, 2018, s/p), em uma postura crítica da modernidade semelhante à apontada por Nietzsche. Não por acaso tal resgate ideológico da ordem, da hierarquia, da disciplina e do *squadrismo*⁵ faz com que Dyal os aproxime aos grupos fascistas italianos da primeira metade do século passado.

As semelhanças ideológicas ao fascismo não se encerrariam aí. Nos dois capítulos a seguir, Dyal recorda que, do ponto de vista estético e performativo, os Ultras resgatam os valores da Antiga Roma e reproduzem um sentimento tradicional de *romanidade*. De acordo com Dyal, a coincidência da referência ao classicismo se relaciona com ao resgate de certos princípios, a saber: coragem, força espiritual, disciplina, lealdade, fé e outros. A guerra, por sua vez, se mostra a principal maneira de interação com seus outros (principalmente Ultras rivais e as forças do Estado). Em uma visão romantizada da guerra, esta promove o comprometimento individual com uma comunidade de sentimento e reforça os valores citados de honra, glória, sacrifício e heroísmo no grupo (DYAL, 2018, s/p).

Nos últimos dois capítulos, o autor analisa os posicionamentos políticos destes torcedores quanto a questões mais amplas. Segundo ele, a celebração do tradicionalismo é atualizada ainda enquanto recusa dos processos históricos que, a partir das últimas décadas do século XX, têm globalizado, padronizado e comodificado o esporte e que vêm sendo denominado, em diferentes contextos nacionais, de “Futebol Moderno”. Os Ultras, embora também desejem ver seus times com condições de competir internacionalmente, entendem que o avanço da indústria do futebol – por meio da entrada de capitais estrangeiros e de vultosos contratos televisivos – é corrosivo para seu estilo de vida, visto que reterritorializa seus clubes, forma comunidade globais de torcedores sem vínculo com suas cidades e faz com que o jogo deixe de ser local e artesanal e se torne multinacional e standardizado.

Neste ponto da obra, talvez mais do que em outros, sintamos falta de uma perspectiva em diacronia capaz de fornecer dados para compreender como esse processo histórico foi afetando ou inclusive modificando a experiência dos torcedores. Dyal chega a enumerar macroeventos que provocaram o quadro de globalização do futebol (o televisionamento, os novos pa-

5 Grupos paramilitares que, no período fascista, agiam na intimidação ou repressão de adversários políticos.

trocinadores, as leis trabalhistas voltadas para jogadores estrangeiros etc.), porém não nos traz as transformações na microescala. Seu texto, de um modo geral, se restringe demasiadamente às circunstâncias sucedidas durante o período da pesquisa, ainda que a publicação do livro tenha ocorrido alguns anos depois. Como leitores, ficamos reféns do retrato elaborado sobre os Ultras de então sem conhecer os processos que os produziram, o que nos causa uma sensação de tempo perpétuo.

Apesar disso, *Hated and Proud* consegue aportar uma variedade de problemas referentes ao futebol, alguns deles já debatidos em nosso contexto acadêmico, por exemplo as identidades locais e as torcidas (cf. DAMO, 2002) ou ainda a reação destas à comodificação do esporte (cf. SIMÕES, 2017). Outros problemas, menos explorados, abrem caminhos sobre terrenos desconhecidos. O protagonismo dado à política, tema historicamente negligenciado, para pensar a guerra oferece nova compreensão da questão e afasta-se da análise da violência pelos componentes identitários, caminho preferencial para a literatura britânica (GIULIANOTTI *et al.*, 1994), ou pela teatralização, como vimos. Esse enquadramento nos obriga a olhar para o funcionamento político destas sociedades torcedoras e nos permite pensar desde um quadro — pouco vislumbrado no esporte — da antropologia política.

Sem temor, portanto, pode-se afirmar que a maior qualidade de *Hated and Proud* reside na originalidade de sua proposta teórica. Avaliando que escreve um livro sobre a guerra, Dyal consegue tirar o fenômeno guerreiro do nível da metáfora e transformá-lo no cerne da forma de vida Ultra, um modo de existência voltado ao agonismo. Ao trazer a discussão para estes termos, quem sabe possamos adentrar as disputas de poder não só nas torcidas, mas também nos clubes e nas instituições que organizam o futebol.

REFERÊNCIAS

1. BATAILLE, G. The Festival, or the Transgression of Prohibitions. *In*: BOTTING, F.; WILSON, S. (org.). **The Bataille Reader**. Oxford: Blackwell, 1997. p. 248-52.
2. BROMBERGER, C. **Le match de football**: ethnologie d'une passion partisane à Marseille, Naples et Turin. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1995.
3. DAMO, A. **Futebol e identidade social**: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade UFRGS, 2002.
4. DAL LAGO, A. **Descrizione di una battaglia**. Bologna: Il Mulino, 1990.
5. GIULIANOTTI, R *et al.* **Football, Violence and Social Identity**. London: Routledge,

- 1994.
6. NIETZSCHE, F. **Untimely Meditations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
 7. ROVERSI, A. Calcio e violenza in Italia. *In*: ROVERSI, A. (org.). **Calcio e violenza in europa**. Bologna: Il Mulino, 1990.
 8. SIMÕES, I. **Clientes versus rebeldes**: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.
 9. TEIXEIRA, R.; HOLLANDA, B.. Brazil. *In*: WAELE, J.-M. *et al.* (org.). **The Palgrave International Handbook of Football and Politics**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018. p. 485-503.
 10. TOLEDO, L. H. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas, SP: Autores Associados/Anpocs, 1996.
 11. TURNER, V. **Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society**. Ithaca: Cornell University Press, 1979.

Vinícius Teixeira Pinto

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (2011). Membro do Grupo de Antropologia da Economia e da Política. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3412-0719>. E-mail: viniciustxp@gmail.com.